JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia 5
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 5
Consorcio Público de Saúde Vale do Teles Pires 5
Prefeitura Municipal de Água Boa 6
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 25
Prefeitura Municipal de Alto Garças 26
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 27
Prefeitura Municipal de Apiacás 28
Prefeitura Municipal de Araputanga 29
Prefeitura Municipal de Arenápolis 29
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 29
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 29
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 30
Prefeitura Municipal de Cáceres 30
Prefeitura Municipal de Campinápolis 79
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 82
Prefeitura Municipal de Campo Verde 86
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 121
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 122
Prefeitura Municipal de Canarana 140
Prefeitura Municipal de Carlinda 141
Prefeitura Municipal de Castanheira 141
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 141
Prefeitura Municipal de Cláudia 142
Prefeitura Municipal de Colíder 154
Prefeitura Municipal de Colniza 161
Prefeitura Municipal de Comodoro 226
Prefeitura Municipal de Confresa 226
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 227
Prefeitura Municipal de Curvelândia 228
Prefeitura Municipal de Diamantino 230
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 231
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 231
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 233
Prefeitura Municipal de General Carneiro 234
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 234
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 234
Prefeitura Municipal de Itanhangá 236
Prefeitura Municipal de Itiquira 236
Prefeitura Municipal de Jaciara 237
Prefeitura Municipal de Jangada 237
Prefeitura Municipal de Jauru 241
Prefeitura Municipal de Juara 242
Prefeitura Municipal de Juruena 242
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 243
Prefeitura Municipal de Luciara 243
Prefeitura Municipal de Marcelândia 243
Prefeitura Municipal de Matupá 244
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 261
Prefeitura Municipal de Nobres 263

Prefeitura Municipal de Nortelândia 263
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 264
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 268
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 270
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 270
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 271
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 271
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 273
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 274
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 277
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 277
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 279
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 280
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 285
Prefeitura Municipal de Paranatinga 294
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 310
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 312
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 318
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 318
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 319
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 319
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 320
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 320
Prefeitura Municipal de Poxoréu 321
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 351
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 359
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 359
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 367
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 367
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 367
Prefeitura Municipal de São José do Povo 370
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 371
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 371
Prefeitura Municipal de Sapezal 373
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 375
Prefeitura Municipal de Sinop 375
Prefeitura Municipal de Tabaporã 397
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 397
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 404
Prefeitura Municipal de Tesouro 411
Prefeitura Municipal de Torixoréu 412
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 412
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 426
Prefeitura Municipal de Vila Rica 426

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO DA FIXA COMUNICAÇÃO E VENTOS LTDA-ME SOBRE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017

RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO DA FIXA COMUNICAÇÃO E VENTOS LTDA-ME SOBRE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017

De imediato vale esclarecer que os questionamentos forma feitos tempestivamente, merecendo portanto atenção necessária.

Por outro, será considerado pelo PRESIDENTE DA CPL como itens necessários e definitivos do edital as respostas aqui elencadas.

Questionamentos:

No dia 30/03/2017, foi publicada a seguinte resposta a partir do questionamento da empresa Tis Publicidade e Propaganda:

QUESTÃO 01

6.2.3 - III -Ideia criativa:

a) -Texto em que a Licitante se limitará a apresentar síntese da estratégia de comunicação publicitária, expressa sob a forma de uma redução de mensagem, que pode ou não assumir a forma de um slogan passível de ser utilizado em ações de comunicação da Associação Matogrossense dos Municípios (AMM);

*b) -Como parte do quesito Idéia Criativa, a Licitante apresentará campanha publicitária com exemplos de **05 (cinco) peças** que corporifiquem objetivamente a proposta de solução do problema específico de comunicação e demonstrem sua harmonia com a redução de mensagem de que trata a alínea anterior.*

Os exemplos de peças podem ser apresentados sob a forma de roteiro de TV, layout, story-board impresso, ou "monstro" de peça de internet, "monstro" de peça de rádio ou roteiro para rádio, limitados a uma peça para cada meio convencional ou não convencional, de veiculação tradicional proposto pela licitante;

Pergunta 02: Em "Os exemplos de peças podem ser apresentados sob a forma de roteiro de TV, layout, story-board impresso, ou "monstro" de peça de internet, "monstro" de peça de rádio ou roteiro para rádio, limitados a uma peça para cada meio convencional ou não convencional, de veiculação tradicional proposto pela licitante." Se for apresentado o filme de TV sob forma de roteiro, layout ou storyboard impresso, não poderá ser apresentado monstro de peça de internet? É possível apresentar monstro ou animatic para o meio TV uma vez que TV configura um meio diferente do meio internet?

Resposta 02: As peças a serem apresentadas pelas concorrentes serão as seguintes: Anúncios em jornais tamanho ½ pg colorida, spots em rádios, vts em televisão, banners em sites, painéis suspensos e outdoor espalhados pela cidade.

PERGUNTA 01: Frente aos fatos citados acima, perguntamos, deve ser seguido a orientação da resposta da Licitada onde ela determina as peças a serem apresentadas? Tendo em vista, que ao determinar as peças a serem apresentadas, inviabiliza e restringe a estratégia do plano de comunicação. OU as Licitantes continuam a ter liberdade para propor outras peças dentro da estratégia desenvolvida?

RESPOSTA: *As peças a serem apresentadas pelas concorrentes serão as seguintes: **Anúncios em jornais tamanho ½ pg colorida, spots em rádios, vts em televisão, banners em sites, painéis suspensos e outdoor espalhados pela cidade.***

PERGUNTA 01: Se o item 6.2.3-III do edital diz que devem ser apresentadas 5 peças, mas a CPL apresentou uma relação de 6 peças em resposta ao questionamento acima, o que devo considerar? 5 peças entre as 6 relacionadas ou devemos obrigatoriamente apresentar as 6 peças relacionadas?

RESPOSTA: ***AS PEÇAS A SEREM APRESENTADAS PELAS CONCORRENTES SERÃO AS SEGUINTES: ANÚNCIOS EM JORNAIS TAMANHO ½ PG COLORIDA, SPOTS EM RÁDIOS, VTS EM TELEVISÃO, BANNERS EM SITES, PAINÉIS SUSPENSOS E OUTDOOR ESPALHADOS PELA CIDADE.***

_____

Fábio Albuquerque da Silva

Presidente da comissão Permanente de Licitação

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

PORTARIA Nº. 12/2017 DE 11 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2017/CIDESAT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS..

WEMERSON ADÃO PRATA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, considerando o Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS, criado pelo Contrato Consórcio em sua Cláusula Quadragésima e regulamentado pela Resolução Normativa Nº 32/2016, bem como o Edital que Homologou o Processo de Seletivo Simplificado Nº 01/2017/CIDESAT, destinado ao preenchimento de vagas de Emprego Público no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, sob o regime celetista, não adquirindo a estabilidade a que se refere o art. 41 da Constituição Federal, com contribuição previdenciária para o regime geral, conforme publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 2693 de 22 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o Candidato **DANILO GUILHERME QUEIROZ DA SILVA**, para exercer o cargo de GEÓLOGO por ter ficado em 1º Lugar na classificação geral no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017/CIDESAT.

Art. 2º - O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único: Para a posse o candidato deverá apresentar na Secretaria Executiva do Consórcio os documentos requeridos no Edital do Processo Seletivo.

Art. 3º - Em caso de impedimento para tomada de posse no prazo estabelecido no artigo anterior, deverá apresentar requerimento/justificativa para adiamento, desde que não ultrapasse o prazo de 30 dias concedido neste instrumento de convocação.

Parágrafo Único: O requerimento/justificativa a que se refere o caput do artigo será submetido à assessoria jurídica do Consórcio para emissão de parecer.

Art. 4º - Caso não tome posse dentro do prazo previsto, será considerado desistente.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 11 de ABRIL de 2017.

WEMERSON ADÃO PRATA

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

PORTARIA Nº. 11/2017 DE 11 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2017/CIDESAT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS..

WEMERSON ADÃO PRATA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, considerando o Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS, criado pelo Contrato Consórcio em sua Cláusula Quadragésima e regulamentado pela Resolução Normativa Nº 32/2016, bem como o Edital que Homologou o Processo de Seletivo Simplificado Nº 01/2017/CIDESAT, destinado ao preenchimento de vagas de Emprego Público no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, sob o regime celetista, não adquirindo a estabilidade a que se refere o art. 41 da Constituição Federal, com contribuição previdenciária para o regime geral, conforme publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 2693 de 22 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o Candidato **ÉCIO XIMENEZ REMEDI**, para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS por ter ficado em 1º Lugar na classificação geral no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017/CIDESAT.

Art. 2º - O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único: Para a posse o candidato deverá apresentar na Secretaria Executiva do Consórcio os documentos requeridos no Edital do Processo Seletivo.

Art. 3º - Em caso de impedimento para tomada de posse no prazo estabelecido no artigo anterior, deverá apresentar requerimento/justificativa para adiamento, desde que não ultrapasse o prazo de 30 dias concedido neste instrumento de convocação.

Parágrafo Único: O requerimento/justificativa a que se refere o caput do artigo será submetido à assessoria jurídica do Consórcio para emissão de parecer.

Art. 4º - Caso não tome posse dentro do prazo previsto, será considerado desistente.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 11 de ABRIL de 2017.

WEMERSON ADÃO PRATA

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE 01-2017

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação comunica a quem possa interessar que, após abertura e julgamento das propostas apresentadas à Licitação realizada nesta data na Modalidade Carta Convite nº. 01/2017, Processo nº. 02/2017, objetivo Prestação de serviços técnicos profissionais especializados de advocacia para este consórcio, teve como Empresa "VENCEDORA", AMOS MEDEIROS DOS SANTOS - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA – CNPJ: 27.309.544/0001-96 foi vencedora da licitação, com o valor mensal de R$ 3.700,00 (Três mil e Setecentos Reais). São José dos Quatro Marcos-MT, aos 17 dias do mês de Abril de 2017.

_____

Juaci Memdes de Souza

Presidente C.P.L

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

Declaro Fracassado o Processo Licitatório 011/2017, Pregão Presencial 007/2017, não havendo interessados, não foi possível a adjudicação do objeto, conforme Ata da sessão pública.

Água Boa – MT, 17 de abril de 2017

Núbia S. S. Paixão Moraes - Pregoeira

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO- PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2017

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), por intermédio de seu Pregoeiro, comunica aos interessados que será ABERTA a Licitação na Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 005/2017, nos termos da Lei 10.520/02, **no dia 02 de Maio de 2017 as 08: h00min**, na Sala de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Mato Grosso, localizada na Rua Rio de Janeiro, 1125, Bairro Jardim Santa Maria, São José dos Quatro Marcos - MT. Objeto:Registro de preços para futura e eventual contratação de empresas que tenham interesse de prestar serviços especializados na área de saúde, para realização de consultas para atendimento da demanda dos municípios integrantes do consórcio de saúde do oeste de mato grosso, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes municipais de saúde/sistema único de saúde, conforme Termo de Referência. Os interessados no Edital poderão retirá-lo no endereço acima, maiores informações pelo e-mail **cisomt@yahoo.com.br** e pelo Telefone (65) 3251-2729. São José dos Quatro Marcos - MT, 17 de Abril de 2017**. Danilo dos Santos Bastos - Pregoeiro**

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 E REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017.

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 E REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017.

Objeto: Pregão Presencial com Registro de Preço paracontratação de empresa especializada em prestação de serviços de cópia, impressão e digitalização corporativa com fornecimento de equipamento novos de primeiro uso, fornecimento de peça e serviço de suporte, serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, supuimentos necessários ára a operacionalçização da solução(exceto papel), disponibilização e instalação de software de gestão e contatibilização das cópias e impressões realizadas, software de digitalização, contemplando os hardwares e softwares necessários para essa função.

Dia: 03de maio de 2017..

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 8:30 às 9:00 horas, do dia 03 de maio de 2017.

Edital Completo: Afixado no endereço Rua Castro Alves, 331, Centro, Sorriso/MT.CEP: 78890-000 – Fone: 66 3544-3348 ou 3544-4109 e na Internet, site www.consorciovaledotelespires.com.br.

Inicio da Sessão: Às 9:00 horas, do dia 03 de maio de 2017, no endereço acima.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Sorriso MT, 17 de Abril de 2017.

Angélica Tamara dos Santos

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA 019/2017

"Designa servidora para responder pelo Cargo de Assessora da Secretaria Geral".

José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar a título precário, por tempo indeterminado, a partir de 17 de abril de 2017, para exercer a função de **Assessora da Secretaria Geral**, da Câmara Municipal de Água Boa, cargo em Comissão, Senhorita **Bruna Blauth Beia,** brasileira, solteira, portadora do RG nº. 001.802.594 SSP/MT e CPF nº. 041.999.901-94, residente e domiciliado à Rua 15, Nº 489, bairro operário, nesta cidade,

I – Horário de Trabalho de segunda feira a sexta feira das 07:30 as 11:30 Horas e das 13:30 as 17:30 Horas

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Sala da Presidência, 17 de abril de 2017.

José Ari Zandoná

Presidente

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 010/2017.

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designada pelo Decreto 3042/2017; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 03/04/2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, teve como vencedor: **Gente Seguradora S.A, CNPJ: 90.180.605/0001-02**

Água Boa, 17 de abril de 2017.

Ivania Cezira Volpi

Pregoeira

LEI Nº. 1334, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

(Projeto de Lei nº. 1355, de 08 de fevereiro de 2017 – do Executivo)

EMENTA: Autoriza o ingresso do Município de Água Boa no consórcio público denominado Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Médio Araguaia – CISBAMA, e dá outras providências.

Mauro Rosa da Silva, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 03 de abril de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado o ingresso do Município de Água Boa no Consórcio Público denominado Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Médio Araguaia – CISBAMA, que se regera pelo disposto na Lei nº. 11.107 de 06 de abril de 2005, pela Lei nº. 11.445 de 05 de janeiro de 2005 e nos termos subscritos no Protocolo de Intenções.

Parágrafo Único – Fica ratificado o Protocolo de Intenções para a constituição do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Médio Araguaia – CISBAMA, composto pelos municípios de Água Boa, Campinápolis, Nova Xavantina e Nova Nazaré; Anexo I desta Lei.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a assinar, cumprir e fazer cumprir o respectivo Contrato de Rateio do Consórcio Público, que será celebrado em decorrência da presente ratificação, bem como os eventuais aditivos que possam vir a existir ao longo de sua vigência.

Art. 3º - O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a regulamentar a presente Lei, destinando recursos financeiros necessários para o cumprimento do Contrato de Rateio do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Médio Araguaia – CISBAMA, cujo valor deverá ser consignado na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o disposto no Art. 8º. da Lei nº. 11.107/2005 e Decreto Federal nº. 6.017/2007.

§1º - O Contrato de Rateio do Consórcio Público será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportar.

§2º - Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no Contrato de Rateio do Consórcio Público.

§3º - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº. 101/2000, o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Médio Araguaia – CISBAMA, deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude do Contrato de Rateio de Consórcio Público, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada entre consorciado, na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Abrir crédito especial, no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil Reais), por superávit financeiro, no orçamento atual, para atender despesas decorrentes da execução da presente Lei, regulamentando o crédito especial aberto através de Decreto.

II – Suplementar, se necessário, o valor referido de que trata o inciso anterior, devendo consigná-lo nos orçamentos futuros em dotações próprias para esta finalidade.

Art. 5º - Os entes Consorciados não poderão ceder servidores públicos para o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Médio Araguaia – CISBAMA.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Água Boa, 05 de abril de 2017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO COMPLEMENTAR Nº 001/2017

De 03 de Abril de 2017

AUTORIA: Mesa Diretora da Câmara Municipal

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS - PCCV DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 03 de abril de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica reformulado, através desta Lei, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Água Boa.

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I – **Sistema de Evolução Funcional**, o conjunto de possibilidades proporcionadas pela Administração Pública, baseado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, que assegurem aos servidores aperfeiçoamento, capacitação periódica e condições indispensáveis a sua ascensão funcional, visando a valorização e profissionalização dos recursos humanos disponíveis, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa, a eficiência e a eficácia do serviço público;

II – **Plano de Carreira**, o conjunto de políticas para incentivar os servidores a ascender profissionalmente, de acordo com as estratégias definidas pela Administração

Pública;

III – **Carreira**, o conjunto de níveis de um cargo organizado em sequência e disposto hierarquicamente, de acordo com a complexidade e responsabilidade que apresentem e observados os requisitos mínimos de escolaridade, qualificação e experiência profissional no serviço público;

IV – **Promoção horizontal**, a passagem do servidor de uma classe para a imediatamente seguinte, na mesma escala de vencimentos de seu cargo;

V – **Promoção vertical**, a passagem de um nível para outro dentro do mesmo cargo, decorrente de avaliação de desempenho funcional, nos termos definidos em regulamento próprio;

VI – **Servidor**, a pessoa legalmente investida em cargo público;

VII – **Cargo público**, o conjunto de atribuições e responsabilidades cabíveis ao servidor, criado por lei, com denominação própria, número certo e pago pelos cofres públicos;

VIII – **Grupo ocupacional**, o conjunto de cargos segundo a correlação e afinidade entre as atividades, a natureza do trabalho ou o grau de conhecimento necessário ao exercício das respectivas atribuições;

IX – **Classe**, a divisão da carreira que demonstra a amplitude funcional do cargo no sentido horizontal e as correspondentes retribuições pecuniárias;

X – **Nível**, a divisão da carreira que demonstra a amplitude funcional do cargo no sentido vertical e as correspondentes retribuições pecuniárias;

XI – **Vencimento**, a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, conforme classes e níveis, e somente poderá ser fixado ou alterado por lei específica, observado a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XII – **Proventos**, a retribuição paga mensalmente ao servidor aposentado e ao pensionista;

XIII – **Quadro**, o conjunto de cargos e funções pertencentes à estrutura organizacional da administração direta, autárquica e das fundações do Município;

XIV – **Remuneração**, o vencimento do cargo de carreira acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecido em lei;

CAPÍTULO II

Do Quadro de Pessoal e do Recrutamento e Seleção

Seção I

Da Composição do Quadro de Pessoal

Art. 3º - O Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Água Boa – MT, compõe-se das seguintes partes:

I – Pessoal de Provimento Efetivo, ingressados no serviço público através de concurso público, ocupante dos cargos elencados no Anexo I desta Lei;

II – Pessoal de Provimento em Comissão, os quais constam no anexo II.

§ 1º - Os cargos de provimento efetivo que constam do anexo I só poderão ser preenchidos por concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme se dispuser em regulamento, ressalvado as contratações de caráter temporário e de excepcional interesse público.

§ 2º - Os cargos de provimento em comissão criados e mantidos por esta Lei

Complementar são os constantes do anexo II.

Art. 4º - Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Câmara Municipal e se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento e serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, nos termos estabelecidos no § 4º do art. 39 da Constituição Federal.

§ 1º - O subsídio de que trata o caput deste artigo somente poderá ser alterado por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data dos demais servidores e sem distinção de índices.

§ 2º - O regime de trabalho para os ocupantes dos cargos referidos neste artigo é de dedicação exclusiva, não sendo devido qualquer acréscimo remuneratório pela realização de tarefas fora do horário normal de expediente e nem o acúmulo de outra função ou atividade remunerada.

Seção II

Do Recrutamento e Seleção

Art. 5º - Os cargos de provimento efetivo constantes desta Lei Complementar serão recrutados, selecionados e preenchidos somente por concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme se dispuser em regulamento, ressalvando-se as contratações de caráter temporário e de excepcional interesse público autorizadas por lei específica.

Art. 6º - Os cargos em comissão são providos por livre nomeação e exoneração pelo presidente da Câmara Municipal e se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 1º - Os cargos de provimento em comissão têm caráter provisório e seus ocupantes se submetem ao regime de dedicação exclusiva, podendo ser convocados para o trabalho sempre que houver interesse do Poder Legislativo.

§ 2º - O regime de trabalho a que se refere o § 1º deste artigo não dá direito a quaisquer acréscimos remuneratórios pela realização de tarefas fora do horário normal de expediente, ficando vedado o acúmulo de outra função ou atividade remunerada.

Art. 7º - Por força da implantação do Regime Jurídico Único por meio da criação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e por força da Lei Orgânica do Município não se aplica o recrutamento, a seleção e o provimento de pessoal sob o regime da CLT na Administração Direta.

Art. 8º - O enquadramento dos novos recrutados e selecionados para provimento dos cargos efetivos será feito sempre na referência inicial de cada categoria funcional, ou seja, no nível I e na classe A.

§ 1º - Para todos os efeitos do disposto no caput o período de estágio probatório para os novos empossados em cargo de provimento efetivo é de 36 (trinta e seis) meses.

§ 2º - A aquisição da estabilidade ao final do estágio probatório fica condicionada à aprovação do servidor na avaliação de desempenho funcional.

§ 3º - Para que se obtenha melhor eficiência funcional a Câmara Municipal fica na incumbência de promover, permanentemente, treinamentos e cursos de capacitação para os servidores em estágio probatório e aos servidores já efetivados na carreira, proporcionando-lhes melhor capacidade tecnológica e maior rendimento no trabalho.

Art. 9º - Ao servidor efetivo que provir outro cargo, por força de concurso público, também se aplica às disposições do artigo anterior, iniciando-se nova contagem de tempo para fins evolução na carreira e para o estágio probatório.

Parágrafo único- Para os fins do disposto no caput o estágio probatório não será interrompido caso o servidor empossado seja nomeado em comissão para outro cargo.

Seção III

Da Criação de Cargos

Art. 10º - A criação de novo cargo, além do cumprimento das exigências constantes do art. 169 da Constituição Federal, está condicionada às seguintes exigências:

I – Denominação do cargo nos termos da Classificação Brasileira de Ocupações;

II – Padrão de vencimento dentro da tabela prevista nesta Lei Complementar;

III – descrição sintética e analítica das suas atribuições e requisitos para provimento;

IV – Condições de trabalho, incluindo o horário semanal, o ambiente e outros requisitos específicos;

V – Grau de escolaridade; e;

VI – Idade mínima de dezoito anos.

CAPÍTULO III

Dos Vencimentos, Vantagens, Gratificações e da Acumulação de Cargos

Seção I

Dos Vencimentos

Art. 11º - Os vencimentos base dos cargos públicos de provimento efetivo estão dispostos no Anexo I desta Lei Complementar.

§ 1° - Para constituição dos Níveis e Classes os valores dos vencimentos serão acrescidos dos seguintes percentuais sobre o vencimento base para cada cargo:

I - Horizontal (5 classes): Classe A: 0,0%; Classe B: 3,0%; Classe C: 6%,

Classe D: 9%, e Classe E: 12,0%.

II - Vertical (12 níveis): Nível 1: 0%; Nível 2: 6,0%; Nível 3: 12,0%; Nível 4:

18,0%, Nível 5: 24,0%; Nível 6: 30,0%; Nível 7: 36,0%; Nível 8: 42,0%; Nível 9: 48,0% Nível 10: 54,0% Nível 11: 60,0% Nível 12: 66,0%.

§ 2º - Os valores de vencimentos dos ocupantes de cargos públicos de provimento em comissão estão estabelecidos no anexo II, item 1 desta Lei Complementar.

Seção II

Das Vantagens Acessórias

Subseção I

Do Incentivo ao Ensino Superior

Art. 12º - Os servidores efetivos e os servidores estáveis na forma do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 terão direito de perceber um adicional de 40% (quarenta por cento) calculado sobre o valor do salário mínimo vigente, como forma de incentivo à busca do ensino superior para o aprimoramento dos conhecimentos pessoais e do serviço público prestado à coletividade.

§ 1º Para a obtenção do adicional de que trata o caput o servidor interessado deverá atender às seguintes disposições:

I – contar com, no mínimo, três anos de serviços prestados à Câmara

Municipal;

II – possuir diploma ou certificado de conclusão do ensino médio ou do ensino superior conforme o caso, devidamente registrado na entidade competente;

III – apresentar comprovante da matrícula no curso superior para o qual requer o benefício;

IV – apresentar requerimento à área de recursos humanos juntando os documentos comprobatórios necessários.

§ 2º - Todo servidor terá o direito à percepção do referido adicional para frequentar curso superior ou curso de pós-graduação:

I – Desde que seja na área de atuação do respectivo servidor;

II – o pagamento será efetuado de forma mensal juntamente com o vencimento do servidor;

III – no final de cada semestre o beneficiário deverá apresentar atestado de frequência escolar com o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de participação;

IV – o pagamento ocorrerá tão somente no período normal de duração do curso para o qual o servidor se matriculou, sendo extinto após esse período;

V – o benefício será concedido para a frequência de um único curso superior por cada servidor, que ainda não possuir a titulação prevista no parágrafo 2° deste artigo.

§ 3º - O descumprimento do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo acarretará a suspensão do benefício concedido.

§ 4º - O adicional de incentivo de que trata o caput não será computado para fins de férias e de décimo terceiro salário, bem como não integrará a base de cálculo da previdência social.

Subseção II

Dos Adicionais Por Participação

Art. 13º – Conceder-se-á adicional ao servidor efetivo nomeado em portaria a indicação do Presidente da Câmara Municipal, levando-se em consideração a necessidade para:

I - Comissão de Sindicância, Inquérito, e/ou de Processo Administrativo, no percentual de:

a) 15% (quinze por cento) do salário base inicial do servidor, para presidente; b) 10% (dez por cento) do salário base inicial do servidor, para secretário; c) 5% (cinco por cento) do salário base inicial do servidor, para membros;

III – O fiscal de contratos, no percentual de 10% (dez por cento) do salário base inicial do servidor.

§ 1º - Não será possível acumular adicionais previstos no art. 13 e seus incisos, sendo cabível ao Servidor em caso de cumulação de função a escolha pelo maior.

Seção III

Das Gratificações

Subseção I

Das Funções Gratificadas (FG-1)

Art. 14º - As funções gratificadas (FG-1) de direção, chefia ou assessoramento a que se refere o anexo II item 2 poderão ser concedidas a critério do Presidente da Câmara Municipal, levando-se em consideração a necessidade e o grau de importância dos serviços, sendo destinadas exclusivamente aos ocupantes de cargos efetivos.

Parágrafo Único - Os servidores designados para exercerem funções de confiança terão o direito de perceber o vencimento da carreira mais adicional de 15% (quinze por cento) do salário base inicial, a título de função gratificação estipulada no anexo II desta Lei Complementar.

Art. 15º - Os ocupantes de cargo de carreira que forem nomeados para exercer cargos de provimento em comissão deverão optar pela maior remuneração entre os cargos.

Art. 16º - Todo servidor público que vier a ocupar cargo em comissão terá resguardado o seu direito de retornar ao seu cargo e vencimento de origem, quando ocorrer a exoneração do cargo comissionado.

Art. 17º - As gratificações e subsídios pagos no exercício da função ou fora dela, não se incorporarão, em hipótese alguma aos vencimentos.

Art. 18º - Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Subseção II

Das Funções Gratificadas (FG-1)

Art. 19º - As gratificações de função de confiança referidas no Anexo II deste artigo serão concedidas pelo Presidente da Câmara Municipal como incentivo ao servidor pelo desempenho e responsabilidade da sua função.

§ 1º - A gratificação referida no parágrafo anterior será deferida pelo Presidente levando-se em consideração a necessidade do serviço, o seu grau de importância, a responsabilidade e a dedicação do servidor.

§ 2º - Fica assegurado as Funções Gratificadas (FG-1) constantes nesta lei e seu anexo II.

Art. 20º - As funções de confiança a que se refere o art. 19 desta Lei Complementar serão exercidas exclusivamente por servidores de carreira da Câmara Municipal.

§ 1º - Os servidores designados para exercerem funções de confiança terão o direito de perceber o vencimento da carreira mais a gratificação estabelecida para a função.

§ 2º - O servidor, quando designado para exercer a função de confiança de que trata o art. 18 desta Lei Complementar terá dedicação exclusiva no trabalho, não fazendo jus ao recebimento de horas extras pelo exercício da função além do horário normal de expediente.

Art. 21º - O servidor efetivo que vier a ocupar cargo em comissão terá resguardado o direito de retornar ao cargo e vencimento de origem quando ocorrer à exoneração do cargo comissionado para o qual tiver sido nomeado.

Art. 22º - As vantagens pecuniárias percebidas pelo servidor não serão computadas nem acumuladas para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Seção IV

Da Acumulação de Cargos

Art. 23º - Será permitida a acumulação de cargos remunerados somente nos casos previstos no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, observando-se o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 24º - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal com a remuneração do cargo ou função pública, com ressalva para os cargos acumuláveis na forma do artigo anterior, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

CAPÍTULO IV

Do Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional

Art. 25º - O Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional é o conjunto de procedimentos administrativos direcionados para o acompanhamento, desenvolvimento e avaliação do desempenho funcional do servidor.

Parágrafo único. O Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional compreende as ações voltadas para o estabelecimento de padrões de atuação funcional compatíveis com a realização dos objetivos da administração municipal e para a orientação do servidor em seu posto de trabalho, culminando com a produção de informações sobre o seu desempenho, eficiência e potencial no serviço público.

Art. 26º - Fica criada a Comissão Especial de Avaliação Anual de Desempenho

Funcional, para atendimento do disposto no artigo anterior, que processará a avaliação dos servidores a cada dois anos, sempre no mês de dezembro do 2º Período Legislativo da 1ª e da 3ª Sessão Legislativa de cada Legislatura que se inicia, tendo por base a ficha apropriada com critérios definidos nesta Lei Complementar e nas normas a serem regulamentadas por Portaria do Presidente.

Art. 27º - Serão utilizados como padrões para a avaliação do desempenho funcional os seguintes critérios de julgamento:

I – qualidade do trabalho;

II – produtividade no trabalho;

III – capacidade de iniciativa;

IV – presteza;

V – aproveitamento em programas de capacitação;

VI – assiduidade;

VII – pontualidade;

VIII – administração do tempo;

IX – uso adequado dos equipamentos de serviço.

§ 1º - Os critérios de julgamento mencionados nos incisos do caput poderão ser adaptados em conformidade com as peculiaridades das funções do cargo exercido pelo servidor e com as atribuições do órgão ou da entidade a que esteja vinculado.

§ 2º - Os critérios de avaliação deverão ser divulgados com antecedência para ciência de todos os servidores e aplicados homogeneamente entre funções e cargos de atribuições iguais e assemelhadas, garantindo-se ao servidor o acesso ao seu processo e à ampla defesa.

§ 3º - Será fixada uma pontuação mínima de 70% (setenta por cento) de ponderação para os critérios referidos nos incisos do caput, adotando, como tal, os seguintes conceitos de avaliação:

I – excelente, de 90 (noventa) a 100% (cem por cento);

II – bom, 70 (setenta) a 89% (oitenta e nove por cento);

III – regular, 50 (cinquenta) a 69% (sessenta e nove por cento);

IV – insatisfatório, abaixo de 50% (cinquenta por cento).

§ 4º - Concluída a avaliação de desempenho dos servidores será obrigatória a indicação dos fatos, das circunstâncias e dos demais elementos de convicção no seu termo final, inclusive o relatório referente ao colhimento de provas testemunhais e documentais, quando for o caso.

§ 5º - Quando o termo de avaliação anual concluir pelo desempenho insatisfatório ou regular do servidor deverá indicar as medidas necessárias de correção, em especial aquelas destinadas a promover a respectiva capacitação ou treinamento.

§ 6º - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação do seu desempenho, obedecendo aos preceitos contidos nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, do contraditório e da ampla defesa.

§ 7º - O servidor será notificado do conceito anual que lhe for atribuído, podendo requerer reconsideração para a autoridade que homologou a avaliação no prazo máximo de 10 (dez) dias, cujo pedido será analisado em igual prazo.

§ 8° - Os conceitos anuais atribuídos ao servidor, os instrumentos de avaliação e os respectivos resultados, a indicação dos elementos de convicção e prova dos fatos narrados na avaliação, os recursos interpostos, bem como as metodologias e os critérios utilizados na mesma serão arquivados em pastas ou base de dados individuais, permitida a consulta pelo avaliado a qualquer tempo.

§ 9º - A Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Funcional terá amplo acesso a todas as fichas de avaliação e poderá emitir tanto opinião quanto orientação a respeito das mesmas.

Art. 28º - A coordenação geral do Sistema de Avaliação de Desempenho

Funcional é de responsabilidade da Secretaria Geral da Câmara, que deverá encarregar-se de promover todo o apoio técnico aos programas de treinamentos necessários ao seu desenvolvimento, bem como dar o encaminhamento cabível às questões suscitadas a partir das avaliações.

Art. 29º - A Comissão Especial de Avaliação Anual de Desempenho Funcional terá as seguintes atribuições:

I – revisar o preenchimento das fichas de avaliação, retornando-as ao avaliador, caso alguma dúvida seja suscitada, com o objetivo de evitar erros na conclusão da avaliação do desempenho funcional;

II – emitir pareceres sobre o resultado das avaliações, especialmente para efeito de estágio probatório;

III – indicar ao responsável pela área de recursos humanos os programas de treinamento e de acompanhamento sócio funcional, com o objetivo de aprimorar o desempenho dos servidores, melhorando assim a eficiência e produtividade nas unidades administrativas da instituição pública;

IV – analisar, emitir parecer conclusivo e decidir sobre os processos de discordância na formalização final da avaliação;

V – apreciar as ocorrências de desempenho insuficiente para subsidiar ações de sua recuperação e demais medidas administrativas;

VI – avaliar o funcionamento do Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional no âmbito da Câmara Municipal, propondo ações corretivas mantenedoras;

VII – desenvolver outras ações relacionadas com o desempenho funcional do servidor.

Art. 30º - A comissão de que trata o art. 25 desta Lei Complementar terá duração indeterminada e deverá manter a seguinte composição mínima:

I – Secretário da Mesa Diretora;

II – um representante de classe dos Servidores Efetivos;

III – O Secretário Geral;

IV – um representante dos vereadores.

Art. 31º - Na hipótese de insuficiência de desempenho funcional a comissão de avaliação deverá encaminhar o servidor para um processo de capacitação, tendo em vista sua plena recuperação para o desempenho do respectivo cargo.

Art. 32º - No caso de persistir a situação de insuficiência do servidor, esgotados todos os meios para a sua recuperação, deverá ser aberto processo administrativo para a demissão do mesmo, sendo-lhe assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 33º - A Avaliação de Desempenho Funcional será processada a cada dois anos, e terá por base Ficha de Avaliação de Desempenho conforme Anexo IV.

§ 1º - As médias de cada item da avaliação, bem como o resultado final, deverão ser comunicadas ao servidor.

§ 2° - A comissão de Avaliação terá amplo acesso a todas as Fichas de Avaliação.

§ 3º - A Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional, poderá, através de ato do Presidente, promover mudanças na Ficha de Avaliação Funcional, para aperfeiçoamento do sistema.

CAPÍTULO V

Da Evolução Funcional

Art. 34º - As formas de evolução funcional, instituídas por esta Lei Complementar são as seguintes:

I – Promoção Horizontal e;

II – Promoção Vertical.

Art. 35º – Não será concedida progressão a servidor:

I – em estágio probatório com menos de três anos de serviço na Câmara Municipal;

II – que tenha atingido o ultimo nível da tabela correspondente à classe/cargo em que se enquadra;

III – Inativo;

IV – Cedido a outro ente, desde que não seja nos casos por interesse da Administração Municipal.

Seção I

Da Promoção Horizontal

Art. 36º - A promoção horizontal, que é a movimentação nas classes, ocorrerá de acordo com os seguintes procedimentos:

I – apresentação de requerimento do interessado acompanhado da documentação comprobatória dos cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional realizado a partir da promulgação da presente Lei, que deverá ser analisado e aceito ou não pela Comissão Especial de Avaliação e Desempenho Funcional.

II – Para a promoção horizontal deverá cumprir o intervalo mínimo de 03 (três) anos para elevação de uma classe a outra subsequente.

III – Os coeficientes para os aumentos dos vencimentos de uma classe para a subsequente ficam estabelecidos os seguintes:

a) Classe A: 1,00;

b) Casse B: 1,10;

c) Classe C: 1,15;

d) Classe D: 1,40;

e) Classe E: 1,85.

§ 1º - As classes de cada nível são estruturadas em linha horizontal que variam da letra A até a letra E, de acordo com os grupos ocupacionais e a evolução escolar e da qualificação dos cargos.

I – Desde que seja na área de atuação do respectivo servidor.

II - Devem conter a carga horária, e o instrutor no corpo de Certificado, e o conteúdo programático no verso;

III – Os cursos realizados “on-line” somente serão aceitos se atendidos o descrito no inciso I e II deste artigo, sendo a Escola/Instituição organizadora do curso de reconhecida capacidade técnica para cursos on-line.

§ 2º - Os ocupantes de cargos cujo provimento exija escolaridade de ensino superior serão promovidos de acordo com os dispositivos abaixo nas classes da letra “A” à letra “E”:

I - Classe A, habilitação especifica de grau superior;

II – Classe B, requisito da classe A, mais 180 (cento e oitenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;

III – Classe C, requisito da classe B, mais 260 (duzentos e sessenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;

IV – Classe D, requisito da classe C, mais título de especialista ou equivalente;

V – Classe E, requisitos da Classe D mais 01 (uma) especialização lato senso, com carga horária mínima a de 360 (trezentos e sessenta) horas e monografia aprovada ou mais uma formação de nível superior ou mestrado ou doutorado.

§ 3º - Os ocupantes de cargos cujo provimento exijam escolaridade de grau médio serão promovidos de acordo com os dispositivos abaixo nas classes da letra A à letra E:

I – Classe A, formação escolar de ensino médio, profissionalizante ou não;

II – Classe B, requisitos da Classe A, mais 180 (cento e oitenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ ou capacitação profissional.

III – Classe C, requisitos da Classe B, mais curso superior completo na área ligada as suas atribuições;

IV – Classe D, requisitos da Classe C, mais título de especialização ou pós-graduação na área ligada as suas atribuições;

V – Classe E, requisitos da Classe D mais 01 (uma) especialização

lato senso, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas e monografia aprovada ou mais uma formação de nível superior ou mestrado ou doutorado.

§ 4º - Os ocupantes de cargos cujo provimento exijam escolaridade de ensino fundamental serão promovidos de acordo com os dispositivos a seguir nas classes da letra A à letra E:

I – Classe A, formação em ensino fundamental completo;

II – Classe B, requisitos da Classe A, mais 80 (oitenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.

III – Classe C, requisitos da Classe B, mais curso de ensino médio completo;

IV – Classe D, requisitos da Classe C, mais 120 (cento e vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.

V – Classe E, requisitos da Classe D mais curso superior completo.

§ 5º - Todos os diplomas dos cursos referidos neste artigo deverão atender às normas do Conselho Nacional de Educação.

§ 6º - A promoção horizontal não será concedida antes da aprovação no estágio probatório para os novos servidores concursados.

Seção II

Da Promoção Vertical

Art. 37º – A promoção vertical, que é a movimentação nos níveis,dar-se-á por meio de evolução nos níveis da carreira para outrosubsequente da mesma classe, condicionada à apuraçãodo efetivo exercício do cargo a cada interstício de três anos por meioda avaliação anual de desempenho funcional obrigatória, quedeverá ser efetivada no mês de dezembro, para vigera partir de1º de janeiro do ano seguinte:

§ 1º - A não realização da Avaliação descrita no caput deste artigo implica na avaliação tácita positiva de todos os servidores.

§ 2º - Terá direito à progressão funcional na carreira o servidor que obtiver, no mínimo, 70% dos pontos alcançados na média das avaliações anuais de desempenho.

§ 3º - O tempo de serviço do servidor de carreira em exercício de cargo em comissão no Poder Legislativo Municipal será contado para os efeitos do disposto no caput, excluindo-se o tempo de serviço em disponibilidade para órgão de outra esfera de governo e qualquer período de afastamento não remunerado.

Art. 38º - Não terá direito à evolução nos níveis da carreira o servidor que, em cada interstício de dois anos:

I – Tenha gozado, por período superior a seis meses, as licenças mencionadas na Lei Complementar Municipal nº 09, de 10 de março de 2000 – Regime Jurídico dos Servidores do Município de Água Boa, exceto Licença Prêmio;

II – somar três penalidades de advertência ou de suspensão disciplinar;

III - Tenha 5 (cinco) ou mais faltas injustificadas no exercício em questão;

IV – cedido a órgão de outra esfera de governo e/ou poder, desde que não seja cedido por interesse da Administração Municipal.

Art. 39º - Para a progressão vertical, a diferença entre um nível e o imediatamente será de 6% (seis por cento), conforme tabela salarial, anexo III

CAPÍTULO VI

Das Despesas com Pessoal

Art. 40º - O Poder Legislativo Municipal não poderá despender com pessoal mais do que 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida do município, na forma do artigo 169 da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal n.º 01/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 1º - Para os fins deste artigo, consideram-se:

I – Despesas Totais com Pessoal: o somatório das despesas de pessoal e encargos sociais do Poder Legislativo, considerando-se os ativos, inativos e pensionista, excetuando-se as obrigações relativas a indenizações por demissões, inclusive gastas com incentivos à demissão voluntária;

II – Despesa de Pessoal: o somatório dos gastos com qualquer espécie remuneratória tais como vencimentos, vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria e pensões provenientes de cargos ou funções públicas civis ou de membros do Poder, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza;

III – Encargos Sociais: o somatório das despesas com os encargos sociais inclusive as contribuições para as entidades de previdência social;

IV – Receita Corrente Líquida Municipal: o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços e outras receitas correntes, com as transferências correntes, destas excluídas as transferências intragovernamentais.

§ 2º - Nas demais normas relativas ao gasto com pessoal deverão ser observadas as disposições da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

§ 3º - Excluem-se do cômputo das despesas referidas no inciso I deste artigo as verbas consideradas indenizatórias na forma da lei.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 41º - A presente Lei Complementar se aplica aos servidores públicos municipais do Poder Legislativo.

Art. 42º - A composição e a forma de remuneração dos servidores públicos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal passam a vigorar de acordo com as disposições desta Lei Complementar.

Art. 43º - As descrições sintética e analítica das atribuições dos cargos constam do anexo V desta Lei Complementar.

Art. 44º - A carga horária oficial de trabalho dos servidores da Câmara

Municipal é de quarenta horas semanais, sendo fixado pelo Presidente, atendendo as necessidades da população, a natureza das funções e as características das repartições.

§ 1° - A Administração da Câmara poderá adotar a carga horária de trinta horas semanais em turno único de seis horas diárias, de acordo com a conveniência administrativa e financeira do município.

§ 2° - Em qualquer caso que envolva redução de carga horária para seis horas semanais, bem como o retorno para oito horas semanais, não haverá alteração de vencimento.

Art. 45º - O turno de trabalho dos ocupantes de cargo de vigilante é de doze horas corridas por trinta e seis horas de descanso, podendo a administração estabelecer outra carga horária que melhor convier ao interesse público.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Transitórias

Seção Única

Do Enquadramento e Reenquadramento Funcional

Art. 46º - Os servidores já ingressados na carreira serão enquadrados ou reenquadrados nos dispositivos desta Lei Complementar, no máximo, até 180 (cento e oitenta) dias contados da sua publicação.

§ 1º - Os critérios de enquadramento ou reenquadramento funcional são os seguintes:

I – horizontal, que se dará em conformidade com as regras estabelecidas no art.32, devendo o servidor apresentar o certificado de conclusão ou diploma que for necessário ao enquadramento ou reenquadramento, até (30) trinta dias após a aprovação desta Lei Complementar.

II – vertical, cujo enquadramento ou reenquadramento se dará com base no tempo de serviço do servidor, da seguinte forma:

a) com até três anos completos, nível I;

b) de três a seis anos completos, nível II;

c) de seis a nove anos completos; nível III;

d) de nove a doze anos completos, nível IV;

e) de doze a quinze anos completos, nível V;

f) de quinze a dezoito anos completos, nível VI;

g) de dezoito a vinte e um anos completos, nível VII;

h) de vinte e um a vinte e quatro anos completos, nível VIII;

i) de vinte e quatro a vinte e sete anos completos, nível IX;

j) de vinte e sete a trinta anos completos, nível X;

k) de trinta a trinta e três anos completos, nível XI, e;

l) acima de trinta e três anos, nível XII.

§ 2º - No caso do vencimento do servidor já se encontrar acima da referência resultante do seu enquadramento, o mesmo será enquadrado na referência de nível imediatamente superior, desde que a sua posição na tabela atual não tenha sido obtida de forma irregular.

§ 3º - No caso de ter havido enquadramento anterior irregular o servidor envolvido ficará com o seu vencimento congelado até alcançar o tempo necessário para receber os benefícios deste plano de cargos, tendo direito apenas às correções e reajustes aplicáveis a todos os demais servidores.

§ 4º - Será considerado para efeito de enquadramento todo o tempo de serviço público prestado à Câmara municipal, depois da posse em decorrência da aprovação em concurso público, salvo casos previstos no artigo 33 da Constituição Federal.

§ 5º - O enquadramento dos servidores na presente Lei Complementar será efetuado no prazo previsto no caput deste artigo por uma comissão de servidores nomeada por portaria para atender a esta finalidade.

§ 6º - Depois de divulgado o resultado do enquadramento o servidor terá o prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recurso devidamente fundamentado.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Finais

Art. 47º - Nenhum servidor público municipal poderá perceber vencimento inferior ao salário mínimo fixado no país, ressalvado o caso de pagamento proporcional à carga horária trabalhada.

Parágrafo Único. O pagamento proporcional de que trata o caput se refere ao servidor que, mediante autorização da autoridade competente, exerça apenas a metade da carga horária estabelecida para o seu cargo.

Art. 48º - A revisão geral de vencimento dos servidores públicos dar-se-á no mês de abril de cada ano, considerando-se este mês como data base para todas as categorias funcionais.

§ 1º - O percentual de reajuste, será único para todas as categorias funcionais deste plano, inclusive aposentados e pensionistas e deverá ser estabelecido por lei específica de iniciativa do Poder Executivo.

§ 2º - O reajuste para os servidores públicos municipais abrangidos por este plano será apurado com base no INPC/IBGE acumulado nos últimos doze meses contados da data da sua concessão.

§ 3º - Excluem-se do disposto no parágrafo anterior os casos de equiparação de vencimento por força do mercado de trabalho.

Art. 49º - Na realização de concurso público serão reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das vagas disponíveis, atendidos os requisitos para a investidura e observada a compatibilidade das atribuições do cargo com o grau de deficiência do candidato.

§ 1º - Às pessoas portadoras de necessidades especiais fica assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadoras, devendo fazer constar estas informações, obrigatoriamente, na ficha de inscrição respectiva, respeitando-se em todos os casos a legislação federal específica.

§ 2º - Não serão destinadas para os portadores de necessidades especiais as vagas existentes para os cargos operacionais, ou seja, para aqueles cargos que impliquem em adaptações do equipamento, como veículos.

Art. 50º - As gratificações e subsídios pagos no exercício da função comissionada ou fora dela não se incorporarão aos vencimentos, em hipótese alguma, a partir da entrada em vigor da presente Lei Complementar.

Art. 51º - A remuneração mensal de qualquer servidor público municipal não poderá ser superior à remuneração do Prefeito Municipal.

Art. 52º - As normas complementares necessárias ao cumprimento desta Lei Complementar deverão ser criadas por decreto do Legislativo, no prazo de cento e oitenta dias contados da publicação desta Lei Complementar.

Art. 53º - Fica declarado em extinto, o cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 54º - O salário-família estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais será devido aos servidores cuja remuneração seja menor ou igual àquela estabelecida pelo Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único - O salário-família a ser pago ao servidor de baixa renda também deverá observar o valor estabelecido pelo regime de que trata o caput.

Art. 55º - As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta do Orçamento Anual, suplementadas, se necessário, nos termos da legislação orçamentária pertinente.

Art. 56º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 10 de abril de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	FAIXA / CLASSE	FAIXA / NÍVEL	N° DE CARGOS	VENCIMENTO INICIAL EM R$
Grupo Ocupacional Serviços Elementares					
Agente de Serviços Gerais	Ensino Fund. completo	A/E	1/12	02	954,60
Vigilante	Ensino Fund. completo	A/E	1/12	02	954,60
Grupo Ocupacional Serviços Administrativos					
Agente Administrativo	Ensino Médio Completo	A/E	1/12	05	2.000,00
Recepcionista/Telefonista	Ensino Fund. Completo	A/E	1/12	01	1,272,24
Assistente de Informática	Ensino Médio Completo	A/E	1/12	01	2.000,00
Atendente	Ensino Fund. Completo	A/E	1/12	01	1.111,00
Grupo Ocupacional Serviços Administrativo – Nível Superior					
DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	**NÍVEL DE ESCOLARIDADE**	**FAIXA / CLASSE**	**FAIXA / NÍVEL**	**N° DE CARGOS**	**VENCIMENTO INICIAL EM R$**
Grupo Ocupacional Técnico de Nível Superior					
Contador	Ensino Superior Completo	A/E	1/12	1	4.603,43
Auditor de Controle Interno	Ensino Superior Completo	A/E	1/12	1	4.603,43
Advogado	Ensino Superior Completo	A/E	1/12	1	4.512,60

ANEXO II

ITEM 1 - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE	*VENCIMENTOS*
SECRETÁRIO GERAL	CC-1	01	**R$ 6.400,00**
ASSESSOR JURÍDICO	CC-2	01	R$ 4.512,60
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO	CC-2	01	R$ 2.000,00
ASSESSOR PARLAMENTAR	CC-3	02	R$ 2.000,00
ASSESSOR(A) SECRETÁRIA GERAL	CC-4	01	R$ 1.272,74

ITEM 2 - FUNÇÕES GRATIFICADAS - EXCLUSIVAS DE OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE	*VENCIMENTO*
CHEFE DE DEPARTAMENTO	FG-1	01	15% sobre o Salário Base Inicial do Servidor

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS

GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS OPERACIONAIS ELEMENTARES/ADMINISTRATIVO

PLANILHA DE VENCIMENTOS - AGENTE SERVIÇOS GERAIS E VIGILANTE - 40 HORAS						
Classe/Nível	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	
1,00	**1,10**	**1,15**	**1,40**	**1,85**		
Ensino Fund.Completo	**Ensino Fund. Comp.+80hs**	**Ensino Médio Completo**	**Ens. Médio Comp. + 120 hs**	**Ensino Superior**		
1	1,0000	R$ 1.054,60	R$ 1.160,06	R$ 1.212,79	R$ 1.476,44	R$ 1.951,01

2	1,0600	R$ 1.117,88	R$ 1.229,66	R$ 1.285,56	R$ 1.565,03	R$ 2.068,07
3	1,1200	R$ 1.181,15	R$ 1.299,27	R$ 1.358,32	R$ 1.653,61	R$ 2.185,13
4	1,1800	R$ 1.244,43	R$ 1.368,87	R$ 1.431,09	R$ 1.742,20	R$ 2.302,19
5	1,2400	R$ 1.307,70	R$ 1.438,47	R$ 1.503,86	R$ 1.830,79	R$ 2.419,25
6	1,3000	R$ 1.370,98	R$ 1.508,08	R$ 1.576,63	R$ 1.919,37	R$ 2.536,31
7	1,3600	R$ 1.434,26	R$ 1.577,68	R$ 1.649,39	R$ 2.007,96	R$ 2.653,37
8	1,4200	R$ 1.497,53	R$ 1.647,29	R$ 1.722,16	R$ 2.096,54	R$ 2.770,43
9	1,4800	R$ 1.560,81	R$ 1.716,89	R$ 1.794,93	R$ 2.185,13	R$ 2.887,49
10	1,5400	R$ 1.624,08	R$ 1.786,49	R$ 1.867,70	R$ 2.273,72	R$ 3.004,56
11	1,6000	R$ 1.687,36	R$ 1.856,10	R$ 1.940,46	R$ 2.362,30	R$ 3.121,62
12	1,6600	R$ 1.750,64	R$ 1.925,70	R$ 2.013,23	R$ 2.450,89	R$ 3.238,68

GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVOS

PLANILHA DE VENCIMENTOS - AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS						
Classe/Nível	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	
1,00	**1,10**	**1,15**	**1,40**	**1,85**		
Ensino Médio	**Ensino Médio+180hs**	**Ensino Superior**	**Especialização**	**Mestrado/Doutorado**		
1	1,0000	R$ 2.033,13	R$ 2.236,44	R$ 2.338,10	R$ 2.846,38	R$ 3.761,29
2	1,0600	R$ 2.155,12	R$ 2.370,63	R$ 2.478,39	R$ 3.017,16	R$ 3.986,97
3	1,1200	R$ 2.277,11	R$ 2.504,82	R$ 2.618,67	R$ 3.187,95	R$ 4.212,65
4	1,1800	R$ 2.399,09	R$ 2.639,00	R$ 2.758,96	R$ 3.358,73	R$ 4.438,32
5	1,2400	R$ 2.521,08	R$ 2.773,19	R$ 2.899,24	R$ 3.529,51	R$ 4.664,00
6	1,3000	R$ 2.643,07	R$ 2.907,38	R$ 3.039,53	R$ 3.700,30	R$ 4.889,68
7	1,3600	R$ 2.765,06	R$ 3.041,56	R$ 3.179,82	R$ 3.871,08	R$ 5.115,36
8	1,4200	R$ 2.887,04	R$ 3.175,75	R$ 3.320,10	R$ 4.041,86	R$ 5.341,03
9	1,4800	R$ 3.009,03	R$ 3.309,94	R$ 3.460,39	R$ 4.212,65	R$ 5.566,71
10	1,5400	R$ 3.131,02	R$ 3.444,12	R$ 3.600,67	R$ 4.383,43	R$ 5.792,39
11	1,6000	R$ 3.253,01	R$ 3.578,31	R$ 3.740,96	R$ 4.554,21	R$ 6.018,06
12	1,6600	R$ 3.375,00	R$ 3.712,50	R$ 3.881,25	R$ 4.724,99	R$ 6.243,74

GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVOS PLANILHA DE VENCIMENTOS - ASSISTENTE DE INFORMATICA - 40 HORAS

PLANILHA DE VENCIMENTOS - ASSISTENTE DE INFORMATICA - 40 HORAS						
Classe/Nível	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	
1,00	**1,10**	**1,15**	**1,40**	**1,85**		
Ensino Médio	**Ensino Médio+180hs**	**Ensino Superior**	**Especialização**	**Mestrado/Doutorado**		
1	1,0000	R$ 2.033,13	R$ 2.236,44	R$ 2.338,10	R$ 2.846,38	R$ 3.761,29
2	1,0600	R$ 2.155,12	R$ 2.370,63	R$ 2.478,39	R$ 3.017,16	R$ 3.986,97
3	1,1200	R$ 2.277,11	R$ 2.504,82	R$ 2.618,67	R$ 3.187,95	R$ 4.212,65
4	1,1800	R$ 2.399,09	R$ 2.639,00	R$ 2.758,96	R$ 3.358,73	R$ 4.438,32
5	1,2400	R$ 2.521,08	R$ 2.773,19	R$ 2.899,24	R$ 3.529,51	R$ 4.664,00
6	1,3000	R$ 2.643,07	R$ 2.907,38	R$ 3.039,53	R$ 3.700,30	R$ 4.889,68
7	1,3600	R$ 2.765,06	R$ 3.041,56	R$ 3.179,82	R$ 3.871,08	R$ 5.115,36
8	1,4200	R$ 2.887,04	R$ 3.175,75	R$ 3.320,10	R$ 4.041,86	R$ 5.341,03
9	1,4800	R$ 3.009,03	R$ 3.309,94	R$ 3.460,39	R$ 4.212,65	R$ 5.566,71
10	1,5400	R$ 3.131,02	R$ 3.444,12	R$ 3.600,67	R$ 4.383,43	R$ 5.792,39

11	1,6000	R$ 3.253,01	R$ 3.578,31	R$ 3.740,96	R$ 4.554,21	R$ 6.018,06
12	1,6600	R$ 3.375,00	R$ 3.712,50	R$ 3.881,25	R$ 4.724,99	R$ 6.243,74

GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVOS

PLANILHA DE VENCIMENTOS - ATENDENTE - 40 HORAS						
Classe/Nível	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	
1,00	**1,10**	**1,15**	**1,40**	**1,85**		
Ensino Médio	**Ensino Médio+180hs**	**Ensino Superior**	**Especialização**	**Mestrado/Doutorado**		
1	1,00	R$ 1.111,00	R$ 1.222,10	R$ 1.277,65	R$ 1.555,40	R$ 2.055,35
2	1,06	R$ 1.177,66	R$ 1.295,43	R$ 1.354,31	R$ 1.648,72	R$ 2.178,67
3	1,12	R$ 1.244,32	R$ 1.368,75	R$ 1.430,97	R$ 1.742,05	R$ 2.301,99
4	1,18	R$ 1.310,98	R$ 1.442,08	R$ 1.507,63	R$ 1.835,37	R$ 2.425,31
5	1,24	R$ 1.377,64	R$ 1.515,40	R$ 1.584,29	R$ 1.928,70	R$ 2.548,63
6	1,30	R$ 1.444,30	R$ 1.588,73	R$ 1.660,95	R$ 2.022,02	R$ 2.671,96
7	1,36	R$ 1.510,96	R$ 1.662,06	R$ 1.737,60	R$ 2.115,34	R$ 2.795,28
8	1,42	R$ 1.577,62	R$ 1.735,38	R$ 1.814,26	R$ 2.208,67	R$ 2.918,60
9	1,48	R$ 1.644,28	R$ 1.808,71	R$ 1.890,92	R$ 2.301,99	R$ 3.041,92
10	1,54	R$ 1.710,94	R$ 1.882,03	R$ 1.967,58	R$ 2.395,32	R$ 3.165,24
11	1,60	R$ 1.777,60	R$ 1.955,36	R$ 2.044,24	R$ 2.488,64	R$ 3.288,56
12	1,66	R$ 1.844,26	R$ 2.028,69	R$ 2.120,90	R$ 2.581,96	R$ 3.411,88

GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVOS

CONTADOR E AUDITOR DE CONTROLE INTERNO						
Classe/Nível	**A**	**B**	**C**	D	**E**	
1,00	**1,10**	**1,15**	**1,40**	**1,85**		
Superior Completo	**Qualif./capac./180Hs**	**Qualif./capac./260Hs**	**Especialização**	**Mestrado/Doutorado**		
1	1,00	R$ 4.603,43	R$ 5.063,77	R$ 5.293,94	R$ 6.444,80	R$ 8.516,35
2	1,06	R$ 4.879,64	R$ 5.367,60	R$ 5.611,58	R$ 6.831,49	R$ 9.027,33
3	1,12	R$ 5.155,84	R$ 5.671,43	R$ 5.929,22	R$ 7.218,18	R$ 9.538,31
4	1,18	R$ 5.432,05	R$ 5.975,25	R$ 6.246,85	R$ 7.604,87	R$ 10.049,29
5	1,24	R$ 5.708,25	R$ 6.279,08	R$ 6.564,49	R$ 7.991,55	R$ 10.560,27
6	1,30	R$ 5.984,46	R$ 6.582,90	R$ 6.882,13	R$ 8.378,24	R$ 11.071,25
7	1,36	R$ 6.260,66	R$ 6.886,73	R$ 7.199,76	R$ 8.764,93	R$ 11.582,23
8	1,42	R$ 6.536,87	R$ 7.190,56	R$ 7.517,40	R$ 9.151,62	R$ 12.093,21
9	1,48	R$ 6.813,08	R$ 7.494,38	R$ 7.835,04	R$ 9.538,31	R$ 12.604,19
10	1,54	R$ 7.089,28	R$ 7.798,21	R$ 8.152,67	R$ 9.925,00	R$ 13.115,17
11	1,60	R$ 7.365,49	R$ 8.102,04	R$ 8.470,31	R$ 10.311,68	R$ 13.626,15
12	1,66	R$ 7.641,69	R$ 8.405,86	R$ 8.787,95	R$ 10.698,37	R$ 14.137,13

GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVOS

ADVOGADO 40 HORAS						
Classe/Nível	**A**	**B**	**C**	D	**E**	
1,00	**1,10**	**1,15**	**1,40**	**1,85**		
Superior Completo	**Qualif./capac./180Hs**	**Qualif./capac./260Hs**	**Especialização**	**Mestrado/Doutorado**		
1	1,00	R$ 3.742,43	R$ 4.116,67	R$ 4.303,79	R$ 5.239,40	R$ 6.923,49
2	1,06	R$ 3.966,97	R$ 4.363,67	R$ 4.562,02	R$ 5.553,76	R$ 7.338,90
3	1,12	R$ 4.191,52	R$ 4.610,67	R$ 4.820,24	R$ 5.868,12	R$ 7.754,30
4	1,18	R$ 4.416,06	R$ 4.857,67	R$ 5.078,47	R$ 6.182,49	R$ 8.169,71
5	1,24	R$ 4.640,61	R$ 5.104,67	R$ 5.336,70	R$ 6.496,85	R$ 8.585,12
6	1,30	R$ 4.865,15	R$ 5.351,67	R$ 5.594,93	R$ 6.811,21	R$ 9.000,53
7	1,36	R$ 5.089,70	R$ 5.598,67	R$ 5.853,15	R$ 7.125,58	R$ 9.415,94
8	1,42	R$ 5.314,24	R$ 5.845,67	R$ 6.111,38	R$ 7.439,94	R$ 9.831,35
9	1,48	R$ 5.538,79	R$ 6.092,67	R$ 6.369,61	R$ 7.754,30	R$ 10.246,76
10	1,54	R$ 5.763,33	R$ 6.339,67	R$ 6.627,83	R$ 8.068,67	R$ 10.662,17
11	1,60	R$ 5.987,88	R$ 6.586,67	R$ 6.886,06	R$ 8.383,03	R$ 11.077,58
12	1,66	R$ 6.212,43	R$ 6.833,67	R$ 7.144,29	R$ 8.697,40	R$ 11.492,99

GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVOS

RECEPCIONISTA/TELEFONISTA - 40 HORAS						
Classe/Nível	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	
1,00	**1,10**	**1,15**	**1,40**	**1,85**		
Ens. Fund. Completo	**Ens. Fund. + 80 hs Curso**	**Ensino Médio Completo**	**Ens. Médio + 12 hs Curso**	**Ens. Superior Completo**		
1	1,00	R$ 1.272,24	R$ 1.399,46	R$ 1.463,07	R$ 1.781,13	R$ 2.353,64
2	1,06	R$ 1.348,57	R$ 1.483,43	R$ 1.550,86	R$ 1.888,00	R$ 2.494,86
3	1,12	R$ 1.424,91	R$ 1.567,40	R$ 1.638,64	R$ 1.994,87	R$ 2.636,08

4	1,18	R$ 1.501,24	R$ 1.651,37	R$ 1.726,43	R$ 2.101,74	R$ 2.777,30
5	1,24	R$ 1.577,58	R$ 1.735,33	R$ 1.814,21	R$ 2.208,61	R$ 2.918,52
6	1,30	R$ 1.653,91	R$ 1.819,30	R$ 1.902,00	R$ 2.315,47	R$ 3.059,73
7	1,36	R$ 1.730,25	R$ 1.903,27	R$ 1.989,78	R$ 2.422,34	R$ 3.200,95
8	1,42	R$ 1.806,58	R$ 1.987,24	R$ 2.077,57	R$ 2.529,21	R$ 3.342,17
9	1,48	R$ 1.882,91	R$ 2.071,21	R$ 2.165,35	R$ 2.636,08	R$ 3.483,39
10	1,54	R$ 1.959,25	R$ 2.155,17	R$ 2.253,14	R$ 2.742,95	R$ 3.624,61
11	1,60	R$ 2.035,58	R$ 2.239,14	R$ 2.340,92	R$ 2.849,82	R$ 3.765,83
12	1,66	R$ 2.111,92	R$ 2.323,11	R$ 2.428,70	R$ 2.956,68	R$ 3.907,05

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

PROJETO LEI LEGISLATIVO COMPLEMENTAR Nº 002/2017

De 03 de Abril de 2017.

AUTORIA: Mesa Diretora da Câmara Municipal

"Dispõe sobre a organização administrativa da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso e, dá outras providências".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 03 de abril de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPITULO I

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA BÁSICA

Art. 1º - A Câmara Municipal de Água Boa, para a execução dos serviços sob a sua responsabilidade apresenta a seguinte organização administrativa básica:

I - ÓRGÃO DE DIREÇÃO SUPERIOR

Mesa Diretora

II – ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

Assessoria Jurídica

Assessoria Parlamentar

Assessoria de Comunicação

Assessoria da Secretária Geral

III- ÓRGÃO DE DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Secretaria Geral

1 - UNIDADES DE APOIO PARLAMENTAR

Departamento Legislativo

2 – UNIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Departamento de Administrativo

Departamento de Orçamento e Finanças

3 – UNIDADES DE APOIO JURÍDICO

Departamento Jurídico

CAPÍTULO II

Das Atribuições Comuns aos Titulares de Cargos de Direção e Chefia

Art. 2° - São atribuições comuns a todos os níveis de direção e chefia:

I - programar, organizar, orientar, dirigir, coordenar e supervisionar a execução de todas as tarefas de responsabilidade da direção ou da chefia;

II - promover os meios adequados ao suprimento das necessidades, de modo a assegurar o desempenho da unidade que dirige;

III - assessorar o superior imediato no planejamento e na organização das atividades e dos serviços que lhe forem solicitados;

IV - responsabilizar-se e prestar contas junto à direção ou chefia hierarquicamente superior dos resultados esperados e alcançados;

V - cumprir e fazer cumprir, na área de sua atuação, as normas e regulamentos vigentes;

VI - distribuir os serviços ao pessoal sob sua direção, examinando o andamento dos trabalhos e providenciando sua pronta conclusão;

VII - promover a sistematização das formas de execução dos serviços de sua competência;

VIII - informar e instruir processos de sua área de atuação, encaminhando aqueles que dependem de solução de autoridade imediatamente superior;

IX - proferir despachos interlocutórios em processos cuja decisão caiba ao nível imediatamente superior, e decisórios em processos de sua competência;

X - manter a disciplina do pessoal de seu órgão ou unidade de trabalho;

XI - despachar com o superior hierárquico imediato os assuntos de sua competência.

Art. 3º- O ocupante do cargo de direção e chefia não poderá, em hipótese alguma, escusar-se de decidir em assuntos de sua competência, sob pena de responsabilizar-se pelas conseqüências decorrentes de sua recusa ou omissão.

SEÇÃO ÚNICA – Dos Demais servidores

Art. 4º - Cumpre aos servidores cujas atribuições não foram especificadas nesta Resolução observar as prescrições legais e regulamentares, executar com zelo e presteza as tarefas que lhe forem cometidas, cumprir as ordens e determinações superiores e formular sugestões ao aperfeiçoamento do trabalho.

CAPITULO III

Das Competências Específicas dos Ocupantes dos Cargos de Assessoramento Legislativo

SEÇÃO I

Da Assessoria Jurídica

Art. 5º – A Assessoria Jurídica compete exercer as atividades de:

I – Assessorar a Mesa Diretora e demais Órgão da Câmara Municipal nos assuntos de natureza jurídica submetida a sua apreciação;

II – opinar e emitir parecer sobre os Projetos de Leis em trâmite nesta Casa;

III – dar parecer em editais e processos de licitações, bem como aprovar minutas de contratos administrativos;

IV – representar O Poder Legislativo em juízo ou fora dele;

V – atender às consultas que lhe forem formuladas, emitido parecer a respeito;

VI – participar de comissões de sindicância ou de inquérito administrativo contra servidores da Câmara Municipal;

VII - assessorar a Comissão Geral e as Comissões Temporárias, Representações, inquérito, investigação, processantes e ou especiais;

VIII – manter atualizadas as legislações das esferas municipal, estadual e federal;

IX – executar outras atribuições de natureza jurídica determinadas pela autoridade superior.

SEÇÃO II

Da Assessoria de Comunicação

Art. 6º - Da Assessoria de Comunicação compete exercer as atividades de:

I – Elaborar “releases” para divulgação na imprensa local, regional e nacional;

II – Fotografar, filmar e gravar os eventos em que o Presidente da Câmara ou os

Vereadores participem;

III – Noticiar os atos e fatos do Presidente, dos Vereadores e da Câmara Municipal

Nos órgãos de comunicação do Município;

IV – Acompanhar todos os assuntos de interesse da Câmara e do Município nos

Meios de comunicação; selecionar e resumir os artigos e notícias de interesse da

Câmara, para fins de divulgação e informação;

V – Coletar notícias correspondentes à Câmara Municipal, ao Presidente e aos

Vereadores, para ordená-las em arquivo próprio;

VI – Orientar o Presidente, Vereadores e demais servidores da Câmara sobre normas protocolares e cerimoniais, recepcionar convidados, manter relação atualizada de autoridades federais, estaduais, municipais e outras, organizando e promovendo a solenidade e eventos diversos, inclusive o registro de presença de autoridades e empresários quando de visita dos mesmos ao Município e à Câmara;

VII – elaborar o noticiário da Câmara Municipal;

VIII – planejar campanhas de divulgação administrativa, bem como a preparação de

Informativos e comunicados para o público e interno da Câmara Municipal;

IX – Preparar os atos e documentos para publicação oficial;

X – Fornecer informações e manter contatos com jornalistas credenciados e órgãos de imprensa em geral;

XI – organizar e coordenar as entrevistas coletivas ou exclusivas do Presidente,

Vereadores e, ser for o caso, outras autoridades do Município;

XII – executar outras atividades correlatas.

SEÇÃO III

Do Assessor Parlamentar

Art. 7º. Aos Assessor Parlamentar compete:

I – assessorar os vereadores, no âmbito das comissões;

II – Assessorar os Vereadores na elaboração de proposições e pronunciamentos;

III – realizar pesquisas e estudos e preparar pareceres, relatórios e demais documentos, objetivando fornecer subsídios na elaboração de suas proposições e pronunciamentos;

IV – reunir legislação e documentos de interesse de parlamentar;

V - preparar matérias referentes a pronunciamentos e proposições dos Vereadores;

VI – registrar e controlar as audiências, visitas e reuniões de que deva participar ou tenha interesse os Vereadores;

VII – acompanhar e informar aos vereadores sobre prazos e providências das proposições em tramitação na Câmara;

VIII – incumbir-se da correspondência recebida e expedida pelo parlamentar;

IX – Preparar regularmente sinopse das matérias de interesse dos vereadores, publicadas nos principais órgãos da imprensa;

X – Exercer outras atividades correlatas.

SEÇÃO IV

Art. 8º Ao assessor (a) da Secretária Geral Compete:

I - Assessorar de forma direta a secretária geral da Câmara Municipal

II – Atuar em substituição de servidores, quando lhe solicitado dentro da área de conhecimento.

III – Expedir Correspondências pelos correios

IV – Retirar correspondências recebidas pelos correios

V - Entregar toda e qualquer correspondência emitida pela Câmara de Vereadores.

VI – Realizar digitações, digitalizações, copias etc.

VII – Protocolar documentos.

VIII - Receber, selecionar, ordenar, encaminhar e arquivar documentos.

IX – Exercer outras atividades correlatas.

Parágrafo único - A jornada de trabalho será definida pelo presidente devendo constar em portaria de nomeação.

CAPÍTULO IV

Das Finalidades e da Estrutura Interna da Secretaria Geral

Art. 9° - A Secretaria Geral é o órgão que tem por finalidade planejar, organizar e supervisionar a execução das atividades de apoio parlamentar e dos serviços administrativos e financeiros da Câmara, de acordo com as deliberações do Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A Secretaria Geral apresenta a seguinte estrutura interna:

Departamento Legislativo

Departamento Administrativo

Departamento de Orçamento e Finanças

SEÇÃO ÚNICA

DO SECRETÁRIO GERAL

Art. 10º. Compete ao Secretário Geral

I - quanto às atividades de apoio parlamentar

a)prover osserviços de apoio de secretariar àMesa Diretora, necessários ao bom andamento e controle dos trabalhos legislativos;

b) manter-se em permanente contato com órgãos semelhantes de outras Câmaras, objetivando estabelecer intercâmbio de técnicas e informações sobre seu campo de atuação;

c) planejar e executar os trabalhos de acompanhamento e análise das atividades, objetivando o aperfeiçoamento da organização parlamentar e o estabelecimento e a racionalização de procedimentos legislativos sob sua responsabilidade;

d) planejar e supervisionar a execução de trabalhos que visem a colaboração e o assessoramento à Mesa Diretora, às Comissões e aos Vereadores;

e) desenvolver programação que garanta oportunamente o apoio de secretariado técnico às atividades das Comissões;

f) encaminhar à Mesa Diretora a relação dos projetos em condições de figurarem na Ordem do Dia ou de serem aprovados por dispositivos regimentais;

g) determinar a preparação de proposições, editais, convites e demais atos legislativos, controlando, inclusive, o cumprimento dos prazos estabelecidos;

h) acompanhar o cumprimento dos prazos dos projetos encaminhados para sanção do Executivo Municipal;

i) providenciar o registro e o arquivamento das matérias ultimadas;

j) fazer preparar os Termos de Posse e a Declaração de bens, fichário contendo os dados pessoais dos vereadores;

l) promover e acompanhar a execução das atividades de referência legislativa, sinopse, biblioteca, documentação e arquivo legislativo e histórico da Câmara;

m) exercer outras atividades correlatas.

II - Quanto às atividades de apoio administrativo e financeiro

a)promover esupervisionar a execução de todas as atividades relativas àadministração de pessoal da Câmara;

b) promover e supervisionar a realização de licitações para compra de materiais, obras e serviços necessários às atividades da Câmara;

c) promover e supervisionar as atividades de padronização, aquisição, recebimento, guarda, distribuição e controle do material utilizado;

d) promover e acompanhar as atividades de tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis e imóveis da Câmara;

e) promover e acompanhar as atividades de recebimento, distribuição, controle do andamento e arquivamento dos papéis e documentos de teor administrativo da Câmara;

f) promover e orientar os serviços de conservação, interna e externa, dos prédios, móveis, instalações, máquinas de escritório e equipamentos leves da Câmara;

g) promover e supervisionar as atividades relativas aos veículos da Câmara, bem como acompanhar os serviços de vigilância, limpeza, zeladoria, portaria, copa, reprodução de papéis e documentos, fax e telefonia da Câmara;

h) orientar as unidades da Câmara para a elaboração do orçamento anual, promovendo a organização de um efetivo sistema de acompanhamento e controle orçamentário da Câmara;

i) promover a preparação de relatórios que evidenciem o comportamento geral da execução orçamentária da Câmara;

j) orientar o Departamento de Orçamento e Finanças, visando a compatibilização das tomadas de contas às exigências dos órgãos de controle externo;

l) promover e supervisionar o processamento da despesa e a manutenção atualizada dos registros e controles contábeis da administração financeira, orçamentária e patrimonial da Câmara;

m) promover e supervisionar a preparação dos balancetes, bem como do balanço geral e das prestações de contas da Câmara;

n) promover e acompanhar as atividades de recebimento, pagamento, guarda e movimentação de dinheiros e outros valores da Câmara;

o) exercer outras atividades correlatas.

CAPÍTULO V

Das Unidades de Apoio Parlamentar

SEÇÃO I

Do Departamento Legislativo

Art. 11º. O Departamento Legislativo tem por objetivo à execução das atividades de apoio necessárias ao processo legislativo e às Comissões da Câmara.

.

Art. 12º. Compete ao Departamento Legislativo:

I - Quanto às atividades de apoio ao processo legislativo

a) promover as atividades de gravação, redação e revisão dos debates e pronunciamentos no Plenário;

b) promover as atividades de secretariado relativas à preparação de proposições, bem como redação de atos e revisão e digitação dos pronunciamentos;

c) responsabilizar-se pelos serviços de som e gravação das reuniões do Plenário da Câmara e nas Comissões;

d) encaminhar ao Departamento Administrativo os originais das fitas gravadas, objetivando pronta identificação e localização;

e) fornecer cópias de documentos e discursos mediante autorização do Secretario Executivo;

f) organizar e manter atualizado índice de oradores, elaborando estatísticas de pronunciamento;

g) orientar e controlar a redação dos pronunciamentos em Plenário, encaminhando cópia do texto ao orador para revisão;

h) encaminhar ao Departamento Administrativo os originais dos documentos legislativos sob sua responsabilidade, que estejam ultimados, para registro e arquivamento;

i) responder pelas atividades de reprodução e publicação dos documentos legislativos sob a sua responsabilidade;

j) observar as normas de guarda e consulta dos documentos confidenciais, reservados e secretos sob sua responsabilidade;

l) encaminhar regularmente ao Departamento Administrativo o processo completo das proposições ultimadas, para registro e arquivamento;

m)exercer outras atividades correlatas.

II - Quanto às atividades de apoio às Comissões

a) responder pelo recebimento das proposições em Plenário e destinadas às Comissões, para exame e parecer nos prazos regimentais;

b) manter-se permanentemente informado a respeito das atividades desenvolvidas pelas Comissões;

c) dirigir os serviços de secretariado das reuniões das Comissões relativas a redação, digitação e revisão de atos e demais documentos elaborados;

d) organizar e manter arquivo das proposições em tramitação para posterior anexação dos pareceres e demais documentos cabíveis;

e) articular-se com o Departamento Administrativo para a realização de pesquisas e levantamentos necessários aos exames das matérias nas Comissões;

f) articular-se com a Divisão Administrativa para prestação dos serviços de apoio administrativo necessários ao financiamento das Comissões;

g) dirigir as atividades referentes à emissão de pareceres e demais textos legislativos, analisados e elaborados nas Comissões, para sua ultimação e expedição;

h) encaminhar ao Secretário geral as matérias, com os respectivos pareceres que estejam em condições de figurar na Ordem do Dia ou de ser arquivadas;

i) Exercer outras atividades correlatas.

III - Quanto às atividades de protocolo e expediente

a) programar, dirigir, e supervisionar as atividades de expedição, recebimento, numeração, distribuição e controle da tramitação de papéis e documentos dos órgãos e unidades da Câmara;

b) fazer protocolar todas as proposições do processo legislativo, bem como os atos da Mesa, do Presidente e do Secretário Geral;

c) promover a organização das pastas para arquivamento de processo e documentos;

d) promover e orientar o recebimento da correspondência dirigida aos Vereadores e aos órgãos da Câmara e providenciar sua distribuição;

e) dirimir e supervisionar as informações aos interessados a respeito de processos, papéis e outros documentos;

f) programar, organizar e manter atualizados os registros e controles dos documentos sob sua guarda, objetivando a pronta identificação e localização dos mesmos;

g) preparar o expediente, encaminhando-o ao Secretário Geral despacho com o Presidente;

h) promover a publicação dos atos do Poder Legislativo;

i) exercer outras atividades;

IV - quanto ás atividades de arquivo e documentação

a) promover a organização e a manutenção atualizada do sistema de arquivo dos atos da Câmara;

b) rever, periodicamente, os processos e documentos legislativos, propondo a destinação mais adequada a cada um deles;

c) organizar o sistema de referência e de índices necessários à consulta de qualquer documento arquivado;

d) promover o colecionamento, a encadernação e o arquivamento de jornais, revistas e publicações de interesse da Câmara;

e) fazer registrar, classificar, guardar e conservar todas as publicações da Câmara, mantendo atualizado o sistema de arquivo, controlando a sua circulação;

f) promover a avaliação periódica dos documentos arquivados, bem como proceder, periodicamente, à seleção dos documentos cuja conservação seja considerada onerosa, ou desnecessária a Secretaria Geral para estudos e eliminação;

g) elaborar e manter atualizada as bibliografias de maior interesse para a Câmara, realizando pesquisas bibliográficas e preparando resumos;

h) elaborar, em caráter preliminar, estudos e relatórios permanentes às atividades parlamentares;

i) preparar resumos e índices que facilitem informações correntes;

j) programar, controlar, normalizar e diagramar as publicações da Câmara;

l) promover a encadernação de livros e documentos, providenciando a restauração daqueles que se façam necessários;

m) organizar e manter atualizado arquivo de sinopse, com referência do autor, assunto e legislatura, objetivando sua pronta identificação e localização;

n) organizar e manter atualizada coleção de cópias da legislação de interesse da Câmara;

o) organizar e manter arquivo dos originais das fitas gravadas das reuniões da Câmara;

p) exercer outras atividades corretas.

CAPÍTULO VI

Das Unidades de Apoio Administrativo e Financeiro

SEÇÃO I

Do Departamento Administrativo

Art. 13 – O DepartamentoAdministrativo tem por objetivo a execução das atividades relativas ao recrutamento, seleção, treinamento, regime jurídico, controles funcionais e demais atividades de administração de pessoal; à padronização, aquisição, recebimento, guarda e distribuição e controle do material; ao tombamento, registro, inventário, conservação e manutenção do patrimônio municipal utilizado pela Câmara; ao controle de utilização dos veículos da Câmara; aos serviços de reprodução de papéis e documentos, fax e telefonia; e aos serviços de vigilância, portaria, copa e zeladoria.

Art. 14 – Compete ao Chefe de Departamento Administrativo:

I – quanto às atividades de administração de pessoal

a) aplicar e fazer aplicar a legislação referente aos servidores da Câmara;

b) estudar e discutir, com os órgãos interessados, a proposta orçamentária da Câmara na parte referente a pessoal;

c) supervisionar as atividades de recrutamento e seleção de pessoal, de acordo com as deliberações da Mesa Diretora;

d) encaminhar para publicação o resultado dos concursos públicos;

e) fazer preparar e revisar os atos de nomeação dos novos servidores, bem como promover a lavratura dos atos referentes a pessoal e, ainda, os termos de posse dos servidores da Câmara;

f) providenciar a identificação e a matrícula dos servidores da Câmara, bem como a expedição dos respectivos cartões funcionais;

g) programar a revisão periódica do Plano de Classificação de Cargos, organizando a lotação nominal e numérica dos servidores da Câmara;

h) coordenar as atividades relativas à execução de programas de capacitação de servidores, levantando, anualmente, as necessidades de treinamento nas repartições da Câmara;

i) supervisionar a seleção de candidatos a cursos de treinamento, providenciando a expedição de certificados de conclusão e o registro, na ficha funcional dos servidores, dos resultados dos cursos;

j) promover a apuração do tempo de serviço do pessoal para todo e qualquer efeito;

l) providencias, junto aos órgãos competentes, a inspeção médica dos servidores para admissão, licença, aposentadoria e outros fins legais;

m)-promover o controle de freqüência do pessoal, para efeito de pagamento e tempo de serviço;

n) promover a verificação dos dados relativos ao controle de salário família, dos anuênios, e outras vantagens dos servidores previstos na legislação em vigor;

o) promover os assentamentos da vida funcional e de outros dados pessoal da Câmara, supervisionando a organização e atualização dos registros, controles e ocorrências de servidores e parlamentares, bem como a preparação das respectivas folhas de pagamento;

p) comunicar ao Secretário Geral irregularidades que se relacionem com a administração de pessoal da Câmara;

q) acompanhar a execução das atividades de bem estar social para os servidores da Câmara;

r) comunicar ao Secretário Geral, com devida antecedência, as mudanças de direção e chefia, para conferência da carga de matéria;

s) comunicar, com a devida antecedência, ao Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças, a exoneração ou demissão de qualquer servidor da Câmara responsável por dinheiro e valores públicos;

t) promover a preparação e o recebimento das declarações de bens dos servidores e elas sujeitos e proceder ao respectivo registro;

u) fornecer, anualmente, aos servidores e aos vereadores, informações necessárias à declaração de rendimento de cada um deles;

v) exercer outras atividades correlatas;

II - Quanto às atividades de informática

a) orientar e acompanhar a execução dos serviços de processamento de dados, seu desenvolvimento e sua operação;

b) responsabilizar – se pela seleção de programas e dos equipamentos de informática da Câmara;

c) promover a agilização dos serviços da Câmara, através da informatização de suas atividades;

d) organizar e manter as informações, visando fornecer serviços mais eficientes aos usuários;

e) otimizar a utilização dos equipamentos existentes, provendo os usuários com dados estatísticos e relatórios solicitados;

f) programar e supervisionar as atividades necessárias a analise, definição e desenvolvimento dos sistemas a serem processados;

g) supervisionar os trabalhos de digitação, operação e controle dos serviços em execução;

h) programar e organizar a utilização do equipamento de informática, com vistas a atender aos serviços considerados prioritários;

i) controlar a distribuição de relatórios, demonstrativos, relações, listagens e demais documentos produzidos;

j) supervisionar os serviços da rede de computadores, providenciando os reparos que se fazem necessários nos equipamentos de informática da Câmara;

l) Criação, desenvolvimento e manutenção do site oficial da Camara Municipal de Água Boa.

m) Manutenção dos sistemas de TI relacionados ao processo legislativo.

n) Criação e Manutenção das redes sociais oficiais da Câmara Municipal

o) Manutenção dos canais oficiais de vídeos da Câmara Municipal de Água Boa.

p) Gravação, edição de vídeos oficiais para web da Câmara Municipal.

q) Gravação, edição de áudios oficiais para web da Câmara Municipal.

r) Envios dos arquivos da contabilidade pelo sistema APLIC (Auditoria Publica Informatizada de Contas) do Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso,

s) exercer outras atividades corretas.

III – Quanto às atividades de administração de material

a) coordenar, orientar e controlar as atividades de aquisição, guarda e distribuir o material permanente e de consumo da Câmara;

b) orientar a padronização e a especificação de materiais, visando uniformizar a linguagem em todas as unidades de serviço;

c) elaborar programação de compras para toda a Câmara;

d) organizar e manter atualizado o cadastro de fornecedores e orientar a organização do catálogo de materiais da Câmara;

e) homologar produtos ou matérias, realizar a sua inclusão no catálogo de materiais e a inscrição dos fornecedores no cadastro respectivo;

f) declarar a inidoneidade dos fornecedores cujo procedimento justifique essa medida;

g) providenciar a organização e a manutenção atualizada do cadastro de preços dos materiais de uso mais freqüente na Câmara;

h) promover a elaboração dos editais de concorrência e de tomada de preços, bem como providenciar a expedição das cartas – convites relativos às aquisições de material pela modalidade de convite;

i) licitar, através do Secretário Geral, dispensa de licitação, quando for o caso;

j)controlar os prazos de entrega de material, fazendo observar o seu cumprimento;

l) promover a manutenção do estoque e guarda de material em perfeita ordem de armazenamento conservação;

m) promover e acompanhar as atividades de registros dos materiais de consumo da Câmara;

n) manter atualizada a escrituração referente ao movimento de entrada e saída de materiais de estoque existente;

o) receber as notas de entrega e as faturas dos fornecedores com as declarações de recebimento e aceitação do material;

p) promover o fornecimento dos materiais requisitados para os diversos serviços da Câmara, bem como supervisionar o seu consumo, para efeito de previsão e controle de gastos;

q) coordenar-se com Chefe do Departamento de Orçamento e Finanças com vistas a manter atualizado o saldo das dotações destinadas à aquisição de material;

r) orientar os órgãos da Câmara quanto à necessidade de formular requisições de material, de acordo com o estoque mínimo existente;

s) providenciar a revisão das requisições, solicitando aos órgãos requisitantes os dados e esclarecimentos necessários;

t) exercer outras atividades correlatas;

IV- Quanto às atividades de administração patrimonial

a) programar, dirigir e supervisionar as atividades de registro, tombamento e controle do uso dos bens patrimoniais da Câmara;

b) providenciar a organização e a manutenção, em forma atualizada, dos registros e controles do patrimônio da Câmara;

c) orientar e acompanhar as atividades de classificação, numeração e codificação do material permanente;

d) orientar e acompanhar a implantação do sistema de carga do material distribuído pelos diversos órgãos da Câmara;

e) determinar e coordenar, anualmente, a realização do inventário dos bens patrimoniais da Câmara;

f) promover e acompanhar a execução das atividades de alienação dos bens patrimoniais inservíveis da Câmara;

g)-comunicar, por escrito, ao Secretário Geral, desvios e faltas de materiais, eventualmente verificados;

h) elaborar programação de conservação e manutenção preventiva dos bens móveis de Câmara, coordenando – se, para isso, com as chefias das unidades usuárias;

i) exercer outras atividades correlatas;

V - Quanto às atividades de serviços gerais

a)-controlar a utilização dos veículos da Câmara ;

b)-promover os serviços de vigilância das dependências e das instalações elétricas e hidráulicas da Câmara;

c)-manter controle das chaves das dependências da Câmara;

d) -promover a conservação e a limpeza, interna e externa, no prédio, nos móveis e instalações;

e) promover os serviços de conservação e manutenção das instalações elétricas e hidráulicas da Câmara;

f) promover a recuperação de esquadrias, móveis e outros utensílios;

g) programar e supervisionar os serviços de copa da Câmara;

h) mandar hastear e baixar as bandeiras: nacional, estadual e municipal em locais e épocas determinadas;

i) aprovar as escalas de pessoal para as atividades vigilância e limpeza do prédio da Câmara Municipal;

j) supervisionar as condições de segurança contra incêndios, sinistros e umidade nas dependências da Câmara , solicitando as previdências que fizerem necessário;

l) promover a abertura e o fechamento da Câmara nos dias e horários regulamentares;

m) manter em bom estado de funcionamento o sistema de som em Plenário e nas Comissões;

n) determinar a revisão periódica dos equipamentos de áudio e vídeo, fiscalizando seu uso e sua manutenção;

o)exercer outras atividades correlatas.

SEÇÃO II

Do Departamento de Orçamento Finanças

Art. 15. O Departamento de Orçamento e Finanças tem por objetivo as atividades de planejamento, coordenação e execução dos trabalhos de elaboração orçamentária, bem como de acompanhamento e controle de sua execução e de supervisão, análise e certificação da exatidão, integridade e autenticidade dos atos e fatos administrativos e seus registros; de controle e escrituração contábil da Câmara; e de recebimento, pagamentos, guarda e movimentação dos dinheiros e valores da Câmara.

Art. 16 - Compete ao Chefe de Departamento de Orçamento e Finanças.

I - Quanto às atividades de programação e orçamento

a) orientar as diversas unidades e coordená-las na elaboração do orçamento da Câmara;

b) manter sistema de acompanhamento e controle orçamentário, verificando sua correta execução, bem como a exatidão e regularidade das contas da Câmara;

c) participar da análise dos balanços e de outros documentos informativos de natureza contábil-financeira;

d) preparar relatórios que demonstrem o comportamento geral da execução orçamentária em função da disponibilidade financeira;

e) verificar a validade dos documentos integrantes das prestações de contas da Câmara

f) elaborar cronograma de dispêndio da Câmara, especialmente quanto à aquisição de material permanente e de consumo;

g) participar da análise dos boletins mensais de estoque, dos inventários anuais de material e do acervo patrimonial, objetivando a comprovação de sua exatidão;

h) acompanhar a execução orçamentária da Câmara. Em todas as suas fases. conferindo os elementos constantes dos processos respectivos;

i) propor a abertura de créditos adicionais, sempre que julgar conveniente essa medida;

j) exercer outras atividades correlatas.

II- Quanto às atividades de contabilidade

a) remeter à Prefeitura, na época própria, para fins orçamentários, a proposta parcial de despesas da Câmara para o exercício seguinte;

b) fazer registrar, sintética e analiticamente, em todas as suas fases, as operações da Câmara, resultantes e independentes da execução orçamentária;

c) organizar, mensalmente, o balancete financeiro;

d) preparar, na época própria, o balanço geral da Câmara, com os respectivos quadros demonstrativos;

e) assinar os balanços, balancetes e outros documentos de apuração contábil financeira e orçamentária;

f) providenciar o empenho prévio das despesas da Câmara;

g) fornecer elementos, quando solicitado, para a abertura de créditos adicionais;

h) promover o exame e conferência dos processos de pagamento tomando as providências cabíveis se verificadas irregularidades;

i) encaminhar à Contabilidade da Prefeitura, na época própria os balancetes mensais, financeiro e orçamentário, para fins de consolidação das contas públicas municipais;

j) manter o controle dos depósitos e retiradas bancárias;

l) promover o registro contábil dos bens patrimoniais da Câmara;

m) exercer outras atividades correlatas.

III - Quanto às atividades de tesouraria

a) promover o recebimento das importâncias devidas à Câmara;

b) efetuar o pagamento da despesa, de acordo com as disponibilidades de numerário;

c) promover a guarda e conservação dos dinheiros e valores da Câmara;

d) requisitar talões de cheques aos bancos;

e) incumbir-se dos contatos com estabelecimentos bancários, em assuntos de sua competência;

f) determinar a preparação dos cheques para os pagamentos autorizados;

g) promover a publicação, diariamente do movimento de caixa do dia anterior;

h) promover o registro dos títulos e valores sob sua guarda e providenciar depósitos nos estabelecimentos de crédito;

i) determinar o recebimento de suprimentos de numerários, necessários aos pagamentos de cada dia, mediante cheques ou ordens bancarias;

j) providenciar o recolhimento das contribuições previdenciárias dos servidores da Câmara;

l) providenciar o recolhimento do imposto de renda incidente na fonte, sobre os rendimentos pagos a qualquer titulo aos Vereadores, aos servidores da Câmara e a terceiros;

m) exercer outras atividades correlatas.

CAPÍTULO VII

Da Unidade de Apoio Jurídico

SEÇÃO I

Do Departamento Jurídico

Art. 17 – O departamento jurídico será gerido por um advogado, devidamente registrado na Ordem dos Advogados do Brasil, na seccional do Mato Grosso.

§ 1º - Compete ao departamento jurídico exercer as atividades de:

I – Assessorar os vereadores e demais órgãos da Câmara Municipal de Água Boa;

II – Emitir parecer sobre projetos de lei;

III – Dar parecer em editais e processos de licitação, bem como aprovar minutas de contrato;

IV- Representar a Câmara Municipal em juízo e fora dele,

V- Atender ás consultas que lhe forem formuladas, emitindo parecer a respeito;

VI – Manter atualizadas as legislações;

VII – executar outras atribuições de natureza jurídica determinadas pela autoridade superior;

CAPITULO VII

Dos Cargos e Funções de Direção e Chefia

Art. 18 - Extinto o órgão da atual estrutura administrativa automaticamente extinguir-se-á o cargo em comissão ou a função gratificada correspondente a sua direção ou a sua chefia.

Art. 19 - O servidor efetivo da Câmara ocupante de cargo de provimento em comissão optará pela percepção da remuneração de somente um desses cargos.

Art. 20 - Os cargos em comissão da Câmara, de livre nomeação e exoneração acompanhados de seus respectivos símbolos são os estabelecidos no Anexo I, da presente Resolução.

Art. 21 - A criação de função gratificada dependerá de dotação orçamentária para atender às despesas dela decorrentes.

Parágrafo único - Asfunções gratificadas não constituem situação permanente e sim vantagem transitória pelo efetivo exercício de chefia ou atividade similar.

Art. 22 - Somente serão designados para o exercício de função gratificada servidores efetivos da Câmara Municipal.

Art. 23 - O servidor da Câmara ocupante de uma função gratificada, ao deixar de exercê-la, voltará a perceber somente o vencimento correspondente ao seu cargo, sem direito á incorporação de qualquer vantagem financeira acessória.

Art. 24 - Ficam criados com o Símbolo FG 1, as seguintes funções gratificadas:

I - Chefe de Departamento Administrativo;

II - Chefe de Departamento de Orçamento e Finanças.

§ 1º - A cada Departamento corresponderá uma função gratificada de Serviço.

§ 2º - Os encarregados de serviço terão suas competências estabelecidas pelo Secretário Geral de seus respectivos Departamentos, conforme o volume de serviço e a complexidade das atribuições no âmbito de cada unidade, através de portarias legislativas especificas.

Art. 25 - Lei especifica disporá sobre os critérios de remuneração dos servidores da Câmara a serem designados para as funções gratificadas de Chefe de Departamento.

Art. 26 - As nomeações para os cargos de direção e assessoramento e as designações para o exercício de função gratificada obedecerão aos seguintes critérios:

I - os ocupantes dos cargos de provimento em comissão serão nomeados pelo Presidente da Câmara.

II - os ocupantes das funções gratificadas, serão indicados e designados pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO VIII

Das Diretrizes Gerais de Delegação e Exercício de Autoridade

Art. 27 - Os membros da Mesa Diretora, salvo hipótese expressamente contemplada no Regimento Interno da Câmara, permanecerão livres de funções meramente executórias e da prática de atos relativos ao procedimento administrativo.

Parágrafo único. Oencaminhamento de processos e outros expedientes ás autoridades mencionadas neste artigo, apenas se dará quando:

I - o assunto se relacione com ato praticado pessoalmente pelas citadas autoridades;

II - oassunto incida no campo das relações do Poder Legislativo com o Executivo Municipal ou com outras esferas de Governo;

III - o processo implique o reexame de atos manifestamente ilegais ou contrários ao interesse público.

Art. 28 - Com oobjetivo de reservar aos membros da Mesa Diretora as funções de coordenação econtrole do processo legislativo ecom a finalidade de acelerar as comunicações administrativas serão observados, no estabelecimento das rotinas de trabalho e das exigências processuais, os seguintes princípios racionalizadores:

I- todo pedido de informação deverá ser encaminhado pelo presidente da Câmara, ao órgão ou autoridade capaz de fornecê-la ou esclarecer o assunto;

II - os contatos entre as unidades que compõem a estrutura organizacional da Câmara, para fins de instrução de processos, serão feitos pela Mesa Diretora da Câmara Municipal solicitando informações ou decidir o assunto em análise;

III - os assuntos rotineiros que envolvam decisões ou informações de várias unidades ou autoridades deverão ter sua tramitação em formulários ou impressos padronizados, em nome da Câmara Municipal;

IV – o Secretário Geral, no que concerne às atividades de expediente, encaminhará diretamente a autoridade capaz de proferir a decisão ou fornecer a informação solicitada, todos os processos ou documentos que lhe forem remetidos, bem como, fará com que seja encaminhado diretamente ao destinatário, toda a correspondência expedida.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais

Art. 29. A estrutura administrativa da Câmara estabelecida na presente Lei Complementar, entrará em funcionamento gradativamente, à medida que os órgãos que a compõem forem sendo implantados, segundo as conveniências da Administração da Casa e as disponibilidades de recursos.

Parágrafo único. A implantação dos órgãos constantes desta solução far-se-á através do provimento das respectivas direções e chefias e da dotação dos recursos humanos, materiais e financeiros indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 30. Osórgãos e unidades da Câmara devem funcionar perfeitamente articulados entre si em regime de mútua colaboração.

Art. 31. Para os efeitos desta Lei, o exercício de função na condição de substituto eventual somente se efetivará gerando direitos e obrigações, nos afastamentos dos titulares por motivo de férias, licenças ou outras ausências prolongadas cessando automaticamente com o retorno do titular ao exercício de sua função de origem.

Art. 32. As designações de substitutos processar-se-ão sempre por ato expresso do Presidente da Câmara.

Parágrafo único. Em hipótese alguma poderá ocorrer o afastamento do titular de uma unidade, sem a correspondente indicação de seu substituto.

Art. 33. O horário de trabalho dos servidores da Câmara será fixado pelo Presidente**,** atendendo ás necessidades da população, à naturezadas funções e às características das repartições.

Parágrafo único. Para opessoal que tenha jornada de trabalho especial será observada a legislação especifica em vigor.

Art. 34. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 10 de abril de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Secretário Geral	CC-1	01
Assessor Jurídico	CC-2	01
Assessor de Comunicação	CC-2	01
Assessor Parlamentar	CC-3	02
Assessor (a) Secretaria Geral	CC-4	01

FUNÇÃO GRATIFICADA – EXCLUSIVA DE OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO	SIMBOLO	QUANTIDADE	GRATIFICAÇÃO EM %
CHEFE DE DEPARTAMENTO	FG-1	01	15% sobre o Salário Base Inicial do Servidor

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 019/2017

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 3042/2017 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 019/2017.

TIPO: Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de maquinas e tratores, para a Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento**.**

REALIZAÇÃO: 03/05/2017.

CREDENCIAMENTO: 08h00min, horário local.

INICIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e dos e-mails licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 17 de abril de 2017.

***Ivania Cezira Volpi* Pregoeira**

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONVÊNIOS ABRIL 2017

Nº Convenio	Data	Convenente	Concedente	Objeto	Valor	Data Vigência
021/2017	03/04/2017	Associação Cultural Comunitária Seriema	Município de Agua Boa	O presente convênio tem por objeto o repasse financeiro pelo Município de Água Boa a título de apoio cultural e comunitário.	18.000,00	31/12/2017
022/2017	10/04/2017	Associação de Apoio e Desenvolvimento de Agua Boa.	Município de Agua Boa	O presente Convênio tem por objetivo o repasse de recursos financeiros pelo município de Água Boa em forma de complementação de valores, para prestar auxílio financeiro na realização da 26ª Expovale no período de 05 a 09 de julho de 2.017.	150.000,00	29/10/2017

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2017

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 12 DE ABRIL de 2017

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2017, de 12 de Abril de 2017, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: STS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA-MT

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de consultoria no envio do APLIC, englobando as cargas do orçamento, inicial, mensal, especial e tempestivas para o atendimento da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista-MT.

DO VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

DO PRAZO: 10 (dez) meses.

DOS RECURSOS:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

1054 - MANUT. E ENC. A SEC. ADMIN. E PLANEJAMENTO

3.3.90.39.00.00 - 0100 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

DATA: 12 de Abril de 2017.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e STS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA - ME – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2017

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 12 DE ABRIL de 2017

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2017, de 12 de Abril de 2017, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: CENTRAL VEICULOS COMERCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA-MT

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos 0(zero) km, para atender as secretarias municipais de saúde e educação;

DO VALOR: R$ 194.400,00 (cento e noventa e quatro mil e quatrocentos reais)

DO PRAZO: 30 (trinta) dias.

DOS RECURSOS:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

1016 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAL PERMANENTE E VEÍCULOS

4.4.90.52.00.00 - 0101 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2045 – MANUTENÇÃO COM PISO DE ATENÇÃO BÁSICA

PAB - 4.4.90.52.00.00 - 0114 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

DATA: 12 de Abril de 2017.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e CENTRAL VEICULOS COMERCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2017.

O senhor **CLAUDINEI SINGOLANO, Prefeito Municipal de Alto Garças – MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e;

CONSIDERANDO, que o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, dispõe em seu item 5.1.2 que "o candidato classificado, excedente à vaga atualmente existente, será mantido em ordem classificatória durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado por análise de currículo e poderá ser convocado em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da nomeação em Imprensa Oficial (Jornal Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.com.br), Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (www.iomat.mt.gov.br), por meio de afixação no Mural da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação, e Mídias: local e Social; ocorrido durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado por Análise de Currículo";

CONSIDERANDO, que o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, dispõe em seu item 9.1 que "os candidatos aprovados serão convocados para contratação, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, até o limite de vagas estabelecidas, podendo voltar à lista após serem chamados todos os classificados, durante a validade do processo seletivo";

CONSIDERANDO, que o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, dispõe em seu item 9.2 que "Os candidatos classificados serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, surgidas no quadro da Secretaria Municipal de Educação, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das nomeações na Imprensa Oficial do Município (Jornal Oficial dos Municípios –www.diariomunicipal.com.br) por meio de afixação no Mural da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação, ocorrida durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado**";**

CONSIDERANDO, que o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, dispõe em seu item 12.6 que "a Secretaria Municipal de Educação de Alto Garças - MT poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste processo seletivo, os candidatos classificados, observando-se o cargo e a ordem de classificação, rigorosamente";

CONSIDERANDO, ofício enviado pela Secretaria Municipal de Educação informando o surgimento de novas vagas no quadro da Municipalidade em decorrência de motivos diversos, exigindo-se a contratação de novos servidores para os respectivos cargos;

CONSIDERANDO, se tratar de funções relativas à área da rede municipal de ensino, ou seja, serviços de caráter essencial e natureza continuada;

CONSIDERANDO, que a Constituição Federal dispõe em ser art. 37, inciso IX, que "**a lei** estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público";

CONSIDERANDO, que a Lei Municipal nº 887/2011 que disciplina as contratações por tempo determinado, dispõe em seu art. 2º que "Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: [...] IV - continuidade dos serviços de educação através de admissão de professores e pessoal de apoio";

CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Coronel Cajango, nº 1369, Centro, no horário das 12:00 as 18:00 horas, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, ocasionando a perda da respectiva vaga:

Cargo: Técnico Administrativo Educacional/Auxiliar Desenvolvimento Infantil

35º	Valdinei das Candeias Alves Rodrigues

Cargo: Professor II – Português/Inglês

6º	Roseli Gomes Correa Fernandes

Alto Garças – MT, 12 de Abril de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT

RUA DOM AQUINO, Nº 346 – CENTRO – CEP: 78.770-000

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL RECARGA DE CILINDROS DE OXIGÊNIO MEDICINAL, OXIGÊNIO, ACETILENO – SOLDA E AQUISIÇÃO DE VÁLVULAS REGULADORA PARA CILINDRO COM FLUXÔMETRO, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS.

Dia: 28/04/2017.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as **14:00** horas (Horário de Mato Grosso), do dia **28/04/2017**.

EDITAL COMPLETO: Afixado no portal www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com.

ABERTURA DO ENVELOPE Nº 01: Às **14:00** horas, do dia **25 de Abril de 2017**, no endereço acima.

FUNDAMENTO LEGAL: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Alto Garças - MT, 17 de Abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT

RUA DOM AQUINO, Nº 346 – CENTRO – CEP: 78.770-000

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CIDADE DE ALTO GARÇAS.

Dia: 28/04/2017.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as **09:00** horas (Horário de Mato Grosso), do dia **28/04/2017**.

EDITAL COMPLETO: Afixado no portal www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com

ABERTURA DO ENVELOPE Nº 01: Às **09:00** horas, do dia **28 de Abril de 2017**, no endereço acima.

FUNDAMENTO LEGAL: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Alto Garças - MT, 17 de Abril de 2017.

Alessandra da Silva Dias

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 044/2017 de 13/02/2017, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2017, cujo certame se deu às 14h00min, (horário de Mato Grosso) do dia 30/03/2017; sagrou-se vencedor o proponente: a empresa **IMPACTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÃO LTDA- ME, CNPJ 08.952.092/0001-11,** vencedora por apresentar o valor de **R$ 39. 355,00 (trinta e nove mil trezentos e cinquenta e cinco reais).** A licitação foi realizada com Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço por lote, sendo a presente contratação homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em 06 de abril de 2017. Maiores informações fone (66)3496-1448/1471 - Alto Taquari – MT, 17 de abril de 2017. – Michelle Arantes Mancine **–** Pregoeira.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 176/2017

DECRETO Nº 176/2017

"Dispõe sobre a exoneração de **Assessor Jurídico** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, ***Ivan Marion de Borba***, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Assessor Jurídico**, oSenhor**Charles Luiz Abreu Dias**, CPF/MF – 842.717.601-53, nomeado através do Decreto nº 158 /2017, de 06 (seis) de abril de 2017.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 17 de abril de 2017.

Ivan Marion de Borba

Prefeito Municipal em exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 179/2017

DECRETO Nº 179/2017

"Dispõe sobre a exoneração de **Diretor do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, ***Ivan Marion de Borba***, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente**, código *CC-6.100*, oSenhor **ILDEVANIO ALVES DA SILVA**, CPF/MF – 009.186.511-58, nomeado através do Decreto nº 035 /2017, de 06 (seis) de janeiro de 2017.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 17 de abril de 2017.

Ivan Marion de Borba

Prefeito Municipal em exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 177/2017

DECRETO Nº 177/2017

"Dispõe sobre a exoneração de **Diretor do Departamento de Trânsito** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, ***Ivan Marion de Borba***, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Trânsito**, código CC- 24.300, oSenhor **CLAUDECI VIEIRA**, CPF/MF – 798.936.511-15, nomeado através do Decreto nº 018 /2017, de 01 (primeiro) de janeiro de 2017.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 17 de abril de 2017.

Ivan Marion de Borba

Prefeito Municipal em exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 178/2017

DECRETO Nº 178/2017

"Dispõe sobre a nomeação de **Diretor do Departamento de Trânsito** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, ***Ivan Marion de Borba***, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Trânsito**, código CC- 24.300, oSenhor **GLEIKE APARECIDO FERREIRA CARVALHO**, CPF/MF – 831.810. 161-87, nos termos da Lei Municipal n° 407-2005.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 17 de abril de 2017.

Ivan Marion de Borba

Prefeito Municipal em exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 044/2017 de 13/02/2017, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017, cujo certame se deu às 13h30min, (horário de Mato Grosso) do dia 31/03/2017; sagrou-se vencedor o proponente: a empresa **SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA, CNPJ 19.226.325/0001-15,** vencedora dos lotes 1, 3 e 4 por apresentar o valor total de **R$ 486.000,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil reais),** a empresa **JC CHAPADÃO TRANSPORTES EIRELI - ME, CNPJ 64.816.812/0001-92,** vencedorado lote 2 por apresentar o valor total de **R$ 94.400,00 (noventa e quatro mil e quatrocentos resis).** A licitação foi realizada com Pregão Presencial para Registro de Preços, pelo critério do tipo menor preço por lote, sendo a presente contratação homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em 06 de abril de 2017. Maiores informações fone (66)3496-1448/1471 - Alto Taquari – MT, 17 de abril de 2017. – Michelle Arantes Mancine **–** Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO 010/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE APIACAS

CONTRATDADA: E. C. RAMOS JUNIOR EIRELI – ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto deste Contrato é Prestação de serviços terceirizados em reparos e manutenções do sinal de internet, serviços de manutenção da rede de computadores da Câmara de Vereadores, instalações de equipamentos novos (impressoras e computadores) e novos drivers sempre que necessário, avaliação permanente da realização de Back-ups automáticos dos sistemas informatizados e segurança da rede, durante o exercício de 2017.

1.2. O objeto deste contrato será executado diretamente, sob o regime de empreitada por preço global, atendendo aos ditames da Lei 8.666/93 e Lei Municipal nº 910/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor Global deste contrato é de **R$ 4.500,00** (quatro mil e quinhentos reais), dividido em 09 (nove) parcelas mensais de R$ **500,00** (quinhentos reais) de acordo com a proposta de preço colhida entre as empresas cotadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato será da assinatura do mesmo até 31/12/2017, desde que se cumpra os ditames aqui estabelecidos, podendo seu término ser antecipado por interesse da administração pública conforme determina a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento da Câmara Municipal de Apiacás, classificado e codificado sinteticamente sob o número: 01.001.01.031.0001.2.001.3390-39 (010) – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Apiacás/MT, 03 de abril de 2017.

Regina Pizoli da Silva

Presidente da Câmara

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 132/2017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar o Servidor **AILTON OLIVEIRA DE LIMA,** portador da cédula de identidade 1812228-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob n. 044.787.401-27 ocupante do Cargo Efetivo de **Trabalhador Braçal**, que encontrava-se de Auxílio Doença.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se, Cumpra-se,

Apiacás-MT; 17 de Abril de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através da Pregoeira, torna público, aos interessados, que o julgamento do certame supracitado realizado em 07/04/2017, para o Registro de preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada em Locação de Veículo Tipo Microônibus, resultou em vencedora a empresa Pedro José da Silva Matias - ME, inscrita no CNPJ nº 09.022.895/0001-30, no valor de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais) por mês, totalizando o valor global de R$ 96.000,00 (Noventa e Seis Mil Reais).

Informa a todos os interessados que os documentos pertinentes ao edital e julgamento acham-se nos autos do certame, e desde já ficam disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga/MT, 17 de abril de 2017.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA CONTRATO 061/2017

Onde se Lê:

Contrato - nº 061/2017 - Data: 17/03/2017 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a):** V. L. DE OLIVEIRA CAMPOS & CIA LTDA – ME - **Valor**: R$ 71.520,00– **Objeto:** contratação de pessoa jurídica para fornecimento de ***Madeiras Serradas para Manutenção de Pontes*** – **Dotação Orçamentária**: Obras e Infraestrutura (455-1) 10.002.26.782.1013.1075 3.3.90.30 - F.R. 0.1.00 - **Vigência do Contrato**: 17/03/2017 à 31/12/2017 – **Fiscal do contrato**:Delcimar Ferreira Missio

Leia-se:

Contrato - nº 061/2017 - Data: 17/03/2017 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a):** VANESSA CAMPOS DOS SANTOS & CIA LTDA – ME - **Valor**: R$ 71.520,00– **Objeto:** contratação de pessoa jurídica para fornecimento de ***Madeiras Serradas para Manutenção de Pontes*** – **Dotação Orçamentária**: Obras e Infraestrutura (455-1) 10.002.26.782.1013.1075 3.3.90.30 - F.R. 0.1.00 - **Vigência do Contrato**: 17/03/2017 à 31/12/2017 – **Fiscal do contrato**:Delcimar Ferreira Missio

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE PREGAO PRESENCIAL 022/2017

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público aos interessados que fará realizar, no dia **03 de Maio de 2017, às 11h00min** (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à Avenida Prefeito Caio nº. 642, Vila Nova, neste Município de Arenápolis-MT, O **PREGÃO PRESENCIAL 022/2017,** com a finalidade de **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MÉDICO (CLINICO GERAL) PARA O ATENDIMENTO NO PSF DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT.** O edital completo esta disponível no site **www.arenapolis.mt.gov.br**. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min, ou através do telefone: (65) 3343-1105.

Arenápolis- MT, 17 de Abril de 2017.

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017 - SRP

DATA E LOCAL : Dia 03 de maio de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, situada na Avenida Augusto Leverger, n. 1410, Centro, Barão de Melgaço/MT.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos leves e pesados (gasolina/álcool e diesel), com fornecimento de mão-de-obra qualificada, para atender as necessidades da frota de veículos, máquinas, motos e barcos do Município de Barão de Melgaço/MT, conforme especificações contidas no Termo de Referência Nº 005/2017 - SMA.

CREDENCIAMENTO: Das 08h30min às 09h00min horas (HORÁRIO DE MATO GROSSO).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h00min horas (HORÁRIO DE MATO GROSSO).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Departamento de licitação e Contratos da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07h00min às 13h00min, pelo telefone (65) 3331-1431 ou através do Email: www.licitacao.barao@gmail.com.

Barão de Melgaço, 18 de abril de 2017.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 02/2017 - SRP

O Município de Barra do Bugres - MT, torna público que no dia 05/05/2017 às 09h00min, estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº.:02/2017 – sistema registro de preço, destinada a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENTUPIMENTO DE RAMAIS, PV, LIMPEZA DE FOSSAS, CAIXA DE GORDURAS E MANUTENÇÃO DA REDE DE ESGOTO.** Maiores informações poderão ser obtidas junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Ângelo Masson, 1000, Centro, de segunda a sexta-feira das 07:00 as 13:00, no site www.barradobugres.mt.gov.br**/sic**, ou via telefone: (065)3361-3868/1921.

Barra do Bugres-MT, 17 de abril de 2017.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02-B/2016

PREGÃO PRESENCIAL 035/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: **ODAIR VIEIRA MATOS-ME , inscrita no CNPJ sob o nº 17.290.252/0001-03**

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, devido ao término de prazo da Ata de Registro de Preços 035/2015, que tem como objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS PARA ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ES-**

COLAR – RURAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Prazo de Vigência: 15/02/2017 à 15/06/2017.

Responsável Jurídico: ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015

PREGÃO PRESENCIAL 0008/2015

Contratante: **Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT**, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: **OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º nº 17.468.557/0001-54

Objeto: **DO OBJETO –** O presente Termo Aditivo tem por objeto, de SUPRIMIR o valor de R$ 20.000,00 da Ata original para o valor de R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), a supressão se faz necessária haja vista que os serviços contratados foram reduzidos a quantidade de sistemas contratados, utilizando apenas os sistemas Educacionais e de Biblioteca, o que corresponde a redução aproximadamente de 27.8846% do valor contratado, ficando portanto o valor de **R$ 60,000,00** (Sessenta Mil Reais) global para execução dos serviços e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, devido ao término de prazo da Ata de Registro de Preços 009/2015, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E SOFTWARES DE GESTÃO EDUCACIONAL PARA UTILIZAÇAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES - MT**

Item	Descrição dos Sistemas	QUAN.	VL. ANT.	VL DA ATUAL SUPRESSAO	VLR. TOTAL
02	Serviços especializados em Assessoria, Consultoria e Softwares de Gestão Educacional para licença de uso, para atender 8 (oito) unidades educacionais (escolas, creches) e SMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura) de Barra do Bugres - MT.	4 meses	R$ 20.800,00	R$ 15.000,00	R$ 60.000,00
TOTAL GERAL			R$ 60.000,00		

DO VALOR -O valor da mensalidade é de R$ **15.000,00** (Quinze e Mil Reais) o que corresponde a redução aproximadamente de 27.8846% do valor contratado, ficando portanto o valor de **R$ 60,000,00** (Sessenta Mil Reais) global.

Prazo de Vigência: Prorrogação por mais 4(quatro) meses, sendo de **10/03/2017 à 08/07/2017**.

Responsável Jurídico: ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 780-2016 – TP 106-2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 780-2016 – TP 106-2016

TERMO ADITIVO Nº 106/2016

O município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe. Contratada: **G. D. BARBOSA & CIA LTDA - ME,** que tem por objetivo prorrogar o Prazo de Execução até 31 de Agosto de 2017 e o Prazo de Vigência até dia 31 de Dezembro de 2017. Barra do Garças – MT, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 390 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **GIVALDO CANDIDO DA SILVA** denominado contratado, no cargo **GUARDA** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 14/03/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____

_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/

2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 394 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **LUIZ GUSTAVO DA SILVA MORAES** denominado contratado, no cargo **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 13/06/2017 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____

_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
ERRATA DE CANCELAMENTO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2017-PGM

No Extrato do Contrato Administrativo nº 49/2017 celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação e a Empresa**DP DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS EPP,** publicado no dia 05/04/2017, ANO XII | N° 2.703 e página 32: **TORNA SEM EFEITO A REFERIDA PUBLICAÇÃO,** uma vez que o Contrato Administrativo foi **CANCELADO.**

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 de Abril de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA EDUCAÇÃO

CONTRATANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
ERRATA DE CANCELAMENTO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2017-PGM

No Extrato do Contrato Administrativo nº 48/2017 celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação e a Empresa**PNEUS BARBOSA LTDA-ME,** publicado no dia 05/04/2017, ANO XII | N° 2.703 e página 37 e 38: **TORNA SEM EFEITO A REFERIDA PUBLICAÇÃO,** uma vez que o Contrato Administrativo foi **CANCELADO.**

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 de Abril de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA EDUCAÇÃO

CONTRATANTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N° 03-2017 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição deSemirreboque Carrega Tudo 02 eixos; Cavalo Mecânico traçado 6x4, Semirreboque Basculante 03 eixos, com capacidade de 30/35m3, Motoniveladora, Retroescavadeira, Caminhão 6x2, Tanque Pipa 15.000 litros, para o apoio logístico, manutenções e recuperações de estradas, das vias públicas do município de Cáceres/MT e Distritos Caramujo, Vila Aparecida, Horizonte do Oeste e Nova Cáceres.

Empresa Vencedora:

M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA – CNPJ: 07.811.058/0001-64

Valor total R$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais)

JOAVIC 1000 IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA – CNPJ: 07.571. 856/0001-66

Valor total R$ 217.498,00 (duzentos e dezessete mil quatrocentos e noventa e oitenta e oito reais)

DEFANT E DEFANT LTDA – CNPJ: 03.320.937/0010-23

Valor Total R$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais)

ALFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ: 13.731.784/ 0001-70

Valor Total R$ 1.701.000,00 (um milhão setecentos e um mil reais)

Valor total do processo R$ 2.823.498,00 (dois milhões oitocentos e vinte e três mil quatrocentos e noventa e oito reais)

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 17 de Abril 2017.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 559 2016

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 013/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora SONIA INES NEVES, brasileiro (a)

residente e domiciliado (a) na Rua SÃO GERALDO, nº 350, Bairro VILA IRENE, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 828081 SSP-MT e CPF n.º 621.522.541-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora SONIA INES NEVES**,** no cargo de ADI, a que se refere o Decreto nº ___, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal DE EDUCAÇÃO INFANTIL MADRE MARIA ESTEVÃO, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais** em VAGA LIVRE, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.365.1017.2.071	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª O(a) contratado(a), obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017

Protocolo nº. 876 de 15 de Março de 2017

Processo Licitatório n° 006/2017.

Interessado: Câmara Municipal de Cáceres/MT

Especificação: Inexigibilidade nº 04/2017, desta Câmara Municipal de Cáceres-MT, visando a *contratação de empresa especializada para cursos de Capacitação de servidores públicos, considerando realização do Curso Planejamento Público –PPA/LDO/LOA, no período de 30/03/2017e 31/03/2017.*

Fundamento: Art. 25, II c/c IV do ar Art. 13 da Lei nº 8.666/93.

Despesas:

Órgão/unidade:	Natureza da despesa:	Fonte de recursos:
010101	3.3.90.39.00	01.031.1001.2004.0000

Publique-se. Cumpra-se.

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE
	ATAME EDUCACIONAL LTDA EPP	R$ 1.300,00

HOMOLOGO a decisão ao vencedor, e **autorizo o empenho** das despesas respectivas.

Câmara Municipal de Cáceres – MT, 04 de Abril de 2017.

_____

DOMINGOS DE OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

E, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais, conforme determina a Lei Federal: nº. 8666/93, a Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o parecer é pela HOMOLOGAÇÃO.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 04 de Abril de 2017.

_____

Emerson Pinheiro Leite
Advogado da Câmara Municipal de Cáceres OAB-MT n° 19.744/O

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
ATO DE ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017

Protocolo nº. 876 de 15 de Março de 2017

Processo Licitatório n° 006/2017.

Interessado: Câmara Municipal de Cáceres/MT

Especificação: Inexigibilidade nº 04/2017, desta Câmara Municipal de Cáceres-MT, visando a *contratação de empresa especializada para cursos de Capacitação de servidores públicos, considerando realização do Curso Planejamento Público –PPA/LDO/LOA, no período de 30/03/2017e 31/03/2017.*

Fundamento: Art. 25, II c/c IV do ar Art. 13 da Lei nº 8.666/93.

Despesas:

Órgão/unidade:	Natureza da despesa:	Fonte de recursos:
010101	3.3.90.39.00	01.031.1001.2004.0000

Contratada:

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE
1	**ATAME EDUCACIONAL LTDA EPP**	R$ 1.300,00

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 04 de Abril de 2017.

A Comissão Permanente de Licitação:

KATIA FARIA DA SILVA Presidente	**ISRAEL MENDES DE SOUZA** Membro
	JOEL XAVIER DO NASCIMENTO Membro

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 012/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora GRACIELE MAGALHÃES DA SILVA, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua DOS PALMEIRAIS, nº 1120, Bairro MASSA BARRO, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 2509769-5 SSP-MT e CPF n.º 055.294.771-78, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora GRACIELE MAGALHÃES DA SILVA**,** no cargo de ADI, a que se refere o Decreto nº ___, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal PROVÍNCIA DE AREZZO, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais** em VAGA LIVRE, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos

07.070.3.0	12.365.1017.2.071	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª O(a) contratado(a), obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 409 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **ELIENE DA SILVA RODRIGUES** denominado contratado, no cargo **GUARDA** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 31/03/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____

_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/ 2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 383 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **ROSIVANE VILARINHO DE MELO SILVA** denominado contratado, no cargo **Auxiliar de Desenvolvimento Infantil** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 10/03/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____
_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 011/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora GISELE GECIELE DA SILVA, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua BARCELONA, S/nº, Bairro JARDIM IMPERIAL, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1835593-5 SSP-MT e CPF n.º 040.888.621-80, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora GISELE GECIELE DA SILVA**,** no cargo de ADI, a que se refere o Decreto nº ___, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal FAZENDO ARTE, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais** em VAGA LIVRE, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.365.1017.2.071	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª O(a) contratado(a), obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato,

sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRE

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **262 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa, ora denominada contratante, e senhor(a) **GLAUCO MIRANDA DE ARAUJO** denominado contratado, no cargo de **Ass. Administrativo** com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 16/02/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 16 de fevereiro de 2017

_____
_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRE

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **318 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa, ora denominada contratante, e senhor(a) **EDSON JOVIO TOMICHA** denominado contratado, no cargo de **Ass. Administrativo** com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 28/02/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 28 de fevereiro de 2017

_____

_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 010/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **GLAUCIELE LEITE DA SILVA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Av. Nossa Sra. Do Carmo, nº 02, Bairro Junco, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1681929-2 SSP-MT e CPF n.º 022.478.561-36 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **GLAUCIELE LEITE DA SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que refere o Decreto nº , de , para exercer suas funções na EM de Educação Infantil Madre Maria Estevão com **carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais** em (VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (um mil setecentos e vinte e quatro reais e doze centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECR

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 341 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa, ora denominada contratante, e senhor(a) **SUELLEN ARIANE CRUZ SILVA** denominado contratado, no cargo de **Ass. Administrativo** com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 26/02/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 26 de fevereiro de 2017

_____
_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratada Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 398 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **MAGNO GOMES DA SILVA** denominado contratado, no cargo **Auxiliar de Serviços Gerais** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de

dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 15/03/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____

_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 009/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **MARIA RITA SILVA PEREIRA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua José de Alencar, nº 180, Res. Monte Verde, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1363901-3 SSP-MT e CPF n.º 970.472.441-15 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MARIA RITA SILVA PEREIRA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que refere o Decreto nº , de , para exercer suas funções na EM de Educação Infantil Madre Maria Estevão com **carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais** em substituição a Prof. Angélica Aparecida da Silva Sversuth que está na Coordenação Pedagógica da EM Isabel Campos, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (um mil setecentos e vinte e quatro reais e doze centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t). Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:

RG Nº:

CPF Nº:

NOME:

RG Nº:

CPF Nº:

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 345 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **ALICE DE FATIMA VILARVAS** denominado contratado, no cargo de **Aux. Serv. Gerais** com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 28/02/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 28 de fevereiro de 2017

_____

_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratada Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/ 2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 339 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **MARCIA DA SILVA QUEIROZ** denominado contratado, no cargo de **Aux. Serv. Gerais** com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 26/02/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 27 de fevereiro de 2017

_____
_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratada Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/ 2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 346 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **VANDERLEI BENEDITO PIRES SILVA** denominado contratado, no cargo de **Guarda** com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 28/02/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 28 de fevereiro de 2017

_____
_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/ 2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 234 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **MARCELLY LIMA DE CAMPOS CAMACHO** denominado contratado, no cargo de **Nutricionista** com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 15/02/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art. 2º) A prorrogação do contrato prevista na cláusula anterior assegura ao Contratado o gozo das férias coletivas do período de 26 de dezembro de 2016 a 24 de janeiro de 2017, devendo retornar as atividades laborais no dia 25 de janeiro de 2017.

Art.3° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.4° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.5° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 15 de fevereiro de 2017

_____
_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratada Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 393 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **ROSANGELA DE JESUS AMBROSIO** denominado contratado, no cargo **Auxiliar de Serviços Gerais** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 14/03/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____
_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRE

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 336 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **ALINE ALVES DE ALMEIDA** denominado contratado, no cargo **Ass. Administrativo** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 28/02/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____
_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°50 E 51 /2017 PREGÃO ELETRONICO N°13/2017 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Secretaria Municipal de Industria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue: Registro de Preço para futura e eventual **Aquisição de Barcos, Motores, Geradores e Rabeta, para premiação do 36º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/FIPe 2017,** atendendo a demanda da Secretaria de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DAS EMPRESAS ABAIXO:

ORGANIZAÇÃO SANTANA MACHADO LTDA -EPP, inscrita no CNPJ/MF nº. 19.595.110/0001-71

Valor total R$ 8.700,00 (OITO MIL SETECENTOS REAIS)

Item	Descrição do Objeto	Qnt.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
04	**GERADOR DE ENERGIA 2.500W** **- Especificações: -** Gerador à Diesel - Potência 4.7cv - Partida Manual - 2,2KVA Especificações: Autonomia a 50% da carga (h) 10 h, Capacidade do Tanque 12.5 l, Carregador de Bateria 12 V; 8,3 A, Combustível Diesel, Dimensões (A x L x C) (mm) 610 x 460 x 520, Fio (mm) 2,5, Ligação Monofásico, Motor 5,0 cv, Nível de ruído à 7 metros de distância (dB) 77 dB A, Peso (Kg) 53 kg, Potência Contínua 2,0 KVA, Potência máxima 2,2 KVA Regulador de tensão Capacitor / sem Escova Tensão de saída AC (V) 110 V / 220 V, Tipo de partida: Manual.	03	**GERA POWER BRASIL**	R$ 2.900,00	R$8.700,00

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DAS EMPRESAS ABAIXO:

GASPAR DE SOUZA MATOS ME, CNPJ/MF nº **10.866.985/0001-96 Valor total R$53.760,00 (CINQUENTE E TRES MIL SETECENTOS E SESSENTA REAIS)**

Item	Descrição do Objeto	Qnt.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	**MOTOR DE POPA 15 HP Especificações:** - HP @ Hélice: 18 - Max RPM (WOT): 5200-5800 - Cilindros: 2 (em linha) - Cilindradas (cc): 294 - Diâmetro e Curso (mm): 60 x 52 - Sistema de Arrefecimento: Refrigerado a água com termostato - Sistema de Ignição: CDI - Partida: Manual - Sistema de Alimentação: 1 Carburador - Capacidade do Alternador (A): 6 - Hélice: Alumínio acoplado ao motor - Comprimento da Rabeta (mm): 381 - Relação de Engrenagem: 1.85:1 - Sistema de Câmbio: F-N-R (Lateral) - Comando: Punho - Sistema de Exaustão: Através do hélice - Sistema de Lubrificação: Pré-mistura - Óleo do Motor Requerido: 2 tempos - Sistema de Injeção de Combustível: Carburado - Tanque de Combustível Remoto (L): 25 - Altura do Espelho de Popa (Rabeta): 15 pol. - Peso Líquido (excluindo óleo, acessórios e hélice): 41 Kg - Garantia: 1 ano de fábrica. (uso recreativo) / 6 meses (uso profissional). **- Consumo médio de 7 a 8 Lts/hora, dependendo do barco e da carga. ITENS QUE ACOMPANHAM:** - Jogo de Ferramentas. - Cordão Corta-Circuito. - Tanque de Combustível (25 litros) com Mangueira e Bulbo.	04	**KAWASHIMA**	R$5.760,00	R$23.040,00
03	**MOTOR DE POPA 25 HP** **Especificações:** -Cilindros: 2 em linha. -Cilindradas (cm3): 351. -Relação de Transmissão: 2.15:1. -Potência no Hélice (HP): 20. -Rotação Máxima (RPM): 5.400 / 6.100. -Sistema de Exaustão: Através do hélice. -Sistema de Lubrificação: Carter úmido. -Sistema de Ignição: CDI. -Capacidade do Alternador (A): 11. -Sistema de Partida: Manual. -Sistema de Comando: No punho (Manche). Frente, neutro e ré. -Peso (Kg): 51. -Comprimento da Rabeta (mm): 381. -Óleo Obrigatório: SAE 10W-30, 10W-40 API: SE, SF, SG. - Garantia: de no mínimo 1 ano de fábrica .**-Consumo: 4 litros por hora.** **Itens que acompanham:** -Tanque de combustível 25 litros c/ mangueira e bulbo. -Cordão corta-circuito. -Jogo de ferramentas.	03	**KAWASHIMA**	**R$9.770,00**	**R$29.310,00**
05	**GERADOR DE ENERGIA MONOFÁSICO A GASOLINA -1300** **- Especificações:** Motor Branco 2,8 cv 3600rpm, 85,4cc 4 tempos, gasolina Diâmetro x Curso 53,5mm x 38,2mm Carregador de Bateria 12V, 10A Capacidade do Tanque 6 L Mistura Gasolina	01	**KAWASHIMA**	R$1.410,00	R$1.410,00
07	**RABETA CURTA C/ MOTOR À GASOLINA** B4T 6,5CV S/ALERTA DE OLEO. Especificação: Área efetiva do cilindro (cm²) 196 cm³, Capacidade do Tanque 3,6 l Combustível Gasolina, Comprimento da Rabeta 1,50 m, Consumo 1,7 l/h, Diâmetro x curso (mm) 68 mm x 54 mm, Hélice 5½ x 5" - (3 pás), Motor 6,5 cv, Peso (Kg) 27,5 kg, Potência máxima (HP / rpm) 6,5 cv a 3600 rpm, Sistema de partida Eletrônica, Taxa de compressão 8,5:1, Torque máximo (N.m / rpm) 1,35 kgfm a 2500 rpm	01	**KAWASHIMA**	R$1.570,00	R$1.570,00

Valor total do processo R$64.030,00(SESSENTA E QUATRO MIL E TRINTA REAIS)

Prefeitura de Cáceres, 18 de Abril de 2017.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 559-2016

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 353 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **WANDERSON NASCIMENTO ROSA** denominado contratado, no cargo **Ass. Administrativo** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 28/02/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____

_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 080/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,

R E S O L V E:

1. Nomear, a partir de 28/03/2017, o Senhor **ELYSSON GUILHER VIDAL,** portador da Cédula de Identidade, RG nº 0900644-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 865.153.061-72, para o cargo de Assessor Técnico Parlamentar da Câmara Municipal de Cáceres-MT, nível CC-03, a que alude o Anexo II da Lei Complementar n° 111 de 10 de fevereiro de 2017, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social-INSS.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário**,** retroagindo, porém, seus efeitos, à data do efetivo início acima apontada.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Cáceres-MT, 17 de abril de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 007/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **MARIOZILDA CAMPOS MORAIS ALMEIDA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Crentes, s/nº, Bairro Cavalhada II, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 729755 SSP-MT e CPF n.º 767.520.461-15 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MARIOZILDA CAMPOS MORAIS ALMEIDA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que refere o Decreto nº , de , para exercer suas funções na EM de Educação Infantil Madre Maria Estevão com **carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais** em (VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.586,16 (dois mil quinhentos e oitenta e seis reais e dezesseis centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRE

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 319 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **HELOISA APARECIDA DOS SANTOS** denominado contratado, no cargo **Ass. Administrativo** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 24/02/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 24 de fevereiro de 2017

_____

_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratada Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 008/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **SILVIA PINHEIRO SANTANA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua do Lavapés, nº 555, Bairro Cidade Alta, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 0703992-1 SSP-MT e CPF n.º 523.116.351-15 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **SILVIA PINHEIRO SANTANA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que refere o Decreto nº , de , para exercer suas funções na EM de Educação Infantil Madre Maria Estevão com **carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais** em (VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (um mil setecentos e vinte e quatro reais e doze centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 182 DE 11 DE ABRIL DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 12988 de 20 de março de 2017, 1075 de 09 de janeiro de 2017 e 41926 de 06 de dezembro de 2016;

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de abril de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretaria Municipal Interina de Educação

Afixado em: 11.04.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 185 DE 13 DE ABRIL DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, no uso das atribuições que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:**

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 16764 de 13 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor **ADÃO GOMES DE CAMPOS**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2002/2007, no período de 03 de abril de 2017 a 01 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de abril de 2017.

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 13.04.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 184 DE 12 DE ABRIL DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

Considerando o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 16393 de 11 de abril de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **IVANIR VIANA E SILVA**, para responder pela Coordenação Administrativa, da Secretaria de Administração, em substituição a titular que estará em gozo de férias, pelo período de 17 de abril de 2017 até 16 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de abril de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 12.04.2017

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 030/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **JOÃO GONÇALO DO NASCIMENTO**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua 1151, nº s/n, Bairro Cohab Velha, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1688761-1 SSP-MT e CPF n.º 025.119.511-26, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhor **JOÃO GONÇALO DO NASCIMENTO,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que se refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennés, com **carga horária de trabalho de 20 (Vinte) horas semanais** em SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA WANCLEA MATOS SOBRINHO BRANDALIZE QUE ESTÁ NA DIREÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DOM MÁXIMO BIENNÉS, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (Um Mil Setecentos e Vinte e Quatro Reais e Doze Centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG _____

CPF _____

NOME:_____

RG_____

CPF_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 028/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **GISLAINE CRISTINA SIMONCELLE GUIMARÃES**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua São Pedro, nº 1800, Bairro Cavalhada II, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1421393-1 SSP-MT e CPF n.º 986.606.751-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **GISLAINE CRISTINA SIMONCELLE GUIMARÃES,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que se refere o Decreto nº_____, de_____, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Fazendo Arte, com **carga horária de trabalho de 20 (Vinte) horas semanais** em VAGA LIVRE, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (Um Mil Setecentos e Vinte e Quatro reais e Doze Centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.365.1017.2.069	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº: _____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 027/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ROSELENE DE JESUS MOTTA DA SILVA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Poupex, nº 096, Bairro Poupex, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 093834424-9 MEX/MS e CPF n.º 488.658.261-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ROSELENE DE JESUS MOTTA DA SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que se refere o Decreto nº _____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitória Régia, com **carga horária de trabalho de 20 (Vinte) horas semanais** em Substituição a professora VALÉRIA ALVES DE SOUZA que está cedida para a secretaria de Governo, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (Um Mil Setecentos e Vinte e Quatro Reais e Doze Centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG _____

CPF _____

NOME:_____

RG _____

CPF _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 026/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente contratante, e a senhora **LETICIA MARIA DO CARMO**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua João Marcio Atala, nº s/n, Bairro Jd. Do Trevo, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1393302-7 SSP-MT e CPF n.º 988.378.261-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **LETICIA MARIA DO CARMO,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que se refere o Decreto nº_____, de_____, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Madre Maria Estevão, com **carga horária de trabalho de 30 (Trinta) horas semanais** em Substituição a Professora Cristiane Aparecida da Silva Barbosa que está à frente da Secretaria Municipal de Educação, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.586,16 (Dois Mil Quinhentos e Oitenta e Seis Reais e Dezesseis Centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.365.1017.2.069	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº: _____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 025/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **GILDENE NUNES MACIEL**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua da Membeca, nº 422, Bairro Maracanazinho, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1393302-7 SSP-MT e CPF n.º 988.378.261-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **GILDENE NUNES MACIEL,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que refere o Decreto nº_____, de_____, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Madre Maria Estevão, com **carga horária de trabalho de 20 (Vinte) horas semanais** em Substituição a Professora Eliete da Silva que está prestando serviço na Secretaria Municipal de Educação, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (Um Mil Setecentos e Vinte e Quatro reais e Doze Centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.365.1017.2.069	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº: _____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 024/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora ISAURA DO PRADO ALMEIDA, bra-

sileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua D, L. 05, QD. 19, Bairro VITÓRIA RÉGIA, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 0722935-6 SSP-MT e CPF n.º 626.820.751-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora ISAURA DO PRADO ALMEIRA no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em PEDAGOGIA, a que se refere o Decreto nº ____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais** em VAGA LIVRE, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (MIL SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E DOZE CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 356 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **POLIANI APARECIDA OTIL DA SILVA** denominado contratado, no cargo **Ass. Administrativo** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 01/03/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____

_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 023/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora GRACIELE MARQUES DOS SANTOS, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua CABAÇAL, nº 355, Bairro CAVALHADA, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1614806-1 SSP-MT e CPF n.º 005.966.671-40, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora GRACIELE MARQUES DOS SANTOS**,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em PEDAGOGIA, a que se refere o Decreto nº ___, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal DE EDUCAÇÃO INFANTIL FREI GRIGNION com **carga horária de trabalho de 30 (TRINTA) horas semanais** em VAGA LIVRE, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.586,16 (DOIS MIL QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.365.1017.2.069	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 022/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA

ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora MARIA IVA RAMOS DE OLIVEIRA, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua MARIZ DE BARROS, nº 247, Bairro SANTA CRUZ, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 738059 SSP-MT e CPF n.º 488.667.171-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora MARIA IVA RAMOS DE OLIVEIRA**,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em PEDAGOGIA, a que se refere o Decreto nº ____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal DOM MÁXIMO BIENNÉS, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais** em SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA GLEICE DE FÁTIMA MOURA, QUE ESTÁ NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA MUNICIPAL DOM MÁXIMO BIENNÉS, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (MIL , SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E DOZE CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 021/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora LUCIENE EVANGELISTA ASSUNÇÃO, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua MARECHAL FLORIANO, nº 996, Bairro CAVALHADA, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 993506 SSP-MT e CPF n.º 785.820.321-53, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora LUCIENE EVENGELISTA ASSUNÇÃO**,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em PEDAGOGIA, a que se refere o Decreto nº ____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal VILA IRENE, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais** em SUBSTITUIÇÃO À PROFESSORA ISABEL CRISTINA DO NASCIMENTO QUE ESTÁ DESENVOLVENDO SUAS FUNÇÕES NA SALA DE AEE DA ESCOLA MUNICIPAL VILA IRENE, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (MIL, SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E DOZE CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro ór-

gão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 020/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora KATIENE APARECIDA DA SILVA COSTA, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua COMANDANTE BALDUÍNO, nº 1319, Bairro CENTRO, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 0827546-7 SSP-MT e CPF n.º 570.324.161-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora KATIENE APARECIDA DA SILVA COSTA**,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em PEDAGOGIA, a que se refere o Decreto nº ___, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal DUQUE DE CAXIAS, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais** em SUBSTITUIÇÃO À FLAVIANE CAVALCANTE GONÇALVES QUE ESTÁ NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (MIL, SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E DOZE CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 006/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **MAYARA FERNANDES GARCIA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Michellis, s/nº, Bairro Massa Barro, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1817740-9 SSP-MT e CPF n.º 019.877.511-32 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MAYARA FERNANDES GARCIA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que refere o Decreto nº , de , para exercer suas funções na EM de Educação Infantil Madre Maria Estevão com **carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais** em (VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (um mil setecentos e vinte e quatro reais e doze centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 005/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **FABIANA DE OLIVEIRA CANDIA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Amazonas, nº 25, Bairro Vitória Régia, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1797620-0 SSP-MT e CPF n.º 022.932.251-43 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **FABIANA DE OLIVEIRA CANDIA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que refere o Decreto nº , de , para exercer suas funções na EM de Educação Infantil Madre Maria Estevão com **carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais** em (VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (um mil setecentos e vinte e quatro reais e doze centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 019/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhor (a) **LUZIA CARDOSO DE ALMEIDA PEDRAÇA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Dos Rondon, s/nº, Bairro Parque Nova Era, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 0718597-9 SSP-MT e CPF n.º 488.680.511-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **LUZIA CARDOSO DE ALMEIDA PEDRAÇA,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, a que se refere o Decreto nº _____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Buscando o Saber, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** em (VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (Novecentos e Cinquenta e Nove Reais e Quarenta e Três Centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.070	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 018/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora VALDENICE DE OLIVEIRA ARRUDA , brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua JOAQUIM MURTINHO, nº 620, Bairro CAVALHADA, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 0658524-8 SSP-MT e CPF n.º 567.625.501-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora VALDENICE DE OLIVEIRA ARRUDA**,** no cargo de ADI, a que se refere o Decreto nº ___, de _____, para exercer suas funções na Escola Mu-

nicipal VILA IRENE, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais** em VAGA LIVRE, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.070	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª O(a) contratado(a), obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 004/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **ROSIMAR MENDES GONÇALVES**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Desenhistas, nº 534, Bairro Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1044833-0 SEJUS-MT e CPF n.º 621.779.581-72 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ROSIMAR MENDES GONÇALVES,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que refere o Decreto nº , de , para exercer suas funções na EM de Educação Infantil Madre Maria Estevão com **carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais** em (VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (um mil setecentos e vinte e quatro reais e doze centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 003/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **THAYNARA LOYNE MENACHO ALVARENGA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Y, s/nº, Bairro DNER, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 2020079-0 SSP-MT e CPF n.º 027.332.781-00 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **THAYNARA LOYNE MENACHO ALVARENGA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que refere o Decreto nº , de , para exercer suas funções na EM de Educação Infantil Madre Maria Estevão com **carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais** em (VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (um mil setecentos e vinte e quatro reais e doze centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 017/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora VALDILENE DE OLIVEIRA, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua PROJETADA H, QD. 21, L. 12, BAIRRO SÃO JOSÉ, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1761527-5 SSP-MT e CPF n.º 002.294.561-03, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora VALDILENE DE OLIVEIRA**,** no cargo de ADI, a que se refere o Decreto nº ___, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal DE EDUCAÇÃO INFANTIL FAZENDO ARTE, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais** em VAGA LIVRE, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.365.1017.2.071	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª O(a) contratado(a), obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 016/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora KEILA JANAINA GAIVA LISBOA, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua DOS CANOEIROS, S/ nº, Bairro SÃO JORGE, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 2087652-1 SSP-MT e CPF n.º 040.544.381-13, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora KEILA JANAINA GAIVA LISBOA**,** no cargo de ADI, a que se refere o Decreto nº ___, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal DE EDUCAÇÃO INFANTIL MADRE MARIA ESTEVÃO, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais** em VAGA LIVRE, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.365.1017.2.071	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª O(a) contratado(a), obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 002/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ELAINE RODRIGUES DA SILVA MACHADO**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Bahia, nº s/n, Bairro São José, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1794488-0 SSP-MT e CPF n.º 020.859.421-30, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ELAINE RODRIGUES DA SILVA MACHADO,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que se refere o Decreto nº _____, de_____, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Madre Maria Estevão, com **carga horária de trabalho de 20 (Vinte) horas semanais** em VAGA LIVRE, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.724,12 (Um Mil Setecentos e Vinte e Quatro Reais e Doze Centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato,

determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.365.1017.2.069	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº: _____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 001/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIA-

NE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **ELZA SOARES DE ARAÚJO**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua José Wilson, nº 17, Bairro Cidade Alta, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 422304 SSP-MT e CPF n.º 834.154.911-53 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ELZA SOARES DE ARAÚJO,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, a que refere o Decreto nº , de , para exercer suas funções na EM de Educação Infantil Madre Maria Estevão com **carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais** em (VAGA LIVRE), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.586,16 (dois mil quinhentos e oitenta e seis reais e dezesseis centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.361.1017.2.068	3.1.90.04.00	0.1.18.00.00 Fundeb 60%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 015/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LUCIANE ARRUDA DA SILVA MOTTA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua I, QD. 28, LT. 07, Bairro SÃO JOSÉ, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1430125-3 SSP-MT e CPF n.º 954.053.211-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora LUCIANE ARRUDA DA SILVA MOTTA**,** no cargo de ADI, a que se refere o Decreto nº ___, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal DE EDUCAÇÃO INFANTIL MADRE MARIA ESTEVÃO, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais** em VAGA LIVRE, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.365.1017.2.071	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª O(a) contratado(a), obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como

a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO Nº 014/2017 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora JULIANE BISPO DA SILVA, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua QUATORZE BIS, nº 5, Bairro SANTOS DUMONT, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 2123850-2 SSP-MT e CPF n.º 039.746.821-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora JULIANE BISPO DA SILVA**,** no cargo de ADI, a que se refere o Decreto nº ___, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal DE EDUCAÇÃO INFANTIL MADRE MARIA ESTEVÃO, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais** em VAGA LIVRE, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2017 e término em 22 de dezembro de 2017.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.070.3.0	12.365.1017.2.071	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª O(a) contratado(a), obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla

e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de fevereiro de 2017.

CONTRATADO (A)

_____

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 340 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **RUBIANA CARNEIRO ALVES** denominado contratado, no cargo **Ass. Administrativo** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 28/02/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____
_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 162 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **SILVIA KELES GARCIA DE MOURA ROCA** denominado contratado, no cargo **Professora** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 22/12/2017 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____

_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 382 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **WAILTON ROBERT NERES DA ROSA** denominado contratado, no cargo **Ass. Administrativo** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 10/03/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____

_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 403 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **VENICIUS HENRIQUE DA SILVA SOUZA** denominado contratado, no cargo **Ass. Administrativo** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 16/03/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____

_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/ 2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 405 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **WANDERLEIA DE ARRUDA MORAES** denominado contratado, no cargo **Ass. Administrativo** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 20/03/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____
_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/ 2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 376 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **RONILSON DO COUTO COSTA** denominado contratado, no cargo **GUARDA** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 08/03/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____
_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 001/ 2016/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015 E O 002/2016– PRORROGAÇÃO CONFORME DECRETO

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato **nº 381 ,** firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cristiane Aparecida da Silva Barbosa , ora denominada contratante, e senhor(a) **JOSE CLAUDIO DE JESUS** denominado contratado, no cargo **GUARDA** de com fulcro do Decreto n° 543, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos Processos Seletivo Simplificado de Provas e títulos n° 005/2015 e o 002/2016, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado vencimento para 10/03/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres 02 de março de 2017

_____

_____

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Contratado Secretária Municipal de Educação

Interina

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2017/GPM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2017/GPM

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivos Simplificado que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 Decreto nº 2.696/2017.

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

1.CONVOCAR candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 elencados no Anexo I deste Edital para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a respectiva contratação temporária.

2. O candidato convocado por meio deste Edital deverá apresentar junto a Chefia de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até as 17:00h do dia 20/04/2017, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral (cópia).

h. Declaração de bens (modelo em anexo).

i. Declaração de não acúmulo de cargo público (modelo em anexo).

j. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original).

3. Além das exigências previstas neste edital, o candidato convocado deverá preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº004/2016 e suas alterações.

4. Os candidatos com profissões regulamentadas deverão obrigatoriamente comprovar a filiação no respectivo Conselho (Técnico em Enfermagem). (fotocópia e original).

5. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, por parte do candidato, deverá, a Chefia de Recursos Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

7. Os candidatos convocados por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos referenciado no item 6, deverão se apresentar na Secretaria de Lotação no período **improrrogável** de 17/04/2017 a 20/04/2017 até as 17:00h.

8. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará na eliminação do candidato ora convocado.

9. Integra o presente Edital, o anexo I – Relação de candidatos convocados, Anexo II - Modelo de declaração de bens; Anexo III - Modelo de Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública.

Publique-se. Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de abril de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2017GPM

TÉCNICO EM ENFERMAGEM/SEDE DO MUNICÍPIO	
01	VALDIVINO SILVA DOS SANTOS

ANEXO II- EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2017

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu_____, brasileira, solteiro (a)/casado(a) inscrito no RG nº-_____SSP/MT, e no CPF _____, em cumprimento as exigências contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2017 e orientações do Tribunal de Contas de Mato Grosso para fins de contratação temporária, **DECLARO** possuir os bens abaixo elencados.

Ord.	QUANT	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Por ser a expressão da verdade, firmo presente para que surta seus efeitos legais.

Campinápolis-MT, XXX de abril de 2017.

_____

Declarante

ANEXO III - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/GPM

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu _____, brasileira, solteiro (a)/casado(a), inscrito no RG nº _____ SSP/SP, e no CPF _____, em cumprimento as exigências contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 e orientações do Tribunal de Contas de Mato Grosso para fins de contratação temporária, **DECLARO** não ser ocupante de cargo ou Função Pública ilicitamente acumuláveis.

Em função da verdade, assino abaixo, dando fé e validade.

Campinápolis-MT, xxx de abril de 2017.

_____

Declarante

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.717 DE 07 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 2.717 DE 07 DE ABRIL DE 2017

Nomeia Comissão para realização de Processo Seletivo Público - PSP e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando as disposições constantes da Resolução 29/2015-TP/TCE/MT;

Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 1.161/2017;

Considerando a necessidade de regularizar a situação funcional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate a Endemias;

Considerando a tarefa do Poder Executivo de assegurar o provimento dos Cargos Públicos;

Considerando a necessidade da realização de Processo Seletivo Público -PSP;

Considerando que os Processos Seletivos Públicos devem ser conduzidos por Comissão nomeada para esse fim.

DECRETA

Art. 1º - O Processo Seletivo Público nº 001/2017, será conduzido por Comissão composta pelos seguintes membros:

I – **RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS/** Gabinete do Prefeito/Presidente;

II – **LUCIMAR BORGES DE LIMA –** Secretaria Municipal de Saúde/Secretária;

III – **SUELEN CEQUINEL ROSA –** Secretaria Municipal de Saúde/Membro.

Art. 2º - A Comissão nomeada no art. 1º deste Decreto conduzirá o Processo Seletivo Público nº 001/2017, em todas as suas fases.

Art. 3º - No desempenho de suas atribuições a Comissão poderá:

I – Recrutar pessoal para auxiliar na elaboração de editais, realização de entrevistas, aplicação de provas (objetivas e/ou Curso de Formação), correção de provas e/ou outras atividades necessárias para garantir efetividade e celeridade ao certame.

Art. 4º. Fica autorizada a compensação de horário e/ou o pagamento de horas excedentes/extras, ao pessoal recrutado nos termos do Inciso I do Art. 3º.

Parágrafo único. Ao Profissional colaborador no Processo Seletivo Simplificado referenciado neste Decreto que se abster do recebimento dos dias de trabalho em pecúnia será concedida folga em dobro dos dias trabalhados.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 07 de abril de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 001/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2.717/2017, e

Considerando o que item 9.11., do Edital de Abertura estabelece que "outras regras ou alterações que se julgarem necessário serão divulgadas por meio de Editais Complementares;

RESOLVE

1. Retificar o item 05, quadro 01 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Público nº 001/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Quadro 1. Nova Redação do item 05, quadro 1 do Edital de Abertura

05	PERÍODO PARA A ENTREGA DE COMPROVANTE DE ENDERÇO DE RESIDENCIA NA MICRO ÁREA DO CARGO A QUE CONCORRE (SOMENTE PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-ACS)	23/04/2017	05/05/2017

2. Permanecem inalterados os demais itens do Edital de Abertura do Processo Seletivo Público nº 001/2017.

Campinápolis-MT, 17 de abril de 2017.

RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2017

Dispõe sobre a convocação da servidora mencionada e da outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. Jeovan Faria, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o imperativo da efetiva prestação e continuidade de serviços públicos com qualidade e eficiência;

CONSIDERANDO a Portaria Nº. 6118 de 15 de Abril de 2015, a qual concede "Licença para Tratamento de Assuntos Particulares sem Remuneração" a servidora **Rubia de Souza Lima Menardi no período de 15 de Abril de 2015 a 14 de Abril de 2017;**

CONSIDERANDO, por derradeiro, as disposições do Art. 96 da Lei Complementar Nº. 001 de 13 de dezembro de 1993.

RESOLVE:

CONVOCAR o servidor abaixo relacionado para retornar imediatamente às suas atividades, junto a sua secretaria de lotação.

Ø ***Rubia de Souza Lima Menardi*** lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, efetivo no cargo de **Nutricionista classe "A" Nível "03",**

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de Abril de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.185 DE 17 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 7.185 DE 17 DE ABRIL DE 2017

Designar o responsável pela gestão dos recursos do PREVICAMP - Fundo Municipal de Previdência Social de Campinápolis.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o que dispõe o art. 2º, § 4º da Portaria MPS n. 519, de 24 de agosto de 2011.

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor efetivo, Sr. **Ivanildo César Rodrigues Tietê**,inscrito na da Cédula de Identidade nº. 26461215-2 SSP/MT e no CPF nº. 143297698-24, como Responsável pela gestão de recursos do PREVICAMP - Fundo Municipal de Previdência Social de Campinápolis, atendendo o disposto na Portaria MPS n. 519/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 17 de abril de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial 18/04/2017

PREVICAMP
PORTARIA Nº 005/2017

PORTARIA N.º 005/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício aposentadoria por invalidez à servidora Sra. ***Iraci Luiza da Costa****."*

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Com fundamentação no art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com Art. 12, inciso I, da Lei Municipal n.º 653 de 18 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campinápolis/MT c/c Lei Municipal nº 805 de fevereiro de 2008; e Lei nº 1.093/2014 que institui o Piso Salarial Profissional para Agentes Comunitários de Sáude –ACS e Agentes de Combate às Endemias- ACE;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício aposentadoria por invalidez, à servidora Sra. **Iraci Luiza da Cotsa**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 1089690-2 SESP/MT e CPF nº 859.221.451-34, Servidora efetiva no cargo de Agente Comunitária de Saúde, 40 Horas, Classe "01", Nível "01", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculada sob n.º 268, contando com 18 (dezoito) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias, com **proventos proporcionais ao tempo de contribuição**, conforme processo administrativo do **PREVI-CAMP n.º 2017.03.00006P**, a partir de 03/04/2017, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/04/2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Campinápolis - MT, 10 de abril de 2017.

JEOVAN FARIA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036_2017 - JAIRO SCHANTZ EIRELI - ME- SERVIÇOS GRÁFICOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2017

PREGÃO: N° 019/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: JAIRO SCHANTZ EIRELI - ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de impressos gráficos para atender a Prefeitura Municipal e suas Secretarias.

Os preços, as quantidades e a especificação do item registrado nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	13957	REGISTRO DE NEBULIZAÇÃO EM ESPIRAL COM 100 FOLHAS IMPRESSO FRENTE E VERSO, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, UMA COR, F-09, 30x18 CM	UNID.	50	12,00	600,00
2	18582	REGISTRO DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS: CURATIVO E PEQUENA CIRURGIA EM ESPIRAL COM 100 FOLHAS IMPRESSOS FXV UMA COR, SULFITE 75 GRAMAS, F-09, 31X18 CM.	UNID.	50	18,60	930,00
4	25943	REGISTRO DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS REPOUSO E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAÇÃO 2012, FRENTE E VERSO, ENCADERNADO C/50 FOLHAS, UMA COR, SULFITE 75 GRAMAS, F-09, 31X17X,5 CM	UNID.	100	18,00	1.800,00
6	18568	REGISTRO DE ATENDIMENTO MÉDICO PSF ENCADERNADO C/ 50 FOLHASPAPEL SULFITE 75 GRAMAS, IMPRESSÃO UMA COR FRENTE E VERSO. – F- 09, 20X29 CM.	UNID.	200	16,30	3.260,00
9	18584	FORMULÁRIO PARA EXAMES GINECOLÓGICOS, EXAME PAPANICOLAU E EXAME CLINICO DAS MAMAS, EM ESPIRAL COM 100 FOLHAS,UMA COR SULFITE 75 GRAMAS, IMPRESSÃO SÓ NA FRENTE, 30X21 CM.	UNID.	30	12,00	360,00
10	13973	CARTÃO SOMBRA, PAPEL DUPLEX, IMPRESSÃO FRENTE EVERSO, UMA COR, 21,5X23,5 CM.	UNID.	2.000	0,90	1.800,00
14	10601	BLOCO NAO ESQUEÇA COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO UMA COR SULFITE 75 GRAMAS, 11X8 CM.	UNID.	100	7,00	700,00
16	18565	ATESTADO ESCOLAR - BLOCO C/ 100 FOLHAS, IMPRESSÃO UMA COR SÓ FRENTE, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, 20,5X14 CM.	UNID.	50	7,15	357,50
18	18556	ATESTADO MÉDICO PARA GESTANTE - BLOCO C/ 100 FOLHAS, UMA COR PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, IMPRESSÃO UMA COR, 20,5X13 CM.	UNID.	50	7,35	367,50
19	13974	DECLARAÇÃO C/ 30 FLS, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, IMPRESSÃO UMA COR, SÓ FRENTE, 20,5X14,5 CM.	UNID.	10	5,90	59,00
21	10624	PRONTUARIO DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL COM 100 FOLHAS, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS UMA COR FXV, 30,5X21 CM.	UNID.	200	12,00	2.400,00
22	18126	CARTÃO DE GESTANTE, IMPRESSÃO FRENTE VERMELHO, VERSO PRETO, COM 02 VINCOS, PAPEL CARTOLINA 240 GRAMAS, 30X21,5.	UNID.	500	2,31	1.155,00
23	10634	FIXA DE ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO FXV, F-06, UMA COR, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, 18X28 CM.	UNID.	50	12,80	640,00
24	10626	LAUDO PARA SOLICITACAO / AUTORIZACAO COM 100 FOLHAS F-09 SULFITE 75 GRAMAS SÓ FRENTE, 21X30 CM.	UNID.	50	16,40	820,00
25	10616	RELATORIO DE COLPOSCOPIA COM 100 FOLHAS PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, 22X32 CM.	UNID.	20	16,40	328,00
26	18558	CONTROLE DE VISITA - BLOCO C/ 100 FOLHAS PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, UMA COR SÓ FRENTE, 28,5X20 CM.	UNID.	50	15,60	780,00
27	10623	FICHA DE CADASTRO DO PACIENTE COM 100 FOLHAS, SÓ FRENTE UMA COR PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, 21X30 CM.	UNID.	50	15,60	780,00
31	13972	FICHA 1- SOLICITAÇÃO DE SERV. LOCAL OU CONSORCIO C/ 50 FOLHAS, IMPRESSÃO SÓ FRENTE, PAPEL SULFITE 75 GRAMS, 19X26 CM.	UNID.	5.000	10,65	53.250,00
35	10669	RECEITUARIO AZUL BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO UMA COR, 22X7,5 CM.	UNID.	300	11,50	3.450,00
37	14591	PACIENTES EM ESPERA PARA ATENDIMENTO - BLOCO C/ 100 FOLHAS, IMPRESSÃO SÓ FRENTE F-09 SULFITE 75 GRAMAS, 27X20 CM.	UNID.	30	16,60	498,00
49	38236	CADASTRO INDIVIDUAL e-SUS BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO UMA COR, FXV, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, 21X30 CM.	UNID.	150	16,90	2.535,00
50	18761	FICHA DE VISITA DOMICILIAR - BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO UMA COR, FXV, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, 21X30 CM.	UNID.	20	16,75	335,00
51	38238	RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS DIÁRIO SAMU BLOCO COM 100 FOLHAS, UMA COR, FXV, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, 32,5X21,5 CM.	UNID.	30	17,50	525,00
58	38234	CARTÃO VACINAÇÃO DA CRIANÇA MASCULINO, F-06, 02 VINCOS, COLORIDO, CATOLINA 240 GRAMAS, 60X21,5 CM.	UNID.	500	4,60	2.300,00
59	38235	CARTÃO VACINAÇÃO DA CRIANÇA FEMININO F-06 02 VINCOS, COLORIDO, CARTOLINA 240 GRAMAS, , 60X21,5 CM.	UNID.	500	4,60	2.300,00
74	28865	ALMOFADA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO	UNID.	50	15,90	795,00
75	32986	BLOCO AUTO DEINFRAÇÃO - COPIATIVO FORMATO 16, 4 VIAS	UNID.	500	38,00	19.000,00
76	38055	BLOCO COM 50 FOLHAS, FORMATO A4, COR 1X0 EM DUAS VIAS PARA O CONSELHO TUTELAR	UNID.	100	26,10	2.610,00
77	653	BLOCO COMPROVANTE DE AUTORIZAÇÃO	UNID.	50	18,55	927,50
78	14589	BLOCO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO - 100 FOLHAS	UNID.	100	13,35	1.335,00
79	35811	BLOCO DE 50 FOLHAS EM TRES VIAS CARBONADO NA MEDIDA DE 15X21,50 (ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL)	UNID.	50	9,29	464,50
80	34402	BLOCO DE AVISO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO 12 X 26 50 FOLHAS CARBONADO	UNID.	600	28,25	16.950,00
81	20650	BLOCO DE LAUDO DE VISTORIA COM 50JOGOS EM 2 VIAS FORMATO 09 PAPEL AUTOCOPIATIVO	UNID.	50	27,45	1.372,50

82	16115	BLOCO DE PAPEL OFICIO TIMBRADO	UNID.	100	26,10	2.610,00
83	14933	BLOCO GUIA ITBI EM 3 VIAS COM 50 FORMULÁRIOS	UNID.	50	38,40	1.920,00
84	32985	BLOCO LAUDO DE VISTORIA - MOTO TAXI 15.5X23 EM 3 VIAS, 150 FOLHAS AUTOCOPIATIVO, NUMERADO E PERFURADO	UNID.	10	26,10	261,00
85	32984	BLOCO LAUDO DE VISTORIA - TAXI 20X23 CM EM 3 VIAS, 150 FOLHAS AUTOCOPIATIVO, NUMERADO E PERFURADO	UNID.	10	26,10	261,00
86	32983	BLOCO LAUDO DE VISTORIA-MICRO ONIBUS-COPIATIVO 20X23 CM EM 3 VIAS, 150 FOLHAS AUTOCOPIATIVO, NUMERADO E PERFURADO	UNID.	10	26,10	261,00
87	23642	BLOCOS DE BOLETIM DE CADASTRO IMOBILIÁRIO 100X1	UNID.	50	28,45	1.422,50
88	23094	BLOCOS DE NOTIFICAÇÃO DE EMBARGO 25X2	UNID.	50	38,45	1.922,50
89	23095	BLOCOS DE NOTIFICAÇÃO DE ENTULHOS 25X2 FORMATO A4, AUTO COPIATIVO	UNID.	20	38,35	767,00
90	10373	BLOCOS IMPRESSOS LAUDO FISCALIZAÇÃO/FORMATO 09 - 25X02 VIAS - 05 CORES	UNID.	100	38,25	3.825,00
105	32821	CARTOLINA BIBLIOTECA - SULFITE 180 GR.	UNID.	1.000	0,84	840,00
107	25670	CONFECÇÃO DE BLOCO DE LAUDO DE VISTORIA EM FORMATO 16 E 3 VIAS COPIATIVOS	UNID.	150	39,00	5.850,00
108	38197	CONFECÇÃO DE BLOCO DE LAUDO DE VISTORIA EM FORMATO 14X20 E 3 VIAS, PAPEL COPIATIVO , COR 1X0.	UNID.	50	29,75	1.487,50
113	32709	DIAGRAMAÇÃO DE FOLDER	UNID.	30	120,00	3.600,00
114	9288	ENVELOPE TIMBRADO 200 X 280 COLORIDO, SULFITE 90 GRAMAS	UNID.	300	1,30	390,00
116	32820	FICHA BIBLIOTECA F/V -SULFITE 180GR.	UNID.	1.000	0,83	830,00
117	36270	FLAYER COLORIDO , COUCHÊ LAMINADO , 150 GRAMA TAMANHO 22X15, CAIXA COM 500 UNIDADE	CX.		170,00	850,00
118	36265	FLAYERS TAMANHO 22X15 , COLORIDO, 150 GRAMA , FRENTE E VERSO, CAIXA COM 500 UNIDADES	CX.	10	172,00	1.720,00
128	21442	FOLHA DE REPOSTA DE GABARITO FORMATO 21X15 SULFITE 90 GRAMAS, IMPRESSÃO UMA COR	UNID.	1.000	0,48	480,00
133	32978	INFORMATIVO MUNICIPAL - FORMATO 04, IMPRESSÃO EM PAPEL SULFITE 75 GRAMAS – FXV, COLORIDO	UNID.	10.000	3,41	34.100,00
146	20420	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CARIMBOS AUTOMÁTICOS COMPLETOS	UNID.	200	38,50	7.700,00
148	13886	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO	UNID.	300	39,90	11.970,00
149	13976	SERVIÇO SOCIAL - BLOCO COM 50 FOLHAS	UNID.	20	13,00	260,00
150	20421	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE BORRACHAS P/ CARIMBOS AUT. E MAD.	UNID.	150	20,00	3.000,00
156	38309	CARTÃO PNE- (PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS), PAPEL COCHÊ 230 GRAMAS, TAMANHO F48, COLORIDO , FRENTE E VERSO.	UNID.	2.000	1,05	2.100,00
158	38311	PANFLETOS TRÂNSITO, F 16, EM PAPEL COUCHÊ 115GRAMAS, COLORIDO	UNID.	10.000	0,39	3.900,00
160	38314	CARTÃO IDOSO, PAPEL COCHÊ 230G, TAMANHO F 48, COLORIDO, FRENTE E VERSO.	UNID.	3.000	0,74	2.220,00
165	38434	CERTIFICADO 4X0 CORES PAPEL COUCHÊ 150G EM CAIXAS COM 200 UNIDADES	CX.	10	460,00	4.600,00
166	38435	CERTIFICADO 4X4 CORES PAPEL COUCHÊ 150G EM CAIXAS COM 200 UNIDADES	CX.	10	650,00	6.500,00

Totalizando o valor de R$ 231.432,00 (duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e trinta e dois reais)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038_2017 - D P DA SILVA GRÁFICA- ME - SERVIÇOS GRÁFICOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2017

PREGÃO: N° 019/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: D P DA SILVA GRAFICA - ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de impressos gráficos para atender a Prefeitura Municipal e suas Secretarias.

Os preços, as quantidades e a especificação do item registrado nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
5	13959	REGISTRO DE PRÉ-CONSULTA - CADERNO EM ESPIRAL NA HORIZONTAL COM CAPA TRANSPARENTE E CONTRA CAPA PRETA C/ 100 FOLHAS, PAPEL SULFITE 75 GRAMS, UMA COR, IMPRESSO FRENTE E VERSO. – F-09, 31X18,5 CM.	UNID.	200	18,35	3.670,00
11	25945	REGISTRO DE ENTREGA DE CONTRACEPTIVOS, FRENTE E VERSO, ENCADERNADO C/100 FOLHAS F-09, SULFITE 75 GRAMAS, 31,5X19,5 CM.	UNID.	50	21,45	1.072,50
13	10609	FORMULARIO DE CONSULTA ESPECIALIZADA COM 100 FOLHAS SULFITE 75 GRAMAS, 18X10,5 CM.	UNID.	100	7,30	730,00
15	19339	BLOCO DE RECEITUÁRIO MÉDICO COM 50 FL, IMPRESSÃO EM PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, UMA COR SÓ FRENTE, 23,5X16 CM.	UNID.	10.000	7,60	76.000,00
32	14020	CONTROLE DE VIAGEM - BLOCO C/ 100 FOLHAS, IMPRESSÃO UMA COR, SÓ FRENTE, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, 23,5X16 CM.	UNID.	50	12,50	625,00
33	29523	CARTÃO DE CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL, UMA COR, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, CARTOLINA, 25,5X7 CM.	UNID.	1.000,00	0,68	680,00

34	18589	FICHA DE VISITA DO PROGRAMA DE CONTROLE DE FEBRE AMARELA E DENGUE - BLOCO C/ 100 FOLHASSULFITE 75 GRAMAS, 15,5X10 CM.	UNID.	1.000	6,75	6.750,00
38	33546	CARTÃO MATRICULA FAMILIAR CINZA CARTOLINA 180 GRAMAS, 15,5X10,5 CM.	UNID.	3.000	0,56	1.680,00
39	33547	CARTAO MATRICULA FAMILIAR LILAS CARTOLINA 180 GRAMAS, 15,5X10,5 CM.	UNID.	3.000	0,56	1.680,00
40	10605	CARTAO MATRICULA FAMILIAR AZUL CARTOLINA 180 GRAMAS, 15,5X10,5 CM.	UNID.	3.000	0,56	1.680,00
41	10606	CARTAO MATRICULA FAMILIAR AMARELO CARTOLINA 180 GRAMAS, 15,5X10,5 CM.	UNID.	3.000	0,56	1.680,00
42	18560	CARTÃO MATRICULA FAMILIAR VERDE CARTOLINA 180 GRAMAS, 15,5X10,5 CM.	UNID.	3.000	0,56	1.680,00
43	18561	CARTÃO MATRICULA FAMILIAR ROSA CARTOLINA 180 GRAMAS, 15,5X10,5 CM.	UNID.	3.000	0,56	1.680,00
44	18562	CARTÃO MATRICULA FAMILIAR BRANCO 180 GRAMAS, 15,5X10,5 CM.	UNID.	5.000	0,56	2.800,00
45	37068	BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO EM PAPEL COLCHE 115 COM 50 PAGINAS ILUSTRADO E COLORIDO COM FOTOLITO, CAPA LAMINADA, 30,5X21 CM.	UNID.	700	20,35	14.245,00
54	10643	ACIDENTE DE TRABALHO GRAVE BLOCO COM 100 FOLHAS F-09, SULFITE 75 GRAMAS, 21X30 CM.	UNID.	30	17,80	534,00
55	18596	FICHA DE NOTIFICAÇÃO/INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL DE VIOLENCIA DOMESTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLENCIAS - BLOCO C/ 100 FOLHAS SULFITE 75 GRAMAS, 21X30 CM.	UNID.	30	18,00	540,00
56	10658	FICHA DE NOTIFICAÇÃO - HEPATITES VIRAIS BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO UMA COR, SULFITE 75 GRAMAS, 21X30 CM.	UNID.	20	17,60	352,00
57	38239	FICHA DE INVESTIGAÇÃO ATENDIMENTO ANTI RÁBICO HUMANO BLOCO COM 100 FOLHAS, SULFITE 75 GRAMAS, 31X21 CM.	UNID.	20	17,70	354,00
65	32816	FOLDER INFORMATIVA - CROMIA F/V COUCHÊ 230 GR. LAMINADO BRILHO - 42X30CM	UNID.	5.000	1,75	8.750,00
66	31111	FOLDER FORMATO 08 FRENTE E VERSO LAMINADO, PAPEL COUCHÊ 150GR. TAMANHO 31,0 X 21,5CM	UNID.	5.000	1,45	7.250,00
67	36273	FOLDER DENGUE E FEBRE CHIKUNGUNYA FORMATO 06,COLORIDO FRENTE E VERSO, PAPEL COUCHE, 150 GRAMAS, CAIXA COM 300 UNIDADES	CX.	20	974,00	19.480,00
68	21742	FOLDER HANTAVIROSE EM PAPEL COUCHE TAMANHO A4 COM 4 DOBRAS FRENTE E VERSO	UNID.	3.000	1,29	3.870,00
69	21478	FOLDERS DE CARAMUJO AFRICANO - PAPEL COUCHÊ, COLORIDO 02 VINCOS	UNID.	10.000	1,31	13.100,00
70	27698	FOLDERS COLORIDO, IMPRESSO EM PAPEL COUCHÊ 90 OU 115G. ENTREGUES DOBRADO EM 03 DOBRAS	UNID.	15.000	1,40	21.000,00
91	36241	CADERNO, CADASTRO ÚNICO, IMPRESSO: CAPA EM PAPEL COUCHÊ 150 G. COLORIDA, PÁGINAS INTERNAS E PAPEL SULFITE 90 G. IMPRESSÃO 02 CORES. 56 PAGINAS CX COM 100 UNIDADES	CX.	8	1.490,00	11.920,00
92	32828	CADERNO, COLORIDO, IMPRESSO: CAPA EM PAPEL COUCHÊ F-09 150 G. COLORIDA, PÀGINAS INTERNAS E PAPEL SULFITE 90 G. IMPRESSÃO 03 CORES. 56 PÁGINAS COM JANELA	UNID.	1.000	16,33	16.330,00
95	21390	CAPA DE CARNÊ DO IPTU, COLORIDO FRENTE E VERSO, COM JANELA, PAPEL COUCHÊ 150 GRAMS	UNID.	12.000	0,52	6.240,00
115	36247	ENVELOPE TIMBRADO 260 X 360, CX COM 300 UND. COLORIDO, SULFITE 90 GRAMAS	CX.	3	358,00	1.074,00
122	36243	FOLDER CROMIAM- 36X52 - COUCHÊ 115 GR. BRILHO, CX COM 300 UND.	CX.	5	628,00	3.140,00
123	36253	FOLDER FORMATO 08 FRENTE LAMINADO, PAPEL COUCHÊ 150GR. TAMANHO 31,0 X 21,5CM, CAIXA COM 300 UNIDADES	CX.	10	546,00	5.460,00
124	36254	FOLDER FORMATO 08 SIMPLES, PAPEL COUCHÊ 115GR. TAMANHO 31,0 X 21,5CM, CAIXA COM 300 UNIDADES	CX.	10	549,00	5.490,00
134	38054	LONA IMPRESA COM ACABAMENTO PARA DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS/ATIVIDADES	M2	300	104,90	31.470,00
138	36269	PANFLETOS COLORIDOS IMPRESSO FRENTE EM PAPEL COUCHÊ TAMANHO 15X28, CAIXA COM 500 UNIDADES	CX.	5	289,00	1.445,00
153	38306	CARTILHA PROCON, COLORIDOS F32, COM 24 PÁGINAS, PAPEL COUCHÊ 150 GRAMAS, PAPEL COUCHÊ 230 GRAMAS	UNID.	10.000	4,79	47.900,00
157	38310	CARTILHA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO, F 16 COM 16 PÁGINAS, COLORIDO, PAPEL COUCHÊ 115 GRAMAS	UNID.	10.000	6,35	63.500,00
163	38433	FOLDER 20 X 42CM, 4X4 CORES, PAPEL COUCHÉ 300G, 2 DOBRAS EM CAIXAS COM 500 UNIDADES	CX.	10	859,00	8.590,00
164	38432	Painel Lona 4,0 x 2,0 m	UNID.	10	778,00	7.780,00
168	38431	GUIA TURÍSTICO 15X21CM FECHADO, 100 PÁGINAS. CAPA 4X4 CORES, PAPEL COUCHÉ 250G, PLASTIFICAÇÃO LISA. MIOLO 4X4 CORES, PAPEL COUCHÉ 120G.	UNID.	3.000	10,90	32.700,00

Totalizando o valor de R$ 434.921,50 (quatrocentos e trinta e quatro mil, novecentos e vinte e um reais e cinquenta centavos)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037_2017 - APOLO GRÁFICA E EDITORA LTDA EPP- SERVIÇOS GRÁFICOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017

PREGÃO: N° 019/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: APOLO GRÁFICA E EDITORA LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de impressos gráficos para atender a Prefeitura Municipal e suas Secretarias.

Os preços, as quantidades e a especificação do item registrado nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
3	37064	CADERNO ASPIRAL DE 100 FOLHAS PARA REGISTRO DE ATENDIMENTO DOS ENFERMEIROS, IMPRESSO SÓ FRENTE UMA COR, SULFITE 75 GRAMAS, F-09, 31X20 CM	UNID.	150	14,70	2.205,00
7	37065	ESPIRAL 100 FOLHAS REGISTRO DE OCORRÊNCIA AMBULATORIAL - (R.O.A), UMA COR SÓ FRENTE, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS. 30X21 CM	UNID.	100	18,20	1.820,00
8	18586	REGISTRO DE PROCEDIMENTO DE COLETA DO TESTE DO PEZINHO, EM ESPIRAL COM 100 FOLHAS, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, UMA COR 32X18 CM.	UNID.	100	18,20	1.820,00
12	13963	REGISTRO DE IMUNIZAÇÃO ACS - CADERNO EM ESPIRAL NA VERTICAL COM CAPA TRANSPARENTE E CONTRA CAPA PRETA. IMPRESSÃO FRENTE E VERSO C/ 50 FOLHAS SULFITE 75 GRAMAS, 19,5X16,5 CM.	UNID.	50	18,90	945,00
17	18567	ATESTADO MÉDICO - BLOCO C/ 100 FOLHAS, IMPRESSÃO UMA COR, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, 21X11,5 CM.	UNID.	1.000	7,50	7.500,00
20	10603	CARTAO DE VACINACAO DO ADULTO, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, UMA COR, UMA F-28, CATOLINA 180 C/ VINCO, 21X7,5 CM.	UNID.	5.000	1,10	5.500,00
28	10637	CADASTRO DA FAMILIA BLOCO COM 50 FOLHAS FXV, IMPRESSÃO EM UMA COR PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, 21,5X30 CM.	UNID.	50	16,00	800,00
29	20358	BOLETIM DE RECONHECIMENTO GEOGRÁFICO BLOCO COM 100 FOLHAS SÓ FRENTE UMA COR, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, 21X27,5 CM.	UNID.	20	16,90	338,00
30	18760	BLOCO RESUMO SEMANAL DO ANTIVETORIAL COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO SÓ FRENTE, UMA COR, F-09, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, 21,5X30 CM.	UNID.	20	16,50	330,00
36	10614	RECEITUARIO CONTROLE ESPECIAL COM 50X02 VIAS, IMPRESSÃO UMA COR, PAPEL EXTRA COPY, 16X21 CM.	UNID.	50	9,70	485,00
46	37069	BOLETIM DIÁRIO DE DOSES APLICADAS - CONTROLE DE DOSES DE VACINAS APLICADAS DIARIAMENTE IMUNOBIOLÓGICOS COM 22 FOLHAS CADA, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, 30,5X21 CM.	UNID.	120	10,50	1.260,00
47	10650	FICHA DE INVESTIGACAO DENGUE BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO FXV, UMA COR, SULFITE 75 GRAMAS, 30X20,5 CM.	UNID.	5.000	14,50	72.500,00
48	38237	CADASTRO DOMICILIAR e- SUS BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO UMA COR, SÓ FRENTE, PAPEL SULFITE 75 GRAMAS, 21X30 CM.	UNID.	30	17,70	531,00
52	27223	BLOCO RELATORIO DE OCORRENCIA APH - SAMU 100 FOLHAS FRENTE E VERSO, UMA COR, SULFITE 75 GRAMAS, 21,31,5 CM.	UNID.	40	17,90	716,00
53	10620	ETIQUETAS PARA REMESSA DE ESPECIMES - BLOCO C/ 100 FOLHAS, F-09,SULFITE 90 GRAMAS, 30X21 CM.	UNID.	30	15,65	469,50
60	36236	FOLDER FORMATO 06- F/V 3 DOBRAS COUCHÊ 150 GR CAIXA COM 300 UND.	CX.	20	849,00	16.980,00
61	32977	FOLDER - FORMATO 09 F/V - COUCHÊ 115 GR. COLORIDO	UNID.	8.000	1,22	9.760,00
62	31110	FOLDER FORMATO 06 FRENTE E VERSO LAMINADO 03 DOBRAS, EM PAPEL COUCHÊ 230GR. TAMANHO 30,8 X 31,8CM	UNID.	3.000	1,82	5.460,00
63	35840	FOLDER COLORIDO, IMPRESSO EM PEPEL COUCHÊ, 70 OU 115 GRAMAS ENTREGUES DOBRADOS 1 DOBRA 24X22	UNID.	3.000	1,02	3.060,00
64	31113	FOLDER FORMATO 08 SIMPLES, PAPEL COUCHÊ 115GR. TAMANHO 31,0 X 21,5CM	UNID.	5.000	1,00	5.000,00
71	31125	CARTILHA COLORIDA COM 24 PÁGINAS, FORMATO 16, PAPEL COUCHÊ 115GR. TAMANHO 21,5 X 15 CM	UNID.	5.000	7,05	35.250,00
72	36271	CARTILHA DENGUE E FEBRE CHIKUNGUNYA COM 48 PAGINAS PAPEL COUCHÊ, 115 GRAMAS,COLORIDA,F 16, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX.	30	1.179,00	35.370,00
93	36262	CALENDÁRIO , FORMATO 8, COLORIDO FRENTE EM ADESIVO DE PLOTAGEM E NO VERSO COM PLACA DE IMÃ NA MEDIDA DE 23CMX30CM, CAIXA COM 500 UNIDADES	UNID.	2	2.690,00	5.380,00
94	32823	CALENDARIO CROMIA LAMINADO F/V 22X32 COUCHÊ 230 GR. CAIXA COM 500 UNIDADES	CX.	7	2.159,00	15.113,00
96	36275	CARTÃO DE VISITA COLORIDO, PAPEL COUCHÊ 230GR. 8,5 X 5,0CM, CX COM 200 UNID.	CX.	10	144,50	1.445,00
97	36266	CARTÃO POSTAL TAMANHO 10X15 PAPEL COUCHÊ FRENTE LAMINADO, CAIXA COM 500 UNIDADES	CX.	5	214,90	1.074,50
98	38051	CARTAZ 46X62 - COUCHÊ 150 GR. COLORIDO PARA DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS/ATIVIDADES - CAIXA COM 50 UNIDADES	CX.	10	595,00	5.950,00
99	36234	CARTAZ 46X62 OUVIDORIA - COUCHÊ 150 GR. COLORIDO CAIXA COM 50 UNIDADES	CX.	3	595,00	1.785,00
100	36264	CARTAZ 60X40 DIVULGAÇÃO DE EVENTOS TURISTICOS E CULTURAIS, CAIXA COM 50 UNIDADES	UNID.	10	599,00	5.990,00
101	38052	CARTAZ 60X40 – COUCHÊ 150 GR. COLORIDO PARA DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS/ATIVIDADES, CAIXA COM 50 UNIDADES	CX.	5	493,00	2.465,00
102	36240	CARTILHA CARTA DE SERVIÇO E ARRECADAÇÃO - 20 PAG. - FORMATO 16 CX COM 100 UND.	CX.	5	658,00	3.290,00
103	36260	CARTILHA COLORIDA COM 24 PÁGINAS, FORMATO 16, PAPEL COUCHÊ 115GR. TAMANHO 21,5 X 15 CM, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX.	8	779,00	6.232,00
104	36233	CARTILHA MANUAL DE LICITAÇÃO 28 PAG. PAPEL COUCHÊ 115 GR. COLORIDO FORM. 16 CAIXA COM 100 UNIDADES	CX.	5	810,00	4.050,00
106	36259	CERTIFICADO COLORIDO FORMATO 08 FRENTE E VERSO, PAPEL COUCHÊ 230GR. TAMANHO 31,0 X 21,5CM, CAIXA COM 200 UNIDADES.	CX.	10	529,00	5.290,00
109	36245	CONVITE CROMIA LAMINADO COM VERNIZ TOTAL 22X32, CX COM 500 UND.	CX.	10	437,00	4.370,00
110	36238	CONVITE FORMATO 08 - COUCHÊ 150 GR. COLORIDO 01 DOBRA CX COM 200 UND.	CX.	5	449,00	2.245,00
111	36267	CONVITE FORMATO 08 , SIMPLES, PAPEL COUCHÊ LAMINADO 115 GRAMA, 31X21,5 FRENTE E VERSO, CAIXA COM 500 UNIDADES	CX.	5	689,00	3.445,00
112	32713	CORDÃO P/ CRACHA LISO	UNID.	200	6,15	1.230,00
119	36235	FOLDER - FORMATO 09 F/V - COUCHÊ 115 GR. COLORIDO CAIXA COM 300 UNIDADES	CX.	10	390,00	3.900,00
120	36258	FOLDER COLORIDO IMPRESSO EM FRENTE E VERSO, CAIXA C/ 300 UNIDADES. F-06 COUCHÊ 150 GRAMAS	CX.	7	390,00	2.730,00
121	36268	FOLDER COLORIDO, IMPRESSO EM PEPEL COUCHÊ, 70 OU 115 GRAMAS ENTREGUES DOBRADOS 1 DOBRA 24X22, CAIXA COM 300 UNIDADES	CX.	5	349,00	1.745,00
126	36246	FOLDER SIMPLES CROMIA F/V 20X24, CX COM 300 UND.	CX.	10	479,00	4.790,00

127	36255	FOLDERS COLORIDO, IMPRESSO EM PAPEL COUCHÊ 90 OU 115G. ENTREGUES DOBRADO EM 03 DOBRAS, CAIXA COM 300 UNIDADES	CX.	15	580,00	8.700,00
129	36263	GUIA TURISTICO F/V - CROMIA- COUCHÊ 115 GR. MIOLO, CAPA TRIPLEX, CAIXA C/ 500 UNIDADES.	CX.	5	2.779,00	13.895,00
135	32700	LONA IMPRESSA	M2	50	104,80	5.240,00
136	36239	PANFLETO FORMATO 08 F/V COLORIDO CAIXA COM 500 UND. PAPEL COUCHÊ 115 GRAMAS	CX.	5	470,00	2.350,00
137	36237	PANFLETO FORMATO 16 FRENTE COUCHÊ 170 GR. COLORIDO CX COM 500 UND.	CX.	5	319,00	1.595,00
139	36244	PASTA CROMIA 31X6,6 TRIPLEX COM BOLSA, CX COM 300 UND.	CX.	5	817,00	4.085,00
140	31114	PASTA FORMATO 04 COLORIDA COM BOLSO, LAMINADA PAPEL TRIPLEX OU COUCHÊ 300GR. TAMANHO 30,0 X 43,0 CM	UNID.	1.000	6,00	6.000,00
141	31115	PASTA TIMBRADA COM CLIPE PLÁSTICO LAMINADA PARA ARQUIVO, TRIPLEX 300GR. TAMANHO 48 X 33CM	UNID.	25	7,89	1.972,50
142	9286	PASTA TIMBRADA 01 VINCO COLORIDA, PAPEL COUCHÊ 230 GRAMAS	UNID.	1.000	5,98	5.980,00
143	35838	PASTAS FORMATO 4 COLORIDO COM BOLSA, LAMINADO, PEPEL TRIPLEX OU COUCHÊ 300 GRAMAS , TAMANHO 30X43 CM	UNID.	1.000	5,98	5.980,00
144	32974	REVISTA LAMINADA, VERNIZ LOCALIZADO - FROMATO 08 - COUCHÊ 230 GR.32 PÁGINAS.	UNID.	5.000	9,58	47.900,00
145	38198	REVISTA LAMINADA, VERNIZ LOCALIZADO - FROMATO 08 , COM 28 PG, CAPA LAMINADA EM COUCHÊ 230 GR BRILHO, PAGINAS INTERNAS COUCHE 150 GR, BRILHO COLORIDA.	UNID.	5.000	10,62	53.100,00
147	25578	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PAPEL TIMBRADO GOVERNO MUNICIPAL : POLICROMIA, FOLHA A4 E GRAMATURA DE 90GR	UNID.	50.000	0,43	21.500,00
151	38304	PAPEL TIMBRADO PROCON, 02 CORES, SULFITE 120 GRAMAS TAMANHO A4	UNID.	5.000	0,39	1.950,00
152	38305	ENVELOPE TIMBRADO, 02 CORES, PAPEL BRANCO, MEDIDAS 166X230MM	UNID.	5.000	0,83	4.150,00
154	38307	PASTA PROCON, COLORIDA, MEDIDAS 510X303MM. COM CLIP PLASTICO COLADO NO VERSO DA CAPA, PAPEL DUPLEX	UNID.	10.000	5,19	51.900,00
155	38308	CARTILHA CONSUMIDOR, F 16 COM 16 PÁGINAS, COLORIDO, PAPEL COUCHÊ 115 GRAMAS.	UNID.	5.000	6,50	32.500,00
159	38312	ADESIVOS 130X90MM. COLORIDO EM PLATON, PARA COLAGEM EM VEÍCULOS PARA CAMPANHA DE TRÂNSITO	UNID.	5.000	1,74	8.700,00
161	38429	Banner 1,20 x 0,90	UNID.	100	94,90	9.490,00
162	38430	CONVITE TURISMO 30X20CM, 1 DOBRA, PAPEL COUCHÉ 230G, 4X4 CORES, FACA ESPECIAL EM CAIXAS COM 500 UNIDADES	CX.	10	979,00	9.790,00
167	38436	FAIXA EM LONA	M2	200	110,00	22.000,00

Totalizando o valor de R$ 609.396,50 (seiscentos e nove mil, trezentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 435, DE 13 DE ABRIL DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e;

Considerando o Memorando nº 444/2017, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde,

R E S O L V E

1. **DESIGNAR**aservidora,**GERALDA CORDEIRO ALVES, Agente Administrativo**, portadora do RG nº 1026958-4 SEJSP/MT e CPF nº 772.826. 121 – 58, matrícula funcional nº 37, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato de prestação de serviço nº 019/2017, constante abaixo:

CONTRATO	***OBJETO***	***CONTRATADA(O)***
nº 019/2017	Locação de imóvel em alvenaria com 325 metros quadrados, edificado na Rua Porto Alegre, esquina com a Rua Rodolfo Ulrich, 820-NE Bairro Nossa Senhora Aparecida, nesse Município.	IMOBILIÁRIA PROGRESSO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 20.099.435/0001-42

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 13 dias do mês de abril de 2017.

RAFAEL MACHADO **Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 009/2017

Nome: **PAULO GIOVANI FIGUEIREDO** CPF: **013071441-01**

Endereço: Quadra 048 Lote 06 Bairro: Jardim Alvorada

Município: Campo Novo do Parecis –MT CEP: 78360-000

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, às 09:00 horas, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado para realizar inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido a notificação nº **035/2017** de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após vistoria constatamos que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 5 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.263, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, PARA A CONSTRUÇÃO DO SHOPPING DA AGRICULTURA *NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a incluir na Lei nº 1936/2013 de 29 de Novembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o período de 2014/2017, alterado pela Lei nº 2.236/2016 de 02 de Dezembro de 2016, os projetos contemplados no *Anexo I*, que passa a ser parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

Art. 2º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.237/2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2017, os projetos contemplados no *Anexo II*, que passa a ser parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

Art. 3º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.235/2016, Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2017, os projetos contemplados no *Anexo III*, cujo objetivo é a *Construção do Shopping da Agricultura*, que passa a ser parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

Órgão: 07 - Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente

Und. Orçamentária: 001- Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 601 - Promoção da Produção Vegetal

Programa: 0028 - Fomento Agroindustrial

Projeto/Atividade: 1.122 - Construção do Shopping da Agricultura

Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações - **..... .....R$ 39.650,00**

Fontes de Recursos: 01.00.000.000 - Recursos Livres

TOTAL - ....R$ 39.650,00

Art. 4º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, inciso I - os resultantes de Superávit Financeiro de Exercício Anterior, de acordo com o Artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 17 de Abril de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Campo Verde-MT, 12 de abril de 2017.

Referência: Processo Administrativo – Aplicação de PENALIDADE – STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.

DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Tendo em vista o que consta do presente processo administrativo e considerando, ainda, o conhecimento que tenho quanto a situação fática referente a entrega dos itens contidos na Ata de Registro de Preços nº 301/2016 e 258/2016, firmado com a empresa STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, em abono aos princípios do contraditório e ampla defesa, passo a analisar os fatos relacionados à infração contratual no que tange ao descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, conforme se verifica da documentação que instrui o presente processo.

Regularmente notificada, a empresa apresentou defesa prévia.

Consultada, a Procuradoria Jurídica do Município manifestou-se pela possibilidade de aplicação das penalidades previstas na ata de registro de preços e em lei.

É o relato do essencial.

Passo à análise.

É sabido que as sanções administrativas somente podem ser aplicadas dentro de processo administrativo, instaurado por ato administrativo de autoridade competente, onde se garanta a ampla defesa e o contraditório (garantias constitucionais) ao contratado que supostamente incidiu em falta contratual.

O ato administrativo de instauração deve conter a identificação dos autos do processo administrativo original da licitação ou do contrato, a menção às disposições legais aplicáveis ao procedimento para apuração de responsabilidade. O contratado deve ser notificado para se defender, seguindo o processo até decisão final fundamentada, o que foi devidamente atendido no caso em tela.

A Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 87, da Lei nº 8.666/93, dispõe que pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração por prazo superior a 2 anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Ressalta que, conforme o parágrafo segundo do citado artigo, as sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.

A multa é penalidade pecuniária tendo por causa descumprimento de dever legal ou contratual.

No caso sob exame, é patente que a empresa infringiu as suas obrigações contratuais insertas na ata de registro de preços, conforme fazem provas os documentos que instruem o presente processo administrativo.

De fato, resta demonstrado que houve execução deficiente/má execução do contrato firmado, ensejando no descumprimento do ajuste firmado por culpa da licitante. O descumprimento dessas obrigações, constituem infração contratual, caracterizando a INEXECUÇÃO do contrato, o que ensejou a rescisão unilateral por parte da Administração Pública.

Feitas as necessárias considerações, tenho por certo que deve-se aplicar ao Contratado justa e proporcional penalidade.

Nesse sentido, a multa prevista no art. 87 possui natureza penal, uma vez que é aplicável quando do inadimplemento contratado, o que de fato vem ocorrendo. Sendo que, o valor da multa está devidamente previsto no ins-

trumento convocatório e no contrato, constando, inclusive, o percentual a ser aplicado, portanto, de pleno conhecimento do contratado.

Ressalta-se ainda que a multa pode ser aplicada cumulativamente com outras sanções, conforme autoriza o parágrafo 1°, do art. 86, da Lei n° 8. 666/93.

Assim, entendo necessária a aplicação da penalidade de **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano**, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei n° 8.666/93.

Por todo o exposto, **decido** pela aplicação das seguintes penalidades ao CONTRATADO;

a) **multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor total atualizado das atas de registro de preços (ata nº 301/2016 e 258/2016), nos moldes da cláusula décima, item 2, "b", do ajuste administrativo;** b) **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano.**

Ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito, podendo ser consultado no Paço Municipal.

Às providências.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Campo Verde-MT, 12 de abril de 2017.

Referência: Processo Administrativo – Aplicação de MAXLAB PRODUTOS DIAGNÓSTICOS E PESQUISA LTDA.

DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Em abono aos princípios do contraditório e ampla defesa, passo a analisar os fatos relacionados à infração contratual cometida pela MAXLAB PRODUTOS DIAGNÓSTICOS E PESQUISA LTDA no que tange ao descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, conforme se verifica da documentação que instrui o presente processo.

Ocorre que, após de ter sido emitida a Nota de Autorização para a entrega dos produtos e dado o prazo para o cumprimento da entrega a licitante não entregou nenhum item.

Ante a isso a empresa fora devidamente Notificada para, *"QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO* ***PRAZO DE 05(CINCO) DIAS ÚTEIS"*****,** sob pena de imediato CANCELAMENTO de qualquer Ata/Contrato firmado com a Administração Pública.

Decorrido o prazo, a mesma não entregou os ITENS e não apresentou defesa quanto o não cumprimento de suas obrigações.

Publicado o Termo de Cancelamento e, em respeito ao Contraditório e a Ampla Defesa foi concedido novamente o prazo de 05(cinco) dias úteis para a empresa apresentar Defesa, o qual não fez.

Consultada, a Procuradoria Jurídica do Município manifestou-se pela possibilidade de aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo e em lei.

É o relato do essencial.

Passo à análise.

É sabido que as sanções administrativas somente podem ser aplicadas dentro de processo administrativo, instaurado por ato administrativo de autoridade competente, onde se garanta a ampla defesa e o contraditório (garantias constitucionais) ao contratado que supostamente incidiu em falta contratual.

O ato administrativo de instauração deve conter a identificação dos autos do processo administrativo original da licitação ou do contrato, a menção às disposições legais aplicáveis ao procedimento para apuração de responsabilidade. O contratado deve ser notificado para se defender, seguindo o processo até decisão final fundamentada, o que foi devidamente atendido no caso em tela.

A Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 87, da Lei nº 8.666/93, dispõe que pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração por prazo superior a 2 anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Ressalta que, conforme o parágrafo segundo do citado artigo, as sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.

A multa é penalidade pecuniária tendo por causa descumprimento de dever legal ou contratual.

No caso sob exame, é patente que a empresa infringiu as suas obrigações contratuais insertas na ata de registro de preços, conforme fazem provas os documentos que instruem o presente processo administrativo.

De fato, resta demonstrado que houve execução deficiente/má execução do contrato firmado, ensejando no descumprimento do ajuste firmado por culpa da licitante. O descumprimento dessas obrigações, constituem infração contratual, caracterizando a INEXECUÇÃO do contrato, o que ensejou a rescisão unilateral por parte da Administração Pública.

Feitas as necessárias considerações, tenho por certo que deve-se aplicar ao Contratado justa e proporcional penalidade.

Nesse sentido, a multa prevista no art. 87 possui natureza penal, uma vez que é aplicável quando do inadimplemento contratado, o que de fato vem ocorrendo. Sendo que, o valor da multa está devidamente previsto no instrumento convocatório e no contrato, constando, inclusive, o percentual a ser aplicado, portanto, de pleno conhecimento do contratado.

Ressalta-se ainda que a multa pode ser aplicada cumulativamente com outras sanções, conforme autoriza o parágrafo 1°, do art. 86, da Lei n° 8. 666/93.

Assim, entendo necessária a aplicação da penalidade de **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano**, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei n° 8.666/93.

Por todo o exposto, **decido** pela aplicação das seguintes penalidades ao CONTRATADO;

a) **multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado da ata de registro de preços nº 239/2016, nos moldes da cláusula décima, item 10.2, "b", do ajuste administrativo;** b) **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano.**

Às providências.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.264, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, PARA A INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE."

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir ELEMENTO DE DESPESA na Lei Orçamentária Anual de 2017, Lei Municipal nº 2.235, de 02 de Dezembro de 2016.

§ 1º Acrescente-se ao Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento, os seguintes elementos de despesas; 3.1.90.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado; e 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo, conforme abaixo discriminados:

Órgão – 10 - **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Und. Orçamentária - 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função 10 - Saúde

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Programa: 0034 - Manutenção do Programa de Prevenção de Doenças Imunopreveníveis

Projeto/Atividade: 2120 - Manutenção da Vigilância Ambiental

Natureza da Despesa: 3.1.90.04.00.00 – Contratação Por Tempo Determinado **R$ 5.008,17**

Fonte de Recursos: 01.42.016000 - ECD - Epidemiologia e Controle de Doenças - Estado

Órgão – 10 - **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Und. Orçamentária - 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função 10 - Saúde

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Programa: 0034 - Manutenção do Programa de Prevenção de Doenças Imunopreveníveis

Projeto/Atividade: 2120 - Manutenção da Vigilância Ambiental

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo **R$ 18.334,05**

Fonte de Recursos: 01.42.016000 - ECD - Epidemiologia e Controle de Doenças - Estado

TOTAL R$ 23.342,22

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, Inciso I - os resultantes de Superavit Financeiro de Exercício Anterior, de acordo com o Artigo 8, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 17 de Abril de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 006/2016

Concedente: Município de Campo Verde

Convenente: Centro de Integração Empresa Escola - CIEE

Objeto: Alterar as dotações orçamentárias, de acordo com a CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária e prorrogar o prazo de vigência do Convênio até 30 de abril de 2017, de acordo com a CLÁUSULA SETIMA – Da Vigência.

Vigência: O presente Termo Aditivo entrará em vigor em 02 de março de 2017, ajustando o final da vigência do convênio para 30 de abril de 2017.

Valor: As despesas decorrentes deste Convênio estimados em R$ 389. 888,00 (trezentos e oitenta e nove mil oitocentos e oitenta e oito reais), para 276 (duzentos e setenta e seis) estagiários, sendo 172 de nível superior e 104 de nível médio, sendo que o repasse estimado ao CIEE é de R$ 24.288,00 (vinte e quatro mil duzentos e oitenta e oito reais), e o repasse estimado para os Estagiários é de R$ 365.600,00 (trezentos e sessenta e cinco mil e seiscentos reais).

Assinatura: 01 de Março de 2017.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO Nº. 036, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, PARA DISPOR SOBRE O REGIME JURÍDICO DAS PARCERIAS CELEBRADAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a conveniência administrativa e a necessidade de adequação prévia dos serviços de competência da administração municipal;

DECRETA:

CAPÍTULO I

Seção I

Disposições preliminares

Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 2° - Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - organização da sociedade civil - OSC:

a) aentidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;

II - administração pública: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, e suas subsidiárias, alcançadas pelo disposto no § 9º do art. 37 da Constituição Federal;

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

IV - atividade: conjunto de operações que se realizam de modo contínuo ou permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil;

V - projeto: conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil;

VI - dirigente: pessoa que detenha poderes de administração, gestão ou controle da organização da sociedade civil, habilitada a assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com a administração pública para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros;

VII - administrador público: agente público revestido de competência para assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros;

VIII - gestor: agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

IX - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros;

X - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

XI - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;

XII - conselho de política pública: órgão criado pelo poder público para atuar como instância consultiva, na respectiva área de atuação, na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas;

XIII - comissão de seleção: órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública;

XIV - comissão de monitoramento e avaliação: órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública;

XV - chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;

XVI - bens remanescentes: os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam;

XVII - prestação de contas: procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases:

a) apresentação das contas, de responsabilidade da organização da sociedade civil;

b) análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle;

XVIII – membro do Poder: o titular de cargo estrutural à organização política do País que exerça atividade típica de governo, de forma remunerada, como Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público.

Art. 3º - A decisão do administrador público sobre a celebração de parcerias observará, no mínimo, os seguintes aspectos:

I - avaliação da capacidade operacional da administração pública municipal para celebrar a parceria, cumprir as obrigações dela decorrentes e assumir as respectivas responsabilidades;

II - avaliação de compatibilidade das finalidades institucionais das organizações da sociedade civil com o objeto da parceria e da viabilidade técnica, operacional e financeira das propostas;

III - designação de gestores capacitados a controlar e fiscalizar; e

IV - capacitação de pessoal e disponibilização de estrutura para apreciação das propostas de parceria e das prestações de contas.

Art. 4º - As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio de:

I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

§ 1º - O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho, execução de projetos ou atividades de sua iniciativa e por si parametrizadas, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

§ 2º - O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros, com o objetivo de incentivar projetos desenvolvidos ou criados por essas organizações.

§ 3º - Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.

Art. 5º - O acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

§ 1º - O acordo de cooperação poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil.

§ 2º - O acordo de cooperação será firmado pelo Prefeito Municipal ou pelo dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal descentralizada, permitida a delegação.

§ 3º - O acordo de cooperação poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

Art. 6º - A aplicabilidade ao acordo de cooperação das regras e procedimentos dispostos neste Decreto e na Lei Federal nº 13.019, de 31de julho de 2014, dependerá de avaliação do seu objeto e das peculiaridades do caso concreto, observada a complexidade da parceria e o interesse público envolvido, com foco na consecução do princípio constitucional da eficiência.

Parágrafo único. Nos casos em que o acordo de cooperação envolver a formalização de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, será obrigatório:

I - realização do chamamento público, salvo se configurada uma das hipóteses de dispensa ou inexigibilidade previstas neste Decreto e na Lei Federal nº 13.019, de 31de julho de 2014;

II - verificação do atendimento dos requisitos de habilitação e formalidades que forem indispensáveis à celebração da parceria;

III - adoção de mecanismos de transparência e divulgação das ações;

IV - observância das regras de denúncia, rescisão e imposição de sanções administrativas; e

V - exigência de apresentação de Relatório de Cumprimento das Responsabilidades do Acordo de Cooperação.

Art. 7º - Não se aplicam as exigências deste Decreto e da Lei Federal nº 13.204/2014:

I -aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

II - aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal;

III - aos termos de compromisso cultural referidos no § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014;

IV - aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

V- às transferências referidas no artigo 2º da Lei Federal nº 10.845, de 5 de março de 2004, e nos artigos 5º e 22 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

VI - aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:

a) membros de Poder;

b) dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;

c) pessoas jurídicas de direito público interno;

d) pessoas jurídicas integrantes da administração pública;

VII - às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Parágrafo único. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

Seção II

Da Transparência e do Controle

Art. 8º - A administração pública deverá divulgar na internet:

I - a relação das parcerias celebradas, com indicação dos seus planos de trabalho; e

II - os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos nas parcerias.

Art. 9º - A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet, em locais visíveis de suas sedes sociais e nos estabelecimentos em que exerça suas ações, a relação das parcerias celebradas.

Art. 10º - A divulgação da relação de parcerias deverá ser mantida pela administração pública e pela organização da sociedade civil até cento e oitenta dias após o término de vigência dos instrumentos, incluídas, no mínimo, as seguintes informações:

I - data de assinatura, identificação do instrumento e do órgão da administração pública responsável;

II - nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;

III - descrição do objeto da parceria;

IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; e

VI - valor da remuneração da equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e paga com recursos da parceria, com indicação das funções que seus integrantes desempenham e do valor previsto para o respectivo exercício.

Art. 11º - A divulgação de campanhas publicitárias e de programações desenvolvidas por organizações da sociedade civil nos termos do art. 14 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, observará as diretrizes e orientações constantes na legislação vigente.

Parágrafo único. Os recursos tecnológicos utilizados e a linguagem deverão garantir acessibilidade às pessoas com deficiência.

Art. 12º - As denúncias sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos poderão ser realizadas por meio da Ouvidoria Municipal, SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, ou outros meios garantidos pela legislação.

Seção III

Do Procedimento de Manifestação de Interesse Social

Art. 13º - As organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e os cidadãos poderão apresentar proposta através do instrumento de Procedimento de Manifestação de Interesse Social - PMIS à administração pública para que seja avaliada a possibilidade de celebração de parceria, nos termos deste Decreto e da Lei Federal nº 13.019, de 31de julho de 2014.

Art. 14º - A proposta de abertura de PMIS, a ser encaminhada a administração pública deverá atender aos seguintes requisitos:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido;

III - diagnóstico da realidade a ser modificada, aprimorada ou desenvolvida e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

§ 1º - A proposta será encaminhada ao órgão ou entidade responsável pela política pública a que se referir.

§ 2º - Os órgãos e entidades da administração pública poderão estabelecer um período para o recebimento de propostas que visem à instauração de PMIS, observado o mínimo de 60 (sessenta) dias por ano.

Art. 15º - A avaliação da proposta de instauração de PMIS observará, no mínimo, as seguintes etapas:

I - análise de admissibilidade da proposta;

II – divulgação da proposta no sítio eletrônico oficial ou no portal eletrônico que possua esta funcionalidade;

III - decisão sobre a instauração ou não do PMIS, após verificada a conveniência e a oportunidade pelo órgão ou pela entidade da administração pública responsável;

III - se instaurado o PMIS, oitiva da sociedade através de audiência pública sobre o tema da proposta; e

IV - manifestação do órgão ou da entidade da administração pública responsável sobre a realização ou não do chamamento público proposto no PMIS.

§ 1º- A partir do recebimento da proposta de abertura do PMIS, apresentada de acordo com o artigo anterior, a administração pública terá o prazo de até 06 (seis) meses para cumprir as etapas previstas no caput.

§ 2º - As propostas de instauração de PMIS serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade da administração pública.

Art. 16º - A realização do PMIS não implicará a execução do chamamento público, que será instaurado segundo o juízo de oportunidade e conveniência da administração.

§ 1º - A realização do PMIS não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria, salvo nas situações em que esse procedimento é dispensado ou inexigível, nos termos deste Decreto e da Lei Federal nº 13.019/2014.

§ 2º - A apresentação de proposta no PMIS não impede a organização da sociedade civil de participar no chamamento público subsequente.

§ 3º - É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de PMIS, mas caso tenha sido realizado, essa informação deve constar no preâmbulo do edital.

Seção IV

Da Capacitação

Art. 17º - Os programas de capacitação de que trata o artigo 7º da Lei nº 13.019, de 2014, priorizarão a formação conjunta dos agentes de que tratam os incisos I a VI do caput do referido artigo.

CAPÍTULO II

Seção I

Da Comissão de Seleção

Art. 18º - A comissão de seleção é unidade colegiada destinada a processar e julgar chamamentos públicos, dispensas e inexigibilidades relativos a parcerias, constituída por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo na administração pública municipal.

§ 1º - O órgão ou a entidade pública poderá estabelecer uma ou mais Comissões de Seleção, conforme sua organização e conveniência administrativa, observado o princípio da eficiência.

§ 2º - A comissão de seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista integrante dos quadros da administração pública ou terceiro contratado na forma da Lei Nacional nº 8.666, 21 de junho de 1993.

§ 3º - Nos casos de dispensa ou inexigibilidade a comissão de seleção receberá o processo na fase para análise dos documentos de habilitação e plano de trabalho da organização da sociedade civil, exceto quando tratar-se de Fundo específico, como o da criança e do adolescente, entre outros.

Art. 19º - O membro da comissão de seleção deverá se declarar impedido de participar do processo quando verificar que:

I - tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer organização da sociedade civil participante do chamamento público; ou

II - sua atuação no processo de seleção configurar conflito de interesse, entendido como a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

Parágrafo único. O membro impedido deverá ser imediatamente substituído, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

Seção II

Do Chamamento Público

Art. 20º- Exceto nas hipóteses previstas neste decreto e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.

§ 1º - O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, se houver previsão no edital.

§ 2º - O chamamento público para seleção de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, será realizado pelos respectivos conselhos gestores, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Nacional nº 13.019, de 2014, deste Decreto e das legislações relativas a cada fundo.

Seção III

Fase Interna

Art. 21º - Na instauração da fase interna do Chamamento Público, o órgão da Administração Pública Municipal interessado em formalizar a parceria, autuará processo administrativo, devendo ser instruído com a seguinte documentação datada e assinada:

I - termo de referência, contendo no mínimo as seguintes informações:

a) modalidade de instrumento jurídico adequada para a parceria;

b) definição clara do objeto;

c) público alvo;

d) objetivo geral e objetivos específicos da parceria;

e) prazo para execução da atividade ou do projeto;

h) forma e periodicidade da liberação dos recursos;

i) critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas;

j) metodologia de pontuação e, se for o caso, o peso atribuído a cada um dos critériosestabelecidos;

k) critérios de desempate;

l) exigência de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, de acordo com as características do objeto da parceria.

II - minuta do edital de chamamento público;

III - parecer Jurídico acerca da minuta do edital;

IV - declaração do ordenador de despesa e impacto orçamentário-financeiro, nos termos do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000;

V - encaminhamento ao Chefe do Poder Executivo para autorização da abertura do chamamento público;

§ 1º - Quando se tratar de chamamento público para celebração de termo de fomento, as informações de que tratam as alíneas "b" a "h" do inciso I deste artigo, serão apresentadas no plano de trabalho elaborado pelas OSC participantes do processo de seleção.

§ 2º - Não se aplicam aos acordos de cooperação as exigências previstas nos incisos I, alínea 'h' e inciso IV, do caput deste artigo.

Seção IV

Edital de chamamento público

Art. 22º - O edital do chamamento público especificará, no mínimo:

I – programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;

II - objeto da parceria;

III – as datas, os prazos, as condições, o local e forma de apresentação das propostas;

IV – as condições para interposição de recurso administrativo;

V - valor previsto para a realização do objeto;

VI – minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria;

VII – de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzidas e idosos;

VIII – datas e critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso.

IX – a previsão de contrapartida em bens e serviços, se for o caso, observado o disposto no § 3º, art. 40, deste decreto;

X - vedação de participação de organização da sociedade civil cujo administrador, dirigente ou associado com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de agente público.

§ 1º - Não se aplicam aos acordos de cooperação as exigências previstas nos incisos I e V, do caput deste artigo.

Art. 23º - O edital não preverá cláusulas que impliquem direcionamento, ressalvadas as exigências necessárias para o específico objeto da parceria e as seguintes situações excepcionais:

I - a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na região administrativa onde será executado o objeto da parceria;

II - o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas públicas; e

III - o estabelecimento de cláusula que, visando à implementação de política afirmativa de direitos, preveja execução por público determinado, pontuação diferenciada, cotas, entre outros mecanismos voltados à redução nas desigualdades sociais e regionais, promoção da igualdade de gênero, da igualdade racial, da diversidade ou de direitos de pessoas com deficiência, indígenas, povos e comunidades tradicionais ou quaisquer populações em situação de vulnerabilidade social.

Art. 24º - O extrato do edital será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas e seu inteiro teor será disponibilizado em sítio eletrônico oficial da administração pública municipal com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação do edital, para apresentação da proposta.

Art. 25º - As minutas de edital de chamamento público, acordo de cooperação, termo de colaboração, termo de fomento ou respectivos termos aditivos poderão ser elaboradas:

I - de acordo com minutas padronizadas; ou

II - com texto específico, adequado à singularidade do caso concreto.

Parágrafo único. Nas hipóteses de que tratam os incisos I e II do caput, a verificação de adequação jurídico-formal do procedimento será realizada pela Assessoria Jurídica da administração pública municipal.

Seção V

Do Processo de Seleção

Art. 26º - A seleção e o julgamento das propostas serão feitos pela Comissão de Seleção e deverá conter:

I – Preenchimento de atas contendo no mínimo as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, estabelecidos no edital;

II – Justificativa quando ocorrer seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência do chamamento público;

III – diagnóstico do grau de adequação da proposta aos objetivos do programa ou da ação em que se insere o objeto da parceria e, quando for o caso, ao valor de referência constante do chamamento.

Art. 27º - A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º - As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital;

§ 2º - Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital.

Art. 28º - A administração pública divulgará resultado preliminar do processo de seleção no seu sitio eletrônico oficial.

Art. 29º - As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de 05 (cinco) dias, contado da publicação da decisão, a comissão de seleção que a proferiu.

§ 1º - Os recursos que não forem reconsiderados pela comissão no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados à autoridade competente para decisão final.

§ 2º - No caso de seleção realizada por conselho gestor de fundo, a competência para decisão final do recurso poderá observar regulamento próprio do conselho.

§ 3º - Concluída a apreciação do recurso e proferida a decisão, considerar-se-á exaurida a esfera administrativa.

Art. 30º - Após o julgamento dos recursos ou transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública homologará e divulgará, no seu sítio eletrônico oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

Seção VI

Da Habilitação

Art. 31º - Publicado o resultado final do julgamento das propostas, a comissão de seleção convocará a organização da sociedade civil selecionada, observando a ordem de classificação previsto no Edital de Chamamento Público, para o cumprimento dos seguintes requisitos de habilitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

I - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e suas alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida pela junta comercial, sendo que tais normas de organização interna devem prever expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

b) que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

c) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

d) as competências ou atribuições de cada um dos dirigentes e seus substitutos diretos que detenham poder executório na organização da sociedade civil.

II - inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove mínimo de um ano de cadastro ativo;

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, 01 (um) ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros.

a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;

d) currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil;

IV - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, junto à Receita Federal do Brasil;

V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Estadual do estado de Mato Grosso, bem como do Estado onde esteja localizada a sede da entidade, e também daquele Estado(s) no(s) qual(is) tenha atuação;

VIII - Certidão Negativa de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado (PGE), original ou cópia autenticada, do Estado de Mato Grosso, bem como do Estado onde esteja localizada a sede da entidade, e também daquele(s) Estado(s) no(s) qual(is) tenha atuação;

IX - relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com telefone, endereço de correio eletrônico, cópia do comprovante de endereço residencial, cópia da carteira de identidade e cópia do registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;

X - cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

XI - declaração do representante legal da organização da sociedade civil com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento; e

XII - declaração do representante legal da organização da sociedade civil sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.

XIII - Declaração de que não há, em seu quadro de dirigentes:

a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública; e

b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a" deste inciso;

XIV – Declaração de que não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

XV – Declaração de que não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública;

b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

§ 1º - A capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil independe da capacidade já instalada, admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria.

§ 2º - Serão consideradas regulares, para fins de cumprimento do disposto dos incisos IV a VIII do **caput**, as certidões positivas com efeito de negativas.

§ 3º - As organizações da sociedade civil ficarão dispensadas de reapresentar as certidões de que tratam os incisos IV a VIII do **caput** que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente.

§ 4º - A organização da sociedade civil deverá comunicar alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver.

§ 5º - Em acordos de cooperação, somente será exigido o disposto no inciso I, alínea 'a', do caput.

§ 6º - As organizações religiosas e as sociedades cooperativas serão dispensadas das exigências do inciso I, alíneas 'a' e 'b', do **caput**.

§ 7º - Para fins deste Decreto, entende-se por membro de Poder o titular de cargo estrutural à organização política do País que exerça atividade típica de governo, de forma remunerada, como Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público.

§ 8º - Para fins deste Decreto, não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

§ 9º - As organizações da sociedade civil deverão utilizar para apresentação das declarações mencionadas neste Decreto, os modelos constantes no anexo III.

Seção VII

Do Plano de Trabalho

Art. 32º - Além dos documentos elencados no art. 31º, a organização da sociedade civil selecionada, deverá apresentar, no mesmo prazo de que trata o **caput** do art. 31º, o plano de trabalho, nos termos do modelo constante no anexo I, do qual deverão constar os seguintes elementos:

I - descrição da realidade que será contemplada pela parceria;

II - definição das metas, com parâmetros para aferir seu cumprimento;

III - forma de execução das atividades ou projetos;

IV - previsão de receitas e de despesas;

V - valores dos tributos e dos encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre as atividades previstas para a execução do objeto, ou informações relativas a eventuais imunidades ou isenções;

VI - os percentuais e valores que poderão ser provisionados para verbas rescisórias, quando a parceria envolver repasse de recursos para pagamento de despesas de pessoal;

VII - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

VIII - cronograma de execução; e

IX - cronograma de desembolsos.

§ 1º - A administração pública poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho, como condição para sua aprovação, a fim de adequá-lo à proposta selecionada, aos termos do edital ou às peculiaridades da política pública setorial.

§ 2º - Nos casos em que as atividades ou projetos objeto da parceria tiverem fontes de recursos complementares, públicas ou privadas, deverá ser demonstrado o interesse público no aporte de recursos da administração pública.

§ 3º - O exame da compatibilidade dos custos indicados no plano de trabalho com os valores praticados no mercado será realizado pela administração pública, por meio de pesquisa que poderá considerar:

I - preços públicos referentes a contratações similares em sistemas públicos de compras;

II - ajustes, parcerias ou contratações efetivadas por outros entes públicos, finalizadas cento e oitenta dias antes da data da pesquisa ou em execução;

III - pesquisa publicada em mídia especializada, em sítio eletrônico especializado ou sítios eletrônicos de domínio amplo, desde que contenha a indicação do domínio consultado, data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa junto a fornecedores, por meio de proposta escrita com a indicação da razão social e inscrição no CNPJ, assinada por preposto ou representante legal.

§ 4º - A organização da sociedade civil será notificada para apresentar documentação comprobatória dos custos do plano de trabalho somente nas hipóteses em que o exame previsto no § 3º indicar incompatibilidade com os valores praticados no mercado.

§ 5º - A indicação das despesas no plano de trabalho poderá considerar estimativa de variação inflacionária quando a vigência da parceria for superior a doze meses, desde que haja previsão no edital e que seja adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

§ 6º - Quando a parceria envolver repasse de recursos para pagamento de despesas de pessoal, deverá ser apresentada memória de cálculo do custo da equipe envolvida no projeto, nos termos do modelo constante no anexo II.

Art. 33º - Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados nos termos do art. 31º, no plano de trabalho disposto no art. 32º ou quando as certidões referidas nos incisos IV a IX do **caput** do art. 32º estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização da sociedade civil será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

§ 1º - Na hipótese da organização da sociedade civil selecionada não atender aos requisitos exigidos, aquela imediatamente mais bem classificada será convidada a aceitar a celebração de parceria, nos termos da proposta por ela apresentada.

§ 2º - Caso a organização da sociedade civil convidada nos termos do § 1º deste artigo aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos nos artigos 31º e 32º deste Decreto.

§ 3º - O procedimento dos §§ 1º e 2º deste artigo será seguido sucessivamente até que se conclua a seleção prevista no edital.

Art. 34º - A Administração Pública Municipal publicará ata de julgamento dos documentos de habilitação e do plano de trabalho, sítio eletrônico oficial do município, podendo as organizações da sociedade civil interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sendo os demais interessados, se houver,intimados pela comissão de seleção para apresentar, caso queiram, contrarrazões em igual prazo.

§ 1º - A comissão de seleção poderá reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso, devidamente informado à autoridade competente para decidir.

§ 2º - Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o órgão da Administração Pública Municipal publicará ata contendo o resultado definitivo do chamamento público no sítio eletrônico oficial do município.

Seção VIII

Da Dispensa e Da Inexigibilidade

Art. 35º - É dispensável a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

IV - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política; ou

V- no caso de celebração de acordos de cooperação, quando o objeto não envolver a formalização de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial.

Art. 36º - É inexigível o chamamento público quando:

I - a natureza singular do objeto torna inviável a competição entre as organizações da sociedade civil;

II - as metas somente possam ser atingidas por uma organização da sociedade civil específica;

III - o objeto da parceria constitui incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

IV - a parceria decorre de transferência para organização da sociedade civil autorizada em Lei que expressamente identifique a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar das subvenções sociais, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar Nacional nº 101, de 4 de maio de 2000;

V - o interesse público somente possa ser atendido mediante a celebração com o maior número possível de parceiras, hipótese em que será constituído um cadastro específico que incluirá todos os interessados que atendam às condições estabelecidas na convocação, nos termos de ato normativo setorial; ou

VI - configuradas outras hipóteses em que houver inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil.

Parágrafo único. A utilização do cadastro específico de parceiras, de que trata o inciso V do caput, deve ocorrer conforme procedimento com ampla publicidade, transparência e impessoalidade, que observará as seguintes exigências:

I - sistemática de rodízio, sorteio ou outro mecanismo que garanta o acesso de todos os interessados sem qualquer privilégio ou precedência indevida; e

II - definição de valor-referência pela administração pública.

Art. 37º - A ausência de chamamento público por dispensa ou inexigibilidade exigirá a apresentação de justificativa formal pelo administrador público.

§ 1º - O extrato do ato de justificativa deverá ser publicado no sítio eletrônico oficial do município na data de sua edição, sob pena de nulidade do ato de formalização da parceria.

§ 2º - O ato de justificativa poderá ser objeto de impugnação no prazo de 05 (cinco) dias após a publicação no sítio eletrônico oficial, cujo teor será analisado pelo administrador público em até 05 (cinco) dias.

§ 3º - Havendo fundamento na impugnação, será revogado ou anulado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público.

§ 4° - A configuração de dispensa ou inexigibilidade de chamamento público não afasta a aplicação dos demais dispositivos deste Decreto e da Lei Nacional nº 13.019, de 2014 e deste Decreto.

§ 5°- Após o julgamento das impugnações, se improcedente ou transcurso do prazo para interposição da impugnação contra a justificativa, a administração pública convocará a organização da sociedade civil para que atenda o determinado nos artigos 32º e 33º deste Decreto.

Art. 38º - Nas parcerias financiadas com recursos oriundos de emendas parlamentares à lei orçamentária anual, não se aplica a exigência de chamamento público quando houver identificação da entidade beneficiária no descritivo legal da emenda parlamentar.

§ 1º - Se os recursos oriundos de emendas parlamentares não forem suficientes para o financiamento integral da parceria, aplica-se a exigência de chamamento público caso haja aplicação de outros recursos públicos não oriundos de emendas parlamentares.

§2º - O disposto no caput não poderá ser aplicado nos casos de acordo de cooperação com compartilhamento patrimonial oriundo de emendas parlamentares.

§ 3º - A configuração de hipótese de não aplicação da exigência de chamamento público, não afasta a aplicação dos demais dispositivos deste Decreto e da Lei Nacional nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

CAPÍTULO III

Seção I

Da Celebração da Parceria

Art. 39º - Para celebrar as parcerias previstas neste decreto, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

IV - possuir:

a) no mínimo, um ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

§ 1o - Na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto no inciso I.

§ 2o - Serão dispensadas do atendimento ao disposto nos incisos I e II as organizações religiosas.

§ 3o- As sociedades cooperativas deverão atender às exigências previstas na legislação específica e ao disposto no inciso III, estando dispensadas do atendimento aos requisitos previstos nos incisos I e II.

§ 4o - Para fins de atendimento do previsto na alínea '*c'* do inciso IV, não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia.

Art. 40º - A celebração e formalização dos instrumentos de parceria dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas neste decreto e na Lei Federal nº 13.019/2014;

II - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

III - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos deste Decreto;

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública municipal, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista neste Decreto;

c) da viabilidade de sua execução;

d) da verificação do cronograma de desembolso;

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

f) da designação do gestor da parceria;

g) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

§ 1o– Para fins do disposto na alínea "c", inciso V, deste artigo, o parecer analisará a compatibilidade entre os valores apresentados no plano de trabalho e o valor de referência ou teto indicado no edital.

§ 2o– O parecer jurídico, disposto no inciso VI:

a) não abrangerá a análise de conteúdo técnico de documentos do processo; e

b) será dispensado quando houver parecer sobre minuta-padrão.

§ 3o- Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

§ 4o - Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente, os incisos V e VI concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o administrador público sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

§ 5o - Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

§ 6o - Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

§ 7o - Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

§ 8o - Configurado o impedimento do § 5o, deverá ser designado gestor ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

Seção II

Do Termo de Colaboração ou de Fomento

Art. 41º - As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais:

I – a descrição do objeto pactuado;

II – as obrigações das partes;

III – quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;

IV – a contrapartida, quando for o caso, observado o disposto no § 3º do art. 41 deste decreto;

V – a vigência e as hipóteses de prorrogação;

VI – a obrigação de prestar contas, com definição de forma, metodologia e prazos;

VII – a forma de monitoramento e avaliação, com indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no § 3º, do art. 64 deste Decreto;

IX - obrigatoriedade de restituir saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de trinta dias, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, sob pena de instauração de tomada de contas especial;

X – a definição se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;

XI – a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

XII – a obrigação da organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 52º deste decreto;

XIII – o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XIV – a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XV – a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XVI – a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

XVII – a titularidade e direito de uso de bens resultantes da parceria que estiverem submetidos ao regime jurídico de propriedade intelectual; e

XVIII – a indicação do foro para dirimir dúvidas e conflitos decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

§ 1º - O plano de trabalho é parte integrante e indissociável do instrumento de parceria, devendo constar como anexo.

§ 2º - O termo de colaboração, o termo de fomento e o acordo de cooperação somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas e seu inteiro teor em sítio eletrônico oficial da administração pública municipal

§ 3º - A cláusula sobre bens submetidos ao regime de propriedade intelectual que resultarem da execução da parceria deverá dispor:

I - quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998:

a) sobre as modalidades de utilização pela administração pública, conforme a aplicabilidade, ao objeto da parceria, das modalidades listadas no art. 29 da Lei nº 9.610, de 1998;

b) sobre o tempo e prazo da licença da administração pública: se referente a todo o prazo de proteção dos direitos incidentes, ou a prazo inferior; e

c) sobre o alcance da licença da administração pública: se unicamente para o território nacional ou também para outros territórios;

II - quanto aos direitos de que trata a Lei Nacional nº 9.279, de 14 de maio de 1996, sobre a obrigatoriedade de a organização da sociedade civil obter autorizações que permitam o uso pela administração pública de produto objeto de patente, processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado, desenho industrial, indicação geográfica ou marcas; e

III - quanto aos direitos de que trata a Lei Nacional nº 9.456, de 25 de abril de 1997, sobre a obrigatoriedade de a organização da sociedade civil obter autorizações relativas à proteção incidente sobre a cultivar.

§ 4º - O saldo financeiro não executado dentro do ano fiscal será mantido na conta da parceria quando for necessário para viabilizar a continuidade da execução do objeto nos termos do plano de trabalho, desde que vigente a parceria.

§ 5o – Os termos de fomento e de colaboração serão firmados pelo dirigente máximo da administração pública municipal, permitida a delegação, vedada a subdelegação.

Art. 42º - O prazo de vigência, de que trata o inciso V, do art. 41, deste decreto, deve ser determinado ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único. Nos casos de celebração de termo de colaboração para execução de atividade, o prazo do **caput**, desde que tecnicamente justificado, poderá ser de até 120 (cento e vinte) meses.

Art. 43º - Na cláusula de previsão da destinação dos bens adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria poderá ser estipulada:

I - a titularidade dos bens remanescentes para o órgão ou entidade pública; ou

II - a titularidade dos bens remanescentes para a organização da sociedade civil parceira, desde que:

a) o administrador público faça constar no processo justificativa formal que demonstre que a opção por essa definição atende ao interesse público; e

b) o instrumento da parceria indique que, nos casos de rejeição de contas, o valor pelo qual o bem foi adquirido será computado no cálculo do dano ao erário, com atualização monetária, se a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

Parágrafo único. Nos casos em que a titularidade dos bens remanescentes for do órgão ou entidade pública, o administrador público decidirá, no prazo de sessenta dias após o término da parceria, por uma das seguintes hipóteses:

I - a manutenção da titularidade dos bens remanescentes para o órgão ou entidade pública, permanecendo a custódia dos bens sob responsabilidade da organização da sociedade civil até a retirada dos bens pelo órgão ou entidade pública, que deverá ocorrer no prazo de noventa dias após o término da parceria;

II - a realização de doação dos bens remanescentes à organização da sociedade civil parceira, caso não sejam necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado por execução direta pela administração pública ou por celebração de nova parceria com outra organização da sociedade civil, permanecendo a custódia dos bens sob responsabilidade da organização da sociedade civil parceira até a edição do ato de doação; ou

III - a realização de doação dos bens remanescentes a terceiros, desde que para fins de interesse social, permanecendo a custódia dos bens sob responsabilidade da organização parceira até sua retirada, que deverá ocorrer até sessenta dias após a edição do ato da doação.

§ 1º - Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos públicos serão gravados com cláusula de inalienabilidade que vigerá até o término da parceria.

§ 2º - A cláusula de determinação da titularidade dos bens remanescentes para o órgão ou a entidade pública formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o § 5º do art. 35 da Lei Nacional nº 13.019, de 2014.

§ 3º- Nos casos em que os bens se tornarem inservíveis antes do término da parceria:

I - se forem de titularidade da organização da sociedade civil, poderão ser doados ou inutilizados, com posterior comunicação à administração pública; ou

II - se forem de titularidade da administração pública, serão adotadas providências conforme a legislação de administração patrimonial.

Seção III Da atuação de rede

Art. 44º - É permitida a atuação em rede para a execução de iniciativas agregadoras de pequenos projetos, por 02 (duas) ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que atendidas as exigências contidas no art. 35-A, da Lei Federal nº 13.019/14.

§1º - Os direitos e obrigações da organização da sociedade civil celebrante perante a Administração Pública Municipal não poderão ser sub-rogados à organização da sociedade civil executante e não celebrante

§2º - Na hipótese de irregularidade ou desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, as organização da sociedade civil executantes e não celebrantes responderão subsidiariamente até o limite do valor dos recursos ou pelo valor devido em razão de dano ao erário

Art. 45º - A atuação em rede será formalizada entre a organização da sociedade civil celebrante e cada uma das organização da sociedade civil executantes e não celebrantes por meio de termo de atuação em rede

§1º - O termo de atuação em rede especificará direitos e obrigações recíprocas, e estabelecerá, no mínimo, as ações, as metas e os prazos que serão desenvolvidos pela organização da sociedade civil executante e não celebrante e o valor a ser repassado pela organização da sociedade civil celebrante.

§2º - A organização da sociedade civil celebrante deverá comunicar à Administração Pública Municipal a assinatura do termo de atuação em rede no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura. A comunicação deverá ser acompanhada de cópia do termo bem como de todos os documentos exigidos no artigo 32deste Decreto e legislação federal vigente, sob pena de nulidade do mesmo.

§3º. As vedações constantes do artigo 39 da Lei Federal 13.019/14 se aplicam também às organizações da sociedade civil executantes da parceria em rede.

§4º. Fica vedada a participação em rede da organização da sociedade civil executante e não celebrante que tenha mantido relação jurídica com qualquer integrante da comissão de seleção responsável pelo chamamento público que resultou na celebração da parceria.

Art. 46º - No caso do termo de atuação em rede ser rescindido, a organização da sociedade civil celebrante deverá comunicar o fato á Administração Pública Municipal no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da rescisão.

Art. 47º - A celebração de parceria que preveja o aporte de recursos por pessoa jurídica de direito privado com finalidade lucrativa, na qualidade de interveniente, deverá demonstrar o interesse público e ser devidamente justificada pelo órgão ou entidade municipal.

Parágrafo único. As ações de publicidade do interveniente relacionadas ao objeto do termo de colaboração ou de fomento deverão fazer expressa menção aos parceiros, atendendo as especificações definidas pelo órgão ou entidade municipal parceiro.

Seção II Das Vedações

Art. 48º - Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste decreto a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada com a administração pública municipal;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

c) a prevista no inciso II do artigo 74º deste decreto;

d) a prevista no inciso III do artigo 74º deste decreto.

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12 da Lei Federal nº 8. 429, de 2 de junho de 1992.

§ 1º - Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, garantido o contraditório, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do Prefeito Municipal no âmbito da administração direta ou do titular máximo da entidade da administração indireta, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Em quaisquer das hipóteses previstas neste artigo, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

§ 3º- Os requisitos previstos nos incisos II a VII deste artigo deverão ser comprovados mediante declaração do dirigente da organização.

§ 4º - Para os fins do disposto na alínea "a" do inciso IV e no § 2º, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

§ 5º - A vedação prevista no inciso III não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

§ 6º - Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

Art. 49º - É vedada a celebração de parcerias previstas neste decreto que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado.

CAPÍTULO IV

Seção I

Da Liberação, Da Aplicação Financeira e Da Movimentação dos recursos

Art. 50º - A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso que guardará consonância com o cronograma de execução da parceria.

§ 1º - A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria.

§ 3º - Nas parcerias cuja duração exceda um ano, a liberação das parcelas está condicionada à apresentação da prestação de contas ao término de cada exercício.

Art. 51º - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados e geridos em conta corrente específica, isenta de tarifas bancárias de qualquer natureza, em instituição financeira.

§ 1º - Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos repassados serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública.

§ 2º - Os rendimentos da aplicação financeira deverão ser utilizados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições e prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 52º - As parcelas ficarão retidas até o saneamento das improbidades quando:

I - houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento; e

III - a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

§ 1º - A verificação das hipóteses de retenção previstas nos incisos I, II e III, deste art., ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I – a verificação da existência de denúncias aceitas;

II – a análise das prestações de contas anuais.

III – as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e

IV – a consulta aos cadastros e sistemas de todas as esferas de governo, que permitam aferir a regularidade da parceria;

§ 2º - O atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no pano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de fomento ou de colaboração, conforme disposto no inciso II do caput deste artigo;

§ 3º - As parceiras com recursos depositados em conta corrente específica e não utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias deverão ser rescindidas, observando-se as sanções previstas neste decreto e na Lei Federal nº 13.019/2014.

§ 4º - O disposto no § 3º poderá ser excepcionado quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo da administração pública.

§ 5º - A decisão que determinar que as parcelas fiquem retidas poderá ser objeto de recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias, encaminhará o recurso à autoridade superior.

§ 6º - A autoridade recorrida ou a autoridade superior poderão conferir efeito suspensivo ao recurso, de ofício ou a pedido, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução.

Art. 53º - Os recursos da parceria geridos pelas organizações da sociedade civil, inclusive pelas executantes não celebrantes na atuação em rede, estão vinculados ao plano de trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços, devendo ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Art. 54º - A administração pública deverá viabilizar o acompanhamento, pelo seu sítio eletrônico oficial, dos processos de liberação de recursos referentes às parcerias celebradas nos termos deste decreto e da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 55º - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica coma identificação do beneficiário final.

§ 1º - Poderá ser admitida, excepcionalmente, a realização de pagamento em espécie ou cheque nominal, quando demonstrada à impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, desde que:

I - haja essa previsão no plano de trabalho aprovado; ou

II - seja conferida autorização em decisão motivada do administrador público, a partir de solicitação formal da organização da sociedade civil.

§ 2º - O pagamento em espécie ou cheque nominal estarão restritos ao limite individual de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda duração da parceria.

§ 3º - Os pagamentos realizados excepcionalmente por cheque nominal ou em espécie não dispensam o registro do beneficiário final da despesa em plataforma eletrônica ou processo físico.

Seção II

Das Despesas

Art. 56º - As compras e contratações de bens e serviços pela organização da sociedade civil com recursos transferidos pela administração pública municipal deverão adotar métodos usualmente utilizados pelo setor privado, garantida a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência.

§ 1º - A execução das despesas relacionadas à parceria observará, nos termos do art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014:

I - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; e

II - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento ou de colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública federal quanto à inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução.

§ 2º - A organização da sociedade civil deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.

§ 3º - Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a organização da sociedade civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de que trata o art. 76º, quando for o caso.

§ 4º - Será facultada às organizações da sociedade civil a utilização das atas de compras disponibilizadas pela administração pública municipal.

Art. 57º - A comprovação das despesas realizadas com recursos da parceria pelas organizações da sociedade civil será feita por meio de notas e comprovantes fiscais, com data, valor, nome e CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.

Art. 58º - Poderão ser pagas com recursos da parceria as seguintes despesas:

I - remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, alusivas ao período de vigência da parceria, conforme previsto no plano de trabalho;

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III - custos indiretos necessários à execução do objeto, tais como internet, transporte, aluguel, telefone, taxas e tarifas, consumo de água e energia elétrica;

IV - bens de consumo, tais como alimentos, material de expediente, material pedagógico, produtos de limpeza, combustível e gás;

V - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais;

VI - contratação de serviços de terceiros, tais como limpeza, manutenção, segurança de instalações físicas, capacitação e treinamento, informática, design gráfico, desenvolvimento de softwares, contabilidade, auditoria e assessoria jurídica; ou

VII - outros tipos de despesa que se mostrarem indispensáveis para a execução do objeto.

§ 1º - Os serviços de adequação de espaço físico poderão incluir a execução de obras voltadas à promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.

§ 2º - O financiamento de despesas de alimentação com recursos da parceria poderá ocorrer quando demonstrada no plano de trabalho a necessidade dessas despesas, de acordo com a natureza ou o território da atividade ou projeto.

§ 3º - O financiamento das despesas elencadas nos incisos I a VII do **caput**, poderá ocorrer desde que disposto no plano de trabalho aprovado

Art. 59º - O pagamento de despesas com equipes de trabalho somente poderá ser autorizado quando demonstrado que tais valores:

I - correspondem às atividades previstas e aprovadas no plano de trabalho;

II - correspondem à qualificação técnica adequada à execução da função a ser desempenhada;

III - são compatíveis com o valor de mercado da região onde atua a organização da sociedade civil e não ultrapassem o teto da remuneração do Poder Executivo municipal;

IV - são proporcionais ao tempo de trabalho efetivamente dedicado à parceria.

§ 1º - A equipe de trabalho consiste no pessoal necessário à execução do objeto da parceria, incluídas pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil ou contratadas, submetidas a regime cível ou trabalhista, recrutadas sem qualquer ingerência do órgão ou entidade pública.

§ 2º - Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a organização da sociedade civil deverá manter a memória de cálculo do rateio da despesa para fins de prestação de contas, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

§ 3º - O pagamento de que trata este artigo não gera vínculo trabalhista com a administração pública.

§ 4º - O pagamento das verbas rescisórias com recursos da parceria será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das etapas previstas no plano de trabalho.

§ 5º - Os valores referentes a verbas rescisórias deverão ser provisionados em item específico do plano de trabalho.

§ 6º -É vedado remunerar com recursos da parceria o cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:

I - administrador, dirigente ou associado com poder de direção da organização da sociedade civil celebrante da parceria ou, nos casos de atuação em rede, executante;

II - agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela execução da parceria no órgão ou entidade pública; ou

III - agente público cuja posição no órgão ou entidade pública municipal seja hierarquicamente superior à chefia da unidade responsável pela execução da parceria.

Art. 60º - Não poderão ser pagas com recursos da parceria as seguintes despesas:

I - despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - despesas com taxa de administração, de gerenciamento ou outra similar;

III - pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas no art. 60º deste Decreto, em lei específica ou na lei de diretrizes orçamentárias;

IV - pagamento de juros, multas e correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

V - despesas com publicidade, salvo quando previstas no plano de trabalho como divulgação ou campanha de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

VI - pagamento de despesa cujo fato gerador tiver ocorrido em data anterior ao início da vigência da parceria; ou

VII - pagamento de despesa em data posterior ao término da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante a vigência do instrumento.

Parágrafo único. As despesas de que trata o inciso IV do caput poderão ser custeadas com recursos da parceria quando tiverem sido causadas por atraso da administração pública na liberação de recursos.

Seção III

Da Prorrogação e Da Alteração da Parceria

Art. 61º - A vigência da parceria poderá ser prorrogada consensualmente portermo aditivo, mantidas as condições de habilitação e informada à disponibilidade orçamentária correspondente ao período.

§ 1º - A prorrogação de ofício deverá ser feita pela administração pública municipal quando der causa a atraso na liberação de recursos, limitada ao período do atraso.

§ 2º - A organização da sociedade civil, poderá requerer alteração na vigência da parceria mediante solicitação, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto.

§ 3º - Por ocasião da celebração de termo aditivo de prorrogação, o saldo de recursos não aplicados será mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto da parceria, conforme o plano de trabalho.

Art. 62º - A administração pública poderá propor ou autorizar a alteração do plano de trabalho, desde que preservado o objeto, mediante justificativa prévia, por meio de termo aditivo ou termo de apostilamento.

§ 1º - Será celebrado termo aditivo nas hipóteses de alteração do valor global da parceria e em outras situações em que a alteração do instrumento da parceria for indispensável para o atendimento do interesse público no caso concreto.

§ 2º - Nas hipóteses de termos aditivos com alteração do valor global da parceria, os acréscimos ou supressões:

I - não poderão ser superiores a vinte e cinco por cento desse valor, salvo situações comprovadamente excepcionais em que o administrador público ateste que a alteração é indispensável para o alcance do interesse público na execução da parceria; e

II - deverão ser objeto de comunicação prévia de no mínimo (30) trinta dias.

§ 3º - Será editado termo de apostilamento pelo órgão ou entidade pública nas seguintes hipóteses:

I - indicação de crédito orçamentário de exercícios futuros; ou

II - remanejamento de recursos e alteração de itens do plano de trabalho, por solicitação da organização da sociedade civil.

§ 4º - As alterações do instrumento da parceria serão divulgadas nas hipóteses em que ocorrerem por termo aditivo, mediante a publicação de seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas e seu inteiro teor disponibilizado em sítio eletrônico oficial da administração pública municipal.

§ 5º - A edição de termo de apostilamento será precedida de manifestação do órgão de assessoramento jurídico da administração pública nas hipóteses em que o administrador público considerar necessário formular consulta específica, decorrente de dúvida de natureza jurídica surgida em um caso em concreto.

§ 6º - A variação inflacionária pode ser fundamento de solicitação da organização da sociedade civil de celebração de termo aditivo para alteração de valor global da parceria, desde que decorridos no mínimo doze meses da data de aprovação do plano de trabalho, com observância do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

CAPÍTULO V

Seção I

Da Comissão de Monitoramento e Avaliação

Art. 63º - A Comissão de Monitoramento e Avaliação atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.

§ 1º - A Comissão será composta por agentes públicos designados por ato publicado em meio oficial de comunicação, sendo pelo menos 01 (um) de seus membros servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente na administração pública municipal.

§ 2º - O órgão ou entidade pública poderá designar uma ou mais Comissões, conforme sua organização e conveniência administrativa, observado o princípio da eficiência.

§ 3º - Poderá ser utilizado apoio técnico para as atividades de monitoramento e avaliação, mediante delegação, contratação de terceiros ou celebração de parcerias, de acordo com as peculiaridades dos programas e políticas setoriais.

§ 4º - No caso de parcerias financiadas com recursos dos fundos da criança e adolescente, do idoso, do meio ambiente, da defesa de direitos difusos, entre outros, o monitoramento e a avaliação serão feitos pelo conselho, observado o disposto na Seção III, do Capítulo VIII, deste Decreto.

Art. 64º - O membro da comissão de monitoramento e avaliação deverá se declarar impedido de atuar em determinado processo quando verificar que:

I - tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil que celebrou a parceria a que se refere o processo; ou

II - sua atuação no monitoramento ou avaliação em determinado processo configurar conflito de interesse, entendido como a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

Parágrafo único. O membro impedido deverá ser imediatamente substituído quanto à atuação naquele processo, a fim de viabilizar a continuidade dos procedimentos administrativos relativos à parceria.

Art. 65º - O relatório técnico de monitoramento e avaliação será homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e deverá conter os seguintes elementos:

I - descrição sumária do objeto da parceria;

II - análise das atividades realizadas, com foco no cumprimento das metas e no benefício social da execução do objeto; e

III - valores transferidos pela administração pública.

Parágrafo único. O relatório poderá conter seções específicas, nas seguintes hipóteses:

I - nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, nos casos em que as ações de monitoramento e avaliação permitirem a verificação de que houve descumprimento injustificado quanto ao objeto da parceria, haverá uma seção que analisará os documentos apresentados na prestação de contas anual com a finalidade de comprovação de despesas; e

II - nos casos em que houve auditorias pelos órgãos de controle interno ou externo, haverá uma seção que analisará os achados de auditoria e as respectivas medidas adotadas.

Seção II

Das Ações e Dos Procedimentos

Art. 66º - A visita técnica ***in loco*** poderá ser realizada para subsidiar o monitoramento da parceria, quando for necessária para a verificação do cumprimento do objeto da parceria.

§ 1º - A organização da sociedade civil poderá ser notificada antes da realização da visita técnica.

§ 2º - Os achados serão circunstanciados em relatório preliminar, e enviado à organização da sociedade civil para conhecimento, esclarecimentos e providências eventuais, visando à elaboração de relatório definitivo de visita técnica.

§ 3º - A visita técnica poderá ser realizada diretamente, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias.

§ 4º - A visita técnica será obrigatória nas parcerias cujo objeto seja a realização de serviços de educação, saúde e assistência social, conforme periodicidade e procedimentos estabelecidos nos atos normativos setoriais.

Art. 67º - As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas, tais como redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos que permitam a verificação do alcance de resultados da parceria.

Art. 68º - Nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, o órgão ou a entidade pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação, visando o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas pela organização da sociedade civil.

Parágrafo único. A pesquisa de satisfação poderá ser realizada com metodologia presencial ou à distância, diretamente pelo órgão ou entidade pública, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias.

Art. 69º - Na hipótese de inexecução do objeto da parceria por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública distrital poderá assumir a execução do objeto da parceria, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Seção III

Do Gestor da Parceria

Art. 70º - São atribuições do gestor da parceria:

I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - informar ao administrador público fatos que comprometam ou possam comprometer a execução da parceria e indícios de irregularidades, indicando as providências necessárias;

III - emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação;

IV - emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parciais, quando houver, e da prestação de contas final;

V - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação, quando for o caso; e

VI - emitir parecer técnico sobre solicitação de ressarcimento mediante ações compensatórias, quando houver.

§ 1º - É facultada a designação de mais de um gestor por parceria, sendo um titular e os demais suplentes.

§ 2º - Na ausência do gestor, caso não haja suplente, a chefia imediata assumirá suas obrigações.

§ 3º - O gestor deverá se declarar impedido de atuar em determinado processo, e solicitar sua substituição, quando verificar que:

I - tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil que celebrou a parceria a que se refere o processo; ou

II - sua atuação em determinado processo configurar conflito de interesse, entendido como a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

CAPÍTULO VI

Seção I

Da Prestação de Contas

Art. 71º - A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas neste decreto e na Lei Federal nº 13.019/2014, além de prazos e normas de elaboração constantes do instrumento de parceria e do plano de trabalho.

Art. 72º - A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático das parcerias com as organizações da sociedade civil para demonstração e verificação de resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas.

§ 1º- As organizações da sociedade civil deverão manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas.

§ 2º - Na hipótese de atuação em rede, a responsabilidade pela apresentação da prestação de contas será da organização da sociedade civil celebrante, inclusive no que se refere às ações realizadas pelas organizações da sociedade civil executantes.

§ 3º - As fases de apresentação das contas pelas organizações da sociedade civil e de análise e manifestação conclusiva pela administração pública iniciam-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela de recursos financeiros, e terminam com a avaliação final das contas e demonstração de resultados.

Art. 73º - O relatório de execução do objeto apresentado pela organização da sociedade civil deverá conter:

I - descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto, para demonstrar o alcance das metas e dos resultados esperados no período de que trata a prestação de contas;

II – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como listas de presença, fotos, depoimentos, vídeos e outros suportes;

IV - documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver; e

§ 1º - O relatório de que trata o caput deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

I – dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

II – do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e

III – da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

§ 2º - As informações de que trata o § 1º serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho;

§ 3º - A organização da sociedade civil deverá apresentar justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas;

§ 4º - O disposto neste artigo aplica-se ao relatório parcial de execução do objeto, relativo à prestação de contas mensal, anual, e ao relatório final de execução do objeto, relativo à prestação de contas final.

Art. 74º - A análise do relatório de execução do objeto consistirá na verificação do cumprimento do objeto, podendo o gestor da parceria:

I - concluir que houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial com justificativa suficiente quanto às metas não alcançadas, o que implicará emissão de parecer técnico conclusivo, favorável à aprovação das contas, com imediato encaminhamento do processo à autoridade responsável pelo julgamento das contas; ou

II - concluir que o objeto não foi cumprido e que não há justificativa suficiente para que as metas não tenham sido alcançadas, o que implicará emissão de parecer técnico preliminar indicando:

a) glosa dos valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente; e

b) necessidade de notificação da organização da sociedade civil para que apresente o relatório de execução financeira, que subsidiará a emissão do parecer técnico conclusivo.

§ 1º - Para fins de diagnóstico da realidade contemplada pela parceria, o parecer técnico conclusivo abordará os seguintes aspectos:

I - impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

II - grau de satisfação do público-alvo; e

III - possibilidade de sustentabilidade das ações que foram objeto da parceria.

§ 2º - O conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação também poderá servir de subsídio para a elaboração do parecer técnico conclusivo pelo gestor da parceria.

Art. 75º - Nos casos em que não estiver comprovado o alcance das metas no relatório de execução do objeto, ou diante de indícios da existência de irregularidades, a organização da sociedade civil será notificada para apresentar relatório de execução financeira, que deverá conter:

I - relação das despesas e receitas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II - relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

III - comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

IV - extrato da conta bancária específica;

V - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais, com data, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor, além da indicação do produto ou serviço; e

VI - memória de cálculo do rateio das despesas, nos casos em que algum item do plano de trabalho for pago proporcionalmente com recursos da parceria, para demonstrar que não houve duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item.

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se:

I - ao relatório parcial de execução financeira, relativo à prestação de contas mensal e anual, com exceção da exigência de comprovante de devolução do saldo remanescente; e

II - ao relatório final de execução financeira, relativo à prestação de contas final.

Art. 76º - A análise do relatório de execução financeira deverá contemplar:

I - exame da conformidade das despesas constantes na relação de pagamentos com as previstas no plano de trabalho, considerando a análise da execução do objeto; e

II - verificação da conciliação bancária, por meio da correlação entre as despesas da relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta.

Art. 77º - As prestações de contas parciais têm como finalidade o monitoramento do cumprimento das metas do objeto da parceria vinculadas às parcelas já liberadas.

§ 1º - Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a organização da sociedade civil para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas.

§ 2º - Se persistir a omissão de que trata o §1º, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Seção II

Da Prestação de Contas Mensal

Art. 78º - Para parcerias com duração de 01 (um) ano ou menos, as organizações da sociedade civil deverão apresentar prestações de contas parciais mensais, ao órgão da Administração pública, no prazo estabelecido na parceria, com os relatórios e os documentos a seguir descritos:

I - Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório tais como lista de presença, fotos, vídeos ou outros suportes, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado;

II - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e, quando houver, a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados e comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica;

III – cópia das notas e dos comprovantes fiscais, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

IV – cópia de holerites, guias de recolhimento de encargos trabalhistas, impostos retidos na fonte de prestadores de serviços acompanhados dos respectivos comprovantes de pagamento, guias de recolhimento de FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP;

V – cópia dos comprovantes de pagamentos de férias concedidas e do 13º salário, previstos no plano de trabalho;

VI – cópia dos termos de rescisão contratual firmados no período e correspondentes termos de quitação das verbas rescisórias;

VII – cópia das cotações de preços ou pesquisas realizadas para as compras e contratações, junto com o mapa comparativo de preços disponível no anexo IV;

VIII – extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria;

IX – comprovante de recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

X – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;

XI – relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso, e;

XII – lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso.

Art. 79º - A análise das contas constitui-se das seguintes etapas:

I - análise de execução do objeto: verificação do cumprimento do objeto e do atingimento dos resultados previstos no plano de trabalho e na análise financeira, para exame da conformidade das despesas constantes na relação de pagamentos com as previstas no instrumento a ser firmado;

II – análise financeira: verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente que recebeu recursos para a execução da parceria devidamente documentados, estabelecendo-se o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes, com foco na verdade real e nos resultados alcançados.

Parágrafo único. Quando houver indícios de inadequação dos valores pagos pela organização da sociedade civil com recursos da parceria, caberá ao gestor público demonstrá-la, considerando a época e o local de execução da parceria, para fins de questionamento dos valores adotados para contratação de bens ou serviços.

Art. 80º - A análise do relatório parcial de execução do objeto será realizada por meio de procedimento simplificado, com foco na verificação do alcance das metas do objeto no período respectivo.

§ 1º - Em caso de descumprimento de meta sem justificativa suficiente ou de indício de irregularidade, o gestor da parceria notificará a organização da sociedade civil para, no prazo de trinta dias:

I - demonstrar que a irregularidade não existe, comprovar que sanou a irregularidade ou cumpriu a obrigação para o alcance da meta, fixando prazo compatível com a complexidade da situação; ou

II - apresentar relatório parcial de execução financeira.

§ 2º - Nas hipóteses de que trata o § 1º, de acordo com a gravidade do caso concreto e garantida a ampla defesa, o gestor da parceria poderá recomendar ao administrador público as seguintes providências:

I - determinar a devolução dos recursos relacionados à irregularidade apurada ou à prestação de contas não apresentada;

II - aplicar sanções;

III - instaurar tomada de contas especial; ou

IV - promover a rescisão unilateral da parceria.

Seção III

Da Prestação de Contas Anual

Art. 81º - Nas parcerias com mais de 01 (um) ano, a prestação de contas parcial é obrigatória para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

§ 1º - A prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício financeiro.

§ 2º - Para fins do disposto no § 1º, considera-se exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.

Art. 82º - A prestação de contas anual será composta pelos seguintes documentos:

I – a serem apresentados pela OSC:

a) relatório anual de execução do objeto, contendo as informações consolidadas nos relatórios mensais;

b) relatório anual de execução financeira, contendo as informações consolidadas nos relatórios mensais;

c) conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica da parceria, acompanhada dos respectivos extratos da conta corrente e da aplicação financeira;

d) balanço patrimonial dos exercícios encerrado e anterior;

e) demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhadas do balancete analítico acumulado no exercício;

f) na hipótese de aquisição de bens com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil e patrimonial;

g) declaração do representante legal e do conselho fiscal da organização da sociedade civil, ou de órgão equivalente, acerca da regularidade dos gastos efetuados e da sua perfeita contabilização;

h) Certidão de regularidade junto à Receita Federal;

i) Certidão de regularidade junto ao FGTS;

j) Certidão de regularidade de Débitos Trabalhistas – CNDT**;**

k) Certidão de regularidade junto à Fazenda Municipal;

l) outros documentos que venham a ser exigidos nas instruções do Tribunal de Contas ou por meio de atos normativos da Administração Pública Municipal, os quais serão previamente informados à organização da sociedade civil.

Art. 83º - A análise da prestação de contas anual será realizada por meio deparecer técnico de análise emitido pelo gestor da parceria, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da documentação, elencada no artigo anterior.

§ 1º - A prestação de contas anual será considerada regular quando, da análise do Relatório Parcial de Execução do Objeto, for constatado o alcance das metas da parceria.

§ 2º - Na hipótese de não comprovação do alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, a administração pública municipal notificará a organização da sociedade civil para apresentar

Art. 84º - Decorrido o prazo para a organização da sociedade civil se manifestar, nos termos do parágrafo único do artigo anterior, o gestor emitirá o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, e:

I – caso conclua pela continuidade da parceria, deverá determinar:

a) a devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução apurada e;

b) a retenção das parcelas dos recursos até que seja sanada a irregularidade ou devolvidos os recursos de que trata a alínea “a” deste inciso ou;

II – caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deverá determinar:

a) a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou à inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada e,

b) a devolução dos saldos remanescentes, incluindo os rendimentos da aplicação financeira e,

c) a vedação para celebração de novas parcerias e a suspensão de novos repasses à organização da sociedade civil, no prazo determinado.

d) demais sanções previstas neste Decreto e na Lei Federal nº 13.019/14.

Seção IV

Da prestação de Contas Final

Art. 85º - A prestação de contas final consistirá em relatório final de execução do objeto, apresentado pela organização da sociedade civil no prazo de até noventa dias após o término da vigência da parceria.

§ 1º- O prazo poderá ser prorrogado por até trinta dias, mediante solicitação justificada da organização da sociedade civil.

§ 2º- A organização da sociedade civil deverá ainda, apresentar na prestação de contas final, declaração efetuada pelo responsável técnico pela contabilidade analítica, devidamente habilitado e identificado, de que os documentos se encontram arquivados, à disposição da Administração Pública e demais órgãos de controle.

Art. 86º - A análise da prestação de contas final ocorrerá conforme o disposto no art. 80º, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data da apresentação:

I - do relatório de execução do objeto, quando não for necessária a apresentação de relatório de execução financeira; ou

II - do relatório de execução financeira, quando houver.

§ 1º - O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante decisão motivada.

§ 2º - O transcurso do prazo sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica a impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas ao ressarcimento do erário.

Art. 87º - O julgamento das contas pelo administrador público considerará:

I - o conjunto de documentos relativos à execução da parceria;

II - o conjunto de documentos relativos ao monitoramento da parceria, inclusive o relatório técnico de monitoramento e avaliação e, quando houver, o relatório da visita técnica in loco; e

III - o parecer técnico conclusivo, no que concerne à avaliação do relatório final de execução do objeto e, quando houver, do relatório final de execução financeira.

Parágrafo único. A competência para o julgamento das contas será da autoridade competente para celebrar a parceria ou de agente público a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

Art. 88º - A decisão final de julgamento das contas pelo administrador público será de:

I - aprovação das contas;

II - aprovação das contas com ressalvas; ou

III - rejeição das contas e imediata instauração da tomada de contas especial.

§ 1º - A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos os objetivos e metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta que não resulte em dano ao erário.

§ 2º - A rejeição das contas ocorrerá quando comprovado:

I - omissão no dever de prestar contas;

II - descumprimento injustificado do objeto da parceria;

III - dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

ou

IV - desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Art. 89º - A decisão final de julgamento das contas será encaminhada para ciência da organização da sociedade civil, que poderá apresentar recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias, encaminhará o recurso à autoridade superior.

Art. 90º - Exaurida a fase recursal, o órgão ou entidade pública deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas das contas, registrar as causas das ressalvas; ou

II - no caso de rejeição das contas, notificar a organização da sociedade civil para que:

a) devolva os recursos, conforme o montante do débito apurado; ou

b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho.

§ 1º - A aprovação das contas, com ou sem ressalvas, gera quitação para a organização da sociedade civil.

§ 2º - O registro das ressalvas possui caráter educativo e preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções previstas neste Decreto e na Lei Federal n º 13.019/2014.

§ 3º - A autorização de ressarcimento por ações compensatórias será de competência indelegável da autoridade máxima da administração pública, em juízo de conveniência e oportunidade, desde que ouvido o gestor da parceria e observados os seguintes requisitos:

I - a decisão final não tenha sido pela devolução integral dos recursos;

II - não tenha sido apontada, no parecer técnico conclusivo ou na decisão final de julgamento das contas, a existência de dolo ou fraude na situação que levou à rejeição das contas;

III - o plano de trabalho apresentado para as ações compensatórias não ultrapasse a metade do prazo originalmente previsto para a execução da parceria; e

IV - as ações compensatórias propostas sejam de relevante interesse social.

§ 4º - Na hipótese de descumprimento da obrigação de devolver recursos, serão adotadas as seguintes providências:

I - instauração de tomada de contas especial; e

II - registro das causas da rejeição das contas.

Art. 91º - A devolução de recursos ao erário poderá ser efetuada de forma integral ou parcelada, mediante aprovação de Lei para o caso especifico.

Parágrafo único. O parcelamento não configurará impedimento à celebração de nova parceria ou à liberação de recursos no âmbito de parceria já firmada, salvo quando ocorrer atraso no pagamento da parcela.

Art. 92º - Os débitos serão apurados mediante atualização monetária, observado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescidos de juros de mora calculados nos termos do art. 406 do Código Civil, a partir dos seguintes parâmetros:

I - nos casos em que for comprovado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de análise das contas; e

II - nos demais casos, os juros serão calculados a partir da data de término da parceria, com subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de análise das contas.

CAPÍTULO VII

Seção I

Da Responsabilidade e das Sanções

Art. 93º - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Decreto e da legislação específica, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as sanções previstas no artigo 73 da Lei Federal 13.019/14.

§1º - Na aplicação de penalidades, serão observados os seguintes procedimentos:

I - Proposta de aplicação da pena, feita pelo gestor da parceria, mediante caracterização da infração imputada à organização da sociedade civil, e exposição dos motivos condutores a tal proposta;

II – Notificação à organização da sociedade civil para apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, exceto quando se tratar de penalidade de declaração de inidoneidade, caso em que o prazo para defesa será de 10 (dez) dias úteis;

III - Manifestação dos órgãos técnicos sobre a defesa apresentada, em qualquer caso, e da área jurídica, quando se tratar de possibilidade de aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do art. 73 da Lei federal 13.019/14;

IV – Decisão da autoridade competente que, no caso de advertência, é o gestor da parceria, e no caso de suspensão do direito de participação em chamamento público e declaração de inidoneidade é a autoridade máxima da Administração Pública;

V – Intimação da organização da sociedade civil acerca da penalidade aplicada;

VI – Observância do prazo de 15 (quinze) dias para interposição de recurso.

§2º - As notificações e intimações de que trata este artigo serão publicadas no sitio oficial do Município da internet e encaminhadas à organização da sociedade civil preferencialmente via correspondência eletrônica.

CAPÍTULO VIII

Seção I

Dos Fundos Específicos

Art. 94º - Para a realização do Chamamento Público, nos termos estabelecido no § 2º, do art. 20º deste decreto, deverá o Conselho Municipal solicitar à Secretaria Municipal a que estiver vinculado a instauração de processo administrativo.

§ 1º - Instaurado o processo administrativo à Secretaria Municipal de vinculação fará seu envio ao Conselho Municipal para a realização do chamamento público;

§ 2º - Após a realização do chamamento público, o conselho gestor publicará a deliberação que determina quais são as organizações da sociedade civil aptas à formalização do termo de colaboração ou do termo de fomento e encaminhará o processo administrativo à Secretaria a que estiver vinculado, para que essa proceda às práticas administrativas necessárias à celebração da parceria.

§ 3º - Em caso de recurso, se for o caso, o Conselho poderá adotar para seu julgamento o disposto no § 2º, do art. 29, deste Decreto.

Seção II

Da Seleção

Art. 95º - A análise, aprovação e seleção dos projetos, para a obtenção da Autorização de Captação de Recursos ou para celebração de parceria será realizada pela comissão de seleção, composta, paritariamente, por conselheiros municipais representantes da sociedade civil e do poder público, incluído um ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente representante da secretaria municipal a que o conselho gestor estiver vinculado.

§ 1º - A comissão deverá ainda contar com membros suplentes que atuarão nas hipóteses de ausência ou impedimentodos membros titulares.

§ 2º - A escolha dos membros para compor a comissão será estabelecida em regramento interno do conselho gestor.

§ 3º - Não poderá participar da reunião de análise, aprovação e seleção de projetos o conselheiro integrante da comissão de seleção que mantenha ou tenha mantido nos últimos cinco anos relação jurídica com a organização da sociedade civil, cujo projeto será avaliado, devendo, em todo caso, ser mantida a paridade.

§ 4º - Na hipótese do § 3º deste artigo, o conselheiro impedido deverá ser imediatamente substituído, pelo membro suplente da comissão a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

§ 5º - Não configura o impedimento de que trata o § 3º deste artigo a participação do ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente representante da secretaria municipal a que o conselho municipal estiver vinculado.

Seção III

Do Acompanhamento

Art. 96º - O acompanhamento das metas físicas dos projetos executados com recursos do Fundo do Municipal será de responsabilidade do conselho gestor por meio de sua comissão de monitoramento e avaliação, e deverão estar em consonância com as previsões do Plano de Trabalho que integrará a minuta da parceria.

Art. 97º - O conselho gestor designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação, composta, paritariamente, por conselheiros municipais representantes da sociedade civil e do poder público, incluído um ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente representante da secretaria municipal a que o conselho gestor estiver vinculado.

§ 1º - A comissão deverá ainda contar com membros suplentes que atuarão nas hipóteses de ausência ou impedimentodos membros titulares.

§ 2º - A escolha dos membros para compor a comissão será estabelecida em regramento interno do conselho gestor.

§ 3º - Não poderá participar da comissão de monitoramento e avaliação de parcerias o conselheiro integrante da comissão que mantenha ou tenha mantido nos últimos cinco anos relação jurídica com a organização da sociedade civil, cuja execução será avaliada, devendo, em todo caso, ser mantida a paridade.

§ 4º - Na hipótese do § 3º deste artigo, o conselheiro impedido deverá ser imediatamente substituído, pelo membro suplente da comissão a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

§ 5º - Não configura o impedimento de que trata o § 3º deste artigo a participação do ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente representante da secretaria municipal a que o conselho municipal estiver vinculado.

§ 6º - A comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro deste colegiado para subsidiar seus trabalhos.

§ 7º - A comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar informações com relação ao acompanhamento das metas financeiras das parcerias realizadas com recursos do Fundo do Municipal.

Art. 98º - O acompanhamento das metas financeiras dos projetos executados com recursos do Fundo do Municipal será de responsabilidade do gestor da parceria, designado pelo Conselho Gestor do Fundo, a ser firmada e deverão estar em consonância com as previsões do Plano de Trabalho que integrará a minuta da parceria.

Seção IV

Da Captação de Recursos Financeiros pela OSC

Art. 99º - As receitas do Fundo oriundas da captação direta serão aplicadas a legislação vigente específica, e no que couber o disposto neste Decreto e na Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 100º - Uma vez captados pela organização da sociedade civil os recursos adequados à realização do projeto ou atividade, o conselho gestor procederá à avaliação do Plano de Trabalho do projeto ou atividade autorizado e publicará a deliberação se a organização da sociedade civil está apta à formalização da parceria e encaminhará o processo administrativo à Secretaria a que estiver vinculado, para que essa proceda às práticas administrativas necessárias à celebração.

§ 1º - Os Recursos captados em valor superior ao previsto na proposta serão executados desde que fique comprovada a possibilidade de adequação das metas da atividade ou projeto sem prejuízo do objeto aprovado pelo Conselho.

§ 2º - Os Recursos captados em valor inferior ao previsto na proposta serão executados desde que fique comprovada a possibilidade de adequação das metas da atividade ou projeto sem prejuízo do objeto aprovado pelo Conselho.

§ 3º - A avaliação da adequação das metas da atividade ou projeto será de responsabilidade da comissão de seleção dos respectivos conselhos gestores.

§ 4º - Não sendo possível a adequação das metas da atividade ou projeto, os recursos captados serão revertidos para as ações gerais do Fundo e se sujeitarão ao previsto neste Decreto.

Art. 101º - Os recursos captados diretamente pela organização da sociedade civil, por meio de Autorização para Captação de Recursos Financeiros, serão depositados diretamente na conta do respectivo Fundo e terão sua destinação vinculada à execução da proposta aprovada.

Art. 102º - Parte do recurso captado diretamente pela organização da sociedade civil, por meio de Autorização para Captação de Recursos Financeiros, poderá ser revertido para as ações gerais do Fundo, conforme determinação em Regulamento do respectivo conselho gestor e se sujeitarão ao disposto neste Decreto.

CAPÍTULO IX

Seção I

Das Disposições Finais

Art. 103º - As parcerias existentes no momento da entrada em vigor da Lei Federal nº 13.019/2014 e deste decreto, permanecerão regidas pela legislação vigente ao tempo de sua celebração, sem prejuízo da aplicação subsidiária das normas mais recentes, naquilo em que for cabível, e desde que em benefício do alcance do objeto da parceria.

§1º - As parcerias de que trata o caput deste artigo poderão ser prorrogadas de ofício, no caso de atraso de liberação de recursos por parte da Administração Pública Municipal, por período equivalente ao atraso, mantendo-as regidas pela legislação vigente à época de sua celebração.

§2º - As parcerias firmadas por prazo indeterminado antes da data de entrada em vigor deste decreto, ou prorrogáveis por período superior ao inicialmente estabelecido, nos termos do § 2º do art. 83 da Lei Federal nº 13.019/14, serão, no prazo de atéum ano contado da data da entrada em vigor da referida Lei, alternativamente:

I - substituídas por termos de colaboração, de fomento ou por acordo de colaboração, para adaptação ao disposto na referida Lei e neste Decreto, no caso de decisão pela continuidade da parceria; ou

II - rescindidos, justificada e unilateralmente, pela Administração Pública Municipal, com notificação à organização da sociedade civil parceira para as providências necessárias.

Art. 104º - Não se aplicam às parcerias regidas pela Lei Federal nº 13.019/14 e alterações e por este Decreto o disposto na Lei nº 8.666/93

Parágrafo único. São regidos pelo art. 116 da Lei nº 8.666/93 os convênios:

I – entre a Administração Pública Municipal e os demais entes da federação;

II – com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1ª do art. 199 da Constituição Federal, conforme disposto no inciso IV do art. 3º da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

Art. 105º - A partir da vigência da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, somente serão celebrados convênios nas hipóteses do parágrafo único do art. 74 deste Decreto.

Parágrafo único. Os convênios vigentes entre as organizações da sociedade civil e a Administração Pública Municipal na data de entrada em vigor da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, serão executados até o término de seu prazo de vigência.

Art. 106º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 10 de Abril de 2017.

FABIO SCHROETER

Prefeito Municipal

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei n° 13.019/2014, alterada pela Lei n° 13.204/2015)

1 – DADOS GERAIS DA PROPONENTE		
Nome:	CNPJ:	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.)		
Bairro:	Cidade:	CEP:
E-mail da Instituição:	Home Page	
Telefone 1 ()	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()
Conta Corrente	Banco	Agência

2 - IDENTIFICAÇÂO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome:	CPF:		
N° RG	Órgão Expedidor	Cargo:	Função:
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.)			
Bairro:	Cidade:	CEP:	
Telefone 1 ()	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()	

3 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome:		
Área de Formação:	Nº do Registro no Conselho Profissional	
Bairro	Cidade	CEP
E-mail do Técnico:		
Telefone do Técnico 1: ()	Telefone do Técnico 2: ()	

4 – OUTROS PARTÍCIPES (Indicar se existem outros parceiros para execução deste projeto. Se houver, incluir os dados de identificação).

Nome:		
CGC/CPF:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	CEP:

5 – DESCRIÇÃO DA REALIDADE
Descrever a evolução do trabalho da instituição a partir da sua fundação: **1. Breve Histórico da Organização da Sociedade Civil** (Sugere informar a data de criação, diretrizes da OSC, capacidade de atendimento, número de associados, principais trabalhos realizados e qualificação técnica dos profissionais permanente); **2. Caracterização do serviço socioassistencial**(informar como o serviço socioassistencial está organizado, conforme a Resolução CNAS N° 109, 11 de novembro de 2009 - Tipificação Nacional de serviços socioassistenciais); publico atendido, metodologia de trabalho, equipe/RH e equipe técnica dos serviços)) **3. Informar** quais projetos, programas ou campanhas na área da assistência social a instituição participou, os objetivos e resultados alcançados, período em que ocorreram, as fontes financiadoras e os valores investidos, bem como as parcerias estabelecidas com outras organizações no ano de 2015; **4. Descrever** de forma sucinta as parcerias existentes, origem das fontes de recursos e sua destinação;
6 - SÍNTESE DA PROPOSTA
6.1 -Título da Proposta:
6.2 – Identificação do Objeto(Breve descrição, clara e objetiva, do que se pretende realizar na proposta e os resultados esperados):
6.3 – Objetivo Geral da Proposta(relacionando com a situação problema que se deseja enfrentar com a execução do objeto, devendo estar em consonância com o serviço socioassistencial ofertado pela entidade):
6.4 – Objetivos Específicos da Proposta (Devem apresentar detalhadamente o objetivo geral, relacionando com os resultados a serem atingidos):
6.5 – Justificativa da Proposta (Deve expor os argumentos e as considerações sobre as necessidades que justificam a realização das ações/atividades propostas, indicando como irá contribuir para a mudança da situação problema apresentada. É a justificativa que fundamenta a proposta):
6.6 – Abrangência da Proposta:
6.7 – Público Beneficiário (Direto e Indireto):
6.7.1 Perfil do Público Beneficiário Direto (Indicar faixa etária, renda, escolaridade, condição de moradia)
6.8 – Meta de Atendimento:

6.9 – Período Referência para Execução do Objeto:	
Início: _____/____/_____	**Término: _____/____/_____**
6.10 – Metodologia e Abordagem da Proposta (Deve descrever como serão realizadas as ações/atividades, incluindo as estratégias e os procedimentos detalhados para a sua execução. É a maneira pela qual os objetivos serão alcançados):	

7 – CAPACIDADE INSTALADA			
7. 1 Equipe de Profissionais Permanente da OSC (Informar a composição da equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta).			
Nome	**Formação**	**Função na Entidade**	**Carga Horária Semanal de Trabalho**

7.2 Estrutura Física: **( )** Própria **( )** Cedida **( )** Alugada **( )** Outra
7.3 Instalações Físicas (Informar o número de cômodos existentes na instituição e quais são as principais atividades realizadas em cada espaço):

Cômodo	**Quantidade**	**Tipo de atividades desenvolvidas no espaço**

7.4 Equipamentos Disponíveis (Informar os tipos e a quantidade de equipamentos existentes na instituição que poderão ser utilizados durante a execução do objeto. Exemplo: carros, equipamentos, máquinas, terrenos e etc.)	
Tipo de Equipamento	**Quantidade**

8 – MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DA PROPOSTA
8.1 Quais Técnicas de Monitoramento e Avaliação serão aplicadas durante a execução do objeto (Indicar quais são as técnicas, quando serão aplicadas, e quais os objetivos da aplicação e quais ospossíveis encaminhamentos que serão adotados com base nas informações obtidas durante omonitoramento e avaliação)**:**
8.2 Sustentabilidade da Proposta (Indicar se as ações/atividades terão continuidade após o término da vigência deste Termo ou quais estratégias serão utilizadas para garantir a continuidade das ações/atividades)**:**

9 - CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO DO OBJETO						
Meta	**Etapa**	**Especificação**	**Indicador**	**Duração**		
Unidade	**Quant.**	**Início**	**Término**			
(Inserir quantas Metas forem necessárias para alcançar os resultados esperados) ***Meta 01:*** Descrever qualitativamente **a situação-problema que se quer "atingir"** na realidade diagnosticada (**exemplo:** Cadastrar nosistema da OSC-todas aspessoas com deficiência residentes na zona rural domunicípio)	(inserir, para cada Meta, a quantidade de Etapas necessárias para alcançar os resultados) ***Etapa 01****:* Descrever qualitativamente **qual atividade** que será desenvolvida para alcançar os resultados da Meta 01. (**exemplo:** criar um sistema de cadastro naOSC) ***Etapa 02:*** Descrever qualitativamente **qual atividade** que seradesenvolvidapara alcançar os resultados da Meta 01. (**exemplo:** divulgar o período decadastramento)	(Detalhar como as atividades serão realizadas) **Como** as atividades da etapa serão desenvolvidas (**exemplo:** será elaborado um sistema de cadastramento para identificar o perfil socioeconômico das pessoas com deficiência residentes na zona rural) **Como** as atividades da etapa serão desenvolvidas	Especificar **quem será beneficiado**(ex: pessoas, famílias, instituições, dentre outros) OU **Qual será o Produto desta etapa** (ex: visitas domiciliares; seminários; oficinas dentre outros)	Especificar **quantos serão beneficiados** nesta etapa (ex: 100 pessoas; 20 famílias; 02 instituições) OU O **número de vezes** queserá realizadaa ação (ex: 10 visitas domiciliares; 1 seminário; 5 oficinas)	*Data referente ao**início da execução**da meta/ etapa*	*Data Referente ao **Término da Execução** da meta/ etapa*

10 – DETALHAMENTOS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS				
CÓDIGO	**ESPECIFICAÇÃO**	**CONCEDENTE**	**PROPONENTE** *(Contrapartida)*	**TOTAL**
3.3.50.43	Material de Consumo			
Serviços de Terceiros – Pessoa Física				
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica				
Custos Indiretos/Equipe Encarregada pela execução				
4.4.50.42	Equipamentos e Materiais Permanentes			
TOTAL				

10.1 DETALHAMENTO DAS DESPESAS *(Especificar o gasto com cada item de despesa)*

10.1.1 MATERIAL DE CONSUMO (3.3.50.43)					
Item	**Especificação**	**Unid.**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
	SUBTOTAL				

10.1.2 SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA (3.3.50.43)

Item	Especificação	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
	Subtotal				

10.1.3 EQUIPE ENCARREGADA PELA EXECUÇAÕ (3.3.50.43 (Art. 46, Inciso I)) *					
Item	Especificação	Cargo	Qtde	Salário	Valor Total
	Subtotal				

(*) Comprovar com Planilha de Memória de Cálculo demonstrando os salários nominais com todos os encargos sociais previstos no Art. 46, Inciso I da Lei n° 13.019/2014)

10.1.4 SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (3.3.50.43)					
Item	Especificação	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
	Subtotal				

10.1.5 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES (4.4.50.42)					
Item	Especificação	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
	Subtotal				
	TOTAL GERAL (9.1.1 + 9.1.2 + 9.1.3 + 9.1.4 + 9.1.5)				

11 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R$)

REPASSE(S) DO CONCEDENTE	
/	/ / / / /
/	/ / / / /

12 - CONTRAPARTIDA DO PROPONENTE(se for o caso, por decisão da OSC)	
/	/ / / / /
/	/ / / / /

13 – DECLARAÇÃO DO PROPONENTE

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil - OSC**, declaro, para fins de prova junto a **Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social- SETADES**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Estado do Espírito Santo, na forma deste plano de trabalho.
Pede e espera deferimento.
Em de de .

_____
Assinatura do Representante Legal

14 – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado.
Campo Verde/MT _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Responsável pela Aprovação da Administração Pública

ANEXO II

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO CUSTO DA EQUIPE ENVOLVIDA NO PROJETO DO QUADRO DE PESSOAL DA OSC										
DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES SOBRE OS SALÁRIOS										
ITEM	CARGO	SALÁRIO	SAL. BASE CALC. INSS	SAL. BASE CALC. FGTS	SAL. BASE CALC. IR	DEDUÇÕES	TOTAL DEDUÇÕES	SAL. LÍQUIDO	FGTS	
SALÁRIO	S/AVISO	REP. REM.	ARRED.	INSS	IR	ARRED.	C. SIND.	V. TRANSP.		
										- -
										- -
										- -
										- -
										- -
										- -
										- -
										- -
										- -
	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	
Esta planilha é apenas orientativa, podendo a área técnica competen-										

te(contabilidade) responsável na elaboração do detalhamento do custo do funcionário envolvido no projeto, apresentar os outros elementos que julgarem necessários, para demonstrar claramente todos itens que comporão o custo do funcionário, **em conformidade com as despesas definidas no dispositivo do Art. 46, Inciso I, da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015.**										
A compatibilização de valor de mercado dos salários dos respectivos cargos da equipe envolvida nas atividades e/ou Projetos deverá ser referenciada mediante cópia Convênção de Dissídio Coletivo da categoria.										
									---------- ---------- --------	
									Assinatura do responsável legal pela OSC	

ANEXO III

- DOCUMENTO 01: MODELO DE OFÍCIO

Campo Verde/MT, ____ de_____ de _____.

Ofício nº. /2017

A Sua Excelência o Senhor

FABIO SCHROETER

Prefeito Municipal

CAMPO VERDE – MT

Senhor Prefeito,

Vimos a presença de Vossa Excelência para solicitar a liberação de recursos no valor de R$ _____, para desenvolver o projeto intitulado _____ em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público (*A justificativa para a parceria deve ser descrita por meio do relato da importância do repasse no contexto do município, indicando sua participação na melhoria, bem-estar e qualidade de vida da população*).

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

- DOCUMENTO 02: CERTIDÃO CONTENDO O NOME DOS DIRIGENTES E CONSELHEIROS DA ENTIDADE E PERÍODO DE ATUAÇÃO

C E R T I D Ã O

Eu, nome completo,nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade n° identidade, CPF n° 000.000.000-00, residente na endereço completo, na condição de representante legal da Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira, com sede na endereço completo da OSC Parceira, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, CERTIFICO que os dirigentes e conselheiros desta organização da sociedade civil, cujo período de atuação é de ____/___/____ à ____/____/_____, são (*relacionar todos os dirigentes, seus vices, e os conselheiros*):

Nome	N° CPF		
N° RG	Órgão Expedidor	Cargo	Função
Logradouro (Avenida, Rua, Rod, Etc.)			
Bairro	Cidade	CEP	
Telefone 1 ()	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()	

Nome	N° CPF		
N° RG	Órgão Expedidor	Cargo	Função
Logradouro (Avenida, Rua, Rod, Etc.)			
Bairro	Cidade	CEP	
Telefone 1 ()	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()	

Nome	N° CPF		
N° RG	Órgão Expedidor	Cargo	Função
Logradouro (Avenida, Rua, Rod, Etc.)			
Bairro	Cidade	CEP	
Telefone 1()	Telefone 2()	Telefone 3 ()	

Campo Verde/MT, ___ de _____ de ____.

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

- DOCUMENTO 03: DECLARAÇÃO CONTENDO O NOME DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE.

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, nome completo,nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade n° identidade, CPF ° 000.000.000-00, residente na endereço completo, na condição de representante legal da Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira, com sede na endereço completo da OSC Parceira, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, DECLARO para os devidos fins e sob penas da lei, que (nome do contador), CPF n° 000.000.000-00, CRC n° _____ é o contador responsável pela referida entidade e que seu registro está regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campo Verde/MT, ____ de_____ de _____.

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

- DOCUMENTO 04: DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE ADMINISTRATIVA, TÉCNICA E GERENCIAL PARA A EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO.

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, nome completo,nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade n° identidade, CPF ° 000.000.000-00, residente na endereço completo, na condição de representante legal da Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira, com sede na endereço completo da OSC Parceira, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, DECLARO para os devidos fins e sob penas da lei, que a organização da sociedade civil dispõe de estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campo Verde/MT, ____ de_____ de _____.

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

- DOCUMENTO 05: DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE ESPECÍFICA:

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, nome completo,nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade n° identidade, CPF ° 000.000.000-00, residente na endereço completo, na condição de representante legal da Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira, com sede na endereço completo da OSC Parceira, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, DECLARO para os devidos fins e sob penas da lei, que foi aberta conta bancária específica para a execução da parceria, conforme dados abaixo descritos e extrato bancário zerado, em anexo:

Banco: (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal),

Endereço:

Município:

Telefone:

Agência n°:

Conta n°:

Por ser verdade, firmo o presente.

Campo Verde/MT, ____ de_____ de _____.

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

- DOCUMENTO 06: DECLARAÇÃO DE QUE OS DIRIGENTES DA ENTIDADE NÃO SÃO AGENTES POLÍTICOS

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, Nome Completo, nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade n° identidade, CPF 000.000.000-00, residente na endereço completo, na condição de representante legal da Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira, com sede na endereço completo da OSC Parceira, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, DECLARO para os devidos fins considerando o inciso III do art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que não há no quadro de dirigentes desta organização da sociedade civil:

a) titular de cargo estrutural à organização política do País que exerça atividade típica de governo, de forma remunerada, como Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público;

b) dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal; e

c) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas nas alíneas “a” e “b” acima.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campo Verde/MT, ____ de_____ de _____.

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

- DOCUMENTO 07: DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A LEI FEDERAL Nº 12.527/2011.

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, nome completo,nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade n° identidade, CPF ° 000.000.000-00, residente na endereço completo, na condição de representante legal da Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira, com sede na endereço completo da OSC Parceira, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, DECLARO para os devidos fins e sob penas da lei, que a organização da sociedade civil se compromete em atender os requisitos previstos na Lei Federal n° 12.527/2011 e 13.019/2014, de forma especial a publicidade aos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campo Verde/MT, ____ de_____ de _____.

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

- DOCUMENTO 08: DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA COM O PODER PÚBLICO

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, nome completo,nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade n° identidade, CPF ° 000.000.000-00, residente na endereço completo, na condição de representante legal da Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira, com sede na endereço completo da OSC Parceira, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, DECLARO para os devidos fins e sob penas da lei, que a formalização do Termo de Parceria com o Município de Campo Verde não contraria o Estatuto da entidade e que a mesma está em dia com as prestações de contas referente a recursos recebidos dos Entes Federados da Administração Pública.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campo Verde/MT, ____ de_____ de _____.

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

- DOCUMENTO 09: DECLARAÇÃO DE INICIO DE ATIVIDADES

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, nome completo,nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade n° identidade, CPF ° 000.000.000-00, residente na endereço completo, na condição de representante legal da Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira, com sede na endereço completo da OSC Parceira, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, DECLARO para os devidos fins e sob penas da lei, que a organização da sociedade civil teve seu início das atividades em ___/___/____ e que seu Estatuto atende os art. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/14.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campo Verde/MT, ____ de_____ de _____.

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

OU

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, nome completo,nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade n° identidade, CPF ° 000.000.000-00, residente na endereço completo, na condição de representante legal da Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira, com sede na endereço completo da OSC Parceira, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, DECLARO para os devidos fins e sob penas da lei, que a organização da sociedade civil teve seu início das atividades em ___/___/____ e em virtude da Lei Federal nº 13.019/14 estamos efetuando as adequações no Estatuto da Entidade a fim de atender os art. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/14, sendo que no prazo de 30 (trinta) dias encaminharemos o Estatuto reformulado com o devido registro.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campo Verde/MT, ____ de_____ de _____.

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

- DOCUMENTO 10: DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS CONFORME LEI 13.019/2014.

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, nome completo,nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade n° identidade, CPF ° 000.000.000-00, residente na endereço completo, na condição de representante legal da Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira, com sede na endereço completo da OSC Parceira, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, DECLARO para os devidos fins e sob penas da lei, que a organização da sociedade civil se compromete em aplicar os recursos repassados de acordo com o art. 51 da Lei 13019/2014 bem como prestar contas na forma dos art.(s) 63 a 68, Parágrafo Único, da mesma lei e do estabelecido no Decreto Municipal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campo Verde/MT, ____ de_____ de _____.

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

- DOCUMENTO 11: DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES.

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, nome completo,nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade n° identidade, CPF ° 000.000.000-00, residente na endereço completo, na condição de representante legal da Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira, com sede na endereço completo da OSC Parceira, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, DECLARO para os devidos fins e sob as penas do art. 299 do Código Penal, que a documentação e informações apresentadas, para fins de comprovação, são autenticas e integralmente verídicas.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campo Verde/MT, ____ de_____ de _____.

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

- DOCUMENTO 12: DECLARAÇÃO DEIMPEDIMENTO NA COTNRATAÇÃO.

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, Nome Completo, nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade identidade, CPF 000.000.000-00, residente na endereço completo, na condição de representante legal da Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira, com sede na endereço completo da OSC Parceira, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, DECLARO, para os devidos fins, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que esta organização da sociedade civil:

I - não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da Administração Pública do Poder Executivo Municipal, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

II - não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos da parceria:

a) membro de Poder o titular de cargo estrutural à organização política do País que exerça atividade típica de governo, de forma remunerada, como Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público;

b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da administração pública direta e indireta dos entes federados, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

c) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau de servidor ou empregado público do órgão ou entidade estadual parceiro, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Campo Verde/MT, ____ de_____ de _____.

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

- DOCUMENTO 13: DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE PREÇOS.

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, Nome Completo, nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade identidade, CPF 000.000.000-00, residente na endereço completo, na condição de representante legal da Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira, com sede na endereço completo da OSC Parceira, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da lei, que os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa organização da sociedade civil, referente a proposta para celebração da parceria, foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares, aptos quanto à natureza de ocupação empresarial do itens do Plano de Trabalho e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campo Verde/MT, ____ de_____ de _____.

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

- DOCUMENTO 14: DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 39.

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, Nome Completo, nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade identidade, CPF 000.000.000-00, residente na endereço completo, na condição de representante legal da Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira, com sede na endereço completo da OSC Parceira, inscrita

no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, DECLARO, para os devidos fins, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que esta organização da sociedade civil bem como seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas nos incisos I, II, IV, V VI e VII do art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, a seguir:

Art. 39. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

[...]

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) a prevista no inciso II do art. 73 desta Lei;

d) a prevista no inciso III do art. 73 desta Lei;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campo Verde/MT, ____ de_____ de _____.

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC Cargo do(a) Representante da Organização da Sociedade Civil Parceira

ANEXO IV

	Concedente:		**Recursos Concedente:**		**Custo Médio da Proposta:**						
	Sec. de Est. Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social			**<=Digite o Total**	**-**						
	Interessado(a):				**Vlr. Disponível para Proposta**						
►					**-**						
	Número(s) da(s) Emenda(s) Parlamentar(es)				**Valor Total - Proposta**		**Contrapartida a Complementar**				
►			**-**		**-**						
MAPA COMPARATIVOS DE PREÇOS											
Item	**Descrição**	**UNID.**	**Qtd**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Empresa**	**CNPJ/CPF**	**Telefone**	**Custo Médio (Unitário)**	**Custo Médio (Total)**	
1					-					-	
	-										
	-										
					-					-	
	-										
	-										
					-					-	
	-										
	-										
					-					-	
	-										
	-										
	-										

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que a empresa J. E. VIEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, CNPJ 26.503. 435/0001-42, foi a vencedora com o valor de R$ 100.652,55 (cem mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) da Tomada de Preço nº 002/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO PARQUE DAS ARARAS EM CAMPO VERDE-MT. Campo Verde, 17 de abril de 2017. Ana Carolina S. Braga Blume – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 07/2017

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 04/2017, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial "SRP" nº 07/2017, do tipo menor preço por item, com abertura no dia 17/04/2017, às 08h00, horário local, com a finalidade de registrar preços para aquisição parcelada de oxigênio medicinal e nitrogênio líquido, sendo declarada vencedora do certame a licitante GL COMERCIO DE GASES LTDA ME, CNPJ/MF nº 12.520.836/0001-04, com valor total de R$ 73.320,00.

Campos de Júlio - MT, 17 de abril de 2017.

Eric Rodrigo Pettenan

Pregoeiro Oficial

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 018, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo edital nº 001, de 01 de dezembro de 2016, homologado através do Decreto nº*.022, de 13 de março de 2017;

CONSIDERANDO *a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2016, de 01/12/2016, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme o item 7. 4 do Edital nº 001/2016 para a efetiva nomeação.

CARGO	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
AGENTE ADMINISTRATIVO	CAMILLA BORTOLUZZI HENRICHSEN	1º(PNE)

Art. 2º. Para tomar posse, o (a) candidato(a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2016, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

III- Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V-Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII-Cartão do PIS/PASEP;

VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

IX- Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

XIII-. duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XV- Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

XVI- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

XVII- Declaração contendo endereço residencial;

XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XIX- Declaração de Bens;

XX-. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Parágrafo único. O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma junta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2016.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 001/2062.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 13 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 209, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 2º do artigo 17 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 3º do edital de convocação nº. 018, de 13 de abril de 2017 e do edital do certame nº 001/2016;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a primeira candidata (PNE) na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 001/2012, **CAMILLA BORTOLUZZI HENRICHSEN** ao cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Art. 2º A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 13 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2017

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público que está realizando processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, sob o nº 06/2017, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando selecionar a(s) melhor(es) proposta(s) para contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços médicos (médicos clínicos gerais) para atendimento na USF I - Governador Dante de Oliveira, USF II - Senador Jonas Pinheiro e realização de plantões na Unidade Mista Integrada Leocyr Lazarette, em estrita observância aos termos do edital e de seus anexos.

A data de abertura está designada para 04/05/2017, às 08h00 (oito horas) do horário local, no Departamento de Licitações e Contratos, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Av. Valdir Masutti, nº 779W, Bom Jardim.

Os interessados poderão retirar o edital e seus anexos na Prefeitura Municipal, no Departamento de Licitações e Contratos, gratuitamente através de meios digitais (pen drive, CD, e-mail etc).

Quaisquer informações, entrar em contato pelo telefone (65) 3387 – 2800 ou pelo e-mail licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 13 de abril de 2017.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da CPL

PORTARIA Nº. 210, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA QUE MENCIONA, EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DE SEU GENITOR.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 156, inciso II, alínea "b" do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *a certidão de óbito corroborando o falecimento do genitor da servidora adiante nominada,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento do serviço à servidora **VERA LÚCIA PINHEIRO,** admitida na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo ao cargo de Professor de Pedagogia, através da Portaria nº. 030, de 21 de janeiro de 2014, pelo prazo de cinco dias consecutivos, contados a partir da data do falecimento de seu pai, ocorrido em 7 de abril do corrente ano.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 7 de abril de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 13 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

EDITAL COMPLEMENTAR 01/2017 – 03 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

O presidente da comissão organizadora do processo seletivo simplificado do município de Canabrava do Norte – MT, no uso de suas atribuições legais faz saber aos interessados que estão disponíveis os gabaritos preliminares do processo seletivo simplificado, edital 001/2017, conforme quadro abaixo que será afixado no mural da Prefeitura Municipal e publicado, na página www.assepublica.listaeditais.com.brpara as devidas conferências, cabendo recursos até as 18:00 horas do dia 18/04/2017.

Canabrava do Norte-MT, 16 de Abril de 2017.

Idevaldo de Paula Faria

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017

FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO:AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

GABARITO

1	A	11	C
2	D	12	B
3	C	13	B
4	A	14	C
5	B	15	A
6	A	16	B
7	C	17	C
8	C	18	D
9	D	19	D
10	B	20	A

CARGO:MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR, VEÍCULOS LEVE, AMBULÂNCIA, OPERADOR DE MOTO NIVELADORA, OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA.

GABARITO

1	A	11	D
2	D	12	A
3	C	13	D
4	A	14	C
5	B	15	A
6	A	16	A
7	C	17	B
8	C	18	A
9	D	19	B

10	B	20	B

NÍVEL MÉDIO

CARGO:AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

GABARITO

1	C	11	B
2	C	12	A
3	A	13	C
4	D	14	D
5	C	15	A
6	D	16	B
7	B	17	D
8	C	18	B
9	C	19	C
10	A	20	D

CARGO:AUXILIAR BUCAL

GABARITO

1	C	11	B
2	C	12	B
3	A	13	C
4	D	14	B
5	C	15	A
6	D	16	D
7	B	17	C
8	C	18	C
9	C	19	A
10	A	20	D

CARGO:FISCAL DE OBRAS E POSTURA

GABARITO

1	C	11	B
2	C	12	A
3	A	13	B
4	D	14	C
5	C	15	C
6	D	16	C
7	B	17	A
8	C	18	B
9	C	19	D
10	A	20	B

CARGO:FISCAL DE TRIBUTOS

GABARITO

1	C	11	D
2	C	12	C
3	A	13	B
4	D	14	A
5	C	15	D
6	D	16	A
7	B	17	C
8	C	18	B
9	C	19	D
10	A	20	A

CARGO:MONITOR DE ALUNOS ESPECIAIS

GABARITO

1	C	11	B
2	C	12	B
3	A	13	D
4	D	14	A
5	C	15	C
6	D	16	B
7	B	17	C
8	C	18	A
9	C	19	C
10	A	20	D

CARGO:OFFICE BOY E AGENTE ADMINISTRATIVO

GABARITO

1	C	11	D
2	C	12	C
3	A	13	A
4	D	14	C
5	C	15	D
6	D	16	D
7	B	17	A
8	C	18	A
9	C	19	B
10	A	20	C

CARGO:TÉCNICO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS RUAIS

GABARITO

1	C	11	C
2	C	12	D
3	A	13	A
4	D	14	A
5	C	15	B
6	D	16	D
7	B	17	D
8	C	18	C
9	C	19	D
10	A	20	B

CARGO:TÉCNICO EM ENFERMAGEM

GABARITO

1	C	11	D
2	C	12	B
3	A	13	A
4	D	14	B
5	C	15	C
6	D	16	C
7	B	17	D
8	C	18	A
9	C	19	B
10	A	20	C

CARGO:TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

GABARITO

1	C	11	C
2	C	12	D
3	A	13	B
4	D	14	D
5	C	15	D
6	D	16	B
7	B	17	A
8	C	18	B
9	C	19	C
10	A	20	C

NÍVEL SUPERIOR

CARGO:ENGENHEIRO AGRÔNOMO

GABARITO

1	A	11	A
2	B	12	D
3	C	13	C
4	B	14	A
5	B	15	D
6	A	16	B
7	A	17	A
8	B	18	D
9	C	19	A
10	B	20	B

CARGO:ENFERMEIRO

GABARITO

1	A	11	B
2	B	12	A
3	C	13	D
4	B	14	D
5	B	15	C
6	A	16	D
7	A	17	A
8	B	18	B
9	C	19	C
10	B	20	D

CARGO:FISIOTERAPEUTA

GABARITO

1	A	11	B
2	B	12	B
3	C	13	A
4	B	14	NULO
5	B	15	D
6	A	16	A
7	A	17	C
8	B	18	D
9	C	19	A
10	B	20	C

CARGO:NUTRICIONISTA

GABARITO

1	A	11	D
2	B	12	D
3	C	13	A
4	B	14	C
5	B	15	B
6	A	16	C
7	A	17	A
8	B	18	B
9	C	19	D
10	B	20	B

CARGO:ODONTOLOGO

GABARITO

1	A	11	A
2	B	12	A
3	C	13	C
4	B	14	A
5	B	15	B
6	A	16	B
7	A	17	D
8	B	18	C
9	C	19	D
10	B	20	A

CARGO:PROFESSOR DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

GABARITO

1	A	11	A
2	B	12	C
3	C	13	B
4	B	14	B
5	B	15	D
6	A	16	D
7	A	17	B
8	B	18	C
9	C	19	C
10	B	20	A

CARGO:PROFESSOR DE CIÊNCIAS OU MATEMATICA

GABARITO

1	A	11	A
2	B	12	C
3	C	13	D
4	B	14	B
5	B	15	C
6	A	16	A
7	A	17	A
8	B	18	C
9	C	19	B
10	B	20	B

CARGO:PROFESSOR DE LINGUAGENS

GABARITO

1	A	11	D
2	B	12	B
3	C	13	D
4	B	14	A
5	B	15	C
6	A	16	A
7	A	17	B
8	B	18	D
9	C	19	B
10	B	20	C

CARGO:PROFESSOR DE PEDAGOGIA

GABARITO

1	A	11	C
2	B	12	A
3	C	13	C
4	B	14	A
5	B	15	B
6	A	16	A
7	A	17	C
8	B	18	D
9	C	19	B
10	B	20	D

CARGO:PSICOLOGO

GABARITO

1	A	11	C
2	B	12	D
3	C	13	A
4	B	14	A
5	B	15	C
6	A	16	B
7	A	17	C
8	B	18	C
9	C	19	B
10	B	20	A

PORTARIA N. 121/2017,

PORTARIA N. 121/2017, de 17 de abril de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **MAXMAEL ARAULO FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 406.775.7 emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 032.617.621.79 ocupante do cargo de gerente de controle, regulação, avaliação e auditoria lotado na Secretaria de saúde, como Fiscal do Contrato **CPL nº 046/2017**, de 17 de abril de 2017, no qual tem por objeto, fornecimento material de consumo.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 120/2017

PORTARIA N. 120/2017, de 17 de abril de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **MAXMAEL ARAULO FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 406.775.7 emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 032.617.621.79 ocupante do cargo de gerente de controle, regulação, avaliação e auditoria lotado na Secretaria de saúde, como Fiscal do Contrato **CPL nº 042/2017**, de 17 de abril de 2017, no qual tem por objeto, fornecimento material de consumo.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 125/2017,

PORTARIA N. 125/2017, de 17 de abril de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **ROSANIA FERREIRA RAMOS**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 488.099.34 emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 026.236.521-61 ocupante do cargo de Coordenadora de Recursos Humanos, como Fiscal do Contrato **CPL nº 048/2017**, de 17 de abril de 2017, no qual tem por objeto, locação de imóvel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2017.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 123/2017

PORTARIA N. 123/2017, de 17 de abril de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **MAXMAEL ARAULO FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 406.775.7 emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 032.617.621.79 ocupante do cargo de gerente de controle, regulação, avaliação e auditoria lotado na Secretaria de saúde, como Fiscal do Contrato **CPL nº 044/2017**, de 17 de abril de 2017, no qual tem por objeto, fornecimento material de consumo.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 124/2017,

PORTARIA N. 124/2017, de 17 de abril de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **MAXMAEL ARAULO FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 406.775.7 emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 032.617.621.79 ocupante do cargo de gerente de controle, regulação, avaliação e auditoria lotado na Secretaria de saúde, como Fiscal do Contrato **CPL nº 039/2017**, de 17 de abril de 2017, no qual tem por objeto, fornecimento material permanente.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 125/2017

PORTARIA N. 125/2017, de 12 de abril de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **MAXMAEL ARAULO FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 406.775.7 emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 032.617.621.79 ocupante do cargo de gerente de controle, regulação, avaliação e auditoria lotado na Secretaria de saúde, como Fiscal do Contrato **CPL nº 043/2017**, de 17 de abril de 2017, no qual tem por objeto, fornecimento material de consumo.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

EDITAL COMPLEMENTAR 01/2017 – 03 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

O presidente da comissão organizadora do processo seletivo simplificado do município de Canabrava do Norte – MT, no uso de suas atribuições legais faz saber aos interessados que estão disponíveis os gabaritos preliminares do processo seletivo simplificado, edital 001/2017, conforme quadro abaixo que será afixado no mural da Prefeitura Municipal e publicado, na página www.assepublica.listaeditais.com.brpara as devidas conferências, cabendo recursos até as 18:00 horas do dia 18/04/2017.

Canabrava do Norte-MT, 16 de Abril de 2017.

Idevaldo de Paula Faria

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017

FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO:AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

GABARITO

1	A	11	C
2	D	12	B
3	C	13	B
4	A	14	C
5	B	15	A
6	A	16	B
7	C	17	C
8	C	18	D
9	D	19	D
10	B	20	A

CARGO:MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR, VEÍCULOS LEVE, AMBULÂNCIA, OPERADOR DE MOTO NIVELADORA, OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA.

GABARITO

1	A	11	D
2	D	12	A
3	C	13	D
4	A	14	C
5	B	15	A
6	A	16	A
7	C	17	B
8	C	18	A
9	D	19	B
10	B	20	B

NÍVEL MÉDIO

CARGO:AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

GABARITO

1	C	11	B
2	C	12	A
3	A	13	C
4	D	14	D
5	C	15	A
6	D	16	B
7	B	17	D
8	C	18	B
9	C	19	C
10	A	20	D

CARGO:AUXILIAR BUCAL

GABARITO

1	C	11	B
2	C	12	B
3	A	13	C
4	D	14	B
5	C	15	A
6	D	16	D
7	B	17	C
8	C	18	C
9	C	19	A
10	A	20	D

CARGO:FISCAL DE OBRAS E POSTURA

GABARITO

1	C	11	B
2	C	12	A
3	A	13	B
4	D	14	C
5	C	15	C
6	D	16	C
7	B	17	A
8	C	18	B
9	C	19	D
10	A	20	B

CARGO:FISCAL DE TRIBUTOS

GABARITO

1	C	11	D
2	C	12	C
3	A	13	B
4	D	14	A
5	C	15	D
6	D	16	A
7	B	17	C
8	C	18	B
9	C	19	D
10	A	20	A

CARGO:MONITOR DE ALUNOS ESPECIAIS

GABARITO

1	C	11	B
2	C	12	B
3	A	13	D
4	D	14	A
5	C	15	C
6	D	16	B
7	B	17	C
8	C	18	A
9	C	19	C
10	A	20	D

CARGO:OFFICE BOY E AGENTE ADMINISTRATIVO

GABARITO

1	C	11	D
2	C	12	C
3	A	13	A
4	D	14	C
5	C	15	D
6	D	16	D
7	B	17	A
8	C	18	A
9	C	19	B
10	A	20	C

CARGO:TÉCNICO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS RUAIS

GABARITO

1	C	11	C
2	C	12	D
3	A	13	A
4	D	14	A
5	C	15	B
6	D	16	D
7	B	17	D
8	C	18	C
9	C	19	D
10	A	20	B

CARGO:TÉCNICO EM ENFERMAGEM

GABARITO

1	C	11	D
2	C	12	B
3	A	13	A
4	D	14	B
5	C	15	C
6	D	16	C
7	B	17	D
8	C	18	A
9	C	19	B
10	A	20	C

CARGO:TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

GABARITO

1	C	11	C
2	C	12	D
3	A	13	B
4	D	14	D
5	C	15	D
6	D	16	B
7	B	17	A
8	C	18	B
9	C	19	C
10	A	20	C

NÍVEL SUPERIOR

CARGO:ENGENHEIRO AGRÔNOMO

GABARITO

1	A	11	A
2	B	12	D
3	C	13	C
4	B	14	A
5	B	15	D
6	A	16	B
7	A	17	A
8	B	18	D
9	C	19	A
10	B	20	B

CARGO:ENFERMEIRO

GABARITO

1	A	11	B
2	B	12	A
3	C	13	D
4	B	14	D
5	B	15	C
6	A	16	D
7	A	17	A
8	B	18	B
9	C	19	C
10	B	20	D

CARGO:FISIOTERAPEUTA

GABARITO

1	A	11	B
2	B	12	B
3	C	13	A
4	B	14	NULO
5	B	15	D
6	A	16	A
7	A	17	C
8	B	18	D
9	C	19	A
10	B	20	C

CARGO:NUTRICIONISTA

GABARITO

1	A	11	D
2	B	12	D
3	C	13	A
4	B	14	C
5	B	15	B
6	A	16	C
7	A	17	A
8	B	18	B
9	C	19	D
10	B	20	B

CARGO:ODONTOLOGO

GABARITO

1	A	11	A
2	B	12	A
3	C	13	C
4	B	14	A
5	B	15	B
6	A	16	B
7	A	17	D
8	B	18	C
9	C	19	D
10	B	20	A

CARGO:PROFESSOR DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

GABARITO

1	A	11	A
2	B	12	C
3	C	13	B
4	B	14	B
5	B	15	D
6	A	16	D
7	A	17	B
8	B	18	C
9	C	19	C
10	B	20	A

CARGO:PROFESSOR DE CIÊNCIAS OU MATEMATICA

GABARITO

1	A	11	A
2	B	12	C
3	C	13	D
4	B	14	B
5	B	15	C
6	A	16	A
7	A	17	A
8	B	18	C
9	C	19	B
10	B	20	B

CARGO:PROFESSOR DE LINGUAGENS

GABARITO

1	A	11	D
2	B	12	B
3	C	13	D
4	B	14	A
5	B	15	C
6	A	16	A
7	A	17	B
8	B	18	D
9	C	19	B
10	B	20	C

CARGO:PROFESSOR DE PEDAGOGIA

GABARITO

1	A	11	C
2	B	12	A
3	C	13	C
4	B	14	A
5	B	15	B
6	A	16	A
7	A	17	C
8	B	18	D
9	C	19	B
10	B	20	D

CARGO:PSICOLOGO

GABARITO

1	A	11	C
2	B	12	D
3	C	13	A
4	B	14	A
5	B	15	C
6	A	16	B
7	A	17	C
8	B	18	C
9	C	19	B
10	B	20	A

PORTARIA N. 116/2017

PORTARIA N. 116/2017, de 12 de abril de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **SILSO PORTO AGUIAR**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 224.1733-8 emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 042.012.061-06, ocupante do cargo de **coordenador de patrimônio**, lotado na Secretaria de Administração, como Fiscal do Contrato **CPL nº 037/2017**, de 12 de abril de 2017, no qual tem por objeto, fornecimento material permanente e material de consumo.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 12 de abril de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PORTARIA N. 117/2017

PORTARIA N. 117/2017, de 12 de abril de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **SILSO PORTO AGUIAR**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 224.1733-8 emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 042.012.061-06, ocupante do cargo de **coordenador de patrimônio** lotado na Secretaria de Administração, como Fiscal do Contrato **CPL nº 038/2017**, de 12 de abril de 2017, no qual tem por objeto, fornecimento material permanente e material de consumo.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 12 de abril de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, através da Equipe de Pregão, torna público que na realização do Pregão Presencial nº 016/2017, que teve como objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS,** foram credenciadas as empresas **I.X. DE LIMA – EPP**, inscrita no CNP sob o nº 18.396.397/0001-48 e a empresa **LAGO SERVIÇOS MÉ-**

DICOS EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 27.150.482/0001-12, onde as mesmas foram classificadas, no entanto as duas empresas foram **INABILITADAS**, por falta de documentação. Senhor Pregoeiro seguiu os ditames da Lei nº 8.666/93, Art. 48, (...) § 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para 3 (três) dias úteis. O Senhor Pregoeiro informou que o prazo para apresentar os documentos ausentes será no dia 27 de Abril de 2017 até as 09h00min.

Canabrava do Norte-MT, 13 de abril de 2017.

Domingos Dias Pinto

Pregoeiro.

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017

A **Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT**, através da Comissão de Licitações/Pregão, torna público que aderiu à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Presencial nº 004/2017, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte - MT, em que foram registrados os preços da Empresa **José Gonçalves do Couto Neto EIRELI - ME**, CNPJ nº 20.923.394/0001-67, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para a locação de horas de máquina tipo PC Pá Carregadeira de 55 C à pneu e horas de rolo compactador, para atender a Secretaria Municipal de Obras na Manutenção de Estradas Vicinais, pelo período de 12 meses, referente aos itens abaixo relacionados, que ora aderimos.

Seq.	Descrição	Unid.	Quant.	R$ Unitário	R$ Total
05	Pá Carregadeira.	Horas	600	100,00	60.000,00
06	Rolo Compactador Pé de Carneiro	Horas	600	100,00	60.000,00

Canabrava do Norte-MT, 17 de Abril de 2017.

João Cleiton Araújo de Medeiros

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 119/2017

PORTARIA N. 119/2017, de 17 de abril de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais "frias" ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **MAXMAEL ARAULO FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 406.775.7 emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 032.617.621.79 ocupante do cargo de gerente de controle, regulação, avaliação e auditoria lotado na Secretaria de saúde, como Fiscal do Contrato **CPL nº 041/2017**, de 17 de abril de 2017, no qual tem por objeto, fornecimento material de consumo.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

LEI N. 715/2017

LEI N. 715/2017, DE 14 DE ABRIL DE 2017.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A LOCAR UM IMÓVEL, PARA O FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO GERAL DA PREFEITURA, COORDENADORIA DE LICITAÇÃO, COORDENADORIA DO COMPRAS E COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO, BEM COMO O ALMOXARIFADO DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a Locar do Sr. **SEBASTIÃO RIBEIRO DE SALES**, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte-MT, portador do RG nº. 1.512.459 SSP/GO, inscrito no CPF nº. 129.045.621-68, um imóvel para o funcionamento da coordenadoria de licitação, a coordenadoria do compras e coordenadoria de patrimônio, bem como do almoxarifado do município de Canabrava do Norte-MT.

Art. 2º. O Imóvel situado na Avenida João Sacerdote de Souza, Setor Vila São João, na cidade de Canabrava do Norte-MT, será locado pelo período de 01 (hum) ano, no valor global de R$ 9.000,00 (nove mil reais), o que corresponde a um valor mensal de R$ 750,00 (setecentos e cinqüenta reais).

Parágrafo Único. É de responsabilidade do município de Canabrava do Norte – MT, o pagamento pela utilização da energia elétrica do referido imóvel locado, pelo período correspondente a sua locação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da Execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente da Secretaria de Saúde:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 – Gabinete do secretario

Proj. ativ: 1013 – Locação de Imóveis

Fonte de Recursos: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários

Elemento de despesa (31) – 04.122.0003.1013.3.3.90.36.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos legais para 01 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito, em 14 de abril de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 122/2017,

PORTARIA N. 122/2017, de 17 de abril de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **MAXMAEL ARAULO FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 406.775.7 emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 032.617.621.79 ocupante do cargo de gerente de controle, regulação, avaliação e auditoria lotado na Secretaria de saúde, como Fiscal do Contrato **CPL nº 045/2017**, de 17 de abril de 2017, no qual tem por objeto, fornecimento material de consumo.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

EDITAL COMPLEMENTAR 01/2017 – 03 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

O presidente da comissão organizadora do processo seletivo simplificado do município de Canabrava do Norte – MT, no uso de suas atribuições legais faz saber aos interessados que estão disponíveis os gabaritos preliminares do processo seletivo simplificado, edital 001/2017, conforme quadro abaixo que será afixado no mural da Prefeitura Municipal e publicado, na página www.assepublica.listaeditais.com.brpara as devidas conferências, cabendo recursos até as 18:00 horas do dia 18/04/2017.

Canabrava do Norte-MT, 16 de Abril de 2017.

Idevaldo de Paula Faria

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017

FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO:AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

GABARITO

1	A	11	C
2	D	12	B
3	C	13	B
4	A	14	C
5	B	15	A
6	A	16	B
7	C	17	C
8	C	18	D
9	D	19	D
10	B	20	A

CARGO:MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR, VEÍCULOS LEVE, AMBULÂNCIA, OPERADOR DE MOTO NIVELADORA, OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA.

GABARITO

1	A	11	D
2	D	12	A
3	C	13	D
4	A	14	C
5	B	15	A
6	A	16	A
7	C	17	B
8	C	18	A
9	D	19	B
10	B	20	B

NÍVEL MÉDIO

CARGO:AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

GABARITO

1	C	11	B
2	C	12	A
3	A	13	C
4	D	14	D
5	C	15	A
6	D	16	B
7	B	17	D
8	C	18	B
9	C	19	C
10	A	20	D

CARGO:AUXILIAR BUCAL

GABARITO

1	C	11	B
2	C	12	B
3	A	13	C
4	D	14	B
5	C	15	A
6	D	16	D
7	B	17	C
8	C	18	C
9	C	19	A
10	A	20	D

CARGO:FISCAL DE OBRAS E POSTURA

GABARITO

1	C	11	B
2	C	12	A
3	A	13	B
4	D	14	C
5	C	15	C
6	D	16	C
7	B	17	A
8	C	18	B
9	C	19	D
10	A	20	B

CARGO:FISCAL DE TRIBUTOS

GABARITO

1	C	11	D
2	C	12	C
3	A	13	B
4	D	14	A
5	C	15	D
6	D	16	A
7	B	17	C
8	C	18	B
9	C	19	D
10	A	20	A

CARGO:MONITOR DE ALUNOS ESPECIAIS

GABARITO

1	C	11	B
2	C	12	B
3	A	13	D
4	D	14	A
5	C	15	C
6	D	16	B
7	B	17	C
8	C	18	A
9	C	19	C
10	A	20	D

CARGO:OFFICE BOY E AGENTE ADMINISTRATIVO

GABARITO

1	C	11	D
2	C	12	C
3	A	13	A
4	D	14	C
5	C	15	D
6	D	16	D
7	B	17	A
8	C	18	A
9	C	19	B
10	A	20	C

CARGO:TÉCNICO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS RUAIS

GABARITO

1	C	11	C
2	C	12	D
3	A	13	A
4	D	14	A
5	C	15	B
6	D	16	D
7	B	17	D
8	C	18	C
9	C	19	D
10	A	20	B

CARGO:TÉCNICO EM ENFERMAGEM

GABARITO

1	C	11	D
2	C	12	B
3	A	13	A
4	D	14	B
5	C	15	C
6	D	16	C
7	B	17	D
8	C	18	A
9	C	19	B
10	A	20	C

CARGO:TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

GABARITO

1	C	11	C
2	C	12	D
3	A	13	B
4	D	14	D
5	C	15	D
6	D	16	B
7	B	17	A
8	C	18	B
9	C	19	C
10	A	20	C

NÍVEL SUPERIOR

CARGO:ENGENHEIRO AGRÔNOMO

GABARITO

1	A	11	A
2	B	12	D
3	C	13	C
4	B	14	A
5	B	15	D
6	A	16	B
7	A	17	A
8	B	18	D
9	C	19	A
10	B	20	B

CARGO:ENFERMEIRO

GABARITO

1	A	11	B
2	B	12	A
3	C	13	D
4	B	14	D
5	B	15	C
6	A	16	D
7	A	17	A
8	B	18	B
9	C	19	C
10	B	20	D

CARGO:FISIOTERAPEUTA

GABARITO

1	A	11	B
2	B	12	B
3	C	13	A
4	B	14	NULO
5	B	15	D
6	A	16	A
7	A	17	C
8	B	18	D
9	C	19	A
10	B	20	C

CARGO:NUTRICIONISTA

GABARITO

1	A	11	D
2	B	12	D
3	C	13	A
4	B	14	C
5	B	15	B
6	A	16	C
7	A	17	A
8	B	18	B
9	C	19	D
10	B	20	B

CARGO:ODONTOLOGO

GABARITO

1	A	11	A
2	B	12	A
3	C	13	C
4	B	14	A
5	B	15	B
6	A	16	B
7	A	17	D
8	B	18	C
9	C	19	D
10	B	20	A

CARGO:PROFESSOR DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

GABARITO

1	A	11	A
2	B	12	C
3	C	13	B
4	B	14	B
5	B	15	D
6	A	16	D
7	A	17	B
8	B	18	C
9	C	19	C
10	B	20	A

CARGO:PROFESSOR DE CIÊNCIAS OU MATEMATICA

GABARITO

1	A	11	A
2	B	12	C
3	C	13	D
4	B	14	B
5	B	15	C
6	A	16	A
7	A	17	A
8	B	18	C
9	C	19	B
10	B	20	B

CARGO:PROFESSOR DE LINGUAGENS

GABARITO

1	A	11	D
2	B	12	B
3	C	13	D
4	B	14	A
5	B	15	C
6	A	16	A
7	A	17	B
8	B	18	D
9	C	19	B
10	B	20	C

CARGO:PROFESSOR DE PEDAGOGIA

GABARITO

1	A	11	C
2	B	12	A
3	C	13	C
4	B	14	A
5	B	15	B
6	A	16	A
7	A	17	C
8	B	18	D
9	C	19	B
10	B	20	D

CARGO:PSICOLOGO

GABARITO

1	A	11	C
2	B	12	D
3	C	13	A
4	B	14	A
5	B	15	C
6	A	16	B
7	A	17	C
8	B	18	C
9	C	19	B
10	B	20	A

PORTARIA N. 120/2017

PORTARIA N. 120/2017, de 17 de abril de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear **MAXMAEL ARAULO FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 406.775.7 emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 032.617.621.79 ocupante do cargo de gerente de controle, regulação, avaliação e auditoria lotado na Secretaria de saúde, como Fiscal do Contrato **CPL nº 042/2017**, de 17 de abril de 2017, no qual tem por objeto, fornecimento material de consumo.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
DECRETO Nº. 2797/2017

De 17 de abril de 2017

Altera o Decreto 2786/2017 que Nomeia membros integrantes do Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização do

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em substituição aos representantes dos Estudantes das Escolas Básicas e Representantes dos Estudantes da Educação Básica Indicados pela Entidade de Estudantes Secundários, como segue:

a)Representantes dos Estudantes das Escolas Básicas:

Titular: Evangelina Peratse Waweru

Suplente: Lisania Tsereue Xavante

b) Representantes dos Estudantes da Educação Básica Indicados pela Entidade de Estudantes Secundários:

Titular: Maria Rosa da Silva

Suplente: Clarinda Renhibdzari TsereÙpi

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, 17 de abril de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 001/2017

EMENTA: "Dispõe sobre a aprovação das Contas Anuais de Governo relativas ao Exercício Financeiro de 2015".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais aprovou, e Eu, Damião de Souza Santos, Presidente do Legislativo Municipal, Promulgo o seguinte Decreto Legislativo.

Artigo 1º- Fica aprovada as Contas Anuais de Governo do Exercício Financeiro

de 2015, analisadas pelo Tribunal de Contas do Mato Grosso, no processo nº 9024/2015, referente à Gestão do Prefeito Geraldo

Ribeiro de Souza.

Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação,

revogando as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Carlinda-MT, 17 de Abril de 2017.

Damião de Souza Santos

Vereador Presidente-PDT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

PORTARIA 037/2017- CASTPREV

PORTARIA N.º 037/2017

"Dispõe sobre a retificação da portaria nº 035/2017 - CASTPREV, que dispõe sobre a concessão do benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** a servidora Sra. **Maria Izabel Perdoncini Lisandro**."

A Secretária Municipal de Administração do Município de Castanheira, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **RETIFICAR** a Portaria nº. 035/2017 - CASTPREV, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na data de 13 de abril de 2017, Ano XII, Edição Nº 2.709, que concedeu o benefício **Aposentadoria por tempo de contribuição**, em nome da servidora Sra. **Maria Izabel Perdoncini Lisandro,** portadora do RG nº. 820.369 SSP/MT e CPF n.º 531.317.541-68, servidora Efetiva, no cargo de Professora Especialização – 30 horas, Classe "C", Nível "09", Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme processo administrativo do **CASTPREV n.º 2017.03.00007P**.

Onde se Le: "Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora **Sra. Laura Maria Izabel Perdoncini Lisandro.**"

Leia-se: "Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora **Sra. Maria Izabel Perdoncini Lisandro.**"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **01 de abril de 2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Castanheira-MT, 17 de abril de 2017.

SONIA APARECIDA PEREIRA

Secretária Municipal de Administração

Homologo:

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI Prefeita Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 28/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 28/2017**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando a **Contratação de Serviços de Micro empreendedor Individual MEI para Prestação de Serviços Gerais como Jardineiro (Paisagismo/Jardinagem) Carpinteiro, Borracheiro, Encanador, Lixeiro (coletor de resíduos não perigosos), Coveiro (Serviços de Sepultamento) para atender as diversas Secretarias do Município de Castanheira - MT**,. Conforme Exigências Constantes no **Anexo I,** com sessão no dia 28/04/2017 às 08:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521- 1166, pelo e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br

Castanheira - MT, **18** de abril de **2017**.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL N.º 017/2017

DECRETO MUNICIPAL N.º 017/2017

Designa os membros da Comissão Mista de Planejamento e Execução de Ações de Regularização Fundiária e Programas Habitacionais criada pela Lei Municipal nº 1708/2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º. A Comissão Mista de Planejamento e Execução de Ações de Regularização Fundiária e Programas Habitacionais criada pela Lei Municipal nº 1708/2017, será composta pelos seguintes membros:

a) Procurador-Geral do Município; b) Secretária Municipal de Assistência Social; c) Secretário Municipal de Planejamento; d) Secretário Municipal de Finanças; e) Vereador Carlinhos do PT f) Vereador Mariano Fidélis g) Vereadora Professora Cidú h) Vereador Dudu

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 13 de abril de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2017

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa AMAURI ROBERTO DE ARAUJO ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.234.712/0001-17, e Inscrição Estadual n.º 13.414.869-0, estabelecida a Rua Das Primaveras, n.º. 5840, bairro jardim Primavera, cidade de Cláudia/MT, neste ato representada pelo Srº. Amauri Roberto De Araujo, portador do CIRG n.º 1244086-8 SSP/MT e CPF n.º 725.645.391-49, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2017**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONERS NOVOS, RECARGAS DE TONERS, UNIDADE DE CILINDRO E KIT DE TINTA, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, sendo na oportunidade registrados os seguintes itens, quantitativos e valores:

ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO	MARCA/FAB.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	04	FITA FX-890	MASTERPRINT	R$ 15,00	R$ 60,00
02	08	KIT DE TINTA UNIVERSAL 100ML-CARTUCHO COMPUTADOR	ECLIPSE	R$ 30,00	R$ 240,00
03	04	TONER COMPATIVEL TN580	BYQUALY	R$ 53,90	R$ 215,60
04	29	TONER COMPATIVEL TN750	BYQUALY	58,00	R$ 1682,00
05	04	TONER D204	BYQUALY	R$ 123,00	R$ 492,00
06	04	TONER SAMSUNG 101	BYQUALY	R$ 68,00	R$ 272,00
07	04	TONER COMPATIVEL D104	BYQUALY	R$ 50,00	R$ 200,00
08	04	UNIDADE DE CILINDRO D204	BYQUALY	R$ 92,00	R$ 368,00
09	04	UNIDADE DE CILINDRO TN580	BYQUALY	R$ 77,00	R$ 308,00
10	04	UNIDADE DE CILINDRO TN360	BYQUALY	R$ 67,00	R$ 268,00
11	29	UNIDADE DE CILINDRO TN750	BYQUALY	R$ 79,00	R$ 2.291,00
		TOTAL			R$ 6.396,60

Total: R$ 6.396,60 (Seis mil e trezentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).

1.2Os itens que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais de Cláudia-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 17/04/2017 até 16/04/2018.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos Materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2017**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2 - Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade das Secretarias Solicitantes, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

4.2 Os itens adquiridos/registrados deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 04 (horas) horas após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea “b”.

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2 - A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2017**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2017** e a proposta da empresa AMAURI ROBERTO DE ARAUJO ME**,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 17 de Abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

AMAURI ROBERTO DE ARAUJO ME

AMAURI ROBERTO DE ARAUJO

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

1. _____	2. _____
Nome: Ademilson Custodio	Nome: Celir Coan
CPF: 968.570.051-68	CPF: 738.436.959-20
RG: 14464764 SSP/MT	RG: 42669245 SSP/PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2017

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº**. ALTAMIR KURTEN**, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **ALINE MESSIAS ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.905.543/0001-01 e Inscrição Estadual n.º 13.372.71-0, estabelecida a Rua Epitácio Pessoa, n.º 897, bairro Centro, cidade de Cláudia/MT, neste ato representada pela Srª. **Aline Messias**, portadora do CIRG n.º 420187996 SSP/SP e CPF n.º 322.357.588-00, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2017**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONERS NOVOS, RECARGAS DE TONERS, UNIDADE DE CILINDRO, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, sendo na oportunidade registrados os seguintes itens, quantitativos e valores:

ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO	VL.UNIT.	VL. TOTAL
01	942	Recarga de Toner Preto HP	40,00	37.680,00
02	140	Recarga de Toner Preto BROTHER	60,00	8.400,00
03	340	Toner Compatível HP 35/36/78/85ª	33,00	11.220,00
04	4	Toner Compatível HP TN360	56,90	227,60
10	4	Toner Compatível AL-2031	248,70	994,80
11	4	Unidade de Cilindro AL-2031	230,00	920,00
		TOTAL		59.442,40

TOTAL: R$ 59.442,40 (Cinqüenta e nove mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).

1.2 Os itens que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais de Cláudia-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 17/04/2017 até 16/04/2018.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos Materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2017**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2 - Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade das Secretarias Solicitantes, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

4.2 Os itens adquiridos/registrados deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 04 (horas) horas após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea “b”.

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2 - A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2017**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2017** e a proposta da empresa **ALINE MESSIAS ME,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 17 de Abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

ALINE MESSIAS ME

Aline Messias

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

1. _____	2. _____
Nome: Ademilson Custodio	Nome: Celir Coan
CPF: 968.570.051-68	CPF: 738.436.959-20
RG: 14464764 SSP/MT	RG: 42669245 SSP/PR

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **MAFRE SEGUROS GERAIS S/A,** sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para a **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de fornecimento de seguro total em veículos das secretarias municipais de Cláudia – MT**. Cláudia/MT, 12 de Abril de 2017.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 050/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **A.M. TALAU COMÉRCIO ME**

OBJETO: O valor do presente Termo Aditivo corresponde ao montante de R$ 21.175,00(Vinte e Um Mil Cento e Setenta e Cinco Reais).O presente contrato vigerá da data da assinatura até 15/04/2017, podendo ser prorrogado, no interesse das partes, até o máximo permitido em lei.. DATA: 31/03/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2017.

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa BIO DONNA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º. 17.946.372/0001-08, estabelecida a Rua Das Tamareiras, n.º. 682, bairro Jardim Botânico, cidade de Sinop/MT, neste ato representada pelo Srº. **Douglas Bedendo**, portador do CIRG n.º 1829069-8 SSP/MT e CPF n.º 016.918.371-80, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 022/2017**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

- DO OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS EM ATENDIMENTO A ATENÇÃO BÁSICA DA POPULAÇÃO DESTE MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III) E ESPECIFICADO NO QUADRO ABAIXO:

ITENS	EXAMES	QUANTIDADE	VL.UNIT.	TOTAL
01	ALBUMINA	10	23,00	230,00
02	ANTI BIOGRAMA	20	11,96	239,20
03	ANTI TPO	10	38,64	386,40
04	ASO	200	10,12	2.024,00
05	BACTERIOSCOPIA-GRAM	50	9,66	483,00
06	BETA HCG	600	17,71	10.626,00
07	BETA HCG QUANTITATIVO	20	38,64	772,80
08	BRUCELOSE IGG	10	82,70	827,00
09	BIOPSIA	10	92,00	920,00
10	CA 125 (CANCER DE OVARIO)	5	55,10	275,50
11	CA 15-3 (CANCER DE MAMA)	5	55,10	275,50
12	CA 19-9	5	55,10	275,50
13	CA 72-4	5	55,10	275,50
14	CALCIO URINARIO	5	23,00	115,00
15	CEA AG CARCINOEMBRIOGENICO	5	28,75	143,75
16	CHAGAS IGM IFI	10	25,76	257,60
17	CHAGAS IGG IFI	10	24,61	246,10
18	COOMBS INDIRETO	15	23,43	351,45
19	COLESTEROL HDL	1000	12,86	12.860,00
20	COLESTEROL LDL	1000	9,31	9.310,00
21	COLESTEROL TOTAL	2000	10,20	20.400,00
22	COLESTEROL VLDL	1000	9,47	9.470,00
23	COLETA DE SOROLOGIA	250	7,82	1.955,00
24	CONTAGEM DE PLAQUETAS	2000	8,55	17.100,00
25	CREATININA	1100	8,99	9.889,00
26	CITOMEGALOVIRUS IGG	20	37,04	740,80
27	CITOMEGALOVIRUS IGM	20	37,04	740,80
28	COLINESTERASE	10	28,52	285,20
29	CLEARENCE DE CREATININA	5	24,46	122,30
30	DESIDROGENASE LACTICA	10	29,44	294,40
31	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	100	27,50	2.750,00
32	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (5 DOSAGENS)	70	39,79	2.785,30
33	DOSAGEM DE ACIDO URICO	500	9,66	4.830,00
34	DOSAGEM BILIRRUBINAS TOTAL DE FRACOES	150	11,04	1.656,00
35	DOSAGEM DE AMILASE	500	8,28	4.140,00
36	DOSAGEM DE PROTEINA (URINA DE 24 HR)	20	12,42	248,40
37	DOSAGEM DE CALCIO	150	10,81	1.621,50
38	DOSAGEM DE FOSFORO	10	10,58	105,80
39	DOSAGEM DE LIPASE	50	19,22	961,00
40	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	10	11,77	117,70
41	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAL E FRACAO	20	14,71	294,20
42	DOSAGEM DE SODIO	120	14,26	1.711,20
43	DENGUE IGG/IGM	500	38,64	19.320,00
44	ESTRADIOL	60	36,80	2.208,00
45	EXAME A FRESCO	100	9,20	920,00
46	HEMOGLOBINA GLICOSILADA	50	26,58	1.329,00
47	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	50	7,36	368,00
48	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	30	34,04	1.021,20
49	FATOR REUMATOIDE	350	11,03	3.860,50
50	FATOR RH	250	9,01	2.252,50
51	FAN FATOR ANTINUCLEAR	20	32,20	644,00
52	FERRITINA	30	36,80	1.104,00
53	FSH	100	31,74	3.174,00
54	FERRO SERICO	20	11,95	239,00
55	FOSFATASE ALCALINA	30	11,04	331,20
56	FTA ABS IGG	5	41,40	207,00
57	FTA ABS IGM	5	41,40	207,00
58	GAMA GT	30	24,84	745,20
59	GLICOSE	2500	10,12	25.300,00
60	GRUPO SANGUINEO	150	9,01	1.351,50
61	GLICOSE POS PRANDIAL	25	10,12	253,00
62	GLICOSE POS 75 G DEXTRASOL	10	12,88	128,80
63	HBSAG	150	29,44	4.416,00
64	HEMOGRAMA COMPLETO COM PLAQUETAS	6000	13,80	82.800,00
65	HEMOGRAMA (ERITOGRAMA + LEUCOGRAMA)	50	12,88	644,00
66	HEPATITE B ANTI HBC IGG	15	35,42	531,30
67	HEPATITE A HAV IGM	15	35,60	534,00
68	HEPATITE B ANTI HBC IGM	15	34,96	524,40
69	HEPATITE B ANTI HBS	25	34,96	874,00
70	HEPATITE C ANTI HCV	25	34,96	874,00
71	HIV	150	47,84	7.176,00

72	HTG EXAME	10	33,12	331,20
73	KPTT	150	14,72	2.208,00
74	LH HORMONIO LUTEINIZANTE	10	36,70	367,00
75	MAGNESIO	15	25,76	386,40
76	MUCOPROTEINAS	200	15,64	3.128,00
77	NS1AG	30	55,20	1.656,00
78	PARASITOLOGICO DE FEZES	1400	10,12	14.168,00
79	PARCIAL DE URINA	2000	9,20	18.400,00
80	PESQUIZA DE BAAR	50	11,95	597,50
81	PESQUIZA DE LEISHMANIOSE	70	15,18	1.062,60
82	PESQUIZA DE LEIUCOCITOS FECAIS	250	8,73	2.182,50
83	PESQUIZA DE LEVEDURAS	250	8,73	2.182,50
84	PESQUIZA DE PLASMODIO	250	11,04	2.760,00
85	PESQUIZA DE SANGUE OCULTO	20	46,00	920,00
86	POTASSIO	160	14,26	2.281,60
87	PREVENTIVO (PAPANICOLAU)	5	36,80	184,00
88	PROGESTERONA	15	38,64	579,60
89	PROTEINA C REATIVA (PCR)	300	12,88	3.864,00
90	PROLACTINA	5	36,80	184,00
91	PSA TOTAL/LIVRE	400	41,40	16.560,00
2	RETRAÇÃO DE COAGULO	150	10,12	1.518,00
3	RUBEOLA IGG	200	28,70	5.740,00
94	RUBEOLA IGM	150	29,62	4.443,00
95	SCC	10	142,60	1.426,00
96	T3	50	27,60	1.380,00
97	T4	50	27,60	1.380,00
98	T4 LIVRE	250	27,60	6.900,00
99	TAP	250	16,56	4.140,00
100	TEMPO DE COAGULAÇÃO	150	11,86	1.779,00
101	TEMPO DE SANGRAMENTO	150	11,04	1.656,00
102	TESTOSTERONA	100	41,40	4.140,00
103	TGO	600	11,50	6.900,00
104	TGP	600	11,50	6.900,00
105	TOXOPLASMOSE IGG	100	30,36	3.036,00
106	TOXOPLASMOSE IGM	100	33,12	3.312,00
107	TPT	200	15,64	3.128,00
108	TRIGLICERIDIOS	1500	12,87	19.305,00
109	TSH	250	29,44	7.360,00
110	TPA	100	15,64	1.564,00
111	UREIA	650	10,58	6.877,00
112	URUCULTURA	50	27,60	1.380,00
113	VITAMINA B12	10	41,40	414,00
114	VDRL	450	9,44	4.248,00
115	VIT D	30	78,66	2.359,80
116	VHS	300	9,20	2.760,00
117	ZINCO	20	36,80	736,00

TOTAL: R$ 465.235,20 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil e duzentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).

- DOS PRAZOS:

Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização.

A ata de registro de preços terá validade de 12 (dose) meses, iniciados a partir da data de assinatura da referida ata de registro de preços.

As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

Os serviços registrados somente serão prestados se houver eventual necessidade de contratação da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA/MT.

A empresa licitante vencedora do certame obriga-se a apresentar relatórios mensais ou quando for solicitada sobre a Prestação dos Serviços, ao qual, deverá ser encaminhado a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de CLÁUDIA – MT.

O recebimento definitivo será atestado quando da apresentação, por parte da contratada, dos comprovantes da prestação de serviços.

O MUNICÍPIO reserva para si o direito de recusar os serviços prestados em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo ser refeitos à expensas da DETENTORA DA ATA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

Com o não cumprimento do item supra, os serviços serão tidos como não executados, aplicando-se as sanções elencadas no item 13 deste edital para o caso de inadimplemento.

As entregas dos resultados dos exames poderão ser de forma física ou eletrônica, na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas após o recebimento do material a ser analisado.

Início das Atividades de Atendimento deverá ocorrer a partir das 07h00min.

Os exames de maior complexidade o prazo de entrega dos resultados passa a ser de 10 (dez) dias.

Os Exames considerados urgentes pelos médicos ou com alguma alteração observada durante a realização do exame pelo profissional, deverá ser entregue até as 15h00min, do mesmo dia em que o material foi encaminhado para análise.

Os serviços serão realizados no Município, através do laboratório da empresa contratada.

A contratada devera substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o Município de CLÁUDIA/MT, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 06 (seis) horas, caso constatada divergência nos exames realizados.

A contratada deverá ter um espaçofísico para acomodação de 40 (quarenta) pessoas no local, ou mais.

Deverá ocorrer atendimento aos sábados no período da manhã.

– DA FORMA DE PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados a cada 30 (trinta) dias após, de acordo com a quantidade de serviços prestados contidos nos relatórios mensais encaminhados a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de CLÁUDIA – MT.

O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos de acordo com a especificação constante do edital e da proposta apresentada, bem como da comprovação da quantidade e qualidade dos produtos mediante recibo.

Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas a devida correção e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débito – CND, expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada.

Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

– DO REAJUSTAMENTO:

Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes de comum acordo, com base no artigo 65, II “d”, da Lei de Licitações (Lei Federal n° 8. 666/ 93) buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese alguma poderá paralisar o fornecimento de produtos.

- DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

A prestação dos serviços contratados será parceladamente no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto desta licitação, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de CLÁUDIA.

Responsabilizar pelos prejuízos causados ao Município de CLÁUDIA ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

- DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

Utilizar-se dos produtos e realizar sua análise quanto à quantidade e qualidade;

Efetuar o pagamento no prazo estabelecido neste edital;

Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Fornecimento.

– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhadas no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Cláudia.

– DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do **PREGÃO N.º 022/2017 – REGISTRO DE PREÇOS.**

– DO FORO:

Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de CLÁUDIA, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUDIA-MT 17 de Abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

BIO DONNA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME

EMPRESA DETENTORA DA ATA

Douglas Bedendo

CNPJ: 17.946.372/0001-08

Testemunhas:

1. _____	2. _____
Nome: Ademilson Custodio	Nome: Celir Coan
CPF: 968.570.051-68	CPF: 738.436.959-20
RG: 14464764 SSP/MT	RG: 42669245 SSP/PR

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que as empresas **ADEMAR MARINA, A.M. TALAU COMÉRCIO ME, FÁBIO DOTTO DALMASO ME E REGIONAL TRANSPORTES LTDA,** sagraram-se vencedoras do processo de Licitação em referência, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DE ITINERÁRIO, HORÁRIO, QUILOMETRAGEM E DEMAIS CONDIÇÕES, ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA**. Cláudia/MT, 17 de Abril de 2017.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

RETIFICAÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 011/2016

FICA RETIFICADA A PUBLICAÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO **Nº 011/2016,** PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO SOB O Nº 2.705, DE 07 DE ABRIL DE 2017, PAGINA 141, ONDE SE LÊ: SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO **Nº 011/2016**, LEIA-SE CORRETAMENTE: TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO **Nº 011/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 006/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **HERMES GIRELI**

OBJETO: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia **31 de Maio de 2017.** O valor do presente aditivo é de **R$ 9.000,00 (nove mil reais).** DATA: 31/03/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 07/2017 AO EDITAL Nº 02/2015 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Colíder - MT, Sr. **NOBORU TOMIYOSHI**, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, nomeada pelo Decreto 072 /2015, de 20 de agosto de 2015, torna público o edital Complementar do Edital do Processo Seletivo Público 02/2015.

Art. 1º - Ficam **Convocados os aprovados** do Processo Seletivo Público nº. 02/2015, os candidatos abaixo relacionados, que deverão comparecer na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, situada na Avenida Dauri Riva nº. 211, Setor Norte, Centro, durante o **período de 18 de Abril a 25 de Abril de 2017,** no horário das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, munidos dos seguintes documentos originais e **três cópias** legíveis, na ordem que se pede que serão retidas.

-Certificado, de conclusão de curso do Ensino Fundamental;

-Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE;

-Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

-Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

-Carteira de Identidade;

-Cadastro de Pessoa Física - CPF;

-Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

-Carteira de Trabalho;

-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

-CNIS (retirado no INSS);

-Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

-Comprovante de residência, (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo);

-Conta corrente (**Banco Bradesco**);

-Carteira Nacional de Habilitação;

-Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

Originais:

-03 fotos 3x4 atual e colorida;

-Carteira de Trabalho;

-Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

-Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

-Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

-Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

-Declaração de Bens;

-Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

Art. 2º - O provimento do candidato no emprego fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima. A posse será realizada até o dia **26 de Abril de 2017**.

Art. 3º - O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Poder executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.

Cargo : 002 - Agente Comunitário De Saúde - (PSF – Bom Jesus)

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
0118	PRISSILA DOS SANTOS	7º	**CONVOCADO**

Cargo : 004 - Agente Comunitário De Saúde - (PSF – Nova Galiléia)

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
0022	MISLANE JOZANE DA SILVA SOUZA	13º	**CONVOCADO**

Cargo : 005 - Agente Comunitário De Saúde - (PSF – Perin)

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
0194	ROSALIA RODRIGUES MARTINS DOS SANTOS	5º	**CONVOCADO**

Colíder /MT, 17 de Abril de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI EDRIANE CÁSSIA CARBONERA

Prefeito Municipal Secretária da Comissão

Colíder/MT Processo Seletivo Público nº 02/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2016

Ficam Convocados os aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2016 que deverão apresentar-se na **Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**, **até o dia 25 de Abril de 2017**, munidos dos seguintes documentos originais e três cópias legíveis, que serão retidas:

-Certificado/Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação, para o cargo que se candidatou;

-Registro nos respectivos Conselhos Profissionais;

-Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE;

-Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

-Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

-Carteira de Identidade;

-Cadastro de Pessoa Física - CPF;

-Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

-Carteira de Trabalho;

-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

-CNIS (retirado no INSS);

-Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

-Comprovante de residência em nome do candidato, dos genitores ou declaração firmada pelo proprietário do imóvel com firma reconhecida;

-Conta corrente (Banco Bradesco)

-Carteira Nacional de Habilitação;

-Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

Originais:

-02 fotos 3x4 atual e colorida;

-Carteira de Trabalho;

-Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

-Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

-Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

-Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

-Declaração de Bens;

-Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

O provimento do candidato no emprego fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima.

Os candidatos convocados são:

001 - Professor Educação Infantil e Anos Iniciais - Licenciatura com Habilitação Específica (Zona Urbana)

INSCRIÇÃO	NOME	GERAIS	ESPECIFICOS	NOTA	SITUAÇÃO	IDADE	CLASS	CARGO	ESCOLARIDADE
777	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	3	5	5,33	CLASSIFICADO	30/12/90	100	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	LICENCIATURA COM HABILITAÇÃO ESPECÍFICA
170	ALCIONE PINTO DA SILVA	3	5	5,33	CLASSIFICADO	14/04/93	101	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	LICENCIATURA COM HABILITAÇÃO ESPECÍFICA
214	GEISE CLEIS SOARES DE OLIVEIRA	3	5	5,33	CLASSIFICADO	06/07/93	102	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	LICENCIATURA COM HABILITAÇÃO ESPECÍFICA
184	JAKELINE PEREIRA LIMA	3	5	5,33	CLASSIFICADO	13/04/94	103	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	LICENCIATURA COM HABILITAÇÃO ESPECÍFICA

002 - Professor de Geografia (Zona Urbana)									
INSCRIÇÃO	**NOME**	**GERAIS**	**ESPECIFICOS**	**NOTA**	**SITUAÇÃO**	**IDADE**	**CLASS**	**CARGO**	**ESCOLARIDADE**
219	**LORILENE FALCHETTI**	**7**	**5**	**8,00**	**CLASSIFICADO**		**2**	**PROFESSOR DE GEOGRAFIA**	**LICENCIATURA ESPECÍFICA (PÓS GRADUAÇAO)**

011 - Professor Educação Infantil e Anos Iniciais - Licenciatura com Habilitação Específica (SÃO MATEUS)

INSCRIÇÃO	NOME	GERAIS	ESPECIFICOS	NOTA	SITUAÇÃO	IDADE	CLASS	CARGO	ESCOLARIDADE
955	**JULIANA MACHADO**	5	6	7,33	APROVADO		5	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	LICENCIATURA PLENA

017 - Professor de Computação (SÃO MATEUS)

INSCRIÇÃO	NOME	GERAIS	ESPECIFICOS	NOTA	SITUAÇÃO	IDADE	CLASS	CARGO	ESCOLARIDADE
1053	ROBERSON SILVA DE OLIVEIRA	4	5	6,00	**CLASSIFICADO**		8	PROFESSOR DE COMPUTAÇAO	LICENCIATURA ESPECÍFICA
505	CRISTIANE RODRIGUES REIS	4	4	5,33	**CLASSIFICADO**	30/10/84	9	PROFESSOR DE COMPUTAÇAO	LICENCIATURA ESPECÍFICA

027 - Técnico em Desenvolvimento Infantil (Zona Urbana)

INSCRIÇÃO	NOME	GERAIS	ESPECIFICOS	NOTA	SITUAÇÃO	IDADE	CLASS	CARGO	ESCOLARIDADE
294	**KAUANE APARECIDA RIBEIRO**	**4**	**8**	**8,00**	**CLASSIFICADO**	**10/10/97**	**61**	**TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL**	**ENSINO MEDIO**
177	**NATALLY RIVADAVIA VITAL**	**4**	**8**	**8,00**	**CLASSIFICADO**	**29/12/97**	**62**	**TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL**	**ENSINO MEDIO**
733	**DEBORA SILVA RIBEIRO**	**4**	**8**	**8,00**	**CLASSIFICADO**	**27/01/98**	**63**	**TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL**	**ENSINO MEDIO**
532	**ANA SELMA DOS SANTOS**	**5**	**7**	**8,00**	**CLASSIFICADO**	**27/06/81**	**64**	**TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL**	**ENSINO MEDIO**
1120	**MICHELI OLIVEIRA DUTRA VIEIRA**	**5**	**7**	**8,00**	**CLASSIFICADO**	**08/02/82**	**65**	**TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL**	**ENSINO MEDIO**
158	**FATIMA SGOTI**	**5**	**7**	**8,00**	**CLASSIFICADO**	**15/02/83**	**66**	**TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL**	**ENSINO MEDIO**
1135	**RITA DE KASSIA BRAZ SALGADO**	**5**	**7**	**8,00**	**CLASSIFICADO**	**12/03/83**	**67**	**TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL**	**ENSINO MEDIO**
858	**ELIZANGELA GONÇALVES MACHADO**	**5**	**7**	**8,00**	**CLASSIFICADO**	**24/04/83**	**68**	**TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL**	**ENSINO MEDIO**

O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Poder executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.

O presente Processo Seletivo Simplificado terá **validade de 01 de fevereiro de 2017 a 21 de dezembro de 2017**

Colíder/MT, 17 de Abril de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
PORTARIA Nº. 383/2017

Dispõe sobre a nomeação da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Colíder-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Nº 13.005/2014 especificamente Art. 7º, § 3º e Art. 8º;

CONSIDERANDO as orientações do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE);

RESOLVE:

Art. 1 - Designar os membros para comporem a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

Francielle Altrão – CPF 900.125.261-34

Claudilene Gomes Pessoa – CPF: 493.103.053-04

José Moreira – CPF 453.070.831-49

Juliana da Silva Cazelato – CPF 042.370.071-54

Vera Lúcia Vicente Coutinho – CPF 459.099.111-04

Sandra Tereza de Paula Tsukamoto – 483.392.701-25

Art. 2º - A Equipe Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação terá como competência: I – Organizar os trabalhos para o monitoramento contínuo e avaliação periódica; II – Estudar e monitorar as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação; III- Preencher a Ficha de Monitoramento do Plano Municipal de Educação; IV- Elaborar Notas Técnicas quando necessário para a adequação do plano; V – Apoiar a Comissão Coordenadora no processo de elaboração dos Relatórios Anuais de Monitoramento e documento de Avaliação do Plano Municipal de Educação. ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT CNPJ: 15.023.930/0001-38

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo a vigência até 31 de dezembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 03 de abril de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
ATO Nº 001/2017 DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A Controladoria Geral do Município de Colíder, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Municipal 2005/2008, as Resoluções Normativas nº 33/2012 e 26/2014 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e:

Considerando, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Lei Complementar Estadual nº. 202/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/MT;

Considerando que o Sistema Integrado de Controle Interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Previdência Municipal do Município de Colíder-MT utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, a auditoria;

Considerando que a auditoria visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

Considerando que as atividades de competência do Controle Interno terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles;

Considerando que o PAAI é o documento que orienta as normas para as Auditorias Internas, especificando os procedimentos e metodologia de trabalho a serem observados pelo Controle Interno,

Resolve:

Art. 1º Apresentar o Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI do Município de Colíder-MT, que consiste na análise e verificação sistemática dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais e da existência e adequação dos controles internos, baseados nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

§ 1º A auditoria interna é executada por área de atuação e consiste no exame das operações, atividades e sistemas de determinado órgão ou entidade e possui o objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais do auditado.

§ 2º Na seleção das áreas e dos processos a serem auditados serão considerados os aspectos de materialidade, relevância, vulnerabilidade, falhas, erros e outras deficiências, bem como as recomendações do órgão de controle externo pendentes de implementação, quando existentes.

Art. 2º O Plano Anual de Auditoria Interna obedecerá aos procedimentos previstos nos seguintes documentos:

I - Plano de Ação do Controle Interno;

II - Lei Municipal n° 2005/2008;

III - Instruções Normativas do Controle Interno;

IV - Legislação Pertinente;

V - Recomendações do TCE/MT.

Art. 3º Fica aprovado, na forma do Anexo I, na ordem e nos prazos fixados, o cronograma de execução do Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício 2017.

Parágrafo Único. O prazo de execução da Auditoria Interna poderá ser prorrogado, desde que justificado pela unidade auditada, com autorização prévia do Controlador Interno.

Art. 4º Fica aprovado, na forma do Anexo II, os procedimentos de controle em auditoria interna.

Parágrafo Único. O Anexo II relaciona os principais itens que poderão ser verificados nos Órgãos ou Entidades durante a execução das auditorias internas, constituindo-se em referencial, podendo utilizar-se de procedimentos complementares.

Art. 5º A Unidade de Controle Interno poderá a qualquer tempo requisitar informações as unidades executoras, independente dos prazos previstos no PAAI 2016.

Parágrafo Único. A recusa de informações ou o embaraço dos trabalhos da UCI deverá ser comunicado oficialmente ao Prefeito e/ou Presidente da Câmara e/ou Diretor da Previdência Municipal a citada nos relatórios produzidos, podendo ainda o servidor causador do embaraço ou recusa ser responsabilizado na forma da lei.

Art. 6º - A Controladoria Interna poderá a qualquer tempo requisitar informações às unidades executoras, independente dos prazos previstos no PAAI 2017.

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Colíder-MT 17 de abril de 2017.

_____

CARLOS FREDERICO C. DE OLIVEIRA

CONTROLADOR INTERNO

MATRICULA N° 3845.

ANEXO I

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA 2017					
Sistema Administrativo	**Órgão Central**	**BASE REGULAMENTAR**	**meta de verificação para a amostragem**	**Período**	**amostragem**
Gabinete do Prefeito/ Câmara Municipal					
SJU – Sistema Jurídico	**Gabinete do Prefeito**	SJU – 01: processos administrativos e judiciais; SJU – 02: administração e cobrança da dívida ativa; SJU – 03: realização de sindicâncias internas.	Mensal/ 100%	Janeiro e sempre que necessário	Analisar 15 % dos processos
SCI – Sistema de Controle Interno	**Controladoria Geral**	Aprovada a Instrução Normativa 19/2009 sobre auditoria interna através do Decreto nº. 135/ 2009 23.12.2009. Aprovada a Instrução Normativa 01/2015 sobre auditoria interna através do Decreto nº. 32/ 2015 de 11.03.2015. Aprovada a Instrução Normativa 01/2008 sobre auditoria interna através do Decreto nº. 73/ 2008 de 03.11.2008.	Semestral/ 100%	Fevereiro e sempre que necessário	Não se aplica
SCS – Sistema de Comunicação Social	**Assessoria de Comunicação Social.**	SCS – 01: Publicação dos atos oficias; SCS – 02: Divulgação de campanhas institucionais.	Mensal/ 100%	Abril e sempre que necessário	Analisar 15 % dos processos
Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração – SPLAFA e Câmara Municipal					
STB – Sistema de Tributos	**Departamento de Tributos**	Aprovada a Instrução Normativa 01/2010 Cadastro Imobiliário e Econômico através do Decreto nº. 97/2010 de 01.12.2010. Aprovada a Instrução Normativa nº. 02/2010, de Controle da Divida Ativa Tributária através do Decreto nº. 120/2010 de 23.08.2010. Aprovada a Instrução Normativa nº. 03/2010 de Lançamento, Arrecadação, Baixas, Fiscalização e Renuncia de Receitas, através do Decreto nº. 142/2010 de 25.11.2010.	Mensal/ 100%	Fevereiro e sempre que necessário	Analisar 35 % dos processos
SFI – Sistema Financeiro	**Departamento de Tesouraria**	Aprovada a Instrução Normativa nº. 01/2010 Controle de Operação de Credito Avais e Garantias através do Decreto nº. 135/2010 de 15. 10.2010. Aprovada a Instrução Normativa nº. 02/2010 Programação Financeira através do Decreto nº. 148/2010 de 16.10.2010 Aprovada a Instrução Normativa nº. 03/2010 Disponibilidade Financeira através do Decreto nº. 136/2010 de 02.10.2010.	Mensal/ 100%	Março e sempre que necessário	Analisar 35 % dos processos
SCO – Sistema de Contabilidade	**Departamento de Contabilidade**	Aprovada a Instrução Normativa nº. 18/2009, 10.12.2009 através do Decreto nº. 127/2009.	Mensal/ 100%	Março e sempre que necessário	Analisar 35 % dos processos
SPO – Sistema de Planejamento e Orçamento	**Departamento de Contabilidade**	Aprovada a instrução normativa nº. 02,03 e 04/ 2008 através do Decreto nº. 089/2008 17.12. 2008 SPO –02: elaboração do PPA SPO –03: elaboração da LDO SPO –04: elaboração da LOA	Mensal/ 100%	Janeiro e sempre que necessário	Analisar 35 % dos processos
SCO – Sistema Balancete aplic	**Departamento de Contabilidade**	Aprovada a instrução normativa nº. 07/2009 através do Decreto nº. 20/2009 de 17.02.2009.	Mensal/ 100%	Abril e sempre que necessário	Análise prejudicada devido a avaliação de controle internos administrativos,
SLC – Sistema de Compras, Licitações e Contratos.	**Departamento de Compras e Licitações**	Aprovada a Instruções Normativas nº. 05 e 06/ 2008 através do Decreto nº. 89/2008 de 17.12. 2008	Mensal/ 100%	Abril e sempre que necessário	Análise prejudicada devido a avaliação de controle internos administrativos,
SLC – Sistema de Compras, Licitações e Contratos.	**Departamento de Compras e Licitações**	Aprovada a Instruções Normativas nº. 05 e 06/ 2008 através do Decreto nº. 89/2008 de 17.12. 2008 Resolução do TCE-MT n° 02/217, Ofício Circular n° 27/2017/GPRES-AJ	Trimestral/ 100%	Abril-Maio e Junho	Realizar avaliação de controles internos administrativos das atividades de contratações públicas, de acordo com a metodologia do TCE-MT.
SLC – Sistema de Fiscal de Contratos	**Departamento de Compras e Licitações**	Aprovada a Instruções Normativas nº. 03/2014 através do Decreto nº. 36/2014 de 24.03.2014.	Mensal/ 100%	Maio e sempre que necessário	Análise prejudicada devido a avaliação de controle internos administrativos,
SCV – Sistema de Convênios e Consórcios	**Departamento de Projetos e Convênios**	Aprovada a Instrução Normativa nº. 12/2009 de 11.11.2009 através do Decreto nº. 113/2009.	Mensal/ 100%	Maio e sempre que necessário	Análise prejudicada devido a avaliação de controle internos administrativos,
SCV – Sistema Geo-Obras	**Departamento de Projetos e Convênios**	Aprovada a Instrução Normativa nº. 02/2013 de 23.11.2015 através do Decreto nº. 91/2015	Mensal/ 100%	Junho e sempre que necessário	Análise prejudicada devido a avaliação de controle internos administrativos,
SPA – Sistema de Controle Patrimonial	**Departamento de Patrimônio**	Aprovada a Instrução Normativa nº. 10/2009 de 26.06.2009 através do Decreto nº. 74/2009.	Mensal/ 100%	Junho e sempre que necessário	Análise prejudicada devido a avaliação de controle internos administrativos,
Secretaria Municipal de Gestão – SEGEST eCâmara Municipal					

SSG – Sistema de Serviços Gerais	**Secretaria M. de Gestão Pública**	SSG – 01: contratação e gerenciamento de serviços de apoio (copa, telefonistas, manutenções, vigilância, segurança patrimonial, etc.); SSG 002: utilização de serviços de telefonia fixa e móvel.	Mensal/ 100%	Outubro e sempre que necessário	Analisar 35 % dos processos
SRH – Sistema de Administração de Recursos Humanos	**Departamento de Recursos Humanos**	Aprovada a Instrução Normativa nº. 11/2009 22.10.2009, através do Decreto nº. 109/2009.	Mensal/ 100%	Outubro e sempre que necessário	Analisar 35 % dos processos
STI – Sistema de Tecnologia da Informação	**Departamento de Tecnologia da Informação**	STI – 01: procedimentos para a segurança física e lógica dos equipamentos, sistemas, dados e informações; STI – 02: aquisição, locação e utilização de software, hardware, suprimentos e serviços de TI; STI – 03: manutenção e disponibilização da documentação técnica.	Mensal/ 100%	Setembro e sempre que necessário	Analisar 15 % dos processos
Fundo de Previdência Municipal-Previ lider					
SPP – Sistema de Previdência Própria	**Fundo de Previdência**	Aprovada Instrução Normativa n.º13/2009 de 23.11.2009 através do Decreto nº. 116/2009.	Mensal/ 100%	Setembro e sempre que necessário	Analisar 35 % dos processos
Secretaria Municipal De Infraestrutura, Obras e Urbanismo – SMINOU e Câmara Municipal					
SPOP – Sistema de Projetos e Obras Públicas	**Secretaria Municipal de Infra Estrutura**	Aprovada a Instrução Normativa nº. 14/2009 de 01.12.2009 através do Decreto nº. 123/2009.	Mensal/ 100%	Março e sempre que necessário	Analisar 35 % dos processos
STR – Sistema de Transportes	**Secretaria Municipal de Infra Estrutura**	Aprovada a Instrução Normativa nº. 20/2009 de 23.12.2009 através do Decreto nº. 136/2009.	Mensal/ 100%	Março e sempre que necessário	Analisar 35 % dos processos
STR – Sistema de Transportes	**Secretaria Municipal de Infra Estrutura**	Aprovada a Instruções Normativas nº. 05 e 06/ 2008 através do Decreto nº. 89/2008 de 17.12. 2008 Resolução do TCE-MT n° 02/217, Ofício Circular n° 27/2017/GPRES-AJ	Trimestral/ 100%	Abril-Maio e Junho	Realizar avaliação de controles internos administrativos das atividades de gestão de frotas, de acordo com a metodologia do TCE-MT.
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte E Lazer – SMEDEL					
SEC – Sistema de Educação	**Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer.**	Aprovada a Instrução Normativa Alimentação Escolar nº. 01/2010 através do Decreto nº. 90/ 2010 de 08.06.2010 Aprovada a Instrução Normativa Transporte Escolar através do Decreto nº. 91/2010 de 08. 06.2010	Mensal/ 100%	Novembro e sempre que necessário	Analisar 35 % dos processos
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento – SEMSAS					
SSP – Sistema de Saúde Pública	**Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico**	Aprovada a Instrução Normativa nº. 01/2010 de Controle de Medicamentos e Materiais Clínicos, através do Decreto nº. 144/2010 de 01.12. 2010. Aprovada a Instrução Normativa nº. Transporte de Pacientes nº. 02/2010 através do Decreto nº. 157/2010 de 22.12.2010. Aprovada a Instrução Normativa nº. 03/2010 Destino de Resíduos de Serviços de Saúde através do Decreto nº. 158/2010 de 28.12. 2010.	Mensal/ 100%	Dezembro e sempre que necessário	Analisar 35 % dos processos
Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMASS					
SBE – Sistema de Bem-Estar Social	**Secretaria Municipal de Ação Social**	Aprovada a Instrução Normativa nº. 01/2010 através do Decreto nº. 68/2010 de 22.04.2010	Mensal/ 100%	Dezembro e sempre que necessário	Analisar 15 % dos processos
Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego E Turismo - SICET					
Sistema de Ind. e Comércio		Aprovada a Instrução Normativa nº. 09/2009 através do Decreto nº. 71/2009 de 22.06.2009	Mensal/ 100%	Dezembro e sempre que necessário	Analisar 15 % dos processos

ANEXO II

PROCEDIMENTOS DE CONTROLE EM AUDITORIA INTERNA

1. CONTROLE DE GESTÃO

1.1 – Atendimento as deliberações dos órgãos de Controle Externo

1.2 – Atendimento as deliberações da Unidade de Controle Interno

1.3 – Mecanismos de Controle Interno

1.4 – Mecanismos para autuação do Controle Social

1.5 – Mecanismos de transparência das Ações Governamentais

1.6 – Normas Internas

1.7 – Sistema de Informações Contábeis

1.8 – Gestão de Informações

1.9 – Fluxo de Decisões

1.10 – Prestação de Contas

2. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2.1 – Quantitativo de pessoal

2.2 – Sistema de controle de pagamentos

2.3 – Contratação por tempo determinado

2.4 – Legalidade dos processos de provimento

2.5 – Cessão: ônus da remuneração

2.6 – Folha de pagamentos

2.7 – Licenças, afastamentos e férias

2.8 – Gratificações

2.9 – Benefícios assistenciais

2.10 – Adicional por tempo de serviço

2.11 – Adicional por serviços extraordinários (Hora Extra)

2.12 – Adicional Noturno

2.13 – Diárias

2.14 – Acumulação de cargos

2.15 – Teto constitucional

2.16 – Insalubridade e Periculosidade

2.17 – Exonerações

2.18 – Aposentadorias

2.19 – Processo Administrativo Disciplinar

2.20 – Política de Recursos Humanos

2.21 – Evolução da Folha de Pagamentos

3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – Estimativa das receitas

3.2 – Fixação das despesas correntes

3.3 – Fixação das despesas de capital

3.4 – Execução das receitas

3.5 – Execução das despesas correntes

3.6 – Execução das despesas de capital

3.7 – Classificação da despesa

3.8 – Empenho da despesa

3.9 – Limites legais

3.10 – Dívida Pública

3.11 – Operações de crédito

3.12 – Restrições de final de mandato

4. GESTÃO FINANCEIRA

4.1 - Tesouraria

4.2 – Contas bancárias

4.3 – Restos a pagar

4.4 – Liquidação das despesas

4.5 – Gerenciamento dos pagamentos a fornecedores

4.6 – Retenção e recolhimentos tributários e previdenciários

5. GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

5.1 – Requisição de materiais e serviços

5.2 – Fragmentação do objeto licitatório

5.3 – Limites à competitividade

5.4 – Modalidades de licitação

5.5 – Tipos de licitação

5.6 – Comissão de licitação

5.7 – Oportunidade da licitação

5.8 – Formalização da licitação

5.9 – Procedimentos da licitação

5.10 – Dispensa e Inexigibilidade de licitação

5.11 – Formalização dos contratos

5.12 – Execução dos contratos

5.13 – Pagamentos contratuais

5.14 – Alteração contratual

5.15 – Fiscalização da execução contratual

5.16 – Inspeção física da execução

5.17 – Contratação de serviços terceirizados

5.18 – Transferência de recursos por convênio

5.19 – Gestão de recursos recebidos de Programas do Governo Federal

6. GESTÃO PATRIMONIAL

6.1 – Sistema de controle patrimonial

6.2 – Confirmação de existência

6.3 – Gerenciamento de bens móveis e imóveis

6.4 – Gerenciamento de frota veicular

6.5 – Gerenciamento dos serviços de telefonia

6.6 – Gerenciamento dos recursos de hardware e software

6.7 – Registros contábeis dos bens

6.8 – Apuração dos desvios, roubos ou desaparecimentos

7. GESTÃO OPERACIONAL

7.1 – Consistência das metas definidas

7.2 – Publicação das ações

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

CONTRATOS

LEI Nº 684 DE 17 DE ABRIL 2017 - "EXTINGUE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO; CRIA CARGOS; DÁ NOVA REDAÇÃO À ARTIGOS DAS LEIS Nº 500/2011, 501/2011 E 502/2011 QUE INSTITUÍRAM OS NOVOS PLANOS DE CARGOS, CAR

LEI Nº 684 DE 17 DE ABRIL 2017

"EXTINGUE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO; CRIA CARGOS; DÁ NOVA REDAÇÃO À ARTIGOS DAS LEIS Nº 500/2011, 501/2011 E 502/2011 QUE INSTITUÍRAM OS NOVOS PLANOS DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com o amparo do Inciso III do artigo 80 da Lei Orgânica deste Município de Colniza/MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica extinto dos cargos de provimento efetivo do quadro permanente o cargo de **MENSAGEIRO** e **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, regidos pelas Leis 500/2011; 501/2011 e; 502/2011.

Parágrafo Único. Os servidores acima serão enquadrados no cargo de Agente Administrativo, respeitando a Classe e o nível que estiverem.

Art. 2º - Fica extinto dos cargos de provimento efetivo do quadro permanente o cargo de **ENGENHEIRO FLORESTAL**, regido pela Lei 500/2011.

Art. 3º - Fica criado o cargo público de provimento efetivo, denominado de **TÉCNICO EM INFORMÁTICA**, regido pelo regime jurídico único dos servidores do Município de Colniza/MT, o qual passa a fazer parte do quadro de cargos efetivos do serviço público centralizado do Poder Executivo Municipal, estabelecido pela Lei 500/2011, conforme quadro abaixo:

ANEXO II – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

Grupo Ocupacional: Nível Técnico			
Padrão de Vencimento Inicial	*Título do Cargo*	*Carga horária semanal*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.500,00	**Técnico em informática**	*40 HS*	*03*

ATRIBUIÇÕES: Realizar ou participar de estudo de viabilidade, definição de objetivos e especificações de planos de desenvolvimento, operação, manutenção, eficiência e racionalidade de sistemas; planejar e executar o levantamento de informações junto aos usuários, objetivando a implantação de sistemas; analisar logicamente as informações coletadas, estabelecendo o fluxo e os procedimentos necessários à transformação dos dados de entrada nas informações requeridas pelo usuário, de maneira eficiente, segura e de acordo com os objetivos estabelecidos para o sistema de software e hardware; desenvolver, executar, implantar e manter sistemas e sites, bem como elaborar e manter atualizada a respectiva documentação; importar, exportar e atualizar bases de dados; prestar assistência e suporte em questões de informática; executar ou promover as atividades de manutenção preventiva e corretiva, necessárias à conservação dos equipamentos, instrumentos e outros materiais utilizados na área de atuação, acompanhando-os, quando a cargo de terceiros; verificação de problemas e erros de hardware e software; atualização de peças e periféricos (upgrade); instalação, atualização, configuração e desinstalação de software: utilitários, aplicativos e programas; formatação e instalação de sistema operacional (Windows, Linux, etc); backup e recuperação de arquivos e dados; limpeza e manutenção de componentes; Instalação e configuração de redes; verificação e solução de vulnerabilidades de segurança. desempenhar outras atividades.

VII – Grupo Ocupacional: Nível Técnico

Classe	*Requisito da Classe*
A	*Habilitação em ensino médio completo*
B	*Curso de 260 horas de capacitação na área*
C	*Graduação em nível superior na área de informática*
D	*Pós-Graduação na área de no mínimo 360 horas*

ANEXO 19 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II						
TÉCNICO EM CONTABILIDADE e TÉCNICO EM INFORMATICA						
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL		
CLASSES						
A	B	C	D			
1,0	1,1	1,2	1,3			
Ensino Médio	**Curso de 260h capacitação na área**	**Nível superior**	**Pós-graduação de 360 horas**			
00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.500,00**	1.650,00	1.800,00	1.950,00
03 a 04 anos	II	0,06	1.590,00	1.749,00	1.908,00	2.067,00
04 a 05 anos	III	0,08	1.620,00	1.782,00	1.944,00	2.106,00
05 a 06 anos	IV	0,10	1.650,00	1.815,00	1.980,00	2.145,00
06 a 07 anos	V	0,12	1.680,00	1.848,00	2.016,00	2.184,00
07 a 08 anos	VI	0,14	1.710,00	1.881,00	2.052,00	2.223,00
08 a 09 anos	VII	0,16	1.740,00	1.914,00	2.088,00	2.262,00
09 a 10 anos	VIII	0,18	1.770,00	1.947,00	2.124,00	2.301,00
10 a 11 anos	IX	0,20	1.800,00	1.980,00	2.160,00	2.340,00
11 a 12 anos	X	0,22	1.830,00	2.013,00	2.196,00	2.379,00
12 a 13 anos	XI	0,24	1.860,00	2.046,00	2.232,00	2.418,00
13 a 14 anos	XII	0,26	1.890,00	2.079,00	2.268,00	2.457,00
14 a 15 anos	XIII	0,28	1.920,00	2.112,00	2.304,00	2.496,00
15 a 16 anos	XIV	0,30	1.950,00	2.145,00	2.340,00	2.535,00
16 a 17 anos	XV	0,32	1.980,00	2.178,00	2.376,00	2.574,00
17 a 18 anos	XVI	0,34	2.010,00	2.211,00	2.412,00	2.613,00
18 a 19 anos	XVIII	0,36	2.040,00	2.244,00	2.448,00	2.652,00
19 a 20 anos	XVIII	0,38	2.070,00	2.277,00	2.484,00	2.691,00
20 a 21 anos	XIX	0,40	2.100,00	2.310,00	2.520,00	2.730,00
21 a 22 anos	XX	0,42	2.130,00	2.343,00	2.556,00	2.769,00
22 a 23 anos	XXI	0,44	2.160,00	2.376,00	2.592,00	2.808,00
23 a 24 anos	XXII	0,46	2.190,00	2.409,00	2.628,00	2.847,00

24 a 25 anos	XXIII	0,48	2.220,00	2.442,00	2.664,00	2.886,00
25 a 26 anos	XXIV	0,50	2.250,00	2.475,00	2.700,00	2.925,00
26 a 27 anos	XXV	0,52	2.280,00	2.508,00	2.736,00	2.964,00
27 a 28 anos	XXVI	0,54	2.310,00	2.541,00	2.772,00	3.003,00
28 a 29 anos	XXVII	0,56	2.340,00	2.574,00	2.808,00	3.042,00
29 a 30 anos	XXVIII	0,58	2.370,00	2.607,00	2.844,00	3.081,00
30 a 31 anos	XXIX	0,60	2.400,00	2.640,00	2.880,00	3.120,00
31 a 32 anos	XXX	0,62	2.430,00	2.673,00	2.916,00	3.159,00
32 a 33 anos	XXXI	0,64	2.460,00	2.706,00	2.952,00	3.198,00
33 a 34 anos	XXXII	0,66	2.490,00	2.739,00	2.988,00	3.237,00
34 a 35 anos	XXXIII	0,68	2.520,00	2.772,00	3.024,00	3.276,00
35 a 36 anos	XXXIV	0,70	2.550,00	2.805,00	3.060,00	3.315,00

Art. 4º - Fica criado o cargo público de provimento efetivo, denominado de **TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO**, regido pelo regime jurídico único dos servidores do Município de Colniza/MT, o qual passa a fazer parte do quadro de cargos efetivos do serviço público centralizado do Poder Executivo Municipal, estabelecido pela Lei 500/2011, conforme quadro abaixo:

ANEXO II – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

Grupo Ocupacional: Nível Técnico			
Padrão de Vencimento Inicial	***Título do Cargo***	***Carga horária semanal***	***Nº. DE VAGAS***
R$ 3.900,00	***Técnico de Controle Interno***	***40 HS***	***02***

ATRIBUIÇÕES: Executar trabalhos administrativos aplicando a legislação pertinente aos serviços municipais; redigir expedientes administrativos como memorandos, ofícios, informações, relatórios, pareceres, dentre outros, secretariar reuniões e lavrar atas, efetuar cálculos relativos às áreas contábeis, patrimonial, financeira, de pessoal e outras, auxiliar na analise na verificação de atos de gestão, obter informações e fornecê-las aos interessados, auxiliar no trabalho de aperfeiçoamento e implantação de rotinas, proceder no auxilio e conferencia dos serviços executadas na área de sua competência, executar tarefas auxiliares na Unidade de Controle Interno, executar atividades auxiliares relativas a auditorias externas e internas. Executar atividades relacionadas à função de apoio ao controlador interno e outras correlatas a função.

VII – Grupo Ocupacional: Nível Superior

Classe	***Requisito da Classe***
A	***Habilitação em qualquer Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada e, quando necessário, curso de especialização.***
B	***Requisito da Classe A, mais curso de pós-graduação em nível de especialista "latu senso" de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas, devidamente reconhecido pelo MEC;***
C	***Requisito da Classe B, mais curso de mestrado;***
D	***Requisito da Classe C, mais curso de doutorado.***

CLASSE ATUARIAL – PROGRESSÃO HORIZONTAL						
A	***B***	***C***	***D***			
Vencimento Padrão Inicial	***10% sobre Classe "A"***	***20% sobre Classe "A"***	***30% sobre Classe "A"***			
ANEXO 40 - LEI 500/2011						
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO						
PROGRESSÃO VERTICAL	***TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO***	***NÍVEL***	***COEFICIENTE***	***PROGRESSÃO HORIZONTAL***		
CLASSES						
A	***B***	***C***	***D***			
1,0	***1,1***	***1,2***	***1,3***			
Ensino Superior em Qualquer Área	***Curso de pós-graduação em nível de especialista "latu senso"***	***Curso de Mestrado***	***Curso de Doutorado***			
00 a 03 anos	***I***	***VENC PADRÃO INICIAL***	***3.900,00***	***4.290,00***	***4.680,00***	***5.070,00***
03 a 04 anos	***II***	***0,06***	***4.134,00***	***4.547,40***	***4.960,80***	***5.374,20***
04 a 05 anos	***III***	***0,08***	***4.212,00***	***4.633,20***	***5.054,40***	***5.475,60***
05 a 06 anos	***IV***	***0,10***	***4.290,00***	***4.719,00***	***5.148,00***	***5.577,00***
06 a 07 anos	***V***	***0,12***	***4.368,00***	***4.804,80***	***5.241,60***	***5.678,40***
07 a 08 anos	***VI***	***0,14***	***4.446,00***	***4.890,60***	***5.335,20***	***5.779,80***
08 a 09 anos	***VII***	***0,16***	***4.524,00***	***4.976,40***	***5.428,80***	***5.881,20***

09 a 10 anos	*VIII*	*0,18*	*4.602,00*	*5.062,20*	*5. 522,40*	*5. 982,60*
10 a 11 anos	*IX*	*0,20*	*4.680,00*	*5.148,00*	*5. 616,00*	*6. 084,00*
11 a 12 anos	*X*	*0,22*	*4.758,00*	*5.233,80*	*5. 709,60*	*6. 185,40*
12 a 13 anos	*XI*	*0,24*	*4.836,00*	*5.319,60*	*5. 803,20*	*6. 286,80*
13 a 14 anos	*XII*	*0,26*	*4.914,00*	*5.405,40*	*5. 896,80*	*6. 388,20*
14 a 15 anos	*XIII*	*0,28*	*4.992,00*	*5.491,20*	*5. 990,40*	*6. 489,60*
15 a 16 anos	*XIV*	*0,30*	*5.070,00*	*5.577,00*	*6. 084,00*	*6. 591,00*
16 a 17 anos	*XV*	*0,32*	*5.148,00*	*5.662,80*	*6. 177,60*	*6. 692,40*
17 a 18 anos	*XVI*	*0,34*	*5.226,00*	*5.748,60*	*6. 271,20*	*6. 793,80*
18 a 19 anos	*XVIII*	*0,36*	*5.304,00*	*5.834,40*	*6. 364,80*	*6. 895,20*
19 a 20 anos	*XVIII*	*0,38*	*5.382,00*	*5.920,20*	*6. 458,40*	*6. 996,60*
20 a 21 anos	*XIX*	*0,40*	*5.460,00*	*6.006,00*	*6. 552,00*	*7. 098,00*
21 a 22 anos	*XX*	*0,42*	*5.538,00*	*6.091,80*	*6. 645,60*	*7. 199,40*
22 a 23 anos	*XXI*	*0,44*	*5.616,00*	*6.177,60*	*6. 739,20*	*7. 300,80*
23 a 24 anos	*XXII*	*0,46*	*5.694,00*	*6.263,40*	*6. 832,80*	*7. 402,20*
24 a 25 anos	*XXIII*	*0,48*	*5.772,00*	*6.349,20*	*6. 926,40*	*7. 503,60*
25 a 26 anos	*XXIV*	*0,50*	*5.850,00*	*6.435,00*	*7. 020,00*	*7. 605,00*
26 a 27 anos	*XXV*	*0,52*	*5.928,00*	*6.520,80*	*7. 113,60*	*7. 706,40*
27 a 28 anos	*XXVI*	*0,54*	*6.006,00*	*6.606,60*	*7. 207,20*	*7. 807,80*
28 a 29 anos	*XXVII*	*0,56*	*6.084,00*	*6.692,40*	*7. 300,80*	*7. 909,20*
29 a 30 anos	*XXVIII*	*0,58*	*6.162,00*	*6.778,20*	*7. 394,40*	*8. 010,60*
30 a 31 anos	*XXIX*	*0,60*	*6.240,00*	*6.864,00*	*7. 488,00*	*8. 112,00*
31 a 32 anos	*XXX*	*0,62*	*6.318,00*	*6.949,80*	*7. 581,60*	*8. 213,40*
32 a 33 anos	*XXXI*	*0,64*	*6.396,00*	*7.035,60*	*7. 675,20*	*8. 314,80*
33 a 34 anos	*XXXII*	*0,66*	*6.474,00*	*7.121,40*	*7. 768,80*	*8. 416,20*
34 a 35 anos	*XXXIII*	*0,68*	*6.552,00*	*7.207,20*	*7. 862,40*	*8. 517,60*
35 a 36 anos	*XXXIV*	*0,70*	*6.630,00*	*7.293,00*	*7. 956,00*	*8. 619,00*

Art. 5º - Fica criado o cargo público de provimento efetivo, denominado de **ENGENHEIRO AMBIENTAL**, regido pelo regime jurídico único dos servidores do Município de Colniza/MT, o qual passa a fazer parte do quadro de cargos efetivos do serviço público centralizado do Poder Executivo Municipal, estabelecido pela Lei 500/2011, conforme quadro abaixo:

ANEXO II – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

Grupo Ocupacional: Nível Superior			
Padrão de Vencimento Inicial	*Título do Cargo*	*Carga horária semanal*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 4.200,00	*Engenheiro Ambiental*	*40 HS*	*01*

ATRIBUIÇÕES: trabalhar nas áreas de bioprocessos e biotecnologia, energia, controle de poluição, recuperação de áreas, licenciamento, planejamento e gestão ambiental. Monitorar e preservar áreas verdes; - projetar e minimizar problemas relacionados a degradação do meio ambiente; - interferir em processo industriais que possam causar danos a natureza, fiscalizando as empresas; - apontar solução satisfatória para resíduos industriais; - sensibilizar a população; - atuar na área de geologia ambiental, gestão ambiental e licenciamento ambiental; - planejar projeto rural e urbano para desenvolvimento sustentável planejamento energético e energias renováveis; - combater a poluição; - elaborar projetos de saneamento; - remediar e tentar recuperar áreas degradadas; - regulamentar e normatizar questões ambientais; - gerir sistemas de informação ambiental; - trabalhar no tratamento de águas residuárias e de abastecimento; - controlar emissões de material particulado (poluição atmosférica); - avaliar efeitos de um processo ou produto sobre o meio ambiente; - criar mecanismos para diminuir os impactos ambientais na produção industrial; - avaliar diferentes fontes de energia; - reduzir o impacto de atividades industriais, urbanas e rurais sobre o meio ambiente; - monitorar a qualidade da água e do ar; - elaborar relatórios de impacto ambiental e planos para o uso de recursos naturais; - estudar meios de reutilização de resíduos; - desenvolver e executar projetos de recuperação de áreas poluídas ou degradadas; - zelar pela qualidade no atendimento ao público, a imagem da Instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; - executar outras tarefas referentes ao

cargo; - levar ao imediato conhecimento do seu superior qualquer irregularidade verificada; - executar outras tarefas solicitadas pela chefia imediata, compatíveis com o cargo.

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR

	Classe	Requisito da Classe				
	A	Habilitação em Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada e, quando necessário, curso de especialização.				
	B	Requisito da Classe A, mais 300 (trezentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;				
	C	Requisito da Classe B, mais curso de pós-graduação em nível de especialista “latu senso” de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas;				
	D	Requisito da Classe C, mais curso de mestrado ou doutorado.				
CLASSE ATUARIAL – PROGRESSÃO HORIZONTAL						
A	B	C	D			
Vencimento Padrão Inicial	10% sobre Classe “A”	20% sobre Classe “A”	30% sobre Classe “A”			
ENGENHEIRO AMBIENTAL - 40 HORAS						
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL		
CLASSES						
A	B	C	D			
1,0	1,1	1,2	1,3			
Nível Superior	Curso de 300 horas de capacitação na área	Pós graduação na área de atuação	Mestrado ou doutorado a área de atuação			
00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	4.200,00	4.620,00	5.040,00	5.460,00
03 a 04 anos	II	0,06	4.452,00	4.897,20	5.342,40	5.787,60
04 a 05 anos	III	0,08	4.536,00	4.989,60	5.443,20	5.896,80
05 a 06 anos	IV	0,10	4.620,00	5.082,00	5.544,00	6.006,00
06 a 07 anos	V	0,12	4.704,00	5.174,40	5.644,80	6.115,20
07 a 08 anos	VI	0,14	4.788,00	5.266,80	5.745,60	6.224,40
08 a 09 anos	VII	0,16	4.872,00	5.359,20	5.846,40	6.333,60
09 a 10 anos	VIII	0,18	4.956,00	5.451,60	5.947,20	6.442,80
10 a 11 anos	IX	0,20	5.040,00	5.544,00	6.048,00	6.552,00
11 a 12 anos	X	0,22	5.124,00	5.636,40	6.148,80	6.661,20
12 a 13 anos	XI	0,24	5.208,00	5.728,80	6.249,60	6.770,40
13 a 14 anos	XII	0,26	5.292,00	5.821,20	6.350,40	6.879,60
14 a 15 anos	XIII	0,28	5.376,00	5.913,60	6.451,20	6.988,80
15 a 16 anos	XIV	0,30	5.460,00	6.006,00	6.552,00	7.098,00
16 a 17 anos	XV	0,32	5.544,00	6.098,40	6.652,80	7.207,20
17 a 18 anos	XVI	0,34	5.628,00	6.190,80	6.753,60	7.316,40
18 a 19 anos	XVIII	0,36	5.712,00	6.283,20	6.854,40	7.425,60
19 a 20 anos	XVIII	0,38	5.796,00	6.375,60	6.955,20	7.534,80
20 a 21 anos	XIX	0,40	5.880,00	6.468,00	7.056,00	7.644,00
21 a 22 anos	XX	0,42	5.964,00	6.560,40	7.156,80	7.753,20
22 a 23 anos	XXI	0,44	6.048,00	6.652,80	7.257,60	7.862,40
23 a 24 anos	XXII	0,46	6.132,00	6.745,20	7.358,40	7.971,60
24 a 25 anos	XXIII	0,48	6.216,00	6.837,60	7.459,20	8.080,80
25 a 26 anos	XXIV	0,50	6.300,00	6.930,00	7.560,00	8.190,00

26 a 27 anos	*XXV*	*0,52*	*6.384,00*	*7.022,40*	*7. 660,80*	*8. 299,20*
27 a 28 anos	*XXVI*	*0,54*	*6.468,00*	*7.114,80*	*7. 761,60*	*8. 408,40*
28 a 29 anos	*XXVII*	*0,56*	*6.552,00*	*7.207,20*	*7. 862,40*	*8. 517,60*
29 a 30 anos	*XXVIII*	*0,58*	*6.636,00*	*7.299,60*	*7. 963,20*	*8. 626,80*
30 a 31 anos	*XXIX*	*0,60*	*6.720,00*	*7.392,00*	*8. 064,00*	*8. 736,00*
31 a 32 anos	*XXX*	*0,62*	*6.804,00*	*7.484,40*	*8. 164,80*	*8. 845,20*
32 a 33 anos	*XXXI*	*0,64*	*6.888,00*	*7.576,80*	*8. 265,60*	*8. 954,40*
33 a 34 anos	*XXXII*	*0,66*	*6.972,00*	*7.669,20*	*8. 366,40*	*9. 063,60*
34 a 35 anos	*XXXIII*	*0,68*	*7.056,00*	*7.761,60*	*8. 467,20*	*9. 172,80*
35 a 36 anos	*XXXIV*	*0,70*	*7.140,00*	*7.854,00*	*8. 568,00*	*9. 282,00*

Art. 6º - Fica criado o cargo público de provimento efetivo, denominado de **AUDITOR DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**, regido pelo regime jurídico único dos servidores do Município de Colniza/MT, o qual passa a fazer parte do quadro de cargos efetivos do serviço público centralizado do Poder Executivo Municipal, estabelecido pela Lei 500/2011, conforme quadro abaixo:

ANEXO II – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

Grupo Ocupacional: Nível Superior			
Padrão de Vencimento Inicial	*Título do Cargo*	*Carga horária semanal*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 5.000,00	*Auditor de Tributos Municipais*	*20 HS*	*01*

ATRIBUIÇÕES: lançar ou homologar tributos, sejam mobiliários ou imobiliários, fiscalizar o cumprimento da legislação municipal, com relação a tributos administrados pela Secretaria Municipal de Finanças, diligenciando, notificando, constituindo créditos tributários, lavrando autos de infração. Assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalho, as autoridades superiores da Secretaria Municipal de Finanças ou de outros órgãos da Administração e prestar-lhes assistência especializada, com vista à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento; coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse da Administração Tributária; apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos; preparar os atos necessários à conversão de depósitos em renda do Município, bem assim à autorização para o levantamento de depósitos administrativos após as decisões emanadas das autoridades competentes; avaliar e especificar sistemas e programas de informática relativos às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições; avaliar, planejar, promover, executar ou participar de programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou de capacitação dos Auditores-Fiscais Tributários Municipais e demais servidores, relacionados à Administração Tributária; acessar as informações sobre o andamento de ações judiciais que envolvam créditos de impostos e contribuições de competência do Município de Colniza/MT; executar atividades com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e à disciplina funcionais dos Auditores-Fiscais Tributários Municipais, verificando os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos; informar processos e demais expedientes administrativos; realizar análises de natureza contábil, econômica ou financeira relativas às atividades de competência tributária do Município; desenvolver estudos objetivando o acompanhamento, o controle e a avaliação da receita tributária; exercer as atividades de orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais. sem prejuízo de outras competências definidas por Lei. Possui livre acesso, mediante identificação funcional, a órgão público, estabelecimento privado, veículo de transporte terrestre, fluvial, marítimo, aéreo e a documentos e informações revestidos de interesse tributário ou fiscal. Pode requisitar e obter o auxílio da força pública, face ao risco de morte ou em situação na qual se faça necessária a presença de aparato policial, para assegurar o pleno exercício de suas atribuições.

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR

Classe	*Requisito da Classe*
A	*Habilitação em Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.*
B	*Requisito da Classe A, mais curso de pós-graduação "latu senso" de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas na respectiva área de atuação..*
C	*Requisito da Classe B, mais curso de mestrado;*
D	*Requisito da Classe C, mais curso de doutorado.*

ANEXO 22 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II						
ADVOGADO 20 HORAS e AUDITOR DE TRIBUTOS MUNICIPAIS 20 HORAS						
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL		
CLASSES						
A	B	C	D			
1,0	1,1	1,2	1,3			
Nível Superior	**Pós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horas**	**Mestrado na área de atuação**	**Doutorado na área de atuação**			
00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**5.000,00**	5.500,00	6. 000,00	6. 500,00

03 a 04 anos	II	0,06	5.300,00	5.830,00	6.360,00	6.890,00
04 a 05 anos	III	0,08	5.400,00	5.940,00	6.480,00	7.020,00
05 a 06 anos	IV	0,10	5.500,00	6.050,00	6.600,00	7.150,00
06 a 07 anos	V	0,12	5.600,00	6.160,00	6.720,00	7.280,00
07 a 08 anos	VI	0,14	5.700,00	6.270,00	6.840,00	7.410,00
08 a 09 anos	VII	0,16	5.800,00	6.380,00	6.960,00	7.540,00
09 a 10 anos	VIII	0,18	5.900,00	6.490,00	7.080,00	7.670,00
10 a 11 anos	IX	0,20	6.000,00	6.600,00	7.200,00	7.800,00
11 a 12 anos	X	0,22	6.100,00	6.710,00	7.320,00	7.930,00
12 a 13 anos	XI	0,24	6.200,00	6.820,00	7.440,00	8.060,00
13 a 14 anos	XII	0,26	6.300,00	6.930,00	7.560,00	8.190,00
14 a 15 anos	XIII	0,28	6.400,00	7.040,00	7.680,00	8.320,00
15 a 16 anos	XIV	0,30	6.500,00	7.150,00	7.800,00	8.450,00
16 a 17 anos	XV	0,32	6.600,00	7.260,00	7.920,00	8.580,00
17 a 18 anos	XVI	0,34	6.700,00	7.370,00	8.040,00	8.710,00
18 a 19 anos	XVIII	0,36	6.800,00	7.480,00	8.160,00	8.840,00
19 a 20 anos	XVIII	0,38	6.900,00	7.590,00	8.280,00	8.970,00
20 a 21 anos	XIX	0,40	7.000,00	7.700,00	8.400,00	9.100,00
21 a 22 anos	XX	0,42	7.100,00	7.810,00	8.520,00	9.230,00
22 a 23 anos	XXI	0,44	7.200,00	7.920,00	8.640,00	9.360,00
23 a 24 anos	XXII	0,46	7.300,00	8.030,00	8.760,00	9.490,00
24 a 25 anos	XXIII	0,48	7.400,00	8.140,00	8.880,00	9.620,00
25 a 26 anos	XXIV	0,50	7.500,00	8.250,00	9.000,00	9.750,00
26 a 27 anos	XXV	0,52	7.600,00	8.360,00	9.120,00	9.880,00
27 a 28 anos	XXVI	0,54	7.700,00	8.470,00	9.240,00	10.010,00
28 a 29 anos	XXVII	0,56	7.800,00	8.580,00	9.360,00	10.140,00
29 a 30 anos	XXVIII	0,58	7.900,00	8.690,00	9.480,00	10.270,00
30 a 31 anos	XXIX	0,60	8.000,00	8.800,00	9.600,00	10.400,00
31 a 32 anos	XXX	0,62	8.100,00	8.910,00	9.720,00	10.530,00
32 a 33 anos	XXXI	0,64	8.200,00	9.020,00	9.840,00	10.660,00
33 a 34 anos	XXXII	0,66	8.300,00	9.130,00	9.960,00	10.790,00
34 a 35 anos	XXXIII	0,68	8.400,00	9.240,00	10.080,00	10.920,00
35 a 36 anos	XXXIV	0,70	8.500,00	9.350,00	10.200,00	11.050,00

Art. 7º - Fica criado o cargo público de provimento efetivo, denominado de **ZOOTECNISTA**, regido pelo regime jurídico único dos servidores do Município de Colniza/MT, o qual passa a fazer parte do quadro de cargos efetivos do serviço público centralizado do Poder Executivo Municipal, estabelecido pela Lei 500/2011, conforme quadro abaixo:

ANEXO II – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

Grupo Ocupacional: Nível Superior			
Padrão de Vencimento Inicial	***Título do Cargo***	***Carga horária semanal***	***Nº. DE VAGAS***
R$ 4.200,00	***Zootecnista***	***40 HS***	***01***

ATRIBUIÇÕES: Promoção do melhoramento dos rebanhos, abrangendo conhecimentos bioclimatológicos e genéticos para produção de animais precoces, resistentes e de elevada produtividade;supervisão e assessoramento na inscrição de animais em sociedades de registro genealógico e em provas zootécnicas; formulação, preparação, balanceamento e controle da qualidade das rações para animais; desenvolvimento de trabalhos de nutrição que envolva conhecimentos bioquímicos e fisiológicos que visem melhorar a produção e produtividade dos animais; elaborar, orientar e administrar a execução de projetos agropecuários na área de produção animal; supervisão, assessoramento e execução de pesquisas,visando gerar tecnologias e orientações a criação de animais; supervisão, assessoramento e execução de exposições e feiras

agropecuárias, julgamento de animais e implantação de parque de exposições; avaliar, classificar e tipificar carcaças; planejar e executar projetos de construções rurais específicos de produção animal; implantar e manejar pastagens envolvendo o preparo, adubação e conservação do solo; desenvolvimento de atividade que visem a preservação do meio ambiente.

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR

Classe	*Requisito da Classe*
A	*Habilitação em Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.*
B	*Requisito da Classe A, mais curso de pós-graduação "latu senso" de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas na respectiva área de atuação..*
C	*Requisito da Classe B, mais curso de mestrado;*
D	*Requisito da Classe C, mais curso de doutorado.*

ANEXO 27 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II						
MÉDICO VETERINÁRIO e ZOOTECNISTA						
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL		
CLASSES						
A	B	C	D			
1,0	1,1	1,2	1,3			
Nível Superior	**Pós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horas**	**Mestrado na área de atuação**	**Doutorado na área de atuação**			
00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**4.200,00**	4.620,00	5.040,00	5.460,00
03 a 04 anos	II	0,06	4.452,00	4.897,20	5.342,40	5.787,60
04 a 05 anos	III	0,08	4.536,00	4.989,60	5.443,20	5.896,80
05 a 06 anos	IV	0,10	4.620,00	5.082,00	5.544,00	6.006,00
06 a 07 anos	V	0,12	4.704,00	5.174,40	5.644,80	6.115,20
07 a 08 anos	VI	0,14	4.788,00	5.266,80	5.745,60	6.224,40
08 a 09 anos	VII	0,16	4.872,00	5.359,20	5.846,40	6.333,60
09 a 10 anos	VIII	0,18	4.956,00	5.451,60	5.947,20	6.442,80
10 a 11 anos	IX	0,20	5.040,00	5.544,00	6.048,00	6.552,00
11 a 12 anos	X	0,22	5.124,00	5.636,40	6.148,80	6.661,20
12 a 13 anos	XI	0,24	5.208,00	5.728,80	6.249,60	6.770,40
13 a 14 anos	XII	0,26	5.292,00	5.821,20	6.350,40	6.879,60
14 a 15 anos	XIII	0,28	5.376,00	5.913,60	6.451,20	6.988,80
15 a 16 anos	XIV	0,30	5.460,00	6.006,00	6.552,00	7.098,00
16 a 17 anos	XV	0,32	5.544,00	6.098,40	6.652,80	7.207,20
17 a 18 anos	XVI	0,34	5.628,00	6.190,80	6.753,60	7.316,40
18 a 19 anos	XVIII	0,36	5.712,00	6.283,20	6.854,40	7.425,60
19 a 20 anos	XVIII	0,38	5.796,00	6.375,60	6.955,20	7.534,80
20 a 21 anos	XIX	0,40	5.880,00	6.468,00	7.056,00	7.644,00
21 a 22 anos	XX	0,42	5.964,00	6.560,40	7.156,80	7.753,20
22 a 23 anos	XXI	0,44	6.048,00	6.652,80	7.257,60	7.862,40
23 a 24 anos	XXII	0,46	6.132,00	6.745,20	7.358,40	7.971,60
24 a 25 anos	XXIII	0,48	6.216,00	6.837,60	7.459,20	8.080,80
25 a 26 anos	XXIV	0,50	6.300,00	6.930,00	7.560,00	8.190,00
26 a 27 anos	XXV	0,52	6.384,00	7.022,40	7.660,80	8.299,20
27 a 28 anos	XXVI	0,54	6.468,00	7.114,80	7.761,60	8.408,40
28 a 29 anos	XXVII	0,56	6.552,00	7.207,20	7.862,40	8.517,60
29 a 30 anos	XXVIII	0,58	6.636,00	7.299,60	7.963,20	8.626,80
30 a 31 anos	XXIX	0,60	6.720,00	7.392,00	8.064,00	8.736,00
31 a 32 anos	XXX	0,62	6.804,00	7.484,40	8.164,80	8.845,20
32 a 33 anos	XXXI	0,64	6.888,00	7.576,80	8.265,60	8.954,40

33 a 34 anos	XXXII	0,66	6.972,00	7.669,20	8.366,40	9.063,60
34 a 35 anos	XXXIII	0,68	7.056,00	7.761,60	8.467,20	9.172,80
35 a 36 anos	XXXIV	0,70	7.140,00	7.854,00	8.568,00	9.282,00

Art. 8º - O § 2º do artigo 15 da Lei nº. 500/2011, § 2º do artigo 15 da Lei nº. 501/2011 e, o § 2º do artigo 47 da Lei nº. 502/2011passará a vigorar com a seguinte redação, permanecendo os demais artigos inalterados:

§2º.A promoção de uma classe para a outra, imediatamente superior a que ocupa, na mesma série de classes, dar-se-á o direito ao funcionário no ato da apresentação de documento em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo, devidamente comprovada, com percepção financeira no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de protocolo, desde que seja avaliado e deferido pela Comissão de Avaliação da Progressão Funcional, ratificado pelo Chefe do Poder Executivo com posterior publicação de Decreto ou Portaria de concessão. No caso de Recurso Administrativo será contado a partir da data do deferimento deste Recurso.

Art. 9º - (VETADO).

Art. 10º - Para a progressão de Classe de todos os cargos de provimento efetivo de nível superior regidos pelas leis 500/2011, 501/2011 e 502/2011 e demais legislação correlata, a partir da publicação desta Lei, será dispensado os cursos de capacitação, exigindo para tanto como classe imediata de Progressão a comprovação de Pós Graduação, conforme tabela abaixo:

Grupo Ocupacional: Nível Superior

Classe	*Requisito da Classe*
A	***Habilitação em Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.***
B	***Requisito da Classe A, mais curso de pós-graduação "latu senso" de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas na respectiva área de atuação..***
C	***Requisito da Classe B, mais curso de mestrado;***
D	***Requisito da Classe C, mais curso de doutorado.***

Art. 11 - Fica alterado todo o artigo 41 e da Lei nº. 502/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41. O regime de trabalho dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal será de 30 (trinta) horas semanais, exclusivamente para professores, sendo que os demais profissionais da educação deverão exercer jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º Os atuais professores de 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais que não optarem/requererem, no prazo máximo de 2 (dois) anos pela jornada de 30 (trinta) horas permanecerá com a atual jornada.

§ 2º-A jornada de trabalho para o professor efetivo poderá ser ampliada em até 20 aulas excedentes, desde que não possuía outro vinculo empregatício, conforme a necessidade da unidade escolar e sem prejuízo à sua carga horária. As aulas excedentes não serão incorporadas ao salário para fins de aposentadoria, licenças médicas e férias.

§ 3º- Havendo necessidade de contratação temporária, a mesma poderá ser feita observando o mínimo de 10 (dez) horas-aula e o máximo de 40 (quarenta) horas.

§ 4º- A contração de horas-aula e as aulas excedentes serão pagas conforme tabela específica que será atualizada anualmente e publicada através de Portaria pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 12 - Fica inserido no anexo I da Lei nº. 502/2011, no Grupo de Apoio Administrativo Educacional, o cargo de Motorista de Veículo Pesado categoria D, passando a tabela abaixo descrita a fazer parte do anexo da Lei em questão:

ANEXO I – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

Grupo Ocupacional: Nível Fundamental Completo			
Padrão de Vencimento Inicial	*Título do Cargo*	*Carga horária semanal*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 2.300,00	**Motorista de Veículo Pesado**	***40 HS***	***20***

ATRIBUIÇÕES: Conduzir veículos automotores, caminhões e ônibus destinados ao transporte de passageiros e cargas; recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente; manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue; encarregar-se do transporte e da entrega de correspondência ou de pacotes, pequenas cargas que lhe forem confiadas; promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação quando indicada; verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como, a calibração dos pneus; operar rádio transceptor; proceder ao mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo; executar outras tarefas afins.

Grupo Ocupacional: Ensino Fundamental Completo

Classe	*Requisito da Classe*
A	***Habilitação em ensino fundamental completo e Carteira Nacional de Habilitação categoria D.***
B	***Requisito da Classe A, mais 200 (duzentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional (Curso Profissionalizante na área específica de atuação no Órgão ou afim;***
C	***Ensino médio, mais 300(trezentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;***
D	***Requisito da Classe C, mais graduação de curso superior completo.***

ANEXO 20 - LEI 502/2011						
MECÂNICO DE VEICULOS PESAD0S						
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL		
CLASSES						
A	B	C	D			
1,0	1,1	1,2	1,3			
Ensino Fundamental Completo	**Curso de capacitação 100 horas**	**Ensino Médio**	**Curso Médio Profissionalizante na área**			
00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**2.300,00**	2.530,00	2.760,00	2.990,00
03 a 04 anos	II	0,06	2.438,00	2.681,80	2.925,60	3.169,40
04 a 05 anos	III	0,08	2.484,00	2.732,40	2.980,80	3.229,20
05 a 06 anos	IV	0,10	2.530,00	2.783,00	3.036,00	3.289,00
06 a 07 anos	V	0,12	2.576,00	2.833,60	3.091,20	3.348,80
07 a 08 anos	VI	0,14	2.622,00	2.884,20	3.146,40	3.408,60
08 a 09 anos	VII	0,16	2.668,00	2.934,80	3.201,60	3.468,40
09 a 10 anos	VIII	0,18	2.714,00	2.985,40	3.256,80	3.528,20
10 a 11 anos	IX	0,20	2.760,00	3.036,00	3.312,00	3.588,00
11 a 12 anos	X	0,22	2.806,00	3.086,60	3.367,20	3.647,80
12 a 13 anos	XI	0,24	2.852,00	3.137,20	3.422,40	3.707,60
13 a 14 anos	XII	0,26	2.898,00	3.187,80	3.477,60	3.767,40
14 a 15 anos	XIII	0,28	2.944,00	3.238,40	3.532,80	3.827,20
15 a 16 anos	XIV	0,30	2.990,00	3.289,00	3.588,00	3.887,00
16 a 17 anos	XV	0,32	3.036,00	3.339,60	3.643,20	3.946,80
17 a 18 anos	XVI	0,34	3.082,00	3.390,20	3.698,40	4.006,60
18 a 19 anos	XVIII	0,36	3.128,00	3.440,80	3.753,60	4.066,40
19 a 20 anos	XVIII	0,38	3.174,00	3.491,40	3.808,80	4.126,20
20 a 21 anos	XIX	0,40	3.220,00	3.542,00	3.864,00	4.186,00
21 a 22 anos	XX	0,42	3.266,00	3.592,60	3.919,20	4.245,80
22 a 23 anos	XXI	0,44	3.312,00	3.643,20	3.974,40	4.305,60
23 a 24 anos	XXII	0,46	3.358,00	3.693,80	4.029,60	4.365,40
24 a 25 anos	XXIII	0,48	3.404,00	3.744,40	4.084,80	4.425,20
25 a 26 anos	XXIV	0,50	3.450,00	3.795,00	4.140,00	4.485,00
26 a 27 anos	XXV	0,52	3.496,00	3.845,60	4.195,20	4.544,80
27 a 28 anos	XXVI	0,54	3.542,00	3.896,20	4.250,40	4.604,60
28 a 29 anos	XXVII	0,56	3.588,00	3.946,80	4.305,60	4.664,40
29 a 30 anos	XXVIII	0,58	3.634,00	3.997,40	4.360,80	4.724,20
30 a 31 anos	XXIX	0,60	3.680,00	4.048,00	4.416,00	4.784,00
31 a 32 anos	XXX	0,62	3.726,00	4.098,60	4.471,20	4.843,80
32 a 33 anos	XXXI	0,64	3.772,00	4.149,20	4.526,40	4.903,60
33 a 34 anos	XXXII	0,66	3.818,00	4.199,80	4.581,60	4.963,40
34 a 35 anos	XXXIII	0,68	3.864,00	4.250,40	4.636,80	5.023,20
35 a 36 anos	XXXIV	0,70	3.910,00	4.301,00	4.692,00	5.083,00

Art. 13 - Fica criado mais 05 (cinco) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** na Lei 500/2011 e mais 12 (doze) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** na Lei 502/2011.

Art. 14 - Fica alterada a carga horária semanal de 40h (quarenta horas) para 20h (vinte horas) semanais no cargo de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **ADVOGADO**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 15º - Fica criada mais 02 (duas) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **ADVOGADO**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 16º - Fica criada mais 01 (uma) vaga de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **BACHARÉL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 17 - Fica criada mais 04 (quatro) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **TÉCNICO EM CONTABILIDADE**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 18 - Fica criada mais 03 (três) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **FISCAL DE OBRAS**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 19 - Fica criada mais 03 (três) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **FISCAL DE MEIO AMBIENTE**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 20 - Fica criada mais 01 (uma) vaga de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **AGENTE DE INSPENSÃO**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 21 - Fica criada mais 02 (duas) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **FISCAL DE CONSUMO DE ÁGUA**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 22 - Fica criada mais 02 (duas) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **FISCAL DE FROTAS**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 23 - Fica criada mais 01 (uma) vaga de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **ARQUITETO**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 24 - Altera o número de 03 (três) para 02 (duas) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **ENGENHEIRO AGRÔNOMO**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 25 - Altera o número de 02 (duas) para 01 (uma) vaga de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **MÉDICO VETERINÁRIO**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 26 - Fica alterada a nomenclatura do cargo de provimento efetivo do quadro permanente de **CONTROLADOR INTERNO** para **AUDITOR PÚBLICO INTERNO**,inserido na lei 500/2011 eregido pela Lei 535/2012.

Art. 27 - Fica criada mais 01 (uma) vaga de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **AUDITOR PÚBLICO INTERNO** inserido na lei 500/2011 eregido pela Lei 535/2012.

Art. 28 - A carga horária semanal de todos os **MÉDICOS** efetivos regidos pela Lei 501/2011 passa a ser de 20h (vinte horas) semanais.

Art. 29 - (VETADO).

Art. 30 - A presente Lei será regulamentada por Decreto no que couber.

Art. 31 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30 - Revogam - se as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e; Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, em 17 de abril de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

MENSAGEM DE VETO, 17 DE ABRIL DE 2017.

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do do art. 63, § único da Lei Orgânica do Colniza-MT, decidi vetar parcialmente, por ser inconstitucional, o Projeto de Lei nº 011/2017 e 012/2017, que “extingue cargo de provimento efetivo; cria cargos; dá nova redação à artigos das Leis nº 500/2011, 501/2011 e 502/2011 que instituíram os novos planos de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores público do Município de Colniza-MT, e dá outras providencias ” e o projeto que “fixa novo vencimento inicial padrão para os cargos de provimento efetivo regidos pelas leis nº 500/2011, 501/2011 e 502/2011 que instituíram os novos planos de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos do município de Colniza/MT, e dá outras providências”.

Ouvida, a Assessoria Jurídica e a Advocacia do Município, manifestou-se pelo veto aos seguinte dispositivos:

Art. 9º e art. 29 do Projeto 011/2017. Art. 7º, art. 8º do Projeto 012/2017 e tabelas de anexo 4, 5, 6 e 7.

“***Art. 9º*** *- Acrescenta o § 4º no Art.46 da Lei nº. 502/2011, acrescenta § 5º no Artigo 14 da Lei nº. 501/2011 e, acrescenta o § 6º do Artigo 16 da Lei nº. 500/2011, que passará a vigorar com a seguinte redação, permanecendo os demais artigos inalterados:*

Lei 502/2011;

Art. 46º ...

§ 4º - *Além do salário e das gratificações previstas neste ato, serão garantidas ao servidor uma gratificação no percentual de 2% (dois por cento) na tabela vertical a critério do gestor imediato, verificada a inexistência de advertências ao servidor, desde que previstas em dotação orçamentária, por merecimento, observados os critérios a seguir:*

I — Assiduidade;

II— Disciplina;

III — Capacidade de iniciativa;

IV— Produtividade;

V— Responsabilidade;

Lei 501/2011;

Art. 14º ...

§ 5º - *Além do salário e das gratificações previstas neste ato, serão garantidas ao servidor uma gratificação no percentual de 2%(dois por cento) na tabela vertical a critério do gestor imediato, verificada a inexistência de advertências ao servidor, desde que previstas em dotação orçamentária, por merecimento, observados os critérios a seguir:*

I — Assiduidade;

II— Disciplina;

III — Capacidade de iniciativa;

IV— Produtividade;

V— Responsabilidade;

Lei 500/2011;

Art. 16º ...

§ 6º - *Além do salário e das gratificações previstas neste ato, serão garantidas ao servidor uma gratificação no percentual de 2% (dois por cento) na tabela vertical a critério do gestor imediato, verificada a inexistência de advertências ao servidor, desde que previstas em dotação orçamentária, por merecimento, observados os critérios a seguir:*

I — Assiduidade;

II— Disciplina;

III — Capacidade de iniciativa;

IV— Produtividade;

V— Responsabilidade;"

Art. 29º *- Fica alterada a nomenclatura do cargo de provimento efetivo do quadro permanente de* ***AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA*** *para* ***FISCAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA****,inserido na lei 500/2011 eregido pela Lei 535/2012.*

Parágrafo Único. *Os servidores acima serão enquadrados no cargo de Agente fiscal de Vigilância Sanitária, respeitando a Classe e o nível que estiverem.*

Art. 7º *- Os servidores ocupantes de cargos de motorista, que atualmente estejam lotados na Secretaria Municipal de Educação, deverão ser enquadrados no Anexo I – Lei 502/2011, Grupo Técnico Administrativo Educacional, vinculados à Secretaria Municipal de Educação.*

Art. 8º - *Os servidores lotados nos cargos de Agente de Vigilância Sanitária deverão ser enquadrados automaticamente no cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária com remuneração específica, conforme estabelece o Anexo 20.*

ANEXO 4 – LEI 502/2011 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, VIGILANTE; SERVIÇOS GERAIS NÃO PROFISSIONALIZADOS						
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL		
CLASSES						
A	B	C	D			
1,0	1,1	1,3	1,5			
Ensino Fundamental	**Ensino Médio**	**Graduação**	**Pós**			
00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.100,00**	1.210,00	1.430,00	1.650,00
03 a 04 anos	II	0,06	1.166,00	1.282,60	1.515,80	1.749,00
04 a 05 anos	III	0,08	1.188,00	1.306,80	1.544,40	1.782,00
05 a 06 anos	IV	0,10	1.210,00	1.331,00	1.573,00	1.815,00
06 a 07 anos	V	0,12	1.232,00	1.355,20	1.601,60	1.848,00
07 a 08 anos	VI	0,14	1.254,00	1.379,40	1.630,20	1.881,00
08 a 09 anos	VII	0,16	1.276,00	1.403,60	1.658,80	1.914,00
09 a 10 anos	VIII	0,18	1.298,00	1.427,80	1.687,40	1.947,00
10 a 11 anos	IX	0,20	1.320,00	1.452,00	1.716,00	1.980,00
11 a 12 anos	X	0,22	1.342,00	1.476,20	1.744,60	2.013,00
12 a 13 anos	XI	0,24	1.364,00	1.500,40	1.773,20	2.046,00
13 a 14 anos	XII	0,26	1.386,00	1.524,60	1.801,80	2.079,00
14 a 15 anos	XIII	0,28	1.408,00	1.548,80	1.830,40	2.112,00
15 a 16 anos	XIV	0,30	1.430,00	1.573,00	1.859,00	2.145,00

16 a 17 anos	XV	0,32	1.452,00	1.597,20	1.887,60	2.178,00
17 a 18 anos	XVI	0,34	1.474,00	1.621,40	1.916,20	2.211,00
18 a 19 anos	XVIII	0,36	1.496,00	1.645,60	1.944,80	2.244,00
19 a 20 anos	XVIII	0,38	1.518,00	1.669,80	1.973,40	2.277,00
20 a 21 anos	XIX	0,40	1.540,00	1.694,00	2.002,00	2.310,00
21 a 22 anos	XX	0,42	1.562,00	1.718,20	2.030,60	2.343,00
22 a 23 anos	XXI	0,44	1.584,00	1.742,40	2.059,20	2.376,00
23 a 24 anos	XXII	0,46	1.606,00	1.766,60	2.087,80	2.409,00
24 a 25 anos	XXIII	0,48	1.628,00	1.790,80	2.116,40	2.442,00
25 a 26 anos	XXIV	0,50	1.650,00	1.815,00	2.145,00	2.475,00
26 a 27 anos	XXV	0,52	1.672,00	1.839,20	2.173,60	2.508,00
27 a 28 anos	XXVI	0,54	1.694,00	1.863,40	2.202,20	2.541,00
28 a 29 anos	XXVII	0,56	1.716,00	1.887,60	2.230,80	2.574,00
29 a 30 anos	XXVIII	0,58	1.738,00	1.911,80	2.259,40	2.607,00
30 a 31 anos	XXIX	0,60	1.760,00	1.936,00	2.288,00	2.640,00
31 a 32 anos	XXX	0,62	1.782,00	1.960,20	2.316,60	2.673,00
32 a 33 anos	XXXI	0,64	1.804,00	1.984,40	2.345,20	2.706,00
33 a 34 anos	XXXII	0,66	1.826,00	2.008,60	2.373,80	2.739,00
34 a 35 anos	XXXIII	0,68	1.848,00	2.032,80	2.402,40	2.772,00
35 a 36 anos	XXXIV	0,70	1.870,00	2.057,00	2.431,00	2.805,00

ANEXO 5 - LEI 502/2011 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, VIGILANTE E SERVIÇOS GERAIS – PROFISSIONALIZADOS						
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL		
CLASSES						
A	B	C	D			
1,0	1,1	1,3	1,5			
Ensino Fundamental	**Ensino Médio**	**Graduação**	**Pós**			
00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.210,00**	1.331,00	1.573,00	1.815,00
03 a 04 anos	II	0,06	1.282,60	1.410,86	1.667,38	1.923,90
04 a 05 anos	III	0,08	1.306,80	1.437,48	1.698,84	1.960,20
05 a 06 anos	IV	0,10	1.331,00	1.464,10	1.730,30	1.996,50
06 a 07 anos	V	0,12	1.355,20	1.490,72	1.761,76	2.032,80
07 a 08 anos	VI	0,14	1.379,40	1.517,34	1.793,22	2.069,10
08 a 09 anos	VII	0,16	1.403,60	1.543,96	1.824,68	2.105,40
09 a 10 anos	VIII	0,18	1.427,80	1.570,58	1.856,14	2.141,70
10 a 11 anos	IX	0,20	1.452,00	1.597,20	1.887,60	2.178,00
11 a 12 anos	X	0,22	1.476,20	1.623,82	1.919,06	2.214,30
12 a 13 anos	XI	0,24	1.500,40	1.650,44	1.950,52	2.250,60
13 a 14 anos	XII	0,26	1.524,60	1.677,06	1.981,98	2.286,90
14 a 15 anos	XIII	0,28	1.548,80	1.703,68	2.013,44	2.323,20
15 a 16 anos	XIV	0,30	1.573,00	1.730,30	2.044,90	2.359,50
16 a 17 anos	XV	0,32	1.597,20	1.756,92	2.076,36	2.395,80
17 a 18 anos	XVI	0,34	1.621,40	1.783,54	2.107,82	2.432,10
18 a 19 anos	XVIII	0,36	1.645,60	1.810,16	2.139,28	2.468,40
19 a 20 anos	XVIII	0,38	1.669,80	1.836,78	2.170,74	2.504,70

20 a 21 anos	XIX	0,40	1.694,00	1.863,40	2.202,20	2.541,00
21 a 22 anos	XX	0,42	1.718,20	1.890,02	2.233,66	2.577,30
22 a 23 anos	XXI	0,44	1.742,40	1.916,64	2.265,12	2.613,60
23 a 24 anos	XXII	0,46	1.766,60	1.943,26	2.296,58	2.649,90
24 a 25 anos	XXIII	0,48	1.790,80	1.969,88	2.328,04	2.686,20
25 a 26 anos	XXIV	0,50	1.815,00	1.996,50	2.359,50	2.722,50
26 a 27 anos	XXV	0,52	1.839,20	2.023,12	2.390,96	2.758,80
27 a 28 anos	XXVI	0,54	1.863,40	2.049,74	2.422,42	2.795,10
28 a 29 anos	XXVII	0,56	1.887,60	2.076,36	2.453,88	2.831,40
29 a 30 anos	XXVIII	0,58	1.911,80	2.102,98	2.485,34	2.867,70
30 a 31 anos	XXIX	0,60	1.936,00	2.129,60	2.516,80	2.904,00
31 a 32 anos	XXX	0,62	1.960,20	2.156,22	2.548,26	2.940,30
32 a 33 anos	XXXI	0,64	1.984,40	2.182,84	2.579,72	2.976,60
33 a 34 anos	XXXII	0,66	2.008,60	2.209,46	2.611,18	3.012,90
34 a 35 anos	XXXIII	0,68	2.032,80	2.236,08	2.642,64	3.049,20
35 a 36 anos	XXXIV	0,70	2.057,00	2.262,70	2.674,10	3.085,50

ANEXO 6 - LEI 502/2011 – AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, SECRETÁRIA, TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO						
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL		
CLASSES						
A	B	C	D			
1,0	1,3	1,5	1,7			
Ensino Médio	**Graduação**	**Pós**	**Mestrado**			
00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.500,00**	1.950,00	2.250,00	2.550,00
03 a 04 anos	II	0,06	1.590,00	2.067,00	2.385,00	2.703,00
04 a 05 anos	III	0,08	1.620,00	2.106,00	2.430,00	2.754,00
05 a 06 anos	IV	0,10	1.650,00	2.145,00	2.475,00	2.805,00
06 a 07 anos	V	0,12	1.680,00	2.184,00	2.520,00	2.856,00
07 a 08 anos	VI	0,14	1.710,00	2.223,00	2.565,00	2.907,00
08 a 09 anos	VII	0,16	1.740,00	2.262,00	2.610,00	2.958,00
09 a 10 anos	VIII	0,18	1.770,00	2.301,00	2.655,00	3.009,00
10 a 11 anos	IX	0,20	1.800,00	2.340,00	2.700,00	3.060,00
11 a 12 anos	X	0,22	1.830,00	2.379,00	2.745,00	3.111,00
12 a 13 anos	XI	0,24	1.860,00	2.418,00	2.790,00	3.162,00
13 a 14 anos	XII	0,26	1.890,00	2.457,00	2.835,00	3.213,00
14 a 15 anos	XIII	0,28	1.920,00	2.496,00	2.880,00	3.264,00
15 a 16 anos	XIV	0,30	1.950,00	2.535,00	2.925,00	3.315,00
16 a 17 anos	XV	0,32	1.980,00	2.574,00	2.970,00	3.366,00
17 a 18 anos	XVI	0,34	2.010,00	2.613,00	3.015,00	3.417,00
18 a 19 anos	XVIII	0,36	2.040,00	2.652,00	3.060,00	3.468,00
19 a 20 anos	XVIII	0,38	2.070,00	2.691,00	3.105,00	3.519,00
20 a 21 anos	XIX	0,40	2.100,00	2.730,00	3.150,00	3.570,00
21 a 22 anos	XX	0,42	2.130,00	2.769,00	3.195,00	3.621,00
22 a 23 anos	XXI	0,44	2.160,00	2.808,00	3.240,00	3.672,00

23 a 24 anos	XXII	0,46	2.190,00	2.847,00	3.285,00	3.723,00
24 a 25 anos	XXIII	0,48	2.220,00	2.886,00	3.330,00	3.774,00
25 a 26 anos	XXIV	0,50	2.250,00	2.925,00	3.375,00	3.825,00
26 a 27 anos	XXV	0,52	2.280,00	2.964,00	3.420,00	3.876,00
27 a 28 anos	XXVI	0,54	2.310,00	3.003,00	3.465,00	3.927,00
28 a 29 anos	XXVII	0,56	2.340,00	3.042,00	3.510,00	3.978,00
29 a 30 anos	XXVIII	0,58	2.370,00	3.081,00	3.555,00	4.029,00
30 a 31 anos	XXIX	0,60	2.400,00	3.120,00	3.600,00	4.080,00
31 a 32 anos	XXX	0,62	2.430,00	3.159,00	3.645,00	4.131,00
32 a 33 anos	XXXI	0,64	2.460,00	3.198,00	3.690,00	4.182,00
33 a 34 anos	XXXII	0,66	2.490,00	3.237,00	3.735,00	4.233,00
34 a 35 anos	XXXIII	0,68	2.520,00	3.276,00	3.780,00	4.284,00
35 a 36 anos	XXXIV	0,70	2.550,00	3.315,00	3.825,00	4.335,00

RAZÕES DOS VETOS:

"O art. 9º do Projeto 011/2017 cria despesas não prevista no Projeto original, uma vez que tal criação de despezas deve ser de exclusividade do Poder Executivo procedida de impacto financeiro. Não cabe ao Poder Legisltativo fazer esse tipo de emenda sob pena de estar interferindo na ceara do Executivo. Sendo assim, vale mencionar que a Lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo pode ser objeto de emenda parlamentar, desde que os dispositivos introduzidos no texto da lei não estejam destituídos de pertinência temática com o projeto original nem acarretem aumento de despesa (CF, artigo. 63,I – interpretação).

No art. 29 do Projeto 011/2017 foi posto como Emenda a alteração do nome de Agente de Vigilância Sanitária para Fiscal de Vigilancia Sanitária, insta consignar que conforme acima posto, invade competencia do Poder Executivo, contando ainda com o fato de ser areas distintas com vencimentos padrões iniciais diferentes, implicando, tambem, em impacto financeiro não previsto no texto original.

Relativo a emenda consignada no Art. 7º do Projeto 012/2017, enquadramento, não foi do interesse do Poder Executivo em enquadrar tais servidores uma vez que estara violando a regra da boa administração pública, pois se há uma criação de cargos e vagas específica para um determinado setor da Administração pública, e, coroborando com o interesse da Administração, deverá tais vagas serem preenchidas por servidores providos por concurso público específico para aquela area.

O veto art. 8º do Projeto 012/2017 fundamenta na decorrencia lógica no veto do art. 29 do Projeto 011/2017, acima descrito.

As tabelas de anexo 4, 5, 6, e 7, não se identificam com as tabelas da redação original, uma vez que comprometem na questão dos vencimentos básicos, criando diferença no vencimento padrão inicial do não profissionalizado para o profissionalizado sem demostrativo de impacto, bem como é sabido, que não pode o Legislativo fazer tal alteração por ser inconstitucional. Por outro lado, tambem, houve mudanças para fazer inserir dentro da tabela do Agente Administrativo o cargo de Secretaria, sendo que os vencimentos basicos são completamente diferentes, fazendo, em tese, uma forma de igualar os salários de cargos distintos, fato inaceitavel.

A criação, a transformação a fixação de novos subsidios dos cargos no ambito de Prefeitura Municipal, autarquia e fundações públicas necessitam de lei, cabendo sua iniciativa, com exclusividade, ao Prefeito. Tal exclusividade de iniciativa não impede a apresentação de emendas por parte dos Vereadores. Essa faculdade, no entanto, não é absoluta, dado que a emenda **não pode aumentar a despesa prevista no projeto originário do Executivo**.

Neste sentido a remuneração de servidores públicos é de iniciativa privada do chefe do Poder Executivo, sendo manifestamente inconstitucional o aumento de despesas decorrente de Lei ou Emenda a Lei emanada pelo Poder Legislativo Municipal. Esse foi o entendimento unânime do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que acolheu a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 18531/2011. No caso em tela, se fosse aceito tais emendas, haveria um vício formal de iniciativa e vício de natureza material.

Não se olvida ser lícito ao Poder Legislativo, no exercício de sua função primordial, apresentar emendas aos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Executivo, desde que não acarretem aumento de despesas.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Poder Legislativo Municipal.

Colniza/MT, 17 de abril de 2017.

Respeitosamente,

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2017

Procedimento nº 18.043/2017 A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 062/GP/2017 de 02/01/2017 torna público para conhecimento de todos os interessados, que com amparo no art. 24 Inc. X, da Lei 8.666/93, realiza o processo de Dispensa de licitação nº. 009/2017 do procedimento n° 18.043/2017, cujo objeto é a Locação de um

imóvel destinado ao Centro de Reabilitação Descentralizado de Colniza - CRIDAC, para atender as finalidades precípuas da população a que se destina, de acordo com as necessidades desta Municipalidade. Colniza/MT, 17 de Abril de 2017. Vânia Orben Presidente da Comissão Permanente de Licitação

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2017

Procedimento nº 17.871/2017 A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de informática, tonner, cartuchos e outros materiais de consumo e permanente (computadores, impressoras, fitas de impressoras, bobinas relógio de ponto e outros). Conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, 142/2015 subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 08 de Maio de 2017 08h00min (oito) horas. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário de 7h30min até 12h30min ou via site www.colniza.mt.gov.br. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação via e-mail: licitação@colniza.org a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (066) 3571- 1000. Colniza- MT, 17 de Abril de 2017. Antonio Apolinário Pregoeiro Oficial

CONTRATOS
LEI Nº. 685 DE 17 DE ABRIL 2017

LEI Nº. 685 DE 17 DE ABRIL 2017

"FIXA NOVO VENCIMENTO INICIAL PADRÃO PARA OS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO REGIDOS PELAS LEIS Nº 500/2011, 501/2011 E 502/2011 QUE INSTITUÍRAM OS NOVOS PLANOS DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com o amparo do Inciso III do artigo 80 da Lei Orgânica deste Município de Colniza/MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterado o Padrão de Vencimento Inicial constante na Lei 500/2011, Anexo II – cargos de provimento efetivo do quadro permanente, passando a vigorar da seguinte forma:

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.000,00	*Auxiliar de Serviços Gerais*	*40 HS*	*60*
R$ 1.000,00	*Vigilante*	*40 HS*	*38*
R$ 1.200,00	*Pedreiro*	*40 HS*	*09*
R$ 1.100,00	*Carpinteiro*	*40 HS*	*04*
R$ 1.100,00	*Eletricista de Energia Elétrica*	*40 HS*	*02*
R$ 1.000,00	*Pintor*	*40 HS*	*02*
R$ 1.000,00	*Serralheiro*	*40 HS*	*01*
R$ 1.000,00	*Encanador*	*40 HS*	*04*
R$ 1.000,00	*Jardineiro*	*40 HS*	*01*
R$ 1.000,00	*Leiturista*	*40 HS*	*04*
R$ 1.000,00	*Gari*	*40 HS*	*15*
R$ 1.000,00	*Viveirista*	*40 HS*	*02*
R$ 1.000,00	*Coveiro*	*40 HS*	*02*
R$ 1.100,00	*Secretária*	*40 HS*	*04*
R$ 1.100,00	*Telefonista*	*40 HS*	*02*
R$ 1.100,00	*Recepcionista*	*40 HS*	*05*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: MECÂNICA E TRANSPORTES			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 2.300,00	*Mecânico de Veículos e Máquinas Pesadas*	*40 HS*	*02*
R$ 2.300,00	*Operador de Trator de Esteira*	*40 HS*	*02*
R$ 2.300,00	*Operador de Motoniveladora*	*40 HS*	*08*
R$ 2.300,00	*Operador de Escavadeira Hidráulica*	*40 HS*	*02*
R$ 2.300,00	*Motorista de Veículo Pesado*	*40 HS*	*20*
R$ 2.300,00	*Operador de Pá Carregadeira*	*40 HS*	*03*
R$ 1.500,00	*Motorista de Veículo Leve*	*40 HS*	*12*
R$ 1.500,00	*Operador de Trator de Pneu*	*40 HS*	*03*
R$ 1.200,00	*Operador de ETA/DAÍ*	*40 HS*	*05*
R$ 1.800,00	*Mecânico*	*40 HS*	*03*
R$ 1.500,00	*Mestre de Obras*	*40 HS*	*01*
R$ 1.500,00	*Soldador*	*40 HS*	*01*
R$ 1.500,00	*Borracheiro*	*40 HS*	*01*

R$ 1.500,00	*Auxiliar de Mecânico*	*40 HS*	*01*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: APOIO AO ESPORTE, CULTURA			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.100,00	*Instrutor Desportivo*	*40 HS*	*05*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL TÉCNICO			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.500,00	*Topógrafo*	*40 HS*	*02*
R$ 1.500,00	*Técnico Agrícola*	*40 HS*	*03*
R$ 1.500,00	*Técnico Agropecuário*	*40 HS*	*03*
R$ 1.500,00	*Técnico em Segurança do Trabalho*	*40 HS*	*01*
R$ 1.500,00	*Agente Administrativo*	*40 HS*	*25*
R$ 1.500,00	*Técnico em Contabilidade*	*40 HS*	*05*
R$ 1.500,00	*Técnico em informática*	*40 HS*	*03*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.700,00	*Fiscal de Obras*	*40 HS*	*04*
R$ 1.700,00	*Fiscal de Meio Ambiente*	*40 HS*	*05*
R$ 1.700,00	*Agente Fiscal Municipal*	*40 HS*	*18*
R$ 1.700,00	*Agente de Inspeção*	*40 HS*	*02*
R$ 1.700,00	*Fiscal de Consumo de Água*	*40 HS*	*03*
R$ 1.700,00	*Fiscal de Frotas*	*40 HS*	*03*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 5.000,00	*Advogado*	*20 HS*	*03*
R$ 5.000,00	*Auditor de Tributos Municipais*	*20 HS*	*01*
R$ 3.500,00	*Assistente Social*	*30 HS*	*02*
R$ 4.200,00	*Arquiteto*	*40 HS*	*02*
R$ 4.200,00	*Engenheiro Agrônomo*	*40 HS*	*02*
R$ 4.200,00	*Engenheiro Civil*	*40 HS*	*02*
R$ 3.500,00	*Psicólogo*	*30 HS*	*02*
R$ 4.500,00	*Bacharel em Ciências Contábeis*	*40 HS*	*02*
R$ 4.500,00	*Bacharel em Administração*	*40 HS*	*01*
R$ 4.200,00	*Médico Veterinário*	*40 HS*	*01*
R$ 4.200,00	*Zootecnista*	*40 HS*	*01*
R$ 4.200,00	*Engenheiro Ambiental*	*40 HS*	*01*
R$ 3.500,00	*Bacharel em Ciências Econômicas*	*40 HS*	*01*
R$ 2.600,00	*Tecnólogo em Administração*	*40 HS*	*03*
R$ 2.600,00	*Tecnólogo em Gestão Pública*	*40 HS*	*05*
R$ 7.800,00	*Auditor Público Interno*	*40 HS*	*02*
R$ 3.900,00	*Técnico de Controle Interno*	*40 HS*	*02*

Art. 2º - Segue os anexos 1 (um) aos 40 (quarenta) da Lei 500/2011 atualizados conforme os valores ora fixados como vencimento inicial da carreira.

Art. 3º - Fica alterado o Padrão de Vencimento Inicial constante na Lei 501/2011, Anexo I – cargos de provimento efetivo do quadro permanente, passando a vigorar da seguinte forma:

ANEXO I – LEI 501/2011 *DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA*			
CARGO: AGENTE DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.300,00	*Agente Comunitário de Saúde*	*40 HS*	*90*
R$ 1.300,00	*Agente de Vigilância Sanitária*	*40 HS*	*10*
R$ 1.300,00	*Agente de Vigilância Epidemiológica*	*40 HS*	*04*
R$ 1.300,00	*Agente de Combate a Endemias*	*40 HS*	*35*
R$ 1.300,00	*Microscopista*	*40 HS*	*05*
R$ 1.300,00	*Agente de Saúde*	*40 HS*	*07*
ANEXO I – LEI 501/2011			

DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
CARGO: AGENTE OPERACIONAL DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	***TÍTULO DO CARGO***	***CARGA HORÁRIA SEMANAL***	***Nº. DE VAGAS***
R$ 1.500,00	***Motorista Veículo Leve***	***40 HS***	***08***
R$ 1.000,00	***Auxiliar de Serviços Gerais***	***40 HS***	***40***
R$ 1.000,00	***Cozinheira***	***40 HS***	***05***
R$ 1.000,00	***Vigilante***	***40 HS***	***10***
ANEXO I – LEI 501/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
CARGO: ASSISTENTE DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	***TÍTULO DO CARGO***	***CARGA HORÁRIA SEMANAL***	***Nº. DE VAGAS***
R$ 1.500,00	***Agente Administrativo***	***40 HS***	***06***
R$ 1.200,00	***Auxiliar de Enfermagem***	***40 HS***	***15***
R$ 1.000,00	***Auxiliar Consultório Odontológico***	***40 HS***	***03***
R$ 1.100,00	***Auxiliar de Farmácia***	***40 HS***	***03***
R$ 1.100,00	***Auxiliar de laboratório***	***40 HS***	***01***
R$ 1.100,00	***Recepcionista***	***40 HS***	***10***
ANEXO I – LEI 501/2011 ***DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA***			
CARGO: ESPECIALISTA DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	***TÍTULO DO CARGO***	***CARGA HORÁRIA SEMANAL***	***Nº. DE VAGAS***
R$ 4.200,00	***Odontólogo***	***40 HS***	***01***
R$ 2.100,00	***Odontólogo***	***20 HS***	***01***
R$ 3.500,00	***Assistente Social***	***30 HS***	***01***
R$ 3.500,00	***Enfermeiro***	***40 HS***	***10***
R$ 4.200,00	***Engenheiro Sanitarista***	***40 HS***	***01***
R$ 4.200,00	***Farmacêutico/Bioquímico***	***40 HS***	***03***
R$ 2.100,00	***Farmacêutico/Bioquímico***	***20 HS***	***02***
R$ 4.200,00	***Fisioterapeuta***	***40 HS***	***02***
R$ 2.100,00	***Fisioterapeuta***	***20 HS***	***01***
R$ 4.200,00	***Fonoaudiólogo***	***40 HS***	***01***
R$ 2.100,00	***Fonoaudiólogo***	***20 HS***	***01***
R$ 3.500,00	***Nutricionista***	***30 HS***	***01***
R$ 3.500,00	***Psicólogo***	***30 HS***	***01 + 01***
R$ 3.500,00	***Biólogo***	***40 HS***	***01***
ANEXO I – LEI 501/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOSDE CARREIRA			
CARGO: MÉDICO			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	***TÍTULO DO CARGO***	***CARGA HORÁRIA SEMANAL***	***Nº. DE VAGAS***
R$ 12.500,00	***Médico de PSF – Clinico Geral***	***20 HS***	***06***
R$ 12.500,00	***Médico Clinico Geral***	***20 HS***	***02***
R$ 12.500,00	***Médico Pediatra***	***20HS***	***01***
R$ 12.500,00	***Médico Ginecologista***	***20 HS***	***01***
R$ 12.500,00	***Médico Ortopedista***	***20HS***	***01***
R$ 12.500,00	***Médico Dermatologista***	***20 HS***	***01***
R$ 12.500,00	***Médico Cardiologista***	***20HS***	***01***
R$ 12.500,00	***Médico Pneumologista***	***20HS***	***01***
R$ 12.500,00	***Médico Neurologista***	***20 HS***	***01***
R$ 12.500,00	***Médico Otorrinolaringologista***	***20 HS***	***01***
R$ 12.500,00	***Médico Oftalmologista***	***20 HS***	***01***
R$ 12.500,00	***Médico Gastroenterologista***	***20 HS***	***01***
R$ 12.500,00	***Médico Cirurgião***	***20HS***	***04***
ANEXO I – LEI 501/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
CARGO: TÉCNICO DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	***TÍTULO DO CARGO***	***CARGA HORÁRIA SEMANAL***	***Nº. DE VAGAS***
R$1.800,00	***Técnico em Enfermagem***	***40 HS***	***37***
R$ 1.800,00	***Técnico em Gesso***	***40 HS***	***01***
R$ 2.000,00	***Técnico em Raio X***	***24 HS***	***04***
R$1.500,00	***Técnico em Laboratório Bioquímico***	***20 HS***	***02***
R$1.800,00	***Técnico em Segurança do Trabalho***	***40 HS***	***01***
R$1.500,00	***Técnico em Higiene Bucal***	***40 HS***	***05***

Art. 4º - Segue os anexos 1 (um) aos 34 (trinta e quatro) da Lei 501/2011 atualizados conforme os valores ora fixados como vencimento inicial da carreira.

Art. 5º - Fica alterado o Padrão de Vencimento Inicial constante na Lei 502/2011, Anexo II – cargos de provimento efetivo do quadro permanente, passando a vigorar da seguinte forma:

ANEXO I – LEI 502/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO			
GRUPO: PROFESSOR			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	***TÍTULO DO CARGO***	***CARGA HORÁRIA SEMANAL***	***Nº. DE VAGAS***
R$ 1.724,10	***Professor Nível Médio - Magistério***	***30 HS***	***60***

(VETADO)			
R$ 3.448,20	*Professor Nível Superior*	*30 HS*	*213*
ANEXO I – LEI 502/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO			
GRUPO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.500,00	*Agente Administrativo*	*40 HS*	*39*
R$ 1.100,00	*Secretária*	*40 HS*	*03*
R$ 1.100,00	*Técnico de desenvolvimento Infantil*	*40 HS*	*85*
R$ 1.100,00	*Monitor de Creche*	*40 HS*	*11*
R$ 2.300,00	*Motorista de Veículo Pesado*	*40 HS*	*20*
ANEXO I – LEI 502/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO			
GRUPO OCUPACIONAL: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL			
VENCIMENTO PADRÃO INICIAL	**TÍTULO DO CARGO**	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	**Nº DE VAGAS**
R$ 1.100,00	**Recepcionista**	**40 HS**	**02**
R$ 1.100,00	**Vigilante**	**40 HS**	**45**
R$ 1.100,00	**Serviços gerais**	**40 HS**	**60**
R$ 1.100,00	**Apoio administrativo educacional**	**40 HS**	**46**

Art. 6º - (VETADO).

Art. 7º - (VETADO).

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e; Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, em 17 de abril de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

ANEXO CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II

Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Colniza/MT

ANEXO 1 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.000,00**1.100,001.200,001.300,00

03 a 04 anosII0,061.060,001.166,001.272,001.378,0004 a 05 anosIII0,081.080,001.188,001.296,001.404,0005 a 06 anosIV0,101.100,001.210,001.320,001.430,0006 a 07 anosV0,121.120,001.232,001.344,001.456,0007 a 08 anosVI0,141.140,001.254,001.368,001.482,0008 a 09 anosVII0,161.160,001.276,001.392,001.508,0009 a 10 anosVIII0,181.180,001.298,001.416,001.534,0010 a 11 anosIX0,201.200,001.320,001.440,001.560,0011 a 12 anosX0,221.220,001.342,001.464,001.586,0012 a 13 anosXI0,241.240,001.364,001.488,001.612,0013 a 14 anosXII0,261.260,001.386,001.512,001.638,0014 a 15 anosXIII0,281.280,001.408,001.536,001.664,0015 a 16 anosXIV0,301.300,001.430,001.560,001.690,0016 a 17 anosXV0,321.320,001.452,001.584,001.716,0017 a 18 anosXVI0,341.340,001.474,001.608,001.742,0018 a 19 anosXVIII0,361.360,001.496,001.632,001.768,0019 a 20 anosXVIII0,381.380,001.518,001.656,001.794,0020 a 21 anosXIX0,401.400,001.540,001.680,001.820,0021 a 22 anosXX0,421.420,001.562,001.704,001.846,0022 a 23 anosXXI0,441.440,001.584,001.728,001.872,0023 a 24 anosXXII0,461.460,001.606,001.752,001.898,0024 a 25 anosXXIII0,481.480,001.628,001.776,001.924,0025 a 26 anosXXIV0,501.500,001.650,001.800,001.950,0026 a 27 anosXXV0,521.520,001.672,001.824,001.976,0027 a 28 anosXXVI0,541.540,001.694,001.848,002.002,0028 a 29 anosXXVII0,561.560,001.716,001.872,002.028,0029 a 30 anosXXVIII0,581.580,001.738,001.896,002.054,0030 a 31 anosXXIX0,601.600,001.760,001.920,002.080,0031 a 32 anosXXX0,621.620,001.782,001.944,002.106,0032 a 33 anosXXXI0,641.640,001.804,001.968,002.132,0033 a 34 anosXXXII0,661.660,001.826,001.992,002.158,0034 a 35 anosXXXIII0,681.680,001.848,002.016,002.184,0035 a 36 anosXXXIV0,701.700,001.870,002.040,002.210,00

ANEXO 2 -CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
VIGILANTE				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.000,00**1.100,001.200,001.300,00

03 a 04 anosII0,061.060,001.166,001.272,001.378,0004 a 05 anosIII0,081.080,001.188,001.296,001.404,0005 a 06 anosIV0,101.100,001.210,001.320,001.430,0006 a 07 anosV0,121.120,001.232,001.344,001.456,0007 a 08 anosVI0,141.140,001.254,001.368,001.482,0008 a 09 anosVII0,161.160,001.276,001.392,001.508,0009 a 10 anosVIII0,181.180,001.298,001.416,001.534,0010 a 11 anosIX0,201.200,001.320,001.440,001.560,0011 a

12 anosX0,221.220,001.342,001.464,001.586,0012 a 13 anosXI0,241.240,001.364,001.488,001.612,0013 a 14 anosXII0,261.260,001.386,001.512,001.638,0014 a 15 anosXIII0,281.280,001.408,001.536,001.664,0015 a 16 anosXIV0,301.300,001.430,001.560,001.690,0016 a 17 anosXV0,321.320,001.452,001.584,001.716,0017 a 18 anosXVI0,341.340,001.474,001.608,001.742,0018 a 19 anosXVIII0,361.360,001.496,001.632,001.768,0019 a 20 anosXVIII0,381.380,001.518,001.656,001.794,0020 a 21 anosXIX0,401.400,001.540,001.680,001.820,0021 a 22 anosXX0,421.420,001.562,001.704,001.846,0022 a 23 anosXXI0,441.440,001.584,001.728,001.872,0023 a 24 anosXXII0,461.460,001.606,001.752,001.898,0024 a 25 anosXXII-I0,481.480,001.628,001.776,001.924,0025 a 26 anosXXIV0,501.500,001.650,001.800,001.950,0026 a 27 anosXXV0,521.520,001.672,001.824,001.976,0027 a 28 anosXXVI0,541.540,001.694,001.848,002.002,0028 a 29 anosXXVII0,561.560,001.716,001.872,002.028,0029 a 30 anosXXVIII0,581.580,001.738,001.896,002.054,0030 a 31 anosXXIX0,601.600,001.760,001.920,002.080,0031 a 32 anosXXX0,621.620,001.782,001.944,002.106,0032 a 33 anosXXXI0,641.640,001.804,001.968,002.132,0033 a 34 anosXXXII0,661.660,001.826,001.992,002.158,0034 a 35 anosXXXIII0,681.680,001.848,002.016,002.184,0035 a 36 anosXXXIV0,701.700,001.870,002.040,002.210,00**ANEXO 3 - PEDREIRO - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II**

PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.200,00**1.320,001.440,001.560,00

03 a 04 anosII0,06**1.272,001.399,201.526,401.653,60**04 a 05 anosIII0,081.296,001.425,601.555,201.684,8005 a 06 anosIV0,101.320,001.452,001.584,001.716,0006 a 07 anosV0,121.344,001.478,401.612,801.747,2007 a 08 anosVI0,14**1.368,001.504,801.641,601.778,40**08 a 09 anosVII0,161.392,001.531,201.670,401.809,6009 a 10 anosVIII0,18**1.416,001.557,601.699,201.840,80**10 a 11 anosIX0,201.440,001.584,001.728,001.872,0011 a 12 anosX0,221.464,001.610,401.756,801.903,2012 a 13 anosXI0,241.488,001.636,801.785,601.934,4013 a 14 anosXII0,261.512,001.663,201.814,401.965,6014 a 15 anosXIII0,281.536,001.689,601.843,201.996,8015 a 16 anosXIV0,301.560,001.716,001.872,002.028,0016 a 17 anosXV0,321.584,001.742,401.900,802.059,2017 a 18 anosXVI0,341.608,001.768,801.929,602.090,4018 a 19 anosXVIII0,361.632,001.795,201.958,402.121,6019 a 20 anosXVIII0,381.656,001.821,601.987,202.152,8020 a 21 anosXIX0,401.680,001.848,002.016,002.184,0021 a 22 anosXX0,421.704,001.874,402.044,802.215,2022 a 23 anosXXI0,441.728,001.900,802.073,602.246,4023 a 24 anosXXII0,461.752,001.927,202.102,402.277,6024 a 25 anosXXII-I0,481.776,001.953,602.131,202.308,8025 a 26 anosXXIV0,501.800,001.980,002.160,002.340,0026 a 27 anosXXV0,521.824,002.006,402.188,802.371,2027 a 28 anosXXVI0,54**1.848,002.032,802.217,602.402,40**28 a 29 anosXXVII0,561.872,002.059,202.246,402.433,6029 a 30 anosXXVIII0,581.896,002.085,602.275,202.464,8030 a 31 anosXXIX0,601.920,002.112,002.304,002.496,0031 a 32 anosXXX0,621.944,002.138,402.332,802.527,2032 a 33 anosXXXI0,641.968,002.164,802.361,602.558,4033 a 34 anosXXXII0,661.992,002.191,202.390,402.589,6034 a 35 anosXXXIII0,682.016,002.217,602.419,202.620,8035 a 36 anosXXXIV0,70**2.040,002.244,002.448,002.652,00**

ANEXO 4 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
CARPINTEIRO; ELETRICISTA DE ENERGIA ELÉTRICA				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.100,00**1.210,001.320,001.430,00

03 a 04 anosII0,06**1.166,001.282,601.399,201.515,80**04 a 05 anosIII0,081.188,001.306,801.425,601.544,4005 a 06 anosIV0,101.210,001.331,001.452,001.573,0006 a 07 anosV0,121.232,001.355,201.478,401.601,6007 a 08 anosVI0,14**1.254,001.379,401.504,801.630,20**08 a 09 anosVII0,161.276,001.403,601.531,201.658,8009 a 10 anosVIII0,18**1.298,001.427,801.557,601.687,40**10 a 11 anosIX0,201.320,001.452,001.584,001.716,0011 a 12 anosX0,221.342,001.476,201.610,401.744,6012 a 13 anosXI0,241.364,001.500,401.636,801.773,2013 a 14 anosXII0,261.386,001.524,601.663,201.801,8014 a 15 anosXIII0,281.408,001.548,801.689,601.830,4015 a 16 anosXIV0,301.430,001.573,001.716,001.859,0016 a 17 anosXV0,321.452,001.597,201.742,401.887,6017 a 18 anosXVI0,341.474,001.621,401.768,801.916,2018 a 19 anosXVIII0,361.496,001.645,601.795,201.944,8019 a 20 anosXVIII0,381.518,001.669,801.821,601.973,4020 a 21 anosXIX0,401.540,001.694,001.848,002.002,0021 a 22 anosXX0,421.562,001.718,201.874,402.030,6022 a 23 anosXXI0,441.584,001.742,401.900,802.059,2023 a 24 anosXXII0,461.606,001.766,601.927,202.087,8024 a 25 anosXXII-I0,481.628,001.790,801.953,602.116,4025 a 26 anosXXIV0,501.650,001.815,001.980,002.145,0026 a 27 anosXXV0,521.672,001.839,202.006,402.173,6027 a 28 anosXXVI0,54**1.694,001.863,402.032,802.202,20**28 a 29 anosXXVII0,561.716,001.887,602.059,202.230,8029 a 30 anosXXVIII0,581.738,001.911,802.085,602.259,4030 a 31 anosXXIX0,601.760,001.936,002.112,002.288,0031 a 32 anosXXX0,621.782,001.960,202.138,402.316,6032 a 33 anosXXXI0,641.804,001.984,402.164,802.345,2033 a 34 anosXXXII0,661.826,002.008,602.191,202.373,8034 a 35 anosXXXIII0,681.848,002.032,802.217,602.402,4035 a 36 anosXXXIV0,70**1.870,002.057,002.244,002.431,00**

ANEXO 5 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
PINTOR; SERRALHEIRO; JARDINEIRO				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.000,00**1.100,001.200,001.300,00

03 a 04 anosII0,06**1.060,001.166,001.272,001.378,00**04 a 05 anosIII0,081.080,001.188,001.296,001.404,0005 a 06 anosIV0,101.100,001.210,001.320,001.430,0006 a 07 anosV0,121.120,001.232,001.344,001.456,0007 a 08 anosVI0,14**1.140,001.254,001.368,001.482,00**08 a 09 anosVII0,161.160,001.276,001.392,001.508,0009 a 10 anosVIII0,18**1.180,001.298,001.416,001.534,00**10 a 11 anosIX0,201.200,001.320,001.440,001.560,0011 a 12 anosX0,221.220,001.342,001.464,001.586,0012 a 13 anosXI0,241.240,001.364,001.488,001.612,0013 a 14 anosXII0,261.260,001.386,001.512,001.638,0014 a 15 anosXIII0,281.280,001.408,001.536,001.664,0015 a 16 anosXIV0,301.300,001.430,001.560,001.690,0016 a 17 anosXV0,321.320,001.452,001.584,001.716,0017 a 18 anosXVI0,341.340,001.474,001.608,001.742,0018 a 19 anosXVIII0,361.360,001.496,001.632,001.768,0019 a 20 anosXVIII0,381.380,001.518,001.656,001.794,0020 a 21 anosXIX0,401.400,001.540,001.680,001.820,0021 a 22 anosXX0,421.420,001.562,001.704,001.846,0022 a 23 anosXXI0,441.440,001.584,001.728,001.872,0023 a 24 anosXXII0,461.460,001.606,001.752,001.898,0024 a 25 anosXXII-I0,481.480,001.628,001.776,001.924,0025 a 26 anosXXIV0,501.500,001.650,001.800,001.950,0026 a 27 anosXXV0,521.520,001.672,001.824,001.976,0027 a 28 anosXXVI0,54**1.540,001.694,001.848,002.002,00**28 a 29 anosXXVII0,561.560,001.716,001.872,002.028,0029 a 30 anosXXVIII0,581.580,001.738,001.896,002.054,0030 a 31 anosXXIX0,601.600,001.760,001.920,002.080,0031 a 32 anosXXX0,621.620,001.782,001.944,002.106,0032

a 33 anosXXXI0,641.640,001.804,001.968,002.132,0033 a 34 anosXXXII0,661.660,001.826,001.992,002.158,0034 a 35 anosXXXIII0,681.680,001.848,002.016,002.184,0035 a 36 anosXXXIV0,70**1.700,001.870,002.040,002.210,00ANEXO 6 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II**				
ENCANADOR				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.000,00**1.100,001.200,001.300,00

03 a 04 anosII0,06**1.060,001.166,001.272,001.378,00**04 a 05 anosIII0,081.080,001.188,001.296,001.404,0005 a 06 anosIV0,101.100,001.210,001.320,001.430,0006 a 07 anosV0,121.120,001.232,001.344,001.456,0007 a 08 anosVI0,14**1.140,001.254,001.368,001.482,00**08 a 09 anosVII0,161.160,001.276,001.392,001.508,0009 a 10 anosVIII0,18**1.180,001.298,001.416,001.534,00**10 a 11 anosIX0,201.200,001.320,001.440,001.560,0011 a 12 anosX0,221.220,001.342,001.464,001.586,0012 a 13 anosXI0,241.240,001.364,001.488,001.612,0013 a 14 anosXII0,261.260,001.386,001.512,001.638,0014 a 15 anosXIII0,281.280,001.408,001.536,001.664,0015 a 16 anosXIV0,301.300,001.430,001.560,001.690,0016 a 17 anosXV0,321.320,001.452,001.584,001.716,0017 a 18 anosXVI0,341.340,001.474,001.608,001.742,0018 a 19 anosXVIII0,361.360,001.496,001.632,001.768,0019 a 20 anosXVIII0,381.380,001.518,001.656,001.794,0020 a 21 anosXIX0,401.400,001.540,001.680,001.820,0021 a 22 anosXX0,421.420,001.562,001.704,001.846,0022 a 23 anosXXI0,441.440,001.584,001.728,001.872,0023 a 24 anosXXII0,461.460,001.606,001.752,001.898,0024 a 25 anosXXII-I0,481.480,001.628,001.776,001.924,0025 a 26 anosXXIV0,501.500,001.650,001.800,001.950,0026 a 27 anosXXV0,521.520,001.672,001.824,001.976,0027 a 28 anosXXVI0,54**1.540,001.694,001.848,002.002,00**28 a 29 anosXXVII0,561.560,001.716,001.872,002.028,0029 a 30 anosXXVIII0,581.580,001.738,001.896,002.054,0030 a 31 anosXXIX0,601.600,001.760,001.920,002.080,0031 a 32 anosXXX0,621.620,001.782,001.944,002.106,0032 a 33 anosXXXI0,641.640,001.804,001.968,002.132,0033 a 34 anosXXXII0,661.660,001.826,001.992,002.158,0034 a 35 anosXXXIII0,681.680,001.848,002.016,002.184,0035 a 36 anosXXXIV0,70**1.700,001.870,002.040,002.210,00ANEXO 7 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II**				
LEITURISTA; GARI; VIVEIRISTA; COVEIRO				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.000,00**1.100,001.200,001.300,00

03 a 04 anosII0,06**1.060,001.166,001.272,001.378,00**04 a 05 anosIII0,081.080,001.188,001.296,001.404,0005 a 06 anosIV0,101.100,001.210,001.320,001.430,0006 a 07 anosV0,121.120,001.232,001.344,001.456,0007 a 08 anosVI0,14**1.140,001.254,001.368,001.482,00**08 a 09 anosVII0,161.160,001.276,001.392,001.508,0009 a 10 anosVIII0,18**1.180,001.298,001.416,001.534,00**10 a 11 anosIX0,201.200,001.320,001.440,001.560,0011 a 12 anosX0,221.220,001.342,001.464,001.586,0012 a 13 anosXI0,241.240,001.364,001.488,001.612,0013 a 14 anosXII0,261.260,001.386,001.512,001.638,0014 a 15 anosXIII0,281.280,001.408,001.536,001.664,0015 a 16 anosXIV0,301.300,001.430,001.560,001.690,0016 a 17 anosXV0,321.320,001.452,001.584,001.716,0017 a 18 anosXVI0,341.340,001.474,001.608,001.742,0018 a 19 anosXVIII0,361.360,001.496,001.632,001.768,0019 a 20 anosXVIII0,381.380,001.518,001.656,001.794,0020 a 21 anosXIX0,401.400,001.540,001.680,001.820,0021 a 22 anosXX0,421.420,001.562,001.704,001.846,0022 a 23 anosXXI0,441.440,001.584,001.728,001.872,0023 a 24 anosXXII0,461.460,001.606,001.752,001.898,0024 a 25 anosXXII-I0,481.480,001.628,001.776,001.924,0025 a 26 anosXXIV0,501.500,001.650,001.800,001.950,0026 a 27 anosXXV0,521.520,001.672,001.824,001.976,0027 a 28 anosXXVI0,54**1.540,001.694,001.848,002.002,00**28 a 29 anosXXVII0,561.560,001.716,001.872,002.028,0029 a 30 anosXXVIII0,581.580,001.738,001.896,002.054,0030 a 31 anosXXIX0,601.600,001.760,001.920,002.080,0031 a 32 anosXXX0,621.620,001.782,001.944,002.106,0032 a 33 anosXXXI0,641.640,001.804,001.968,002.132,0033 a 34 anosXXXII0,661.660,001.826,001.992,002.158,0034 a 35 anosXXXIII0,681.680,001.848,002.016,002.184,0035 a 36 anosXXXIV0,70**1.700,001.870,002.040,002.210,00**

ANEXO 8 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
RECEPCIONISTA; SECRETARIA; TELEFONISTA				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.100,00**1.210,001.320,001.430,00

03 a 04 anosII0,06**1.166,001.282,601.399,201.515,80**04 a 05 anosIII0,081.188,001.306,801.425,601.544,4005 a 06 anosIV0,101.210,001.331,001.452,001.573,0006 a 07 anosV0,121.232,001.355,201.478,401.601,6007 a 08 anosVI0,14**1.254,001.379,401.504,801.630,20**08 a 09 anosVII0,161.276,001.403,601.531,201.658,8009 a 10 anosVIII0,18**1.298,001.427,801.557,601.687,40**10 a 11 anosIX0,201.320,001.452,001.584,001.716,0011 a 12 anosX0,221.342,001.476,201.610,401.744,6012 a 13 anosXI0,241.364,001.500,401.636,801.773,2013 a 14 anosXII0,261.386,001.524,601.663,201.801,8014 a 15 anosXIII0,281.408,001.548,801.689,601.830,4015 a 16 anosXIV0,301.430,001.573,001.716,001.859,0016 a 17 anosXV0,321.452,001.597,201.742,401.887,6017 a 18 anosXVI0,341.474,001.621,401.768,801.916,2018 a 19 anosXVIII0,361.496,001.645,601.795,201.944,8019 a 20 anosXVIII0,381.518,001.669,801.821,601.973,4020 a 21 anosXIX0,401.540,001.694,001.848,002.002,0021 a 22 anosXX0,421.562,001.718,201.874,402.030,6022 a 23 anosXXI0,441.584,001.742,401.900,802.059,2023 a 24 anosXXII0,461.606,001.766,601.927,202.087,8024 a 25 anosXXII-I0,481.628,001.790,801.953,602.116,4025 a 26 anosXXIV0,501.650,001.815,001.980,002.145,0026 a 27 anosXXV0,521.672,001.839,202.006,402.173,6027 a 28 anosXXVI0,54**1.694,001.863,402.032,802.202,20**28 a 29 anosXXVII0,561.716,001.887,602.059,202.230,8029 a 30 anosXXVIII0,581.738,001.911,802.085,602.259,4030 a 31 anosXXIX0,601.760,001.936,002.112,002.288,0031 a 32 anosXXX0,621.782,001.960,202.138,402.316,6032 a 33 anosXXXI0,641.804,001.984,402.164,802.345,2033 a 34 anosXXXII0,661.826,002.008,602.191,202.373,8034 a 35 anosXXXIII0,681.848,002.032,802.217,602.402,4035 a 36 anosXXXIV0,70**1.870,002.057,002.244,002.431,00**

ANEXO 9 -CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II

OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRAMECANICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS, OPERADOR DE MOTO NIVELADORA; OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL

				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**2.300,00**2.530,002.760,002.990,00

03 a 04 anosII0,06**2.438,002.681,802.925,603.169,40**04 a 05 anosIII0,082.484,002.732,402.980,803.229,2005 a 06 anosIV0,102.530,002.783,003.036,003.289,0006 a 07 anosV0,122.576,002.833,603.091,203.348,8007 a 08 anosVI0,14**2.622,002.884,203.146,403.408,60**08 a 09 anosVII0,162.668,002.934,803.201,603.468,4009 a 10 anosVIII0,18**2.714,002.985,403.256,803.528,20**10 a 11 anosIX0,202.760,003.036,003.312,003.588,0011 a 12 anosX0,222.806,003.086,603.367,203.647,8012 a 13 anosXI0,242.852,003.137,203.422,403.707,6013 a 14 anosXII0,262.898,003.187,803.477,603.767,4014 a 15 anosXIII0,282.944,003.238,403.532,803.827,2015 a 16 anosXIV0,302.990,003.289,003.588,003.887,0016 a 17 anosXV0,323.036,003.339,603.643,203.946,8017 a 18 anosXVI0,343.082,003.390,203.698,404.006,6018 a 19 anosXVIII0,363.128,003.440,803.753,604.066,4019 a 20 anosXVIII0,383.174,003.491,403.808,804.126,2020 a 21 anosXIX0,403.220,003.542,003.864,004.186,0021 a 22 anosXX0,423.266,003.592,603.919,204.245,8022 a 23 anosXXI0,443.312,003.643,203.974,404.305,6023 a 24 anosXXII0,463.358,003.693,804.029,604.365,4024 a 25 anosXXIII0,483.404,003.744,404.084,804.425,2025 a 26 anosXXIV0,503.450,003.795,004.140,004.485,0026 a 27 anosXXV0,523.496,003.845,604.195,204.544,8027 a 28 anosXXVI0,54**3.542,003.896,204.250,404.604,60**28 a 29 anosXXVII0,563.588,003.946,804.305,604.664,4029 a 30 anosXXVIII0,583.634,003.997,404.360,804.724,2030 a 31 anosXXIX0,603.680,004.048,004.416,004.784,0031 a 32 anosXXX0,623.726,004.098,604.471,204.843,8032 a 33 anosXXXI0,643.772,004.149,204.526,404.903,6033 a 34 anosXXXII0,663.818,004.199,804.581,604.963,4034 a 35 anosXXXIII0,683.864,004.250,404.636,805.023,2035 a 36 anosXXXIV0,70**3.910,004.301,004.692,005.083,00**

ANEXO 10 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**2.300,00**2.530,002.760,002.990,00

03 a 04 anosII0,062.438,002.681,802.925,603.169,4004 a 05 anosIII0,082.484,002.732,402.980,803.229,2005 a 06 anosIV0,102.530,002.783,003.036,003.289,0006 a 07 anosV0,122.576,002.833,603.091,203.348,8007 a 08 anosVI0,142.622,002.884,203.146,403.408,6008 a 09 anosVII0,162.668,002.934,803.201,603.468,4009 a 10 anosVIII0,182.714,002.985,403.256,803.528,2010 a 11 anosIX0,202.760,003.036,003.312,003.588,0011 a 12 anosX0,222.806,003.086,603.367,203.647,8012 a 13 anosXI0,242.852,003.137,203.422,403.707,6013 a 14 anosXII0,262.898,003.187,803.477,603.767,4014 a 15 anosXIII0,282.944,003.238,403.532,803.827,2015 a 16 anosXIV0,302.990,003.289,003.588,003.887,0016 a 17 anosXV0,323.036,003.339,603.643,203.946,8017 a 18 anosXVI0,343.082,003.390,203.698,404.006,6018 a 19 anosXVIII0,363.128,003.440,803.753,604.066,4019 a 20 anosXVIII0,383.174,003.491,403.808,804.126,2020 a 21 anosXIX0,403.220,003.542,003.864,004.186,0021 a 22 anosXX0,423.266,003.592,603.919,204.245,8022 a 23 anosXXI0,443.312,003.643,203.974,404.305,6023 a 24 anosXXII0,463.358,003.693,804.029,604.365,4024 a 25 anosXXIII0,483.404,003.744,404.084,804.425,2025 a 26 anosXXIV0,503.450,003.795,004.140,004.485,0026 a 27 anosXXV0,523.496,003.845,604.195,204.544,8027 a 28 anosXXVI0,543.542,003.896,204.250,404.604,6028 a 29 anosXXVII0,563.588,003.946,804.305,604.664,4029 a 30 anosXXVIII0,583.634,003.997,404.360,804.724,2030 a 31 anosXXIX0,603.680,004.048,004.416,004.784,0031 a 32 anosXXX0,623.726,004.098,604.471,204.843,8032 a 33 anosXXXI0,643.772,004.149,204.526,404.903,6033 a 34 anosXXXII0,663.818,004.199,804.581,604.963,4034 a 35 anosXXXIII0,683.864,004.250,404.636,805.023,2035 a 36 anosXXXIV0,703.910,004.301,004.692,005.083,00

ANEXO 11 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
MOT0RISTA DE VEÍCULO PESADO				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**2.300,00**2.530,002.760,002.990,00

03 a 04 anosII0,062.438,002.681,802.925,603.169,4004 a 05 anosIII0,082.484,002.732,402.980,803.229,2005 a 06 anosIV0,102.530,002.783,003.036,003.289,0006 a 07 anosV0,122.576,002.833,603.091,203.348,8007 a 08 anosVI0,142.622,002.884,203.146,403.408,6008 a 09 anosVII0,162.668,002.934,803.201,603.468,4009 a 10 anosVIII0,182.714,002.985,403.256,803.528,2010 a 11 anosIX0,202.760,003.036,003.312,003.588,0011 a 12 anosX0,222.806,003.086,603.367,203.647,8012 a 13 anosXI0,242.852,003.137,203.422,403.707,6013 a 14 anosXII0,262.898,003.187,803.477,603.767,4014 a 15 anosXIII0,282.944,003.238,403.532,803.827,2015 a 16 anosXIV0,302.990,003.289,003.588,003.887,0016 a 17 anosXV0,323.036,003.339,603.643,203.946,8017 a 18 anosXVI0,343.082,003.390,203.698,404.006,6018 a 19 anosXVIII0,363.128,003.440,803.753,604.066,4019 a 20 anosXVIII0,383.174,003.491,403.808,804.126,2020 a 21 anosXIX0,403.220,003.542,003.864,004.186,0021 a 22 anosXX0,423.266,003.592,603.919,204.245,8022 a 23 anosXXI0,443.312,003.643,203.974,404.305,6023 a 24 anosXXII0,463.358,003.693,804.029,604.365,4024 a 25 anosXXIII0,483.404,003.744,404.084,804.425,2025 a 26 anosXXIV0,503.450,003.795,004.140,004.485,0026 a 27 anosXXV0,523.496,003.845,604.195,204.544,8027 a 28 anosXXVI0,543.542,003.896,204.250,404.604,6028 a 29 anosXXVII0,563.588,003.946,804.305,604.664,4029 a 30 anosXXVIII0,583.634,003.997,404.360,804.724,2030 a 31 anosXXIX0,603.680,004.048,004.416,004.784,0031 a 32 anosXXX0,623.726,004.098,604.471,204.843,8032 a 33 anosXXXI0,643.772,004.149,204.526,404.903,6033 a 34 anosXXXII0,663.818,004.199,804.581,604.963,4034 a 35 anosXXXIII0,683.864,004.250,404.636,805.023,2035 a 36 anosXXXIV0,703.910,004.301,004.692,005.083,00

ANEXO 12 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
MOTORISTA DE VEICULO LEVE; OPERADOR DE TRATOR DE PNEU; BORRACHEIRO; AUXILIAR DE MECANICO				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.500,00**1.650,001.800,001.950,00

03 a 04 anosII0,061.590,001.749,001.908,002.067,0004 a 05 anosIII0,081.620,001.782,001.944,002.106,0005 a 06 anosIV0,101.650,001.815,001.980,002.145,0006 a 07 anosV0,121.680,001.848,002.016,002.184,0007 a 08 anosVI0,141.710,001.881,002.052,002.223,0008 a 09 anosVII0,161.740,001.914,002.088,002.262,0009 a 10 anosVIII0,181.770,001.947,002.124,002.301,0010 a 11 anosIX0,201.800,001.980,002.160,002.340,0011 a 12 anosX0,221.830,002.013,002.196,002.379,0012 a 13 anosXI0,241.860,002.046,002.232,002.418,0013 a 14 anosXII0,261.890,002.079,002.268,002.457,0014 a 15 anosXIII0,281.920,002.112,002.304,002.496,0015 a 16 anosXIV0,301.950,002.145,002.340,002.535,0016 a 17 anosXV0,321.980,002.178,002.376,002.574,0017 a 18 anosXVI0,342.010,002.211,002.412,002.613,0018 a 19 anosXVIII0,362.040,002.244,002.448,002.652,0019 a 20 anosXVIII0,382.070,002.277,002.484,002.691,0020 a 21 anosXIX0,402.100,002.310,002.520,002.730,0021 a 22 anosXX0,422.130,002.343,002.556,002.769,0022 a 23 anosXXI0,442.160,002.376,002.592,002.808,0023 a 24 anosXXII0,462.190,002.409,002.628,002.847,0024 a 25 anosXXIII0,482.220,002.442,002.664,002.886,0025 a 26 anosXXIV0,502.250,002.475,002.700,002.925,0026 a 27 anosXXV0,522.280,002.508,002.736,002.964,0027 a 28 anosXXVI0,542.310,002.541,002.772,003.003,0028 a 29 anosXXVII0,562.340,002.574,002.808,003.042,0029 a 30 anosXXVIII0,582.370,002.607,002.844,003.081,0030 a 31 anosXXIX0,602.400,002.640,002.880,003.120,0031 a 32 anosXXX0,622.430,002.673,002.916,003.159,0032 a 33 anosXXXI0,642.460,002.706,002.952,003.198,0033 a 34 anosXXXII0,662.490,002.739,002.988,003.237,0034 a 35 anosXXXIII0,682.520,002.772,003.024,003.276,0035 a 36 anosXXXIV0,702.550,002.805,003.060,003.315,00**ANEXO 13 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II**
OPERADOR DE ETA/DAE

PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.200,00**1.320,001.440,001.560,00

03 a 04 anosII0,061.272,001.399,201.526,401.653,6004 a 05 anosIII0,081.296,001.425,601.555,201.684,8005 a 06 anosIV0,101.320,001.452,001.584,001.716,0006 a 07 anosV0,121.344,001.478,401.612,801.747,2007 a 08 anosVI0,141.368,001.504,801.641,601.778,4008 a 09 anosVII0,161.392,001.531,201.670,401.809,6009 a 10 anosVIII0,181.416,001.557,601.699,201.840,8010 a 11 anosIX0,201.440,001.584,001.728,001.872,0011 a 12 anosX0,221.464,001.610,401.756,801.903,2012 a 13 anosXI0,241.488,001.636,801.785,601.934,4013 a 14 anosXII0,261.512,001.663,201.814,401.965,6014 a 15 anosXIII0,281.536,001.689,601.843,201.996,8015 a 16 anosXIV0,301.560,001.716,001.872,002.028,0016 a 17 anosXV0,321.584,001.742,401.900,802.059,2017 a 18 anosXVI0,341.608,001.768,801.929,602.090,4018 a 19 anosXVIII0,361.632,001.795,201.958,402.121,6019 a 20 anosXVIII0,381.656,001.821,601.987,202.152,8020 a 21 anosXIX0,401.680,001.848,002.016,002.184,0021 a 22 anosXX0,421.704,001.874,402.044,802.215,2022 a 23 anosXXI0,441.728,001.900,802.073,602.246,4023 a 24 anosXXII0,461.752,001.927,202.102,402.277,6024 a 25 anosXXIII0,481.776,001.953,602.131,202.308,8025 a 26 anosXXIV0,501.800,001.980,002.160,002.340,0026 a 27 anosXXV0,521.824,002.006,402.188,802.371,2027 a 28 anosXXVI0,541.848,002.032,802.217,602.402,4028 a 29 anosXXVII0,561.872,002.059,202.246,402.433,6029 a 30 anosXXVIII0,581.896,002.085,602.275,202.464,8030 a 31 anosXXIX0,601.920,002.112,002.304,002.496,0031 a 32 anosXXX0,621.944,002.138,402.332,802.527,2032 a 33 anosXXXI0,641.968,002.164,802.361,602.558,4033 a 34 anosXXXII0,661.992,002.191,202.390,402.589,6034 a 35 anosXXXIII0,682.016,002.217,602.419,202.620,8035 a 36 anosXXXIV0,702.040,002.244,002.448,002.652,00**ANEXO 14 -CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II**
MECÂNICO

PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasCurso de capacitação de 240 horas aperfeiçoamentoCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.800,00**1.980,002.160,002.340,00

03 a 04 anosII0,061.908,002.098,802.289,602.480,4004 a 05 anosIII0,081.944,002.138,402.332,802.527,2005 a 06 anosIV0,101.980,002.178,002.376,002.574,0006 a 07 anosV0,122.016,002.217,602.419,202.620,8007 a 08 anosVI0,142.052,002.257,202.462,402.667,6008 a 09 anosVII0,162.088,002.296,802.505,602.714,4009 a 10 anosVIII0,182.124,002.336,402.548,802.761,2010 a 11 anosIX0,202.160,002.376,002.592,002.808,0011 a 12 anosX0,222.196,002.415,602.635,202.854,8012 a 13 anosXI0,242.232,002.455,202.678,402.901,6013 a 14 anosXII0,262.268,002.494,802.721,602.948,4014 a 15 anosXIII0,282.304,002.534,402.764,802.995,2015 a 16 anosXIV0,302.340,002.574,002.808,003.042,0016 a 17 anosXV0,322.376,002.613,602.851,203.088,8017 a 18 anosXVI0,342.412,002.653,202.894,403.135,6018 a 19 anosXVIII0,362.448,002.692,802.937,603.182,4019 a 20 anosXVIII0,382.484,002.732,402.980,803.229,2020 a 21 anosXIX0,402.520,002.772,003.024,003.276,0021 a 22 anosXX0,422.556,002.811,603.067,203.322,8022 a 23 anosXXI0,442.592,002.851,203.110,403.369,6023 a 24 anosXXII0,462.628,002.890,803.153,603.416,4024 a 25 anosXXIII0,482.664,002.930,403.196,803.463,2025 a 26 anosXXIV0,502.700,002.970,003.240,003.510,0026 a 27 anosXXV0,522.736,003.009,603.283,203.556,8027 a 28 anosXXVI0,542.772,003.049,203.326,403.603,6028 a 29 anosXXVII0,562.808,003.088,803.369,603.650,4029 a 30 anosXXVIII0,582.844,003.128,403.412,803.697,2030 a 31 anosXXIX0,602.880,003.168,003.456,003.744,0031 a 32 anosXXX0,622.916,003.207,603.499,203.790,8032 a 33 anosXXXI0,642.952,003.247,203.542,403.837,6033 a 34 anosXXXII0,662.988,003.286,803.585,603.884,4034 a 35 anosXXXIII0,683.024,003.326,403.628,803.931,2035 a 36 anosXXXIV0,703.060,003.366,003.672,003.978,00

ANEXO 15 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
MESTRE DE OBRAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.500,00**1.650,001.800,001.950,00

03 a 04 anosII0,061.590,001.749,001.908,002.067,0004 a 05 anosIII0,081.620,001.782,001.944,002.106,0005 a 06 anosIV0,101.650,001.815,001.980,002.145,0006 a 07 anosV0,121.680,001.848,002.016,002.184,0007 a 08 anosVI0,141.710,001.881,002.052,002.223,0008 a 09 anosVII0,161.740,001.914,002.088,002.262,0009 a 10 anosVIII0,181.770,001.947,002.124,002.301,0010 a 11 anosIX0,201.800,001.980,002.160,002.340,0011 a 12 anosX0,221.830,002.013,002.196,002.379,0012 a 13 anosXI0,241.860,002.046,002.232,002.418,0013 a 14 anosXII0,261.890,002.079,002.268,002.457,0014 a 15 anosXIII0,281.920,002.112,002.304,002.496,0015 a 16 anosXIV0,301.950,002.145,002.340,002.535,0016 a 17 anosXV0,321.980,002.178,002.376,002.574,0017 a 18 anosXVI0,342.010,002.211,002.412,002.613,0018 a 19 anosXVIII0,362.040,002.244,002.448,002.652,0019 a 20 anosXVIII0,382.070,002.277,002.484,002.691,0020 a 21 anosXIX0,402.100,002.310,002.520,002.730,0021 a 22 anosXX0,422.130,002.343,002.556,002.769,0022 a 23 anosXXI0,442.160,002.376,002.592,002.808,0023 a 24 anosXXII0,462.190,002.409,002.628,002.847,0024 a 25 anosXXIII0,482.220,002.442,002.664,002.886,0025 a 26 anosXXIV0,502.250,002.475,002.700,002.925,0026 a 27 anosXXV0,522.280,002.508,002.736,002.964,0027 a 28 anosXXVI0,542.310,002.541,002.772,003.003,0028 a 29 anosXXVII0,562.340,002.574,002.808,003.042,0029 a 30 anosXXVIII0,582.

370,002.607,002.844,003.081,0030 a 31 anosXXIX0,602.400,002.640,002.880,003.120,0031 a 32 anosXXX0,622.430,002.673,002.916,003.159,0032 a 33 anosXXXI0,642.460,002.706,002.952,003.198,0033 a 34 anosXXXII0,662.490,002.739,002.988,003.237,0034 a 35 anosXXXIII0,682.520,002.772,003.024,003.276,0035 a 36 anosXXXIV0,702.550,002.805,003.060,003.315,00

ANEXO 16 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
SOLDADOR				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental Completocurso de 260h capacitação na áreanível superior na área de atuaçãopós-graduação na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.500,00**1.650,001.800,001.950,00

03 a 04 anosII0,061.590,001.749,001.908,002.067,0004 a 05 anosIII0,081.620,001.782,001.944,002.106,0005 a 06 anosIV0,101.650,001.815,001.980,002.145,0006 a 07 anosV0,121.680,001.848,002.016,002.184,0007 a 08 anosVI0,141.710,001.881,002.052,002.223,0008 a 09 anosVII0,161.740,001.914,002.088,002.262,0009 a 10 anosVIII0,181.770,001.947,002.124,002.301,0010 a 11 anosIX0,201.800,001.980,002.160,002.340,0011 a 12 anosX0,221.830,002.013,002.196,002.379,0012 a 13 anosXI0,241.860,002.046,002.232,002.418,0013 a 14 anosXII0,261.890,002.079,002.268,002.457,0014 a 15 anosXIII0,281.920,002.112,002.304,002.496,0015 a 16 anosXIV0,301.950,002.145,002.340,002.535,0016 a 17 anosXV0,321.980,002.178,002.376,002.574,0017 a 18 anosXVI0,342.010,002.211,002.412,002.613,0018 a 19 anosXVIII0,362.040,002.244,002.448,002.652,0019 a 20 anosXVIII0,382.070,002.277,002.484,002.691,0020 a 21 anosXIX0,402.100,002.310,002.520,002.730,0021 a 22 anosXX0,422.130,002.343,002.556,002.769,0022 a 23 anosXXI0,442.160,002.376,002.592,002.808,0023 a 24 anosXXII0,462.190,002.409,002.628,002.847,0024 a 25 anosXXIII0,482.220,002.442,002.664,002.886,0025 a 26 anosXXIV0,502.250,002.475,002.700,002.925,0026 a 27 anosXXV0,522.280,002.508,002.736,002.964,0027 a 28 anosXXVI0,542.310,002.541,002.772,003.003,0028 a 29 anosXXVII0,562.340,002.574,002.808,003.042,0029 a 30 anosXXVIII0,582.370,002.607,002.844,003.081,0030 a 31 anosXXIX0,602.400,002.640,002.880,003.120,0031 a 32 anosXXX0,622.430,002.673,002.916,003.159,0032 a 33 anosXXXI0,642.460,002.706,002.952,003.198,0033 a 34 anosXXXII0,662.490,002.739,002.988,003.237,0034 a 35 anosXXXIII0,682.520,002.772,003.024,003.276,0035 a 36 anosXXXIV0,702.550,002.805,003.060,003.315,00

ANEXO 17 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
TOPÓGRAFO, TÉCNICO AGRÍCOLA; TÉCNICO AGROPECUÁRIO; TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino MédioCompleto mais Técnicocurso de 260h capacitação na áreanível superior na área de atuaçãopós-graduação na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.500,00**1.650,001.800,001.950,00

03 a 04 anosII0,061.590,001.749,001.908,002.067,0004 a 05 anosIII0,081.620,001.782,001.944,002.106,0005 a 06 anosIV0,101.650,001.815,001.980,002.145,0006 a 07 anosV0,121.680,001.848,002.016,002.184,0007 a 08 anosVI0,141.710,001.881,002.052,002.223,0008 a 09 anosVII0,161.740,001.914,002.088,002.262,0009 a 10 anosVIII0,181.770,001.947,002.124,002.301,0010 a 11 anosIX0,201.800,001.980,002.160,002.340,0011 a 12 anosX0,221.830,002.013,002.196,002.379,0012 a 13 anosXI0,241.860,002.046,002.232,002.418,0013 a 14 anosXII0,261.890,002.079,002.268,002.457,0014 a 15 anosXIII0,281.920,002.112,002.304,002.496,0015 a 16 anosXIV0,301.950,002.145,002.340,002.535,0016 a 17 anosXV0,321.980,002.178,002.376,002.574,0017 a 18 anosXVI0,342.010,002.211,002.412,002.613,0018 a 19 anosXVIII0,362.040,002.244,002.448,002.652,0019 a 20 anosXVIII0,382.070,002.277,002.484,002.691,0020 a 21 anosXIX0,402.100,002.310,002.520,002.730,0021 a 22 anosXX0,422.130,002.343,002.556,002.769,0022 a 23 anosXXI0,442.160,002.376,002.592,002.808,0023 a 24 anosXXII0,462.190,002.409,002.628,002.847,0024 a 25 anosXXIII0,482.220,002.442,002.664,002.886,0025 a 26 anosXXIV0,502.250,002.475,002.700,002.925,0026 a 27 anosXXV0,522.280,002.508,002.736,002.964,0027 a 28 anosXXVI0,542.310,002.541,002.772,003.003,0028 a 29 anosXXVII0,562.340,002.574,002.808,003.042,0029 a 30 anosXXVIII0,582.370,002.607,002.844,003.081,0030 a 31 anosXXIX0,602.400,002.640,002.880,003.120,0031 a 32 anosXXX0,622.430,002.673,002.916,003.159,0032 a 33 anosXXXI0,642.460,002.706,002.952,003.198,0033 a 34 anosXXXII0,662.490,002.739,002.988,003.237,0034 a 35 anosXXXIII0,682.520,002.772,003.024,003.276,0035 a 36 anosXXXIV0,702.550,002.805,003.060,003.315,00

ANEXO 18 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
AGENTE ADMINISTRATIVO				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Médio Completocurso de 260h capacitação na áreanível superior na área de atuaçãopós-graduação na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.500,00**1.650,001.800,001.950,00

03 a 04 anosII0,061.590,001.749,001.908,002.067,0004 a 05 anosIII0,081.620,001.782,001.944,002.106,0005 a 06 anosIV0,101.650,001.815,001.980,002.145,0006 a 07 anosV0,121.680,001.848,002.016,002.184,0007 a 08 anosVI0,141.710,001.881,002.052,002.223,0008 a 09 anosVII0,161.740,001.914,002.088,002.262,0009 a 10 anosVIII0,181.770,001.947,002.124,002.301,0010 a 11 anosIX0,201.800,001.980,002.160,002.340,0011 a 12 anosX0,221.830,002.013,002.196,002.379,0012 a 13 anosXI0,241.860,002.046,002.232,002.418,0013 a 14 anosXII0,261.890,002.079,002.268,002.457,0014 a 15 anosXIII0,281.920,002.112,002.304,002.496,0015 a 16 anosXIV0,301.950,002.145,002.340,002.535,0016 a 17 anosXV0,321.980,002.178,002.376,002.574,0017 a 18 anosXVI0,342.010,002.211,002.412,002.613,0018 a 19 anosXVIII0,362.040,002.244,002.448,002.652,0019 a 20 anosXVIII0,382.070,002.277,002.484,002.691,0020 a 21 anosXIX0,402.100,002.310,002.520,002.730,0021 a 22 anosXX0,422.130,002.343,002.556,002.769,0022 a 23 anosXXI0,442.160,002.376,002.592,002.808,0023 a 24 anosXXII0,462.190,002.409,002.628,002.847,0024 a 25 anosXXIII0,482.220,002.442,002.664,002.886,0025 a 26 anosXXIV0,502.250,002.475,002.700,002.925,0026 a 27 anosXXV0,522.280,002.508,002.736,002.

964,0027 a 28 anosXXVI0,542.310,002.541,002.772,003.003,0028 a 29 anosXXVII0,562.340,002.574,002.808,003.042,0029 a 30 anosXXVIII0,582.370,002.607,002.844,003.081,0030 a 31 anosXXIX0,602.400,002.640,002.880,003.120,0031 a 32 anosXXX0,622.430,002.673,002.916,003.159,0032 a 33 anosXXXI0,642.460,002.706,002.952,003.198,0033 a 34 anosXXXII0,662.490,002.739,002.988,003.237,0034 a 35 anosXXXIII0,682.520,002.772,003.024,003.276,0035 a 36 anosXXXIV0,702.550,002.805,003.060,003.315,00

ANEXO 19 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
TÉCNICO EM CONTABILIDADE e TÉCNICO EM INFORMATICA				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Médio Completo mais Técnicocurso de 260h capacitação na áreanível superiorpós-graduação de 360 horas**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.500,00**1.650,001.800,001.950,00

03 a 04 anosII0,061.590,001.749,001.908,002.067,0004 a 05 anosIII0,081.620,001.782,001.944,002.106,0005 a 06 anosIV0,101.650,001.815,001.980,002.145,0006 a 07 anosV0,121.680,001.848,002.016,002.184,0007 a 08 anosVI0,141.710,001.881,002.052,002.223,0008 a 09 anosVII0,161.740,001.914,002.088,002.262,0009 a 10 anosVIII0,181.770,001.947,002.124,002.301,0010 a 11 anosIX0,201.800,001.980,002.160,002.340,0011 a 12 anosX0,221.830,002.013,002.196,002.379,0012 a 13 anosXI0,241.860,002.046,002.232,002.418,0013 a 14 anosXII0,261.890,002.079,002.268,002.457,0014 a 15 anosXIII0,281.920,002.112,002.304,002.496,0015 a 16 anosXIV0,301.950,002.145,002.340,002.535,0016 a 17 anosXV0,321.980,002.178,002.376,002.574,0017 a 18 anosXVI0,342.010,002.211,002.412,002.613,0018 a 19 anosXVIII0,362.040,002.244,002.448,002.652,0019 a 20 anosXVIII0,382.070,002.277,002.484,002.691,0020 a 21 anosXIX0,402.100,002.310,002.520,002.730,0021 a 22 anosXX0,422.130,002.343,002.556,002.769,0022 a 23 anosXXI0,442.160,002.376,002.592,002.808,0023 a 24 anosXXII0,462.190,002.409,002.628,002.847,0024 a 25 anosXXIII0,482.220,002.442,002.664,002.886,0025 a 26 anosXXIV0,502.250,002.475,002.700,002.925,0026 a 27 anosXXV0,522.280,002.508,002.736,002.964,0027 a 28 anosXXVI0,542.310,002.541,002.772,003.003,0028 a 29 anosXXVII0,562.340,002.574,002.808,003.042,0029 a 30 anosXXVIII0,582.370,002.607,002.844,003.081,0030 a 31 anosXXIX0,602.400,002.640,002.880,003.120,0031 a 32 anosXXX0,622.430,002.673,002.916,003.159,0032 a 33 anosXXXI0,642.460,002.706,002.952,003.198,0033 a 34 anosXXXII0,662.490,002.739,002.988,003.237,0034 a 35 anosXXXIII0,682.520,002.772,003.024,003.276,0035 a 36 anosXXXIV0,702.550,002.805,003.060,003.315,00**ANEXO 20 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II**

FISCAL DE OBRAS; FISCAL DE MEIO AMBIENTE; AGENTE DE INSPEÇÃO; FISCAL DE CONSUMO DE ÁGUA; FISCAL DE FROTAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Médio Completocurso de 260h capacitação na áreanível superiorpós-graduação de 360 horas**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.700,00**1.870,002.040,002.210,00

03 a 04 anosII0,061.802,001.982,202.162,402.342,6004 a 05 anosIII0,081.836,002.019,602.203,202.386,8005 a 06 anosIV0,101.870,002.057,002.244,002.431,0006 a 07 anosV0,121.904,002.094,402.284,802.475,2007 a 08 anosVI0,141.938,002.131,802.325,602.519,4008 a 09 anosVII0,161.972,002.169,202.366,402.563,6009 a 10 anosVIII0,182.006,002.206,602.407,202.607,8010 a 11 anosIX0,202.040,002.244,002.448,002.652,0011 a 12 anosX0,222.074,002.281,402.488,802.696,2012 a 13 anosXI0,242.108,002.318,802.529,602.740,4013 a 14 anosXII0,262.142,002.356,202.570,402.784,6014 a 15 anosXIII0,282.176,002.393,602.611,202.828,8015 a 16 anosXIV0,302.210,002.431,002.652,002.873,0016 a 17 anosXV0,322.244,002.468,402.692,802.917,2017 a 18 anosXVI0,342.278,002.505,802.733,602.961,4018 a 19 anosXVIII0,362.312,002.543,202.774,403.005,6019 a 20 anosXVIII0,382.346,002.580,602.815,203.049,8020 a 21 anosXIX0,402.380,002.618,002.856,003.094,0021 a 22 anosXX0,422.414,002.655,402.896,803.138,2022 a 23 anosXXI0,442.448,002.692,802.937,603.182,4023 a 24 anosXXII0,462.482,002.730,202.978,403.226,6024 a 25 anosXXIII0,482.516,002.767,603.019,203.270,8025 a 26 anosXXIV0,502.550,002.805,003.060,003.315,0026 a 27 anosXXV0,522.584,002.842,403.100,803.359,2027 a 28 anosXXVI0,542.618,002.879,803.141,603.403,4028 a 29 anosXXVII0,562.652,002.917,203.182,403.447,6029 a 30 anosXXVIII0,582.686,002.954,603.223,203.491,8030 a 31 anosXXIX0,602.720,002.992,003.264,003.536,0031 a 32 anosXXX0,622.754,003.029,403.304,803.580,2032 a 33 anosXXXI0,642.788,003.066,803.345,603.624,4033 a 34 anosXXXII0,662.822,003.104,203.386,403.668,6034 a 35 anosXXXIII0,682.856,003.141,603.427,203.712,8035 a 36 anosXXXIV0,702.890,003.179,003.468,003.757,00**ANEXO 21 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II**

AGENTE FISCAL MUNICIPAL				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Médio Completocurso de 260h capacitação na áreanível superiorpós-graduação de 360 horas**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.700,00**1.870,002.040,002.210,00

03 a 04 anosII0,061.802,001.982,202.162,402.342,6004 a 05 anosIII0,081.836,002.019,602.203,202.386,8005 a 06 anosIV0,101.870,002.057,002.244,002.431,0006 a 07 anosV0,121.904,002.094,402.284,802.475,2007 a 08 anosVI0,141.938,002.131,802.325,602.519,4008 a 09 anosVII0,161.972,002.169,202.366,402.563,6009 a 10 anosVIII0,182.006,002.206,602.407,202.607,8010 a 11 anosIX0,202.040,002.244,002.448,002.652,0011 a 12 anosX0,222.074,002.281,402.488,802.696,2012 a 13 anosXI0,242.108,002.318,802.529,602.740,4013 a 14 anosXII0,262.142,002.356,202.570,402.784,6014 a 15 anosXIII0,282.176,002.393,602.611,202.828,8015 a 16 anosXIV0,302.210,002.431,002.652,002.873,0016 a 17 anosXV0,322.244,002.468,402.692,802.917,2017 a 18 anosXVI0,342.278,002.505,802.733,602.961,4018 a 19 anosXVIII0,362.312,002.543,202.774,403.005,6019 a 20 anosXVIII0,382.346,002.580,602.815,203.049,8020 a 21 anosXIX0,402.380,002.618,002.856,003.094,0021 a 22 anosXX0,422.414,002.655,402.896,803.138,2022 a 23 anosXXI0,442.448,002.692,802.937,603.182,4023 a 24 anosXXII0,462.482,002.730,202.978,403.226,6024 a 25 anosXXIII0,482.516,002.767,603.019,203.270,8025 a 26 anosXXIV0,502.550,002.805,003.060,003.315,0026 a 27 anosXXV0,522.584,002.842,403.100,803.359,2027 a 28 anosXXVI0,542.618,002.879,803.141,603.403,4028 a 29 anosXXVII0,562.652,002.917,203.182,403.447,6029 a 30 anosXXVIII0,582.686,002.954,603.223,203.491,8030 a 31 anosXXIX0,602.720,002.992,003.264,003.536,0031 a 32 anosXXX0,622.754,003.029,403.304,803.580,2032 a 33 anosXXXI0,642.788,003.066,803.345,603.624,4033 a 34 anosXXXII0,662.822,003.104,203.386,403.668,6034 a 35 anosXXXIII0,682.856,003.141,603.427,203.712,8035 a 36 anosXXXIV0,702.890,003.179,003.468,003.757,00**ANEXO 22 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II**

ADVOGADO 20 HORAS e AUDITOR DE TRIBUTOS MUNICIPAIS 20 HORAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**5.000,00**5.500,006.000,006.500,00

03 a 04 anosII0,065.300,005.830,006.360,006.890,0004 a 05 anosIII0,085.400,005.940,006.480,007.020,0005 a 06 anosIV0,105.500,006.050,006.600,007.150,0006 a 07 anosV0,125.600,006.160,006.720,007.280,0007 a 08 anosVI0,145.700,006.270,006.840,007.410,0008 a 09 anosVII0,165.800,006.380,006.960,007.540,0009 a 10 anosVIII0,185.900,006.490,007.080,007.670,0010 a 11 anosIX0,206.000,006.600,007.200,007.800,0011 a 12 anosX0,226.100,006.710,007.320,007.930,0012 a 13 anosXI0,246.200,006.820,007.440,008.060,0013 a 14 anosXII0,266.300,006.930,007.560,008.

190,0014 a 15 anosXIII0,286.400,007.040,007.680,008.320,0015 a 16 anosXIV0,306.500,007.150,007.800,008.450,0016 a 17 anosXV0,326.600,007.260,007.920,008.580,0017 a 18 anosXVI0,346.700,007.370,008.040,008.710,0018 a 19 anosXVIII0,366.800,007.480,008.160,008.840,0019 a 20 anosXVIII0,386.900,007.590,008.280,008.970,0020 a 21 anosXIX0,407.000,007.700,008.400,009.100,0021 a 22 anosXX0,427.100,007.810,008.520,009.230,0022 a 23 anosXXI0,447.200,007.920,008.640,009.360,0023 a 24 anosXXII0,467.300,008.030,008.760,009.490,0024 a 25 anosXXIII0,487.400,008.140,008.880,009.620,0025 a 26 anosXXIV0,507.500,008.250,009.000,009.750,0026 a 27 anosXXV0,527.600,008.360,009.120,009.880,0027 a 28 anosXXVI0,547.700,008.470,009.240,0010.010,0028 a 29 anosXXVII0,567.800,008.580,009.360,0010.140,0029 a 30 anosXXVIII0,587.900,008.690,009.480,0010.270,0030 a 31 anosXXIX0,608.000,008.800,009.600,0010.400,0031 a 32 anosXXX0,628.100,008.910,009.720,0010.530,0032 a 33 anosXXXI0,648.200,009.020,009.840,0010.660,0033 a 34 anosXXXII0,668.300,009.130,009.960,0010.790,0034 a 35 anosXXXIII0,688.400,009.240,0010.080,0010.920,0035 a 36 anosXXXIV0,708.500,009.350,0010.200,0011.050,00

ANEXO 23 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
ASSISTENTE SOCIAL - 30 HORAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**3.500,00**3.850,004.200,004.550,00

03 a 04 anosII0,063.710,004.081,004.452,004.823,0004 a 05 anosIII0,083.780,004.158,004.536,004.914,0005 a 06 anosIV0,103.850,004.235,004.620,005.005,0006 a 07 anosV0,123.920,004.312,004.704,005.096,0007 a 08 anosVI0,143.990,004.389,004.788,005.187,0008 a 09 anosVII0,164.060,004.466,004.872,005.278,0009 a 10 anosVIII0,184.130,004.543,004.956,005.369,0010 a 11 anosIX0,204.200,004.620,005.040,005.460,0011 a 12 anosX0,224.270,004.697,005.124,005.551,0012 a 13 anosXI0,244.340,004.774,005.208,005.642,0013 a 14 anosXII0,264.410,004.851,005.292,005.733,0014 a 15 anosXIII0,284.480,004.928,005.376,005.824,0015 a 16 anosXIV0,304.550,005.005,005.460,005.915,0016 a 17 anosXV0,324.620,005.082,005.544,006.006,0017 a 18 anosXVI0,344.690,005.159,005.628,006.097,0018 a 19 anosXVIII0,364.760,005.236,005.712,006.188,0019 a 20 anosXVIII0,384.830,005.313,005.796,006.279,0020 a 21 anosXIX0,404.900,005.390,005.880,006.370,0021 a 22 anosXX0,424.970,005.467,005.964,006.461,0022 a 23 anosXXI0,445.040,005.544,006.048,006.552,0023 a 24 anosXXII0,465.110,005.621,006.132,006.643,0024 a 25 anosXXIII0,485.180,005.698,006.216,006.734,0025 a 26 anosXXIV0,505.250,005.775,006.300,006.825,0026 a 27 anosXXV0,525.320,005.852,006.384,006.916,0027 a 28 anosXXVI0,545.390,005.929,006.468,007.007,0028 a 29 anosXXVII0,565.460,006.006,006.552,007.098,0029 a 30 anosXXVIII0,585.530,006.083,006.636,007.189,0030 a 31 anosXXIX0,605.600,006.160,006.720,007.280,0031 a 32 anosXXX0,625.670,006.237,006.804,007.371,0032 a 33 anosXXXI0,645.740,006.314,006.888,007.462,0033 a 34 anosXXXII0,665.810,006.391,006.972,007.553,0034 a 35 anosXXXIII0,685.880,006.468,007.056,007.644,0035 a 36 anosXXXIV0,705.950,006.545,007.140,007.735,00

ANEXO 24 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
ENGENHEIRO AGRÔNOMO; ENGENHEIRO CIVIL - 40 HRS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**4.200,00**4.620,005.040,005.460,00

03 a 04 anosII0,064.452,004.897,205.342,405.787,6004 a 05 anosIII0,084.536,004.989,605.443,205.896,8005 a 06 anosIV0,104.620,005.082,005.544,006.006,0006 a 07 anosV0,124.704,005.174,405.644,806.115,2007 a 08 anosVI0,144.788,005.266,805.745,606.224,4008 a 09 anosVII0,164.872,005.359,205.846,406.333,6009 a 10 anosVIII0,184.956,005.451,605.947,206.442,8010 a 11 anosIX0,205.040,005.544,006.048,006.552,0011 a 12 anosX0,225.124,005.636,406.148,806.661,2012 a 13 anosXI0,245.208,005.728,806.249,606.770,4013 a 14 anosXII0,265.292,005.821,206.350,406.879,6014 a 15 anosXIII0,285.376,005.913,606.451,206.988,8015 a 16 anosXIV0,305.460,006.006,006.552,007.098,0016 a 17 anosXV0,325.544,006.098,406.652,807.207,2017 a 18 anosXVI0,345.628,006.190,806.753,607.316,4018 a 19 anosXVIII0,365.712,006.283,206.854,407.425,6019 a 20 anosXVIII0,385.796,006.375,606.955,207.534,8020 a 21 anosXIX0,405.880,006.468,007.056,007.644,0021 a 22 anosXX0,425.964,006.560,407.156,807.753,2022 a 23 anosXXI0,446.048,006.652,807.257,607.862,4023 a 24 anosXXII0,466.132,006.745,207.358,407.971,6024 a 25 anosXXIII0,486.216,006.837,607.459,208.080,8025 a 26 anosXXIV0,506.300,006.930,007.560,008.190,0026 a 27 anosXXV0,526.384,007.022,407.660,808.299,2027 a 28 anosXXVI0,546.468,007.114,807.761,608.408,4028 a 29 anosXXVII0,566.552,007.207,207.862,408.517,6029 a 30 anosXXVIII0,586.636,007.299,607.963,208.626,8030 a 31 anosXXIX0,606.720,007.392,008.064,008.736,0031 a 32 anosXXX0,626.804,007.484,408.164,808.845,2032 a 33 anosXXXI0,646.888,007.576,808.265,608.954,4033 a 34 anosXXXII0,666.972,007.669,208.366,409.063,6034 a 35 anosXXXIII0,687.056,007.761,608.467,209.172,8035 a 36 anosXXXIV0,707.140,007.854,008.568,009.282,00

ANEXO 25 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
PSICÓLOGO 30 HORAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**3.500,00**3.850,004.200,004.550,00

03 a 04 anosII0,063.710,004.081,004.452,004.823,0004 a 05 anosIII0,083.780,004.158,004.536,004.914,0005 a 06 anosIV0,103.850,004.235,004.620,005.005,0006 a 07 anosV0,123.920,004.312,004.704,005.096,0007 a 08 anosVI0,143.990,004.389,004.788,005.187,0008 a 09 anosVII0,164.060,004.466,004.872,005.278,0009 a 10 anosVIII0,184.130,004.543,004.956,005.369,0010 a 11 anosIX0,204.200,004.620,005.040,005.460,0011 a 12

anosX0,224.270,004.697,005.124,005.551,0012 a 13 anosXI0,244.340,004.774,005.208,005.642,0013 a 14 anosXII0,264.410,004.851,005.292,005.733,0014 a 15 anosXIII0,284.480,004.928,005.376,005.824,0015 a 16 anosXIV0,304.550,005.005,005.460,005.915,0016 a 17 anosXV0,324.620,005.082,005.544,006.006,0017 a 18 anosXVI0,344.690,005.159,005.628,006.097,0018 a 19 anosXVIII0,364.760,005.236,005.712,006.188,0019 a 20 anosXVIII0,384.830,005.313,005.796,006.279,0020 a 21 anosXIX0,404.900,005.390,005.880,006.370,0021 a 22 anosXX0,424.970,005.467,005.964,006.461,0022 a 23 anosXXI0,445.040,005.544,006.048,006.552,0023 a 24 anosXXII0,465.110,005.621,006.132,006.643,0024 a 25 anosXXII-I0,485.180,005.698,006.216,006.734,0025 a 26 anosXXIV0,505.250,005.775,006.300,006.825,0026 a 27 anosXXV0,525.320,005.852,006.384,006.916,0027 a 28 anosXXVI0,545.390,005.929,006.468,007.007,0028 a 29 anosXXVII0,565.460,006.006,006.552,007.098,0029 a 30 anosXXVIII0,585.530,006.083,006.636,007.189,0030 a 31 anosXXIX0,605.600,006.160,006.720,007.280,0031 a 32 anosXXX0,625.670,006.237,006.804,007.371,0032 a 33 anosXXXI0,645.740,006.314,006.888,007.462,0033 a 34 anosXXXII0,665.810,006.391,006.972,007.553,0034 a 35 anosXXXIII0,685.880,006.468,007.056,007.644,0035 a 36 anosXXXIV0,705.950,006.545,007.140,007.735,00

ANEXO 26 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS; BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO - 40 HRS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**4.500,00**4.950,005.400,005.850,00

03 a 04 anosII0,064.770,005.247,005.724,006.201,0004 a 05 anosIII0,084.860,005.346,005.832,006.318,0005 a 06 anosIV0,104.950,005.445,005.940,006.435,0006 a 07 anosV0,125.040,005.544,006.048,006.552,0007 a 08 anosVI0,145.130,005.643,006.156,006.669,0008 a 09 anosVII0,165.220,005.742,006.264,006.786,0009 a 10 anosVIII0,185.310,005.841,006.372,006.903,0010 a 11 anosIX0,205.400,005.940,006.480,007.020,0011 a 12 anosX0,225.490,006.039,006.588,007.137,0012 a 13 anosXI0,245.580,006.138,006.696,007.254,0013 a 14 anosXII0,265.670,006.237,006.804,007.371,0014 a 15 anosXIII0,285.760,006.336,006.912,007.488,0015 a 16 anosXIV0,305.850,006.435,007.020,007.605,0016 a 17 anosXV0,325.940,006.534,007.128,007.722,0017 a 18 anosXVI0,346.030,006.633,007.236,007.839,0018 a 19 anosXVIII0,366.120,006.732,007.344,007.956,0019 a 20 anosXVIII0,386.210,006.831,007.452,008.073,0020 a 21 anosXIX0,406.300,006.930,007.560,008.190,0021 a 22 anosXX0,426.390,007.029,007.668,008.307,0022 a 23 anosXXI0,446.480,007.128,007.776,008.424,0023 a 24 anosXXII0,466.570,007.227,007.884,008.541,0024 a 25 anosXXII-I0,486.660,007.326,007.992,008.658,0025 a 26 anosXXIV0,506.750,007.425,008.100,008.775,0026 a 27 anosXXV0,526.840,007.524,008.208,008.892,0027 a 28 anosXXVI0,546.930,007.623,008.316,009.009,0028 a 29 anosXXVII0,567.020,007.722,008.424,009.126,0029 a 30 anosXXVIII0,587.110,007.821,008.532,009.243,0030 a 31 anosXXIX0,607.200,007.920,008.640,009.360,0031 a 32 anosXXX0,627.290,008.019,008.748,009.477,0032 a 33 anosXXXI0,647.380,008.118,008.856,009.594,0033 a 34 anosXXXII0,667.470,008.217,008.964,009.711,0034 a 35 anosXXXIII0,687.560,008.316,009.072,009.828,0035 a 36 anosXXXIV0,707.650,008.415,009.180,009.945,00

ANEXO 27 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
MÉDICO VETERINÁRIO e ZOOTECNISTA				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**4.200,00**4.620,005.040,005.460,00

03 a 04 anosII0,064.452,004.897,205.342,405.787,6004 a 05 anosIII0,084.536,004.989,605.443,205.896,8005 a 06 anosIV0,104.620,005.082,005.544,006.006,0006 a 07 anosV0,124.704,005.174,405.644,806.115,2007 a 08 anosVI0,144.788,005.266,805.745,606.224,4008 a 09 anosVII0,164.872,005.359,205.846,406.333,6009 a 10 anosVIII0,184.956,005.451,605.947,206.442,8010 a 11 anosIX0,205.040,005.544,006.048,006.552,0011 a 12 anosX0,225.124,005.636,406.148,806.661,2012 a 13 anosXI0,245.208,005.728,806.249,606.770,4013 a 14 anosXII0,265.292,005.821,206.350,406.879,6014 a 15 anosXIII0,285.376,005.913,606.451,206.988,8015 a 16 anosXIV0,305.460,006.006,006.552,007.098,0016 a 17 anosXV0,325.544,006.098,406.652,807.207,2017 a 18 anosXVI0,345.628,006.190,806.753,607.316,4018 a 19 anosXVIII0,365.712,006.283,206.854,407.425,6019 a 20 anosXVIII0,385.796,006.375,606.955,207.534,8020 a 21 anosXIX0,405.880,006.468,007.056,007.644,0021 a 22 anosXX0,425.964,006.560,407.156,807.753,2022 a 23 anosXXI0,446.048,006.652,807.257,607.862,4023 a 24 anosXXII0,466.132,006.745,207.358,407.971,6024 a 25 anosXXII-I0,486.216,006.837,607.459,208.080,8025 a 26 anosXXIV0,506.300,006.930,007.560,008.190,0026 a 27 anosXXV0,526.384,007.022,407.660,808.299,2027 a 28 anosXXVI0,546.468,007.114,807.761,608.408,4028 a 29 anosXXVII0,566.552,007.207,207.862,408.517,6029 a 30 anosXXVIII0,586.636,007.299,607.963,208.626,8030 a 31 anosXXIX0,606.720,007.392,008.064,008.736,0031 a 32 anosXXX0,626.804,007.484,408.164,808.845,2032 a 33 anosXXXI0,646.888,007.576,808.265,608.954,4033 a 34 anosXXXII0,666.972,007.669,208.366,409.063,6034 a 35 anosXXXIII0,687.056,007.761,608.467,209.172,8035 a 36 anosXXXIV0,707.140,007.854,008.568,009.282,00

ANEXO 28 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
ENGENHEIRO AMBIENTAL				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**4.200,00**4.620,005.040,005.460,00

03 a 04 anosII0,064.452,004.897,205.342,405.787,6004 a 05 anosIII0,084.536,004.989,605.443,205.896,8005 a 06 anosIV0,104.620,005.082,005.544,006.006,0006 a 07 anosV0,124.704,005.174,405.644,806.115,2007 a 08 anosVI0,144.788,005.266,805.745,606.224,4008 a 09 anosVII0,164.

872,005.359,205.846,406.333,6009 a 10 anosVIII0,184.956,005.451,605.947,206.442,8010 a 11 anosIX0,205.040,005.544,006.048,006.552,0011 a 12 anosX0,225.124,005.636,406.148,806.661,2012 a 13 anosXI0,245.208,005.728,806.249,606.770,4013 a 14 anosXII0,265.292,005.821,206.350,406.879,6014 a 15 anosXIII0,285.376,005.913,606.451,206.988,8015 a 16 anosXIV0,305.460,006.006,006.552,007.098,0016 a 17 anosXV0,325.544,006.098,406.652,807.207,2017 a 18 anosXVI0,345.628,006.190,806.753,607.316,4018 a 19 anosXVIII0,365.712,006.283,206.854,407.425,6019 a 20 anosXVIII0,385.796,006.375,606.955,207.534,8020 a 21 anosXIX0,405.880,006.468,007.056,007.644,0021 a 22 anosXX0,425.964,006.560,407.156,807.753,2022 a 23 anosXXI0,446.048,006.652,807.257,607.862,4023 a 24 anosXXII0,466.132,006.745,207.358,407.971,6024 a 25 anosXXIII0,486.216,006.837,607.459,208.080,8025 a 26 anosXXIV0,506.300,006.930,007.560,008.190,0026 a 27 anosXXV0,526.384,007.022,407.660,808.299,2027 a 28 anosXXVI0,546.468,007.114,807.761,608.408,4028 a 29 anosXXVII0,566.552,007.207,207.862,408.517,6029 a 30 anosXXVIII0,586.636,007.299,607.963,208.626,8030 a 31 anosXXIX0,606.720,007.392,008.064,008.736,0031 a 32 anosXXX0,626.804,007.484,408.164,808.845,2032 a 33 anosXXXI0,646.888,007.576,808.265,608.954,4033 a 34 anosXXXII0,666.972,007.669,208.366,409.063,6034 a 35 anosXXXIII0,687.056,007.761,608.467,209.172,8035 a 36 anosXXXIV0,707.140,007.854,008.568,009.282,00

ANEXO 29 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**3.500,00**3.850,004.200,004.550,00

03 a 04 anosII0,063.710,004.081,004.452,004.823,0004 a 05 anosIII0,083.780,004.158,004.536,004.914,0005 a 06 anosIV0,103.850,004.235,004.620,005.005,0006 a 07 anosV0,123.920,004.312,004.704,005.096,0007 a 08 anosVI0,143.990,004.389,004.788,005.187,0008 a 09 anosVII0,164.060,004.466,004.872,005.278,0009 a 10 anosVIII0,184.130,004.543,004.956,005.369,0010 a 11 anosIX0,204.200,004.620,005.040,005.460,0011 a 12 anosX0,224.270,004.697,005.124,005.551,0012 a 13 anosXI0,244.340,004.774,005.208,005.642,0013 a 14 anosXII0,264.410,004.851,005.292,005.733,0014 a 15 anosXIII0,284.480,004.928,005.376,005.824,0015 a 16 anosXIV0,304.550,005.005,005.460,005.915,0016 a 17 anosXV0,324.620,005.082,005.544,006.006,0017 a 18 anosXVI0,344.690,005.159,005.628,006.097,0018 a 19 anosXVIII0,364.760,005.236,005.712,006.188,0019 a 20 anosXVIII0,384.830,005.313,005.796,006.279,0020 a 21 anosXIX0,404.900,005.390,005.880,006.370,0021 a 22 anosXX0,424.970,005.467,005.964,006.461,0022 a 23 anosXXI0,445.040,005.544,006.048,006.552,0023 a 24 anosXXII0,465.110,005.621,006.132,006.643,0024 a 25 anosXXIII0,485.180,005.698,006.216,006.734,0025 a 26 anosXXIV0,505.250,005.775,006.300,006.825,0026 a 27 anosXXV0,525.320,005.852,006.384,006.916,0027 a 28 anosXXVI0,545.390,005.929,006.468,007.007,0028 a 29 anosXXVII0,565.460,006.006,006.552,007.098,0029 a 30 anosXXVIII0,585.530,006.083,006.636,007.189,0030 a 31 anosXXIX0,605.600,006.160,006.720,007.280,0031 a 32 anosXXX0,625.670,006.237,006.804,007.371,0032 a 33 anosXXXI0,645.740,006.314,006.888,007.462,0033 a 34 anosXXXII0,665.810,006.391,006.972,007.553,0034 a 35 anosXXXIII0,685.880,006.468,007.056,007.644,0035 a 36 anosXXXIV0,705.950,006.545,007.140,007.735,00

ANEXO 30 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
TECNÓLOGO EM ADMINISTRAÇÃO; TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível técnicocurso de 260 horas aperfeiçoamento360 horas de curso de aperfeiçoamentoCurso superior**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**2.600,00**2.860,003.120,003.380,00

03 a 04 anosII0,062.756,003.031,603.307,203.582,8004 a 05 anosIII0,082.808,003.088,803.369,603.650,4005 a 06 anosIV0,102.860,003.146,003.432,003.718,0006 a 07 anosV0,122.912,003.203,203.494,403.785,6007 a 08 anosVI0,142.964,003.260,403.556,803.853,2008 a 09 anosVII0,163.016,003.317,603.619,203.920,8009 a 10 anosVIII0,183.068,003.374,803.681,603.988,4010 a 11 anosIX0,203.120,003.432,003.744,004.056,0011 a 12 anosX0,223.172,003.489,203.806,404.123,6012 a 13 anosXI0,243.224,003.546,403.868,804.191,2013 a 14 anosXII0,263.276,003.603,603.931,204.258,8014 a 15 anosXIII0,283.328,003.660,803.993,604.326,4015 a 16 anosXIV0,303.380,003.718,004.056,004.394,0016 a 17 anosXV0,323.432,003.775,204.118,404.461,6017 a 18 anosXVI0,343.484,003.832,404.180,804.529,2018 a 19 anosXVIII0,363.536,003.889,604.243,204.596,8019 a 20 anosXVIII0,383.588,003.946,804.305,604.664,4020 a 21 anosXIX0,403.640,004.004,004.368,004.732,0021 a 22 anosXX0,423.692,004.061,204.430,404.799,6022 a 23 anosXXI0,443.744,004.118,404.492,804.867,2023 a 24 anosXXII0,463.796,004.175,604.555,204.934,8024 a 25 anosXXIII0,483.848,004.232,804.617,605.002,4025 a 26 anosXXIV0,503.900,004.290,004.680,005.070,0026 a 27 anosXXV0,523.952,004.347,204.742,405.137,6027 a 28 anosXXVI0,544.004,004.404,404.804,805.205,2028 a 29 anosXXVII0,564.056,004.461,604.867,205.272,8029 a 30 anosXXVIII0,584.108,004.518,804.929,605.340,4030 a 31 anosXXIX0,604.160,004.576,004.992,005.408,0031 a 32 anosXXX0,624.212,004.633,205.054,405.475,6032 a 33 anosXXXI0,644.264,004.690,405.116,805.543,2033 a 34 anosXXXII0,664.316,004.747,605.179,205.610,8034 a 35 anosXXXIII0,684.368,004.804,805.241,605.678,4035 a 36 anosXXXIV0,704.420,004.862,005.304,005.746,00

ANEXO 31 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
INSTRUTOR DESPORTIVO				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.100,00**1.210,001.320,001.430,00

03 a 04 anosII0,061.166,001.282,601.399,201.515,8004 a 05 anosIII0,081.188,001.306,801.425,601.544,4005 a 06 anosIV0,101.210,001.331,001.452,001.573,0006 a 07 anosV0,121.232,001.355,201.478,401.601,6007 a 08 anosVI0,141.254,001.379,401.504,801.630,2008 a 09 anosVII0,161.276,001.403,601.531,201.658,8009 a 10 anosVIII0,181.298,001.427,801.557,601.687,4010 a 11 anosIX0,201.320,001.452,001.584,001.716,0011 a 12 anosX0,221.342,001.476,201.610,401.744,6012 a 13 anosXI0,241.364,001.500,401.636,801.773,2013 a 14 anosXII0,261.386,001.524,601.663,201.801,8014 a 15 anosXIII0,281.408,001.548,801.689,601.830,4015 a 16 anosXIV0,301.430,001.573,001.716,001.859,0016 a 17 anosXV0,321.452,001.597,201.742,401.887,6017 a 18 anosXVI0,341.474,001.621,401.768,801.916,2018 a 19 anosXVIII0,361.496,001.645,601.795,201.944,8019 a 20 anosXVIII0,381.518,001.669,801.821,601.973,4020 a 21 anosXIX0,401.540,001.694,001.848,002.002,0021 a 22 anosXX0,421.562,001.718,201.874,402.030,6022 a 23 anosXXI0,441.584,001.742,401.900,802.059,2023 a 24 anosXXII0,461.606,001.766,601.927,202.087,8024 a 25 anosXXIII0,481.628,001.790,801.953,602.116,4025 a 26 anosXXIV0,501.650,001.815,001.980,002.145,0026 a 27 anosXXV0,521.672,001.839,202.006,402.173,6027 a 28 anosXXVI0,541.694,001.863,402.032,802.202,2028 a 29 anosXXVII0,561.716,001.887,602.059,202.230,8029 a 30 anosXXVIII0,581.738,001.911,802.085,602.259,4030 a 31 anosXXIX0,601.760,001.936,002.112,002.288,0031 a 32 anosXXX0,621.782,001.960,202.138,402.316,6032 a 33 anosXXXI0,641.804,001.984,402.164,802.345,2033 a 34 anosXXXII0,661.826,002.008,602.191,202.373,8034 a 35 anosXXXIII0,681.848,002.032,802.217,602.402,4035 a 36 anosXXXIV0,701.870,002.057,002.244,002.431,00

ANEXO 32 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II				
ARQUITETO				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**4.200,00**4.620,005.040,005.460,00

03 a 04 anosII0,064.452,004.897,205.342,405.787,6004 a 05 anosIII0,084.536,004.989,605.443,205.896,8005 a 06 anosIV0,104.620,005.082,005.544,006.006,0006 a 07 anosV0,124.704,005.174,405.644,806.115,2007 a 08 anosVI0,144.788,005.266,805.745,606.224,4008 a 09 anosVII0,164.872,005.359,205.846,406.333,6009 a 10 anosVIII0,184.956,005.451,605.947,206.442,8010 a 11 anosIX0,205.040,005.544,006.048,006.552,0011 a 12 anosX0,225.124,005.636,406.148,806.661,2012 a 13 anosXI0,245.208,005.728,806.249,606.770,4013 a 14 anosXII0,265.292,005.821,206.350,406.879,6014 a 15 anosXIII0,285.376,005.913,606.451,206.988,8015 a 16 anosXIV0,305.460,006.006,006.552,007.098,0016 a 17 anosXV0,325.544,006.098,406.652,807.207,2017 a 18 anosXVI0,345.628,006.190,806.753,607.316,4018 a 19 anosXVIII0,365.712,006.283,206.854,407.425,6019 a 20 anosXVIII0,385.796,006.375,606.955,207.534,8020 a 21 anosXIX0,405.880,006.468,007.056,007.644,0021 a 22 anosXX0,425.964,006.560,407.156,807.753,2022 a 23 anosXXI0,446.048,006.652,807.257,607.862,4023 a 24 anosXXII0,466.132,006.745,207.358,407.971,6024 a 25 anosXXIII0,486.216,006.837,607.459,208.080,8025 a 26 anosXXIV0,506.300,006.930,007.560,008.190,0026 a 27 anosXXV0,526.384,007.022,407.660,808.299,2027 a 28 anosXXVI0,546.468,007.114,807.761,608.408,4028 a 29 anosXXVII0,566.552,007.207,207.862,408.517,6029 a 30 anosXXVIII0,586.636,007.299,607.963,208.626,8030 a 31 anosXXIX0,606.720,007.392,008.064,008.736,0031 a 32 anosXXX0,626.804,007.484,408.164,808.845,2032 a 33 anosXXXI0,646.888,007.576,808.265,608.954,4033 a 34 anosXXXII0,666.972,007.669,208.366,409.063,6034 a 35 anosXXXIII0,687.056,007.761,608.467,209.172,8035 a 36 anosXXXIV0,707.140,007.854,008.568,009.282,00

ANEXO 33 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II			
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE			
Vencimento Padrão Inicial	**Título do Cargo**	**HS/SEM**	**Nº DE VAGAS**
1.000,00	Auxiliar de Serviços Gerais	40 HS	60
1.000,00	Vigilante	40 HS	38
1.200,00	Pedreiro	40 HS	09
1.100,00	Carpinteiro	40 HS	04
1.100,00	Eletricista de Energia Elétrica	40 HS	02
1.000,00	Pintor	40 HS	02
1.000,00	Serralheiro	40 HS	01
1.000,00	Encanador	40 HS	04
1.000,00	Jardineiro	40 HS	01
1.000,00	Leiturista	40 HS	04
1.000,00	Gari	40 HS	15
1.000,00	Viveirista	40 HS	02
1.000,00	Coveiro	40 HS	02
1.100,00	Secretária	40 HS	04
1.100,00	Telefonista	40 HS	02
1.100,00	Recepcionista	40 HS	05
ANEXO 34 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II			
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE			
Vencimento Padrão Inicial	**Título do Cargo**	**HS/SEM**	**Nº DE VAGAS**
2.300,00	Mecânico de Veículos e Máquinas Pesadas	40 HS	01
2.300,00	Operador de Trator de Esteira	40 HS	02
2.300,00	Operador de Motoniveladora	40 HS	08
2.300,00	Operador de Escavadeira Hidrálica	40 HS	02
2.300,00	Motorista de Veículo Pesado	40 HS	20
2.300,00	Operador de Pá Carregadeira	40 HS	03
1.500,00	Motorista de Veículo Leve	40 HS	12
1.500,00	Operador de Trator de Pneu	40 HS	03
1.200,00	Operador de ETA/DAE	40 HS	05
1.800,00	Mecânico	40 HS	03
1.500,00	Mestre de Obras	40 HS	01
1.500,00	Soldador	40 HS	01

1.500,00	Borracheiro	40 HS	01
1.500,00	Auxiliar de Mecânico	40 HS	01

ANEXO 35 - LEI 500/2011 -ANEXO DA LEI 644/2016 - ATUALIZADO 2017 - % 6,58			
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE			
Vencimento Padrão Inicial	**Título do Cargo**	**HS/SEM**	**Nº DE VAGAS**
1.080,92	Instrutor Desportivo	40 HS	05

ANEXO 36 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II			
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE			
Vencimento Padrão Inicial	**Título do Cargo**	**HS/SEM**	**Nº DE VAGAS**
1.500,00	Topógrafo	40 HS	02
1.500,00	Técnico Agrícola	40 HS	03
1.500,00	TécnicoAgropecuária	40 HS	03
1.500,00	Técnico em Segurança do Trabalho	40 HS	01
1.500,00	Agente Administrativo	40 HS	25
1.500,00	Técnico em Contabilidade	40 HS	05
1.500,00	Técnico em Informática	40 HS	3

ANEXO 37 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II			
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE			
Vencimento Padrão Inicial	**Título do Cargo**	**HS/SEM**	**Nº DE VAGAS**
1.700,00	Fiscal de Obras	40 HS	04
1.700,00	Fiscal de Meio Ambiente	40 HS	05
1.700,00	Agente Fiscal Municipal	40 HS	18
1.700,00	Agente de Inspeção	40 HS	02
1.700,00	Fiscal de Consumo de Água	40 HS	03
1.700,00	Fiscal de Frotas	40 HS	03

ANEXO 38 CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II			
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE			
Vencimento Padrão Inicial	**Título do Cargo**	**HS/SEM**	**Nº DE VAGAS**
5.000,00	Advogado	20 HS	03
5.000,00	Auditor de Tributos Municipais	20 HS	01
3.500,00	Assistente Social	30 HS	02
4.200,00	Arquiteto	40 HS	02
4.200,00	Engenheiro Agrônomo	40 HS	02
4.200,00	Engenheiro Civil	40 HS	02
3.500,00	Psicólogo	30 HS	02
4.500,00	Bacharel em Ciências Contábeis	40 HS	02
4.500,00	Bacharel em Administração	40 HS	01
4.200,00	Zootecnista	40 HS	01
4.200,00	Médico Veterinário	40 HS	01
4.200,00	Engenheiro Ambiental	40 HS	01
3.500,00	Bacharel em Ciências Econômicas	40 HS	01
2.600,00	Tecnólogo em Administração	40 HS	03
2.600,00	Tecnólogo em Gestão Pública	40 HS	05
7.800,00	Auditor de Públivo Interno	40 HS	02
3.900,00	Técnico de Controle Interno	40 HS	02

ANEXO 39 CRIADO PELA LEI 535/2012				
AUDITOR PÚBLICO INTERNO				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**7.800,00**8.580,009.360,0010.140,00

03 a 04 anosII0,068.268,009.094,809.921,6010.748,4004 a 05 anosIII0,088.424,009.266,4010.108,8010.951,2005 a 06 anosIV0,108.580,009.438,0010.296,0011.154,0006 a 07 anosV0,128.736,009.609,6010.483,2011.356,8007 a 08 anosVI0,148.892,009.781,2010.670,4011.559,6008 a 09 anosVII0,169.048,009.952,8010.857,6011.762,4009 a 10 anosVIII0,189.204,0010.124,4011.044,8011.965,2010 a 11 anosIX0,209.360,0010.296,0011.232,0012.168,0011 a 12 anosX0,229.516,0010.467,6011.419,2012.370,8012 a 13 anosXI0,249.672,0010.639,2011.606,4012.573,6013 a 14 anosXII0,269.828,0010.810,8011.793,6012.776,4014 a 15 anosXIII0,289.984,0010.982,4011.980,8012.979,2015 a 16 anosXIV0,3010.140,0011.154,0012.168,0013.182,0016 a 17 anosXV0,3210.296,0011.325,6012.355,2013.384,8017 a 18 anosXVI0,3410.452,0011.497,2012.542,4013.587,6018 a 19 anosXVII0,3610.608,0011.668,8012.729,6013.790,4019 a 20 anosXVIII0,3810.764,0011.840,4012.916,8013.993,2020 a 21 anosXIX0,4010.920,0012.012,0013.104,0014.196,0021 a 22 anosXX0,4211.076,0012.183,6013.291,2014.398,8022 a 23 anosXXI0,4411.232,0012.355,2013.478,4014.601,6023 a 24 anosXXII0,4611.388,0012.526,8013.665,6014.804,4024 a 25 anosXXIII0,4811.544,0012.698,4013.852,8015.007,2025 a 26 anosXXIV0,5011.700,0012.870,0014.040,0015.210,0026 a 27 anosXXV0,5211.856,0013.041,6014.227,2015.412,8027 a 28 anosXXVI0,5412.012,0013.213,2014.414,4015.615,6028 a 29 anosXXVII0,5612.168,0013.384,8014.601,6015.818,4029 a 30 anosXXVIII0,5812.324,0013.556,4014.788,8016.021,2030 a 31 anosXXIX0,6012.480,0013.728,0014.976,0016.224,0031 a 32 anosXXX0,6212.636,0013.899,6015.163,2016.426,8032 a 33 anosXXXI0,6412.792,0014.071,2015.350,4016.629,6033 a 34 anosXXXII0,6612.948,0014.242,8015.537,6016.832,4034 a 35 anosXXXIII0,6813.104,0014.414,4015.724,8017.035,2035 a 36 anosXXXIV0,7013.260,0014.586,0015.912,0017.238,00

ANEXO 40 - CRIADO PELA LEI ATUAL				
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**3.900,00**4.290,004.680,005.070,00

03 a 04 anosII0,064.134,004.547,404.960,805.374,2004 a 05 anosIII0,084.212,004.633,205.054,405.475,6005 a 06 anosIV0,104.290,004.719,005.148,005.577,0006 a 07 anosV0,124.368,004.804,805.241,605.678,4007 a 08 anosVI0,144.446,004.890,605.335,205.779,8008 a 09 anosVII0,164.524,004.976,405.428,805.881,2009 a 10 anosVIII0,184.602,005.062,205.522,405.982,6010 a 11 anosIX0,204.680,005.148,005.616,006.084,0011 a 12 anosX0,224.758,005.233,805.709,606.185,4012 a 13 anosXI0,244.836,005.319,605.803,206.286,8013 a 14 anosXII0,264.914,005.405,405.896,806.388,2014 a 15 anosXIII0,284.992,005.491,205.990,406.489,6015 a 16 anosXIV0,305.070,005.577,006.084,006.591,0016 a 17 anosXV0,325.148,005.662,806.177,606.692,4017 a 18 anosXVI0,345.226,005.748,606.271,206.793,8018 a 19 anosXVIII0,365.304,005.834,406.364,806.895,2019 a 20 anosXVIII0,385.382,005.920,206.458,406.996,6020 a 21 anosXIX0,405.460,006.006,006.552,007.098,0021 a 22 anosXX0,425.538,006.091,806.645,607.199,4022 a 23 anosXXI0,445.616,006.177,606.739,207.300,8023 a 24 anosXXII0,465.694,006.263,406.832,807.402,2024 a 25 anosXXIII0,485.772,006.349,206.926,407.503,6025 a 26 anosXXIV0,505.850,006.435,007.020,007.605,0026 a 27 anosXXV0,525.928,006.520,807.113,607.706,4027 a 28 anosXXVI0,546.006,006.606,607.207,207.807,8028 a 29 anosXXVII0,566.084,006.692,407.300,807.909,2029 a 30 anosXXVIII0,586.162,006.778,207.394,408.010,6030 a 31 anosXXIX0,606.240,006.864,007.488,008.112,0031 a 32 anosXXX0,626.318,006.949,807.581,608.213,4032 a 33 anosXXXI0,646.396,007.035,607.675,208.314,8033 a 34 anosXXXII0,666.474,007.121,407.768,808.416,2034 a 35 anosXXXIII0,686.552,007.207,207.862,408.517,6035 a 36 anosXXXIV0,706.630,007.293,007.956,008.619,00

CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I

Carreira dos Profissionais do sistema único de saúde – SUS, do Município de Colniza, e dá outras providências.

ANEXO 1 – LEI 501/2011 – AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE; AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS				
CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitaçãoEnsino Médio mais curso de capacitaçãoCurso Superior**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.300,00**1.430,001.560,001.690,00

03 a 04 anosII0,061.378,001.515,801.653,601.791,4004 a 05 anosIII0,081.404,001.544,401.684,801.825,2005 a 06 anosIV0,101.430,001.573,001.716,001.859,0006 a 07 anosV0,121.456,001.601,601.747,201.892,8007 a 08 anosVI0,141.482,001.630,201.778,401.926,6008 a 09 anosVII0,161.508,001.658,801.809,601.960,4009 a 10 anosVIII0,181.534,001.687,401.840,801.994,2010 a 11 anosIX0,201.560,001.716,001.872,002.028,0011 a 12 anosX0,221.586,001.744,601.903,202.061,8012 a 13 anosXI0,241.612,001.773,201.934,402.095,6013 a 14 anosXII0,261.638,001.801,801.965,602.129,4014 a 15 anosXIII0,281.664,001.830,401.996,802.163,2015 a 16 anosXIV0,301.690,001.859,002.028,002.197,0016 a 17 anosXV0,321.716,001.887,602.059,202.230,8017 a 18 anosXVI0,341.742,001.916,202.090,402.264,6018 a 19 anosXVIII0,361.768,001.944,802.121,602.298,4019 a 20 anosXVIII0,381.794,001.973,402.152,802.332,2020 a 21 anosXIX0,401.820,002.002,002.184,002.366,0021 a 22 anosXX0,421.846,002.030,602.215,202.399,8022 a 23 anosXXI0,441.872,002.059,202.246,402.433,6023 a 24 anosXXII0,461.898,002.087,802.277,602.467,4024 a 25 anosXXIII0,481.924,002.116,402.308,802.501,2025 a 26 anosXXIV0,501.950,002.145,002.340,002.535,0026 a 27 anosXXV0,521.976,002.173,602.371,202.568,8027 a 28 anosXXVI0,542.002,002.202,202.402,402.602,6028 a 29 anosXXVII0,562.028,002.230,802.433,602.636,4029 a 30 anosXXVIII0,582.054,002.259,402.464,802.670,2030 a 31 anosXXIX0,602.080,002.288,002.496,002.704,0031 a 32 anosXXX0,622.106,002.316,602.527,202.737,8032 a 33 anosXXXI0,642.132,002.345,202.558,402.771,6033 a 34 anosXXXII0,662.158,002.373,802.589,602.805,4034 a 35 anosXXXIII0,682.184,002.402,402.620,802.839,2035 a 36 anosXXXIV0,702.210,002.431,002.652,002.873,00

ANEXO 2 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I				
AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA; AGENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA; MICROSCOPISTA; AGENTE DE SAÚDE				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.300,00**1.430,001.560,001.690,00

03 a 04 anosII0,061.378,001.515,801.653,601.791,4004 a 05 anosIII0,081.404,001.544,401.684,801.825,2005 a 06 anosIV0,101.430,001.573,001.716,001.859,0006 a 07 anosV0,121.456,001.601,601.747,201.892,8007 a 08 anosVI0,141.482,001.630,201.778,401.926,6008 a 09 anosVII0,161.508,001.658,801.809,601.960,4009 a 10 anosVIII0,181.534,001.687,401.840,801.994,2010 a 11 anosIX0,201.560,001.716,001.872,002.028,0011 a 12 anosX0,221.586,001.744,601.903,202.061,8012 a 13 anosXI0,241.612,001.773,201.934,402.095,6013 a 14 anosXII0,261.638,001.801,801.965,602.129,4014 a 15 anosXIII0,281.664,001.830,401.996,802.163,2015 a 16 anosXIV0,301.690,001.859,002.028,002.197,0016 a 17 anosXV0,321.716,001.887,602.059,202.230,8017 a 18 anosXVI0,341.742,001.916,202.090,402.264,6018 a 19 anosXVIII0,361.768,001.944,802.121,602.298,4019 a 20 anosXVIII0,381.794,001.973,402.152,802.332,2020 a 21 anosXIX0,401.820,002.002,002.184,002.366,0021 a 22 anosXX0,421.846,002.030,602.215,202.399,8022 a 23 anosXXI0,441.872,002.059,202.246,402.433,6023 a 24 anosXXII0,461.898,002.087,802.277,602.467,4024 a 25 anosXXIII0,481.924,002.116,402.308,802.501,2025 a 26 anosXXIV0,501.950,002.145,002.340,002.535,0026 a 27 anosXXV0,521.976,002.173,602.371,202.568,8027 a 28 anosXXVI0,542.002,002.202,202.402,402.602,6028 a 29 anosXXVII0,562.028,002.230,802.433,602.636,4029 a 30 anosXXVIII0,582.

054,002.259,402.464,802.670,2030 a 31 anosXXIX0,602.080,002.288,002.496,002.704,0031 a 32 anosXXX0,622.106,002.316,602.527,202.737,8032 a 33 anosXXXI0,642.132,002.345,202.558,402.771,6033 a 34 anosXXXII0,662.158,002.373,802.589,602.805,4034 a 35 anosXXXIII0,682.184,002.402,402.620,802.839,2035 a 36 anosXXXIV0,702.210,002.431,002.652,002.873,00

ANEXO 3 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I				
MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitação 100 horasEnsino MédioCurso Médio Profissionalizante na área**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.500,00**1.650,001.800,001.950,00

03 a 04 anosII0,06**1.590,001.749,001.908,002.067,00**04 a 05 anosIII0,081.620,001.782,001.944,002.106,0005 a 06 anosIV0,101.650,001.815,001.980,002.145,0006 a 07 anosV0,121.680,001.848,002.016,002.184,0007 a 08 anosVI0,14**1.710,001.881,002.052,002.223,00**08 a 09 anosVII0,161.740,001.914,002.088,002.262,0009 a 10 anosVIII0,18**1.770,001.947,002.124,002.301,00**10 a 11 anosIX0,201.800,001.980,002.160,002.340,0011 a 12 anosX0,221.830,002.013,002.196,002.379,0012 a 13 anosXI0,241.860,002.046,002.232,002.418,0013 a 14 anosXII0,261.890,002.079,002.268,002.457,0014 a 15 anosXIII0,281.920,002.112,002.304,002.496,0015 a 16 anosXIV0,301.950,002.145,002.340,002.535,0016 a 17 anosXV0,321.980,002.178,002.376,002.574,0017 a 18 anosXVI0,342.010,002.211,002.412,002.613,0018 a 19 anosXVIII0,362.040,002.244,002.448,002.652,0019 a 20 anosXVIII0,382.070,002.277,002.484,002.691,0020 a 21 anosXIX0,402.100,002.310,002.520,002.730,0021 a 22 anosXX0,422.130,002.343,002.556,002.769,0022 a 23 anosXXI0,442.160,002.376,002.592,002.808,0023 a 24 anosXXII0,462.190,002.409,002.628,002.847,0024 a 25 anosXXIII0,482.220,002.442,002.664,002.886,0025 a 26 anosXXIV0,502.250,002.475,002.700,002.925,0026 a 27 anosXXV0,522.280,002.508,002.736,002.964,0027 a 28 anosXXVI0,54**2.310,002.541,002.772,003.003,00**28 a 29 anosXXVII0,562.340,002.574,002.808,003.042,0029 a 30 anosXXVIII0,582.370,002.607,002.844,003.081,0030 a 31 anosXXIX0,602.400,002.640,002.880,003.120,0031 a 32 anosXXX0,622.430,002.673,002.916,003.159,0032 a 33 anosXXXI0,642.460,002.706,002.952,003.198,0033 a 34 anosXXXII0,662.490,002.739,002.988,003.237,0034 a 35 anosXXXIII0,682.520,002.772,003.024,003.276,0035 a 36 anosXXXIV0,70**2.550,002.805,003.060,003.315,00ANEXO 4 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**

AUXILIAR DE SERVÇOS GERAIS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitaçãoEnsino Médio mais curso de capacitaçãoCurso Superior**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.000,00**1.100,001.200,001.300,00

03 a 04 anosII0,06**1.060,001.166,001.272,001.378,00**04 a 05 anosIII0,081.080,001.188,001.296,001.404,0005 a 06 anosIV0,101.100,001.210,001.320,001.430,0006 a 07 anosV0,121.120,001.232,001.344,001.456,0007 a 08 anosVI0,14**1.140,001.254,001.368,001.482,00**08 a 09 anosVII0,161.160,001.276,001.392,001.508,0009 a 10 anosVIII0,18**1.180,001.298,001.416,001.534,00**10 a 11 anosIX0,201.200,001.320,001.440,001.560,0011 a 12 anosX0,221.220,001.342,001.464,001.586,0012 a 13 anosXI0,241.240,001.364,001.488,001.612,0013 a 14 anosXII0,261.260,001.386,001.512,001.638,0014 a 15 anosXIII0,281.280,001.408,001.536,001.664,0015 a 16 anosXIV0,301.300,001.430,001.560,001.690,0016 a 17 anosXV0,321.320,001.452,001.584,001.716,0017 a 18 anosXVI0,341.340,001.474,001.608,001.742,0018 a 19 anosXVIII0,361.360,001.496,001.632,001.768,0019 a 20 anosXVIII0,381.380,001.518,001.656,001.794,0020 a 21 anosXIX0,401.400,001.540,001.680,001.820,0021 a 22 anosXX0,421.420,001.562,001.704,001.846,0022 a 23 anosXXI0,441.440,001.584,001.728,001.872,0023 a 24 anosXXII0,461.460,001.606,001.752,001.898,0024 a 25 anosXXIII0,481.480,001.628,001.776,001.924,0025 a 26 anosXXIV0,501.500,001.650,001.800,001.950,0026 a 27 anosXXV0,521.520,001.672,001.824,001.976,0027 a 28 anosXXVI0,54**1.540,001.694,001.848,002.002,00**28 a 29 anosXXVII0,561.560,001.716,001.872,002.028,0029 a 30 anosXXVIII0,581.580,001.738,001.896,002.054,0030 a 31 anosXXIX0,601.600,001.760,001.920,002.080,0031 a 32 anosXXX0,621.620,001.782,001.944,002.106,0032 a 33 anosXXXI0,641.640,001.804,001.968,002.132,0033 a 34 anosXXXII0,661.660,001.826,001.992,002.158,0034 a 35 anosXXXIII0,681.680,001.848,002.016,002.184,0035 a 36 anosXXXIV0,70**1.700,001.870,002.040,002.210,00ANEXO 5 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**

COZINHEIRA; VIGILANTE				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitaçãoEnsino Médio mais curso de capacitaçãoCurso Superior**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.000,00**1.100,001.200,001.300,00

03 a 04 anosII0,06**1.060,001.166,001.272,001.378,00**04 a 05 anosIII0,081.080,001.188,001.296,001.404,0005 a 06 anosIV0,101.100,001.210,001.320,001.430,0006 a 07 anosV0,121.120,001.232,001.344,001.456,0007 a 08 anosVI0,14**1.140,001.254,001.368,001.482,00**08 a 09 anosVII0,161.160,001.276,001.392,001.508,0009 a 10 anosVIII0,18**1.180,001.298,001.416,001.534,00**10 a 11 anosIX0,201.200,001.320,001.440,001.560,0011 a 12 anosX0,221.220,001.342,001.464,001.586,0012 a 13 anosXI0,241.240,001.364,001.488,001.612,0013 a 14 anosXII0,261.260,001.386,001.512,001.638,0014 a 15 anosXIII0,281.280,001.408,001.536,001.664,0015 a 16 anosXIV0,301.300,001.430,001.560,001.690,0016 a 17 anosXV0,321.320,001.452,001.584,001.716,0017 a 18 anosXVI0,341.340,001.474,001.608,001.742,0018 a 19 anosXVIII0,361.360,001.496,001.632,001.768,0019 a 20 anosXVIII0,381.380,001.518,001.656,001.794,0020 a 21 anosXIX0,401.400,001.540,001.680,001.820,0021 a 22 anosXX0,421.420,001.562,001.704,001.846,0022 a 23 anosXXI0,441.440,001.584,001.728,001.872,0023 a 24 anosXXII0,461.460,001.606,001.752,001.898,0024 a 25 anosXXIII0,481.480,001.628,001.776,001.924,0025 a 26 anosXXIV0,501.500,001.650,001.800,001.950,0026 a 27 anosXXV0,521.520,001.672,001.824,001.976,0027 a 28 anosXXVI0,54**1.540,001.694,001.848,002.002,00**28 a 29 anosXXVII0,561.560,001.716,001.872,002.028,0029 a 30 anosXXVIII0,581.580,001.738,001.896,002.054,0030 a 31 anosXXIX0,601.600,001.760,001.920,002.080,0031 a 32 anosXXX0,621.620,001.782,001.944,002.106,0032 a 33 anosXXXI0,641.640,001.804,001.968,002.132,0033 a 34 anosXXXII0,661.660,001.826,001.992,002.158,0034 a 35 anosXXXIII0,681.680,001.848,002.016,002.184,0035 a 36 anosXXXIV0,70**1.700,001.870,002.040,002.210,00ANEXO 06- CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**

AGENTE ADMINISTRATIVO				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Médio CompletoCurso de capacitaçãoEnsino Médio mais curso de capacitaçãoCurso Superior**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.500,00**1.650,001.800,001.950,00

03 a 04 anosII0,06**1.590,001.749,001.908,002.067,00**04 a 05 anosIII0,081.620,001.782,001.944,002.106,0005 a 06 anosIV0,101.650,001.815,001.980,002.145,0006 a 07 anosV0,121.680,001.848,002.016,002.184,0007 a 08 anosVI0,14**1.710,001.881,002.052,002.223,00**08 a 09 anosVII0,161.740,001.914,002.088,002.262,0009 a 10 anosVIII0,18**1.770,001.947,002.124,002.301,00**10 a 11 anosIX0,201.800,001.980,002.160,002.340,0011 a 12 anosX0,221.830,002.013,002.196,002.379,0012 a 13 anosXI0,241.860,002.046,002.232,002.418,0013 a 14 anosXII0,261.890,002.079,002.268,002.457,0014 a 15 anosXIII0,281.920,002.112,002.304,002.496,0015 a 16 anosXIV0,301.950,002.145,002.340,002.535,0016 a 17 anosXV0,321.980,002.178,002.376,002.574,0017 a 18 anosXVI0,342.010,002.211,002.412,002.613,0018 a 19 anosXVIII0,362.040,002.244,002.448,002.652,0019 a 20

anosXVIII0,382.070,002.277,002.484,002.691,0020 a 21 anosXIX0,402.100,002.310,002.520,002.730,0021 a 22 anosXX0,422.130,002.343,002.556,002.769,0022 a 23 anosXXI0,442.160,002.376,002.592,002.808,0023 a 24 anosXXII0,462.190,002.409,002.628,002.847,0024 a 25 anosXXIII0,482.220,002.442,002.664,002.886,0025 a 26 anosXXIV0,502.250,002.475,002.700,002.925,0026 a 27 anosXXV0,522.280,002.508,002.736,002.964,0027 a 28 anosXXVI0,54**2.310,002.541,002.772,003.003,00**28 a 29 anosXXVII0,562.340,002.574,002.808,003.042,0029 a 30 anosXXVIII0,582.370,002.607,002.844,003.081,0030 a 31 anosXXIX0,602.400,002.640,002.880,003.120,0031 a 32 anosXXX0,622.430,002.673,002.916,003.159,0032 a 33 anosXXXI0,642.460,002.706,002.952,003.198,0033 a 34 anosXXXII0,662.490,002.739,002.988,003.237,0034 a 35 anosXXXIII0,682.520,002.772,003.024,003.276,0035 a 36 anosXXXIV0,70**2.550,002.805,003.060,003.315,00**

ANEXO 7 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I				
AUXILIAR DE ENFERMAGEM				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Fundamental CompletoCurso de capacitaçãoEnsino Médio mais curso de capacitaçãoCurso Superior**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.200,00**1.320,001.440,001.560,00

03 a 04 anosII0,06**1.272,001.399,201.526,401.653,60**04 a 05 anosIII0,081.296,001.425,601.555,201.684,8005 a 06 anosIV0,101.320,001.452,001.584,001.716,0006 a 07 anosV0,121.344,001.478,401.612,801.747,2007 a 08 anosVI0,14**1.368,001.504,801.641,601.778,40**08 a 09 anosVII0,161.392,001.531,201.670,401.809,6009 a 10 anosVIII0,18**1.416,001.557,601.699,201.840,80**10 a 11 anosIX0,201.440,001.584,001.728,001.872,0011 a 12 anosX0,221.464,001.610,401.756,801.903,2012 a 13 anosXI0,241.488,001.636,801.785,601.934,4013 a 14 anosXII0,261.512,001.663,201.814,401.965,6014 a 15 anosXIII0,281.536,001.689,601.843,201.996,8015 a 16 anosXIV0,301.560,001.716,001.872,002.028,0016 a 17 anosXV0,321.584,001.742,401.900,802.059,2017 a 18 anosXVI0,341.608,001.768,801.929,602.090,4018 a 19 anosXVIII0,361.632,001.795,201.958,402.121,6019 a 20 anosXVIII0,381.656,001.821,601.987,202.152,8020 a 21 anosXIX0,401.680,001.848,002.016,002.184,0021 a 22 anosXX0,421.704,001.874,402.044,802.215,2022 a 23 anosXXI0,441.728,001.900,802.073,602.246,4023 a 24 anosXXII0,461.752,001.927,202.102,402.277,6024 a 25 anosXXIII0,481.776,001.953,602.131,202.308,8025 a 26 anosXXIV0,501.800,001.980,002.160,002.340,0026 a 27 anosXXV0,521.824,002.006,402.188,802.371,2027 a 28 anosXXVI0,54**1.848,002.032,802.217,602.402,40**28 a 29 anosXXVII0,561.872,002.059,202.246,402.433,6029 a 30 anosXXVIII0,581.896,002.085,602.275,202.464,8030 a 31 anosXXIX0,601.920,002.112,002.304,002.496,0031 a 32 anosXXX0,621.944,002.138,402.332,802.527,2032 a 33 anosXXXI0,641.968,002.164,802.361,602.558,4033 a 34 anosXXXII0,661.992,002.191,202.390,402.589,6034 a 35 anosXXXIII0,682.016,002.217,602.419,202.620,8035 a 36 anosXXXIV0,70**2.040,002.244,002.448,002.652,00**

ANEXO 8 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I				
RECEPCIONISTA; AUXILIAR DE FARMÁCIA; AUXILIAR DE LABORATÓRIO; AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTLÓGICO				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Médio CompletoGraduaçãoPósMestrado**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.100,00**1.210,001.320,001.430,00

03 a 04 anosII0,061.166,001.282,601.399,201.515,8004 a 05 anosIII0,081.188,001.306,801.425,601.544,4005 a 06 anosIV0,101.210,001.331,001.452,001.573,0006 a 07 anosV0,121.232,001.355,201.478,401.601,6007 a 08 anosVI0,141.254,001.379,401.504,801.630,2008 a 09 anosVII0,161.276,001.403,601.531,201.658,8009 a 10 anosVIII0,181.298,001.427,801.557,601.687,4010 a 11 anosIX0,201.320,001.452,001.584,001.716,0011 a 12 anosX0,221.342,001.476,201.610,401.744,6012 a 13 anosXI0,241.364,001.500,401.636,801.773,2013 a 14 anosXII0,261.386,001.524,601.663,201.801,8014 a 15 anosXIII0,281.408,001.548,801.689,601.830,4015 a 16 anosXIV0,301.430,001.573,001.716,001.859,0016 a 17 anosXV0,321.452,001.597,201.742,401.887,6017 a 18 anosXVI0,341.474,001.621,401.768,801.916,2018 a 19 anosXVIII0,361.496,001.645,601.795,201.944,8019 a 20 anosXVIII0,381.518,001.669,801.821,601.973,4020 a 21 anosXIX0,401.540,001.694,001.848,002.002,0021 a 22 anosXX0,421.562,001.718,201.874,402.030,6022 a 23 anosXXI0,441.584,001.742,401.900,802.059,2023 a 24 anosXXII0,461.606,001.766,601.927,202.087,8024 a 25 anosXXIII0,481.628,001.790,801.953,602.116,4025 a 26 anosXXIV0,501.650,001.815,001.980,002.145,0026 a 27 anosXXV0,521.672,001.839,202.006,402.173,6027 a 28 anosXXVI0,541.694,001.863,402.032,802.202,2028 a 29 anosXXVII0,561.716,001.887,602.059,202.230,8029 a 30 anosXXVIII0,581.738,001.911,802.085,602.259,4030 a 31 anosXXIX0,601.760,001.936,002.112,002.288,0031 a 32 anosXXX0,621.782,001.960,202.138,402.316,6032 a 33 anosXXXI0,641.804,001.984,402.164,802.345,2033 a 34 anosXXXII0,661.826,002.008,602.191,202.373,8034 a 35 anosXXXIII0,681.848,002.032,802.217,602.402,4035 a 36 anosXXXIV0,701.870,002.057,002.244,002.431,00

ANEXO 9 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I				
FISIOTERAPEUTA 40 HRS; ODONTÓLOGO 40 HRS;				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**4.200,00**4.620,005.040,005.460,00

03 a 04 anosII0,06**4.452,004.897,205.342,405.787,60**04 a 05 anosIII0,084.536,004.989,605.443,205.896,8005 a 06 anosIV0,104.620,005.082,005.544,006.006,0006 a 07 anosV0,124.704,005.174,405.644,806.115,2007 a 08 anosVI0,14**4.788,005.266,805.745,606.224,40**08 a 09 anosVII0,164.872,005.359,205.846,406.333,6009 a 10 anosVIII0,18**4.956,005.451,605.947,206.442,80**10 a 11 anosIX0,205.040,005.544,006.048,006.552,0011 a 12 anosX0,225.124,005.636,406.148,806.661,2012 a 13 anosXI0,245.208,005.728,806.249,606.770,4013 a 14 anosXII0,265.292,005.821,206.350,406.879,6014 a 15 anosXIII0,285.376,005.913,606.451,206.988,8015 a 16 anosXIV0,305.460,006.006,006.552,007.098,0016 a 17 anosXV0,325.544,006.098,406.652,807.207,2017 a 18 anosXVI0,345.628,006.190,806.753,607.316,4018 a 19 anosXVIII0,365.712,006.283,206.854,407.425,6019 a 20 anosXVIII0,385.796,006.375,606.955,207.534,8020 a 21 anosXIX0,405.880,006.468,007.056,007.644,0021 a 22 anosXX0,425.964,006.560,407.156,807.753,2022 a 23 anosXXI0,446.048,006.652,807.257,607.862,4023 a 24 anosXXII0,466.132,006.745,207.358,407.971,6024 a 25 anosXXIII0,486.216,006.837,607.459,208.080,8025 a 26 anosXXIV0,506.300,006.930,007.560,008.190,0026 a 27 anosXXV0,526.384,007.022,407.660,808.

299,2027 a 28 anosXXVI0,54**6.468,007.114,807.761,608.408,40**28 a 29 anosXXVII0,566.552,007.207,207.862,408.517,6029 a 30 anosXXVIII0,586.636,007.299,607.963,208.626,8030 a 31 anosXXIX0,606.720,007.392,008.064,008.736,0031 a 32 anosXXX0,626.804,007.484,408.164,808.845,2032 a 33 anosXXXI0,646.888,007.576,808.265,608.954,4033 a 34 anosXXXII0,666.972,007.669,208.366,409.063,6034 a 35 anosXXXIII0,687.056,007.761,608.467,209.172,8035 a 36 anosXXXIV0,707**.140,007.854,008.568,009.282,00ANEXO 10 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**

FISIOTERAPEUTA 20 HS e ODONTÓLOGO 20 HRS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**2.100,00**2.310,002.520,002.730,00

03 a 04 anosII0,062.226,002.448,602.671,202.893,8004 a 05 anosIII0,082.268,002.494,802.721,602.948,4005 a 06 anosIV0,102.310,002.541,002.772,003.003,0006 a 07 anosV0,122.352,002.587,202.822,403.057,6007 a 08 anosVI0,142.394,002.633,402.872,803.112,2008 a 09 anosVII0,162.436,002.679,602.923,203.166,8009 a 10 anosVIII0,182.478,002.725,802.973,603.221,4010 a 11 anosIX0,202.520,002.772,003.024,003.276,0011 a 12 anosX0,222.562,002.818,203.074,403.330,6012 a 13 anosXI0,242.604,002.864,403.124,803.385,2013 a 14 anosXII0,262.646,002.910,603.175,203.439,8014 a 15 anosXIII0,282.688,002.956,803.225,603.494,4015 a 16 anosXIV0,302.730,003.003,003.276,003.549,0016 a 17 anosXV0,322.772,003.049,203.326,403.603,6017 a 18 anosXVI0,342.814,003.095,403.376,803.658,2018 a 19 anosXVIII0,362.856,003.141,603.427,203.712,8019 a 20 anosXVIII0,382.898,003.187,803.477,603.767,4020 a 21 anosXIX0,402.940,003.234,003.528,003.822,0021 a 22 anosXX0,422.982,003.280,203.578,403.876,6022 a 23 anosXXI0,443.024,003.326,403.628,803.931,2023 a 24 anosXXII0,463.066,003.372,603.679,203.985,8024 a 25 anosXXII-I0,483.108,003.418,803.729,604.040,4025 a 26 anosXXIV0,503.150,003.465,003.780,004.095,0026 a 27 anosXXV0,523.192,003.511,203.830,404.149,6027 a 28 anosXXVI0,543.234,003.557,403.880,804.204,2028 a 29 anosXXVII0,563.276,003.603,603.931,204.258,8029 a 30 anosXXVIII0,583.318,003.649,803.981,604.313,4030 a 31 anosXXIX0,603.360,003.696,004.032,004.368,0031 a 32 anosXXX0,623.402,003.742,204.082,404.422,6032 a 33 anosXXXI0,643.444,003.788,404.132,804.477,2033 a 34 anosXXXII0,663.486,003.834,604.183,204.531,8034 a 35 anosXXXIII0,683.528,003.880,804.233,604.586,4035 a 36 anosXXXIV0,703.570,003.927,004.284,004.641,00**ANEXO 11 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**

ASSISTENTE SOCIAL 30 HRS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**3.500,00**3.850,004.200,004.550,00

03 a 04 anosII0,063.710,004.081,004.452,004.823,0004 a 05 anosIII0,083.780,004.158,004.536,004.914,0005 a 06 anosIV0,103.850,004.235,004.620,005.005,0006 a 07 anosV0,123.920,004.312,004.704,005.096,0007 a 08 anosVI0,143.990,004.389,004.788,005.187,0008 a 09 anosVII0,164.060,004.466,004.872,005.278,0009 a 10 anosVIII0,184.130,004.543,004.956,005.369,0010 a 11 anosIX0,204.200,004.620,005.040,005.460,0011 a 12 anosX0,224.270,004.697,005.124,005.551,0012 a 13 anosXI0,244.340,004.774,005.208,005.642,0013 a 14 anosXII0,264.410,004.851,005.292,005.733,0014 a 15 anosXIII0,284.480,004.928,005.376,005.824,0015 a 16 anosXIV0,304.550,005.005,005.460,005.915,0016 a 17 anosXV0,324.620,005.082,005.544,006.006,0017 a 18 anosXVI0,344.690,005.159,005.628,006.097,0018 a 19 anosXVIII0,364.760,005.236,005.712,006.188,0019 a 20 anosXVIII0,384.830,005.313,005.796,006.279,0020 a 21 anosXIX0,404.900,005.390,005.880,006.370,0021 a 22 anosXX0,424.970,005.467,005.964,006.461,0022 a 23 anosXXI0,445.040,005.544,006.048,006.552,0023 a 24 anosXXII0,465.110,005.621,006.132,006.643,0024 a 25 anosXXII-I0,485.180,005.698,006.216,006.734,0025 a 26 anosXXIV0,505.250,005.775,006.300,006.825,0026 a 27 anosXXV0,525.320,005.852,006.384,006.916,0027 a 28 anosXXVI0,545.390,005.929,006.468,007.007,0028 a 29 anosXXVII0,565.460,006.006,006.552,007.098,0029 a 30 anosXXVIII0,585.530,006.083,006.636,007.189,0030 a 31 anosXXIX0,605.600,006.160,006.720,007.280,0031 a 32 anosXXX0,625.670,006.237,006.804,007.371,0032 a 33 anosXXXI0,645.740,006.314,006.888,007.462,0033 a 34 anosXXXII0,665.810,006.391,006.972,007.553,0034 a 35 anosXXXIII0,685.880,006.468,007.056,007.644,0035 a 36 anosXXXIV0,705.950,006.545,007.140,007.735,00**ANEXO 12 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**

FARMAÊUTICO/BIOQUÍMICO 40 HRS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**4.200,00**4.620,005.040,005.460,00

03 a 04 anosII0,064.452,004.897,205.342,405.787,6004 a 05 anosIII0,084.536,004.989,605.443,205.896,8005 a 06 anosIV0,104.620,005.082,005.544,006.006,0006 a 07 anosV0,124.704,005.174,405.644,806.115,2007 a 08 anosVI0,144.788,005.266,805.745,606.224,4008 a 09 anosVII0,164.872,005.359,205.846,406.333,6009 a 10 anosVIII0,184.956,005.451,605.947,206.442,8010 a 11 anosIX0,205.040,005.544,006.048,006.552,0011 a 12 anosX0,225.124,005.636,406.148,806.661,2012 a 13 anosXI0,245.208,005.728,806.249,606.770,4013 a 14 anosXII0,265.292,005.821,206.350,406.879,6014 a 15 anosXIII0,285.376,005.913,606.451,206.988,8015 a 16 anosXIV0,305.460,006.006,006.552,007.098,0016 a 17 anosXV0,325.544,006.098,406.652,807.207,2017 a 18 anosXVI0,345.628,006.190,806.753,607.316,4018 a 19 anosXVIII0,365.712,006.283,206.854,407.425,6019 a 20 anosXVIII0,385.796,006.375,606.955,207.534,8020 a 21 anosXIX0,405.880,006.468,007.056,007.644,0021 a 22 anosXX0,425.964,006.560,407.156,807.753,2022 a 23 anosXXI0,446.048,006.652,807.257,607.862,4023 a 24 anosXXII0,466.132,006.745,207.358,407.971,6024 a 25 anosXXII-I0,486.216,006.837,607.459,208.080,8025 a 26 anosXXIV0,506.300,006.930,007.560,008.190,0026 a 27 anosXXV0,526.384,007.022,407.660,808.299,2027 a 28 anosXXVI0,546.468,007.114,807.761,608.408,4028 a 29 anosXXVII0,566.552,007.207,207.862,408.517,6029 a 30 anosXXVIII0,586.636,007.299,607.963,208.626,8030 a 31 anosXXIX0,606.720,007.392,008.064,008.736,0031 a 32 anosXXX0,626.804,007.484,408.164,808.845,2032 a 33 anosXXXI0,646.888,007.576,808.265,608.954,4033 a 34 anosXXXII0,666.972,007.669,208.366,409.063,6034 a 35 anosXXXIII0,687.056,007.761,608.467,209.172,8035 a 36 anosXXXIV0,707.140,007.854,008.568,009.282,00**ANEXO 13 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**

FARMAÊUTICO/BIOQUÍMICO 20 HRS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**2.100,00**2.310,002.520,002.730,00

03 a 04 anosII0,062.226,002.448,602.671,202.893,8004 a 05 anosIII0,082.268,002.494,802.721,602.948,4005 a 06 anosIV0,102.310,002.541,002.772,003.003,0006 a 07 anosV0,122.352,002.587,202.822,403.057,6007 a 08 anosVI0,142.394,002.633,402.872,803.112,2008 a 09 anosVII0,162.436,002.679,602.923,203.166,8009 a 10 anosVIII0,182.478,002.725,802.973,603.221,4010 a 11 anosIX0,202.520,002.772,003.024,003.276,0011 a 12 anosX0,222.562,002.818,203.074,403.330,6012 a 13 anosXI0,242.604,002.864,403.124,803.385,2013 a 14 anosXII0,262.646,002.910,603.175,203.439,8014 a 15 anosXIII0,282.688,002.956,803.225,603.494,4015 a 16 anosXIV0,302.730,003.003,003.276,003.549,0016 a 17 anosXV0,322.772,003.049,203.326,403.603,6017 a 18 anosXVI0,342.814,003.095,403.376,803.658,2018 a 19 anosXVIII0,362.856,003.141,603.427,203.712,8019 a 20 anosXVIII0,382.898,003.187,803.477,603.767,4020 a 21 anosXIX0,402.940,003.234,003.528,003.822,0021 a 22 anosXX0,422.982,003.280,203.578,403.876,6022 a 23 anosXXI0,443.024,003.326,403.628,803.931,2023 a 24 anosXXII0,463.066,003.372,603.679,203.985,8024 a 25 anosXXII-

I0,483.108,003.418,803.729,604.040,4025 a 26 anosXXIV0,503.150,003.465,003.780,004.095,0026 a 27 anosXXV0,523.192,003.511,203.830,404.149,6027 a 28 anosXXVI0,543.234,003.557,403.880,804.204,2028 a 29 anosXXVII0,563.276,003.603,603.931,204.258,8029 a 30 anosXXVIII0,583.318,003.649,803.981,604.313,4030 a 31 anosXXIX0,603.360,003.696,004.032,004.368,0031 a 32 anosXXX0,623.402,003.742,204.082,404.422,6032 a 33 anosXXXI0,643.444,003.788,404.132,804.477,2033 a 34 anosXXXII0,663.486,003.834,604.183,204.531,8034 a 35 anosXXXIII0,683.528,003.880,804.233,604.586,4035 a 36 anosXXXIV0,703.570,003.927,004.284,004.641,00**ANEXO 14 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**
NUTRICIONISTA- 30 HORAS

PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**3.500,00**3.850,004.200,004.550,00

03 a 04 anosII0,063.710,004.081,004.452,004.823,0004 a 05 anosIII0,083.780,004.158,004.536,004.914,0005 a 06 anosIV0,103.850,004.235,004.620,005.005,0006 a 07 anosV0,123.920,004.312,004.704,005.096,0007 a 08 anosVI0,143.990,004.389,004.788,005.187,0008 a 09 anosVII0,164.060,004.466,004.872,005.278,0009 a 10 anosVIII0,184.130,004.543,004.956,005.369,0010 a 11 anosIX0,204.200,004.620,005.040,005.460,0011 a 12 anosX0,224.270,004.697,005.124,005.551,0012 a 13 anosXI0,244.340,004.774,005.208,005.642,0013 a 14 anosXII0,264.410,004.851,005.292,005.733,0014 a 15 anosXIII0,284.480,004.928,005.376,005.824,0015 a 16 anosXIV0,304.550,005.005,005.460,005.915,0016 a 17 anosXV0,324.620,005.082,005.544,006.006,0017 a 18 anosXVI0,344.690,005.159,005.628,006.097,0018 a 19 anosXVIII0,364.760,005.236,005.712,006.188,0019 a 20 anosXVIII0,384.830,005.313,005.796,006.279,0020 a 21 anosXIX0,404.900,005.390,005.880,006.370,0021 a 22 anosXX0,424.970,005.467,005.964,006.461,0022 a 23 anosXXI0,445.040,005.544,006.048,006.552,0023 a 24 anosXXII0,465.110,005.621,006.132,006.643,0024 a 25 anosXXIII0,485.180,005.698,006.216,006.734,0025 a 26 anosXXIV0,505.250,005.775,006.300,006.825,0026 a 27 anosXXV0,525.320,005.852,006.384,006.916,0027 a 28 anosXXVI0,545.390,005.929,006.468,007.007,0028 a 29 anosXXVII0,565.460,006.006,006.552,007.098,0029 a 30 anosXXVIII0,585.530,006.083,006.636,007.189,0030 a 31 anosXXIX0,605.600,006.160,006.720,007.280,0031 a 32 anosXXX0,625.670,006.237,006.804,007.371,0032 a 33 anosXXXI0,645.740,006.314,006.888,007.462,0033 a 34 anosXXXII0,665.810,006.391,006.972,007.553,0034 a 35 anosXXXIII0,685.880,006.468,007.056,007.644,0035 a 36 anosXXXIV0,705.950,006.545,007.140,007.735,00**ANEXO 15 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**
PSICÓLOGO- 30 HORAS

PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**3.500,00**3.850,004.200,004.550,00

03 a 04 anosII0,063.710,004.081,004.452,004.823,0004 a 05 anosIII0,083.780,004.158,004.536,004.914,0005 a 06 anosIV0,103.850,004.235,004.620,005.005,0006 a 07 anosV0,123.920,004.312,004.704,005.096,0007 a 08 anosVI0,143.990,004.389,004.788,005.187,0008 a 09 anosVII0,164.060,004.466,004.872,005.278,0009 a 10 anosVIII0,184.130,004.543,004.956,005.369,0010 a 11 anosIX0,204.200,004.620,005.040,005.460,0011 a 12 anosX0,224.270,004.697,005.124,005.551,0012 a 13 anosXI0,244.340,004.774,005.208,005.642,0013 a 14 anosXII0,264.410,004.851,005.292,005.733,0014 a 15 anosXIII0,284.480,004.928,005.376,005.824,0015 a 16 anosXIV0,304.550,005.005,005.460,005.915,0016 a 17 anosXV0,324.620,005.082,005.544,006.006,0017 a 18 anosXVI0,344.690,005.159,005.628,006.097,0018 a 19 anosXVIII0,364.760,005.236,005.712,006.188,0019 a 20 anosXVIII0,384.830,005.313,005.796,006.279,0020 a 21 anosXIX0,404.900,005.390,005.880,006.370,0021 a 22 anosXX0,424.970,005.467,005.964,006.461,0022 a 23 anosXXI0,445.040,005.544,006.048,006.552,0023 a 24 anosXXII0,465.110,005.621,006.132,006.643,0024 a 25 anosXXIII0,485.180,005.698,006.216,006.734,0025 a 26 anosXXIV0,505.250,005.775,006.300,006.825,0026 a 27 anosXXV0,525.320,005.852,006.384,006.916,0027 a 28 anosXXVI0,545.390,005.929,006.468,007.007,0028 a 29 anosXXVII0,565.460,006.006,006.552,007.098,0029 a 30 anosXXVIII0,585.530,006.083,006.636,007.189,0030 a 31 anosXXIX0,605.600,006.160,006.720,007.280,0031 a 32 anosXXX0,625.670,006.237,006.804,007.371,0032 a 33 anosXXXI0,645.740,006.314,006.888,007.462,0033 a 34 anosXXXII0,665.810,006.391,006.972,007.553,0034 a 35 anosXXXIII0,685.880,006.468,007.056,007.644,0035 a 36 anosXXXIV0,705.950,006.545,007.140,007.735,00**ANEXO 16 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**
BIÓLOGO 40 HS

PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**3.500,00**3.850,004.200,004.550,00

03 a 04 anosII0,063.710,004.081,004.452,004.823,0004 a 05 anosIII0,083.780,004.158,004.536,004.914,0005 a 06 anosIV0,103.850,004.235,004.620,005.005,0006 a 07 anosV0,123.920,004.312,004.704,005.096,0007 a 08 anosVI0,143.990,004.389,004.788,005.187,0008 a 09 anosVII0,164.060,004.466,004.872,005.278,0009 a 10 anosVIII0,184.130,004.543,004.956,005.369,0010 a 11 anosIX0,204.200,004.620,005.040,005.460,0011 a 12 anosX0,224.270,004.697,005.124,005.551,0012 a 13 anosXI0,244.340,004.774,005.208,005.642,0013 a 14 anosXII0,264.410,004.851,005.292,005.733,0014 a 15 anosXIII0,284.480,004.928,005.376,005.824,0015 a 16 anosXIV0,304.550,005.005,005.460,005.915,0016 a 17 anosXV0,324.620,005.082,005.544,006.006,0017 a 18 anosXVI0,344.690,005.159,005.628,006.097,0018 a 19 anosXVIII0,364.760,005.236,005.712,006.188,0019 a 20 anosXVIII0,384.830,005.313,005.796,006.279,0020 a 21 anosXIX0,404.900,005.390,005.880,006.370,0021 a 22 anosXX0,424.970,005.467,005.964,006.461,0022 a 23 anosXXI0,445.040,005.544,006.048,006.552,0023 a 24 anosXXII0,465.110,005.621,006.132,006.643,0024 a 25 anosXXIII0,485.180,005.698,006.216,006.734,0025 a 26 anosXXIV0,505.250,005.775,006.300,006.825,0026 a 27 anosXXV0,525.320,005.852,006.384,006.916,0027 a 28 anosXXVI0,545.390,005.929,006.468,007.007,0028 a 29 anosXXVII0,565.460,006.006,006.552,007.098,0029 a 30 anosXXVIII0,585.530,006.083,006.636,007.189,0030 a 31 anosXXIX0,605.600,006.160,006.720,007.280,0031 a 32 anosXXX0,625.670,006.237,006.804,007.371,0032 a 33 anosXXXI0,645.740,006.314,006.888,007.462,0033 a 34 anosXXXII0,665.810,006.391,006.972,007.553,0034 a 35 anosXXXIII0,685.880,006.468,007.056,007.644,0035 a 36 anosXXXIV0,705.950,006.545,007.140,007.735,00**ANEXO 17 –CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**
FISIOTERAPEUTA - 20 HORAS

PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**2.100,00**2.310,002.520,002.730,00

03 a 04 anosII0,062.226,002.448,602.671,202.893,8004 a 05 anosIII0,082.268,002.494,802.721,602.948,4005 a 06 anosIV0,102.310,002.541,002.772,003.003,0006 a 07 anosV0,122.352,002.587,202.822,403.057,6007 a 08 anosVI0,142.394,002.633,402.872,803.112,2008 a 09 anosVII0,162.436,002.679,602.923,203.166,8009 a 10 anosVIII0,182.478,002.725,802.973,603.221,4010 a 11 anosIX0,202.520,002.772,003.024,003.276,0011 a 12 anosX0,222.562,002.818,203.074,403.330,6012 a 13 anosXI0,242.604,002.864,403.124,803.385,2013 a 14 anosXII0,262.646,002.910,603.175,203.439,8014 a 15 anosXIII0,282.688,002.956,803.225,603.494,4015 a 16 anosXIV0,302.730,003.003,003.276,003.549,0016 a 17 anosXV0,322.772,003.049,203.326,403.603,6017 a 18 anosXVI0,342.814,003.095,403.376,803.658,2018 a 19 anosXVIII0,362.856,003.141,603.427,203.712,8019 a 20 anosXVIII0,382.898,003.187,803.477,603.767,4020 a 21 anosXIX0,402.940,003.234,003.528,003.822,0021 a 22 anosXX0,422.982,003.280,203.

578,403.876,6022 a 23 anosXXI0,443.024,003.326,403.628,803.931,2023 a 24 anosXXII0,463.066,003.372,603.679,203.985,8024 a 25 anosXXII-I0,483.108,003.418,803.729,604.040,4025 a 26 anosXXIV0,503.150,003.465,003.780,004.095,0026 a 27 anosXXV0,523.192,003.511,203.830,404.149,6027 a 28 anosXXVI0,543.234,003.557,403.880,804.204,2028 a 29 anosXXVII0,563.276,003.603,603.931,204.258,8029 a 30 anosXXVIII0,583.318,003.649,803.981,604.313,4030 a 31 anosXXIX0,603.360,003.696,004.032,004.368,0031 a 32 anosXXX0,623.402,003.742,204.082,404.422,6032 a 33 anosXXXI0,643.444,003.788,404.132,804.477,2033 a 34 anosXXXII0,663.486,003.834,604.183,204.531,8034 a 35 anosXXXIII0,683.528,003.880,804.233,604.586,4035 a 36 anosXXXIV0,703.570,003.927,004.284,004.641,00**ANEXO 18 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**

FONOAUDIOLOGO - 40 HORAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**4.200,00**4.620,005.040,005.460,00

03 a 04 anosII0,064.452,004.897,205.342,405.787,6004 a 05 anosIII0,084.536,004.989,605.443,205.896,8005 a 06 anosIV0,104.620,005.082,005.544,006.006,0006 a 07 anosV0,124.704,005.174,405.644,806.115,2007 a 08 anosVI0,144.788,005.266,805.745,606.224,4008 a 09 anosVII0,164.872,005.359,205.846,406.333,6009 a 10 anosVIII0,184.956,005.451,605.947,206.442,8010 a 11 anosIX0,205.040,005.544,006.048,006.552,0011 a 12 anosX0,225.124,005.636,406.148,806.661,2012 a 13 anosXI0,245.208,005.728,806.249,606.770,4013 a 14 anosXII0,265.292,005.821,206.350,406.879,6014 a 15 anosXIII0,285.376,005.913,606.451,206.988,8015 a 16 anosXIV0,305.460,006.006,006.552,007.098,0016 a 17 anosXV0,325.544,006.098,406.652,807.207,2017 a 18 anosXVI0,345.628,006.190,806.753,607.316,4018 a 19 anosXVIII0,365.712,006.283,206.854,407.425,6019 a 20 anosXVIII0,385.796,006.375,606.955,207.534,8020 a 21 anosXIX0,405.880,006.468,007.056,007.644,0021 a 22 anosXX0,425.964,006.560,407.156,807.753,2022 a 23 anosXXI0,446.048,006.652,807.257,607.862,4023 a 24 anosXXII0,466.132,006.745,207.358,407.971,6024 a 25 anosXXII-I0,486.216,006.837,607.459,208.080,8025 a 26 anosXXIV0,506.300,006.930,007.560,008.190,0026 a 27 anosXXV0,526.384,007.022,407.660,808.299,2027 a 28 anosXXVI0,546.468,007.114,807.761,608.408,4028 a 29 anosXXVII0,566.552,007.207,207.862,408.517,6029 a 30 anosXXVIII0,586.636,007.299,607.963,208.626,8030 a 31 anosXXIX0,606.720,007.392,008.064,008.736,0031 a 32 anosXXX0,626.804,007.484,408.164,808.845,2032 a 33 anosXXXI0,646.888,007.576,808.265,608.954,4033 a 34 anosXXXII0,666.972,007.669,208.366,409.063,6034 a 35 anosXXXIII0,687.056,007.761,608.467,209.172,8035 a 36 anosXXXIV0,707.140,007.854,008.568,009.282,00**ANEXO 19 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**

FONOAUDIÓLOGO - 20 HORAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**2.100,00**2.310,002.520,002.730,00

03 a 04 anosII0,062.226,002.448,602.671,202.893,8004 a 05 anosIII0,082.268,002.494,802.721,602.948,4005 a 06 anosIV0,102.310,002.541,002.772,003.003,0006 a 07 anosV0,122.352,002.587,202.822,403.057,6007 a 08 anosVI0,142.394,002.633,402.872,803.112,2008 a 09 anosVII0,162.436,002.679,602.923,203.166,8009 a 10 anosVIII0,182.478,002.725,802.973,603.221,4010 a 11 anosIX0,202.520,002.772,003.024,003.276,0011 a 12 anosX0,222.562,002.818,203.074,403.330,6012 a 13 anosXI0,242.604,002.864,403.124,803.385,2013 a 14 anosXII0,262.646,002.910,603.175,203.439,8014 a 15 anosXIII0,282.688,002.956,803.225,603.494,4015 a 16 anosXIV0,302.730,003.003,003.276,003.549,0016 a 17 anosXV0,322.772,003.049,203.326,403.603,6017 a 18 anosXVI0,342.814,003.095,403.376,803.658,2018 a 19 anosXVIII0,362.856,003.141,603.427,203.712,8019 a 20 anosXVIII0,382.898,003.187,803.477,603.767,4020 a 21 anosXIX0,402.940,003.234,003.528,003.822,0021 a 22 anosXX0,422.982,003.280,203.578,403.876,6022 a 23 anosXXI0,443.024,003.326,403.628,803.931,2023 a 24 anosXXII0,463.066,003.372,603.679,203.985,8024 a 25 anosXXII-I0,483.108,003.418,803.729,604.040,4025 a 26 anosXXIV0,503.150,003.465,003.780,004.095,0026 a 27 anosXXV0,523.192,003.511,203.830,404.149,6027 a 28 anosXXVI0,543.234,003.557,403.880,804.204,2028 a 29 anosXXVII0,563.276,003.603,603.931,204.258,8029 a 30 anosXXVIII0,583.318,003.649,803.981,604.313,4030 a 31 anosXXIX0,603.360,003.696,004.032,004.368,0031 a 32 anosXXX0,623.402,003.742,204.082,404.422,6032 a 33 anosXXXI0,643.444,003.788,404.132,804.477,2033 a 34 anosXXXII0,663.486,003.834,604.183,204.531,8034 a 35 anosXXXIII0,683.528,003.880,804.233,604.586,4035 a 36 anosXXXIV0,703.570,003.927,004.284,004.641,00

ANEXO 20 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I				
ENFERMEIRO - 40 HORAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**3.500,00**3.850,004.200,004.550,00

03 a 04 anosII0,063.710,004.081,004.452,004.823,0004 a 05 anosIII0,083.780,004.158,004.536,004.914,0005 a 06 anosIV0,103.850,004.235,004.620,005.005,0006 a 07 anosV0,123.920,004.312,004.704,005.096,0007 a 08 anosVI0,143.990,004.389,004.788,005.187,0008 a 09 anosVII0,164.060,004.466,004.872,005.278,0009 a 10 anosVIII0,184.130,004.543,004.956,005.369,0010 a 11 anosIX0,204.200,004.620,005.040,005.460,0011 a 12 anosX0,224.270,004.697,005.124,005.551,0012 a 13 anosXI0,244.340,004.774,005.208,005.642,0013 a 14 anosXII0,264.410,004.851,005.292,005.733,0014 a 15 anosXIII0,284.480,004.928,005.376,005.824,0015 a 16 anosXIV0,304.550,005.005,005.460,005.915,0016 a 17 anosXV0,324.620,005.082,005.544,006.006,0017 a 18 anosXVI0,344.690,005.159,005.628,006.097,0018 a 19 anosXVIII0,364.760,005.236,005.712,006.188,0019 a 20 anosXVIII0,384.830,005.313,005.796,006.279,0020 a 21 anosXIX0,404.900,005.390,005.880,006.370,0021 a 22 anosXX0,424.970,005.467,005.964,006.461,0022 a 23 anosXXI0,445.040,005.544,006.048,006.552,0023 a 24 anosXXII0,465.110,005.621,006.132,006.643,0024 a 25 anosXXII-I0,485.180,005.698,006.216,006.734,0025 a 26 anosXXIV0,505.250,005.775,006.300,006.825,0026 a 27 anosXXV0,525.320,005.852,006.384,006.916,0027 a 28 anosXXVI0,545.390,005.929,006.468,007.007,0028 a 29 anosXXVII0,565.460,006.006,006.552,007.098,0029 a 30 anosXXVIII0,585.530,006.083,006.636,007.189,0030 a 31 anosXXIX0,605.600,006.160,006.720,007.280,0031 a 32 anosXXX0,625.670,006.237,006.804,007.371,0032 a 33 anosXXXI0,645.740,006.314,006.888,007.462,0033 a 34 anosXXXII0,665.810,006.391,006.972,007.553,0034 a 35 anosXXXIII0,685.880,006.468,007.056,007.644,0035 a 36 anosXXXIV0,705.950,006.545,007.140,007.735,00

ANEXO 21 -CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I				
TÉCNICO EM GESSO; TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO;				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Médio Profissionalizantecurso de 260h capacitação na área360 horas de cursos de aperfeiçoamentoCurso Superior**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.800,00**1.980,002.160,002.340,00

03 a 04 anosII0,061.908,002.098,802.289,602.480,4004 a 05 anosIII0,081.944,002.138,402.332,802.527,2005 a 06 anosIV0,101.980,002.178,002.376,002.574,0006 a 07 anosV0,122.016,002.217,602.419,202.620,8007 a 08 anosVI0,142.052,002.257,202.462,402.667,6008 a 09 anosVII0,162.088,002.296,802.505,602.714,4009 a 10 anosVIII0,182.124,002.336,402.548,802.761,2010 a 11 anosIX0,202.160,002.376,002.592,002.808,0011 a 12 anosX0,222.196,002.415,602.635,202.854,8012 a 13 anosXI0,242.232,002.455,202.678,402.901,6013 a 14 anosXII0,262.268,002.494,802.721,602.948,4014 a 15 anosXIII0,282.304,002.534,402.764,802.995,2015 a 16 anosXIV0,302.340,002.574,002.808,003.042,0016 a 17 anosXV0,322.376,002.613,602.851,203.088,8017 a 18 anosXVI0,342.412,002.653,202.894,403.135,6018 a 19 anosXVIII0,362.448,002.692,802.937,603.182,4019 a 20 anosXVIII0,382.484,002.732,402.980,803.229,2020 a 21 anosXIX0,402.520,002.772,003.024,003.276,0021 a 22 anosXX0,422.556,002.811,603.067,203.322,8022 a 23 anosXXI0,442.592,002.851,203.110,403.369,6023 a 24 anosXXII0,462.628,002.890,803.153,603.416,4024 a 25 anosXXIII0,482.664,002.930,403.196,803.463,2025 a 26 anosXXIV0,502.700,002.970,003.240,003.510,0026 a 27 anosXXV0,522.736,003.009,603.283,203.556,8027 a 28 anosXXVI0,542.772,003.049,203.326,403.603,6028 a 29 anosXXVII0,562.808,003.088,803.369,603.650,4029 a 30 anosXXVIII0,582.844,003.128,403.412,803.697,2030 a 31 anosXXIX0,602.880,003.168,003.456,003.744,0031 a 32 anosXXX0,622.916,003.207,603.499,203.790,8032 a 33 anosXXXI0,642.952,003.247,203.542,403.837,6033 a 34 anosXXXII0,662.988,003.286,803.585,603.884,4034 a 35 anosXXXIII0,683.024,003.326,403.628,803.931,2035 a 36 anosXXXIV0,703.060,003.366,003.672,003.978,00

ANEXO 22 - LEI 501/2011 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I				
TECNICO EM RAIO X 24 HORAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Médio Profissionalizantecurso de 260h capacitação na área360 horas de cursos de aperfeiçoamentoCurso Superior**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**2.000,00**2.200,002.400,002.600,00

03 a 04 anosII0,062.120,002.332,002.544,002.756,0004 a 05 anosIII0,082.160,002.376,002.592,002.808,0005 a 06 anosIV0,102.200,002.420,002.640,002.860,0006 a 07 anosV0,122.240,002.464,002.688,002.912,0007 a 08 anosVI0,142.280,002.508,002.736,002.964,0008 a 09 anosVII0,162.320,002.552,002.784,003.016,0009 a 10 anosVIII0,182.360,002.596,002.832,003.068,0010 a 11 anosIX0,202.400,002.640,002.880,003.120,0011 a 12 anosX0,222.440,002.684,002.928,003.172,0012 a 13 anosXI0,242.480,002.728,002.976,003.224,0013 a 14 anosXII0,262.520,002.772,003.024,003.276,0014 a 15 anosXIII0,282.560,002.816,003.072,003.328,0015 a 16 anosXIV0,302.600,002.860,003.120,003.380,0016 a 17 anosXV0,322.640,002.904,003.168,003.432,0017 a 18 anosXVI0,342.680,002.948,003.216,003.484,0018 a 19 anosXVIII0,362.720,002.992,003.264,003.536,0019 a 20 anosXVIII0,382.760,003.036,003.312,003.588,0020 a 21 anosXIX0,402.800,003.080,003.360,003.640,0021 a 22 anosXX0,422.840,003.124,003.408,003.692,0022 a 23 anosXXI0,442.880,003.168,003.456,003.744,0023 a 24 anosXXII0,462.920,003.212,003.504,003.796,0024 a 25 anosXXIII0,482.960,003.256,003.552,003.848,0025 a 26 anosXXIV0,503.000,003.300,003.600,003.900,0026 a 27 anosXXV0,523.040,003.344,003.648,003.952,0027 a 28 anosXXVI0,543.080,003.388,003.696,004.004,0028 a 29 anosXXVII0,563.120,003.432,003.744,004.056,0029 a 30 anosXXVIII0,583.160,003.476,003.792,004.108,0030 a 31 anosXXIX0,603.200,003.520,003.840,004.160,0031 a 32 anosXXX0,623.240,003.564,003.888,004.212,0032 a 33 anosXXXI0,643.280,003.608,003.936,004.264,0033 a 34 anosXXXII0,663.320,003.652,003.984,004.316,0034 a 35 anosXXXIII0,683.360,003.696,004.032,004.368,0035 a 36 anosXXXIV0,703.400,003.740,004.080,004.420,00**ANEXO 23 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**

TÉCNICO EM LABORATÓRIO BIOQUÍMICO - 20 HRS				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Ensino Médio Profissionalizantecurso de 260h capacitação na área360 horas de cursos de aperfeiçoamentoCurso Superior**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.500,00**1.650,001.800,001.950,00

03 a 04 anosII0,061.590,001.749,001.908,002.067,0004 a 05 anosIII0,081.620,001.782,001.944,002.106,0005 a 06 anosIV0,101.650,001.815,001.980,002.145,0006 a 07 anosV0,121.680,001.848,002.016,002.184,0007 a 08 anosVI0,141.710,001.881,002.052,002.223,0008 a 09 anosVII0,161.740,001.914,002.088,002.262,0009 a 10 anosVIII0,181.770,001.947,002.124,002.301,0010 a 11 anosIX0,201.800,001.980,002.160,002.340,0011 a 12 anosX0,221.830,002.013,002.196,002.379,0012 a 13 anosXI0,241.860,002.046,002.232,002.418,0013 a 14 anosXII0,261.890,002.079,002.268,002.457,0014 a 15 anosXIII0,281.920,002.112,002.304,002.496,0015 a 16 anosXIV0,301.950,002.145,002.340,002.535,0016 a 17 anosXV0,321.980,002.178,002.376,002.574,0017 a 18 anosXVI0,342.010,002.211,002.412,002.613,0018 a 19 anosXVIII0,362.040,002.244,002.448,002.652,0019 a 20 anosXVIII0,382.070,002.277,002.484,002.691,0020 a 21 anosXIX0,402.100,002.310,002.520,002.730,0021 a 22 anosXX0,422.130,002.343,002.556,002.769,0022 a 23 anosXXI0,442.160,002.376,002.592,002.808,0023 a 24 anosXXII0,462.190,002.409,002.628,002.847,0024 a 25 anosXXIII0,482.220,002.442,002.664,002.886,0025 a 26 anosXXIV0,502.250,002.475,002.700,002.925,0026 a 27 anosXXV0,522.280,002.508,002.736,002.964,0027 a 28 anosXXVI0,542.310,002.541,002.772,003.003,0028 a 29 anosXXVII0,562.340,002.574,002.808,003.042,0029 a 30 anosXXVIII0,582.370,002.607,002.844,003.081,0030 a 31 anosXXIX0,602.400,002.640,002.880,003.120,0031 a 32 anosXXX0,622.430,002.673,002.916,003.159,0032 a 33 anosXXXI0,642.460,002.706,002.952,003.198,0033 a 34 anosXXXII0,662.490,002.739,002.988,003.237,0034 a 35 anosXXXIII0,682.520,002.772,003.024,003.276,0035 a 36 anosXXXIV0,702.550,002.805,003.060,003.315,00

ANEXO 24 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I				
MÉDICO: PSF, PEDIATRA, GINECOLOGISTA, ORTOPEDISTA, CIRURGIÃO- 20 HORAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**12.500,00**13.750,0015.000,0016.250,00

03 a 04 anosII0,0613.250,0014.575,0015.900,0017.225,0004 a 05 anosIII0,0813.500,0014.850,0016.200,0017.550,0005 a 06 anosIV0,1013.750,0015.125,0016.500,0017.875,0006 a 07 anosV0,1214.000,0015.400,0016.800,0018.200,0007 a 08 anosVI0,1414.250,0015.675,0017.100,0018.525,0008 a 09 anosVII0,1614.500,0015.950,0017.400,0018.850,0009 a 10 anosVIII0,1814.750,0016.225,0017.700,0019.175,0010 a 11 anosIX0,2015.000,0016.500,0018.000,0019.500,0011 a 12 anosX0,2215.250,0016.775,0018.300,0019.825,0012 a 13 anosXI0,2415.500,0017.050,0018.600,0020.150,0013 a 14 anosXII0,2615.750,0017.325,0018.900,0020.475,0014 a 15 anosXIII0,2816.000,0017.600,0019.200,0020.800,0015 a 16 anosXIV0,3016.250,0017.875,0019.500,0021.125,0016 a 17 anosXV0,3216.500,0018.150,0019.800,0021.450,0017 a 18 anosXVI0,3416.750,0018.425,0020.100,0021.775,0018 a 19 anosXVIII0,3617.000,0018.700,0020.400,0022.100,0019 a 20 anosXVIII0,3817.250,0018.975,0020.700,0022.425,0020 a 21 anosXIX0,4017.500,0019.250,0021.000,0022.750,0021 a 22 anosXX0,4217.750,0019.525,0021.300,0023.075,0022 a 23 anosXXI0,4418.000,0019.800,0021.600,0023.400,0023 a 24 anosXXII0,4618.250,0020.075,0021.900,0023.725,0024 a 25 anosXXIII0,4818.500,0020.350,0022.200,0024.050,0025 a 26 anosXXIV0,5018.750,0020.625,0022.500,0024.375,0026 a 27 anosXXV0,5219.000,0020.900,0022.800,0024.700,0027 a 28 anosXXVI0,5419.250,0021.175,0023.100,0025.025,0028 a 29 anosXXVII0,5619.500,0021.450,0023.400,0025.350,0029 a 30 anosXXVIII0,5819.750,0021.725,0023.700,0025.675,0030 a 31 anosXXIX0,6020.000,0022.000,0024.000,0026.000,0031 a 32 anosXXX0,6220.250,0022.275,0024.300,0026.325,0032 a 33 anosXXXI0,6420.500,0022.550,0024.600,0026.650,0033 a 34 anosXXXII0,6620.750,0022.825,0024.900,0026.975,0034 a 35 anosXXXIII0,6821.000,0023.100,0025.200,0027.300,0035 a 36 anosXXXIV0,7021.250,0023.375,0025.500,0027.625,00**ANEXO 25 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**

MÉDICO CLINICO GERAL- 20 HORAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**12.500,00**13.750,0015.000,0016.250,00

03 a 04 anosII0,0613.250,0014.575,0015.900,0017.225,0004 a 05 anosIII0,0813.500,0014.850,0016.200,0017.550,0005 a 06 anosIV0,1013.750,0015.125,0016.500,0017.875,0006 a 07 anosV0,1214.000,0015.400,0016.800,0018.200,0007 a 08 anosVI0,1414.250,0015.675,0017.100,0018.525,0008 a 09 anosVII0,1614.500,0015.950,0017.400,0018.850,0009 a 10 anosVIII0,1814.750,0016.225,0017.700,0019.175,0010 a 11 anosIX0,2015.000,0016.500,0018.000,0019.500,0011 a 12 anosX0,2215.250,0016.775,0018.300,0019.825,0012 a 13 anosXI0,2415.500,0017.050,0018.600,0020.150,0013 a 14 anosXII0,2615.750,0017.325,0018.900,0020.475,0014 a 15 anosXIII0,2816.000,0017.600,0019.200,0020.800,0015 a 16 anosXIV0,3016.250,0017.875,0019.500,0021.125,0016 a 17 anosXV0,3216.500,0018.150,0019.800,0021.450,0017 a 18 anosXVI0,3416.750,0018.425,0020.100,0021.775,0018 a 19 anosXVIII0,3617.000,0018.700,0020.400,0022.100,0019 a 20 anosXVIII0,3817.250,0018.975,0020.700,0022.425,0020 a 21 anosXIX0,4017.500,0019.250,0021.000,0022.750,0021 a 22 anosXX0,4217.750,0019.525,0021.300,0023.075,0022 a 23 anosXXI0,4418.000,0019.800,0021.600,0023.400,0023 a 24 anosXXII0,4618.250,0020.075,0021.900,0023.725,0024 a 25 anosXXIII0,4818.500,0020.350,0022.200,0024.050,0025 a 26 anosXXIV0,5018.750,0020.625,0022.500,0024.375,0026 a 27 anosXXV0,5219.000,0020.900,0022.800,0024.700,0027 a 28 anosXXVI0,5419.250,0021.175,0023.100,0025.025,0028 a 29 anosXXVII0,5619.500,0021.450,0023.400,0025.350,0029 a 30 anosXXVIII0,5819.750,0021.725,0023.700,0025.675,0030 a 31 anosXXIX0,6020.000,0022.000,0024.000,0026.000,0031 a 32 anosXXX0,6220.250,0022.275,0024.300,0026.325,0032 a 33 anosXXXI0,6420.500,0022.550,0024.600,0026.650,0033 a 34 anosXXXII0,6620.750,0022.825,0024.900,0026.975,0034 a 35 anosXXXIII0,6821.000,0023.100,0025.200,0027.300,0035 a 36 anosXXXIV0,7021.250,0023.375,0025.500,0027.625,00

ANEXO 26 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I				
MÉDICO: DERMATOLOGISTA, CARDIOLOGISTA, PNEUMOLOGISTA, NEUROLOGISTA				
OTORRINOLARINGOLOGISTA, OFTALMOLOGISTA; GASTROENTEROLOGISTA : 20 HORAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**12.500,00**13.750,0015.000,0016.250,00

03 a 04 anosII0,0613.250,0014.575,0015.900,0017.225,0004 a 05 anosIII0,0813.500,0014.850,0016.200,0017.550,0005 a 06 anosIV0,1013.750,0015.125,0016.500,0017.875,0006 a 07 anosV0,1214.000,0015.400,0016.800,0018.200,0007 a 08 anosVI0,1414.250,0015.675,0017.100,0018.525,0008 a 09 anosVII0,1614.500,0015.950,0017.400,0018.850,0009 a 10 anosVIII0,1814.750,0016.225,0017.700,0019.175,0010 a 11 anosIX0,2015.000,0016.500,0018.000,0019.500,0011 a 12 anosX0,2215.250,0016.775,0018.300,0019.825,0012 a 13 anosXI0,2415.500,0017.050,0018.600,0020.150,0013 a 14 anosXII0,2615.750,0017.325,0018.900,0020.475,0014 a 15 anosXIII0,2816.000,0017.600,0019.200,0020.800,0015 a 16 anosXIV0,3016.250,0017.875,0019.500,0021.125,0016 a 17 anosXV0,3216.500,0018.150,0019.800,0021.450,0017 a 18 anosXVI0,3416.750,0018.425,0020.100,0021.775,0018 a 19 anosXVIII0,3617.000,0018.700,0020.400,0022.100,0019 a 20 anosXVIII0,3817.250,0018.975,0020.700,0022.425,0020 a 21 anosXIX0,4017.500,0019.250,0021.000,0022.750,0021 a 22 anosXX0,4217.750,0019.525,0021.300,0023.075,0022 a 23 anosXXI0,4418.000,0019.800,0021.600,0023.400,0023 a 24 anosXXII0,4618.250,0020.075,0021.900,0023.725,0024 a 25 anosXXIII0,4818.500,0020.350,0022.200,0024.050,0025 a 26 anosXXIV0,5018.750,0020.625,0022.500,0024.375,0026 a 27 anosXXV0,5219.000,0020.900,0022.800,0024.700,0027 a 28 anosXXVI0,5419.250,0021.175,0023.100,0025.025,0028 a 29 anosXXVII0,5619.500,0021.450,0023.400,0025.350,0029 a 30 anosXXVIII0,5819.750,0021.725,0023.700,0025.675,0030 a 31 anosXXIX0,6020.000,0022.000,0024.000,0026.000,0031 a 32 anosXXX0,6220.250,0022.275,0024.300,0026.325,0032 a 33 anosXXXI0,6420.500,0022.550,0024.600,0026.650,0033 a 34 anosXXXII0,6620.750,0022.825,0024.900,0026.975,0034 a 35 anosXXXIII0,6821.000,0023.100,0025.200,0027.300,0035 a 36 anosXXXIV0,7021.250,0023.375,0025.500,0027.625,00

ANEXO 27 -CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I				
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - 40 HORAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível Médio Profissionalizante TécnicoCurso de 260 de aperfeiçoamento360 horas de curso de aperfeiçoamentoCurso Superior**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.800,00**1.980,002.160,002.340,00

03 a 04 anosII0,061.908,002.098,802.289,602.480,4004 a 05 anosIII0,081.944,002.138,402.332,802.527,2005 a 06 anosIV0,101.980,002.178,002.376,002.574,0006 a 07 anosV0,122.016,002.217,602.419,202.620,8007 a 08 anosVI0,142.052,002.257,202.462,402.667,6008 a 09 anosVII0,162.088,002.296,802.505,602.714,4009 a 10 anosVIII0,182.124,002.336,402.548,802.761,2010 a 11 anosIX0,202.160,002.376,002.592,002.808,0011 a 12 anosX0,222.196,002.415,602.635,202.854,8012 a 13 anosXI0,242.232,002.455,202.678,402.901,6013 a 14 anosXII0,262.268,002.494,802.721,602.948,4014 a 15 anosXIII0,282.304,002.534,402.764,802.995,2015 a 16 anosXIV0,302.340,002.574,002.808,003.042,0016 a 17 anosXV0,322.376,002.613,602.851,203.088,8017 a 18 anosXVI0,342.412,002.653,202.894,403.135,6018 a 19 anosXVIII0,362.448,002.692,802.937,603.182,4019 a 20 anosXVIII0,382.484,002.732,402.980,803.229,2020 a 21 anosXIX0,402.520,002.772,003.024,003.276,0021 a 22 anosXX0,422.556,002.811,603.067,203.322,8022 a 23 anosXXI0,442.592,002.851,203.110,403.369,6023 a 24 anosXXII0,462.628,002.890,803.153,603.416,4024 a 25 anosXXIII0,482.664,002.930,403.196,803.463,2025 a 26 anosXXIV0,502.700,002.970,003.240,003.510,0026 a 27 anosXXV0,522.736,003.009,603.283,203.556,8027 a 28 anosXXVI0,542.772,003.049,203.326,403.603,6028 a 29 anosXXVII0,562.808,003.088,803.369,603.650,4029 a 30 anosXXVIII0,582.844,003.128,403.412,803.697,2030 a 31 anosXXIX0,602.880,003.168,003.456,003.744,0031 a 32 anosXXX0,622.916,003.207,603.499,203.790,8032 a 33 anosXXXI0,642.952,003.247,203.542,403.837,6033 a 34 anosXXXII0,662.988,003.286,803.585,603.884,4034 a 35 anosXXXIII0,683.024,003.326,403.628,803.931,2035 a 36 anosXXXIV0,703.060,003.366,003.672,003.978,00**ANEXO 28 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 501/2011 ANEXO I**

TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL - 40 HORAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível Médio Profissionalizante TécnicoCurso de 260 de aperfeiçoamento360 horas de curso de aperfeiçoamentoCurso Superior**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.500,00**1.650,001.800,001.950,00

03 a 04 anosII0,061.590,001.749,001.908,002.067,0004 a 05 anosIII0,081.620,001.782,001.944,002.106,0005 a 06 anosIV0,101.650,001.815,001.980,002.145,0006 a 07 anosV0,121.680,001.848,002.016,002.184,0007 a 08 anosVI0,141.710,001.881,002.052,002.223,0008 a 09 anosVII0,161.740,001.914,002.088,002.262,0009 a 10 anosVIII0,181.770,001.947,002.124,002.301,0010 a 11 anosIX0,201.800,001.980,002.160,002.340,0011 a 12 anosX0,221.830,002.013,002.196,002.379,0012 a 13 anosXI0,241.860,002.046,002.232,002.418,0013 a 14 anosXII0,261.890,002.079,002.268,002.457,0014 a 15 anosXIII0,281.920,002.112,002.304,002.496,0015 a 16 anosXIV0,301.950,002.145,002.340,002.535,0016 a 17 anosXV0,321.980,002.178,002.376,002.574,0017 a 18 anosXVI0,342.010,002.211,002.412,002.613,0018 a 19 anosXVIII0,362.040,002.244,002.448,002.652,0019 a 20 anosXVIII0,382.070,002.277,002.484,002.691,0020 a 21 anosXIX0,402.100,002.310,002.520,002.730,0021 a 22 anosXX0,422.130,002.343,002.556,002.769,0022 a 23 anosXXI0,442.160,002.376,002.592,002.808,0023 a 24 anosXXII0,462.190,002.409,002.628,002.847,0024 a 25 anosXXIII0,482.220,002.442,002.664,002.886,0025 a 26 anosXXIV0,502.250,002.475,002.700,002.925,0026 a 27 anosXXV0,522.280,002.508,002.736,002.964,0027 a 28 anosXXVI0,542.310,002.541,002.772,003.003,0028 a 29 anosXXVII0,562.340,002.574,002.808,003.042,0029 a 30 anosXXVIII0,582.370,002.607,002.844,003.081,0030 a 31 anosXXIX0,602.400,002.640,002.880,003.120,0031 a 32 anosXXX0,622.430,002.673,002.916,003.159,0032 a 33 anosXXXI0,642.460,002.706,002.952,003.198,0033 a 34 anosXXXII0,662.490,002.739,002.988,003.237,0034 a 35 anosXXXIII0,682.520,002.772,003.024,003.276,0035 a 36 anosXXXIV0,702.550,002.805,003.060,003.315,00

ANEXO 29 - LEI 501/2011				
ENGENHEIRO SANITARISTA - 40 HORAS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3**Nível SuperiorPós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horasMestrado na área de atuaçãoDoutorado na área de atuação**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**4.200,00**4.620,005.040,005.460,00

03 a 04 anosII0,064.452,004.897,205.342,405.787,6004 a 05 anosIII0,084.536,004.989,605.443,205.896,8005 a 06 anosIV0,104.620,005.082,005.544,006.006,0006 a 07 anosV0,124.704,005.174,405.644,806.115,2007 a 08 anosVI0,144.788,005.266,805.745,606.224,4008 a 09 anosVII0,164.872,005.359,205.846,406.333,6009 a 10 anosVIII0,184.956,005.451,605.947,206.442,8010 a 11 anosIX0,205.040,005.544,006.048,006.552,0011 a 12 anosX0,225.124,005.636,406.148,806.661,2012 a 13 anosXI0,245.208,005.728,806.249,606.770,4013 a 14 anosXII0,265.292,005.821,206.350,406.879,6014 a 15 anosXIII0,285.376,005.913,606.451,206.988,8015 a 16 anosXIV0,305.460,006.006,006.552,007.098,0016 a 17 anosXV0,325.544,006.098,406.652,807.207,2017 a 18 anosXVI0,345.628,006.190,806.753,607.316,4018 a 19 anosXVIII0,365.712,006.283,206.854,407.425,6019 a 20 anosXVIII0,385.796,006.375,606.955,207.534,8020 a 21 anosXIX0,405.880,006.468,007.056,007.644,0021 a 22 anosXX0,425.964,006.560,407.156,807.753,2022 a 23 anosXXI0,446.048,006.652,807.257,607.862,4023 a 24 anosXXII0,466.132,006.745,207.358,407.971,6024 a 25 anosXXIII0,486.216,006.837,607.459,208.080,8025 a 26 anosXXIV0,506.300,006.930,007.560,008.190,0026 a 27 anosXXV0,526.384,007.022,407.660,808.299,2027 a 28 anosXXVI0,546.468,007.114,807.761,608.408,4028 a 29 anosXXVII0,566.552,007.207,207.862,408.517,6029 a 30 anosXXVIII0,586.636,007.299,607.963,208.626,8030 a 31 anosXXIX0,606.720,007.392,008.064,008.736,0031 a 32 anosXXX0,626.804,007.484,408.164,808.845,2032 a 33 anosXXXI0,646.888,007.576,808.265,608.954,4033 a 34 anosXXXII0,666.972,007.669,208.366,409.063,6034 a 35 anosXXXIII0,687.056,007.761,608.467,209.172,8035 a 36 anosXXXIV0,707.140,007.854,008.568,009.282,00**ANEXO 30 - LEI 501/2011**

DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
Cargo: AGENTE DE SAÚDE			
Vencimento Padrão Inicial	**Título do Cargo**	**HS/SEM**	**Nº DE VAGAS**
1.300,00	Agente Comunitário de Saúde	40 HS	90
1.300,00	Agente de Vigilância sanitária	40 HS	10
1.300,00	Agente de Vigilância Epidemológica	40 HS	04
1.300,00	Agente de Combate a Endemias	40 HS	35
1.300,00	Microcopista	40 HS	05
1.300,00	Agente de Saúde	40 HS	07
Requisitos da Classe			
A	Habilitação em Ensino Médio Completo		
B	Requisitos da Classe A, mais 200 (duzentas) horas de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.		
C	Ensino Médio, mais 300 (trezentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.		
D	Requisito da Classe C, mais Graduação Curso Superior Completo		
Atribuições do Cargo			

As inerentes às ações e serviços que Constituem o Sistema Único de saúde, na sua dimensão profissional de combate a infestação de doenças infecto-contagiosas, coleta e análise, juntamente com a equipe de saúde, dados sócio-sanitários da comunidade a ser atendida pelos programas específicos de saúde, que requeiram escolaridade de nível fundamental e profissionalização e outras atividades afins.

ANEXO 31 - LEI 501/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
Cargo: AGENTE OPERACIONAL DE SAÚDE			
Vencimento Padrão Inicial	**Título do Cargo**	**HS/SEM**	**Nº DE VAGAS**
1.500,00	Motorista de Veículo Leve	40 HS	08
1.000,00	Auxiliar de Serviços Gerais	40 HS	40
1.000,00	Cozinheira	40 HS	05
1.000,00	Vigilante	40 HS	10
Requisitos da classe			
A	Habilitação em Ensino Fundamental Completo		
B	Requisitos da Classe A, mais 200 (duzentas) horas de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.		
C	Ensino Médio, mais 300 (trezentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.		
D	Requisito da Classe C, mais Graduação Curso Superior Completo		
Atribuições do Cargo			
As inerentes às ações e serviços que Constituem o Sistema Único de saúde, na sua dimensão profissional de dirigir veiculos destinados a tranportar pacientes de saúde em conservá-los em perfeita condições de aparência e funcionamento.			

ANEXO 32 - LEI 501/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
Cargo: ASSISTENTE DE SAÚDE			
Vencimento Padrão Inicial	**Título do Cargo**	**HS/SEM**	**Nº DE VAGAS**
1.500,00	Agente Administrativo	40 HS	06
1.200,00	Auxiliar de Enfermagem	40 HS	15
1.000,00	Auxiliar Consultório Odontológico	40 HS	03
1.100,00	Auxiliar de Farmácia	40 HS	03
1.100,00	Auxiliar de Laboratório	40 HS	01
1.100,00	Recepcionista	40 HS	01
Requisitos da classe			
A	Habilitação em Ensino Fundamental, mais habilitação profissionalizante de nível auxiliar técnico.		
B	Requisitos da Classe A, mais 200 (duzentas) horas de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.		
C	Requisitos da Classe B, mais Ensino Médio e/ou curso profissionalizante de nível técnico.		
D	Requisito da Classe C, mais Graduação Curso Superior Completo		
Atribuições do Cargo			
As inerentes às ações e serviços que Constituem o Sistema Único de saúde, na sua dimensões técnico-profissional que requeiram escolaridade de Ensino Médio Completo e/ou profissionalizante de nível auxiliar vinculada ao perfil profissional e/ou ocupacional exigidos para ingresso, para exercer atividades nas categorias funcionais correspondentes as áreas de saúde, odontologia, nutrição e outras correlatas à mesma função profissional.			

ANEXO 33 - LEI 501/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
Cargo: ESPECIALISTA DA SAÚDE			
Vencimento Padrão Inicial	**Título do Cargo**	**HS/SEM**	**Nº DE VAGAS**
4.200,00	Odontólogo	40 HS	01
2.100,00	Odontólogo	20 HS	1
3.500,00	Assistente Social	30 HS	01
3.500,00	Enfermeiro	40 HS	10
4.200,00	Engenheiro Sanitarista	40 HS	01
4.200,00	Farmacêutico/Bioquimico	40 HS	03
2.100,00	Farmacêutico/Bioquimico	20 HS	02
4.200,00	Fisioterapeuta	40 HS	02
2.100,00	Fisioterapeuta	20 HS	01
4.200,00	Fonoaudiólogo	40 HS	01
2.100,00	Fonoaudiólogo	20 HS	01
3.500,00	Nutricionista	30 HS	01
3.500,00	Psicólogo	30 HS	01
3.500,00	Biólogo	40 HS	01
Requisitos			
A	HabilitaçãoNível Superior		
B	Requisito da Classe A, mais curso de pós-graduação em nível de especialista “latu senso” de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas, devidamente reconhecido pelo MEC;		
C	Mestrado.		
D	Doutorado.		
Atribuições do Cargo			
As inerentes às ações e serviços que Constituem o Sistema Único de saúde, na sua dimensões técnico-científica, que requeiram escolaridade de nível superior diretamente vinculada ao perfil profissional e complexibilidade das atribuições para ingresso, para exercer atividades nas categorias funcionais correspondentes à profissão regulamentada por lei e demais atividades complementares e afins.			

ANEXO 34 - LEI 501/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
Cargo: MÉDICO			
Vencimento Padrão Inicial	**Título do Cargo**	**HS/SEM**	**Nº DE VAGAS**
12.500,00	Médico de PSF	20 HS	06
12.500,00	MédicoClinico Geral	20 HS	02
12.500,00	Médico Pediatra	20 HS	01

12.500,00	Médico Ginecologista	20 HS	01
12.500,00	Médico Otorpedista	20 HS	01
12.500,00	Médico Dermatologista	20 HS	01
12.500,00	Médico Cardiologista	20 HS	01
12.500,00	Médico Pneumologista	20 HS	01
12.500,00	Médico Nereuologista	20 HS	01
12.500,00	Médico Otorrinolaringologista	20 HS	01
12.500,00	Médico Oftalmologista	20 HS	01
12.500,00	Médico Gastroenterologista	20 HS	01
12.500,00	Médico Cirurgião	20 HS	04
Requisitos da classe			
A	HabilitaçãoNível Superior		
B	Requisito da Classe A, mais curso de pós-graduação em nível de especialista “latu senso” de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas, devidamente reconhecido pelo MEC;		
C	Mestrado		
D	Doutorado.		
Atribuições do Cargo			
As inerentes às ações e serviços que Constituem o Sistema Único de saúde, na sua dimensões técnico-científica, que requeiram escolaridade de nível superior diretamente vinculada ao perfil profissional e complexibilidade das atribuições para ingresso, para exercer atividades na categoria funcional correspondentes à medicina e demais atividades complementares e afins.			

ANEXO 35 - LEI 501/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
Cargo: TÉCNICO DA SAÚDE			
Vencimento Padrão Inicial	**Título do Cargo**	**HS/SEM**	**Nº DE VAGAS**
1.800,00	Técnico em Enfermagem	40 HS	37
1.800,00	Técnico em Gesso	40 HS	01
2.000,00	Técnico em Raio X	40 HS	04
1.500,00	Técnico em Laboratório Bioquímico	20 HS	02
1.800,00	Técnico em Segurança do Trabalho	40 HS	01
1.500,00	Técnico em Higiene Bucal	40 HS	05
Requisitos			
A	Habilitação em Ensino Médio Profissionalizante de Nível Técnico.		
B	Requisitos da Classe A, mais 260 (duzentas e sessenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.		
C	Requisitos da Classe B, mais 360 (trezentas e sessenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional ou especialização em nível técnico.		
D	Requisito da Classe C, mais Curso Superior Completo.		
Atribuições do Cargo			
As inerentes às ações e serviços que Constituem o Sistema Único de saúde, na sua dimensões técnico-científica, que requeiram escolaridade de nível médio profissionalizante vinculadas ao perfil profissional exigido para o ingresso, para exercer atividades nas categorias funcionais correspondente as áreas de saúde e odontológica e outras correlatas à mesma função profissional.			

CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 502/2011 ANEXO I

Carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, e dá Outras Providências

ANEXO 01 – LEI 502/2011 – PROFESSORES - 20 HORAS SEMANAIS (EM EXTINÇÃO)				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCDE1,01,51,72,02,3**Magistério GraduaçãoPósMestradoDoutorado**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.149,40**1.724,101.953,982.324,092.643,62

03 a 04 anosII0,061.218,361.827,552.071,222.463,532.802,2404 a 05 anosIII0,081.241,351.862,032.110,302.510,012.855,1105 a 06 anosIV0,101.264,341.896,512.149,382.556,502.907,9806 a 07 anosV0,121.287,331.930,992.188,462.602,982.960,8507 a 08 anosVI0,141.310,321.965,472.227,542.649,463.013,7308 a 09 anosVII0,161.333,301.999,962.266,622.695,943.066,6009 a 10 anosVIII0,181.356,292.034,442.305,702.742,423.119,4710 a 11 anosIX0,201.379,282.068,922.344,782.788,903.172,3411 a 12 anosX0,221.402,272.103,402.383,862.835,393.225,2212 a 13 anosXI0,241.425,262.137,882.422,942.881,873.278,0913 a 14 anosXII0,261.448,242.172,372.462,012.928,353.330,9614 a 15 anosXIII0,281.471,232.206,852.501,092.974,833.383,8315 a 16 anosXIV0,301.494,222.241,332.540,173.021,313.436,7116 a 17 anosXV0,321.517,212.275,812.579,253.067,793.489,5817 a 18 anosXVI0,341.540,202.310,292.618,333.114,283.542,4518 a 19 anosXVIII0,361.563,182.344,782.657,413.160,763.595,3219 a 20 anosXVIII0,381.586,172.379,262.696,493.207,243.648,2020 a 21 anosXIX0,401.609,162.413,742.735,573.253,723.701,0721 a 22 anosXX0,421.632,152.448,222.774,653.300,203.753,9422 a 23 anosXXI0,441.655,142.482,702.813,733.346,683.806,8123 a 24 anosXXII0,461.678,122.517,192.852,813.393,173.859,6924 a 25 anosXXIII0,481.701,112.551,672.891,893.439,653.912,5625 a 26 anosXXIV0,501.724,102.586,152.930,973.486,133.965,4326 a 27 anosXXV0,521.747,092.620,632.970,053.532,614.018,3027 a 28 anosXXVI0,541.770,082.655,113.009,133.579,094.071,1728 a 29 anosXXVII0,561.793,062.689,603.048,213.625,584.124,0529 a 30 anosXXVIII0,581.816,052.724,083.087,293.672,064.176,9230 a 31 anosXXIX0,601.839,042.758,563.126,373.718,544.229,7931 a 32 anosXXX0,621.862,032.793,043.165,453.765,024.282,6632 a 33 anosXXXI0,641.885,022.827,523.204,533.811,504.335,5433 a 34 anosXXXII0,661.908,002.862,013.243,613.857,984.388,4134 a 35 anosXXXIII0,681.930,992.896,493.282,693.904,474.441,2835 a 36 anosXXXIV0,701.953,982.930,973.321,773.950,954.494,15

ANEXO 02 – LEI 502/2011 – PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCDE1,01,51,72,02,3**Magistério GraduaçãoPósMestradoDoutorado**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.800,00**2.700,003.060,003.639,604.140,00

03 a 04 anosII0,061.908,002.862,003.243,603.857,984.388,4004 a 05 anosIII0,081.944,002.916,003.304,803.930,774.471,2005 a 06 anosIV0,101.980,002.970,003.366,004.003,564.554,0006 a 07 anosV0,122.016,003.024,003.427,204.076,354.636,8007 a 08 anosVI0,142.052,003.078,003.488,404.149,144.719,6008 a 09 anosVII0,162.088,003.132,003.549,604.221,944.802,4009 a 10 anosVIII0,182.124,003.186,003.610,804.294,734.885,2010 a 11 anosIX0,202.160,003.240,003.672,004.367,524.968,0011 a 12 anosX0,222.196,003.294,003.733,204.440,315.050,8012 a 13 anosXI0,242.232,003.348,003.794,404.513,105.133,6013 a 14 anosXII0,262.268,003.402,003.855,604.585,905.216,4014 a 15 anosXIII0,282.304,003.456,003.916,804.658,695.299,2015 a 16 anosXIV0,302.340,003.510,003.978,004.731,485.382,0016 a 17 anosXV0,322.376,003.564,004.039,204.804,275.464,8017 a 18 anosXVI0,342.412,003.618,004.100,404.877,065.547,6018 a 19 anosXVIII0,362.448,003.672,004.161,604.949,865.630,4019 a 20 anosXVIII0,382.484,003.726,004.222,805.022,655.713,2020 a 21 anosXIX0,402.520,003.780,004.284,005.095,445.796,0021 a 22 anosXX0,422.556,003.834,004.345,205.168,235.878,8022 a 23 anosXXI0,442.592,003.888,004.406,405.241,025.961,6023 a 24 anosXXII0,462.628,003.942,004.467,605.313,826.044,4024 a 25 anosXXIII0,482.664,003.996,004.528,805.386,616.127,2025 a 26 anosXXIV0,502.700,004.050,004.590,005.459,406.210,0026 a 27 anosXXV0,522.736,004.104,004.651,205.532,196.292,8027 a 28 anosXXVI0,542.772,004.158,004.712,405.604,986.375,6028 a 29 anosXXVII0,562.808,004.212,004.773,605.677,786.458,4029 a 30 anosXXVIII0,582.844,004.266,004.834,805.750,576.541,2030 a 31 anosXXIX0,602.880,004.320,004.896,005.823,366.624,0031 a 32 anosXXX0,622.916,004.374,004.957,205.896,156.706,8032 a 33 anosXXXI0,642.952,004.428,005.018,405.968,946.789,6033 a 34 anosXXXII0,662.988,004.482,005.079,606.041,746.872,4034 a 35 anosXXXIII0,683.024,004.536,005.140,806.114,536.955,2035 a 36 anosXXXIV0,703.060,004.590,005.202,006.187,327.038,00

ANEXO 03 – LEI 502/2011 – PROFESSORES - 40 HORAS SEMANAIS (EM EXTINÇÃO)				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCDE1,01,51,72,02,3**Magistério GraduaçãoPósMestradoDoutorado**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**2.298,80**3.448,203.907,964.648,175.287,24

03 a 04 anosII0,062.436,733.655,094.142,444.927,065.604,4704 a 05 anosIII0,082.482,703.724,064.220,605.020,035.710,2205 a 06 anosIV0,102.528,683.793,024.298,765.112,995.815,9606 a 07 anosV0,122.574,663.861,984.376,925.205,955.921,7107 a 08 anosVI0,142.620,633.930,954.455,075.298,926.027,4508 a 09 anosVII0,162.666,613.999,914.533,235.391,886.133,2009 a 10 anosVIII0,182.712,584.068,884.611,395.484,846.238,9410 a 11 anosIX0,202.758,564.137,844.689,555.577,816.344,6911 a 12 anosX0,222.804,544.206,804.767,715.670,776.450,4312 a 13 anosXI0,242.850,514.275,774.845,875.763,746.556,1813 a 14 anosXII0,262.896,494.344,734.924,035.856,706.661,9214 a 15 anosXIII0,282.942,464.413,705.002,195.949,666.767,6715 a 16 anosXIV0,302.988,444.482,665.080,356.042,636.873,4116 a 17 anosXV0,323.034,424.551,625.158,516.135,596.979,1617 a 18 anosXVI0,343.080,394.620,595.236,676.228,557.084,9018 a 19 anosXVIII0,363.126,374.689,555.314,836.321,527.190,6519 a 20 anosXVIII0,383.172,344.758,525.392,986.414,487.296,3920 a 21 anosXIX0,403.218,324.827,485.471,146.507,447.402,1421 a 22 anosXX0,423.264,304.896,445.549,306.600,417.507,8822 a 23 anosXXI0,443.310,274.965,415.627,466.693,377.613,6323 a 24 anosXXII0,463.356,255.034,375.705,626.786,337.719,3724 a 25 anosXXIII0,483.402,225.103,345.783,786.879,307.825,1225 a 26 anosXXIV0,503.448,205.172,305.861,946.972,267.930,8626 a 27 anosXXV0,523.494,185.241,265.940,107.065,228.036,6027 a 28 anosXXVI0,543.540,155.310,236.018,267.158,198.142,3528 a 29 anosXXVII0,563.586,135.379,196.096,427.251,158.248,0929 a 30 anosXXVIII0,583.632,105.448,166.174,587.344,118.353,8430 a 31 anosXXIX0,603.678,085.517,126.252,747.437,088.459,5831 a 32 anosXXX0,623.724,065.586,086.330,907.530,048.565,3332 a 33 anosXXXI0,643.770,035.655,056.409,057.623,008.671,0733 a 34 anosXXXII0,663.816,015.724,016.487,217.715,978.776,8234 a 35 anosXXXIII0,683.861,985.792,986.565,377.808,938.882,5635 a 36 anosXXXIV0,703.907,965.861,946.643,537.901,908.988,31

ANEXO 04 – LEI 502/2011 – VIGILANTE; SERVIÇOS GERAIS NÃO PROFISSIONALIZADOS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFI- CIENTE**	**PROGRESSÃO HORIZONTAL** **CLASSES**

ABCD1,01,11,21,3VENCIMENTO INCIAL10% SOBRE CLASSE A20% SOBRE CLASSE A30% SOBRE CLASSE A00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.100,00**1.210,001.320,001.430,00

03 a 04 anosII0,061.166,001.282,601.399,201.515,8004 a 05 anosIII0,081.188,001.306,801.425,601.544,4005 a 06 anosIV0,101.210,001.331,001.452,001.573,0006 a 07 anosV0,121.232,001.355,201.478,401.601,6007 a 08 anosVI0,141.254,001.379,401.504,801.630,2008 a 09 anosVII0,161.276,001.403,601.531,201.658,8009 a 10 anosVIII0,181.298,001.427,801.557,601.687,4010 a 11 anosIX0,201.320,001.452,001.584,001.716,0011 a 12 anosX0,221.342,001.476,201.610,401.744,6012 a 13 anosXI0,241.364,001.500,401.636,801.773,2013 a 14 anosXII0,261.386,001.524,601.663,201.801,8014 a 15 anosXIII0,281.408,001.548,801.689,601.830,4015 a 16 anosXIV0,301.430,001.573,001.716,001.859,0016 a 17 anosXV0,321.452,001.597,201.742,401.887,6017 a 18 anosXVI0,341.474,001.621,401.768,801.916,2018 a 19 anosXVIII0,361.496,001.645,601.795,201.944,8019 a 20 anosXVIII0,381.518,001.669,801.821,601.973,4020 a 21 anosXIX0,401.540,001.694,001.848,002.002,0021 a 22 anosXX0,421.562,001.718,201.874,402.030,6022 a 23 anosXXI0,441.584,001.742,401.900,802.059,2023 a 24 anosXXII0,461.606,001.766,601.927,202.087,8024 a 25 anosXXIII0,481.628,001.790,801.953,602.116,4025 a 26 anosXXIV0,501.650,001.815,001.980,002.145,0026 a 27 anosXXV0,521.672,001.839,202.006,402.173,6027 a 28 anosXXVI0,541.694,001.863,402.032,802.202,2028 a 29 anosXXVII0,561.716,001.887,602.059,202.230,8029 a 30 anosXXVIII0,581.738,001.911,802.085,602.259,4030 a 31 anosXXIX0,601.760,001.936,002.112,002.288,0031 a 32 anosXXX0,621.782,001.960,202.138,402.316,6032 a 33 anosXXXI0,641.804,001.984,402.164,802.345,2033 a 34 anosXXXII0,661.826,002.008,602.191,202.373,8034 a 35 anosXXXIII0,681.848,002.032,802.217,602.402,4035 a 36 anosXXXIV0,701.870,002.057,002.244,002.431,00

ANEXO 05 - LEI 502/2011 – VIGILANTE E SERVIÇOS GERAIS – PROFISSIONALIZADOS

PROGRESSÃO VERTICAL

TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO

NÍVEL

COEFICIENTE

PROGRESSÃO HORIZONTAL

CLASSES

A

B

C

D

1,0

1,1

1,2

1,3

VENCIMENTO INCIAL

10% SOBRE CLASSE A

20% SOBRE CLASSE A

30% SOBRE CLASSE A

00 a 03 anos

I

VENC PADRÃO INICIAL

1.200,00

1.320,00

1.440,00

1.560,00

03 a 04 anos

II

0,06

1.272,00

1.399,20

1.526,40

1.653,60

04 a 05 anos

III

0,08

1.296,00

1.425,60

1.555,20

1.684,80

05 a 06 anos

IV

0,10

1.320,00

1.452,00

1.584,00

1.716,00

06 a 07 anos

V

0,12
1.344,00
1.478,40
1.612,80
1.747,20
07 a 08 anos
VI
0,14
1.368,00
1.504,80
1.641,60
1.778,40
08 a 09 anos
VII
0,16
1.392,00
1.531,20
1.670,40
1.809,60
09 a 10 anos
VIII
0,18
1.416,00
1.557,60
1.699,20
1.840,80
10 a 11 anos
IX
0,20
1.440,00
1.584,00
1.728,00
1.872,00
11 a 12 anos
X
0,22
1.464,00
1.610,40
1.756,80
1.903,20
12 a 13 anos
XI
0,24
1.488,00
1.636,80
1.785,60
1.934,40
13 a 14 anos

XII
0,26
1.512,00
1.663,20
1.814,40
1.965,60
14 a 15 anos
XIII
0,28
1.536,00
1.689,60
1.843,20
1.996,80
15 a 16 anos
XIV
0,30
1.560,00
1.716,00
1.872,00
2.028,00
16 a 17 anos
XV
0,32
1.584,00
1.742,40
1.900,80
2.059,20
17 a 18 anos
XVI
0,34
1.608,00
1.768,80
1.929,60
2.090,40
18 a 19 anos
XVIII
0,36
1.632,00
1.795,20
1.958,40
2.121,60
19 a 20 anos
XVIII
0,38
1.656,00
1.821,60
1.987,20
2.152,80

20 a 21 anos
XIX
0,40
1.680,00
1.848,00
2.016,00
2.184,00
21 a 22 anos
XX
0,42
1.704,00
1.874,40
2.044,80
2.215,20
22 a 23 anos
XXI
0,44
1.728,00
1.900,80
2.073,60
2.246,40
23 a 24 anos
XXII
0,46
1.752,00
1.927,20
2.102,40
2.277,60
24 a 25 anos
XXIII
0,48
1.776,00
1.953,60
2.131,20
2.308,80
25 a 26 anos
XXIV
0,50
1.800,00
1.980,00
2.160,00
2.340,00
26 a 27 anos
XXV
0,52
1.824,00
2.006,40
2.188,80

2.371,20
27 a 28 anos
XXVI
0,54
1.848,00
2.032,80
2.217,60
2.402,40
28 a 29 anos
XXVII
0,56
1.872,00
2.059,20
2.246,40
2.433,60
29 a 30 anos
XXVIII
0,58
1.896,00
2.085,60
2.275,20
2.464,80
30 a 31 anos
XXIX
0,60
1.920,00
2.112,00
2.304,00
2.496,00
31 a 32 anos
XXX
0,62
1.944,00
2.138,40
2.332,80
2.527,20
32 a 33 anos
XXXI
0,64
1.968,00
2.164,80
2.361,60
2.558,40
33 a 34 anos
XXXII
0,66
1.992,00
2.191,20

2.390,40

2.589,60

34 a 35 anos

XXXIII

0,68

2.016,00

2.217,60

2.419,20

2.620,80

35 a 36 anos

XXXIV

0,70

2.040,00

2.244,00

2.448,00

2.652,00

ANEXO 06 - LEI 502/2011- APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO

PROGRESSÃO VERTICAL

TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO

NÍVEL

COEFI- CIENTE

PROGRESSÃO HORIZONTAL

CLASSES

A

B

C

D

1,0

1,1

1,2

1,3

VENCIMENTO INCIAL

10% SOBRE CLASSE A

20% SOBRE CLASSE A

30% SOBRE CLASSE A

00 a 03 anos

I

VENC PADRÃO INICIAL

1.100,00

1.210,00

1.320,00

1.430,00

03 a 04 anos

II

0,06

1.166,00

1.282,60

1.399,20

1.515,80
04 a 05 anos
III
0,08
1.188,00
1.306,80
1.425,60
1.544,40
05 a 06 anos
IV
0,10
1.210,00
1.331,00
1.452,00
1.573,00
06 a 07 anos
V
0,12
1.232,00
1.355,20
1.478,40
1.601,60
07 a 08 anos
VI
0,14
1.254,00
1.379,40
1.504,80
1.630,20
08 a 09 anos
VII
0,16
1.276,00
1.403,60
1.531,20
1.658,80
09 a 10 anos
VIII
0,18
1.298,00
1.427,80
1.557,60
1.687,40
10 a 11 anos
IX
0,20
1.320,00
1.452,00

1.584,00
1.716,00
11 a 12 anos
X
0,22
1.342,00
1.476,20
1.610,40
1.744,60
12 a 13 anos
XI
0,24
1.364,00
1.500,40
1.636,80
1.773,20
13 a 14 anos
XII
0,26
1.386,00
1.524,60
1.663,20
1.801,80
14 a 15 anos
XIII
0,28
1.408,00
1.548,80
1.689,60
1.830,40
15 a 16 anos
XIV
0,30
1.430,00
1.573,00
1.716,00
1.859,00
16 a 17 anos
XV
0,32
1.452,00
1.597,20
1.742,40
1.887,60
17 a 18 anos
XVI
0,34
1.474,00

1.621,40
1.768,80
1.916,20
18 a 19 anos
XVIII
0,36
1.496,00
1.645,60
1.795,20
1.944,80
19 a 20 anos
XVIII
0,38
1.518,00
1.669,80
1.821,60
1.973,40
20 a 21 anos
XIX
0,40
1.540,00
1.694,00
1.848,00
2.002,00
21 a 22 anos
XX
0,42
1.562,00
1.718,20
1.874,40
2.030,60
22 a 23 anos
XXI
0,44
1.584,00
1.742,40
1.900,80
2.059,20
23 a 24 anos
XXII
0,46
1.606,00
1.766,60
1.927,20
2.087,80
24 a 25 anos
XXIII
0,48

1.628,00
1.790,80
1.953,60
2.116,40
25 a 26 anos
XXIV
0,50
1.650,00
1.815,00
1.980,00
2.145,00
26 a 27 anos
XXV
0,52
1.672,00
1.839,20
2.006,40
2.173,60
27 a 28 anos
XXVI
0,54
1.694,00
1.863,40
2.032,80
2.202,20
28 a 29 anos
XXVII
0,56
1.716,00
1.887,60
2.059,20
2.230,80
29 a 30 anos
XXVIII
0,58
1.738,00
1.911,80
2.085,60
2.259,40
30 a 31 anos
XXIX
0,60
1.760,00
1.936,00
2.112,00
2.288,00
31 a 32 anos
XXX

0,62

1.782,00

1.960,20

2.138,40

2.316,60

32 a 33 anos

XXXI

0,64

1.804,00

1.984,40

2.164,80

2.345,20

33 a 34 anos

XXXII

0,66

1.826,00

2.008,60

2.191,20

2.373,80

34 a 35 anos

XXXIII

0,68

1.848,00

2.032,80

2.217,60

2.402,40

35 a 36 anos

XXXIV

0,70

1.870,00

2.057,00

2.244,00

2.431,00

ANEXO 07 - LEI 502/2011 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFI- CIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3VENCIMENTO INCIAL10% SOBRE CLASSE A20% SOBRE CLASSE A30% SOBRE CLASSE A00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.200,00**1.320,001.440,001.560,00

03 a 04 anosII0,061.272,001.399,201.526,401.653,6004 a 05 anosIII0,081.296,001.425,601.555,201.684,8005 a 06 anosIV0,101.320,001.452,001.584,001.716,0006 a 07 anosV0,121.344,001.478,401.612,801.747,2007 a 08 anosVI0,141.368,001.504,801.641,601.778,4008 a 09 anosVII0,161.392,001.531,201.670,401.809,6009 a 10 anosVIII0,181.416,001.557,601.699,201.840,8010 a 11 anosIX0,201.440,001.584,001.728,001.872,0011 a 12 anosX0,221.464,001.610,401.756,801.903,2012 a 13 anosXI0,241.488,001.636,801.785,601.934,4013 a 14 anosXII0,261.512,001.663,201.814,401.965,6014 a 15 anosXIII0,281.536,001.689,601.843,201.996,8015 a 16 anosXIV0,301.560,001.716,001.872,002.028,0016 a 17 anosXV0,321.584,001.742,401.900,802.059,2017 a 18 anosXVI0,341.608,001.768,801.929,602.090,4018 a 19 anosXVIII0,361.632,001.795,201.958,402.121,6019 a 20 anosXVIII0,381.656,001.821,601.987,202.152,8020 a 21 anosXIX0,401.680,001.848,002.016,002.184,0021 a 22 anosXX0,421.704,001.874,402.044,802.215,2022 a 23 anosXXI0,441.728,001.900,802.073,602.246,4023 a 24 anosXXII0,461.752,001.927,202.102,402.277,6024 a 25 anosXXIII0,481.776,001.953,602.131,202.308,8025 a 26 anosXXIV0,501.800,001.980,002.160,002.340,0026 a 27 anosXXV0,521.824,002.006,402.188,802.371,2027 a 28 anosXXVI0,541.848,002.032,802.217,602.402,4028 a 29 anosXXVII0,561.872,002.059,202.246,402.433,6029 a 30 anosXXVIII0,581.896,002.085,602.275,202.464,8030 a 31 anosXXIX0,601.920,002.112,002.304,002.496,0031 a 32 anosXXX0,621.944,002.138,402.332,802.527,2032

a 33 anosXXXI0,641.968,002.164,802.361,602.558,4033 a 34 anosXXXII0,661.992,002.191,202.390,402.589,6034 a 35 anosXXXIII0,682.016,002.217,602.419,202.620,8035 a 36 anosXXXIV0,702.040,002.244,002.448,002.652,00

ANEXO 08 - LEI 502/2011 – AGENTE ADMINISTRATIVO NÃO PROFISSIONALIZADO				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3VENCIMENTO INCIAL10% SOBRE CLASSE A20% SOBRE CLASSE A30% SOBRE CLASSE A00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.500,00**1.650,001.800,001.950,00

03 a 04 anosII0,061.590,001.749,001.908,002.067,0004 a 05 anosIII0,081.620,001.782,001.944,002.106,0005 a 06 anosIV0,101.650,001.815,001.980,002.145,0006 a 07 anosV0,121.680,001.848,002.016,002.184,0007 a 08 anosVI0,141.710,001.881,002.052,002.223,0008 a 09 anosVII0,161.740,001.914,002.088,002.262,0009 a 10 anosVIII0,181.770,001.947,002.124,002.301,0010 a 11 anosIX0,201.800,001.980,002.160,002.340,0011 a 12 anosX0,221.830,002.013,002.196,002.379,0012 a 13 anosXI0,241.860,002.046,002.232,002.418,0013 a 14 anosXII0,261.890,002.079,002.268,002.457,0014 a 15 anosXIII0,281.920,002.112,002.304,002.496,0015 a 16 anosXIV0,301.950,002.145,002.340,002.535,0016 a 17 anosXV0,321.980,002.178,002.376,002.574,0017 a 18 anosXVI0,342.010,002.211,002.412,002.613,0018 a 19 anosXVIII0,362.040,002.244,002.448,002.652,0019 a 20 anosXVIII0,382.070,002.277,002.484,002.691,0020 a 21 anosXIX0,402.100,002.310,002.520,002.730,0021 a 22 anosXX0,422.130,002.343,002.556,002.769,0022 a 23 anosXXI0,442.160,002.376,002.592,002.808,0023 a 24 anosXXII0,462.190,002.409,002.628,002.847,0024 a 25 anosXXIII0,482.220,002.442,002.664,002.886,0025 a 26 anosXXIV0,502.250,002.475,002.700,002.925,0026 a 27 anosXXV0,522.280,002.508,002.736,002.964,0027 a 28 anosXXVI0,542.310,002.541,002.772,003.003,0028 a 29 anosXXVII0,562.340,002.574,002.808,003.042,0029 a 30 anosXXVIII0,582.370,002.607,002.844,003.081,0030 a 31 anosXXIX0,602.400,002.640,002.880,003.120,0031 a 32 anosXXX0,622.430,002.673,002.916,003.159,0032 a 33 anosXXXI0,642.460,002.706,002.952,003.198,0033 a 34 anosXXXII0,662.490,002.739,002.988,003.237,0034 a 35 anosXXXIII0,682.520,002.772,003.024,003.276,0035 a 36 anosXXXIV0,702.550,002.805,003.060,003.315,00

ANEXO 09 – LEI 502/2011 – AGENTE ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3VENCIMENTO INCIALSOBRE CLASSE ASOBRE CLASSE ASOBRE CLASSE A00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.600,00**1.760,001.920,002.080,00

03 a 04 anosII0,061.696,001.865,602.035,202.204,8004 a 05 anosIII0,081.728,001.900,802.073,602.246,4005 a 06 anosIV0,101.760,001.936,002.112,002.288,0006 a 07 anosV0,121.792,001.971,202.150,402.329,6007 a 08 anosVI0,141.824,002.006,402.188,802.371,2008 a 09 anosVII0,161.856,002.041,602.227,202.412,8009 a 10 anosVIII0,181.888,002.076,802.265,602.454,4010 a 11 anosIX0,201.920,002.112,002.304,002.496,0011 a 12 anosX0,221.952,002.147,202.342,402.537,6012 a 13 anosXI0,241.984,002.182,402.380,802.579,2013 a 14 anosXII0,262.016,002.217,602.419,202.620,8014 a 15 anosXIII0,282.048,002.252,802.457,602.662,4015 a 16 anosXIV0,302.080,002.288,002.496,002.704,0016 a 17 anosXV0,322.112,002.323,202.534,402.745,6017 a 18 anosXVI0,342.144,002.358,402.572,802.787,2018 a 19 anosXVIII0,362.176,002.393,602.611,202.828,8019 a 20 anosXVIII0,382.208,002.428,802.649,602.870,4020 a 21 anosXIX0,402.240,002.464,002.688,002.912,0021 a 22 anosXX0,422.272,002.499,202.726,402.953,6022 a 23 anosXXI0,442.304,002.534,402.764,802.995,2023 a 24 anosXXII0,462.336,002.569,602.803,203.036,8024 a 25 anosXXIII0,482.368,002.604,802.841,603.078,4025 a 26 anosXXIV0,502.400,002.640,002.880,003.120,0026 a 27 anosXXV0,522.432,002.675,202.918,403.161,6027 a 28 anosXXVI0,542.464,002.710,402.956,803.203,2028 a 29 anosXXVII0,562.496,002.745,602.995,203.244,8029 a 30 anosXXVIII0,582.528,002.780,803.033,603.286,4030 a 31 anosXXIX0,602.560,002.816,003.072,003.328,0031 a 32 anosXXX0,622.592,002.851,203.110,403.369,6032 a 33 anosXXXI0,642.624,002.886,403.148,803.411,2033 a 34 anosXXXII0,662.656,002.921,603.187,203.452,8034 a 35 anosXXXIII0,682.688,002.956,803.225,603.494,4035 a 36 anosXXXIV0,702.720,002.992,003.264,003.536,00

ANEXO 10 – LEI 502/2011 - SECRETARIA NÃO PROFISSIONALIZADA				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3VENCIMENTO INCIAL10% SOBRE CLASSE A20% SOBRE CLASSE A30% SOBRE CLASSE A00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.100,00**1.210,001.320,001.430,00

03 a 04 anosII0,061.166,001.282,601.399,201.515,8004 a 05 anosIII0,081.188,001.306,801.425,601.544,4005 a 06 anosIV0,101.210,001.331,001.452,001.573,0006 a 07 anosV0,121.232,001.355,201.478,401.601,6007 a 08 anosVI0,141.254,001.379,401.504,801.630,2008 a 09 anosVII0,161.276,001.403,601.531,201.658,8009 a 10 anosVIII0,181.298,001.427,801.557,601.687,4010 a 11 anosIX0,201.320,001.452,001.584,001.716,0011 a 12 anosX0,221.342,001.476,201.610,401.744,6012 a 13 anosXI0,241.364,001.500,401.636,801.773,2013 a 14 anosXII0,261.386,001.524,601.663,201.801,8014 a 15 anosXIII0,281.408,001.548,801.689,601.830,4015 a 16 anosXIV0,301.430,001.573,001.716,001.859,0016 a 17 anosXV0,321.452,001.597,201.742,401.887,6017 a 18 anosXVI0,341.474,001.621,401.768,801.916,2018 a 19 anosXVIII0,361.496,001.645,601.795,201.944,8019 a 20 anosXVIII0,381.518,001.669,801.821,601.973,4020 a 21 anosXIX0,401.540,001.694,001.848,002.002,0021 a 22 anosXX0,421.562,001.718,201.874,402.030,6022 a 23 anosXXI0,441.584,001.742,401.900,802.059,2023 a 24 anosXXII0,461.606,001.766,601.927,202.087,8024 a 25 anosXXIII0,481.628,001.790,801.953,602.116,4025 a 26 anosXXIV0,501.650,001.815,001.980,002.145,0026 a 27 anosXXV0,521.672,001.839,202.006,402.173,6027 a 28 anosXXVI0,541.694,001.863,402.032,802.202,2028 a 29 anosXXVII0,561.716,001.887,602.059,202.230,8029 a 30 anosXXVIII0,581.738,001.911,802.085,602.259,4030 a 31 anosXXIX0,601.760,001.936,002.112,002.288,0031 a 32 anosXXX0,621.782,001.960,202.138,402.316,6032 a 33 anosXXXI0,641.804,001.984,402.164,802.345,2033 a 34 anosXXXII0,661.826,002.008,602.191,202.373,8034 a 35 anosXXXIII0,681.848,002.032,802.217,602.402,4035 a 36 anosXXXIV0,701.870,002.057,002.244,002.431,00

ANEXO 11 – LEI 502/2011 – SECRETARIA PROFISSIONALIZADA				
PROGRESSÃO VERTICAL	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES

ABCD1,01,11,21,3VENCIMENTO INCIAL10% SOBRE CLASSE A20% SOBRE CLASSE A30% SOBRE CLASSE A00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.200,00**1.320,001.440,001.560,00

03 a 04 anosII0,061.272,001.399,201.526,401.653,6004 a 05 anosIII0,081.296,001.425,601.555,201.684,8005 a 06 anosIV0,101.320,001.452,001.584,001.716,0006 a 07 anosV0,121.344,001.478,401.612,801.747,2007 a 08 anosVI0,141.368,001.504,801.641,601.778,4008 a 09 anosVII0,161.392,001.531,201.670,401.809,6009 a 10 anosVIII0,181.416,001.557,601.699,201.840,8010 a 11 anosIX0,201.440,001.584,001.728,001.872,0011 a 12 anosX0,221.464,001.610,401.756,801.903,2012 a 13 anosXI0,241.488,001.636,801.785,601.934,4013 a 14 anosXII0,261.512,001.663,201.814,401.965,6014 a 15 anosXIII0,281.536,001.689,601.843,201.996,8015 a 16 anosXIV0,301.560,001.716,001.872,002.028,0016 a 17 anosXV0,321.584,001.742,401.900,802.059,2017 a 18 anosXVI0,341.608,001.768,801.929,602.090,4018 a 19 anosXVIII0,361.632,001.795,201.958,402.121,6019 a 20 anosXVIII0,381.656,001.821,601.987,202.152,8020 a 21 anosXIX0,401.680,001.848,002.016,002.184,0021 a 22 anosXX0,421.704,001.874,402.044,802.215,2022 a 23 anosXXI0,441.728,001.900,802.073,602.246,4023 a 24 anosXXII0,461.752,001.927,202.102,402.277,6024 a 25 anosXXII-I0,481.776,001.953,602.131,202.308,8025 a 26 anosXXIV0,501.800,001.980,002.160,002.340,0026 a 27 anosXXV0,521.824,002.006,402.188,802.371,2027 a 28 anosXXVI0,541.848,002.032,802.217,602.402,4028 a 29 anosXXVII0,561.872,002.059,202.246,402.433,6029 a 30 anosXXVIII0,581.896,002.085,602.275,202.464,8030 a 31 anosXXIX0,601.920,002.112,002.304,002.496,0031 a 32 anosXXX0,621.944,002.138,402.332,802.527,2032 a 33 anosXXXI0,641.968,002.164,802.361,602.558,4033 a 34 anosXXXII0,661.992,002.191,202.390,402.589,6034 a 35 anosXXXIII0,682.016,002.217,602.419,202.620,8035 a 36 anosXXXIV0,702.040,002.244,002.448,002.652,00

ANEXO 12 - LEI 502/2011 – MONITOR DE CRECHE NÃO PROFISSIONALIZADO				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	**PROGRESSÃO HORIZONTAL**
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3VENCIMENTO INCIAL10% SOBRE CLASSE A20% SOBRE CLASSE A30% SOBRE CLASSE A00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.100,00**1.210,001.320,001.430,00

03 a 04 anosII0,061.166,001.282,601.399,201.515,8004 a 05 anosIII0,081.188,001.306,801.425,601.544,4005 a 06 anosIV0,101.210,001.331,001.452,001.573,0006 a 07 anosV0,121.232,001.355,201.478,401.601,6007 a 08 anosVI0,141.254,001.379,401.504,801.630,2008 a 09 anosVII0,161.276,001.403,601.531,201.658,8009 a 10 anosVIII0,181.298,001.427,801.557,601.687,4010 a 11 anosIX0,201.320,001.452,001.584,001.716,0011 a 12 anosX0,221.342,001.476,201.610,401.744,6012 a 13 anosXI0,241.364,001.500,401.636,801.773,2013 a 14 anosXII0,261.386,001.524,601.663,201.801,8014 a 15 anosXIII0,281.408,001.548,801.689,601.830,4015 a 16 anosXIV0,301.430,001.573,001.716,001.859,0016 a 17 anosXV0,321.452,001.597,201.742,401.887,6017 a 18 anosXVI0,341.474,001.621,401.768,801.916,2018 a 19 anosXVIII0,361.496,001.645,601.795,201.944,8019 a 20 anosXVIII0,381.518,001.669,801.821,601.973,4020 a 21 anosXIX0,401.540,001.694,001.848,002.002,0021 a 22 anosXX0,421.562,001.718,201.874,402.030,6022 a 23 anosXXI0,441.584,001.742,401.900,802.059,2023 a 24 anosXXII0,461.606,001.766,601.927,202.087,8024 a 25 anosXXII-I0,481.628,001.790,801.953,602.116,4025 a 26 anosXXIV0,501.650,001.815,001.980,002.145,0026 a 27 anosXXV0,521.672,001.839,202.006,402.173,6027 a 28 anosXXVI0,541.694,001.863,402.032,802.202,2028 a 29 anosXXVII0,561.716,001.887,602.059,202.230,8029 a 30 anosXXVIII0,581.738,001.911,802.085,602.259,4030 a 31 anosXXIX0,601.760,001.936,002.112,002.288,0031 a 32 anosXXX0,621.782,001.960,202.138,402.316,6032 a 33 anosXXXI0,641.804,001.984,402.164,802.345,2033 a 34 anosXXXII0,661.826,002.008,602.191,202.373,8034 a 35 anosXXXIII0,681.848,002.032,802.217,602.402,4035 a 36 anosXXXIV0,701.870,002.057,002.244,002.431,00**ANEXO 13 – LEI 502/2011 – MONITOR DE CRECHE PROFISSIONALIZADO**

PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	**PROGRESSÃO HORIZONTAL**
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3VENCIMENTO INCIAL10% SOBRE CLASSE A20% SOBRE CLASSE A30% SOBRE CLASSE A00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.200,00**1.320,001.440,001.560,00

03 a 04 anosII0,061.272,001.399,201.526,401.653,6004 a 05 anosIII0,081.296,001.425,601.555,201.684,8005 a 06 anosIV0,101.320,001.452,001.584,001.716,0006 a 07 anosV0,121.344,001.478,401.612,801.747,2007 a 08 anosVI0,141.368,001.504,801.641,601.778,4008 a 09 anosVII0,161.392,001.531,201.670,401.809,6009 a 10 anosVIII0,181.416,001.557,601.699,201.840,8010 a 11 anosIX0,201.440,001.584,001.728,001.872,0011 a 12 anosX0,221.464,001.610,401.756,801.903,2012 a 13 anosXI0,241.488,001.636,801.785,601.934,4013 a 14 anosXII0,261.512,001.663,201.814,401.965,6014 a 15 anosXIII0,281.536,001.689,601.843,201.996,8015 a 16 anosXIV0,301.560,001.716,001.872,002.028,0016 a 17 anosXV0,321.584,001.742,401.900,802.059,2017 a 18 anosXVI0,341.608,001.768,801.929,602.090,4018 a 19 anosXVIII0,361.632,001.795,201.958,402.121,6019 a 20 anosXVIII0,381.656,001.821,601.987,202.152,8020 a 21 anosXIX0,401.680,001.848,002.016,002.184,0021 a 22 anosXX0,421.704,001.874,402.044,802.215,2022 a 23 anosXXI0,441.728,001.900,802.073,602.246,4023 a 24 anosXXII0,461.752,001.927,202.102,402.277,6024 a 25 anosXXII-I0,481.776,001.953,602.131,202.308,8025 a 26 anosXXIV0,501.800,001.980,002.160,002.340,0026 a 27 anosXXV0,521.824,002.006,402.188,802.371,2027 a 28 anosXXVI0,541.848,002.032,802.217,602.402,4028 a 29 anosXXVII0,561.872,002.059,202.246,402.433,6029 a 30 anosXXVIII0,581.896,002.085,602.275,202.464,8030 a 31 anosXXIX0,601.920,002.112,002.304,002.496,0031 a 32 anosXXX0,621.944,002.138,402.332,802.527,2032 a 33 anosXXXI0,641.968,002.164,802.361,602.558,4033 a 34 anosXXXII0,661.992,002.191,202.390,402.589,6034 a 35 anosXXXIII0,682.016,002.217,602.419,202.620,8035 a 36 anosXXXIV0,702.040,002.244,002.448,002.652,00

ANEXO 14 – LEI 502/2011 – RECPICIONISTA NÃO PROFISSIONALIZADO				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	**PROGRESSÃO HORIZONTAL**
				CLASSES

ABCD1,01,11,21,3VENCIMENTO INCIAL10% SOBRE CLASSE A20% SOBRE CLASSE A30% SOBRE CLASSE A00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.100,00**1.210,001.320,001.430,00

03 a 04 anosII0,061.166,001.282,601.399,201.515,8004 a 05 anosIII0,081.188,001.306,801.425,601.544,4005 a 06 anosIV0,101.210,001.331,001.452,001.573,0006 a 07 anosV0,121.232,001.355,201.478,401.601,6007 a 08 anosVI0,141.254,001.379,401.504,801.630,2008 a 09 anosVII0,161.276,001.403,601.531,201.658,8009 a 10 anosVIII0,181.298,001.427,801.557,601.687,4010 a 11 anosIX0,201.320,001.452,001.584,001.716,0011 a 12 anosX0,221.342,001.476,201.610,401.744,6012 a 13 anosXI0,241.364,001.500,401.636,801.773,2013 a 14 anosXII0,261.386,001.524,601.663,201.801,8014 a 15 anosXIII0,281.408,001.548,801.689,601.830,4015 a 16 anosXIV0,301.430,001.573,001.716,001.859,0016 a 17 anosXV0,321.452,001.597,201.742,401.887,6017 a 18 anosXVI0,341.474,001.621,401.768,801.916,2018 a 19 anosXVIII0,361.496,001.645,601.795,201.944,8019 a 20 anosXVIII0,381.518,001.669,801.821,601.973,4020 a 21 anosXIX0,401.540,001.694,001.848,002.002,0021 a 22 anosXX0,421.562,001.718,201.874,402.030,6022 a 23 anosXXI0,441.584,001.742,401.900,802.059,2023 a 24 anosXXII0,461.606,001.766,601.927,202.087,8024 a 25 anosXXII-I0,481.628,001.790,801.953,602.116,4025 a 26 anosXXIV0,501.650,001.815,001.980,002.145,0026 a 27 anosXXV0,521.672,001.839,202.006,402.

173,6027 a 28 anosXXVI0,541.694,001.863,402.032,802.202,2028 a 29 anosXXVII0,561.716,001.887,602.059,202.230,8029 a 30 anosXXVIII0,581.738,001.911,802.085,602.259,4030 a 31 anosXXIX0,601.760,001.936,002.112,002.288,0031 a 32 anosXXX0,621.782,001.960,202.138,402.316,6032 a 33 anosXXXI0,641.804,001.984,402.164,802.345,2033 a 34 anosXXXII0,661.826,002.008,602.191,202.373,8034 a 35 anosXXXIII0,681.848,002.032,802.217,602.402,4035 a 36 anosXXXIV0,701.870,002.057,002.244,002.431,00**ANEXO 15- LEI 502/2011 – RECEPCIONISTA PROFISSIONALIZADO**				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	**PROGRESSÃO HORIZONTAL** **CLASSES**

ABCD1,01,11,21,3VENCIMENTO INCIAL10% SOBRE CLASSE A20% SOBRE CLASSE A30% SOBRE CLASSE A00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.200,00**1.320,001.440,001.560,00

03 a 04 anosII0,061.272,001.399,201.526,401.653,6004 a 05 anosIII0,081.296,001.425,601.555,201.684,8005 a 06 anosIV0,101.320,001.452,001.584,001.716,0006 a 07 anosV0,121.344,001.478,401.612,801.747,2007 a 08 anosVI0,141.368,001.504,801.641,601.778,4008 a 09 anosVII0,161.392,001.531,201.670,401.809,6009 a 10 anosVIII0,181.416,001.557,601.699,201.840,8010 a 11 anosIX0,201.440,001.584,001.728,001.872,0011 a 12 anosX0,221.464,001.610,401.756,801.903,2012 a 13 anosXI0,241.488,001.636,801.785,601.934,4013 a 14 anosXII0,261.512,001.663,201.814,401.965,6014 a 15 anosXIII0,281.536,001.689,601.843,201.996,8015 a 16 anosXIV0,301.560,001.716,001.872,002.028,0016 a 17 anosXV0,321.584,001.742,401.900,802.059,2017 a 18 anosXVI0,341.608,001.768,801.929,602.090,4018 a 19 anosXVIII0,361.632,001.795,201.958,402.121,6019 a 20 anosXVIII0,381.656,001.821,601.987,202.152,8020 a 21 anosXIX0,401.680,001.848,002.016,002.184,0021 a 22 anosXX0,421.704,001.874,402.044,802.215,2022 a 23 anosXXI0,441.728,001.900,802.073,602.246,4023 a 24 anosXXII0,461.752,001.927,202.102,402.277,6024 a 25 anosXXIII0,481.776,001.953,602.131,202.308,8025 a 26 anosXXIV0,501.800,001.980,002.160,002.340,0026 a 27 anosXXV0,521.824,002.006,402.188,802.371,2027 a 28 anosXXVI0,541.848,002.032,802.217,602.402,4028 a 29 anosXXVII0,561.872,002.059,202.246,402.433,6029 a 30 anosXXVIII0,581.896,002.085,602.275,202.464,8030 a 31 anosXXIX0,601.920,002.112,002.304,002.496,0031 a 32 anosXXX0,621.944,002.138,402.332,802.527,2032 a 33 anosXXXI0,641.968,002.164,802.361,602.558,4033 a 34 anosXXXII0,661.992,002.191,202.390,402.589,6034 a 35 anosXXXIII0,682.016,002.217,602.419,202.620,8035 a 36 anosXXXIV0,702.040,002.244,002.448,002.652,00

ANEXO 16 – TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	**PROGRESSÃO HORIZONTAL** **CLASSES**

ABCD1,01,11,21,3VENCIMENTO INCIAL10% SOBRE CLASSE A20% SOBRE CLASSE A30% SOBRE CLASSE A00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.100,00**1.210,001.320,001.430,00

03 a 04 anosII0,061.166,001.282,601.399,201.515,8004 a 05 anosIII0,081.188,001.306,801.425,601.544,4005 a 06 anosIV0,101.210,001.331,001.452,001.573,0006 a 07 anosV0,121.232,001.355,201.478,401.601,6007 a 08 anosVI0,141.254,001.379,401.504,801.630,2008 a 09 anosVII0,161.276,001.403,601.531,201.658,8009 a 10 anosVIII0,181.298,001.427,801.557,601.687,4010 a 11 anosIX0,201.320,001.452,001.584,001.716,0011 a 12 anosX0,221.342,001.476,201.610,401.744,6012 a 13 anosXI0,241.364,001.500,401.636,801.773,2013 a 14 anosXII0,261.386,001.524,601.663,201.801,8014 a 15 anosXIII0,281.408,001.548,801.689,601.830,4015 a 16 anosXIV0,301.430,001.573,001.716,001.859,0016 a 17 anosXV0,321.452,001.597,201.742,401.887,6017 a 18 anosXVI0,341.474,001.621,401.768,801.916,2018 a 19 anosXVIII0,361.496,001.645,601.795,201.944,8019 a 20 anosXVIII0,381.518,001.669,801.821,601.973,4020 a 21 anosXIX0,401.540,001.694,001.848,002.002,0021 a 22 anosXX0,421.562,001.718,201.874,402.030,6022 a 23 anosXXI0,441.584,001.742,401.900,802.059,2023 a 24 anosXXII0,461.606,001.766,601.927,202.087,8024 a 25 anosXXIII0,481.628,001.790,801.953,602.116,4025 a 26 anosXXIV0,501.650,001.815,001.980,002.145,0026 a 27 anosXXV0,521.672,001.839,202.006,402.173,6027 a 28 anosXXVI0,541.694,001.863,402.032,802.202,2028 a 29 anosXXVII0,561.716,001.887,602.059,202.230,8029 a 30 anosXXVIII0,581.738,001.911,802.085,602.259,4030 a 31 anosXXIX0,601.760,001.936,002.112,002.288,0031 a 32 anosXXX0,621.782,001.960,202.138,402.316,6032 a 33 anosXXXI0,641.804,001.984,402.164,802.345,2033 a 34 anosXXXII0,661.826,002.008,602.191,202.373,8034 a 35 anosXXXIII0,681.848,002.032,802.217,602.402,4035 a 36 anosXXXIV0,701.870,002.057,002.244,002.431,00

ANEXO 17- LEI 502/2011 – TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL PROFISSIONALIZADO				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	**PROGRESSÃO HORIZONTAL** **CLASSES**

ABCD1,01,11,21,3VENCIMENTO INCIAL10% SOBRE CLASSE A20% SOBRE CLASSE A30% SOBRE CLASSE A00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.200,00**1.320,001.440,001.560,00

03 a 04 anosII0,061.272,001.399,201.526,401.653,6004 a 05 anosIII0,081.296,001.425,601.555,201.684,8005 a 06 anosIV0,101.320,001.452,001.584,001.716,0006 a 07 anosV0,121.344,001.478,401.612,801.747,2007 a 08 anosVI0,141.368,001.504,801.641,601.778,4008 a 09 anosVII0,161.392,001.531,201.670,401.809,6009 a 10 anosVIII0,181.416,001.557,601.699,201.840,8010 a 11 anosIX0,201.440,001.584,001.728,001.872,0011 a 12 anosX0,221.464,001.610,401.756,801.903,2012 a 13 anosXI0,241.488,001.636,801.785,601.934,4013 a 14 anosXII0,261.512,001.663,201.814,401.965,6014 a 15 anosXIII0,281.536,001.689,601.843,201.996,8015 a 16 anosXIV0,301.560,001.716,001.872,002.028,0016 a 17 anosXV0,321.584,001.742,401.900,802.059,2017 a 18 anosXVI0,341.608,001.768,801.929,602.090,4018 a 19 anosXVIII0,361.632,001.795,201.958,402.121,6019 a 20 anosXVIII0,381.656,001.821,601.987,202.152,8020 a 21 anosXIX0,401.680,001.848,002.016,002.184,0021 a 22 anosXX0,421.704,001.874,402.044,802.215,2022 a 23 anosXXI0,441.728,001.900,802.073,602.246,4023 a 24 anosXXII0,461.752,001.927,202.102,402.277,6024 a 25 anosXXIII0,481.776,001.953,602.131,202.308,8025 a 26 anosXXIV0,501.800,001.980,002.160,002.340,0026 a 27 anosXXV0,521.824,002.006,402.188,802.371,2027 a 28 anosXXVI0,541.848,002.032,802.217,602.402,4028 a 29 anosXXVII0,561.872,002.059,202.246,402.433,6029 a 30 anosXXVIII0,581.896,002.085,602.275,202.464,8030 a 31 anosXXIX0,601.920,002.112,002.304,002.496,0031 a 32 anosXXX0,621.944,002.138,402.332,802.527,2032 a 33 anosXXXI0,641.968,002.164,802.361,602.558,4033 a 34 anosXXXII0,661.992,002.191,202.390,402.589,6034 a 35 anosXXXIII0,682.016,002.217,602.419,202.620,8035 a 36 anosXXXIV0,702.040,002.244,002.448,002.652,00

ANEXO 17-B

MOT0RISTA DE VEÍCULO PESADO

PROGRESSÃO VERTICAL

TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO

NÍVEL

COEFICIENTE

PROGRESSÃO HORIZONTAL

CLASSES

A

B

C

D

1,0

1,1

1,2

1,3

Ensino Fundamental Completo

Curso de capacitação 100 horas

Ensino Médio

Curso Médio Profissionalizante na área

00 a 03 anos

I

VENC PADRÃO INICIAL

2.300,00

2.530,00

2.760,00

2.990,00

03 a 04 anos

II

0,06

2.438,00

2.681,80

2.925,60

3.169,40

04 a 05 anos

III

0,08

2.484,00

2.732,40

2.980,80

3.229,20

05 a 06 anos

IV

0,10

2.530,00

2.783,00

3.036,00

3.289,00

06 a 07 anos
V
0,12
2.576,00
2.833,60
3.091,20
3.348,80
07 a 08 anos
VI
0,14
2.622,00
2.884,20
3.146,40
3.408,60
08 a 09 anos
VII
0,16
2.668,00
2.934,80
3.201,60
3.468,40
09 a 10 anos
VIII
0,18
2.714,00
2.985,40
3.256,80
3.528,20
10 a 11 anos
IX
0,20
2.760,00
3.036,00
3.312,00
3.588,00
11 a 12 anos
X
0,22
2.806,00
3.086,60
3.367,20
3.647,80
12 a 13 anos
XI
0,24
2.852,00
3.137,20
3.422,40

3.707,60
13 a 14 anos
XII
0,26
2.898,00
3.187,80
3.477,60
3.767,40
14 a 15 anos
XIII
0,28
2.944,00
3.238,40
3.532,80
3.827,20
15 a 16 anos
XIV
0,30
2.990,00
3.289,00
3.588,00
3.887,00
16 a 17 anos
XV
0,32
3.036,00
3.339,60
3.643,20
3.946,80
17 a 18 anos
XVI
0,34
3.082,00
3.390,20
3.698,40
4.006,60
18 a 19 anos
XVIII
0,36
3.128,00
3.440,80
3.753,60
4.066,40
19 a 20 anos
XVIII
0,38
3.174,00
3.491,40

3.808,80
4.126,20
20 a 21 anos
XIX
0,40
3.220,00
3.542,00
3.864,00
4.186,00
21 a 22 anos
XX
0,42
3.266,00
3.592,60
3.919,20
4.245,80
22 a 23 anos
XXI
0,44
3.312,00
3.643,20
3.974,40
4.305,60
23 a 24 anos
XXII
0,46
3.358,00
3.693,80
4.029,60
4.365,40
24 a 25 anos
XXIII
0,48
3.404,00
3.744,40
4.084,80
4.425,20
25 a 26 anos
XXIV
0,50
3.450,00
3.795,00
4.140,00
4.485,00
26 a 27 anos
XXV
0,52
3.496,00

3.845,60
4.195,20
4.544,80
27 a 28 anos
XXVI
0,54
3.542,00
3.896,20
4.250,40
4.604,60
28 a 29 anos
XXVII
0,56
3.588,00
3.946,80
4.305,60
4.664,40
29 a 30 anos
XXVIII
0,58
3.634,00
3.997,40
4.360,80
4.724,20
30 a 31 anos
XXIX
0,60
3.680,00
4.048,00
4.416,00
4.784,00
31 a 32 anos
XXX
0,62
3.726,00
4.098,60
4.471,20
4.843,80
32 a 33 anos
XXXI
0,64
3.772,00
4.149,20
4.526,40
4.903,60
33 a 34 anos
XXXII
0,66

3.818,00

4.199,80

4.581,60

4.963,40

34 a 35 anos

XXXIII

0,68

3.864,00

4.250,40

4.636,80

5.023,20

35 a 36 anos

XXXIV

0,70

3.910,00

4.301,00

4.692,00

5.083,00

ANEXO 18 DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO				
	Grupo Ocupacional : PROFESSOR			
	Vencimento Padrão Inicial	Título do Cargo	HS/ SEM	Nº VAGAS
	1.724,10	Professor Nível Médio – Magistério	30 HS	60
	3.448,20	Professor Nível Superior	30HS	213
CLASSES	A	B	C	D
COEFICIENTE	1	1,1	1,2	1,3
Requisitos da Classe - Magistério Professor de Nível Médio				
A	Habilitação especifica de nível médio magistério;			
B	Graduação, com licenciatura plena em área de atuação.			
C	Requisito da classe B , mais especialização na área correlata a função desenvolvida.			
D	Habilitação especifica de grau superior no nível de graduação, representado por licenciatura plena, com curso de doutorado na área de educação.			

Requisitos da Classe - Professor nível superior	
A	Habilitação especifica de nível superior;
B	Pós Graduação
C	Requisito da classe B , mais mestrado
D	Mestrado

ATRIBUIÇÕES DO CARGO
Compreende os cargos que se destinam à docência com as atribuições de reger turmas, planejar e ministrar aulas; Participar da elaboração do projeto pedagógico de sua unidade escolar; Cumprir plano de trabalho, segundo o projeto pedagógico de sua unidade escolar; Elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com equipe de orientação pedagógica; Colaborar na organização e participar das atividades de articulação da escola e a comunidade; e outras atividades afins.

ANEXO 19 DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO				
	Grupo Ocuperacional: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL			
	Vencimento Padrão Inicial	Título do Cargo	HS/ SEM	Nº VAGAS
	1.500,00	Agente Administrativo	40 HS	39
	1.100,00	Secretária	40 HS	03
	1.100,00	Monitor de Creche	40 HS	11
	1.100,00	Técnico de desenvolvimento infantil	40 HS	85
	2.300,00	Motorista de veículo pesado	40 HS	20
Requisitos da Classe				
A	Habilitação em ensino especifica; médio e curso de profissionalização ; CNH D			
B	Requisito da Classe A, mais 260 (duzentas e sessenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional e/ou curso de especialização especifica Profuncionário;			
C	Requisito da Classe B, mais 360(trezentas e sessenta)horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional ou especialização em nível técnico;			
D	Requisito da Classe C, mais curso superior completo.			
ATRIBUIÇÕES DO CARGO				
Assessoramento às Unidades Escolares, Cemeis ou na Secretaria Municipal de Educação, compreendendo as atividades de suporte pedagógico direto ou indireto; administração escolar, compreendendo as atividades de escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins, relatórios relativos ao funcionamento das secretarias escolares e da Secretaria Municipal da Educação.				

ANEXO 20 DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
Grupo Ocupacional: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

	Vencimento Padrão Inicial	Título do Cargo	HS/ SEM	Nº VAGAS
	1.100,00	Recepcionista	40 HS	02
	1.100,00	Vigilante	40 HS	45
	1.100,00	Serviços gerais	40 HS	60
	1.100,00	Apoio administrativo educacional	40 HS	46

	Requisitos da Classe
A	Habilitação em ensino fundamental ;
B	Requisito da Classe A, mais 200 (duzentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional (Curso Profissionalizante na área específica de atuação no Órgão ou afim;
C	Ensino médio, mais 300(trezentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;
D	Requisito da Classe C, mais graduação de curso superior completo.

ATRIBUIÇÕES DO CARGO
Compreende os cargos que se destinam a executar, sob supervisão, atividades auxiliares e de apoio à Educação, nas Unidades Escolares, Cemeis e demais Unidades pertencentes à Pasta da Educação, compreendendo as atividades de suporte pedagógico direto ou indireto; no desenvolvimento de trabalhos relacionados a digitação, arquivo, protocolo, auxiliar na programação das atividades da unidade escolar, elaboração de relatórios administrativo, promovendo atividades recreativas e outras atividades afins.

MENSAGEM DE VETO, 17 DE ABRIL DE 2017.

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do do art. 63, § único da Lei Orgânica do Colniza-MT, decidi vetar parcialmente, por ser inconstitucional, o Projeto de Lei nº 011/2017 e 012/2017, que “extingue cargo de provimento efetivo; cria cargos; dá nova redação à artigos das Leis nº 500/2011, 501/2011 e 502/2011 que instituíram os novos planos de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores público do Município de Colniza-MT, e dá outras providencias ” e o projeto que “fixa novo vencimento inicial padrão para os cargos de provimento efetivo regidos pelas leis nº 500/2011, 501/2011 e 502/2011 que instituíram os novos planos de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos do município de Colniza/MT, e dá outras providências”.

Ouvida, a Assessoria Jurídica e a Advocacia do Município, manifestou-se pelo veto aos seguinte dispositivos:

Art. 9º e art. 29 do Projeto 011/2017. Art. 7º, art. 8º do Projeto 012/2017 e tabelas de anexo 4, 5, 6 e 7.

“***Art. 9º*** *- Acrescenta o § 4º no Art.46 da Lei nº. 502/2011, acrescenta § 5º no Artigo 14 da Lei nº. 501/2011 e, acrescenta o § 6º do Artigo 16 da Lei nº. 500/2011, que passará a vigorar com a seguinte redação, permanecendo os demais artigos inalterados:*

Lei 502/2011;

Art. 46º ...

§ 4º - *Além do salário e das gratificações previstas neste ato, serão garantidas ao servidor uma gratificação no percentual de 2% (dois por cento) na tabela vertical a critério do gestor imediato, verificada a inexistência de advertências ao servidor, desde que previstas em dotação orçamentária, por merecimento, observados os critérios a seguir:*

I — Assiduidade;

II— Disciplina;

III — Capacidade de iniciativa;

IV— Produtividade;

V— Responsabilidade;

Lei 501/2011;

Art. 14º ...

§ 5º - *Além do salário e das gratificações previstas neste ato, serão garantidas ao servidor uma gratificação no percentual de 2%(dois por cento) na tabela vertical a critério do gestor imediato, verificada a inexistência de advertências ao servidor, desde que previstas em dotação orçamentária, por merecimento, observados os critérios a seguir:*

I — Assiduidade;

II— Disciplina;

III — Capacidade de iniciativa;

IV— Produtividade;

V— Responsabilidade;

Lei 500/2011;

Art. 16º ...

§ 6º - *Além do salário e das gratificações previstas neste ato, serão garantidas ao servidor uma gratificação no percentual de 2% (dois por cento) na tabela vertical a critério do gestor imediato, verificada a inexistência de advertências ao servidor, desde que previstas em dotação orçamentária, por merecimento, observados os critérios a seguir:*

I — Assiduidade;

II— Disciplina;

III — Capacidade de iniciativa;

IV— Produtividade;

V— Responsabilidade;"

***Art. 29º** - Fica alterada a nomenclatura do cargo de provimento efetivo do quadro permanente de **AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA** para **FISCAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA**,inserido na lei 500/2011 eregido pela Lei 535/2012.*

***Parágrafo Único.** Os servidores acima serão enquadrados no cargo de Agente fiscal de Vigilância Sanitária, respeitando a Classe e o nível que estiverem.*

***Art. 7º** - Os servidores ocupantes de cargos de motorista, que atualmente estejam lotados na Secretaria Municipal de Educação, deverão ser enquadrados no Anexo I – Lei 502/2011, Grupo Técnico Administrativo Educacional, vinculados à Secretaria Municipal de Educação.*

***Art. 8º -** Os servidores lotados nos cargos de Agente de Vigilância Sanitária deverão ser enquadrados automaticamente no cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária com remuneração específica, conforme estabelece o Anexo 20.*

ANEXO 4 – LEI 502/2011 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, VIGILANTE; SERVIÇOS GERAIS NÃO PROFISSIONALIZADOS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,31,5**Ensino FundamentalEnsino MédioGraduaçãoPós**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.100,00**1.210,001.430,001.650,00

03 a 04 anosII0,061.166,001.282,601.515,801.749,0004 a 05 anosIII0,081.188,001.306,801.544,401.782,0005 a 06 anosIV0,101.210,001.331,001.573,001.815,0006 a 07 anosV0,121.232,001.355,201.601,601.848,0007 a 08 anosVI0,141.254,001.379,401.630,201.881,0008 a 09 anosVII0,161.276,001.403,601.658,801.914,0009 a 10 anosVIII0,181.298,001.427,801.687,401.947,0010 a 11 anosIX0,201.320,001.452,001.716,001.980,0011 a 12 anosX0,221.342,001.476,201.744,602.013,0012 a 13 anosXI0,241.364,001.500,401.773,202.046,0013 a 14 anosXII0,261.386,001.524,601.801,802.079,0014 a 15 anosXIII0,281.408,001.548,801.830,402.112,0015 a 16 anosXIV0,301.430,001.573,001.859,002.145,0016 a 17 anosXV0,321.452,001.597,201.887,602.178,0017 a 18 anosXVI0,341.474,001.621,401.916,202.211,0018 a 19 anosXVIII0,361.496,001.645,601.944,802.244,0019 a 20 anosXVIII0,381.518,001.669,801.973,402.277,0020 a 21 anosXIX0,401.540,001.694,002.002,002.310,0021 a 22 anosXX0,421.562,001.718,202.030,602.343,0022 a 23 anosXXI0,441.584,001.742,402.059,202.376,0023 a 24 anosXXII0,461.606,001.766,602.087,802.409,0024 a 25 anosXXIII0,481.628,001.790,802.116,402.442,0025 a 26 anosXXIV0,501.650,001.815,002.145,002.475,0026 a 27 anosXXV0,521.672,001.839,202.173,602.508,0027 a 28 anosXXVI0,541.694,001.863,402.202,202.541,0028 a 29 anosXXVII0,561.716,001.887,602.230,802.574,0029 a 30 anosXXVIII0,581.738,001.911,802.259,402.607,0030 a 31 anosXXIX0,601.760,001.936,002.288,002.640,0031 a 32 anosXXX0,621.782,001.960,202.316,602.673,0032 a 33 anosXXXI0,641.804,001.984,402.345,202.706,0033 a 34 anosXXXII0,661.826,002.008,602.373,802.739,0034 a 35 anosXXXIII0,681.848,002.032,802.402,402.772,0035 a 36 anosXXXIV0,701.870,002.057,002.431,002.805,00

ANEXO 5 - LEI 502/2011 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, VIGILANTE E SERVIÇOS GERAIS – PROFISSIONALIZADOS				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,11,31,5**Ensino FundamentalEnsino MédioGraduaçãoPós**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.210,00**1.331,001.573,001.815,00

03 a 04 anosII0,061.282,601.410,861.667,381.923,9004 a 05 anosIII0,081.306,801.437,481.698,841.960,2005 a 06 anosIV0,101.331,001.464,101.730,301.996,5006 a 07 anosV0,121.355,201.490,721.761,762.032,8007 a 08 anosVI0,141.379,401.517,341.793,222.069,1008 a 09 anosVII0,161.403,601.543,961.824,682.105,4009 a 10 anosVIII0,181.427,801.570,581.856,142.141,7010 a 11 anosIX0,201.452,001.597,201.887,602.178,0011 a 12 anosX0,221.476,201.623,821.919,062.214,3012 a 13 anosXI0,241.500,401.650,441.950,522.250,6013 a 14 anosXII0,261.524,601.677,061.981,982.286,9014 a 15 anosXIII0,281.548,801.703,682.013,442.323,2015 a 16 anosXIV0,301.573,001.730,302.044,902.359,5016 a 17 anosXV0,321.597,201.756,922.076,362.395,8017 a 18 anosXVI0,341.621,401.783,542.107,822.432,1018 a 19 anosXVIII0,361.645,601.810,162.139,282.468,4019 a 20 anosXVIII0,381.669,801.836,782.170,742.504,7020 a 21 anosXIX0,401.694,001.863,402.202,202.541,0021 a 22 anosXX0,421.718,201.890,022.233,662.577,3022 a 23 anosXXI0,441.742,401.916,642.265,122.613,6023 a 24 anosXXII0,461.766,601.943,262.296,582.649,9024 a 25 anosXXIII0,481.790,801.969,882.328,042.686,2025 a 26 anosXXIV0,501.815,001.996,502.359,502.722,5026 a 27 anosXXV0,521.839,202.023,122.390,962.758,8027 a 28 anosXXVI0,541.863,402.049,742.422,422.795,1028 a 29 anosXXVII0,561.887,602.076,362.453,882.831,4029 a 30 anosXXVIII0,581.911,802.102,982.485,342.867,7030 a 31 anosXXIX0,601.936,002.129,602.516,802.904,0031 a 32 anosXXX0,621.960,202.156,222.548,262.940,3032 a 33 anosXXXI0,641.984,402.182,842.579,722.976,6033 a 34 anosXXXII0,662.008,602.209,462.611,183.012,9034 a 35 anosXXXIII0,682.032,802.236,082.642,643.049,2035 a 36 anosXXXIV0,702.057,002.262,702.674,103.085,50

ANEXO 6 - LEI 502/2011 – AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, SECRETÁRIA, TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO				
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL
				CLASSES

ABCD1,01,31,51,7**Ensino MédioGraduaçãoPósMestrado**00 a 03 anosIVENC PADRÃO INICIAL**1.500,00**1.950,002.250,002.550,00

03 a 04 anosII0,061.590,002.067,002.385,002.703,0004 a 05 anosIII0,081.620,002.106,002.430,002.754,0005 a 06 anosIV0,101.650,002.145,002.475,002.805,0006 a 07 anosV0,121.680,002.184,002.520,002.856,0007 a 08 anosVI0,141.710,002.223,002.565,002.907,0008 a 09 anosVII0,161.740,002.262,002.610,002.958,0009 a 10 anosVIII0,181.770,002.301,002.655,003.009,0010 a 11 anosIX0,201.800,002.340,002.700,003.060,0011 a 12 anosX0,221.830,002.379,002.745,003.111,0012 a 13 anosXI0,241.860,002.418,002.790,003.162,0013 a 14 anosXII0,261.890,002.457,002.835,003.213,0014 a 15 anosXIII0,281.920,002.496,002.880,003.264,0015 a 16 anosXIV0,301.950,002.535,002.925,003.315,0016 a 17 anosXV0,321.980,002.574,002.970,003.366,0017 a 18 anosXVI0,342.010,002.613,003.015,003.417,0018 a 19 anosXVIII0,362.040,002.652,003.060,003.468,0019 a 20

anosXVIII0,382.070,002.691,003.105,003.519,0020 a 21 anosXIX0,402.100,002.730,003.150,003.570,0021 a 22 anosXX0,422.130,002.769,003.195,003.621,0022 a 23 anosXXI0,442.160,002.808,003.240,003.672,0023 a 24 anosXXII0,462.190,002.847,003.285,003.723,0024 a 25 anosXXIII0,482.220,002.886,003.330,003.774,0025 a 26 anosXXIV0,502.250,002.925,003.375,003.825,0026 a 27 anosXXV0,522.280,002.964,003.420,003.876,0027 a 28 anosXXVI0,542.310,003.003,003.465,003.927,0028 a 29 anosXXVII0,562.340,003.042,003.510,003.978,0029 a 30 anosXXVIII0,582.370,003.081,003.555,004.029,0030 a 31 anosXXIX0,602.400,003.120,003.600,004.080,0031 a 32 anosXXX0,622.430,003.159,003.645,004.131,0032 a 33 anosXXXI0,642.460,003.198,003.690,004.182,0033 a 34 anosXXXII0,662.490,003.237,003.735,004.233,0034 a 35 anosXXXIII0,682.520,003.276,003.780,004.284,0035 a 36 anosXXXIV0,702.550,003.315,003.825,004.335,00

RAZÕES DOS VETOS:

"O art. 9º do Projeto 011/2017 cria despesas não prevista no Projeto original, uma vez que tal criação de despezas deve ser de exclusividade do Poder Executivo procedida de impacto financeiro. Não cabe ao Poder Legisltativo fazer esse tipo de emenda sob pena de estar interferindo na ceara do Executivo. Sendo assim, vale mencionar que a Lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo pode ser objeto de emenda parlamentar, desde que os dispositivos introduzidos no texto da lei não estejam destituídos de pertinência temática com o projeto original nem acarretem aumento de despesa (CF, artigo. 63,I – interpretação).

No art. 29 do Projeto 011/2017 foi posto como Emenda a alteração do nome de Agente de Vigilância Sanitária para Fiscal de Vigilancia Sanitária, insta consignar que conforme acima posto, invade competencia do Poder Executivo, contando ainda com o fato de ser areas distintas com vencimentos padrões iniciais diferentes, implicando, tambem, em impacto financeiro não previsto no texto original.

Relativo a emenda consignada no Art. 7º do Projeto 012/2017, enquadramento, não foi do interesse do Poder Executivo em enquadrar tais servidores uma vez que estara violando a regra da boa administração pública, pois se há uma criação de cargos e vagas específica para um determinado setor da Administração pública, e, coroborando com o interesse da Administração, deverá tais vagas serem preenchidas por servidores providos por concurso público específico para aquela area.

O veto art. 8º do Projeto 012/2017 fundamenta na decorrencia lógica no veto do art. 29 do Projeto 011/2017, acima descrito.

As tabelas de anexo 4, 5, 6, e 7, não se identificam com as tabelas da redação original, uma vez que comprometem na questão dos vencimentos básicos, criando diferença no vencimento padrão inicial do não profissionalizado para o profissionalizado sem demostrativo de impacto, bem como é sabido, que não pode o Legislativo fazer tal alteração por ser inconstitucional. Por outro lado, tambem, houve mudanças para fazer inserir dentro da tabela do Agente Administrativo o cargo de Secretaria, sendo que os vencimentos basicos são completamente diferentes, fazendo, em tese, uma forma de igualar os salários de cargos distintos, fato inaceitavel.

A criação, a transformação a fixação de novos subsidios dos cargos no ambito de Prefeitura Municipal, autarquia e fundações públicas necessitam de lei, cabendo sua iniciativa, com exclusividade, ao Prefeito. Tal exclusividade de iniciativa não impede a apresentação de emendas por parte dos Vereadores. Essa faculdade, no entanto, não é absoluta, dado que a emenda **não pode aumentar a despesa prevista no projeto originário do Executivo**.

Neste sentido a remuneração de servidores públicos é de iniciativa privada do chefe do Poder Executivo, sendo manifestamente inconstitucional o aumento de despesas decorrente de Lei ou Emenda a Lei emanada pelo Poder Legislativo Municipal. Esse foi o entendimento unânime do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que acolheu a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 18531/2011. No caso em tela, se fosse aceito tais emendas, haveria um vício formal de iniciativa e vício de natureza material.

Não se olvida ser lícito ao Poder Legislativo, no exercício de sua função primordial, apresentar emendas aos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Executivo, desde que não acarretem aumento de despesas.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Poder Legislativo Municipal.

Colniza/MT, 17 de abril de 2017.

Respeitosamente,

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

GABINETE DO PREFEITO

PAGE

PAGE 109

AVENIDA TARUMÃ, Nº. 116 - CENTRO – CNPJ 04.213.678/0001-02 Fone: (66) 3571-1000 /1315

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Sr. **Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº 001/2017

Modalidade: Tomada de Preço – Menor Preço Global

Data Homologação: 17.04.2017

Objeto da Licitação: Contratação de pessoa jurídica para retomada e conclusão da obra de Construção da Sede do Legislativo Municipal, conforme Projeto Básico e Planilha Orçamentária Estimada.

Fornecedor declarado vencedor: Valor Global

PR CONSTRUTORA LTDA. R$ 143.224,37

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza - MT, 17 de Abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Sr. **Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº 001/2017

Modalidade: Tomada de Preço – Menor Preço Global

Data Adjudicação: 17.04.2017

Objeto da Licitação: Contratação de pessoa jurídica para retomada e conclusão da obra de Construção da Sede do Legislativo Municipal, conforme Projeto Básico e Planilha Orçamentária Estimada.

Fornecedor declarado vencedor: Valor Global

PR CONSTRUTORA LTDA. R$ 143.224,37

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza - MT, 17 de Abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 023/2017

Procedimento nº 16.622/2017 ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 023/2017 VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial. OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de preços visando futura contratação de empresa para a prestação de serviço de horas máquinas e locação de veículos para a manutenção de Estradas, Ruas, Avenidas, Pontes e Bueiros em todo o Município. Ressaltando que o abastecimento dessas MÁQUINAS/VEÍCULOS não será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Colniza/MT. Os fornecedores vencedores encontram-se indicados conforme segue: Empresa Maycon F. Requena Peças – ME com valor total de R$ 2.860.000,00 (dois milhões oitocentos e sessenta mil reais) e a Empresa Edriano Guedes Cristino Eireli - ME com valor total de R$ 3.991.388,00 (três milhões novecentos e noventa e um mil trezentos e oitenta e oito reais). Resultado expedido de acordo com avaliação dos maquinários, emitido pela Comissão de Avaliação de Máquinas, nomeados pela Portaria nº 30/GP/2017, documentos em anexo ao processo licitatório. Colniza - MT, 17 de Abril de 2017. Antonio Apolinário Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PORTARIA Nº 034/2017 DE 12/04/2017

PORTARIA Nº 034/2017 DE 12/04/2017

ANTONIO CARMOS PINHEIRO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2017/2018, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder *FÉRIAS REGULAMENTARES* a servidora *SILVANA PEREIRA SIMONETE*, Agente Legislativo de Copa e Limpeza, *no período de 01 a 30/05/2017*, referente ao período aquisitivo de 01/02/2016 a 01/02/2017, conforme estabelece o artigo 40 da Lei Municipal nº 1.328/2011 de 29/07/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

Antonio Carmos Pinheiro de Oliveira - Presidente Biênio 2017/2018

Registre-se e Publique-se:

***Aparecida de Almeida Dias de Sá* - 1ª Secretária**

PORTARIA 035/2017 DE 12/04/2017

PORTARIA 035/2017 DE 12/04/2017

ANTONIO CARMOS PINHEIRO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2017/2018, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder *FÉRIAS REGULAMENTARES* a servidora *MARTHA FONTINI CATELANI*, Agente Legislativo de Zeladoria, lotada no cargo de chefe de Departamento de Compras e Patrimônio, *no período de 01 a 30/05/2017*, referente ao período aquisitivo de 17/07/2015 a 17/07/2016, conforme estabelece o artigo 40 da Lei Municipal nº 1.328/2011 de 29/07/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

Antonio Carmos Pinheiro de Oliveira - Presidente Biênio 2017/2018

Registre-se e Publique-se:

***Aparecida de Almeida Dias de Sá* - 1ª Secretária**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 163/2017

DO OBJETO Aquisição de serviços de Transporte Escolar para atender a demanda na Secretaria Municipal de Educação **VIGÊNCIA:** 04/04/2017 a 31/12/2017;

DO VALOR: R$ 40.000,00

DATA: Confresa, 17 de abril de 2017;

ASSINANTES: Rônio Condão Barros Milhomem - Prefeitura Municipal de Confresa – **Contratado:** Aderson José Pires dos Santos 98869477134

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso, ANO XII, Nº 2.675 Página 83, do dia 23 de fevereiro de 2017, onde se lê: "PSF Novo Planalto". Ler -se: “PSF Jardim Planalto” Confresa MT 17 de abril de 2017.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 016/2017

DO OBJETO Aquisição de serviços de Transporte Escolar para atender a demanda na Secretaria Municipal de Educação **VIGÊNCIA:** 13/03/2017 a 29/09/2017;

DO VALOR: R$ 39.204,00

DATA: Confresa, 17 de abril de 2017;

ASSINANTES: Rônio Condão Barros Milhomem - Prefeitura Municipal de Confresa – **Contratado:** Willian Moreira 42334560197

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2016

A **Prefeitura Municipal de Confresa-MT**, através da Comissão de Licitações/Pregão, torna público que aderiu à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Presencial nº 042/2016, da Prefeitura Municipal de Diamantino – MT, em que foram registrados os preços da Empresa **M.V. Atacadista de Móveis Ltda. - ME**, CNPJ nº **19.071.896/0001-28**, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de móveis e materiais permanentes, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, referente aos itens abaixo relacionados, que ora aderimos.

Item	Qtd	Und	Descrição	V. Unit	V. Total
1	Unid.	1	Mesa Escrivania com 02 Gavetas 1,20X0,60	R$ 238,01	R$ 238,01
2	Unid.	1	Baia de Atendimento com 02 Lugares em MDP cor Cinza	R$ 467,06	R$ 467,06
3	Unid.	2	Longarina 03 Lugares Assentos e Encosto Almofadados	R$ 340,61	R$ 681,22
4	Unid.	9	Cadeira Diretor Executiva Operacional Giratória	R$ 516,89	R$ 4.652,01
5	Unid.	14	Cadeira Executiva Giratória	R$ 257,95	R$ 3.611,30
6	Unid.	31	Cadeira Secretaria Fixa Assento e Encosto Almofadado	R$ 108,56	R$ 3.365,36
7	Mts.	26	Mesa Planejado 100% MDF Espessura 25mm	R$ 720,00	R$ 18.720,00
8	Mts.	13	Mesa Planejada com Gavetas 100% MDF espessura de 15mm	R$ 560,00	R$ 7.280,00
9	Mts.	48	Armários Planejados 100% MDF espessura 15mm Profundidades de 45Cm.	R$ 570,00	R$ 27.360,00
			Valor Total	R$ 66.374,96	

Confresa-MT, 17 de Abril de 2017.

Rônio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO INSTITUO FARROUPILHA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

A **Prefeitura Municipal de Confresa-MT**, através da Comissão de Licitações/Pregão, torna público que aderiu à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Presencial nº 001/2016, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campos São Borja - RS, em que foram registrados os preços da Empresa **Plaxmetal S/A. Indústria de Cadeiras Corporativas**, CNPJ nº 91.404.251/0001-97, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de conjunto de mesa para refeitório com tampo em polipropileno medindo 1830x760, com 06 cadeiras assento e encosto em polipropileno, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, referente aos itens abaixo relacionados, que ora aderimos.

Item	**Unid**	**Qnt.**	**Descrição**	**V. Unit**	**V. Total**
01	Unid	16	Conjunto de Mesa para Refeitório com tampo em polipropileno medindo 1830x760, com 06 cadeiras assento e encosto em polipropileno	1.150,00	18.400,00
			Valor Total	**18.400,00**	

Confresa-MT, 17 de Abril de 2017.

Rônio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 164/2017

DO OBJETO Aquisição de serviços de Transporte Escolar para atender a demanda na Secretaria Municipal de Educação **VIGÊNCIA:** 04/04/2017 a 31/12/2017;

DO VALOR: R$ 61.456,00

DATA: Confresa, 17 de abril de 2017;

ASSINANTES: Rônio Condão Barros Milhomem - Prefeitura Municipal de Confresa – **Contratado:** E.V. Wagner Serviços e Transportes – ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 058/2015

QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 058/2015

Pelo presente SEGUNDO ADITIVO, fica alterada a Cláusula Segunda (Do Prazo) e, referente ao Contrato nº 058/2015, datado de 21 de setembro de 2015, objetivando a: “CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA E MATERIAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, MEIO FIO E SARGETA DE RUAS E AVENIDAS, TUDO CONFORME A METRAGEM E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA PLANILHA E DEMAIS DOCUMENTOS EM ANEXO”.

De um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.465.309/0001-67, sito à Av. 20 de dezembro, nº

725 – Bairro Centro em Cotriguaçu-MT, neste ato representado pelo Sr. JAIR KLASNER, brasileiro, advogado residente e domiciliado na R.: "B", nº 51, B.: Progresso na cidade de Cotriguaçu – MT, Portador de C.I. RG nº 966.945 SSP/MT e do CPF/MF nº 862.690.381-20, que doravante passa a ser identificado e chamado de "CONTRATANTE", e a empresa: DARDANELOS CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ: 11.247.964/0001-55 , localizada na Rua Comandante Eliano Laurindo Souza nº 1212 –B, Bairro Leuca, Aripuanã/MT doravante denominada "CONTRATADO", representada pelo senhor: Fabio Ferreira Lima, portador do CPF: 854.919.371-72, resolvem de mútuo acordo celebrar o presente aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes::

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula Segunda, do Contrato prorrogando o prazo por 180 (Cento e Oitenta dias) dias, totalizando 720 (Setecentos e vinte) dias a contar do dia 16/03/2017 a 11/09/2017, totalizando 720 dias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Permanecem inalteradas as demais cláusulas constantes do Contrato nº 058/2015 objetivando a: "CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA E MATERIAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, MEIO FIO E SARGETA DE RUAS E AVENIDAS, TUDO CONFORME A METRAGEM E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA PLANILHA E DEMAIS DOCUMENTOS EM ANEXO", as quais serão respeitadas pelas partes.

E por estarem justos e acordados, ambas as partes assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Cotriguaçu/MT, 15 de Março de 2017.

PREFEITURA MUN.DE COTRIGUAÇU

JAIR KLASNER

CONTRATANTE

DARDANELOS CONSTRUTORA LTDA – ME

CNPJ: 11.247.964/0001-55

Fabio Ferreira Lima

CPF: 854.919.371-72

PREGÃO PRESENCIAL 14/2017

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 014/2017

PROCESSO 027/2017

Encontra-se aberta, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL - SRP forma de julgamento: Menor preço por item, com a finalidade de selecionar propostas para**: "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E VENTUAL AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS, INDEPENDENTE DA MARCA E MODELO, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS (SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSITÊNCIA SOCIAL, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, INFRAESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS"**,cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 02 (dois) de maio de 2017, às 08h30min (oito horas e trinta minutos), na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas e ou físicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas ou via fax – (66)3555-1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência)

Cotriguaçu-MT, 17 de Abril de 2017

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL N°133/2017

***CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** A SERVIDOR, PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e;

Considerando o disposto na Lei Complementar 008/2001(Regime Jurídico Estatutário) no artigo 88 e Lei Complementar 024/2005 (Regime Próprio de Previdência Social) dos Servidores Públicos do Município, Curvelândia – MT artigo 15;

Considerando o Laudo Médico emitido pelo Dr. José Andrade Rudner Médico do Trabalho RQE n° 79 CRM – 1580 Reg. Mtb – 2191;

RESOLVE,

Art. 1º Conceder **AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** a servidora **SUELI BARBOSA DA SILVA**, matrícula funcional n° 1672, efetiva no cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por 60 (sessenta) dias, a mesma deverá permanecer afastada do trabalho até 29/05/2017.

Parágrafo Primeiro: conforme parágrafo único da Lei Complementar nº 08/2001, o servidor licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer outra atividade remunerada, sob pena de ter cassada a Licença.

Parágrafo Segundo: A partir do 31º dia da data do afastamento, a remuneração da segurada será de responsabilidade do Regime de Previdência Municipal – **CURVELÂNDIA-PREV** – Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Curvelândia-MT, conforme previsto no Artigo 15 da Lei Complementar 024/2005 de 23 de novembro de 2005.

Parágrafo Terceiro: O pagamento doAuxilio doença pelo Regime de Previdência Municipal – **CURVELÂNDIA-PREV** está condicionado à apresentação do Laudo Médico Pericial, com perícia realizada e aprovada pela comissão médica pericial do município.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 17 de abril de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADESÃO Nº 002/2017

A Prefeitura Municipal de Curvelândia-MT, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público, para conhecimento dos interessados, que formalizou o processo de adesão à Ata de Registro de Preços Nº 047/2016 do Pregão Eletrônico nº 037/2016, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de Impressoras para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cáceres, realizado pelo Município de Cáceres - MT, sendo a detentora a empresa MMC EQUIPAMENTOS REPROGRAFICOS LTDA - EPP inscrita no CNPJ nº 03.885.780/0001-92, com valor total de R$ 7.185,00 (Sete Mil, Cento e Oitenta e Cinco Reais). Maiores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo

telefone (65) 3273-1275. Curvelândia - MT, 17 de Abril de 2017. Claudio Nascimento Lopes - Presidente da CPL.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 132/2017

*NOMEIA **ASSESSOR DE PROTOCOLO E RECEPÇÃO – CLASSE II,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear **MARIA SELMA DOS SANTOS**, portadora do RG 1374609-0 SSP/MT, CPF 918.325.941-49, para exercer o cargo de **ASSESSOR DE PROTOCOLO E RECEPÇÃO – CLASSE II,** com lotação na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças a partir desta data, conforme Lei Complementar 097/2016 de 01 de abril de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 17 de abril de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL N° 134/2017

*CONCEDE PRORROGAÇÃO DE **AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** A SERVIDOR, PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e;

Considerando o disposto na Lei Complementar 008/2001(Regime Jurídico Estatutário) no artigo 88 e Lei Complementar 024/2005 (Regime Próprio de Previdência Social) dos Servidores Públicos do Município, Curvelândia – MT artigo 15;

Considerando o Laudo Médico emitido pelo Dr. José Andrade Rudner Médico do Trabalho RQE n° 79 CRM – 1580 Reg. Mtb – 2191;

RESOLVE,

Art. 1º Prorrogaro **AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** do servidor **ADEMAR LEONEL BARBOSA**, matrícula funcional n° 1670, efetivo no cargo de **PROFESSOR**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por 90(noventa) dias, o mesmo deverá permanecer afastado do trabalho até 04/07/2017 conforme laudo médico pericial.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 17 de abril de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL N° 135/2017

*CONCEDE PRORROGAÇÃO DE **AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** A SERVIDOR, PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e;

Considerando o disposto na Lei Complementar 008/2001(Regime Jurídico Estatutário) no artigo 88 e Lei Complementar 024/2005 (Regime Próprio de Previdência Social) dos Servidores Públicos do Município, Curvelândia – MT artigo 15;

Considerando o Laudo Médico emitido pelo Dr. José Andrade Rudner Médico do Trabalho RQE n° 79 CRM – 1580 Reg. Mtb – 2191;

RESOLVE,

Art. 1º Prorrogaro **AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** da servidora **SUELEN PRADE FERREIRA**, matrícula funcional n° 1709, efetiva no cargo de **AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA – SERVIÇOS GERAIS**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por 35(trinta e cinco) dias, a mesma deverá permanecer afastada do trabalho até 15/05/2017 conforme laudo médico pericial.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 17 de abril de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2017

RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO – INEXIGIBILIDADE N° 001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2017. INEXIGIBILIDADE Nº 001/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OS QUAIS SÃO NECESSÁRIOS PARA SER UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E REVISÃO DA PATROL CATERPILLAR 120K DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DESTE MUNICIPIO. Empresa Contratada: SOTREQ S/A, inscrita no CNPJ Nº 34.151.100/0022-65, totalizando o valor de R$ 5.274,56 (Cinco Mil, Duzentos e Setenta e Quatro Reais e Cinquenta e Seis Centavos). O Prefeito Municipal resolve **RATIFICAR** o processo licitatório em epígrafe. Curvelândia – MT, 17 de Abril de 2017. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2017

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2017

O Prefeito Municipal de Curvelândia – MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 43, VI, da Lei 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão de Licitação desta Prefeitura, Resolve **HOMOLOGAR** o presente PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017. DISPENSA DE LICITAÇÃO **Nº** 002/2017. **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR DE MÚSICA PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NA BUSCA DE DESPERTAR NOS ALUNOS O INTERESSE PELA ARTE MUSICAL E CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL, PERCEPÇÃO AUDITIVA, COORDENAÇÃO MOTORA, ATENÇÃO, CRIATIVIDADE E RELACIONAMENTO HUMANO. Empresa contratada: JOÃO BATISTA PEREIRA DE MELO – 816.

243.521-20, inscrita no CNPJ: 22.354.008/0001-99, totalizando o valor de R$ 20.800,00 (Vinte Mil e Oitocentos Reais). E **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida Empresa. Curvelândia - MT, 17 de Abril de 2017. **SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA -** Prefeito Municipal.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 136/2017

*DESIGNA **COORDENADOR PEDAGÓGICO,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar **CLEONILDA RODRIGUES GARCIA,** matrícula funcionaln° 266, efetiva no cargo de Professor I - Pedagogia para exercer o cargo de **COORDENADOR PEDAGÓGICO** a partir desta data, em conformidade com a Lei Complementar n° 072/2013 de 16 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 17 de abril de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2017

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS E SERVIÇOS DE CAMINHÃO, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRA DE DIAMANTINO - MT** Contratado: **AMORIM E SILVEIRA LTDA - EPP.** ASS: 04/04/2017 – Valor global **R$ 66.999,00** (Sessenta e seis mil noves centos e noventa e nove reais). Unidades Orçamentárias: 04.01– Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, Proj. Ativ.: .2004; Responsável jurídico: **RAMOM DE OLIVEIRA MARTINS**. Pregão Presencial n.º 003/2016. Vigência do Contrato: 120 (cento e vinte) dias.

DIAMANTINO /MT em 04 de Abril de 2017.

***EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA-PREFEITO MUNICIPAL*.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 024/2017

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o art. 52 da Lei 881/2013 PCCS – Plano de Cargo, Carreira e Salário dos Servidores do Município de Diamantino.

RESOLVE:

ART. 1º -Remover em tempo determinado à lotação do servidor abaixo relacionado:

Motorista

Servidor	Lotação de Origem	Lotação de Destino
AUVANEI ALVES DE ALMEIDA	Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura

ART. 2º - Esta Portaria produzirá efeitos legais a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

REGISTRA-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Diamantino, 01 de Abril de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

ADÉLIA MARIA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Saúde e Vig. Sanitária

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 068/2017 – SMEC

A Secretária Municipal de educação e Cultura, do município de DIAMANTINO – estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições , considerando a necessidade de um servidor para responder pelo Programa Bolsa Família,

RESOLVE,

Artigo 1º - DESIGNAR a servidora pública **MARTA MARIA DE SANTANA SILVA**, Matricula n º 2930, portadora do RG nº 128560-96 SSP/MT, CPF nº 807.112.861-91, Técnica Administrativa Educacional, Classe B, nível II, para responder como **Operador Master** do Programa BOLSA FAMILIA no município de Diamantino – MT , em parceria com as Escolas, Secretaria Municipal de Ação Social e secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - A servidora ora designada responsável pela coleta e alimentação de dados no Sistema on line do **Programa Bolsa Família**, tais como Frequência Escolar dos Estudantes Cadastrados, localização e outras informações necessárias para o bom andamento do Programa no município.

Artigo 3º - Esta Portaria passa a vigorar a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA – SE, CUMPRA – SE , PUBLICA – SE

Diamantino – MT, em 14 de Março de 2017

Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 067/2017 – SMEC

A Secretária Municipal de educação e Cultura, usando de suas atribuições legais com base no Paragrafo 1º do Artigo 48, da Lei Complementar nº 011/2011, de 22 de junho de 2011 e suas alterações,

RESOLVE,

Artigo 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 045/2013/SMEC, de 14/10/2013, que designou a Servidora **JULIANA LEMES IZEPILOVSKI**, portadora do RG nº 1643126-0, CPF nº 037.583.121-59, em que a mesma estava respondendo como Operador Master do Programa Bolsa Família neste Município Diamantino - MT .

Artigo 2º - Esta Portaria passa a vigorar a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 02/01/2017, ficando revogado as disposições em contrária.

REGISTRA – SE , CUMPRA – SE , PUBLICA – SE

Diamantino – MT , em 14 de Março de 2017

Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
DISPENSA DE LICITAÇÃO 13-2017 – CISCN

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

REGIÃO CENTRO NORTE DE MATO GROSSO

CISCN - MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO 13-2017 – CISCN/MT

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso, Eduardo Capistrano de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, torna público a dispensa de licitação para contratação de Prestação de Serviços Especializados para realização de Processo Seletivo Simplificado, compreendendo: Elaboração do Edital do Processo Seletivo e os seus complementares; Elaboração das Provas escritas objetivas; realização de Inscrições pela Internet com Emissão de comprovante de inscrição, Contratação e orientações de fiscais para aplicação das provas assim como treinamento para realização de inscrições, caso seja necessário, Impressão das Provas e demais materiais necessários para aplicação das Provas, Impressão de Gabaritos Personalizados, com Nome, Cargo e Número de Inscrição do Candidato, Montagem das Publicações Obrigatórias e Necessárias (envio do documento pronto para que o responsável do consórcio encaminhe para os veículos de Publicação), Correção das Provas com Leitora Óptica, Elaboração dos Resultados do Processo Seletivo, Resposta aos recursos. Quantidade de Cargos: Nível Superior: 10 (dez), Nível Médio: 25 (vinte e cinco), Alfabetizado: 14 (quatorze), enfim, por tudo o que for necessário para o bom desempenho. Para os seguintes cargos: Administrativo, Auxiliar de Farmácia, Auxiliar de Enfermagem, Copeira, Cozinheira, Enfermeiro, Farmacêutico, Contador, Controlador Interno, Higienização e Limpeza, Lavanderia, Manutenção, Maqueiro, Recepcionista, Técnico de Enfermagem, técnico em gesso e Técnico em Radiologia. VALOR MÁXIMO: R$ 13.000,00. *Para o período necessário a conclusão do processo seletivo.*

Diamantino-MT, 17 de abril de 2017.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Presidente do Consórcio

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 025/2017

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o art. 52 da Lei 881/2013 PCCS – Plano de Cargo, Carreira e Salário dos Servidores do Município de Diamantino.

RESOLVE:

ART. 1º -Remover em tempo determinado à lotação do servidor abaixo relacionado:

Motorista

Servidor	Lotação de Origem	Lotação de Destino
EDILSEU BASILIO DE ALMEIDA	Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura

ART. 2º - Esta Portaria produzirá efeitos legais a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

REGISTRA-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Diamantino, 01 de Abril de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

ADÉLIA MARIA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Saúde e Vig. Sanitária

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 001/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 001/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS PARA A LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de PREGÃO transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E :

HOMOLOGAR a Empresa: APS DO NASCIMENTO ALMEIDA E ALMEIDA LTDA – ME, portadora do CNPJ: 10.750.752/0001-23 , no valor global de R$ 132.000,00 **(cento e trinta e dois mil reais)**, destinado para atender as **secretarias de Educação, Finanças e Planejamento, Saúde, Administração, Obras e Urbanismo, Assistência Social e Departamento de Água e Esgoto – DAE.**

Determino ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 17 de Abril de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 08/2015

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 08/2015

CONTRATADO: JEOVÁ RODRIGUES DE SOUSA – ME

CNPJ: 08.603.673/0001-48

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a **Expansão de 1 ano** do prazo global, constante da Cláusula 4ª (quarta) do Contrato de Prestação de Serviços nº 008/2015.

DATA DO TERMO: 03/04/2017

VIGÊNCIA: o presente termo terá vigência até 03/04/2018.

DOM AQUINO – MT, 17 de Abril 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
EDITAL COMPLEMENTAR 01 AO EDITAL Nº 001/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

De ordem do Exm.º Senhor Rafael Pavei, Prefeito Municipal de Feliz Natal/MT, no uso de suas atribuições legais, através da Comissão Municipal do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria 198/2017, TORNA PÚBLICO, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houveram alterações e inclusões no Edital nº 001/2017, abaixo apresentadas:

ALTERAÇÕES:

ONDE SE LÊ:

"4.3 As inscrições serão efetuadas pela internet no site da Prefeitura Municipal de Feliz Natal ***http://www.feliznatal.mt.gov.br****iniciandoa partir das* ***7h00 do dia 10 de Abril de 2017 até às 23h59 do dia 17 de Abril de 2017****."*

LEIA-SE:

"4.3 As inscrições serão efetuadas pela internet no site da Prefeitura Municipal de Feliz Natal ***http://www.feliznatal.mt.gov.br****iniciandoa partir das* ***7h00 do dia 10 de Abril de 2017 até às 23h59 do dia 02 de Maio de 2017****."*

ONDE SE LÊ:

"4.5 Caso o candidato não tenha acesso a internet ou tenha dificuldade de concluí-la, o mesmo pode comparecer na sede da prefeitura municipal de Feliz Natal, Avenida Maravilha Praça da Bíblia S/N°, para realizar sua inscrição, respeitando o horário estabelecido: das **13h00horasàs 17h00 horas, nos dias 10 a 13 de abril de 2017**."

LEIA-SE:

"4.5 Caso o candidato não tenha acesso a internet ou tenha dificuldade de concluí-la, o mesmo pode comparecer na sede da prefeitura municipal de Feliz Natal, Avenida Maravilha Praça da Bíblia S/N°, para realizar sua inscrição, respeitando o horário estabelecido: das **13h00horasàs 17h00 horas, nos dias 24 a 28 de abril de 2017**."

ONDE SE LÊ:

"5.1 O candidato deverá acessar o site **http://www.feliznatal.mt.gov.br**, a partir do dia **20 de abril de 2017**, para consultar a confirmação de sua inscrição mediante a publicação do Edital de Homologação das inscrições deferidas e do local e horário das provas: Objetiva e Prática."

LEIA-SE:

"5.1 O candidato deverá acessar o site **http://www.feliznatal.mt.gov.br**, a partir do dia **08 de maio de 2017**, para consultar a confirmação de sua inscrição mediante a publicação do Edital de Homologação das inscrições deferidas e do local e horário das provas: Objetiva e Prática."

ONDE SE LÊ:

"7.1 As provas objetivas serão realizadas na data prevista de ***23 de Abril de 2017 com início às 08h00 e término às 12h00****, no local a ser indicado em edital complementar específico, que estará disponível no endereço eletrônico* ***http://www.feliznatal.mt.gov.br''***

LEIA-SE:

"7.1 As provas objetivas serão realizadas na data prevista de ***14 de Maio de 2017 com início às 08h00 e término às 12h00****, no local a ser indicado em edital complementar específico, que estará disponível no endereço eletrônico* ***http://www.feliznatal.mt.gov.br''***

ONDE SE LÊ:

"7.3.18O gabarito preliminar será disponibilizado a partir das 18h00 do dia ***23 de Abril de 2017*** *no endereço eletrônico* ***http://www.feliznatal.mt.gov.br****e no mural da Prefeitura Municipal."*

LEIA-SE:

"7.3.18O gabarito preliminar será disponibilizado a partir das 18h00 do dia ***14 de Maio de 2017*** *no endereço eletrônico* ***http://www.feliznatal.mt.gov.br****e no mural da Prefeitura Municipal."*

ONDE SE LÊ:

"7.4.6 As provas práticas serão realizadas no dia 23 de Abril de 2017, com início às 09h00min em local a ser determinado nos mesmos moldes previsto no item 7.1, após o término das provas objetiva seguindo a ordem de chegada do candidato no local;"

LEIA-SE:

"7.4.6 As provas práticas serão realizadas no dia 14 de Maio de 2017, com início às 09h00min em local a ser determinado nos mesmos moldes previsto no item 7.1, após o término das provas objetiva seguindo a ordem de chegada do candidato no local;"

ONDE SE LÊ: ANEXO III

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017	
EVENTOS	**DATASPREVISTAS**
PUBLICAÇÃO DO EDITAL	07/04/2017
PERIODO DE INSCRIÇÃO GERAL	10/04/2017 A 17/04/2017
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS	18/04/2017
PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS REFERENTE AS INSCRIÇÕES GERAIS	19/04/2017
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS/INDEFERIDAS E LOCAL DE PROVA E ENSALAMENTO	20/04/2017
APLICAÇÃODAPROVA OBJETIVA	**23/04/2017 - DAS08:00 AS 12:00 HORAS**
APLICAÇÃODAPROVA PRÁTICA	**23/04/2017 - APÓSO TERMINO DAS PROVASOBJETIVAS SEGUINDO A ORDEM DE CHEGADA DO CANDIDATO NO LOCAL DETERMINADO**
DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA	23/04/2017 A PARTIR DAS 18:00 HORAS
PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS AOS GABARITOS PRELIMINARES	24/04/2017 E 25/04/2017 ATÉ AS 17:00 HORAS
DIVULGAÇÃO DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS REFERENTES AOS GABARITOS PRELIMINARES/DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL	02/05/2017
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	08/05/2017

LEIA-SE:

ANEXO III

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLFICADO 001/2017	
EVENTOS	**DATASPREVISTAS**
PUBLICAÇÃO DO EDITAL	07/04/2017
PERIODO DE INSCRIÇÃO GERAL	DE 10/04/2017 A 02/05/2017
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS	03/05/2017
PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS REFERENTE AS INSCRIÇÕES GERAIS	04/05/2017 E 05/05/2017
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS/INDEFERIDAS E LOCAL DE PROVA E ENSALAMENTO	08/05/2017
APLICAÇÃODAPROVA OBJETIVA	**14/05/2017 - DAS08:00 AS 12:00 HORAS**
APLICAÇÃODAPROVA PRÁTICA	**14/05/2017 - APÓSO TERMINO DAS PROVASOBJETIVAS SEGUINDO A ORDEM DE CHEGADA DO CANDIDATO NO LOCAL DETERMINADO**
DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA	14/05/2017 A PARTIR DAS 18:00H
PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS AOS GABARITOS PRELIMINARES	15/05/2017 E 16/05/2017
DIVULGAÇÃO DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS REFERENTE AO GABARITO PRELIMINAR, DIVULGAÇÃO DO GABARITO DEFINITIVO E RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.	ATÉ 21/05/2017
PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS REFERENTES AO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.	22/05/2017 E 23/05/2017
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL E PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	A PARTIR DO DIA 24/05/2017

INCLUSÕES:

Inclusão do item 11.5 que se refere ao prazo de validade da contratação, no item **"11. DA CONTRATAÇÃO''** que segue:

"11.5 – O prazo de contratação é de 1 (um) ano IMPRORROGÁVEL, a contar da data de contratação, conforme Lei Municipal n° 484/2014."

Ficam mantidos os demais termos do Edital nº 001/2017. Este Edital Complementar integra o Edital respectivo para todos os efeitos legais.

Feliz Natal – MT, 17 de Abril de 2017.

Rafael Pavei Juliele Moura Rodrigues

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO N° 001/2017

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE/MT, CONCERNENTE AO EDITAL Nº 001/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte-MT, Estado de Mato Grosso, Sr. **Agenor da Rocha Correa**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

Considerando o disposto no Art. 37, III da Constituição Federal/88; Considerando os princípios constitucionais de transparência, legalidade e impessoalidade;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte/MT, concernente ao Edital nº001/2015, homologado em 16 de abril de 2015.

Art. 2º - O presente Decreto passará a vigorar a partir da presente data.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte/MT, 12 de Abril de 2017.

AGENOR DA ROCHA CORREA

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 103 DE 05 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre revogação da Portaria Municipal

nº. 048/2017.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições do seu cargo;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogada a Portaria Municipal nº. 048/2017, devendo a lei Municipal nº. 297/2007 ser cumprida na sua integra.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte- MT, 05 de Abril de 2017.

Gabinete do Prefeito

Voney Rodrigues Goulart.

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 106, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

Instaura Sindicância Administrativa para

apuração da Conduta do Médico José

Mansur ante o atendimento de uma criança,

filha de Ana Paula Klinssichimitt, conforme

denúncia formulada no Ministério Público

Estadual.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições de seu cargo,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaura Sindicância Administrativa nº.001/2017 para apurar a conduta do Médico Jose Mansur em detrimento do atendimento de uma criança, menor impúbere, filha de Ana Paula Kleissimidtt.

Art. 2º. Para a conclusão do Procedimento Administrativo, instaurado por esta Portaria, em analogia ao artigo 205 da Lei 132/2001, fica designada Comissão de Procedimentos Especiais composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a presidência da primeira:

* William Henrique de Almeida Cardoso – Portador da Cédula de Identidade nº.415435569-9, SSP/SP, C.P.F nº 230.531.228-80;

* Joceli Friedrich– Portador da Cédula de Identidade nº.351.722-74 , SSP/SP, C.P.F nº 933.712.929-91;

* Maira Basquerote – Portadora da Cédula de Identidade nº. 36860085, CPF nº. 058.402.809-17.

Art. 3º. Os trabalhos dessa Comissão de Procedimento Especial deverão ser instalados dentro do prazo de 05 (cinco) dias, contados desta data, e concluídos no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período caso haja necessidade.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte, 07 de Abril de 2017.

Gabinete do Prefeito

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E A EMPRESA A.M. DA COSTA SILVA EIRELI - EPP, DEVIDAMENTE JÁ QUALIFICADA NO CONTRATO ORIGINÁRIO.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à, com sede administrativa à Rua Para esquina com Rua Brasília, S/N - Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 2477543 SSP/GO e do CPF n.402.603. 301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **A.M. DA COSTA SILVA EIRELI – EPP.**, denominado CONSTRUTORA JC, com sede a Rua 12 Nº 431, Setor Industrial, neste município, inscrita no CNPJ nº 10.524.831/0001-16 e inscrição estadual nº 13. 364.908-3, neste ato representada por sua proprietária Sra. **Ana Maria da Costa Silva**, portadora da cédula de identidade RG nº 2074077 SSP/GO e do CPF nº 243.784.291-8 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração Regerá pelo que dispõe o Edital de **TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2016**, e a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, doravante denominados **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – Constitui o objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato e do prazo de execução da obra, objeto do contra-

to nº 019/2016, referente ao processo Licitatório na modalidade Tomada De Preço nº. 001/2016, a execução de obras de Construção de 01 (um) terminal Rodoviário, conforme contrato de repasse nº 1017480-14/2014/ MTUR – Programa Turismo no Brasil, conforme descrito no edital. Para o município de Gaúcha do Norte.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO:

2.1 – Fica acrescentada à Clausula Quarta – do Prazo de Execução da Obra e da Vigência do contrato originário o total de 150 (cento e cinquenta) dias .

2.2- O prazo de vigência do contrato fica estendido até 26/11/2017 e da execução da obra fica estendido até o dia 07/11/2017.

CLAUSULA TERCEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – A Administração optou em promover a renovação do objeto do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que o advento da prorrogação é economicamente viável e vantajoso para a Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela Contratada são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da Contratante, além do que os serviços não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades da Prefeitura Municipal.

3.2– Para a referida prorrogação há previsão legal e contratual conforme **Cláusula Quarta, inciso 4.2** do contrato e ainda encontra embasamento legal no art. 57, inciso II e ainda Artigo 65, Inciso I da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 – Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e condições do contrato nº 019/2016, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo. .

CLÁUSULA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 -As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

5.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Gaúcha do Norte - MT, 12 de abril de 2017.

A.M. DA COSTA SILVA – ME NILMAR MICHEL DO NASCIMENTO.

ANA MARIA DA COSTA SILVA GESTOR DO CONTRATO

CONTRATADO PORTARIA: 52/2017

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO: 2017/2020

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS: 1). _____ 2). _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 124/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: RUTH RODRIGUES DE PAULA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ATIVIDADES DE ESTETICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA PARA O MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO - MT.

VALOR: R$ 1.100,00 (um mil e cem reais)

DATA: 03/04/2017

VIGÊNCIA: 03/04/2018

Claudemir Santos Teles

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

O Município de Guarantã do Norte torna público para conhecimento dos interessados, que foi Retificado o edital do **Pregão Presencial nº 15/ 2017** cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA DE PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM URBANA, ELABORAÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL,** visando atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I).A abertura do certame ficou para o dia 28/ 04/2017às **14h00min,** na salade licitações/reuniões, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O Edital Complementar 002/2017 encontra se disponível no endereço eletrônico http://www.guarantadonorte.mt.gov.br/Licitacoes/ ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã Do Norte/ MT, 17 de abril de 2017.**Vanesa Menegucci de Jesus/**Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017-SRP

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017, cujo objeto é**REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, ORTOPEDISTA, E CIRURGIÃO GERAL E ANESTESISTA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES E SOBREAVISO CIRÚRGICO NOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS,** visando atender as necessidades excepcionais de interesse público e da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I).A abertura do certame está prevista para 0*2/05/2017 às 08h00min* (horário de Mato Grosso), na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital, encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã Do Norte/MT. Guarantã do Norte/MT, 17 de abril de 2017. Silvana de Lourdes Pereto/**Pregoeira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

CAMARA MUNICIPAL / RECEPÇÃO
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Assunto: CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES, PARA GESTÃO E GERENCIAMENTO DAS XMLS DO APLIC/TCE-MT ATRAVÉS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, TREINAMENTO, CUSTOMIZAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA LE-

GAL E ATENDIMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE - MT.

O Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Sr. PEDRO ALESSANDRO ALVES DO NASCIMENTO no uso de sua competência e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal n° 8.666/93, bem como:

Considerando a decisão da Comissão de Licitação;

Considerando o arrazoado contido no Parecer exarado pela Assessoria Jurídica deste Poder, que, dentre outras ponderações, sugere a dispensa de licitação para de locação de softwares, para gestão e gerenciamento das XMLs do APLIC/TCE-MT através de empresa especializada em Tecnologia da informação, treinamento, customização, manutenção corretiva legal e atendimento técnico especializado para atender a Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT.

DECIDE.

Tendo como princípio o interesse da Administração Pública, e com fundamento no art. 24, inciso II, do Estatuto Federal Licitatório, Lei 8.666/93, dispensar a licitação para contratar com a ForGov Consultoria e Contabilidade LTDA ME, CNPJ 20936958/0001-04 para locação de softwares, para gestão e gerenciamento das XMLs do APLIC/TCE-MT através de empresa especializada em tecnologia da informação, treinamento, customização, manutenção corretiva legal e atendimento técnico especializado para atender a Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT do Estado do Mato Grosso.

Publique-se.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, aos 13 dias do mês de abril de 2017.

_____

Pedro Alessandro Alves do Nascimento

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 210/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA SENHORA MARCIA ALVES NUNES, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE PARA A ESCOLA MUNICIPAL CRESCER E APRENDER,".

O Senhor **Pedro Ferronatto**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Transferir a Senhora **Marcia Alves Nunes**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para a Escola Municipal Crescer e Aprender, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 28/03/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 17 de abril de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL / RECEPÇÃO
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Referência: Processo Administrativo Licitatório nº003/2017

Modalidade Dispensa nº 002/2017

Assunto: contratação de empresa especializada na prestação de fornecimento do abastecimento de combustível para o veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, diante da deserção no processo licitatório anterior (Processo Licitatório nº002/2017 – Tomada de Preço nº001/2017), conforme lote 01 e 02, dispostos abaixo:

Lote 01: Combustível – Ipiranga do Norte ou Sorriso

Contratação de empresa especializada na Prestação de Fornecimento do Abastecimento de combustível de Veículo, compreendendo o fornecimento de Diesel S 10, sendo o abastecimento realizado diretamente no veículo oficial.

Quantidade: 2900 (dois mil e novecentos) litros de combustível diesel S10.

Lote 02: Combustível Cuiabá

Contratação de empresa especializada na Prestação e Fornecimento do abastecimento de Combustível de Veículo, compreendendo o fornecimento de Diesel S10, sendo o abastecimento diretamente no veículo oficial.

Quantidade: 1900 (um mil e novecentos) litros de combustível diesel S10.

O Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Pedro Alessandro Alves do Nascimento, no uso de sua competência e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como:

Considerando o arrazoado contido no Parecer exarado pela Assessoria Jurídica deste Poder, que, dentre outras ponderações, sugere a dispensa de licitação contratação de empresa especializada na prestação de fornecimento do abastecimento de combustível para o veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, tendo em vista, a necessidade da Câmara Municipal, e a declaração de deserção em processo administrativo anterior, previsto no inciso V do Art. 24 da Lei das Licitações.

DECIDE.

Tendo como princípio o interesse da Administração Pública, e com fundamento no art. 24, inciso V, do Estatuto Federal Licitatório, Lei 8.666/93, dispensar a licitação para a Contratação de Empresa Especializada na prestação de fornecimento do abastecimento de combustível para o veículo oficial, destinado as atividades da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT do Estado do Mato Grosso, no LOTE 01 com a Empresa PIRIOLI AUTO POSTO LTDA-ME, CNPJ Nº01.315.645/0001-86 e Lote 02, com a Empresa B&M COMERCIAL DE COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTE LTDA-ME, CNPJ nº37.488.012/0001-17.

Publique-se.

Ipiranga do Norte-MT, aos 13 dias do mês de abril de 2017.

_____

Pedro Alessandro Alves do Nascimento

Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

CAMARA MUNICIPAL / RECEPÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Objeto: Contratação de locação de softwares, para gestão e gerenciamento das XMLs do APLIC/TCE-MT através de empresa especializada em Tecnologia da informação, Treinamento, Customização, Manutenção Corretiva Legal e Atendimento Técnico Especializado para atender a Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso.

Tendo em vista o que consta nos autos deste Processo e diante do resultado apresentado pela Comissão de Licitação, ratifico o presente certame para que produza todos os efeitos legais previstos em Lei.

Ipiranga do Norte/MT, aos 13 dias do mês de abril de 2017.

_____

Pedro Alessandro Alves do Nascimento

Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 207/2017, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO FUNCIONAL DE CLASSE DA SENHORA IDANIR ASTOLFI DELGADO, AAE – ZELADORA, EFETIVA, CONFORME ESTATUTO DO MAGISTÉRIO – Lei Complementar Nº. 026/2014".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder a Senhora Idanir Astolfi Delgado, AAE – Zeladora, a **PROMOÇÃO FUNCIONAL DE CLASSE "B"**, para **CLASSE "C"**, de acordo com os termos do **Art. 7, III e 45** da Lei Complementar Nº 026 de 25 de Novembro de 2014 e em conformidade com o parecer jurídico n° **063/2017/ASSEJUR**.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de março de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 12 de abril de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL / RECEPÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Administrativo Licitatório n° 003/2017

DISPENSA Nº 002/2017

Ref. Contratação de empresa especializada na prestação de fornecimento do abastecimento de combustível para o veículo oficial da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, diante da deserção no processo licitatório anterior (Processo Licitatório – Tomada de Preço nº001/2017).

Tendo em vista o que consta nos autos deste Processo e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, ratifico o presente certame para que produza todos os efeitos legais previstos em Lei.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT aos 13 dias do mês de abril de 2017.

_____

Pedro Alessandro Alves do Nascimento

Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2017

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2017

Em conformidade com o disposto no art. 3º, da Lei Municipal nº 368/2015, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para Dispensa de Licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E ESTUDOS TÉCNICOS PARA OUTORGA DO DIREITO DE USO DE AGUA SUBTERRÂNEA PERANTE AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, PARA O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT.**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 3º, da Lei Municipal nº 368/2015.

CONTRATADA: LOGICA CONSULTORIA LTDA-ME, inscrito no CNPJ sob o nº. **07.547.564/0001-98**, com sede na Rua Birmania, nº 50, bairro: Jardim Shangri-la, na cidade do Cuiabá-MT, CEP: 78.070-260.

VALOR GLOBAL: R$ 21.250,00 (vinte e um mil duzentos e cinquenta reais).

Itanhangá–MT, 17 de Abril de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 027, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

Dispõe sobre a designação da Servidora que menciona, para exercer a função de Secretária responsável junto a Junta Militar do município de Itiquira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de atender as exigências da Cooperação Técnica com a Junta Militar, com o intuito atender a população com a prestação de serviços, e adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Designar a Servidora **ALINE DA SILVA LIMA PEREIRA,** portadora do RG **17413729** e doCPF-MF **021.250.891-14**, para exercer a **Função de Secretária responsável junto a Junta Militar do município de Itiquira**.

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 01 de fevereiro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 097, DE 14 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia a Servidora que menciona para exercer Cargos em Comissão de Livre Nomeação e Exoneração, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° Nomear a Servidora abaixo relacionada, para o exercício do Cargo em Comissão, de Livre Nomeação e Exoneração, **a partir do dia 17 de abril de 2017**, como segue:

I- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS 1. RAIO DE LUAR OLIVEIRA LIMA CPF-MF: 017.375.301-98

Coordenador de Manutenção de Prédios Públicos – CMPP

Art. 2° Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, aos 14 de abril de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto **"Registro de preços para eventual aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores para os veículos e maquinários da Frota do Município de Jaciara-MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no diade **02 DE MAIO DE 2017 - 14:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 17 de abril de 2017.

Tiago Rodrigo Zenkner

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto **"Registro de preços para eventual aquisição de brita granítica (Números 2, 10, 12, 16, 38 e 50), pó de pedra e pedra britada (graduada), para atendimento das Secretarias solicitantes do Município de Jaciara",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no diade **01 DE MAIO DE 2017 - 14:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 17 de abril de 2017.

Tiago Rodrigo Zenkner

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA
RATIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO – SEGUNDA CHAMADA

CARTA CONVITE N.º 001/2017

A Câmara Municipal de Jaciara, por sua Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria n° 10/2017 de 23 de fevereiro de 2017, com a devida autorização expedida pelo Vereador Cloves Pereira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Jaciara, e em conformidade com a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais legislações aplicáveis; torna publico a realização de licitação, nas dependências da Câmara Municipal de Jaciara, sito à Rua Jurucê, n.º 1301, Bairro Centro, nesta cidade, na modalidade **CARTA CONVITE** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a contratação de empresa para execução dos serviços de desenvolvimento, criação em português, hospedagens, suporte técnico, manutenção e locação de um novo Site Oficial e do Portal Transparência para a Câmara Municipal de Jaciara/MT, nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos, a realizar-se no **DIA 26 DE ABRIL DE 2017 – 14:00 h –MT,** na sede da Câmara Municipal de Jaciara-MT**.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Câmara Municipal, à Rua Jurucê, n.º 1.301, centro de segunda-feira à sexta-feira das 13:00 as 17:00 mediante solicitação por escrito. Informações: tel. (0**66)3461-7350/7368, Jaciara-MT, 17 de abril de 2017.

SAMANTHA ALCANTARA SANTOS

Pregoeira/CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PREGAO PRESENCIAL Nº 006/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Às 08:00 horas do dia 04/04/2017 estiveram reunidos na PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, Paco Municipal Julio Domingos de Campos Nº: 0- Bairro: Centro, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr.(ª)EDERZIO DE JESUS MENDES, assistido pelo Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio para apreciarem e julgarem a proposta de preço e os documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL Nº6/2017, do tipo Menor Preço por Item, em decorrência do objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, MATERIAIS DE CONSUMO, GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE

JANGADA/MT., para suprir necessidades da Prefeitura Municipal, resolve registrar os preços da(s) Empresa(s) abaixo, nos termos da Lei Federal nº 8. 666/93 e suas alterações, da Lei nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço nas condições em que segue :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 – Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93.

1.2. Os preços registrados têm caráter orientativo. 1.3. Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens: **2714 M DE L P ALMEIDA - PRODUTO DE LIMPEZA E HIGIENE-ME 15.337.202/0001-09**

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	17650	ACUCAR PCT 2KG	PACOTE	5,260	600,000	3.156,000
2	23445	AVENTAL DE TERCIDO	UNIDADE	7,970	45,000	358,650
3	433307	BALDE PLASTICO GRANDE 12 LITROS	UNIDADE	4,900	70,000	343,000
4	433329	CAFE 250 GR	PACOTE	4,760	800,000	3.808,000
5	434405	CERA LIQUIDA PARA CHAO - INCOLOR 750ML	UNIDADE	2,300	200,000	460,000
6	434404	CERA P/ CHAO LIQUIDA-VERMELHA 750ML	UNIDADE	2,620	200,000	524,000
7	433309	CESTO DE LIXO C TAMPA MEDIO 30 LITROS	UNIDADE	9,600	70,000	672,000
8	433308	CESTO DE LIXO C/ TAMPA GRANDE 60 LITROS	UNIDADE	28,140	70,000	1.969,800
9	23447	COADOR DE CHA PEQUENO	UNIDADE	1,380	20,000	27,600
10	42532	CONCHA GRANDE	UNIDADE	12,460	35,000	436,100
11	433321	CONDICIONADOR NEUTRO INFANTIL	UNIDADE	5,630	150,000	844,500
12	43362	COPO DE PLASTICO C/ ALÇA INFANTIL	UNIDADE	0,830	200,000	166,000
13	433315	COPO DESCARTAVEL 180ML 100 UND	PACOTE	2,650	1.800,000	4.770,000
14	433316	COPO DESCARTAVEL 300ML 100 UND	PACOTE	3,900	1.000,000	3.900,000
15	433317	COPO DESCARTAVEL 80ML 100 UND	PACOTE	1,190	800,000	952,000
16	15502	DESINFETANTE 2 LTS	UNIDADE	3,400	700,000	2.380,000
17	1117	DETERGENTE 500ML	UNIDADE	1,480	550,000	814,000
18	43367	ESPONJA DE LA ACO 8X1	UNIDADE	1,000	400,000	400,000
19	43369	FACA PARA COZINHA	UNIDADE	6,050	20,000	121,000
20	43371	FLANELA	UNIDADE	0,830	280,000	232,400
21	43370	FOSFORO 10 X 1	UNIDADE	2,500	200,000	500,000
22	21854	GUARDANAPO DE PANO	UNIDADE	2,170	160,000	347,200
23	43375	JARRA PLASTICO 2LT	UNIDADE	5,120	30,000	153,600
24	18719	LIMPA ALUMINIO	UNIDADE	1,670	100,000	167,000
25	43382	PANO DE CHAO ALVEJADO GRANDE	UNIDADE	3,540	400,000	1.416,000
26	433339	PAPEL ALUMINIO	PACOTE	3,210	25,000	80,250
27	43383	PEDRA P/ VASO	UNIDADE	0,900	500,000	450,000
28	43385	POTE DE PLASTICO PEQUENO	UNIDADE	4,700	30,000	141,000
29	433314	POTE MULTIUSO GRANDE	UNIDADE	10,640	30,000	319,200
30	42535	PRATO INFANTIL	UNIDADE	2,040	500,000	1.020,000
31	23432	RODO DE PLASTICO 60CM	UNIDADE	7,980	130,000	1.037,400
32	1449	SACO P/ LIXO 100 LTS 10 X 1 - REFORCADO	PACOTE	2,290	400,000	916,000
33	43390	SACO P/ LIXO 30 LTS 10 X 1 - REFORCADO	PACOTE	1,050	400,000	420,000
34	43389	SACO P/ LIXO 50 LTS 10 X 1 - REFORCADO	PACOTE	1,260	400,000	504,000
35	43392	TALHERES INFANTIL	UNIDADE	1,390	500,000	695,000
36	23454	VASILHA DE PLASTICO C/TAMPA GRANDE	UNIDADE	22,500	30,000	675,000
37	23455	VASILHA PLASTICO C/ TAMPA PEQUENA	UNIDADE	7,000	30,000	210,000
38	43396	VASSOURA DE PIACAVA	UNIDADE	5,280	200,000	1.056,000

TOTAL DO VENCEDOR

5400 R G DA PAZ EIRELI EPP 21.058.617/0001-38

36.442,700

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	433327	ALCOOL 46% 12X1 LITROS	CAIXA	46,400	120,000	5.568,000
2	11614	AVENTAL PLASTICO	UNIDADE	7,100	45,000	319,500
3	16864	BANDEIJA DE PLASTICO MEDIA	UNIDADE	10,300	30,000	309,000
4	43352	BOTA DE PLASTICO TAM. 38/39/40	UNIDADE	29,800	40,000	1.192,000
5	14568	COADOR DE CAFE	UNIDADE	1,300	40,000	52,000
6	43358	COADOR DE CHA GRANDE	UNIDADE	6,000	40,000	240,000
7	42531	CONCHA MEDIA	UNIDADE	6,850	35,000	239,750
8	434403	COPO DE VIDRO TAMANHO MEDIO	DUZIA	14,300	30,000	429,000
9	43363	CORDA DE VARAL 20M	UNIDADE	2,440	20,000	48,800
10	18442	ESCUMADEIRA	UNIDADE	5,700	35,000	199,500
11	43366	ESPONJA DE ESPUMA P/ LOUÇAS DUPLA FACE 1X1	UNIDADE	0,500	500,000	250,000
12	433310	FRALDA DESCARTAVEL 26 TM. G	PACOTE	17,280	10,000	172,800
13	433311	FRALDA DESCARTAVEL 30 TM. M	PACOTE	17,280	10,000	172,800
14	16124	GUARDANAPO DE PAPEL	CAIXA	18,950	10,000	189,500
15	43376	LENÇOL DE BERÇO C/ ELASTICO	UNIDADE	20,000	40,000	800,000
16	43378	LIMPA FORNO	UNIDADE	5,700	100,000	570,000
17	14540	LIMPA VIDRO	UNIDADE	2,240	200,000	448,000
18	433312	LUVA PVC M - LATEX	UNIDADE	2,400	70,000	168,000

19	1935	PAPEL HIGIENICO C/ 4 ROLOS	PACOTE	2,000	500,000	1.000,000
20	43388	RODO DE PLASTICO 40CM	UNIDADE	4,800	160,000	768,000
21	433323	SHAMPO NEUTRO INFANTIL	UNIDADE	6,400	150,000	960,000
22	43394	TOALHA DE BANHO GRANDE	UNIDADE	15,680	40,000	627,200
23	3920	TOALHA DE ROSTO	UNIDADE	6,220	40,000	248,800

TOTAL DO VENCEDOR

4925 SETE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA -EPP 04.578.067/0001-69

14.972,650

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	433324	AGUA SANITARIA 1L CX C/12 UND	CAIXA	24,300	250,000	6.075,000
2	433320	CHA MATE 250G	PACOTE	3,910	800,000	3.128,000
3	43364	DESINFETANTE LIMPEZA PESADA 500ML	UNIDADE	3,860	700,000	2.702,000
4	43368	ESPONJA P/ BANHO INFANTIL	UNIDADE	2,500	100,000	250,000
5	43377	LENCOL DE SOLTEIRO C/ ELASTICO	UNIDADE	30,550	40,000	1.222,000
6	42534	PRATO DE VIDRO	UNIDADE	4,890	200,000	978,000
7	43386	PRENDEDOR DE ROUPAS EMBALAGEM DE 12 UND	UNIDADE	1,170	30,000	35,100
8	434406	SABAO EM BARRA 5X1 TIPO I	PACOTE	4,420	160,000	707,200
9	434407	SABAO EM PO 1 KG TIPO I	UNIDADE	4,930	400,000	1.972,000
10	434408	SABONETE 90G 12x1 TIPO I	PACOTE	14,000	150,000	2.100,000
11	14579	VASSOURA DE VASCULHAR	UNIDADE	12,000	60,000	720,000

TOTAL DO VENCEDOR 19.889,300 1.4 - O objeto desta Ata é o registro dos preços da PROMITENTE CONTRATADA, para a está PREFEITURA MUNICIPAL, devidamente quantificados e especificados na proposta comercial de preços apresentada no Pregão Presencial Nº 006/2017. 1.5 - Os preços da PROMITENTE CONTRATADA, constantes desta Ata de Registro de Preços, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento. 1.6 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmarem as contratações que deles poderão advir, ficando-lhes facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições. 1.7 - Fica a PROMITENTE CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura. 2.2. – Nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços a Prefeitura Municipal não fica obrigada a utilizar, exclusivamente por intermédio da DETENTORA, os serviços constantes no "Quadro Resumo", podendo utilizar para tanto outros meios, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie, ficando assegurado à beneficiária do registro preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1 – O preço ofertado pela Detentora da presente Ata de Registro de Preços será o constante da proposta final apresentada, que integra a presente. 3.2 – Nos preços registrados estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, bem como os impostos incidentes, ficando certo de que à "PREFEITURA" nenhum outro ônus caberá além do pagamento do preço constante nesta Ata.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO:

4.1 – A entrega dos produtos deverá ser realizada, quando solicitado, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do pedido. 4.2 – O valor do objeto licitado será pago à DETENTORA, no prazo de 10 D.D.E. (dez dias da data da entrega) dos produtos licitados, mediante a apresentação de Nota Fiscal e/ou Fatura, instruídos com as respectivas certidões: a) – Certidão Negativa de Débito quanto a Dívida Ativa da União; b) – Certidão de Inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social; c) – Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS. 4.3 – O pagamento será feito na Tesouraria da Prefeitura do Município de Jangada/MT. 4.4 – Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da DETENTORA, o prazo ficará suspenso até que estas sejam cumpridas. 4.5 – Quaisquer pagamentos não isentarão a DETENTORA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos produtos. 4.6 - Os preços registrados manter-se-ão fixos e irreajustáveis durante a validade desta Ata. 4.7 - Nas hipóteses previstas no Artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, o órgão gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante solicitação fundamentada e aceita pela Administração. 4.8 - No caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal. 4.9 - Não serão concedidas revisões de preços sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas, conforme Artigo 12, § 3º, inciso I do Decreto nº 3.931 de 19 de setembro de 2001. 4.10 - Sendo julgada procedente a revisão, será mantida o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório. 4.11 - A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período, é vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços. 4.12 - O pagamento será efetuado de acordo com o previsto no Edital do Pregão Presencial Nº 006/2017.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO:

5.1 - Durante a validade do registro, a PROMITENTE CONTRATADA poderá ser convidada pelos órgãos integrantes a firmar contratações de fornecimento do objeto licitado. 5.2 - A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho/Ordem de Serviço emitida pelo órgão requisitante do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES:

6.1 – Cabe à Prefeitura: 6.1.2 - Orientar aos funcionários responsáveis pelo recebimento dos produtos licitados, de que não será permitida a entrega dos mesmos sem que a Administração emita previamente a respectiva autorização, ou seja, o Pedido e o Empenho. 6.1.3 - Informar e requerer de imediato ao fornecedor a substituição do produto entregue em desacordo com o Edital. 6.2 – Das Obrigações da Detentora 6.2.1 - O fornecimento deverá ser realizado, quando solicitado, durante a vigência da Ata de Registro de Preços. 6.2.2 – Informar com antecedência de 48 horas, quando da impossibilidade na entrega do material. 6.2.3 - Proceder à substituição do produto que for entregue em desacordo com as especificações do Edital; 6.2.4 - Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto da presente licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura; 6.2.5 – Manter-se, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação; 6.2.6 - A inadimplência da licitante, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA:

7.1 - A presente Ata poderá, a critério da Administração, ser parcial ou totalmente cancelada quando o fornecedor descumprir as condições da mesma, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado, não reduzir o preço registrado quando este se tornar superior aos de mercado, ou ainda, por razões de interesse público, sem que lhe seja devida nenhuma indenização. 7.2 - Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado pela Administração, não puder cumprir o compromisso assumido, o órgão gerenciador poderá revogar o registro do fornecedor, convocando os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 – Pela inexecução parcial ou total do ajuste, a Administração poderá aplicar a Detentora, garantida a esta última prévia defesa, a aplicação das sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666/93, na Lei Federal nº. 10.520/02 e na Ata de Registro de Preços e demais normas pertinentes, devendo ser observados os procedimentos contidos no Decreto Municipal nº. 025/2006 e demais normas pertinentes, as seguintes penalidades: 8.1.1 – Advertência escrita; 8.1.2 – Multa; 8.1.2.1 – De 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho pela inexecução parcial do objeto; 8.1.2.2 – De 20% (vinte por cento) do valor da nota de empenho pela inexecução total do objeto, além da aplicação da pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos, ou declaração da inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, a critério da PMJ; 8.1.2.3 – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, quando sem justificativa aceita pela Administração, a Detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido; 8.1.2.4 - Multa de 0,5% (meio por cento), sobre o valor da Nota de Empenho/dia de atraso na entrega dos produtos. 8.1.2.5 – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, por descumprimento de cláusula contratual. 8.2 – As penalidades referidas serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções administrativas ou penais previstas na Lei Federal nº. 8.666/93. 8.3 – As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos, podendo, entretanto, conforme o caso, serem inscritas para constituir dívida ativa na forma da Lei, caso em que estarão sujeitas ao procedimento executivo. 8.4 – O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da infratora, sob pena de inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução. 8.5 – Para aplicação das penalidades fica garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa e impedimento de contratar com a Administração Pública e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, contados da intimação. 8.6 - O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres da Prefeitura do Município de Jangada/MT, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial, que se tornará parte integrante deste processo, ficando autorizada a retenção de créditos que a Detentora tenha, junto à contratante, no montante da penalidade, sem embargo de eventual inscrição na divida ativa. 8.7 – Ocorrendo à recusa da vencedora do certame em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido neste Edital, será aplicada multa no valor de 10% do valor da proposta comercial sem prejuízo da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura do Município de Jangada/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos, a critério da Administração, garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1. Integram esta Ata, o Edital do PREGAO PRESENCIAL Nº6/2017 e a proposta comercial de preços do PROMITENTE CONTRATADO. 9.2. Integram o presente Registro de Preços a Prefeitura Municipal de Jangada/MT, como órgão gerenciador respeitadas as disposições legais vigentes, poderão também integrar extraordinariamente, outras Prefeituras e Câmaras Municipais.

CLÁUSULA DECIMA - DO FORO:

10.1. Fica eleito o foro da cidade de Rosário Oeste/MT, como competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

JANGADA – MT, 17 DE ABRIL DE 2017

ADILSON PEREIRA NUNES EDERZIO DE JESUS MENDES

Pregoeiro Prefeito Municipal

M DE L P ALMEIDA - PRODUTO DE LIMPEZA E HIGIENE-ME

Participante

SETE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA -EPP

Participante

R G DA PAZ EIRELI EPP

Participante

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 006 /2017

Termo de Homologação **Pregao N° 6 /2017**

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo e cujo objeto é:

Vencedor(es)

Código	Nome	CPF/CNPJ
2714	M DE L P ALMEIDA - PRODUTO DE LIMPEZA E HIGIENE-ME	15.337.202/0001-09
4925	SETE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA -EPP	04.578.067/0001-69
5400	R G DA PAZ EIRELI EPP	21.058.617/0001-38

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

JANGADA - MT segunda-feira, 17 de abril de 2017

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/ 2017

Termo de Adjudicação Pregão Presencial nº 006/ 2017

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 43 inciso VI da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações. ADJUDICA a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s):

Participante(s) e vencedora(s) da			
2714	M DE L P ALMEIDA - PRODUTO DE LIMPEZA E HIGIENE-ME		15.337.202/0001-09
5400	R G DA PAZ EIRELI EPP	TOTAL DO VENCEDOR	R$ 36.442,700 21.058.617/0001-38
4925	SETE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA -EPP	TOTAL DO VENCEDOR	R$ 14.972,650 04.578.067/0001-69
		TOTAL DO VENCEDOR	R$ 19.889,300

Objeto

FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, MATERIAIS DE CONSUMO, GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER

AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT.

JANGADA - MT, segunda-feira, 17 de abril de 2017

ADILSON PEREIRA NUNES

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

RELATORIOS DE PROJETO EM ANDAMENTO

ANEXO IV – RELATÓRIO DE PROJETOS EM ANDAMENTO (Art. 45 da LC 101/2000).

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Especificação	Realização	Fonte de Recurso	Previsão de Término			
Valor Executado	(%)	Valor a Executar	(%)			
Projeto de implantação de sistema de esgotamento sanitário, referente à 2ª etapa.	3.381.854,35	70%	1.449.366,15	30%	Termo de Compromisso nº 0020/2012, firmado com o Governo Federal por intermédio da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.	27/02/2015 (Paralisada)
Construção de passeio público em ruas e avenidas do município de Jauru/MT.	299.530,10	58,11%	215.930,30	41,89%	Convênio nº 119/2012, firmado com o Governo Estadual/Secretaria de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana – SETPU.	25/06/2017
Construção de Portal Turístico de acesso no entroncamento da MT 248 e MT 352.	14.329,51	5,12%	265.670,49	94,88%	Convênio nº 024/2014, firmado com o Governo Estadual/Secretaria de Estado das Cidades – SECID.	21/07/2017
Reurbanização e iluminação do canteiro central em trecho da Av. Padre Nazareno Lanciotti e Portal de entrada no acesso da MT 248.	716.432,99	91,85%	63.567,01	8,15%	Convênio nº 025/2014, firmado com o Governo Estadual/Secretaria de Estado das Cidades – SECID.	04/11/2017
Recuperação de estrada vicinal, numa extensão de 46,67 km, com 7,00m de largura média, totalizando 326.690,00 m2.	553.072,28	69,57%	241.927,72	30,43%	Contrato de Repasse nº 807184/2014 firmado com o Governo Federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Caixa Econômica Federal.	03/10/2017
Construção de Creche – PROINFÂNCIA	371.351,86	18,45%	1.641.782,36	81,55%	Governo Federal/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.	Indeterminado
Revitalização da Praça João Rossi	110.715,11	53,86%	94.840,45	46,14%	Convênio nº 094/2015, firmado com o Governo Estadual/Secretaria de Estado das Cidades – SECID.	20/07/2017
Implantação de pavimentação em vias urbanas no município.	518.052,14	52,33%	471.947,86	47,67%	Contrato de Repasse nº 819616/2015 firmado com o Governo Federal por intermédio do Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal.	17/12/2018
Pavimentação asfáltica na Avenida Luiz de Albuquerque, Bairro Cruzeiro.	132.060,31	51,71%	123.329,69	48,29%	Contrato de Repasse nº 819934/2015 firmado com o Governo Federal por intermédio do Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal.	17/12/2018

Pavimentação asfáltica parcial na Avenida Luiz de Albuquerque, no Bairro Cruzeiro.	267.453,66	52,16%	245.349,04	47,84%	Contrato de Repasse nº 822885/2015 firmado com o Governo Federal por intermédio do Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal.	17/12/2018
Construção de praça em frente o Pólo UAB, no Bairro Cruzeiro	0,00	%	253.500,00	100%	Contrato de Repasse nº 823965/2015 firmado com o Governo Federal por intermédio do Ministério do Turismo/Caixa Econômica Federal.	17/12/2018
2ª etapa da obra de revitalização da Praça João Rossi.	22.465,31	7,41%	280.745,30	92,59%	Convênio nº 0847-2016, firmado com o Governo Estadual/Secretaria de Estado das Cidades – SECID.	30/06/2017
Adequação de estradas vicinais	0,00	%	980.357,23	100%	Contrato de Repasse nº 831216/2016, firmado com o Governo Federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Caixa Econômica Federal.	29/06/2019
Revitalização do terminal rodoviário intermunicipal de Jauru.	0,00	%	265.764,18	100%	Contrato de Repasse nº 832295/2016 firmado com o Governo Federal por intermédio do Ministério do Turismo/Caixa Econômica Federal.	03/06/2019
TOTAL	**6.387.317,62**	**49,20**	**6.594.077,78**	**50,80**		

PEDRO FERREIRA DE SOUZA CLOTER OLIVEIRA DAVI ANDERSON PAVINI

Prefeito Municipal CRC/MT 012323/O-7 Secretário Municipal de Planejamento

PORTARIA 242/2017

PORTARIA N.º 242 DE 04 DE ABRIL DE 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

NOMEAR, a partir do dia 04 de abril de 2017, a Srª. **KATYA REGINA NOVAK DE MOURA**, portadora do CI-RG nº 07786123 SSP/MT e CPF nº 571.412.071-04, Secretária Municipal de Administração de acordo com a portaria 239/2017, para exercer o cargo de Gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jauru – Previ-Jauru, em conformidade com a Lei Complementar nº 098 de 27 de novembro de 2013.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez", em Jauru - MT, 04 de abril de 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA Prefeito Municipal

PORTARIA 239/2017

PORTARIA Nº 239, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir do dia 04 de abril de 2017, a Sra. **KATYA REGINA NOVAK DE MOURA,** portadora do RG nº 07786123 SSP/MT e do CPF nº 571.412.071-04, **exercer o cargo em comissão** de **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.**

Em conformidade com a Lei Complementar n.º 120 de 01 de Março de 2017.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Peres", Jauru-MT, 03 de abril de 2017.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA Prefeito Municipal

PORTARIA 238/2017

PORTARIA N.º 238 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

EXONERAR, a partir do dia 03 de abril de 2017, o Sr. **ANDERSON PAVINI**, portador da CI-RG nº 832378 SSP/MT e CPF nº 523.323.061-53, do cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ,**conforme nomeado portaria nº 150/2017 em 03 de março de 2017.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 076/2011 de 03 de junho de 2011.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez", em Jauru - MT, 03 de abril de 2017.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
RESULTADO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

RESULTADO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Câmara Municipal de Juara, através da Comissão de Licitação, torna público o resultado da licitação na modalidade Tomada de Preço nº 002/2017, cuja abertura ocorreu às 14:00 horas local, do dia 17 de Abril de 2017, na sede da Câmara Municipal, Rua Nelson Taborda Lacerda, 59-S, centro. **Do Objeto - Aquisição de 2.300 (dois mil e trezentos) litros de Óleo Diesel S-10, 300 (trezentos) litros de Etanol e 1.200 (um mil e duzentos) litros de Gasolina Comum, para atender aos Veículos oficiais do Poder Legislativo.** Após analise dos documentos exigidos no referido Edital a Comissão de Licitação declarou-se vencedora a Empresa Auto Posto Zulu Ltda inscrita no CNPJ nº 04.264.454/0001-20, com valor Global de R$ 14.952,00 (quatorze mil, novecentos e cinquenta e dois reais), sendo R$ 8.832,00 (oito mil, oitocentos e trinta e dois reais) para Diesel S10, R$ 912,00 (novecentos e doze reais) para Etanol e R$ 5.208,00 (cinco mil, duzentos e oito reais) para Gasolina Comum, o valor apresentado está de acordo o com valor máximo exigido no Edital.

Juara, 17 de Abril de 2017.

Fabiane Pereira da Silva Mota Presidente da Comissão de LicitaçãoPoder Legislativo – Juara-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

A Comissão Especial de Pregão, da entidade Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 60/2016, de 05/04/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que

encontra-se aberta a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP, que será realizada no dia 28/04/2017, às 09:00 horas, (horário de Brasília) no portal www.bll.org.br, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Eletrônico SRP nº 002/2017, Processo Administrativo nº 028/2017**. Informamos que o Edital encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1407.

Objeto da Licitação: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Mobiliários e Equipamentos para Escola de Educação Infantil (Proinfância). **Entrega das Propostas:**A partir de18/04/2017 no portal: www.bll.org.br .

Juruena, 17 de abril de 2017.

Nelson Coutinho de Menezes Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Juruena/MT através do Pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal n.º 60/2016, Torna Público, para os devidos fins que **ADERIU** a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **016/2016** oriunda do Pregão Presencial SRP nº **008/2016,** realizado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA - MT**, tendo como fornecedor registrado, a empresa **F. L. AGUIAR - ME**, inscrita no CNPJ de nº **13.498.158/0001-85**, para Aquisição de Material de Expediente para atendimento às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Juruena, nas mesmas condições da Ata de Registro de Preços do Referido Pregão, formalizando assim os atos do Processo Administrativo nº 029/2017, Adesão 006/2017.

Juruena -MT, 17 de abril de 2017.

Nelson Coutinho de Menezes Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2017

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste / MT, em 18 de abril de 2017, através da Comissão Permanente de Licitação e de sua Pregoeira torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 03 de maio de 2017 às 09:00 hs, a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2017, cujo objeto é o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO NO TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DAE AO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE - MT."**, a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no email: licitacao@lambaridoeste.mt.gov.br e no Telefone (65) 3228 – 1178 ou no horário de expediente desta Prefeitura .

Lambari D'Oeste/MT em 18 de abril de 2017.

Rivonete Coelho da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

LICITAÇÃO PORTARIA 008/2017
AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO 010/2017 - PROCESSO 17/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 017/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 010/2017

A Prefeitura Municipal de Luciara, através do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, TORNA PÚBLICO que no Processo Licitatório 017/2017 – Pregão Presencial 010/2017, para Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de pinturas de faixas, fachadas, letreiros, painéis artísticos decorativos, placas e materiais promocionais para todas as Secretarias Municipais, cuja abertura deu-se em 17/04/2017, sagrou-se vencedora a empresa JMC Brindes e Faixas-MEI, inscrita no CNPJ sob o número 23.092.543/0001-81.

Luciara-MT, 17 de abril de 2017.

Vinícius Santos da Silva – Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 028/2017 17/04/2017

DECRETO Nº 028/2017

17/04/2017

DECRETA a rescisão contratual com a Empresa GUARARAPES CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES EIRELI, de CNPJ n° 15.474.347/0001-43, e dá outras providências.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que DECRETA as seguintes disposições;

Artigo 1º - Fica de pleno direito, nos termos da Lei n. 8666/93 Arts. 77 e 78, RESCINDIDO o CONTRATO nº 35/2016 referente à TOMADA DE PREÇOS 005/2016, cujo objeto é a **C**ontratação de Empresa para Execução da Mão de Obra dos Serviços de Construção de Alambrados com Mourões de Concreto e Portões do Parque de Máquinas da Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Urbanos do Município de Marcelândia/MT, conforme planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e projeto planta anexo ao Edital.

Parágrafo Único – A rescisão operou-se em razão da REVOGAÇÃO do processo licitatório na qual originou o referido contrato, conforme termo de revogação publicado em 17/04/2017.

Artigo 2º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 17 de abril de 2017.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL/SECRETARIA
PORTARIA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

PORTARIA N° 005/2017

DATA: 17/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre Função Gratificada à Servidora Pública da Câmara Municipal de Marfcelândia, Thais Loss Hilário."

EDIVAN VIEIRA LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei.

RESOLVE

Art. 1º) Conceder Função Gratificada, a partir de 01 de abril de 2017, à servidora Pública da Câmara Municipal de Marcelânida, a Srª **THAIS LOOS HILARIO**, Atendente, matrícula nº 123, para exercer a função de Encarregada do Protocolo, com adicional de 40% (quarenta por cento) do seu salário base.

Art. 2°) – Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2017.

EDIVAN VIEIRA LIMA | **PRESIDENTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE/SECRETARIA DE FINANÇAS
RELATÓRIO DE PROJETOS EM ANDAMENTO - 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 1 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
02	**GABINETE DO PREFEITO**	**115.700,00**	**196.801,00**	**103.000,00**	**209.501,00**	**176.657,00**	**204.031,00**	**5.470,00**	**99,8420 %**
02.020.0.1	**GABINETE DO PREFEITO**	**115.700,00**	**196.801,00**	**103.000,00**	**209.501,00**	**176.657,00**	**204.031,00**	**5.470,00**	**99,8420 %**
04.122	**Administração Geral**								
0003	**GESTAO E MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO**								
04.122.0003.1004	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.700,00	196.801,00	0,00	202.501,00	176.657,00	202.181,00	320,00	99,8400 %
		5.700,00	**196.801,00**	**0,00**	**202.501,00**	**176.657,00**	**202.181,00**	**320,00**	**99,8420 %**
04.122.0003.1005	AMPLIACAO DO PACO MUNICIPAL COM ESTACIONAMENTO, GARAGEM E ALMOXARIFADO								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00	0,00	95.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	1900,0000 %
		100.000,00	**0,00**	**95.000,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,0000 %**
04.122.0003.1127	EQUIPAR E ESTRUTURAR O PAÇO MUNICIPAL								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	0,00	8.000,00	2.000,00	0,00	1.850,00	150,00	92,5000 %
		10.000,00	**0,00**	**8.000,00**	**2.000,00**	**0,00**	**1.850,00**	**150,00**	**92,5000 %**
03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**	**115.000,00**	**1.000,00**	**0,00**	**116.000,00**	**0,00**	**5.439,85**	**110.560,15**	**90,6642 %**
03.030.0.1	**GABINETE DO SECRETÁRIO**	**115.000,00**	**1.000,00**	**0,00**	**116.000,00**	**0,00**	**5.439,85**	**110.560,15**	**90,6642 %**
04.122	**Administração Geral**								
0004	**GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**								
04.122.0004.1007	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	1.000,00	0,00	6.000,00	0,00	5.439,85	560,15	90,6600 %
		5.000,00	**1.000,00**	**0,00**	**6.000,00**	**0,00**	**5.439,85**	**560,15**	**90,6642 %**
04.122.0004.1008	REVISAR PLANTA DE VALORES IMOBILIARIOS E REFORMULAR CODIGOS E ELABORAR PLANO DIRETOR								
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,0000 %
		110.000,00	**0,00**	**0,00**	**110.000,00**	**0,00**	**0,00**	**110.000,00**	**0,0000 %**

www.duralexsistemas.com.br OR 8391

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 2 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	**51.000,00**	**0,00**	**0,00**	**51.000,00**	**18.660,00**	**37.432,40**	**13.567,60**	**97,1620 %**
04.040.0.1	**GABINETE DO SECRETÁRIO**	**51.000,00**	**0,00**	**0,00**	**51.000,00**	**18.660,00**	**37.432,40**	**13.567,60**	**97,1620 %**
04.122	**Administração Geral**								
0005	**GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO**								
04.122.0005.1010	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	660,00	19.432,40	567,60	97,1600 %
		20.000,00	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**660,00**	**19.432,40**	**567,60**	**97,1620 %**
0007	**DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA**								
04.122.0007.1016	REALIZAR REFORMA ADMINISTRATIVA, REESTRUTURACAO DO PCCV, CONCURSO PUBLICO, TESTE SELETIVO PUBLICO E SIMPI								
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	18.000,00	18.000,00	12.000,00	60,0000 %
		30.000,00	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**	**18.000,00**	**18.000,00**	**12.000,00**	**60,0000 %**
04.127	**Ordenamento Territorial**								
0006	**REPRESENTATIVIDADE DO EXECUTIVO MUNICIPAL**								
04.127.0006.1012	AQUISICAO / DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS								
4.4.90.61.00.00	010 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
		1.000,00	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,0000 %**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	**86.000,00**	**0,00**	**15.000,00**	**71.000,00**	**430,00**	**11.907,00**	**59.093,00**	**0,0000 %**
05.050.0.1	**GABINETE DO SECRETÁRIO**	**86.000,00**	**0,00**	**15.000,00**	**71.000,00**	**430,00**	**11.907,00**	**59.093,00**	**0,0000 %**
04.123	**Administração Financeira**								
0008	**MODERNIZACAO TRIBUTARIA E EQUILIBRIOS FISCAL**								
04.123.0008.1019	CRIAR PROGRAMAS DE INCENTIVO A ARRECADACAO MUNICIPAL E REFORMULAR CODIGO TRIBUTARIO								
3.3.90.31.00.00	010 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OU	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,0000 %
		35.000,00	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,0000 %**
0009	**GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE FINANCAS**								
04.123.0009.1017	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00	0,00	15.000,00	35.000,00	430,00	11.907,00	23.093,00	34,0200 %
		50.000,00	**0,00**	**15.000,00**	**35.000,00**	**430,00**	**11.907,00**	**23.093,00**	**34,0200 %**
28.846	**Outros Encargos Especiais**								
0009	**GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE FINANCAS**								
28.846.0009.1018	PRECATORIOS E SENTENCAS JUDICIAIS DE TERCEIROS								
3.1.90.91.00.00	010 SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
		1.000,00	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,0000 %**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas**

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		**431.500,00**	**0,00**	**0,00**	**431.500,00**	**0,00**	**8.300,00**	**423.200,00**	**0,0000 %**
06.060.0.1	**GABINETE DO SECRETÁRIO**	**431.500,00**	**0,00**	**0,00**	**431.500,00**	**0,00**	**8.300,00**	**423.200,00**	**0,0000 %**
20.601	**Promoção da Produção Vegetal**								
0010	**DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA**								
20.601.0010.1013	AQUISICAO DE PATRULHA MECANIZADA								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,0000 %
4.4.90.52.00.00	012 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,0000 %
		70.000,00	**0,00**	**0,00**	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**	**70.000,00**	**0,0000 %**
20.601.0010.1023	APOIO PEQUE PROD NA COMERC DE SEUS PRODUTOS								
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,0000 %
3.3.90.36.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,0000 %
3.3.90.41.00.00	010 CONTRIBUIÇÕES	49.000,00	0,00	0,00	49.000,00	0,00	8.300,00	40.700,00	16,9300 %
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,0000 %
		60.000,00	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**0,00**	**8.300,00**	**51.700,00**	**13,8333 %**
20.601.0010.1026	PARCERIA INSTITUICAO ENSINO ASSISTENCIA TECNICA								
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,0000 %
3.3.90.41.00.00	010 CONTRIBUIÇÕES	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,0000 %
		2.500,00	**0,00**	**0,00**	**2.500,00**	**0,00**	**0,00**	**2.500,00**	**0,0000 %**
20.601.0010.1117	CONSTRUCAO DA FEIRA DO PRODUTOR								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
		25.000,00	**0,00**	**0,00**	**25.000,00**	**0,00**	**0,00**	**25.000,00**	**0,0000 %**
20.601.0010.1145	Aquisição de Caminhão Baú Refrigerado (Conv. 835056/16)								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.219,00	0,00	0,00	2.219,00	0,00	0,00	2.219,00	0,0000 %
4.4.90.52.00.00	012 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	240.781,00	0,00	0,00	240.781,00	0,00	0,00	240.781,00	0,0000 %
		243.000,00	**0,00**	**0,00**	**243.000,00**	**0,00**	**0,00**	**243.000,00**	**0,0000 %**
20.606	**Extensão Rural**								
0010	**DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA**								
20.606.0010.1025	INC E PARC A CRIACAO COOPERAT / CONSELHO MUNICIPAL								
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
3.3.90.41.00.00	010 CONTRIBUIÇÕES	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
		11.000,00	**0,00**	**0,00**	**11.000,00**	**0,00**	**0,00**	**11.000,00**	**0,0000 %**
0011	**GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA**								
20.606.0011.1027	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,0000 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 4 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,0000 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 5 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO		**3.641.443,00**	**1.198.738,00**	**1.239.738,00**	**3.600.443,00**	**1.220.642,74**	**1.623.894,93**	**1.976.548,07**	**0,0000 %**
07.070.0.1	**GABINETE DO SECRETÁRIO**	**153.000,00**	**20.000,00**	**20.000,00**	**153.000,00**	**16.590,85**	**18.831,85**	**134.168,15**	**0,0000 %**
12.361	**Ensino Fundamental**								
0014	**FORTALECIMENTO DO PROFISSIONAL DA EDUCACAO**								
12.361.0014.1045	PROGRAMA EDUCACAO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE								
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,0000 %
		3.000,00	**0,00**	**0,00**	**3.000,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000,00**	**0,0000 %**
0015	**GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO E DESPORTO**								
12.361.0015.1046	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	1.780,00	4.021,00	15.979,00	20,1000 %
		20.000,00	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**1.780,00**	**4.021,00**	**15.979,00**	**20,1050 %**
12.361.0015.1142	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DE EDUCACAO E DESPORTO								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00	0,00	15.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	300,0000 %
		20.000,00	**0,00**	**15.000,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,0000 %**
12.363	**Ensino Profissional**								
0013	**REVITALIZANDO A EDUCACAO**								
12.363.0013.1148	APOIO AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE								
3.3.70.41.00.00	010 CONTRIBUIÇÕES	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	14.810,85	14.810,85	5.189,15	74,0500 %
		0,00	**20.000,00**	**0,00**	**20.000,00**	**14.810,85**	**14.810,85**	**5.189,15**	**74,0542 %**
12.365	**Educação Infantil**								
0013	**REVITALIZANDO A EDUCACAO**								
12.365.0013.1042	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA EDUCACAO INFANTIL								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00	0,00	5.000,00	95.000,00	0,00	0,00	95.000,00	5,2600 %
4.4.90.52.00.00	011 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
		110.000,00	**0,00**	**5.000,00**	**105.000,00**	**0,00**	**0,00**	**105.000,00**	**0,0000 %**
07.070.0.2	**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	**542.000,00**	**0,00**	**26.000,00**	**516.000,00**	**0,00**	**58.638,47**	**457.361,53**	**12,7954 %**
12.361	**Ensino Fundamental**								
0013	**REVITALIZANDO A EDUCACAO**								
12.361.0013.1031	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, MURO OU CERCA E CALÇADAS								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	14.074,90	95.925,10	12,7900 %
4.4.90.51.00.00	011 OBRAS E INSTALAÇÕES	140.000,00	0,00	26.000,00	114.000,00	0,00	13.563,57	100.436,43	11,8900 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
		511.000,00	**0,00**	**26.000,00**	**485.000,00**	**0,00**	**27.638,47**	**457.361,53**	**5,6987 %**
12.361.0013.1032	CONSTRUCAO E REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES COBERTAS E PISCINAS								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	31.000,00	0,00	0,00	31.000,00	0,00	31.000,00	0,00	100,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	377.000,00	0,00	0,00	377.000,00	0,00	259.504,35	117.495,65	68,8300 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 6 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
		408.000,00	**0,00**	**0,00**	**408.000,00**	**0,00**	**290.504,35**	**117.495,65**	**71,2020 %**
12.361.0013.1035	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (CARTEIRAS, CADEIRAS, MESAS...)								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	297.000,00	0,00	0,00	297.000,00	0,00	0,00	297.000,00	0,0000 %
4.4.90.52.00.00	012 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
		298.000,00	**0,00**	**0,00**	**298.000,00**	**0,00**	**0,00**	**298.000,00**	**0,0000 %**
12.361.0013.1036	REALIZACAO DE EVENTOS E EXPOSICOES								
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
		5.000,00	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,0000 %**
12.361.0013.1037	AQUISICAO DE ONIBUS ESCOLARES, VANS, KOMBIS, MICRO-ONIBUS								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	155.000,00	0,00	15.000,00	140.000,00	0,00	0,00	140.000,00	10,7100 %
4.4.90.52.00.00	012 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.705,00	0,00	0,00	16.705,00	0,00	0,00	16.705,00	0,0000 %
		171.705,00	**0,00**	**15.000,00**	**156.705,00**	**0,00**	**0,00**	**156.705,00**	**0,0000 %**
12.365	**Educação Infantil**								
0013	**REVITALIZANDO A EDUCACAO**								
12.365.0013.1033	CONSTRUCAO DE CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL, CRECHES E PARQUES INFANTIS								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	140.000,00	0,00	0,00	140.000,00	112.531,71	112.531,71	27.468,29	80,3700 %
4.4.90.51.00.00	011 OBRAS E INSTALAÇÕES	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	48.227,88	48.227,88	21.772,12	68,8900 %
4.4.90.51.00.00	011 OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	1.178.738,00	0,00	1.178.738,00	1.037.174,90	1.037.174,90	141.563,10	87,9900 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.178.738,00	0,00	1.178.738,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
		1.398.738,00	**1.178.738,00**	**1.178.738,00**	**1.398.738,00**	**1.197.934,49**	**1.197.934,49**	**200.803,51**	**85,6440 %**
12.367	**Educação Especial**								
0013	**REVITALIZANDO A EDUCACAO**								
12.367.0013.1043	APOIO A APAE								
3.3.50.43.00.00	010 SUBVENÇÕES SOCIAIS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	78.924,62	21.075,38	78,9200 %
		100.000,00	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**78.924,62**	**21.075,38**	**78,9246 %**
07.070.0,5	**DEPTO DE EDUCAÇÃO FISICA, DESPORTO E LAZER**	**596.000,00**	**0,00**	**0,00**	**596.000,00**	**6.117,40**	**10.061,15**	**585.938,85**	**0,0000 %**
27.812	**Desporto Comunitário**								
0012	**DESPORTO E LAZER**								
27.812.0012.1028	CONSTRUCAO E REFORMA DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E ESPACOS DE LAZER (QUADRAS, GINASIOS, ACADEMIAS AR LIV								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	141.000,00	0,00	0,00	141.000,00	0,00	0,00	141.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,0000 %
		491.000,00	**0,00**	**0,00**	**491.000,00**	**0,00**	**0,00**	**491.000,00**	**0,0000 %**
27.812.0012.1029	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	4.045,40	7.989,15	3.010,85	72,6200 %
		11.000,00	**0,00**	**0,00**	**11.000,00**	**4.045,40**	**7.989,15**	**3.010,85**	**72,6286 %**
27.812.0012.1030	REALIZACAO DE EVENTOS ESPORTIVOS								

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 7 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,0000 %
3.3.90.30.00.00	012 MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,0000 %
3.3.90.31.00.00	010 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OU	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
3.3.90.36.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,0000 %
3.3.90.36.00.00	012 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	2.072,00	2.072,00	17.928,00	10,3600 %
3.3.90.39.00.00	012 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
		94.000,00	**0,00**	**0,00**	**94.000,00**	**2.072,00**	**2.072,00**	**91.928,00**	**2,2043 %**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 8 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		**2.814.947,00**	**117.572,00**	**82.724,64**	**2.849.794,36**	**36.094,90**	**1.077.155,02**	**1.772.639,34**	**0,0000 %**
08.080.0.1	**GABINETE DO SECRETÁRIO**	**99.000,00**	**0,00**	**31.000,00**	**68.000,00**	**1.991,00**	**9.038,54**	**58.961,46**	**0,0000 %**
10.122	**Administração Geral**								
0022	**BLOCO V - GESTAO DO SUS**								
10.122.0022.1073	CONSTRUCAO DE SEDE DA SECRETARIA								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	18.000,00	0,00	15.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	500,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,0000 %
		38.000,00	**0,00**	**15.000,00**	**23.000,00**	**0,00**	**0,00**	**23.000,00**	**0,0000 %**
10.301	**Atenção Básica**								
0022	**BLOCO V - GESTAO DO SUS**								
10.301.0022.1075	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00	0,00	10.000,00	20.000,00	1.991,00	9.038,54	10.961,46	45,1900 %
4.4.90.52.00.00	012 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
		40.000,00	**0,00**	**10.000,00**	**30.000,00**	**1.991,00**	**9.038,54**	**20.961,46**	**30,1285 %**
17.511	**Saneamento Básico Rural**								
0036	**DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL**								
17.511.0036.1137	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA SAO JOSE/UNIAO								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00	0,00	6.000,00	14.000,00	0,00	0,00	14.000,00	42,8500 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
		21.000,00	**0,00**	**6.000,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,0000 %**
08.080.0.2	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	**90.000,00**	**35.800,00**	**0,00**	**125.800,00**	**25.794,00**	**55.332,50**	**70.467,50**	**0,0000 %**
10.301	**Atenção Básica**								
0017	**BLOCO I - ATENCAO BASICA**								
10.301.0017.1051	CONSTRUCAO E REFORMA DE UNIDADE BASICA DE SAUDE DA FAMILIA								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	011 OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
		70.000,00	**0,00**	**0,00**	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**	**70.000,00**	**0,0000 %**
10.301.0017.1052	AQUISICAO DE EQUIP. PERMAN. (AR CONDIC., VENTILADORES, BEBEDOUROS, MESAS, CADEIRAS...) P/ UNIDADES DE SAÚDE D.								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00	35.800,00	0,00	55.800,00	25.794,00	55.332,50	467,50	99,1600 %
4.4.90.52.00.00	011 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,0000 %
4.4.90.52.00.00	012 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
		60.000,00	**35.800,00**	**0,00**	**95.800,00**	**25.794,00**	**55.332,50**	**40.467,50**	**57,7584 %**
10.301.0017.1055	IMPLANTAR ACADEMIAS DE SAUDE VINCULADAS AOS UBS DA FAMILIA								
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
		1.000,00	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,0000 %**
10.301.0017.1070	PSE - PROGRAMA DE SAUDE NA ESCOLA								
3.3.90.30.00.00	011 MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,0000 %

www.duralexsistemas.com.br OR 8391

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 9 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
3.3.90.36.00.00	011 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	011 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,0000 %
		18.000,00	**0,00**	**0,00**	**18.000,00**	**0,00**	**0,00**	**18.000,00**	**0,0000 %**
10.302	**Assistência Hospitalar e Ambulatorial**								
0018	**BLOCO II - CRDO**								
10.302.0018.1057	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	1.924,00	1.576,00	54,9700 %
		3.500,00	**0,00**	**0,00**	**3.500,00**	**0,00**	**1.924,00**	**1.576,00**	**54,9714 %**
10.302.0018.1058	EXPANSAO DA REDE FÍSICA, REFORMA E AMPLIACAO DO CRDO								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,0000 %
		70.000,00	**0,00**	**0,00**	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**	**70.000,00**	**0,0000 %**
0020	**BLOCO II - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - HOSPITAL MUNICIPAL**								
10.302.0020.1065	AQUISICAO DE EQUIP., INSTRUM. DE USO MÉDICO HOSP., EQUIP. P/ LAVANDERIA HOSP. E ELETRODOM. (AR CONDIC., VENTIL.,								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	34.000,00	0,00	0,00	34.000,00	4.214,00	13.823,00	20.177,00	40,6500 %
4.4.90.52.00.00	012 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	839.947,00	0,00	0,00	839.947,00	0,00	0,00	839.947,00	0,0000 %
4.4.90.52.00.00	012 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,0000 %
		874.447,00	**0,00**	**0,00**	**874.447,00**	**4.214,00**	**13.823,00**	**860.624,00**	**1,5808 %**
10.302.0020.1068	CONSTRUCAO, REFORMA, AMPLIACAO E SUBSTITUICAO DE PORTAS, PISOS, JANELAS E TELHADOS DO HOSPITAL MUNICIPAL E								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.076.000,00	0,00	0,00	1.076.000,00	0,00	645.164,02	430.835,98	59,9500 %
		1.126.000,00	**0,00**	**0,00**	**1.126.000,00**	**0,00**	**645.164,02**	**480.835,98**	**57,2970 %**
10.302.0020.1071	MANUTENCAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE								
3.3.71.41.00.00	010 CONTRIBUIÇÕES	104.000,00	0,00	51.724,64	52.275,36	0,00	52.275,36	0,00	100,0000 %
3.3.71.41.00.00	010 CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	81.772,00	0,00	281.772,00	0,00	281.772,00	0,00	100,0000 %
3.3.71.41.00.00	014 CONTRIBUIÇÕES	94.000,00	0,00	0,00	94.000,00	4.095,90	16.383,60	77.616,40	17,4200 %
		398.000,00	**81.772,00**	**51.724,64**	**428.047,36**	**4.095,90**	**350.430,96**	**77.616,40**	**81,8673 %**
10.302.0020.1080	AQUISICAO DE AMBULANCIA								
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,0000 %
		40.000,00	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,0000 %**
10.303	**Suporte Profilático e Terapêutico**								
0016	**BLOCO III - VIGILANCIA EM SAUDE**								
10.303.0016.1047	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS, VEICULOS E MATERIAL PERMANENTE								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.442,00	3.558,00	28,8400 %
4.4.90.52.00.00	012 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,0000 %
4.4.90.52.00.00	012 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,0000 %
		55.000,00	**0,00**	**0,00**	**55.000,00**	**0,00**	**1.442,00**	**53.558,00**	**2,6218 %**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 10 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	**640.650,00**	**8.500,00**	**40.500,00**	**608.650,00**	**16.666,99**	**57.825,42**	**550.824,58**	**0,0000 %**
09.090.0.1	**GABINETE DO SECRETARIO**	**25.000,00**	**0,00**	**0,00**	**25.000,00**	**0,00**	**0,00**	**25.000,00**	**0,0000 %**
16.482	**Habitação Urbana**								
0028	**GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**								
16.482.0028.1130	CONSTRUCAO DE UNIDADE HABITACIONAIS / PSH PULVERIZADAS								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
		25.000,00	**0,00**	**0,00**	**25.000,00**	**0,00**	**0,00**	**25.000,00**	**0,0000 %**
09.090.0.2	**FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**	**615.650,00**	**8.500,00**	**40.500,00**	**583.650,00**	**16.666,99**	**57.825,42**	**525.824,58**	**0,0000 %**
08.243	**Assistência à Criança e ao Adolescente**								
0027	**IGD - INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADO - SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL**								
08.243.0027.1081	REFORMAS E ADEQUAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,0000 %
		10.000,00	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,0000 %**
0030	**BENEFICIO EVENTUAL DA ASSISTENCIA SOCIAL**								
08.243.0030.1143	AMPLIACAO, REF. DO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSIT. SOCIAL - CRAS								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00	0,00	32.000,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	177,7700 %
		50.000,00	**0,00**	**32.000,00**	**18.000,00**	**0,00**	**0,00**	**18.000,00**	**0,0000 %**
08.244	**Assistencia Comunitaria**								
0023	**SCFV - SERVICO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO**								
08.244.0023.1126	MANUTENCAO DE ACOES DO SCFV - PISO BASICO VARIÁVEL								
3.1.90.11.00.00	010 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	127.000,00	0,00	0,00	127.000,00	5.057,78	13.469,22	113.530,78	10,6000 %
3.1.90.13.00.00	010 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	23.950,00	0,00	0,00	23.950,00	0,00	11.975,00	11.975,00	50,0000 %
3.1.91.13.00.00	010 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.200,00	0,00	0,00	3.200,00	25,89	1.703,56	1.496,44	53,2300 %
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00	0,00	8.500,00	11.500,00	439,00	439,00	11.061,00	3,8100 %
3.3.90.30.00.00	012 MATERIAL DE CONSUMO	42.000,00	0,00	0,00	42.000,00	9.144,32	11.052,44	30.947,56	26,3100 %
3.3.90.36.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00	8.500,00	0,00	11.500,00	0,00	11.186,20	313,80	97,2700 %
3.3.90.36.00.00	012 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	28.000,00	0,00	0,00	28.000,00	2.000,00	8.000,00	20.000,00	28,5700 %
3.3.90.39.00.00	012 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,0000 %
		285.650,00	**8.500,00**	**8.500,00**	**285.650,00**	**16.666,99**	**57.825,42**	**227.824,58**	**20,2435 %**
0026	**CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PAIF - PROGRAMA DE ATENCAO AS FAMILIAS)**								
08.244.0026.1128	CONSTRUCAO DO CENTRO DE MULTIPLO USO - CRAS								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	208.000,00	0,00	0,00	208.000,00	0,00	0,00	208.000,00	0,0000 %
		213.000,00	**0,00**	**0,00**	**213.000,00**	**0,00**	**0,00**	**213.000,00**	**0,0000 %**
08.244.0026.1144	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÃO DA TERCEIRA IDADE - TIA CELINA								

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 11 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	42.000,00	0,00	0,00	42.000,00	0,00	0,00	42.000,00	0,0000 %
		57.000,00	**0,00**	**0,00**	**57.000,00**	**0,00**	**0,00**	**57.000,00**	**0,0000 %**

www.duralexsistemas.com.br OR 8391

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 12 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES**	**13.420.196,32**	**154.391,00**	**125.375,00**	**13.449.212,32**	**58.632,95**	**2.796.597,47**	**10.652.614,85**	**0,0000 %**
10.100.0.1	**GABINETE DO SECRETÁRIO**	**232.499,03**	**0,00**	**0,00**	**232.499,03**	**405,00**	**4.929,00**	**227.570,03**	**0,0000 %**
15.451	**Infra-estrutura Urbana**								
0035	**GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTE**								
15.451.0035.1090	AQUISICAO DE VEICULOS PARA A SECRETARIA								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,0000 %
		20.000,00	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**0,0000 %**
15.451.0035.1091	AQUISICAO DE CAMINHOES E MAQ. PESADAS (CAMINHAO CAÇAMBA, RETROESC., PA-CARREG., CAMIN. PIPA, ROLO COMPACT.								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,0000 %
4.4.90.52.00.00	012 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	141.499,03	0,00	0,00	141.499,03	0,00	0,00	141.499,03	0,0000 %
		143.499,03	**0,00**	**0,00**	**143.499,03**	**0,00**	**0,00**	**143.499,03**	**0,0000 %**
0036	**DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL**								
15.451.0036.1093	CONSTRUCAO DA GARAGEM MUNICIPAL E SEDE DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,0000 %
		20.000,00	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**0,0000 %**
0037	**PAISAGISMO E URBANIZACAO COM PLANEJAMENTO**								
15.451.0037.1098	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	405,00	4.929,00	71,00	98,5800 %
		5.000,00	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**405,00**	**4.929,00**	**71,00**	**98,5800 %**
15.452	**Serviços Urbanos**								
0036	**DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL**								
15.452.0036.1088	REDEFINICAO DE VIAS PUBLICAS, ASSEGURANDO A ACESSIB. E SEM OBSTRUCAO DE VIAS, IMPLANT. DE SINALIZACAO HORIZ.								
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
3.3.90.36.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,0000 %
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
		44.000,00	**0,00**	**0,00**	**44.000,00**	**0,00**	**0,00**	**44.000,00**	**0,0000 %**
10.100.0.2	**DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO**	**85.000,00**	**91.375,00**	**0,00**	**176.375,00**	**12.375,00**	**95.750,00**	**80.625,00**	**99,3515 %**
15.451	**Infra-estrutura Urbana**								
0036	**DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL**								
15.451.0036.1087	REALIZACAO DE DRENAGEM, PAVIMENTACAO ASFALTICA URBANA E PASSEIOS PUBLICOS E PASSARELAS								
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	91.375,00	0,00	96.375,00	12.375,00	95.750,00	625,00	99,3500 %
3.3.90.30.00.00	012 MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	517.338,00	0,00	105.375,00	411.963,00	45.852,95	129.316,92	282.646,08	31,3900 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	10.032.690,00	0,00	0,00	10.032.690,00	0,00	1.280.040,04	8.752.649,96	12,7500 %
		10.635.028,00	**91.375,00**	**105.375,00**	**10.621.028,00**	**58.227,95**	**1.505.106,96**	**9.115.921,04**	**14,1710 %**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 13 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
15.451.0036.1096	CONSTRUCAO DO COMPLEXO LAZER NO BAIRRO CIDADE ALTA								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,0000 %
		10.500,00	**0,00**	**0,00**	**10.500,00**	**0,00**	**0,00**	**10.500,00**	**0,0000 %**
15.451.0036.1146	CONSTRUÇÃO DE CALÇADA DO LAGO I E II								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	126.849,29	0,00	0,00	126.849,29	0,00	0,00	126.849,29	0,0000 %
		131.849,29	**0,00**	**0,00**	**131.849,29**	**0,00**	**0,00**	**131.849,29**	**0,0000 %**
0037	**PAISAGISMO E URBANIZACAO COM PLANEJAMENTO**								
15.451.0037.1100	CONSTRUCAO DE PRACAS, PARQUES E JARDINS								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,0000 %
		21.000,00	**0,00**	**0,00**	**21.000,00**	**0,00**	**0,00**	**21.000,00**	**0,0000 %**
15.451.0037.1103	RECONFORMAÇÃO LAGO III - COMPLEXO LAGOS CENTRAIS (ARQUITETONICO, ILUMINACAO, PISTA, ELEMENTOS AUXILIARES)								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00	63.016,00	0,00	113.016,00	0,00	112.919,13	96,87	99,9100 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.390.320,00	0,00	0,00	1.390.320,00	0,00	1.144.480,81	245.839,19	82,3100 %
		1.440.320,00	**63.016,00**	**0,00**	**1.503.336,00**	**0,00**	**1.257.399,94**	**245.936,06**	**83,6406 %**
17.511	**Saneamento Básico Rural**								
0036	**DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL**								
17.511.0036.1097	CONSTRUCAO DE REDE DE ESGOTO / SANEAMENTO BASICO EM ASSENTAMENTO								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,0000 %
		20.000,00	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**20.000,00**	**0,0000 %**
26.782	**Transporte Rodoviário**								
0036	**DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL**								
26.782.0036.1089	CONSTRUCAO DO TERMINAL RODOVIARIO								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,0000 %
		8.000,00	**0,00**	**0,00**	**8.000,00**	**0,00**	**0,00**	**8.000,00**	**0,0000 %**
26.782.0036.1095	AQUISICAO DE JAZIDAS								
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	26.520,00	33.480,00	44,2000 %
		60.000,00	**0,00**	**0,00**	**60.000,00**	**0,00**	**26.520,00**	**33.480,00**	**44,2000 %**
0049	**INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE**								
26.782.0049.1138	CONSTR. DE ESTRADAS E VIAS PUBLICAS, PONTES, GALERIAS E BUEIROS/PAVIMENT, MEIO FIO E INFRAESTRUT. URBANA - FET								
3.3.90.36.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
3.3.90.36.00.00	013 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,0000 %
4.4.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,0000 %
4.4.90.30.00.00	013 MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,0000 %
4.4.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,0000 %
4.4.90.39.00.00	013 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,0000 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas**

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
4.4.90.51.00.00	013 OBRAS E INSTALAÇÕES	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	2.641,57	347.358,43	0,7500 %
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,0000 %
		816.000,00	**0,00**	**0,00**	**816.000,00**	**0,00**	**2.641,57**	**813.358,43**	**0,3237 %**
10.100.0.3	**DEPARTAMENTO DE OBRAS E TRANSPORTE**	**45.000,00**	**0,00**	**20.000,00**	**25.000,00**	**0,00**	**0,00**	**25.000,00**	**0,0000 %**
15.452	**Serviços Urbanos**								
0037	**PAISAGISMO E URBANIZACAO COM PLANEJAMENTO**								
15.452.0037.1099	EXECUCAO DE PROJETOS DE COLETA, DESTINACAO E RECICLAGEM DO LIXO E LIMPEZA URBANA (PODAS DE ARVORES)								
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,0000 %
3.3.90.36.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
		5.000,00	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,0000 %**
24.722	**Telecomunicação**								
0036	**DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL**								
24.722.0036.1136	AMPLIACAO E REPETICAO DE SINAL EM TELEFONIA MOVEL EM AREAS RURAIS DO MUNICIPIO								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,0000 %
		5.000,00	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,0000 %**
26.782	**Transporte Rodoviário**								
0036	**DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL**								
26.782.0036.1094	CONSTRUCAO DE PONTES, ESTRADAS, GALERIAS E BUEIROS								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00	0,00	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	200,0000 %
		30.000,00	**0,00**	**20.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,0000 %**
26.782.0036.1132	AQUISICAO / DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS								
4.4.90.61.00.00	010 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,0000 %
		5.000,00	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,0000 %**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 15 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		**177.500,00**	**0,00**	**0,00**	**177.500,00**	**0,00**	**0,00**	**177.500,00**	**0,0000 %**
12.120.0.1	**GABINETE DO SECRETÁRIO**	**177.500,00**	**0,00**	**0,00**	**177.500,00**	**0,00**	**0,00**	**177.500,00**	**0,0000 %**
04.122	**Administração Geral**								
0040	**GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**								
04.122.0040.1106	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,0000 %
		3.000,00	**0,00**	**0,00**	**3.000,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000,00**	**0,0000 %**
17.512	**Saneamento Básico Urbano**								
0039	**MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL**								
17.512.0039.1133	AMPLIACAO DO ATERRO SANITARIO								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	169.000,00	0,00	0,00	169.000,00	0,00	0,00	169.000,00	0,0000 %
		169.000,00	**0,00**	**0,00**	**169.000,00**	**0,00**	**0,00**	**169.000,00**	**0,0000 %**
18.451	**Infra-estrutura Urbana**								
0039	**MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL**								
18.451.0039.1139	MEU CHÃO LEGAL								
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,0000 %
3.3.90.36.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,0000 %
		5.500,00	**0,00**	**0,00**	**5.500,00**	**0,00**	**0,00**	**5.500,00**	**0,0000 %**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 16 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	DESPESAS EMPENHADAS No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	Executado (%)
13	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E LAZER**	**2.329.522,68**	**14.000,00**	**0,00**	**2.343.522,68**	**0,00**	**22.349,00**	**2.321.173,68**	**0,0000 %**
13.130.0.1	**GABINETE DO SECRETÁRIO**	**2.329.522,68**	**14.000,00**	**0,00**	**2.343.522,68**	**0,00**	**22.349,00**	**2.321.173,68**	**0,0000 %**
13.392	**Difusão Cultural**								
0041	**PRODUCAO E EXPANSAO CULTURAL**								
13.392.0041.1107	REALIZACAO DE OFICINAS DE TEATRO, MUSICA E ARTESANATO, ATRAVES DE PROJETOS APROVADOS								
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,0000 %
3.3.90.36.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
3.3.90.41.00.00	010 CONTRIBUIÇÕES	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,0000 %
		15.000,00	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**	**0,0000 %**
13.392.0041.1108	REALIZAÇÃO, DE EVENTOS (DECORAÇÃO NATALINA/REVELION/NOITE GOSPEL/FESTIVAL DE MUSICA/SHOW DE TALENTOS, CAF								
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,0000 %
3.3.90.31.00.00	010 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OU	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,0000 %
3.3.90.36.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	550.000,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00	0,00	550.000,00	0,0000 %
		580.000,00	**0,00**	**0,00**	**580.000,00**	**0,00**	**0,00**	**580.000,00**	**0,0000 %**
13.392.0041.1110	AMPLIACAO DO CENTRO CULTURAL DE EVENTOS								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	29.000,00	0,00	0,00	29.000,00	0,00	0,00	29.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.003.422,68	0,00	0,00	1.003.422,68	0,00	0,00	1.003.422,68	0,0000 %
		1.032.422,68	**0,00**	**0,00**	**1.032.422,68**	**0,00**	**0,00**	**1.032.422,68**	**0,0000 %**
13.392.0041.1147	CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL DE EVENTOS								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	107.100,00	0,00	0,00	107.100,00	0,00	0,00	107.100,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	012 OBRAS E INSTALAÇÕES	585.000,00	0,00	0,00	585.000,00	0,00	0,00	585.000,00	0,0000 %
		692.100,00	**0,00**	**0,00**	**692.100,00**	**0,00**	**0,00**	**692.100,00**	**0,0000 %**
0042	**VALORIZACAO E PROMOCAO DA CULTURA E DO LAZER**								
13.392.0042.1111	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	14.000,00	0,00	24.000,00	0,00	22.349,00	1.651,00	93,1200 %
		10.000,00	**14.000,00**	**0,00**	**24.000,00**	**0,00**	**22.349,00**	**1.651,00**	**93,1208 %**
14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,0000 %**
14.140.0.1	**GABINETE DO SECRETÁRIO**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,0000 %**
04.122	**Administração Geral**								
0043	**GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**								
04.122.0043.1112	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE								
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,0000 %
		5.000,00	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,0000 %**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 17 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	
15	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**	**218.500,00**	**0,00**	**0,00**	**218.500,00**	**0,00**	**0,00**	**218.500,00**	**0,0000 %**
15.150.0.1	**GABINETE DO SECRETÁRIO**	**218.500,00**	**0,00**	**0,00**	**218.500,00**	**0,00**	**0,00**	**218.500,00**	**0,0000 %**
22.661	**Promoção Industrial**								
0044	**GESTAO E MANUTENCAO SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO**								
22.661.0044.1114	AMPLIACAO E ESTRUTURACAO DO DISTRITO INDUSTRIAL								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,0000 %
		25.000,00	**0,00**	**0,00**	**25.000,00**	**0,00**	**0,00**	**25.000,00**	**0,0000 %**
22.661.0044.1116	AQUISICAO DE IMOVEL								
4.4.90.61.00.00	010 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
		1.000,00	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,0000 %**
23.661	**Promoção Industrial**								
0045	**DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**								
23.661.0045.1118	ELABORACAO DO PORTIFOLIO TURISTICO								
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,0000 %
		50.000,00	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,0000 %**
23.661.0045.1121	REESTRUTURACAO / ADEQUACAO DO AEROPORTO MUNICIPAL								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,0000 %
4.4.90.52.00.00	010 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,0000 %
		27.500,00	**0,00**	**0,00**	**27.500,00**	**0,00**	**0,00**	**27.500,00**	**0,0000 %**
23.692	**Comercialização**								
0045	**DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**								
23.692.0045.1125	EXPANSAO / AMPLIACAO DO PARQUE DE EXPOSICOES								
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,0000 %
		10.000,00	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,0000 %**
23.695	**Turismo**								
0045	**DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**								
23.695.0045.1119	REALIZACAO DE EVENTOS, EXPOSICOES E FESTIVIDADES								
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,0000 %
		100.000,00	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,0000 %**
23.695.0045.1122	INCENTIVO AO COMPLEXO TURISTICO DOS LAGOS								
3.3.90.30.00.00	010 MATERIAL DE CONSUMO	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,0000 %
3.3.90.36.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,0000 %
3.3.90.39.00.00	010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,0000 %
4.4.90.51.00.00	010 OBRAS E INSTALAÇÕES	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,0000 %
		5.000,00	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,0000 %**
	TOTAL DESPESAS	**24.046.959,00**	**1.691.002,00**	**1.606.337,64**	**24.131.623,36**	**1.527.784,58**	**5.844.932,09**	**18.286.691,27**	**24,2210 %**

MATUPÁ, 31 de dezembro de 2016

www.duralexsistemas.com.br OR 8391

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ 2017
MATO GROSSO

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO NO MÊS DE MARçO DE 2017 **Empenhadas** Página.: 18 de 18

Conta	TITULO	DESPESAS AUTORIZADAS				DESPESAS EMPENHADAS			Executado (%)
		Cred. Orçado	Suplementação	Redução	TOTAL	No Mês	Acumulações	Saldo a Executar	

Valter Miotto Ferreira
PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 006/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 006/2015.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente Instrumento público de Contrato de Prestação de Serviços, que regula-se pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, de conformidade com as seguintes Cláusulas:

O **SAEMI – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE** , Autarquia Municipal, com sede administrativa a Rua Ricardo Druzian Gallo nº 167 - Centro – nesta cidade de Mirassol D'Oeste/MT, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o número 07.745.657/0001-27, neste ato representada pelo Senhor Diretor Geral, **Sr. VALTER CESAR COUTINHO*, brasileiro, casado, portador do RG: 1385677-4 SSP/MT e CPF: 926.295.711-49***, residente e domiciliado nesta cidade de Mirassol D'Oeste/MT*,* adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa **ATAME – Assessoria, Consultoria e Planejamento Ltda**, inscrita com CNPJ n° **00.839.039/0001-05** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Tenente Coronel Duarte, 289, 2º. Andar, bairro Prainha, na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, neste ato representado pelo seu sócio diretor, **ILDO ADEMIR FACCIO**, brasileiro, solteiro, Contador, portador do RG 767.942 SSP/MT e CPF 468.475.531-20, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato de execução de serviços, conforme as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1– O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA EM CONTABILIDADE PÚBLICA, PROCESSOS LICITATÓRIOS E ROTINAS ADMINISTRATIVAS, EM CONFORMIDADE AO ESTIPULADO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO CONVITE Nº 002/2015,** que fica fazendo parte integrante deste contrato, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1– O presente contrato começa a contar prazo a partir desta data 17 de abril de 2017, pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado no interesse das partes por iguais e sucessivos períodos até o máximo previsto em Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

3.1– O objeto deste contrato será recebido definitivamente, após a verificação ou conferência dos dias efetivamente trabalhados, conforme inciso I do art.73 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA LICITAÇÃO

4.1– Para celebração do presente contrato foi instaurado procedimento licitatório na modalidade de Convite nº 002/2015, o qual a administração encontra – se estritamente vinculada ao seu edital e a proponente encontra – se vinculada à sua proposta e ao edital.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

5.1- As partes declaram sujeitas às normas da Lei 8.666/93, legislação posterior e cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - Receberá a **CONTRATADA** pelos serviços citados na Cláusula Primeira, a importância de e ***R$*26.100,00 *(vinte e seis mil e cem reais)***, valor bruto, a serem pagos mensalmente, distribuído por todo o Contrato, em 12 (doze) parcelas de **R$ 2.175,00 (dois mil cento e setenta e cinco reais).**

6.2 - O pagamento de cada parcela deverá ser realizado, impreterivelmente até o dia 10 de cada mês subsequente ao vencido.

6.3 – O valor do contrato é fixo e irreajustável, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública, por situações excepcionais imprevisíveis ou no caso de prorrogação que venham a comprometer seu equilíbrio financeiro.

6.4 – Caso haja fração de mês no início e no final do contrato o pagamento será efetuado proporcionalmente aos dias do mês correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRÉDITO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1– As despesas decorrentes deste contrato serão pagas com recursos orçamentários próprios e correrão por conta da dotação orçamentária nº **01.001.04.122.0001.2001.3390.35.00.00** da Administração do SAEMI, onerando o orçamento do ano de 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1 – Acatar as ordens da contratante efetuando os serviços nos locais indicados.

8.2 – Refazer às suas expensas os serviços executados em desacordo com o estabelecido no contrato.

8.3 – Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar, à administração ou a terceiros.

8.4 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela administração ou pelo seu preposto, garantindo – lhes acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços.

8.5 – Arcar com todos os encargos de natureza, trabalhista, previdenciária, tributária, acidentária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 – Prestar ao contratado todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

9.2 – Conferir os serviços efetivamente realizados, bem como efetuar os pagamentos devidos.

9.3 – Indicar o responsável para o acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem executados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 – Na hipótese de o **CONTRATADO** descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita a juízo da **CONTRATANTE**, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n º 8.666/93.

10.2 – A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as conseqüências previstas nos artigos 77 e 80 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 do mesmo diploma legal.

10.3 – A multa que se refere o inciso II do art.87 da Lei citada no item anterior será de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da respectiva nota de empenho.

10.4 – A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 1/3 (um terço) sobre o valor total da adjudicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 – A rescisão contratual poderá ser:

11.1.1 – Determinada por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93;

11.1.2 – Amigável por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração.

11.1.3 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 10.2.

11.1.4 – Constitui motivo para rescisão o previsto no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93.

11.1.5 – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93, sem haja culpa do **CONTRATADO**, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

11.1.6 – A rescisão contratual que trata o inciso I do artigo 78 acarreta as conseqüências previstas no artigo 80, inciso I a IV, ambos da Lei Federal n º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Mirassol D'Oeste – MT, para dirimir questões oriundas deste Contrato não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que outro seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – Os casos omissos serão solucionados com base no que dispõe a Lei Federal 8.666/93, suas alterações e também com base em leis municipais que versem sobre o assunto.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra – assinadas.

Mirassol D'Oeste - MT, 17 de Abril de 2017.

Contratante:

_____

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

Contratada:

_____

ATAME – Assessoria, Consultoria e Planejamento Ltda

CNPJ n° 00.839.039/0001-05

ILDO ADEMIR FACCIO

CPF 468.475.531-20

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 177 DE 12 DE ABRIL DE 2017

ALTERA PORTARIA Nº 105/2017 PARA EXONERAR E NOMEAR EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E, PARA CONCEDER NOVO PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS.

A Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, baseado nos Art. 84, Inciso IX e Art. 116, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e, considerando afastamento para tratamento de saúde de membro da comissão nomeada pela Portaria nº 105/2017,

R E S O L V E

Art. 1º - Exonerar o servidor **VALMIR RIBEIRO DA SILVA**, membro nomeado pela Portaria nº 105/2017 queInstaurou PROCESSO ADMINISTRATIVO, para apuração de responsabilidades quanto a paralisação e a não conclusão da obra de pavimentação asfáltica do Bairro Jardim Alvorada, vislumbrando possível descumprimento contratual perpetrado pela empresa CONSÓRSIO MIRASSOL MELHOR-SPE (Ipe-Coel), atinentes ao Contrato nº 061/2015.

Art. 2º - Nomear a servidora **FATIMA BORGHI MARTINS**, Agente Administrativo, Matrícula nº 572, em substituição ao servidor **VALMIR RIBEIRO DA SILVA**.

Art. 3º - O Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 105/2017, passa a vigorar composto pelos seguintes membros:

I - MARCOS ANTONIO DOS SANTOS, Técnico em Contabilidade, Matrícula nº 4025; Presidente;

II - IURI SEROR CUIABANO, Advogado, Matrícula nº 1215, e;

III - FATIMA BORGHI MARTINS, Agente Administrativo, Matrícula nº 572.

Art. 4º - Fica concedido novo prazo para apuração dos fatos, devendo a comissão exarar conclusão acerca do processo, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação desta portaria, podendo o referido prazo ser prorrogado por igual período, a contar da solicitação da comissão.

Art. 5º - Ficam ratificadas as demais disposições da Portaria nº 105/2017.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Interina, Sede Provisória do Paço Municipal, em 12 de abril de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeita Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 015/2017

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº **15/2017**, cujo Objeto é A **AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA EM BOTIJA DE 13 QUILOS, PARA ZONA RURAL E URBANA, PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES,** Cuja abertura ocorreu no dia 17/04/2017 as 14:00 hs, foi declarada ***FRACASSADA.***

Nobres, 17 de Abril de 2017.

Juliane Castro Pereira

Pregoeira Substituta

LICITAÇÃO
PREGAO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 022/2017

A da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 022/2017**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, abertura ocorrerá as 14:00hs do dia 02/05/2017, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, Cujo o Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, COM FORNECIMENTO CONTINUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT.** Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00h e das 13:00h as 17:00hs, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215. Nobres, 17 de abril de 2017. ***NADIR DA SILVA - Pregoeira***

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 004

Resolução nº004/2017

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social e Programa Bolsa Família, no uso de suas atribuições legais e com base no colegiado em reunião ordinária no dia dezessete do mês de abril de dois mil e dezessete.

No uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº224/2011 de 07 de junho de 2011

RESOLVE:

Art.(1º Aprovar o **PLANO DE AÇÃO CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO 2017)**

Art.(2º esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.)

NORTELANDIA- MT, 17 DE abril DE 2017

_____

Eva Benedita da Costa

Presidente do C.M.A.S

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 011/2017 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016 DA SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESPORTO E LAZER.

CONVOCA OS APROVADOS E CLASSIFICADOS PARA O CARGO DE PROFESSOR **E APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (**LIMPEZA E INFRA ESTRUTURA, **MERENDEIRA,** VIGIA, MOTORISTA E AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL**) DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA – MT, NO ANO LETIVO DE 2017, CONFORME PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016 E EDITAL N.º 006/2016.**

1. O Presente edital dispõe sobre a convocação dos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado 001/2016, para os cargos de Professor e **Apoio Administrativo Educacional** (Limpeza e Infra Estrutura, **Merendeira**, Vigia, Motorista, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil) das Escolas Municipais, para o ano letivo de 2017, conforme o Edital nº 006/2016.

2. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer no uso de suas atribuições legais e em cumprimento com o disposto na Lei Autorizativa Municipal 389/2016, e considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado - Edital 006/2016, torna público que convoca os aprovados constante da listagem abaixo, classificados para os cargos de Professor **e Apoio Administrativo Educacional (Limpeza e Infra Estrutura, Vigia, Motorista e Auxiliar de Desenvolvimento Infantil)**, para comparecer **até o dia 20/04/2017, das 8:00 às 12:00h, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer**, sito à Av. Nicolau Gomes de Souza, 1551, Bairro Novo Horizonte, Nortelândia – MT, munidos de todos os documentos listados abaixo, para a realização de Contrato por Tempo Determinado, nos cargos de Professor e **Apoio Administrativo Educacional** (Limpeza e Infra Estrutura, Vigia, **Merendeira**, Motorista, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil) das escolas da rede municipal, no período de 24.04.2017 à 22.12.2017, do ano letivo de 2017.

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA

CLASSIFICAÇÃO	N? INSC	CANDIDATO (A)	RG
02	253	Ilma Ferraz	889974

3 LISTAGEM DE DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

- RG e CPF, Título de Eleitor, Quitação Eleitoral, carteira de reservista, se do sexo masculino, comprovante de endereço, comprovante do grau de escolaridade (Atestado, Histórico ou Diploma), carteira de trabalho, número PIS/PASEP, cartão de vacina atualizado, número de agência e conta bancária e Certidão Negativa de Tributo Municipal, para todos os cargos, carteira de habilitação, curso de transporte escolar e certidão negativa criminal, no caso de motorista. Todos os documentos em 02 (duas) vias, 01 para o Departamento de Recursos Humanos e 01 para a escola Municipal em que for lotado.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nortelândia – MT, 17 de Abril de 2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDESPREFEITO MUNICIPALEDILEUSA OLIVEIRA DE SOUZASECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZERMARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPATSECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

Espécie: Inexigibilidade de Licitação

Objeto: CONTRATAÇÃO DO HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE SANTANA PARA PRESTAR OS SEVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 25, “caput”.

Processo: Inexigibilidade 029/2017

Cobertura Orçamentária: 04.001.10.302.0068.2036.3390390000

Valor: R$ 2.256.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil reais)

Autorização: em 17/04/2017, por Jossimar José Fernandes, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017

Aos 11 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 013/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **10/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o ***Registro de preço para futura e fracionada aquisição de equipamentos, softwares e serviços necessários à implementação de Sistema de Controle de Ponto por relógios de ponto, com leitura por biometria, com o sistema de leitura por proximidade de cartão,*** e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**CENTERMAC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME**	CNPJ:	**09.441.942/0001-80**		
Endereço:	Rua PAPA JOÃO XXIII	Nº:	580		
Bairro:	SETOR B	Cidade:	ALTA FLORESTA -MT	CEP:	78580-000
Representante Legal:	ADEMILDO DE OLIVEIRA GALLO	CPF:	681.598.709-49		
Email:	CENTERMAC@HOTMAIL.COM	Telefone:	(66) 3521-2846		

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	V. UNITARIO	VALOR TOTAL
1	356251	BOBINA PARA RELOGIO PONTO 300 MT	UNIDADE	60	HENRY	R$ 45,00	R$ 2.700,00
2	356253	INSTALACAO DO SISTEMA - SOFTWARE PARA LICENCA ADICIONAL	UNIDADE	1	PONTO SECULLUM 4	R$ 900,05	R$ 900,05
3	356252	INSTALACAO DO SISTEMA - SOFTWARE PARA LICENCA PRINCIPAL PARA TRATAMENTO DE PONTO PARA ATE 50 USUARIOS	UNIDADE	1	PONTO SECULLUM 4	R$ 900,00	R$ 900,00
4	356249	RELÓGIO PONTO COM LEITURA BIOMÉTRICA, CARTÕES DE PROXIMIDADE E SENHA VIA TECLADO.	UNIDADE	19	CONTROL ID	R$ 2.762,05	R$ 52.478,95
							R$ 56.979,00

Valor global: R$ 56.979,00 (Cinquenta e seis mil novecentos e setenta e nove reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-

los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de educação, com prazo de entrega não superior a **02 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os produtos devem obedecer criteriosamente às datas de validade não inferiores a sessenta (60) dias.

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes. Dever estar ausentes qualquer sujidade, parasitas, larvas, insetos, ou seja, isenta de organismos contaminantes.

5.10- As frutas, legumes e verduras devem estar grau de maturação ideal para manipulação e transporte, em boas condições de conservação, sem sinais de deterioração, sem manchas escuras, que indiquem bolor e apodrecimento, e outros sinais que indiquem estágio de apodrecimento. Devem estar firmes, sem partes amolecidas ou estragadas. Ou seja, devem estar em condições adequadas para o consumo

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 013/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n. º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso de a licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 03 - Secretaria de Administração – Natureza de despesa 449052000000-57.

Órgão: 03 - Secretaria de Administração – Natureza de despesa 339030000000-65.

Órgão: 03 - Secretaria de Administração – Natureza de despesa 339039000000-71.

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 449052000000-192.

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000-184.

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339039000000-189.

Órgão: 06 - Secretaria de Agricultura – Natureza de despesa 449052000000-255.

Órgão: 06 - Secretaria de Agricultura – Natureza de despesa 339030000000-261.

Órgão: 06 - Secretaria de Agricultura – Natureza de despesa 339039000000-264.

Órgão: 08 - Secretaria de Infra-Estrutura e Transportes – Natureza de despesa 449052000000-377.

Órgão: 08 - Secretaria de Infra-Estrutura e Transportes – Natureza de despesa 339030000000-362.

Órgão: 08 - Secretaria de Infra-Estrutura e Transportes – Natureza de despesa 339039000000-365.

Órgão: 09 - Secretaria de Assistência Social – Natureza de despesa 449052000000-408.

Órgão: 09 - Secretaria de Assistência Social – Natureza de despesa 339030000000-402.

Órgão: 09 - Secretaria de Assistência Social – Natureza de despesa 339039000000-405.

Órgão: 12 - Secretaria de Desporto e Lazer, Cult e Juv – Natureza de despesa 449052000000-541.

Órgão: 12 - Secretaria de Desporto e Lazer, Cult e Juv – Natureza de despesa 339030000000-517.

Órgão: 12 - Secretaria de Desporto e Lazer, Cult e Juv – Natureza de despesa 339039000000-522.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 013/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 11 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CENTERMAC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME

ADEMILDO DE OLIVEIRA GALLO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2017

OBJETO: **“**“**Contratação de Serviços de Reforma da Ponte sobre o Rio Córgão**”.

VALOR GLOBAL: R$ 25.703,01 (vinte e cinco mil, setecentos e três reais e um centavo).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso, I e IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: **JOSÉ ALVES DOS SANTOS ACABAMENTOS –ME,**

CNPJ n° 13.236.496/0001-49

HOMOLOGO.

Nova Brasilândia – MT, 04 de Abril, de 2017.

_____

Mauriza Augusta de Oliveira

PREFEITA MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: **TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2017**

TIPO: **MENOR PREÇO GLOBAL.**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público aos interessados que sagrou-se vencedora a empresa: C.R.G CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP para Tomada de Preços nº 001/2017 para o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS NO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA – MT, CONFORME O CONTRATO DE REPASSE Nº 0427/2007 FIRMADO ENTRE ESTE MUNICÍPIO E A FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE – FUNASA, cuja abertura ocorreu no dia 27 de março, de 2017, as 08:00 horas.

Preço Global: R$ 380.461,53 (trezentos e oitenta mil, quatrocentos e sessenta e um real e cinquenta e três centavos)

Nova Brasilândia – MT, 05 de abril, de 2017.

_____

NATALINA VILALVA DA MATA

Presidente da Comissão (CPL)

Portaria nº. 060/2017

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, para devidas publicações, pelo período de um mês.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2017 de 04/04/2017

De conformidade com o disposto no artigo 24, inciso I e inciso IV, da Lei Federal n° 8.666, bem como, Lei Municipal 582/2015 justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para “**Contratação de Serviços de Reforma da**

Ponte sobre o Rio Córgão",visando economicidade aos cofres públicos e atendimento a situação emergencial/urgencial do Município.

VALOR GLOBAL: R$ 25.703,01 (vinte e cinco mil, setecentos e três reais e um centavo)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso I e IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: **JOSÉ ALVES DOS SANTOS ACABAMENTOS –ME,** inscrita no CNPJ n° 13.236.496/0001-49.

Nova Brasilândia - MT, 04 de Abril, de 2017.

_____

Natalina Vilalva da Mata

Presidente da C.P.L

EXTRATO DO CONTRATO N°. 021/2017

OBJETO Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de reforma da Ponde de madeira sobre o Rio Corgão, no município de Nova Brasilândia, conforme especificações contidas no Projeto Básico.

VALOR GLOBAL: R$ 25.703,01 (vinte e cinco mil, setecentos e três reais e um centavo)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso I e IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: **JOSÉ ALVES DOS SANTOS ACABAMENTOS –ME,** inscrita no CNPJ n° 13.236.496/0001-49.

Vigência: 60 (sessenta) dias

Prazo de execução: 10 (dez) dias

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT.

Nova Brasilândia - MT, 04 de Abril, de 2017.

_____

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 014/2017

PREGÃO PRESENCIAL 006/2017

O Município de Nova Brasilândia – MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que o Pregão Presencial – SRP nº 006/2017 resultou **DESERTO**.

Para informações disponibilizamos o telefone (66) 3385-1277 (7h:00 – 11h:00 e 13h:00 – 17h:00) e o e-mail: licitacaonovabrasilândia@outlook.com.

Nova Brasilândia/MT, 16 de março de 2017.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2017

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2017

OBJETO: Contratação de assinatura anual para acesso aos serviços do Sistema Banco de Preços - ferramentas de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública.

VALOR GLOBAL: R$ 5.990,00 (Cinco Mil Novecentos e Noventa Reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso, II da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: **NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTD,**

CNPJ n° **07.797.967/0001-95**

HOMOLOGO.

Nova Brasilândia – MT, 27 de Março de 2017.

_____

Mauriza Augusta de Oliveira

PREFEITA MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO - EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE PROJETOS EM ANDAMENTO – LDO 2018

RETIFICAÇÃO - EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE PROJETOS EM ANDAMENTO – LDO 2018

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita do Município de Nova Brasilândia, no uso de suas atribuições legais, Realiza a Publicação do Relatório do Projeto em Andamento – LDO 2018.

ANEXO XI

Demonstrativo da Priorização de recursos para obras em andamento encaminhados ao Poder Legislativo e Custos Programados para conservação do Patrimônio (lc 101,art.45)

IDENTIFICAÇÃO	CUSTO TOTAL DA OBRA	SITUAÇÃO
OBRAS EM ANDAMENTO		
1- Sistema de Esgotamento Sanitário	R$ 2.525.773,20	Em Processo de licitação
2 - Sistema de Abastecimento de Água	R$ 412.371,15	Em Processo de licitação
3 - Melhorias Sanitárias Domiciliares	R$ 567.998,78	Em Andamento
4 - Recuperação Estradas Vicinais - Fica Faca	R$ 669.711,84	Em processo de Aprovação Projeto
6 - Pavimentação Asfáltica: Ruas e Avenidas	R$ 299.000,00	Em Andamento
7 - Pavimentação e Drenagem: Bairro Boa Vista	R$ 497.449,00	Em Andamento
9 - Requalificação UBS - Lote 11	R$ 188.250,00	Em processo de Aprovação Projeto
10 - Requalificação UBS - Santa Rosa	R$ 169.950,00	Em processo de Aprovação Projeto
12 - Pavimentação Asfáltica - Peresópolis	R$ 403.790,32	Em Andamento
13- Feira Municipal do Produtor	R$ 492.551,00	Em processo de Aprovação Projeto
TOTAL	**R$ 6.626.845,29**	

NOVA BRASILANDIA - MT, 17 de Abril de 2017

Mauriza Agusta de Oliveira

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N°. 19/2017

EXTRATO DO CONTRATO N°. 19/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

CONTRATADO: **NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA**

CNPJ Nº 07.797.967/0001-95

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE LAVA JATO E SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTE MUNICIPIO.**

VALOR: R$ 5.990,00 (cinco mil novecentos e noventa reais)

VIGENCIA: 27 de março de 2017.

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações

Prefeita Municipal: MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

Objeto	Locação de Software para orçamentação eletrônica denominada "SISTEMA AUDATEX" para peças e serviços destinados ao contrato de manutenção de máquinas e veículos da frota Municipal
Favorecido	Audatex Brasil Serviços
Prazo de Execução	12 meses
Valor global	R$ 7.992,00 (sete mil novecentos e noventa e dois reais)
Fundamento Legal	Artigo 25, I da Lei nº 8.666/93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação nº 001/2017 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/2013 e suas atualizações.

NOVA BRASILÂNDIA, 05 DE ABRIL DE 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N°. 22/2017

EXTRATO DO CONTRATO N°. 22/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

CONTRATADO: **C.R.G CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP**

CNPJ Nº 14.936.115/0001-05

OBJETO: **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS NO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA – MT, CONFORME O TERMO DE COMPROMISSO Nº 0427/2007 FIRMADO ENTRE ESTE MUNICÍPIO E A FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE – FUNASA.**

VALOR: R$ 435.310,63 (quatrocentos e trinta e cinco mil e setenta e três reais e dez centavos)

VIGENCIA: 06 de abril de 2017.

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

Prefeita Municipal: MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.º 021/17/SMA/PMNG

PROCESSO N.º 332/2017.

PRAZO: 07/04/17 A 31/12/17

CONTRATADA: LEONARDO ANTONIO LORENZON

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE INSTRUTOR DE ESPORTES, PELO PERÍODO DE 40:00 H (QUARENTA HORAS) SEMANAIS, COM O OBJETIVO DE AUXILIAR OS TREINAMENTOS DOS ALUNOS QUE PARTICIPARÃO DOS JOGOS ESCOLARES NO EXERCÍCIO DE 2017.

VALOR R$ 10.560,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.36.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 27.812.0015.2071.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº. 22/17/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 226/2017

PRAZO: 17/04/2017 A 31/12/2017

CONTRATADA: C. M. NUNES ALVES ME

OBJETO: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA OBJETIVANDO O MENOR PREÇO/ GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS, EM ATENDIMENTO AS SECRETÁRIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, OBRAS E AGRICULTURA, SAÚDE, EDUCAÇÃO DESPORTO E LAZER NO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA – MT

VALOR: R$ 206.398,45 (GLOBAL)

DOTAÇÃO:

03 001 04 122 0001 2040 339039000000- COD 37

04 001 08 122 0008 2081 339039000000- COD 89

05 001 04 122 0003 2036 339039000000- COD 125

06 001 10 122 0011 2037 339039000000- COD 201

07 001 12 361 0013 2034 339039000000- COD 253

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 157/2017 DATA: 17 DE ABRIL 2017.
EMENTA: NOMEIA A SR.ª. LENITA LINS DA LUZ , PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE "CHEFE DE SEÇÃO " DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT. JUVENA

EMENTA: NOMEIA A Sr.ª. **LENITA LINS DA LUZ ,** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE "**CHEFE DE SEÇÃO "**DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Nomeia a partir do dia 17

de ABRIL de 2017 a Srª**LENITA LINS DA LUZ,** portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº 1074348-0 **SSP/MT** cadastrado no CPF nº**975967791-15**, para exercer o cargo em comissão de "**CHEFE DE SEÇAO** *"* lotado na Secretaria Municipal de Administração do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - As atribuições do cargo são previstas em Lei e restritas a elas, devendo o nomeado agir com total dedicação e responsabilidade de suas funções.

Art. 3º - A remuneração do funcionário ora nomeado será de acordo com fulcro nas Leis Nº **725/2016**.

Art. 4º - O nomeado tomará posse imediatamente após registro e a publicação da presente Portaria.

Parágrafo Único - O ocupante do cargo, de que trata esta Portaria no ato de sua posse fará a entrega ao setor Administrativo de Pessoal a sua declaração de bens e valores, para fins de direito.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 17/04/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA - MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei**.**

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO E REABERTURA DE PRAZO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL. AComissão Permanente de Licitação, torna público que deu por deserto o certame por não comparecimento de interessados, se fará novamente a abertura da sessão às **09:00HS**, no dia **27/04/2017**. Na sede da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia na Av. Tiradentes, nº211N – Bairro Centro – Nova Marilândia- MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA, conf. Resolução/CD/FNDE n 38, de 16 de Julho de 2009, e nos termos da Lei 8. 666/93, da Lei 10.520/2002 e Lei 11.947/2009**.**

NOVA MARILANDIA – MT EM 17 de abril de 2017.

GEORGE ULBERG DANTAS - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PROCURADORIA JURIDÍCA
LEI Nº 908/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017

Súmula: "Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, alterações de salário do cargo efetivo de mecânico de máquinas pesadas e alteração da nomenclatura de cargo no Município de Nova Maringá e dá outras providências"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 47. IV da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados os cargos efetivos de Operador de Motoniveladora e Agente de Cozinha na Lei Municipal nº 217/2001, ficando acrescido ao Anexo X, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO X – QUADRO DE CARGOS EFETIVOS				
Quantidade	Denominação	Requisitos Exigidos	CHS	Salário
01	Operador de Motoniveladora	Alfabetização e Carteira Nacional de Habilitação C ou D	44 horas	R$ 2. 824,50
02	Agente de Cozinha	Alfabetização	44 horas	R$ 937,00

Art. 2º- Fica alterado o salários de mecânico de máquinas pesadas constante no anexo X da Lei Municipal nº 217/2001, que passara a vigorar com a seguinte redação.

ANEXO X – QUADRO DE CARGOS EFETIVOS				
Quantidade	Denominação	Requisitos Exigidos	CHS	Salário
01	Mecânico de Maquinas Pesadas	Alfabetização	44 horas	R$ 3. 000,00

Art. 3º - Fica alterada a nomenclatura do cargo efetivo de **Agente de Fiscalização Sanitária,** criado pela Lei Municipal nº 253/2002 (anexo I) e inserido no Anexo X da Lei Municipal nº 217/2001, passando a denominar-se **FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.**

Art. 4º - Os demais cargos, valores e itens do Anexo X da Lei Municipal 217/2001 permanecem inalterados.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 13 de abril de 2017.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDÍCA
LEI Nº 907/2017, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Súmula: "Dispõe sobre o nome da Praça localizada no Centro do Distrito de Brianorte e dá outras providências."

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 47. IV da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de **"Raquel Franci Tessari"** a Praça**,** situada na confluência da Avenida Pedro Coelho Portilho e Rua Angelo Tessari no Centro do distrito de Brianorte.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 12 de abril de 2017.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

DECRETO Nº 1673 DE 12 DE ABRIL DE 2.017.

"Dispõe sobre a recondução de membros para compor o Conselho Municipal Saúde de Nova Nazaré e da outras providências".

GOVERNAMENTAL:

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Geroni Bueno Camargo. RG: 764.760 SSP/GO CPF: 168.167. 221-91

Suplente: Donizete Alves de Oliveira. RG: 999.627/SSP/MT CPF: 650. 593.871-00

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Cleiry Lilian Silva. RG: 2026842-4 CPF: 821.056.181-20

Suplente: Marcia Rodrigues Ciríaco Ribeiro. RG: 2615875 CPF: 471. 950.611-91

Representante da Secretaria de administração

Titular: Eder Pereira da Silva RG: 481.7932 DGPC/GO CPF: 009.121. 251-01

Suplente: Ana Paula Arantes da Rocha RG: 24303933/SSP/MT CPF: 053.617.521-77

Representantes dos Agentes Comunitários de Saúde Ambientais:

Titular: Claudete dos Santos de Paula RG: 3720432-SSP/GO CPF: 867008391-49

Suplente: Flaviana Aparecida de Moraes Campos RG: 31155083-9 CPF: 016.877.591-38 RG: 31155083-9

Representantes dos Funcionários do Centro Municipal de Saúde e PSF Nova Nazaré:

Titular: Generilda Gomes dos Santos. RG: 992216 CPF: 873.644.501-06

Suplente: Jaqueline Pereira de Souza RG:152.531.98 CPF:020. 080-981-41

Representantes dos Prestadores de Serviço da Saúde de Nova Nazaré:

Titular: Laila Xavier Faria**. RG:** 428.3304 DGPC/GO **CPF:** 933.648.221-15

Suplente: Clevia Teixeira dos Santos. RG: 1070382-9 CPF: 138.595. 031-20

SOCIEDADE CIVIL

Representante da Igreja Adventista do 7º dia

Titular: Inês Antônia Rodrigues Batista RG: 2430237-6 CPF: 766.763. 071- 20

Suplente: Nilton Eusébio Nascimento RG: 394877-6 CPF: 713.855. 171-15

Representante da Associação das Mulheres

Titular:Deigimar Bueno Pereira. RG: 4013762/ SSP/GO CPF: 909.637. 251-49.

Suplente: Rosilene Alves Ferreira CPF: 773.945.851-15 Representante do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Nova Nazaré

Titular: Valdete Alves de Oliveira. CPF: 650.597.001-00 RG: 994276

Suplente: Iolanda Laura da Souza RG: 2099352-8/SSP/MT CPF: 031.398. 561-80

Representante da Igreja Católica

Titular: Eliene Alves Carneiro Moser RG: 1580395-3 CPF: 021.987. 651-79

Suplente: Severina Nazário da Rocha RG: 14527363 CPF: 042.805. 258-46

Representante da Igreja Assembleia de Deus Madureira

Titular: Aníbal Felix dos Santos RG: 1285510-3 CPF : 881.958.801-00

Suplente: Valdemir Barbosa. RG: 518198SSP/MT CPF: 362.558.231-72

Representante da Secretaria de Agricultura.

Titular: Guilherme Barbosa dos Santos RG: 16762533/SEJUSP/MT CPF: 010.406.511-78

Suplente: Marcio Jose Campos de Azevedo RG: 1285523-5/SSP/SP CPF: 028.891.798-77

Representante da Secretaria de Assuntos Indígenas.

Titular: Marcia Ferreira Coelho Alves Maracaipe RG: 131.50197/SSP/ MT CPF: 006.402.001-09

Suplente: Nilza Rosa Giacomini RG: 13151169 CPF: 604.762.220-87

Representantes Indígenas.

Titular: Darci Rudza NE Pemra Xavante RG: 2198613-4 SSP/MT CPF: 034.502.391-98

Suplente: Daniel Tserewá O´mowe Xavante

Art. 2º. –Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário, em especial ao Decreto de n° **1597 de 18 de Novembro de 2.016.**

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Nazaré – MT aos 12 dias do mês de Abril de 2.017.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

	ATESTADO DE CREDENCIAMENTO		
Ente Federativo	Prefeitura Municipal de Nova Nazaré	**CNPJ**	04.202. 208/ 0001-71
Unidade Gestora do RPPS	PREVI-NAZARÉ Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Nazaré	**CNPJ**	05.301. 456/ 0001-05
Instituição Administradora			
Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	**CNPJ**	00.360. 305/ 0001-04
Número do Termo de Análise de Credenciamento	Nº 001/2017		
Data do Termo de Análise de Credenciamento	03/04/2017		
Instituição Gestora			
Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	**CNPJ**	00.360. 305/ 0001-04
Número do Termo de Análise de Credenciamento	Nº001/2017		
Data do Termo de Análise de Credenciamento	03/04/2017		
Outros			
Razão Social		**CNPJ**	

Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Parecer final quanto ao credenciamento da(s) Instituições(s):	Atesto, que a Instituição financeira Caixa Econômica Federal Entregou no prazo determinado toda documentação exigida no Edital. Documentos gerais, habilitação jurídica, regularidade fiscal, tributária, qualificação técnica e documentos do fundo (Histórico, volume e lâmina) e os Anexos I ao IX devidamente assinados e autenticados.		
Classe(s) de Fundo(s) de Investimento que as Instituições foram credenciadas para administração ou gestão de recursos alocados pelo RPPS (Resolução CMN nº 3.922/2010):			

Fundo(s) de Investimento Analisado(s)	**CNPJ**	**Data da Análise**	
CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF	10.740.670/0001-06	31/03/201.	

Data			
Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**
NOME	**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA**	**014.303.071-02**	
NOME	**GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA**	**550.239.241-49**	
NOME	**Outros**		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DECRETO MUNICIPAL Nº 024 DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO NO ÂMBITO O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Orgânica do MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA, e as normas Constitucionais vigentes:

CONSIDERANDO as inconsistências encontradas no Edital SMS n. 02/2017 do Processo Seletivo Simplificado de contratação de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias;

CONSIDERANDO que é compromisso da atual gestão municipal de zelar pelos princípios constitucionais que norteiam a administração pública;

CONSIDERANDO o Enunciado da seguinte Súmula d STF n. 346 : A Administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

CONSIDERANDO que a Administração Pública pode anular seus atos administrativos quando eivados de vícios que os tornem anuláveis, por não originarem direitos,

CONSIDERANDO que não houve cobrança de "taxa de inscrição" dos interessados na inscrição do Processo Seletivo Simplificado;

Decreta:

Art. 1º - Fica ANULADO o Edital SMS n. 02/2017 do Processo Seletivo Simplificado de contratação de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, que deverá ocorrer com divulgação no mural da Prefeitura Municipal e publicação em Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso;

Art. 3º - Este Decreto retroagirá seus efeitos à data de 16 de março de 2017, quando da publicação do Edital.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia - MT, aos 13 dias do mês de abril de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

JOÃO SARTORI

Secretário Municipal de Administração

DECRETO MUNICIPAL Nº. 023 DE 13 DE ABRIL DE 2017.

QUE ALTERA PRAZO DE VENCIMENTO PARA PAGAMENTO DO IPTU 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, NA FORMA DA LEI E PRESCRITAS NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica prorrogado para o dia **12 de maio de 2.017**, o prazo de vencimento para pagamento do **IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano,** podendo o contribuinte optar pelo pagamento em **04 (quatro) parcelas mensais**, **com vencimento em 12 de maio de 2.017, 12 de junho de 2.017, 12 de julho de 2017 e 11 de agosto de 2017.**

Art. 2º - O pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano efetuado até 12 de maio de 2017, em cota única, gozará de 25% (vinte e cinco) por cento de desconto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial no **Decreto Municipal nº. 010 de 15 de fevereiro de 2017.**

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 13 dias do mês abril de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

JOÃO SARTORI

Secretário Mun. de Administração

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 194 DE 10 DE ABRIL DE 2017.

QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE NOVA OLÍMPIA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO INERENTES POR LEI.

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam nomeados como Membros do Conselho de Alimentação Escolar de Nova Olímpia-MT, para o Quadriênio conforme Resolução CD/FNDE Nº 26/2013, compreendido **o período de 17/04/2017 a 17/04/2020,** nos termos da Lei Municipal nº 463/2001, e alterações promovidas pela Lei Municipal nº 984/2013 os abaixo relacionados :

REPRESENTAÇÃO	NOME COMPLETO	CPF
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	Vilmar Rodrigues Ferreira – Titular Suzany Passarello Araújo – Suplente	010.422.501-70 514.424.001-10
TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	José dos Santos Pereira Farias – Titular Madir Alves Rocha – Titular Adriana Batista – Suplente Silvanir Felizardo de Lima – Suplente	496.243.691-00 206.512.361-34 799.314.131-15 781.873.111-34
PAIS DE ALUNOS	Marilete Fátima Maziero Diell – Titular Andréia Aparecida M. de Souza – Titular Claudia Regina de Souza – Suplente Luzimar Aparecida da Silva – Suplente	777.046.141-34 000.845.201-67 468.588.811-15 939.180.031-91
ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS	Thereza Thomazia A. B. de Lima– Titular Nilva Ramos Soares – Titular Evanir Cândida Augusta – Suplente Jucilaine Vilarinho de Almeida – Suplente	019.630.351-60 593.135.521-91 593.495.571-34 488.473.301-06

Art. 2º - Os Membros do Conselho de Alimentação Escolar de Nova Olímpia-MT, não serão remunerados, devendo os serviços serem considerados de relevante interesse Público.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, em 10 de abril de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DA SESSAO DA TOMADA DE PREÇOS 001/2017/PMNO.

Às oito horas do dia treze abril de dois mil e dezessete na sala de reuniões do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, reuniram-se os membros da CPL nomeados pela Portaria 075/2017, para dar providencias a tomada de preços 001/2017 cujo objeto trata-se da **contratação de agencia de publicidade e propaganda para o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa a distribuição de publicidade em mídia imprensa radio, som automotivo, mídia eletrônica, criação de campanhas aos veículos de comunicação, publicação no diário oficial, jornal de grande circulação da região e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º. da Lei 12.232/10, objetivando promover a divulgação Das ações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT.** Compareceu para sessão a empresa **AGENCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA GC LTDA -EPP**, cadastrada no CNPJ 23.718215/0001-48, neste ato representada pelo Senhor Raimundo Nonato Souza Ferreira, portador do documento de identidade RG sob número1143450-3. Fica convocado as empresas apresentar as novos propostas de acordo com **Art 48**. **Lei 8.666/93, rege : *"§ 3º* .** Comunico aos licitantes que a sessão será realizada no dia vinte e oito de abril de dois mil e dezessete para entrega de novas propostas.

Nova Olímpia/MT 13 de abril de 2017.

ANDRESSA NADIA ALENCAR ALVES

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

LEI Nº 754/2017

LEI Nº 754/2017

DATA: 22 DE MARÇO DE 2017.

SÚMULA: AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A INDENIZAR PELAS BENFEITORIAS PARA DESOCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA.

VALDENIR JOSE DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Nova Ubiratã a proceder o pagamento do valor de R$- 20.000,00 (vinte mil reais) ao Sr. Paulo Cesar Rodrigues, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF nº 046.135.678-31, em 05 (cinco) parcelas mensais e consecutivas

Art. 2º - O valor do pagamento à Paulo Cesar Rodrigues refere-se à transmissão de 01 (um) lote nº 16 da Quadra nº01, do Bairro Jardim Primavera, com 15x40 metros quadrados que pertence a Paulo Cesar Rodrigues para Nelci Pereira Cavalheiro.

Art. 3º- Esta autorização é o pagamento final da indenização das benfeitorias existentes do imóvel Rua Leste n.º 1.180, Centro, Quadra 44, lote 14 de propriedade do senhor Nelci Pereira Cavalheiro, por erro de medição de profissional contratado pelo município quando da criação do loteamento, o que resultou às benfeitorias sobre a calçada e a rua, causando transtorno e interrupção da mesma.

Art. 4º - Em contra partida, poderá o município proceder à desobstrução da Rua Leste, retirando todas as benfeitorias do lote 14 da Quadra 44 que estão adentrando na rua e na calçada.

Art.5º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, r*evogam-se as disposições em contrário.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, aos 22 dias do mês de Março de 2017.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto n° 001/2013

ATA 001/2017 - CONSELHO MUNICIPAL FUNDO DE TRANSPORTES E HABITAÇÃO - FETHAB - NOVA UBIRATÃ

Ata 001/2017

Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h00min, no gabinete do Prefeito de Nova Ubiratã, MT, realizou-se a reunião para aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal do Fundo de Transportes e Habitação – FETHAB. Presente os membros indicados através do ofício das respectivas entidades conforme Lei 752/2017 de sete de março de dois mil e dezessete, sendo eles: representante Cooperativa Agropecuária de Nova Ubiratã, Sr. Dilson Pedro Goi, representante Sindicato dos Produtores Rurais de Nova Ubiratã Sr. Fabio Luis Bratz, representante Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Ubiratã Sra. Franciele Markoski de Assis, representantes da Câmara Municipal Srs. Heder Sais Ma-

chado e Ney de Paula Teixeira, representantes do Executivo Srs. Paulo Cesar Centurião, Adilson Luiz da Silva, Otair Gonçalves dos Santos, Kamila Castelini Ruiz e o Presidente do Conselho e Secretario de Obras Sr. Cosmen Brito de Souza. O Prefeito Municipal Valdenir José dos Santos acompanhou a reunião e desejou que neste ano seja realizado um bom trabalho e frisou ser muito importante o trabalho do Conselho para fiscalizar e acompanhar os recursos recebidos. Abertura da reunião, o Presidente deu início agradecendo a presença de todos na primeira reunião após aprovação da Lei que oficializou a criação do Conselho, foi feita a leitura do Regimento Interno e após alguns questionamentos o presidente esclareceu as duvidas de todos, foi explanado que conforme instruções da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) haverá alteração na composição dos membros do Conselho e que o município está se adequando as legislações vigentes. Não havendo mais nada a ser tratado, o presidente encerrou a sessão agradecendo a presença de todos e após lida ata segue assinada pelo presidente e demais membros do Conselho. Fica registrado ainda que o Secretário Executivo do Conselho, conforme artigo 3º§1º indicado pelos Conselheiros membros foi a representante do Executivo, Kamila Castelini Ruiz, por fim encerrada ficou aprovado o regimento interno do Conselho Municipal do Fundo de Transportes e Habitação – FeTHAB. Eu Kamila Castelini Ruiz redigi e seguiu assinada por todos os membros presentes.

LEI Nº 755/2017.

LEI Nº 755/2017.

DATA: 22 DE MARÇO DE 2017.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL, AMBIENTAL, TURÍSTICO E CULTURAL ALTO TELES PIRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei**:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros mediante Contrato de Rateio ao **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL, TURÍSTICO E CULTURAL ALTO TELES PIRES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.952.135/0001-69, estabelecido na Av. Natalino João Brescansin, 1.095, sala 03, Centro – Sorriso/MT.

Art. 2º - O valor estimado dos recursos financeiros a serem repassados é de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), pagos em 10 (dez) parcelas de R$ 3.000,00 (Três mil reais) cada, repassadas diretamente à beneficiária, na forma de contrato a ser celebrado entre as partes.

Parágrafo único – O valor das parcelas a serem repassadas, terão como finalidade de auxiliar a entidade no pagamento de despesas diversas, tais como: 319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas; 319013.00 - Obrigações Patronais (INSS, FGTS); 339039-00 - Outros Serviços - Pessoa Jurídica; 339036-00 - Outros Serviços – Pessoa Física; 339014-00 – Diárias; 339030-00 - Material de Consumo; 449052-00 - Equipamentos Permanentes; 449051-00 – Obras; 339047-00 – Obrigações Tributarias (PASEP).

Art. 3º - O objeto do Contrato é atender o disposto no Protocolo de Intenções que criou o consórcio em conformidade com a Lei Federal nº 11.107/2005, bem como, conforme Ata da Assembléia Geral 04/2015 de 14/12/2015, que definiu o valor do repasse.

Art. 4º - Para atender as despesas de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente para o presente exercício, à seguinte conta:

03.001.04.122.0006.1002.3350.4100.0022 – Contribuições

Art. 5º - *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2017..*

Art. 6º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE MARÇO DE 2017.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto n° 001/2013

CONTRATO DE RATEIO N.º XX/2017

TERMO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL, AMBIENTAL, TURISTICO E CULTURAL ALTO TELES PIRES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT.

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Turístico e Cultural Alto Teles Pires – MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa situada á Avenida Natalino João Brescansin, 1.095 sala 03, Centro - Sorriso-MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.952.135/0001-69, neste ato representado pelo seu Presidente interino Dilceu Rossato, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 289.602.220-20 e do RG 8025364244 residente Rua do Descobrimento, Quadra 7, Lote 152 - 153, Condomínio Porto Seguro, Recanto dos Pássaros, prefeito de Sorriso/MT, designado neste ato como sendo CONTRATADO e de outro lado o Município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.614.521/0001-00 nesta cidade, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Valdenir José dos Santos portador do RG nº 839305 SSP/MT e do CPF: 534.896.161-20, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, resolvem, celebrar o presente instrumento que será regido pela Lei nº 8.666/93, Leis Municipais autorizativas, Protocolo de Intenções que Criou o Consócio na Conformidade da Lei Federal n. 11.107/2005, e pelas seguintes cláusulas e condições a seguir

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - Constitui objeto o presente termo á consecução das ações previstas na Lei Municipal nº. xxxx/xxxxx e em consonância com o Titulo I, Art. 3º do Protocolo de Intenções que Criou o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL TURÍSTICO E CULTURAL ALTO TELES PIRES, mediante repasses de recursos financeiros, conforme consignado no art. 36 do protocolo de intenções.

CLÁUSULA SEGUNDO – DA FONTE DE RECURSOS – O recurso a ser repassado ao Consórcio é equivalente a recursos próprios do Tesouro Municipal, no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), integral ao Orçamento de 2016, através da resolução 005/2015, conforme aprovação da Ata de Assembleia Geral 04/2015 do dia 14 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – REPASSE DOS RECURSOS – Os recursos serão liberados de acordo com os valores recebidos e repassados pelo MUNICÍPIO CONTRATANTE AO CONTRATADO, até o dia 30 de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA – As despesas decorrentes deste ato, correrá á conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício, em Dotação Orçamentária própria.

Dotação	Valor Mensal	Valor Total
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 1.150,00	R$ 13.800,00
319013.00 - Obrigações Patronais (INSS, FGTS)	R$ 350,00	R$ 4.200,00
339039-00 - Outros Serviços - Pessoa Jurídica	R$ 620,00	R$ 7.440,00
339036-00 - Outros Serviços – Pessoa Física	R$ 85,00	R$ 1.020,00

339014-00 - Diárias	R$ 35,00	R$ 420,00
339030-00 - Material de Consumo	R$ 110,00	R$ 1.320,00
449052-00 - Equipamentos Permanentes	R$ 120,00	R$ 1.440,00
449051-00 - Obras	R$ 5,00	R$ 60,00
339047-00 – Obrigações Tributarias (PASEP)	R$ 25,00	R$ 300,00
TOTAL	**R$ 2.500,00**	**R$ 30.000,00**

Órgão -

Unidade –

Função -

Funcional -

Cód. xx.xxx.xxxx.xxx.xxxxxxxxx

Cód. xx.xxx.xxxx.xxx.xxxxxxxxx

Cód. xx.xxx.xxxx.xxx.xxxxxxxxx

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGENCIA – A vigência deste Contrato será de 1º/01/2016 até 31/12/2016.

CLÁUSULA SEXTA – DA APLICAÇÃO DOS SALDOS – O saldo em conta corrente em favor da contratado decorrente do presente Contrato, será destinado ás despesas de que tratam o presente Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS E DESPESAS – Os documentos de despesa tais como: boleto de cobrança bancária ou recibos deverão ser emitidos em favor do contratado sem emendas ou rasuras exceto contas de água, energia e telefone estejam cadastrados nos órgãos arrecadadores em nome de terceiros e que estejam em poder da administração do Consórcio.

CLÁUSULA OITAVA – DOS SALDOS NÃO UTILIZADOS NO MÊS – Caso não seja utilizado os recursos liberados no mês em sua totalidade, a Secretaria Executiva do Consórcio poderá utilizá-lo no mês seguinte.

CLAÚSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

1º Compete a Prefeitura:

a) Repassar os recursos na forma da cláusula quarta, até o último dia útil de cada mês.

b) Acompanhar e fiscalizar a realização deste Contrato.

2º Compete ao Contratado:

a) Aplicar os recursos financeiros dentro dos objetivos propostos, e em estrita obediência ao Estatuto do Consórcio.

b) Fazer prestação de contas conforme o estabelecido pelo Estatuto de Consórcio.

c) Manter sob sua guarda os documentos de despesas.

d) Movimentar conta especifica para os recursos ora contratados em Instituição Oficial de Crédito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES – Será objeto de termo aditivo qualquer alteração necessária pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FÓRUM – Fica eleito o foro da Comarca de Sorriso – MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrente do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo e contratados assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas (02) testemunhas.

xxxxxxxxxxxxx – MT, xxxxxxxxxxxxxxxxxx

DILCEU ROSSATO

PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO

PRESIDENTE DO CONSÓRCIO

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

TESTEMUNHAS:

1º_____

XXXXXXXXXXXX.

CPF: XXX.XXX.XX-XX

2º_____

XXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXX

LEI Nº 753/2017 DATA: 22 DE MARÇO DE 2017.

LEI Nº 753/2017

DATA: 22 DE MARÇO DE 2017.

SÚMULA: "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por tendência de excesso de arrecadação, no valor de até R$. 2.198.173,69,, nos termos do Artigo 43, Parágrafo 1º, **II, 2º** da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço de dotação consignada no Orçamento vigente para o presente exercício.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.001.12.361.0017.1010.4490.5100.0093 – Obras e Instalações R$. 80.000,00

05.002.12.365.0020.1019.4490.5100.0114 – Obras e Instalações R$. 2.013.173,69

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES LAZER

14.001.27.812.0041.1039.4490.5100.0331 – Obras e Instalações R$. 105.000,00

TOTAL R$. 2.198.173,69

Art. 2º - Para fazer face ao Credito Autorizado no Artigo Anterior desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de excesso de arrecadação, oriundo de convênio, conforme descrito abaixo.

TERMO DE CONVÊNIO Nº - 1379/2016 – Celebrado entre a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Estado das Cidades - SECID, construção da cobertura da quadra de esporte da Escola Municipal Pedro Alvares Cabral no Distrito de Santa Terezinha neste Município.

Valor do Termo de Convênio R$. 80.000,00

TERMO DE CONVÊNIO Nº - 1356/2016 – Celebrado entre a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Estado das Cidades - SECID, revitalização da Praça do Ginásio de Esporte Jonas Pinheiro, com paisagismo, edificações de banheiros públicos e construção de uma pista de skate.

Valor do Termo de Convênio R$. 105.000,00

TERMO DE COMPROMISSO PAC2 Nº 9196/2014/FNDE – Construção da Creche Municipal – CMEI DOIS PINHEIRO – Jardim Primavera – Sede do Município.

Valor de Termo de Compromisso R$. 2.013.173,69

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 22 de março de 2017.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto n° 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2017

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**NEVES VEICULOS EIRELI**, Inscrita no CNPJ nº 24.710.993/0001-53. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, ZERO QUILÔMETRO, TIPO CAMINHONETE FECHADA - SUV, CAPACIDADE PARA 7 (SETE) LUGARES, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL 200 CV, TECNOLOGIA DE SEGURANÇA AVANÇADA, ONSTAR, CÂMBIO AUTOMÁTICO, BANCOS DE COURO, NA COR PRETA, ANO E MODELO 2017/2017.** O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

ORDEM DE REINICIO DE SERVIÇO

O Município de Nova Xavantina, MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CPPJ 15.024.045.0001-73, com sede administrativa na Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, setor Xavantina, em Nova Xavantina, MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal João Batista Vaz da Silva, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 282.509.151-00 e no RG 1392532 SSPGO, residente e domiciliado na Rua Santarém, nº 250, Centro, em Nova Xavantina, MT, solicita a empresa MONUMENTAL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 05. 436.833.0001-13, a iniciar de imediato a CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NA AGROVILA BANCO SAFRA, em Nova Xavantina, MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2017

DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, Sr. **Silvano Pereira Neves**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, **CONVOCA** em caráter Emergencial a candidata classificada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016 realizado em 10 de julho de 2016, para comparecer no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, no horário de 7:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00h, apresentando os documentos de habilitação relacionados no Anexo I deste edital, bem como realizar exames médico admissional nos termos dos Anexos II e III deste edital, a fim de ser nomeada no respectivo cargo, no prazo acima estabelecido.

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	NOTA
Elia Alves Miguel	**Serviços Gerais**	**1ª classificada**	**90,00**

Para a realização dos exames médico admissional a candidata classificada, conforme lista acima, domiciliada neste município deverá apresentar-se no PSF.

Sê domiciliada em outra unidade da federação deverá realizar os exames médico admissional perante qualquer médico devidamente registrado no CRM (Conselho Regional de Medicina).

A candidata convocada deverá submeter-se aos exames enumerados no ANEXO II e apresentar atestado médico conforme o ANEXO III.

Será considerada desistente perdendo a vaga respectiva, a não apresentação no prazo fixado por este edital; não apresentação para posse no prazo fixado; não comprovação dos requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo a Prefeitura Municipal Novo Horizonte do Norte/MT, convocar o (a) candidato (a) classificado (a) na colocação subseqüente.

Novo Horizonte do Norte/MT, 17 de março de 2017.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

ANEXO I

Apresentar em cópia

Carteira de Identidade (RG).

Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Título de Eleitor

Certidão de Nascimento ou Casamento (se casado, cópia CPF do cônjuge)

Carteira de Trabalho

PIS ou PASEP

Numero de Telefone para contato

Comprovante de residência

Certidão dos filhos menores de 21 anos

Carteira de vacinação (dos filhos se tiver)

Reservista ou Alistamento Militar (Obrigatório para o sexo masculino)

Carteira Nacional de Habilitação (Obrigatório para o cargo de motorista)

Apresentar em cópia autenticada:

Comprovante de Escolaridade (Histórico/Atestado e ou Certificado de Conclusão)

Apresentar via original:

Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe (CRM, CRO, COREN, CREFITO etc...)

Certidão de Quitação Eleitoral

Exame Médico Admissional

Certidão de Antecedentes Criminais da Comarca do domicilio do candidato

Declaração de Bens

Declaração de não acumulo de cargo, emprego ou função pública.

Uma foto 3x4 recente

ANEXO II

EXAMES CLINICOS ADMISSIONAIS PARA TODOS OS CARGOS

Cargos: Apoio Administrativo Educacional “A”, “C”, “E” e Professor.

HEMOGRAMA

GLICEMIA

COLESTEROL TOTAL

Cargos: Assistente Social, Agente Social de Esporte e Lazer, Monitor de Artesanato, Enfermeira, Farmacêutico, Nutricionista, Dentista, Médico, Técnico em Enfermagem, Psicóloga, Fisioterapeuta, Recepcionista, Auxiliar de Consultório Dentário - ACD, Técnico em Agropecuária, Técnico Agrícola,Veterinário, Agente de Saúde Ambiental - ASA,

Fiscal Sanitário, Auxiliar de Laboratório, Auxiliar de Serviços Gerais, Vigia, Agente Comunitário de Saúde, Orientador Social,

HEMOGRAMA.

GLICEMIA.

COLESTEROL TOTAL

HIV

SOROLOGIA(HEPATITES)

Cargo: Motorista, Operador de Trator de Pneus.

ACUIDADE VISUAL

HEMOGRAMA.

GLICEMIA.

COLESTEROL TOTAL

RAIO-X COLUNA COM LAUDO

Cargos: Gari / Zeladora/ Operador de Saneamento / Serviços Gerais

SOROLOGIA (HEPATITES)

HIV I E II

HEMOGRAMA.

GLICEMIA.

COLESTEROL TOTAL

RAIO-X COLUNA COM LAUDO

Cargo: Cozinheira

SOROLOGIA (HEPATITES)

HIV I E II

HEMOGRAMA.

GLICEMIA.

COLESTEROL TOTAL

PARAZITOLOGICO FEZES

VDRL

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:

( ) Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT - CNPJ nº

Nome do servidor: _____

Identidade nº _____ Data de nascimento_____

Função que irá exercer: _____

MOTIVO DA AVALIAÇÃO MEDICA:

( ) Admissional

PROCEDIMENTO MÉDICO A QUE FOI SUBMETIDO

( ) Avaliação clínica e Anamnese Ocupacional

( ) Exame de aptidão física e mental

Exames Complementares_____

_____

_____

_____

_____

Observações:

_____

_____

_____

_____

_____

Conclusão sobre a capacidade Laborativa:

( ) Apto

( ) Inapto

Riscos Ocupacionais

( ) Físicos ( ) Ergonômicos ( ) Químicos

( ) Biológicos ( ) Acidentes ( ) Sem Risco

Próxima Avaliação:

( ) seis meses ( ) um ano ( ) dois anos

data, _____/_____/_____

_____ _____

Assinatura Servidor Carimbo Assinatura Médico/CRM

ÓRGÃO EMPREGADOR:

( ) Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT – CNPJ nº

Nome do Servidor: _____

Identidade nº _____ Idade: _____ Estado Civil: _____

Função que irá exercer: _____ Naturalidade: _____

Antecedentes: Já teve ou tem?

( ) Pressão alta ( ) Tuberculose ( ) Alergia a medicamentos/Alimentos ( ) Hepatite ( )Asma

( ) Pneumonia ( ) Sífilis ou doenças sexualmente transmissíveis ( ) Otite ( ) Diabetes

Intervenção cirúrgica? Sim. ( ) Não ( ) _____

Uso de medicamentos? Não ( ) Sim ( ) _____

Mulheres: Menstruação – Menarca: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Ausente

Gestação: ( ) P.N. ( ) Cirúrgicos ( ) Filhos vivos ( ) Aborto

HISTORICO OCUPACIONAL

Empregos Anteriores – Empresa: _____

Função: _____ Tempo na empresa: _____Turno: _____

Poeira ( ) Ruído ( ) Calor excessivo ( ) Frio ( ) Radiação ( )

Alta Pressão ( ) Baixa Pressão ( ) Outros ( )

Metais Pesados: Ácidos ( ) Solventes orgânicos ( ) Inseticidas ( ) Fungicidas ( )

Urinário ( ) Outros ( )

Exerce outra atividade além do emprego? Não ( ) Sim ( )

Já sofreu algum acidente do trabalho? Não ( ) Sim ( ) C/ afastamento ( ) Encaminhado ( )

Fuma? Não ( ) Sim ( ) Cigarro ( ) Charuto ( ) Cachimbo ( )

Bebe? Não ( ) Sim ( ) destilada ( ) fermentada ( ) sem preferência ( )

Pratica algum esporte? Não ( ) Sim ( ) quantas vezes por semana ( )

EXAME MÉDICO

Vacinas: Anti Tetânica ( ) Poliomielite ( ) Tríplice ( ) Outras: _____

Altura: _____ Peso: _____ Temperatura: _____ Pulso: _____

P.A: _____ mmHg

Cabeça – Face _____Dentes_____

Tórax Tipo: _____F.R._____Ascluta_____

Ap. Circ. Ascluta:_____ _____

Abdomem Tipo: _____Palpação_____

Ap. Genito Urinário: _____ _____

Coluna Vertebral_____ _____

Membros_____ _____

Sistema Nervoso _____ _____

Exames Complementares: _____

Uso de lentes corretoras: Não ( ) Sim ( )

CONCLUSÃO: ( ) APTO ( ) INAPTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITIÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2017
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira, designada pela Portaria nº. 099/2017, de 10/03/2017, torna público aos interessados que realizará licitação no dia 05/05/2017, às 08H00, **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÕES COM OPERADOR E CONDUTOR RESPECTIVAMENTE, para atendimento as Secretarias Municipais de Transporte e Obras e Secretaria Municipal de Agricultura de Novo Mundo-MT,** conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br

Novo Mundo, MT, 17 de Abril de 2017.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EDITAL Nº 008/2017

17 de Abril de 2017

CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR

Assunto: Retorno às Atividades Laborais

Pelo presente fica **CONVOCADO**, o Servidor Público Municipal, senhor, **ILTON LUIS FERREIRA SANCHES**, portador do RG: 16711092 SSP/MT e CPF nº 010.969.521.65, cargo de Técnico de Enfermagem, para que compareça ao Departamento de Recursos Humanos para o retorno às suas atividades no Prazo de 5 dias. O não comparecimento implicará na abertura de processo administrativo disciplinar.

Novo Mundo – MT, 17 de Abril de 2017.

Sem mais para o momento,

Subscrevo-me

_____

ADRIANO MAFINI

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
DESPACHO DECISÓRIO DE ANULAÇÃO DE SANÇÕES

Assunto: Anulação das Sanções dos Projetos de Leis Complementares números 002/2017 e 004/2017.

O Prefeito Municipal de Novo Mundo/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei**;**

Considerando a prerrogativa de autotutela da Administração Pública de rever seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade, e que tem o dever de obedecer à Lei e verificar a presença dos pressupostos de validade dos atos que pratica;

Considerando que a Administração deve reconhecer de oficio seus próprios atos quando acometidos de vicio ilegalidade com fulcro, de acordo com entendimento já consagrado pelo Supremo Tribunal Federal por meio das Súmulas transcritas a seguir:

Súmula 346: ***"A Administração Pública pode anular seus próprios atos".***

Súmula 473: "***A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".***

Considerando que no presente caso os Projetos de Leis Complementares números 002 e 004/2014, foram enviados para Sanção do Poder Executivo pelo Oficio nº 024/CM/2017 em data de 06/04/2017 – Protocolo nº 42/2017, sem contudo haverem passado pois dois turnos de votação, conforme previsto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Novo Mundo/MT, o que constitui "vício de forma";

Considerando que não encontra-se configurada no momento a decadência da Ação Anulatória dos Atos Administrativos de Sanção dos Projetos de Lei Complementares supra citados e que até o presente momento as alterações propostas não foram aplicadas a nenhum caso concreto:

DECIDE,

Anular, como penalidade por vicio de legalidade, quanto a sua forma, os atos de sanção dos Projetos de Leis Complementares números 002/2017 e 004/2017, que os transformaram em leis municipais, INVALIDANDO ambas as sanções proferidas em 07/Abril/2017;

Determinar o Retorno dos Projetos de Leis Complementares números 002/2017 e 004/2017, para que possam ser analisados e votados em segundo

turno de votação, conforme apregoado no Regimento Interno da Câmara Municipal de Novo Mundo/MT;

Encaminhar os Projetos de Leis Complementares números 002/2017 e 004/2017, para a Câmara Municipal de Novo Mundo, visando o cumprimento das formalidades legais, servindo o presente ato como documento de envio dos respectivos projetos de leis.

Novo Mundo/MT, 17 de Abril de 2017.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA N.º 138/2017. ILISIANE DE LIMA

De 12 de Abril 2017.

"Dispõe sobre concessão de afastamento de servidora em virtude de Licença Maternidade, e dá outras providências".

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Licença-Maternidade em conformidade com o artigo 26 º, da lei 189/2004, registro de nascimento, para o período de 29/03/2017 à 26/07/2017 à servidora Sr.ª. ILISIANE DE LIMA**,** portadora do RG nº 5.902.305 SSP/MT e do CPF nº 042.020.621.32, servidora contratada no cargo de **MONITORA DE EDUCAÇAO INFANTIL,** matriculada no DRH sob o nº 2754.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos a partir de 29/03/2017

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 12 de Abril de 2017.

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017 PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.

Processo Nº 009/2017 - Pregão Presencial nº 006/2017

Validade: 12 (doze) meses

Às 14h00min do dia 31 de Março de 2017, na PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO, reuniram-se na sala SETOR DE LICITAÇÃO, situada à RUA 29 DE SETEMBRO, nº 77, BAIRRO CENTRO, NOVO SANTO ANTÔNIO/MT, CEP: 78674-000, Fone: (66) 3548-1081, Fax: (66) 3548-1081, inscrito no CNPJ sob o nº 04.199.966/0001-50, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ADÃO SOARES NOGUEIRA, portador da Cédula de Identidade nº 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, e a empresa **3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA - ME** , cadastrada no CNPJ nº 04.347.124/0001-07 e Inscrição estadual nº 13.200.164-0, situada na Rua Av. Frei Coimbra nº 500, Bairro Nova Várzea, CEP: 78.135-625, cidade de Várzea Grande, estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu representante legal Sr. **MARCIO NOBRE DE MACEDO**, portador da RG nº 1475418-5 SEJUSP/MT e inscrito no CPF sob nº 998.568.241-68, residente e domiciliado na cidade de Várzea Grande , estado de Mato Grosso. Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, conforme o Pregão Presencial nº 006/2017, nas condições em que segue:

01. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2017; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa relacionada na Cláusula Quarta deste instrumento, visando o fornecimento de material elétrico para manutenção de iluminação pública da cidade e distrito de Novo Santo Antônio conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação;

1.2. Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens;

04. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

NOME: 3m Comércio de Materiais Elétricos Construção e Equipamentos Ltda - Me						
CNPJ: 04.347.124/0001-07	**INSCRIÇÃO: 13.200.164-0**					
ENDEREÇO: Av. Frei Coimbra nº 500, Bairro Nova Várzea.						
CEP: 78.135-625	**CIDADE/UF: Várzea Grande – MT.**					
TELEFONES: (65) 3029 - 1234	**E-MAIL: marcio-luz@3mmateriaiseletricos.com.br**					
REPRESENTANTE LEGAL: Marcio Nobre De Macedo						
RG: 1475418-5 SEJUSP/MT	**CPF: 998.568.241-68**					
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS.						
Item	**Quant**	**Unid.**	**Descrição dos Produtos**	**Marca**	**Pr. Unit.**	**Pr. Total**

01	50	UND	BASE PARA RELE FOTO CELULA	EXATRON	R$: 6,06	R$: 303,00
02	50	UND	BASE PARA RELE E 27 (SOQUETE)	EXATRON	R$: 4,58	R$: 229,00
03	350	UND	LAMPADA VAPOR SODIO/ METALICO 70W/220V	AVANT	R$: 32,83	R$: 11. 490,50
04	350	UND	REATOR VAPOR SODIO/ METALICO 70W/220V	INDUWLT	R$: 49,32	R$: 17. 262,00
05	50	UND	RELE FOTO CELULA 1000W/220	MAPRETRON	R$: 25,75	R$: 1. 287,50
06	02	UND	ESCADA DE FIBRA 09,00MT	SINTESE	R$:1. 620,93	R$: 3. 421,86
07	30	UND	FITA ISOLANTE 05MT	ALDEBRAS	R$: 3,93	R$: 117,90
VALOR TOTAL: R$ 33.386,00 (TRINTA E TRÊS MIL E TREZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS).	**R$: 33.386,00**					

1.3. Este termo não obriga o MUNICÍPIO a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade até 06 de Abril de 2018, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93.

2.2. A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.

2.3. À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a Detentora, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até 60 (sessenta) dias, a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata.

03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. A execução do contrato se será em entrega parcelada através de Requisição de Despesa emitida pela secretaria responsável da prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio;

3.2. Emitida a Requisição de Despesa a empresa Contratada terá a obrigatoriedade de entregar os produtos solicitados na requisição no local e prazo determinado;

a) Local: O local de entrega dos produtos será designado na requisição de despesa na sede do órgão que a emitiu, ou seja, na Secretaria de Obras de Novo Santo Antônio;

b) Prazo: O prazo de entrega será de até 10 dias após a emissão da Ordem de Fornecimento, sendo que as entregas serão efetuadas em conformidade com as solicitações estipuladas, onde deverão ser efetuadas sem custos adicionais ao objeto contratado;

3.3. A empresa contratada deverá fornecer os produtos dos tipos, tamanhos e quantidades satisfatórias ao cumprimento do contrato. A Fiscalização poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer produto não satisfatório.

3.4. O prazo de validade dos produtos a serem entregue não deverá ser inferior a 09 (nove) meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação. Excepcionalmente aqueles produtos que tem curto prazo de validade

3.5. Quando do recebimento dos produtos, que será feito por funcionários designados, no local da entrega serão verificadas a quantidade e a qualidade do que for entregue. No caso de entrega dos produtos fora das condições exigidas, o funcionário recebedor rejeitará os produtos, para posterior substituição pela contratada, sem prejuízo das penalidades a essa cabível.

3.6. A Administração Pública poderá se recusar a receber o objeto licitado, caso este esteja em desacordo com a proposta oferecida no momento do Certame, circunstância esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário.

3.6.1. Em caso de rejeição de produtos, os mesmos deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

3.7. Os materiais Licitados terão que estar dentro das normas de legislação vigente de qualidade/técnica e nas normas gerais da ABNT;

3.8. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados.

3.9. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos com transporte e pessoal de apoio para o transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato.

3.10. A Prefeitura do Município de Novo Santo Antônio poderá a qualquer momento efetuar análise dos produtos entregues, quanto à qualidade e ao peso.

04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

4.1. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida;

4.2. Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

4.3. A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a:

a) A empresa se obrigará em um prazo máximo de 02 (dois) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado.

b) A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços.

c) Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão.

d) Será responsável pelo fornecimento dos bens dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura.

e) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes.

f) Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato.

g) Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas.

h) Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas.

i) Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos.

05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

5.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

5.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

06. DA CONTRATAÇÃO

6.1. Poderá ser formalizado com a empresa vencedora da licitação um contrato administrativo, conforme minuta constante do Anexo XI deste edital, o qual se regerá pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, inclusive quanto ao prazo de vigência e a possibilidade de prorrogação, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

6.2. Caso a firma adjudicatária for convocada e não assine o Contrato no prazo e condições estabelecidas, a Pregoeira poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação até chegar a um vencedor ou recomendar a revogação da licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei n.º 8.666/93.

6.3 Nos procedimentos licitatório referente à aquisição de produtos e materiais é dispensável a celebração de contrato, sendo realizado o devido empenho. Artigo 62.

07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA

7.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante.

7.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo de até 15 (quinze) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

7.3. Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas.

7.4. Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento.

7.5. As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos.

7.6. Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**;

7.6.1. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 6.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

7.8. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL/INSS, FGTS E CNDT (TRABALISTA), devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal).

08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Durante o período de vigência do contrato, os preços não serão reajustados, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa ao contrato;

8.2. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Termo de Registro de Preços poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.

8.3. Para que os preços estejam sempre atualizados, e visando todo processamento necessário, a futura FORNECEDORA se obriga em fornecer, à cada ocorrência de majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da FORNECEDORA, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências.

8.4. Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do documento (termo aditivo) modificativo pelas partes.

8.5. Os PRODUTOS deverão ser entregues pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a FORNECEDORA solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Registro de Preços sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido, sendo que o termo aditivo somente terá efeitos ex nunc, não retroagindo, em nenhuma hipótese, o novo preço as parcelas já recebidas.

8.6. O bloqueio no fornecimento por esta razão sujeitará a FORNECEDORA às sanções legais (contratuais) e editalícias.

8.7. A obrigatoriedade da futura FORNECEDORA em fornecer documentos que permitirão variação dos preços p a c t u a d o s (contratados) vigerá para todo o período do Termo de Registro de Preços, mesmo para períodos que possam não haver fornecimento dos produtos/serviços.

8.8. A empresa deverá apresentar Planilhas Comparativas de Valores e documentos comprovando o aumento do item na qual a mesma foi declarada vencedora.

09. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA assista o direito a qualquer indenização, se esta:

9.1.1. Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

9.1.2. Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender o fornecimento dos produtos.

9.1.3. Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 8.666/93.

9.1.4. Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

9.1.5. Recusar a redução do preço ao nível dos praticados no mercado.

9.2 O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:

9.2.1 Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

9.2.2 Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato.

9.2.3 Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

9.2.4 Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Prefeitura, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à Administração Municipal.

9.3 A solicitação da CONTRATADA, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.

9.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado e pela Internet, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

10.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

10.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

10.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

10.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

10.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

10.1.2.1. Advertência,

10.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio;

10.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

10.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio;

10.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

10.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

10.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

10.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

Parágrafo Primeiro: os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e

III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Presencial, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Terceiro: Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais;

III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Presencial, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 006/2017 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

12.2. O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Presencial nº 006/2017, conforme decisão da Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 31 de Março de 2017, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

12.3. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

12.4. Fica eleito o foro da Comarca de São Félix do Araguaia-MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antônio-MT, em 07, de Abril de 2017.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

_____

3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS

CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA – ME.

CNPJ nº 04.347.124/0001-07

CONTRATADA

1ª TESTEMUNHA:

Nome:_____
Nº RG:_____ Órgão Expedidor_____
Assinatura:_____

2º TESTEMUNHA

Nome:_____
Nº RG:_____ Órgão Expedidor_____
Assinatura:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 167/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EQUIPE TÉCNICA DE NOVO SÃO JOAQUIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 167/2017

Em, 04 de Abril de 2017.

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão Municipal de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação e Equipe Técnica de Novo São Joaquim e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Srº **ANTONIO AUGUSTO JORDÃO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o Artigo 5º da Lei de nº 720/2015, que instituiu o **Plano Municipal de Educação** para o decênio 2015/2025, no Município de Novo São Joaquim-MT.

RESOLVE

Art. 1º - Instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação vigente com o objetivo de acompanhar e avaliar o cumprimento das metas e estratégias constantes na Lei Municipal nº 720/2015.

Art. 2º - Nomear os membros abaixo para comporem a **Comissão Municipal de Monitoramento e Avaliação** do Plano Municipal de Educação do município de Novo São Joaquim-MT:

Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Norval Augusto Coelho

Representante da Secretaria de Administração:

Silvo Barbosa de Oliveira

Representante dos Diretores:

Varlei Aparecida de Jesus

Representante dos Professores:

Kelliana Ribeiro Castro dos Santos

Representante do Conselho Municipal de Educação:

Dleide Alves Rosa Resende

Art. 3º - Compete a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação do município de Novo São Joaquim-MT:

I – Articular com as diversas esferas da Educação e Sociedade Civil Organizada, Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT e Secretaria Municipal de Educação, as discussões e ações pertinentes discutidas democraticamente.

II – Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet, seguindo os estudos voltados para o aferimento do cumprimento das metas, a serem divulgados, a cada 02 (dois) anos;

III – Analisar e propor ações e políticas públicas para assegurar a implantação das estratégias e o cumprimento das metas;

IV – Analisar e propor a revisão de metas já cumpridas e respectivas estratégias, com vistas à melhoria da qualidade geral da educação pública;

V – Elaborar seu plano de trabalho, bem como promover sua reformulação, quando necessário;

VI – Acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação;

VII – Zelar e incentivar pelo aprimoramento da qualidade do ensino público e privado no Município;

VIII – Emitir pareceres, por iniciativa de seus membros ou quando solicitado pelo Secretário(a) Municipal de Educação, relacionados ao monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;

IX – Articular-se com os órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, para assegurar a coordenação, a divulgação e/ou execução do Plano Municipal de Educação;

X – Sugerir às autoridades providências para a organização e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação para que possam promover a sua expansão e melhoria;

Art. 4º - Nomear integrantes da **Equipe Técnica** para assessoramento da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação do Município de Novo São Joaquim-MT, conforme segue abaixo:

Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Norval Augusto Coelho

Representante dos Professores:

Kelliana Ribeiro Castro dos Santos

Representante do Conselho Municipal de Educação:

Dleide Alves Rosa Resende

Art. 5º - Ficam estabelecidas como atribuições da Equipe Técnica:

I – Subsidiar a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, fornecendo informações e dados atualizados, oriundos de fontes oficiais, em todo processo de Monitoramento e Avaliação do Plano;

II – Juntamente com a Comissão de Monitoramento e Avaliação do plano Decenal Municipal de Educação, elaborar e apresentar relatórios do monitoramento anualmente e das avaliações a cada 02 (dois) anos e encaminhar à Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT e à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º - As atividades executadas pelos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação e da Equipe Técnica durante os trabalhos relativos ao monitoramento e à avaliação, pesquisas e participação em encontros serão de cunho voluntário.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revoga-se as disposições em contrário.

Novo São Joaquim, 04 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 159/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CHEFE DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO URBANO E PROJETOS,

PORTARIA Nº. 159/2017

EM, 03 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre a Nomeação do Chefe Departamento Desenvolvimento Urbano e Projetos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Publico Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, o Senhor **Robson Rodrigues Mendonça,** portador do RG: nº 19948727 SSP/MT e do CPF: 030.351.021-80 para o cargo de livre nomeação de Chefe Departamento Desenvolvimento Urbano e Projetos para o município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 162/2017 - DISPÕE SOBRE A INTERRUPÇÃO DE LICENÇA PARTICULAR SEM REMUNERAÇÃO

PORTARIA Nº. 162/2017

EM, 03 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre a Interrupção de Licença Particular sem remuneração, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais.

Considerando o dispositivo no Art. 123 ,§3º do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Interromper a Licença Particular sem remuneração servidora, a **Lourdes Rita dos Santos,** portadora do RG: nº 0794968-5 SSP/MT e do CPF: 632.379.801-49 efetiva com o cargo de Agente de Serviços Gerais – AG3, para o município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 166/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 166/2017,

Em 04 de Abril de 2017.

"Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Educação"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Srº **ANTONIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições que lhe são conferidas e nos termos da Lei Nº 193/97, que criou o **Conselho Municipal de Educação** no âmbito desse município,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os componentes do Conselho Municipal de Educação, conforme segue abaixo:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Norval Augusto Coelho

Maria de Fatima Vieira Lima

Representantes dos Professores:

Alicio Caetano de Moura

Luciana Monteiro de Sousa

dos Diretores das Escolas Municipais de Educação Básica:

Varlei Aparecida de Jesus

Kelliana Ribeiro Castro dos Santos

Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Municipais de Educação Básica:

Ana Flavia Maria das Neves

Kamila Teixeira do Prado

Representante dos Servidores das Escolas Municipais de Educação Básica:

Dleide Alves Rosa Resende

Deini da Silva

Representante de Entidades Religiosas:

Sandra Santos Costa

Angelina Carvalho dos Santos Silva

Art. 2º - Os membros terão mandato de 02(dois) anos vedada à recondução para o mandato subsequente.

Art. 3º – O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos pelos conselheiros.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal aos quatro dias do mês de abril de 2017.

ANTONIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 185/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PORTARIA Nº 185/2017

Em, 17 de Abril de 2017.

"Dispõe sobre a Nomeação da Comissão de Finanças e Orçamento para a realização de Audiência Pública e dá outras providências correlatadas"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Srº **ANTONIO AUGUSTO JORDÃO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Comissão de Finanças e Orçamento para a realização de Audiência Pública, conforme abaixo arrolados:

Presidente – Leandro Meireles

Secretário – Ana Paula Rodrigues Mendonça

Membro – Silvo Barboza de Oliveira

Membro – Eudinalia Fernanda da Silva

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 17 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 184/2017 - DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO DE CLASSE DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 184/2017

Em, 12 de Abril de 2017.

"Dispõe sobre a Progressão de Classe de Profissionais de Educação e dá outras providências correlatadas"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Srº **ANTONIO AUGUSTO JORDÃO**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando os Artigos 9º, 10º,11º,12º,13º da Lei Municipal nº 454/2007:

RESOLVE

Art. 1º - Promover, a Servidora, **Maria Helena Rocha da Silva,** portadora do RG: nº 16266412 SSP/MT e do CPF: 018.70.021-00 efetiva, estável para o cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a progressão de Classe **A** para classe **C.**

Art. 2º A Progressão de Classe do referido funcionário se dá após a apresentação e avaliação dos documentos exigidos conforme Anexo IV da Lei Municipal 454/2007.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 12 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 183/2017 - DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO DE CLASSE DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE

PORTARIA Nº 183/2017

Em, 12 de Abril de 2017.

"Dispõe sobre a Progressão de Classe de Profissionais da Saúde e dá outras providências correlatadas"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Srº **ANTONIO AUGUSTO JORDÃO**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando os Artigos 9º, 10º,11º,12º,13º da Lei Municipal nº 454/2007:

RESOLVE

Art. 1º - Promover, a Servidora, **Gercilene Sousa Martins,** portadora do RG: nº 16266412 SSP/MT e do CPF: 018.70.021-00 efetiva, estável para o cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a progressão de Classe **A** para classe **C.**

Art. 2º A Progressão de Classe do referido funcionário se dá após a apresentação e avaliação dos documentos exigidos conforme Anexo IV da Lei Municipal 454/2007.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 12 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 157/2017 - DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DO FUNCIONÁRIO PÚBLICOS

PORTARIA Nº. 157/2017

EM, 22 DE MARÇO DE 2017.

"Dispõe sobre a Reintegração do Funcionário Públicos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, e dá outras providências correlatas.".

Nos termos do Art. 24, Paragrafo I da Lei Municipal nº 456/2007, o Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município

Considerando a Liminar Deferida Autos Nº 559-93.2013.811.0106:

R E S O L V E:

Art. 1º - Reintegrar o servidor abaixo ao provimento de cargo publico, ficando em disponibilidade na forma da lei.

Anúbia Rodrigues Andrade – Bioquimica

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

***Art. 3º* -** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, 20 de Março de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 182/2017 - DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO DE CLASSE DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 182/2017

Em, 12 de Abril de 2017.

Dispõe sobre a Progressão de Classe de Profissionais de Educação e dá outras providências correlatadas"'"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Srº **ANTONIO AUGUSTO JORDÃO**, no uso de suas atribuições legais,

conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando os Artigos 9º, 10º,11º,12º,13º da Lei Municipal nº 454/2007:

RESOLVE

Art. 1º - Promover, a Servidora, **Dleide Alves Resende,** portadora do RG: nº 1175634 SSP/MT e do CPF: 817.669.471-15 efetiva, estável para o cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a progressão de Classe **A** para classe **B.**

Art. 2º A Progressão de Classe do referido funcionário se dá após a apresentação e avaliação dos documentos exigidos conforme Anexo IV da Lei Municipal 454/2007.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 12 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 160/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CHEFE DEPARTAMENTO DE PAISAGISMO E MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº. 160/2017

EM, 03 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre a Nomeação do Chefe Departamento de Paisagismo e meio Ambiente, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Publico Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, o Senhor Jorge **Josueth Lopes de Araújo,** portador do RG: nº 746897 SSP/MT e do CPF: 483.671.171-15 para o cargo de livre nomeação de Chefe Departamento de Paisagismo e meio Ambiente para o município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 181/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 181/2017

EM, 11 DE ABRIL DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidora, **Marlene Ferreira Oliveira Rocha,** portador do RG: nº 734303 SSP/MT e do CPF: 487.497.531-34, no cargo de Chefe departamento de Merenda Escolar para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 036/2017 – Objeto do presente contrato a apresentação de show nacional com o trio l "Meninos de Goias",durante o evento "31º aniversário de emancipação do Municipio de Novo São Joaquim"que será realizado no centro de eventos Municipal no período de 04/05 à 06/05/2017. O show será realizado no dia 06/05/2017 com Duração de

1h30m.

Contratada: CLOMAR PRODUÇÕES ARTISTICAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 11 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 180/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 180/2017

EM, 11 DE ABRIL DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidora, **Marlene Ferreira Oliveira Rocha,** portador do RG: nº 734303 SSP/MT e do CPF: 487.497.531-34, no cargo de Chefe departamento de Merenda Escolar para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 035/2017 – Objeto do presente contrato a apresentação de show nacional com a l "Banda Menino Ricco",durante o evento "31º aniversário de emancipação do Municipio de Novo São Joaquim"que será realizado no centro de eventos Municipal no período de 04/05 à 06/05/2017.O show será realizado nos dias 04,05 e 06/05/2017 com Duração de 3h00m.

Contratada: M.S.CLAUDIO-ME.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 11 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 178/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 178/2017

EM, 06 DE ABRIL DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidor, **Willian Carlos Cardeal,** portador do RG: nº 0776427-8 SSP/MT e do CPF: 568.120.101-00, no cargo de Coordenador de Máquinas e Equipamentos para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 034/2017 *– Contratação de serviços de manutenção e reparos mecânicos na frota de veículos e maquinas da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, Conforme especificações mínimas, quantitativas e demais condições constantes no terno de referência nº 10/2017.*

Contratada*: V.ALVES DE JESUS MECÂNICA E TORNEARIA ME.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 06 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 161/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADOR ESCOLAR

PORTARIA Nº. 161/2017

EM, 03 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre a Nomeação de Coordenador Escolar, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais.

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a Senhora **Silvana Laurindo da Silva ,** portadora do RG: nº 12404578 SSP/MT e do CPF: 008.707.801-58 para o cargo de livre nomeação de Coordenador Escolar, para o município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 01/2017

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 01/2017

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATADA: AP DA SILVA MULTIEVENTOS - ME

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto firmar a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 018/2015 realizada pela Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, visando a Prestação de Serviços de Locação de Bens Móveis com Montagem, Operação, Desmontagem de Estrutura e Equipamentos para Cobertura de Eventos através da disponibilidade da Contratada, conforme especificações constantes da Cláusula Quarta da ARP nº 018/2015.

VALOR DA ADESÃO: R$ 158.822,75 (cento e cinquenta e oito mil oitocentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência a partir de sua assinatura pelo prazo de 08 (oito) meses, com término em 31 de Dezembro de 2. 017.

Novo São Joaquim – MT, 17 de Abril de 2.017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

Município de Novo São Joaquim

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 177/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 177/2017

EM, 06 DE ABRIL DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidor, **Willian Carlos Cardeal,** portador do RG: nº 0776427-8 SSP/MT e do CPF: 568.120.101-00, no cargo de Coordenador de Máquinas e Equipamentos para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 033/2017 *– Contratação de serviços de manutenção e reparos mecânicos na frota de veículos e maquinas da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, Conforme especificações mínimas, quantitativas e demais condições constantes no terno de referência nº 10/2017.*

Contratada*: L.FERREIRA DA SILVA EIRELI-ME.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 06 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 176/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 176/2017

EM, 06 DE ABRIL DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidor, **Willian Carlos Cardeal,** portador do RG: nº 0776427-8 SSP/MT e do CPF: 568.120.101-00, no cargo de Coordenador de Máquinas e Equipamentos para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 31/2017 *– O objeto do presente é a contratação da empresa relacionada neste instrumento visando o fornecimento de pneus, conforme*

Termo de Referência que acompanhou o Edital da Licitação Pregão presencial nº 09/2017.

Contratada*: PENUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 06 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 175/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 175/2017

EM, 06 DE ABRIL DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidor, **Willian Carlos Cardeal,** portador do RG: nº 0776427-8 SSP/MT e do CPF: 568.120.101-00, no cargo de Coordenador de Máquinas e Equipamentos para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 30/2017 *– O objeto do presente é a contratação da empresa relacionada neste instrumento visando o fornecimento de pneus, conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da Licitação Pregão presencial nº 09/2017.*

Contratada*: R. P. DE ARAUJO & CIA - LTDA*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 06 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 174/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 174/2017

EM, 06 DE ABRIL DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidor, **Willian Carlos Cardeal,** portador do RG: nº 0776427-8 SSP/MT e do CPF: 568.120.101-00, no cargo de Coordenador de Máquinas e Equipamentos para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 29/2017 *– O objeto do presente é a contratação da empresa relacionada neste instrumento visando o fornecimento de pneus, conforme Termo de Referencia que acompanhou o Edital da Licitação Pregão presencial nº 09/2017.*

Contratada*: POSTO TIGRÃO - LTDA*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 06 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA 173/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

PORTARIA 173/2017

06 DE ABRIL DE 2017

"Dispõe sobre a nomeação os Membros do Conselho Municipal de Saúde – CMS ".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Srº. ANTONIO AUGUSTO JORDÃO,** usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal de Saúde, para sua regularização conforme preconiza a Lei nº. 8.142/90:

SEGUIMENTO DOS USUARIOS

Maria Dorcelina da Silva - Titular (Representante da Pastoral da Criança)

Maria Auxiliadora dos Silva - Suplente

Lázara Aparecida Barbosa - Titular (Representante da EMPAER- MT)

Washington Wagner José Martins - Suplente

Ernani Batista de Miranda – Titular (Representante da igreja Cristã Evangélica)

Elide Tavares Maciel – Suplente

Hilda Batista Roque – Titular (Representante da Equipe de Serviços Voluntários)

Kenedy Ferreira Roque- Suplente

Ailton Barbosa Lima – Titular (Representantes da Igreja Assembleia de Deus Ministério Madureira)

Kênia Cristina Gomes Candida Lima – Suplente

João Bosco do Prados – Titular (Representante do Setor de Empreendedorismo)

Waldenice Campos Camargo Prados - Suplente

SEGUIMENTO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE

Camila Aparecida Pestana Ernesto – Titular (Fisioterapeuta)

Angelina Carvalho dos Santos - Suplente

Danyllo Camargo Prados - Titular (Biomédico)

Leila Ferreira de Jesus - Suplente

Maria Lucia M. Ladeira – Titular (Enfermeira)

Carla Aparecida Barros – Suplente (Enfermeira)

REPRESENTANTES DO GOVERNO

Valdecy Aparecido Aguiar - Titular (Representante do Setor de Tributos)

Leandro Souza Silva - Suplente

Viviane Leal Santos - Titular (Assistente Social)

Hélida Ferreira de Moraes - Suplente

Hérica Aparecida Roque Cruvinel - Titular (Assistente Social)

Dilmar da Silva Gouveia - Suplente

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº. 022/2017 e as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 06 DE ABRIL 2017

ANTONIO AUGUSTO JORDÃO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 165/2017 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTUR

PORTARIA Nº. 165/2017

EM, 03 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre a Exoneração do Secretário de Infraestrutura, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais.

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, o Senhor **Célio Severino de Jesus ,** portador do RG: nº 445811 SJP/MS e do CPF: 368.386.081-20 para o cargo de livre nomeação Secretario de Infraestrutura, para o município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 172/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 172/2017

EM, 06 DE ABRIL DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidor, **Willian Carlos Cardeal,** portador do RG: nº 0776427-8 SSP/MT e do CPF: 568.120.101-00, no cargo de Coordenador de Máquinas e Equipamentos para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 032/2017 *– Contratação de serviços de manutenção e reparos mecânicos na frota de veículos e maquinas da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, Conforme especificações mínimas, quantitativas e demais condições constantes no terno de referência nº 10/2017.*

Contratada*: C F DE JESUS FARIAS & CIA LTDA ME.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 06 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 171/2017 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA CHEFE DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO

PORTARIA Nº. 171/2017

EM, 05 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre a Exoneração da Chefe Departamento de Reabilitação, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Publico Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a Senhora **Altiaine Pacheco de Araújo,** portadora do RG nº 2065795-1 SSP/MT e do CPF 031.347.891-08 do cargo de livre nomeação para o Cargo de Chefe Departamento de Reabilitação para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 05 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 170/2017 - DISPÕE SOBRE A LICENÇA PRÊMIO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 170/2017

EM, 04 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre a Licença Prêmio de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 127 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, a Servidora, **Maria Aparecida da Silva Salvador,** portador do RG: nº 1165545-3 SSP/MT e do CPF: 830.260.021-00 efetiva, estável para o cargo de Agente de Fiscalização da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura de Novo São Joaquim-MT, 03 (três) meses de Licença Prêmio no período de 04/04/2017 á 03/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 04 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 163/2017 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CHEFE DEPARTAMENTO ATENÇÃO BÁSICA E SAÚDE COLETIVA

PORTARIA Nº. 163/2017

EM, 03 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre a Exoneração de Chefe Departamento Atenção Básica e Saúde Coletiva, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais.

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, a Senhora **Debora Fernanda da Silva ,** portadora do RG: nº 2163368-1 SSP/MT e do CPF: 028.657.641-41 para o cargo de livre nomeação de Chefe Departamento Atenção Básica e Saúde Coletiva, para o município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO E RESPECTIVO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2017

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente Inexigibilidade de Licitação enquadrada no Inciso III, do Art. 25, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação dos serviços da empresa **FABINHO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME** representada neste ato pelo Sr. FABIO MARTINS DEFANTI devidamente inscrito junto ao CPF/MF sob o nº. 513.081.931-49 e RG nº 2822. 215 SSP/MT no valor global de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), correndo tal despesa á conta específica constante da Lei Orçamentária do Município de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim - MT, em 12 de Abril de 2017.

ANTONIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 164/2017 - DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARTICULAR SEM REMUNERAÇÃO

PORTARIA Nº. 164/2017

EM, 03 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre a Licença Particular sem remuneração, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais.

Considerando o dispositivo no Art. 8da Lei Municipal nº 646/2012 e Art. 23 do Regimento Interno,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença particular, sem ônus, por um período de um ano, 03 de abril de 2017 a 01 de Abril de 2018, ao Servidor Público Municipal **William Alves da Silva,** portador do RG: nº 1999646-2 SSP/MT e CPF: 031.347.401-09, Matrícula nº 1385, lotado no cargo de Conselheiro Tutelar para o quadriênio 2016/2019 eleito através do processo eleitoral realizado em 04 de outubro de 2015 e empossado aos dez dias do mês de Janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 169/2017 - DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARTICULAR SEM REMUNERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 169/2017

EM, 04 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre a Licença Particular sem Remuneração de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do § 1. do Art. 126 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, a Servidora, **Eliandra Souza Silva,** portadora do RG: nº 1806594-5 SSP/MT e do CPF: 005.598.191-70 efetiva, estável para o cargo de Agente de Serviços Gerais AG1, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, da Prefeitura de Novo São Joaquim-MT, 02 (dois) anos de Licença Particular sem Remuneração no período de 04/04/2017 á 14/03/ 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 04 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
RESULTADO DO PREGÃO 11/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2017

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº. 11/2017, com o objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO (PÃO FRANCÊS, BOLOS, LANCHES, ROSCA, E OUTROS) PARA ATENDIMENTO AS UNIDADES AMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM,** Obteve o seguinte resultadoa empresa**:**

S.B. PIRES PANIFICADORA - ME sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01 ao ITEM 21 (venceu todos os itens) ; Com o valor total de **R$171.660,00; (Cento e Setenta e Um Mil Seiscentos e Sessenta Reais),** Foram recebidos os documentos de Habilitação das empresas vencedoras onde foi julgada e consideradas devidamente HABILITADA a empresa **S.B. PIRES PANIFICADORA - ME.** O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua Cachoeira. Da Fumaça, 77 Bairro Jardim das Palmeiras, neste município de Novo São Joaquim/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo São Joaquim - MT, 17 de Abril de 2017.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 168/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CHEFE DEPARTAMENTO CULTURA

PORTARIA Nº. 168/2017

EM, 04 ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre a nomeação da Chefe departamento Cultura, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais.

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Publico Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora **LUAN PEREIRA DA SILVA,** portadora do RG nº 2303247-2 SSP/MT e do CPF 046.926.291-50 do cargo de livre nomeação para o Cargo de Chefe departamento Distrital de Cachoeira da Fumaça para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 04 Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 158/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CHEFE PATRIMÔNIO

PORTARIA Nº. 158/2017

EM, 22 DE MARÇO DE 2017.

"Dispõe sobre a Nomeação do Chefe Patrimônio, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Publico Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a Senhora **Emilia dos Santos Lima,** portadora do RG: nº 18475299 SSP/MT e do CPF: 026.321.461-35 para o cargo de livre nomeação de Chefe de Patrimônio **sem ônus** para o município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 22 de Março de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito MunicipalPORTARIA Nº. 158/2017

EM, 22 DE MARÇO DE 2017.

"Dispõe sobre a Nomeação do Chefe Patrimônio, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Publico Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a Senhora **Emilia dos Santos Lima,** portadora do RG: nº 18475299 SSP/MT e do CPF: 026.321.461-35 para o cargo de livre nomeação de Chefe de Patrimônio **sem ônus** para o município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 22 de Março de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
BALANÇO GERAL - ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - PREF. PARANATINGA - 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - Prefeitura Municipal de Paranatinga
ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
EXERCÍCIO DE 2016

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
PASSIVO FINANCEIRO						
RESTOS A PAGAR						
RESTOS A PAGAR 2012 - PROCESSADOS	108.623,04	0,00	0,00	0,00	0,00	108.623,04
RESTOS A PAGAR 2012 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	0,00	176.438,09	0,00	175.793,82	0,00	644,27
RESTOS A PAGAR 2012 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	707.458,32	0,00	0,00	176.438,09	514.019,00	17.001,23
RESTOS A PAGAR 2011 - PROCESSADOS	33.115,67	0,00	0,00	33.115,67	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	0,00	114.943,28	0,00	114.943,28	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	948.970,84	33.115,67	0,00	114.943,28	867.143,23	0,00
RESTOS A PAGAR 2014 - PROCESSADOS	145.234,70	0,00	0,00	27.863,97	0,00	117.370,73
RESTOS A PAGAR 2014 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	0,00	209.840,26	0,00	209.839,26	0,00	1,00
RESTOS A PAGAR 2014 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	1.901.655,38	0,00	0,00	209.840,26	1.255.071,19	436.743,93
RESTOS A PAGAR 2013 - PROCESSADOS	74.978,54	0,00	0,00	0,00	0,00	74.978,54
RESTOS A PAGAR 2013 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	0,00	271.511,50	0,00	271.511,50	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2013 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	1.352.923,08	0,00	0,00	271.511,50	525.611,27	555.800,31
RESTOS A PAGAR 2015 - PROCESSADOS	1.219.940,48	0,00	0,00	1.142.999,76	0,00	76.940,72
RESTOS A PAGAR 2015 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	0,00	845.346,36	0,00	832.646,36	0,00	12.700,00
RESTOS A PAGAR 2015 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	1.294.149,84	0,00	0,00	845.346,36	349.236,45	99.567,03
R.P. de 2016 Nao Processados	0,00	889.613,47	0,00	0,00	0,00	889.613,47
R.P. de 2016 Processados	0,00	220.660,47	0,00	0,00	0,00	220.660,47
Subtotal:	**7.787.049,89**	**2.761.469,10**	**0,00**	**4.426.793,11**	**3.511.081,14**	**2.610.644,74**
DEPOSITOS						
Depositos - I.N.S.S	309.690,23	292.264,78	0,00	300.766,09	0,00	301.188,92
Depositos - P. PREV	24.033,18	337.746,01	0,00	340.578,94	0,00	21.200,25
Depositos - FUNBEP	0,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,23
Contribuicao Sindical	3.314,78	90.781,17	0,00	93.429,85	0,00	666,10
Salario Familia Paranatinga PREV	183,40	23.419,85	0,00	23.069,93	0,00	533,32
Salario Familia I.N.S.S	228,52	15.731,80	0,00	15.175,46	0,00	784,86
Despesas de Convenios - SINDICATO	6.883,42	127.540,58	0,00	134.424,00	0,00	0,00
Pensao Alimenticia	590,98	90.702,34	0,00	90.702,34	0,00	590,98
Contribuicao Sindical - CSPB	43.340,79	40.390,82	0,00	40.390,82	0,00	43.340,79
Depositos - I.N.S.S EDUCACAO 25%	2.693,97	20.627,14	0,00	23.321,11	0,00	0,00
Depositos - I.N.S.S SAUDE	4.370,00	25.687,97	0,00	30.057,97	0,00	0,00
Depositos - I.N.S.S FUNDEB 40%	6.637,89	106.991,87	0,00	113.295,84	0,00	333,92
Depositos - I.N.S.S FUNDEB 60%	10.097,01	139.536,94	0,00	148.548,96	0,00	1.084,99
Tomada de Precos 06/2004 - Caucao	2.523,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2.523,96
Tomada de Precos 07/2004 - Caucao	841,80	0,00	0,00	0,00	0,00	841,80
PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxilio Doenca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa - Banco Paulista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depositos - P. PREV EDUCACAO 25%	5.581,95	48.727,30	0,00	45.974,97	0,00	8.334,28
Depositos - P. PREV SAUDE	64.419,36	607.412,16	0,00	647.822,86	0,00	24.008,66
Depositos - P. PREV FUNDEB 40%	6.016,07	217.473,29	0,00	217.473,29	0,00	6.016,07
Depositos - P. PREV FUNDEB 60%	17.853,78	307.215,07	0,00	308.177,39	0,00	16.891,46
Despesa - BANCO DO BRASIL	47.244,12	761.216,61	0,00	806.330,28	0,00	2.130,45
Despesa Consignacao Caixa	139.782,23	1.543.201,28	0,00	1.678.635,69	0,00	4.347,82
Tomada de Precos 05/2008	1,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1,77
DESPESA - Banco BV	1.509,78	12.316,37	0,00	13.498,07	0,00	328,08
Despesa - Salario Maternidade	4.662,40	18.115,34	0,00	18.115,34	0,00	4.662,40
DESPESA - CONVENIO UNIMED	5.055,56	172.701,63	0,00	177.517,01	0,00	240,18
DESPESA - FUNPREV	725,38	4.916,92	0,00	5.301,36	0,00	340,94

Emissão: 30/12/2016 13:06:29 PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - Prefeitura Municipal de Paranatinga

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2016

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
Depositos - IMPREV	155,57	2.022,41	0,00	2.022,41	0,00	155,57
DESPESA - DESCONTO JUDICIAL	99,85	3.121,22	0,00	3.221,07	0,00	0,00
DESPESA - I.N.S.S - INSPECAO	0,00	197.351,93	0,00	197.351,93	0,00	0,00
DESPESA - BANCO DO BRASIL - INSPECAO	9.665,93	93.963,96	1.716,09	105.230,93	0,00	115,05
DESPESA - CAIXA ECON FEDERAL - INSPECAO	0,00	19.903,62	0,00	18.187,44	1.716,09	0,09
DESPESA - CONVENIO UNIMED - INSPECAO	1.214,13	13.571,20	0,00	14.785,33	0,00	0,00
DESPESA - CONVENIO SISEMP - INSPECAO	0,00	9.739,20	0,00	9.739,20	0,00	0,00
DESPESA - CONTRIBUICAO SISEMP - INSPECAO	0,00	1.561,68	0,00	1.561,68	0,00	0,00
DESPESA - PENSAO ALIMENTICIA - INSPECAO	0,00	3.488,94	0,00	3.488,94	0,00	0,00
DESPESA - CONTR SINDICAL CSPB- INSPECAO	0,00	1.913,52	0,00	1.913,52	0,00	0,00
DESPESA FOLHA INSPECAO	330.366,35	2.588.561,85	0,00	2.683.467,94	0,00	235.460,26
Subtotal:	**1.049.784,39**	**7.939.916,77**	**1.716,09**	**8.313.577,96**	**1.716,09**	**676.123,20**
Subtotal:	**8.836.834,28**	**10.701.385,87**	**1.716,09**	**12.740.371,07**	**3.512.797,23**	**3.286.767,94**
TOTAL	**8.836.834,28**	**10.701.385,87**	**1.716,09**	**12.740.371,07**	**3.512.797,23**	**3.286.767,94**
TOTAL GERAL	**8.836.834,28**	**TOTAL (b+c)**	**10.703.101,96**	**TOTAL (d+e)**	**16.253.168,30**	**3.286.767,94**

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

ITAMAR RODRIGUES
Secretario de Financas

SIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
Contador - CRC - 006413/0 - 0 MT

Emissão: 30/12/2016 13:06:29 PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA Página 2

Homologado

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 270/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 270/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, SR. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA** no exercício de suas funções e uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal específica,

CONVOCA os candidatos especificados no Anexo I desta Portaria, aprovados e classificados no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO n° 001/2015, Termo de Homologação Decreto nº 1189/2016 devidamente publicado no Jornal Oficial da AMM na data de 18 de janeiro de 2016, para realização de perícia médica e entrega dos documentos exigidos para contratação.

1 – DA PERÍCIA MÉDICA E DA CONTRATAÇÃO.

1.1. Os candidatos aprovados e convocados terão 03 (três) dias úteis contados da publicação do edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação na Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, devendo entregar 01 (uma) cópia da seguinte documentação para sua contratação:

a) 01 foto 3x4 recente.

b) 01 Cópias dos documentos abaixo:

I. CPF, RG, Título de Eleitor, Certificado de Reservista para o sexo masculino;

II. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (cópia da página com a numeração da CTPS e verso da mesma página, contendo os dados pessoais);

III. Certidão de Nascimento ou Casamento;

IV. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

V. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou;

VI. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos;

VII. Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida para o cargo, em caso de candidato aprovado para os cargos de Apoio Administrativo Educacional II – Motorista.

c) Declaração contendo: Endereço residencial; Telefone; n.º de conta corrente no Banco do Brasil; n.º do PIS/PASEP.

d) Certidão de quitação eleitoral.

e) Certidão Negativa Civil e Criminal.

f) Declaração de bens.

g) Declaração de não acúmulo de cargo público.

h) Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

Os candidatos deverão apresentar-se para realização de Exame Admissional, munidos da Carteira de Identidade, bem como dos seguintes exames:

URINA TIPO I;

HEMOGRAMA

COMPLETO;

PROTOPARASITOLÓGICO;

VDRL.

i) Copia acompanhada do original dos títulos que tenha declarado no ato da inscrição.

1.2. Os candidatos que não comparecerem nas datas e horários definidos nesta Portaria, serão desclassificados neste chamamento, sendo reclassificados.

1.3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

1.4. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga/MT, 17 de abril de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

ANEXO I

Cargo: Psicólogo	
Ordem	**Candidato**
1	ANDERSON CARLOS DA SILVA SOUZA

CONSELHOS MUNICIPAIS
DECRETO Nº 1348/2017 - CM-FETHAB

DECRETO Nº 1348/2017 de 17 de abril de 2017

"Retifica o Decreto nº 1344 de 11 de abril de 2017 que nomeia os Membros do Conselho Municipal do FETHAB e dá outras providencias".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto na Lei nº 1432/2017 de 16 de março de 2017.

DECRETA:

Art. 1° - Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal do FETHAB de Paranatinga-MT

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAL

Representantes Do Poder Executivo

Titular: Paulo Arthur Terra de Moura Filho

Suplente: José Geraldo Lopes Martins

Titular: Daniel Schilo

Suplente: Leonardo Benedeti Rodrigues

Representantes do Poder Legislativo

Titular: Josevaine Silva de Souza

Suplente: Abel Divino Nunes

Titular: Cícero Pereira Filho

Suplente: Jorge Martinho Ciotti

Representante do Ministério Público Estadual

Titular: Monica Weiss

Suplente: Thaeline Rocha Matos Ferreira

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Representantes do Sindicato Rural de Paranatinga

Titular: Thomas Paschoal Alves Correa

Suplente: Eduardo Minoro Sako

Titular: José Augusto Longhini

Suplente: Eliezer Silva

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: José Nilo Silva Ferreira

Suplente: Doralina G. Castilho

Representantes da ACIP – Associação Comercial e Industrial de Paranatinga

Titular: João Lopes da Silva

Suplente: Andre Kremer de Lemos

Representantes da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

Titular: Alex Sandro Valandro

Suplente: Josimar Loula Filho

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, em 17 de abril de 2017.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 1347/2017.

DECRETO Nº 1347/2017.

"REGULAMENTA A PARADA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Paranatinga, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - A prestação dos serviços regulares de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros poderá ser organizada por linhas isoladas ou por áreas de operação, devendo a linha das Empresas passar pelo Centro da Cidade, tendo como complementação de embarque e desembarque de passageiros, uma parada em local próximo ao PSF 1 do Bairro Concórdia, para recolhimento daqueles passageiros que eventualmente não se encontram na Rodoviária Municipal.

Parágrafo Único - Para prestação de um serviço mais eficiente.

Art. 2º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 12 de abril de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
BALANÇO GERAL FINANCEIRO - PREF. PARANATINGA - 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PARANATINGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2016

Data de emissão: 30/12/2016

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária	**62.210.628,93**	**51.258.438,65**	**Despesa Orçamentária**	**53.891.988,50**	**46.954.880,70**
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	69.181.761,66	57.222.071,90	Ordinária	53.891.988,50	46.954.880,70
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	6.971.132,73	5.963.633,25			
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**	**2.498.729,28**	**2.319.305,52**
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas	2.498.729,28	2.319.305,52
Recebimentos Extra-Orçamentários	**9.053.622,89**	**10.108.190,02**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**11.092.608,09**	**11.840.886,75**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	1.110.273,94	2.514.090,32	Pagos no período	2.775.597,95	4.358.620,26
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	7.941.632,86	7.594.099,70	Outras movimentações extra-orçamentárias	8.315.294,05	7.482.266,49
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	1.716,09		Outras movimentações extra-orçamentárias	1.716,09	
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**		
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda		
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**3.636.078,86**	**3.384.523,16**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**7.417.004,81**	**3.636.078,86**
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	3.636.078,86	3.384.523,16	Bancos conta movimento	7.417.004,81	3.636.078,86
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		

Emissão: 30/12/2016 12:47:22 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PARANATINGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2016

Data de emissão: 30/12/2016

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL	74.900.330,68	64.751.151,83	TOTAL	74.900.330,68	64.751.151,83

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

ITAMAR RODRIGUES
Secretario de Financas

SIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
Contador - CRC - 006413/0 - 0 MT

Emissão: 30/12/2016 12:47:22 Página 2

Homologado

OUVIDORIA MUNICIPAL
BALANÇO GERAL ORÇAMENTÁRIO - RESTOS À PAGAR - PREF. PARANATINGA - 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	1.035.110,59	772.543,63	606.052,59	593.352,59	1.110.627,92	103.673,71
Pessoal e Encargos Sociais	4.367,94	2.808,11			6.827,48	348,57
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	1.030.742,65	769.735,52	606.052,59	593.352,59	1.103.800,44	103.325,14
DESPESAS DE CAPITAL	3.909.012,70	521.606,21	1.012.026,90	974.669,93	2.400.453,22	1.055.495,76
Investimentos	3.909.012,70	521.606,21	1.012.026,90	974.669,93	2.400.453,22	1.055.495,76
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL	4.944.123,29	1.294.149,84	1.618.079,49	1.568.022,52	3.511.081,14	1.159.169,47

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	297.935,00	1.172.288,48	1.089.344,27		380.879,21
Pessoal e Encargos Sociais	119.531,01	332.102,52	278.274,61		173.358,92
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	178.403,99	840.185,96	811.069,66		207.520,29
DESPESAS DE CAPITAL	30.901,28	47.652,00	72.194,24		6.359,04
Investimentos	30.901,28	47.652,00	72.194,24		6.359,04
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	328.836,28	1.219.940,48	1.161.538,51		387.238,25

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

VILSON PIRES	ITAMAR RODRIGUES	SIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal	Secretario de Financas	Contador - CRC - 006413/0 - 0 MT

OUVIDORIA MUNICIPAL
BALANÇO GERAL ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - PREF. PARANATINGA - 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (c - a)
			Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.746.281,80	53.746.281,80	62.210.628,93	115,74	-8.464.347,13
RECEITAS CORRENTES	47.928.717,53	47.928.717,53	61.628.265,15	128,58	-13.699.547,62
RECEITA TRIBUTARIA	5.458.760,75	5.458.760,75	9.907.570,79	181,49	-4.448.810,04
Impostos	5.090.824,86	5.090.824,86	9.847.020,20	193,42	-4.756.195,34
Taxas	249.354,97	249.354,97	292.794,34	117,42	-43.439,37
Contribuição de Melhoria	118.580,92	118.580,92			118.580,92
(-)Dedução da Receita Tributaria			-232.243,75		232.243,75
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	557.728,26	557.728,26	996.164,92	178,61	-438.436,66
Contribuições Sociais	128.188,26	128.188,26			128.188,26
Contribuições Econômicas	429.540,00	429.540,00	996.164,92	231,91	-566.624,92
(-)Dedução da Receita de Contribuições					
RECEITA PATRIMONIAL	266.487,22	266.487,22	466.277,08	174,97	-199.789,86
Receitas Imobiliárias	14.151,34	14.151,34			14.151,34
Receitas de Valores Mobiliários	244.668,89	244.668,89	466.277,08	190,57	-221.608,19
Receitas de Concessões e Permissões	2.733,49	2.733,49			2.733,49
Outras Receitas	4.933,50	4.933,50			4.933,50
(-)Dedução da Receita Patrimonial					
RECEITA AGROPECUÁRIA	9.182,44	9.182,44			9.182,44
Receita da Produção Vegetal	8.382,90	8.382,90			8.382,90
Receita da Produção Animal e Derivados					
Outras Receitas Agropecuárias	799,54	799,54			799,54
(-)Dedução da Receita Agropecuária					
RECEITA INDUSTRIAL					
Receita da Indústria de Transformação					
Receita da Indústria de Construção					
Outras Receitas Industriais					
(-)Dedução da Receita Industrial					
RECEITA DE SERVIÇOS	25.686,26	25.686,26			25.686,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	40.666.716,63	40.666.716,63	49.836.927,70	122,54	-9.170.211,07
Transferências Intergovernamentais	44.420.078,22	44.420.078,22	55.564.472,39	125,08	-11.144.394,17
Transferências de Instituições Privadas					
Transferências do Exterior					
Transferências de Pessoas					
Transferências de Convênios	1.228.438,29	1.228.438,29	925.083,82	75,30	303.354,47
Transferências para o Combate à Fomte					
(-) Dedução para foemação do FUNDEB	-4.981.799,88	-4.981.799,88	-6.652.628,51	133,53	1.670.828,63
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	944.155,97	944.155,97	421.324,66	44,62	522.831,31
Multa de Juros de Mora	38.010,07	38.010,07	67.331,58	177,14	-29.321,51
Indenizações e Restituições	676.909,50	676.909,50			676.909,50
Receita da Dívida Ativa	185.466,87	185.466,87	270.562,48	145,88	-85.095,61
Receitas Diversas	43.769,53	43.769,53	169.691,07	387,69	-125.921,54
(-) Dedução de Outras Receitas Correntes			-86.260,47		86.260,47
RECEITAS DE CAPITAL	5.817.564,27	5.817.564,27	582.363,78	10,01	5.235.200,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.009,68	3.009,68			3.009,68
Operações de Crédito Internas	1.504,84	1.504,84			1.504,84
Operações de Crédito Externas	1.504,84	1.504,84			1.504,84
ALIENAÇÃO DE BENS	2.997,87	2.997,87			2.997,87
Alienação de Bens Móveis	1.498,93	1.498,93			1.498,93
Alienação de Bens Imóveis	1.498,94	1.498,94			1.498,94
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS					
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.809.444,57	5.809.444,57	582.363,78	10,02	5.227.080,79
Transferências Intergovernamentais	117.990,79	117.990,79			117.990,79
Transferências de Instituições Privadas					
Transferências do Exterior					
Transferências de Pessoas					
Transferências de Outras Instituições Públicas					
Transferências de Convênios	5.691.453,78	5.691.453,78	582.363,78	10,23	5.109.090,00
Bens Imóveis para o Combate a Fome					
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.112,15	2.112,15			2.112,15
Integralização do Capital Social					
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.					
Restituições					
Receita de Capital Diversas	2.112,15	2.112,15			2.112,15
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	53.746.281,80	53.746.281,80	62.210.628,93	115,74	-8.464.347,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)					
Operações de Crédito Internas					
Mobiliária					
Contratual					
Operações de Crédito Externas					
Mobiliária					
Contratual					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	53.746.281,80	53.746.281,80	62.210.628,93	115,74	-8.464.347,13
DÉFICIT/SUPERÁVIT (VI)		6.572.212,19			6.572.212,19
TOTAL(VII) = (V + VI)	53.746.281,80	60.318.493,99	62.210.628,93	103,13	-1.892.134,94

Emissão: 30/12/2016 12:38:44

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)					**R$ 1,00**
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos Adicionais)	196.004,42	196.004,42			196.004,42
Superávit Financeiro					
Reabertura de Créditos Adicionais	196.004,42	196.004,42			196.004,42

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 30/12/2016 12:38:44

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (c - a)
			Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)					
RECEITA TRIBUTÁRIA					
Taxas					
Contribuição de Melhoria					
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES					
Contribuições Sociais					
Contribuições Econômicas					
RECEITA PATRIMONIAL					
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários					
Receita de Concessões e Permissões					
Outras Receitas Agropecuárias					
RECEITA AGROPECUÁRIA					
Receita da Produção Vegetal					
Receita da Produção Animal e Derivados					
Outras Receitas Agropecuárias					
RECEITA INDUSTRIAL					
Receita da Indústria de Transformação					
Receita da Indústria de Construção					
Outras Receitas Industriais					
RECEITA DE SERVIÇOS					
Receita de Serviços					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES					
Multas e Juros de Mora					
Indenizações e Restituições					
Receitas Diversas					
RECEITAS DE CAPITAL					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
Operações de Crédito Internas					
ALIENAÇÃO DE BENS					
Alienação de Bens Móveis					
Alienação de Bens Imóveis					
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS					
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL					
Integralização do Capital Social					
Receitas de Capital Diversas					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)					
DÉFICIT (IV)	1.345.408,13	1.892.501,13	1.678.345,89	88,68	214.155,24
TOTAL (V) = (III + IV)	1.345.408,13	1.892.501,13	1.678.345,89	88,68	214.155,24

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

ITAMAR RODRIGUES
Secretario de Financas

SIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
Contador - CRC - 006413/0 - 0 MT

Emissão: 30/12/2016 12:38:44

Página 3

Homologado

OUVIDORIA MUNICIPAL
BALANÇO GERAL ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS - PREF. PARANATINGA - 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	52.400.873,67	58.425.992,86	52.213.642,61	51.324.202,17	51.113.046,65	89,36	6.212.350,25
DESPESAS CORRENTES	43.142.263,34	53.183.340,95	48.497.338,59	48.442.161,90	48.231.006,98	91,18	4.686.002,36
Pessoal e Encargos Sociais	23.390.166,50	29.997.870,86	27.963.606,98	27.962.729,58	27.800.086,30	93,21	2.034.263,88
Juros e Encargos da Dívida	44.673,05	100.973,05	80.904,89	80.904,89	80.904,89	80,12	20.068,16
Outras Despesas Correntes	19.707.423,79	23.084.497,04	20.452.826,72	20.398.527,43	20.350.015,79	88,59	2.631.670,32
DESPESAS DE CAPITAL	9.025.802,72	5.241.844,30	3.716.304,02	2.882.040,27	2.882.039,67	70,89	1.525.540,28
Investimentos	8.538.399,18	4.733.544,76	3.209.865,58	2.375.601,83	2.375.601,23	67,81	1.523.679,18
Inversões Financeiras	40.673,04	1.169,04					1.169,04
Amortização da Dívida	446.730,50	507.130,50	506.438,44	506.438,44	506.438,44	99,86	692,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	232.807,61	807,61					807,61
RESERVA DO RPPS							
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	1.345.408,13	1.892.501,13	1.678.345,89	1.678.172,86	1.668.667,91	88,68	214.155,24
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	53.746.281,80	60.318.493,99	53.891.988,50	53.002.375,03	52.781.714,56	89,34	6.426.505,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)							
Amortização da Dívida Interna							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
Amortização da Dívida Externa							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	53.746.281,80	60.318.493,99	53.891.988,50	53.002.375,03	52.781.714,56	89,34	6.426.505,49
SUPERÁVIT (XIII)			8.318.640,43				-8.318.640,43
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	53.746.281,80	60.318.493,99	62.210.628,93	53.002.375,03	52.781.714,56	103,13	-1.892.134,94

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS CORRENTES (I)	1.345.408,13	1.892.501,13	1.678.345,89	1.678.172,86	1.668.667,91	88,68	214.155,24
Pessoal e Encargos Sociais	1.345.408,13	1.892.501,13	1.678.345,89	1.678.172,86	1.668.667,91	88,68	214.155,24
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes							
DESPESAS DE CAPITAL (II)							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	1.345.408,13	1.892.501,13	1.678.345,89	1.678.172,86	1.668.667,91	88,68	214.155,24
SUPERÁVIT (IV)							
TOTAL (V) = (III + IV)	1.345.408,13	1.892.501,13	1.678.345,89	1.678.172,86	1.668.667,91	88,68	214.155,24

Emissão: 30/12/2016 12:38:45

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

VILSON PIRES Prefeito Municipal	ITAMAR RODRIGUES Secretario de Financas	SIVALDO PEREIRA DOS SANTOS Contador - CRC - 006413/0 - 0 MT

Emissão: 30/12/2016 12:38:45

Página 2

Homologado

OUVIDORIA MUNICIPAL
BALANÇO GERAL - BALANÇO PATRIMONIAL - PREF. PARANATINGA - 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2016

Data de emissão: 12/04/2017

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ATIVO CIRCULANTE	**10.247.287,04**	**5.907.986,54**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**2.203.929,25**	**4.859.495,22**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.417.004,81	3.636.078,86	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	342.944,45	453.420,79
CREDITOS A CURTO PRAZO	2.653.311,93	2.271.907,68	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	224.933,03	1.096.981,51
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	815.279,99	815.279,99	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	44.041,29	31.490,13
CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER	1.262.444,40	1.035.146,12	PROVISOES A CURTO PRAZO	915.887,28	2.227.818,40
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	11.123.286,35	7.158.092,52	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	676.123,20	1.049.784,39
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO	-10.547.698,81	-6.736.610,95			
ESTOQUES	176.970,30				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**46.718.836,28**	**44.065.904,26**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**13.244.671,18**	**5.358.190,84**
IMOBILIZADO	46.718.836,28	44.065.904,26	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	659.565,12	
BENS MOVEIS	10.103.833,72	8.543.805,74	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	7.648.095,89	1.408.575,44
BENS IMOVEIS	40.911.938,21	38.666.690,95	PROVISOES A LONGO PRAZO	4.937.010,17	3.949.615,40
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-4.296.935,65	-3.144.592,43	**TOTAL DO PASSIVO**	**15.448.600,43**	**10.217.686,06**
			PATRIMÔNIO LIQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIOATUAL**	**EXERCÍCIOANTERIOR**
			RESULTADOS ACUMULADOS	41.517.522,89	39.756.204,74
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.763.322,71	5.925.915,94
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	39.756.204,74	28.515.864,51
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-2.004,56	5.314.424,29
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**41.517.522,89**	**39.756.204,74**
TOTAL	**56.966.123,32**	**49.973.890,80**	**TOTAL**	**56.966.123,32**	**49.973.890,80**

ATIVO FINANCEIRO	**7.417.004,81**	**3.636.078,86**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**2.203.929,25**	**4.859.495,22**
ATIVO PERMANENTE	**49.549.118,51**	**46.337.811,94**	**PASSIVO PERMANENTE**	**13.244.671,18**	**5.358.190,84**
SALDO PATRIMONIAL				**41.517.522,89**	**39.756.204,74**

Compensação

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2016

Data de emissão: 12/04/2017

EXECUCAO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	1.417.016,76	23.725.860,23	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	4.690.779,68	9.458.135,60
			EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.734.742,78	3.734.742,78
TOTAL	**1.417.016,76**	**23.725.860,23**	**TOTAL**	**8.425.522,46**	**13.192.878,38**

OUVIDORIA MUNICIPAL
BALANÇO GERAL - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PREF. PARANATINGA - 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**92.071.727,15**	**67.500.210,91**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**19.138.896,93**	**11.672.335,88**
IMPOSTOS	18.272.063,26	10.771.185,16
TAXAS	866.833,67	901.149,72
CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES	**996.164,92**	**353.630,84**
CONTRIBUICOES SOCIAIS		
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO		
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	996.164,92	353.630,84
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**917.637,72**
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS		
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS		917.637,72
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**10.546.235,08**	**435.336,31**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA	10.079.958,00	235.137,15
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	466.277,08	200.199,16
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**57.699.516,02**	**49.832.368,59**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	48.138.626,76	49.832.368,59
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	138.769,20	
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.421.770,06	
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	350,00	
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	**285.093,30**	**1.618.510,68**
REAVALIACAO DE ATIVOS		
GANHOS COM ALIENACAO		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS APREENDIDOS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR PRODUCAO		
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	221.342,20	528.993,18
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	63.751,10	1.092.517,50
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**3.405.820,90**	**2.670.390,89**
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES		
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	3.405.820,90	2.670.390,89
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**88.831.282,55**	**61.234.323,86**
PESSOAL E ENCARGOS	**29.640.902,44**	**25.124.772,13**
REMUNERACAO A PESSOAL	26.419.444,12	22.520.832,48
ENCARGOS PATRONAIS	3.221.458,32	2.603.939,65
BENEFICIOS A PESSOAL		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		
APOSENTADORIAS E REFORMAS		
PENSOES		
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA		
BENEFICIOS EVENTUAIS		
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS		
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**27.870.716,75**	**20.955.866,37**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	8.253.108,44	8.849.153,02
SERVICOS	18.457.437,89	10.731.994,84
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.160.170,42	1.374.718,51
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**1.126.927,54**	**18.488,19**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	1.109.676,88	
JUROS E ENCARGOS DE MORA	6.125,56	
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	11.125,10	18.488,19
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**9.209.462,15**	**8.215.023,23**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.498.729,28	2.319.305,52
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	6.675.878,51	5.738.374,91
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	34.854,36	157.342,80
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS		
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	**17.279.882,83**	**2.196.797,71**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	17.258.731,62	2.047.405,08
PERDAS COM ALIENACAO		
PERDAS INVOLUNTARIAS	21.151,21	149.392,63
INCORPORACAO DE PASSIVOS		
DESINCORPORACAO DE ATIVOS		
TRIBUTÁRIAS	**622.106,29**	**512.531,68**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUICOES	622.106,29	512.531,68
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS		
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS		
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**3.081.284,55**	**4.210.844,55**
PREMIACOES		
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES		
INCENTIVOS		
SUBVENCOES ECONOMICAS		
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES		
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES	3.081.284,55	3.921.378,48
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		289.466,07

Emissão: 06/04/2017 14:20:47 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

Resultado Patrimonial do Período	**3.240.444,60**	**6.265.887,05**

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	3.386.983,46	4.625.847,15
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	506.438,44	158.967,55
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		

Emissão: 06/04/2017 14:20:47 Página 4

Homologado

OUVIDORIA MUNICIPAL
BALANÇO GERAL - ANEXO 16 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - PREF. PARANATINGA - 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - Prefeitura Municipal de Paranatinga

ANEXO 16 DA LEI 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

EXERCÍCIO DE 2016

(art. 124 da Lei nº 4.320/1964) em R$

DÍVIDA FUNDADA INTERNA POR CONTRATOS

AUTORIZAÇÕES						SALDO CIRCULAÇÃO ANTERIOR EM	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
LEIS	DESCRIÇÃO	PARCELAS TOT.	PARCELAS PAGAS	DATA	VALOR EMISSÃO		EMISSÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
1312/2016	Parcelamento de INSS 2016.	60	25	04/01/2016	843.377,60		843.377,60		154.962,27	28.850,21	35	659.565,12
1288/2016	Parcelamento Junto a Energisa S/A	11	11	11/03/2016	266.299,28		266.299,28		264.514,06	1.785,22		
TOTAL					**1.109.676,88**		**1.109.676,88**		**419.476,33**	**30.635,43**	**35**	**659.565,12**

DÍVIDA FUNDADA INTERNA NÃO VINCULADA

AUTORIZAÇÕES						SALDO CIRCULAÇÃO ANTERIOR EM	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
LEIS	DESCRIÇÃO	PARCELAS TOT.	PARCELAS PAGAS	DATA	VALOR EMISSÃO		EMISSÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
624/2009	FINANCIAMENTO BCO. BRASIL - BNDS	84	71	28/12/2009	1.097.200,00	326.537,90		11.125,10	167.867,00		13	169.796,00
/0000	Precatorio - Proc 124477/2016-ANTONIO F MANCINI	99		30/12/2016	197.022,97		197.022,97	20.330,17			99	217.353,14
/0000	Precatorio - Proc 137440/2014-IVETE ANTONIA STACKE	99		30/12/2016	4.923,75		4.923,75	1.611,74			99	6.535,49
/0000	Precatorio - Proc 160927/2016-ENGEMAT-CONST CIVIS	99		30/12/2016	1.894.302,50		1.894.302,50	195.467,01			99	2.089.769,51
/0000	Precatorio - Proc 161955/2015-JOSIMAR LOULA FILHO	99		30/12/2016	33.759,17		33.759,17	6.944,68			99	40.703,85
/0000	Precatorio - Proc 72467/2015-FATIME ALI DIB	99		30/12/2016	2.995.178,00		2.995.178,00	648.409,88			99	3.643.587,88
/0000	Precatorio - Proc 82815/2015-ILDE ROQUE GUARESCHI	99		30/12/2016	299.517,00		299.517,00	64.840,82			99	364.357,82
/0000	Precatorio - Proc 86855/2016-CONSTRUTORA BRONZE LT	99		30/12/2016	75.837,40		75.837,40	17.439,28			99	93.276,68
/0000	Precatorio - Proc 87001/2014-MOSAIR FRATARI TAVARE	99		30/12/2016	23.244,62		23.244,62	5.032,10			99	28.276,72
/0000	Precatorios - Proc 13838-Perival de Matos Campos	60	15	31/12/2015	1.082.037,54	1.082.037,54		184.102,03	271.700,77		45	994.438,80
TOTAL					**7.703.022,95**	**1.408.575,44**	**5.523.785,41**	**1.155.302,81**	**439.567,77**		**850**	**7.648.095,89**
TOTAL GERAL					**8.812.699,83**	**1.408.575,44**	**6.633.462,29**	**1.155.302,81**	**859.044,10**	**30.635,43**	**885**	**8.307.661,01**

ITAMAR RODRIGUES
Secretario de Financas

SIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
Contador - CRC - 006413/0 - 0 MT

Emissão: 30/12/2016 12:58:50 PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA Página 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 239/2017. DE 17 DE ABRIL DE 2.017.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO do Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica **NOMEADO** o Servidor Público Municipal o Senhor**JAMAL COSTA ABDO**, para ocupar o cargo em comissão de **Diretor Clínico do Hospital Municipal**, do Município de Pedra Preta - MT.

***ART.2º* -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17/04/2017.

ART.3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2.017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2017

EXTRATO do CONTRATO Nº 006/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
MODALIDADE: CARTA CONVITE Nº 003/2017	**DATA: 12/ 04/2017**
CONTRATADO: ONIEL NAZARO MARTINS EPP	
Contratação de empresa especializada na construção e execução de duas bases de concreto, instalação dos reservatórios metálicos tipo taça, incluso extensões de rede de energia elétrica de baixa tensão e redes de água para os novos recipientes, sendo um com capacidade de 40.000 litros, assentamento “Frei Serváccio” e outro de 30.000 litros, assentamento “Banco da Terra”, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura do município de Pedra Preta- MT.**CONVENIO-SEAF-Convenio nº 057/2015.**	
prazo: 30 DIAS VALOR: R$ 25.299,24 (vinte e cinco mil duzentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos)	**VIGÊNCIA: 12/05/2017**
DOTAÇÃO: 06.001.20.511.0037.1069 CONVENIO 057/2015	

PORTARIA Nº 238/2017. DE 12 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **EXONERAR** aServidora Pública Municipal o Senhora **IVANIR VICENTE DE LIMA**, ocupante do Cargo de **CHEFE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO**, do Município de Pedra Preta - MT.

***ART.2º* -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito à partir do dia 17 de Abril de 2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA Nº 240/2017. DE 17 DE ABRIL DE 2.017.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO do Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica **NOMEADA** a Servidora Pública Municipal a Senhora **IVANIR VICENTE DE LIMA**, para ocupar o cargo em comissão de Diretora do Hospital Municipal, do Município de Pedra Preta - MT.

***ART.2º* -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito à partir do dia 17 de Abril de 2017.

ART.3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2.017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA Nº 234/2017. DE 12 DE ABRIL DE 2017.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **01/02/2015 à 01/02/2016.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas no período de **13/04/2017 à 12/05/2017.**

EDILENE BEZERRA PEREIRA

Auxiliar de Enfermagem

ART. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA Nº 242/2017. DE 17 DE ABRIL DE 2017

Concede Licença Maternidade a senhora **FABIANA FERREIRA DE SOUZA OLIVEIRA** e dá outras providências.

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando: o Atestado Médico emitido pelo Dr. **Nelson Dias de Morais**, CRM 441, em 11/04/2017.

Considerando ainda: a Lei Municipal nº. 075/98, de 23/03/98, no Título IV, Capitulo I, Seção III, Sub-Seção IV, Artigo 90 e seus respectivos parágrafos;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Maternidade a Senhora FABIANA FERREIRA DE SOUZA OLIVEIRA ocupante do Cargo de ASSISTENTE SOCIAL, lotada junto à Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social a serem usufruídas no período de11/04/2017a 09/08/2017.

***ART. 2º* -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11/04/2017.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA Nº 235/2017. DE 12 DE ABRIL DE 2017.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES o Servidor da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **09/08/2011 à 09/08/2012.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias o Servidor Público Municipal, lotado na **Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas** a serem usufruídas no período de **10/04/2017 à 09/05/2017.**

VALDECI FURTADO BORGES

Operador de Maquinas

ART. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10/04/2017.

ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA Nº 236/2017. DE 12 DE ABRIL DE 2.017.

Dispõe sobre **RETORNO AO CARGO DE ORIGEM** e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **RETORNAR** a Servidora Pública Municipal Senhora **MARIA LOURDES DOS SANTOS** ao cargo de origem como **Auxiliar de Enfermagem**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

ART.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito à partir do dia 17 de Abril de 2017.

ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2.017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA Nº 237/2017. DE 12 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **EXONERAR** oServidor Público Municipal o Senhor **MARCELO NUNES MORENO**, ocupante do Cargo de Diretor Clínico do Hospital Municipal, do Município de Pedra Preta - MT.

ART.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito à partir do dia 17 de Abril de 2017.

ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA Nº 241/2017. DE 17 DE ABRIL DE 2.017.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO da Servidora Pública Municipal, e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **NOMEAR** a Servidora Pública Municipal, a Senhora**SILVIA FERREIRA DE MELO**, para ocupar o Cargo de **Coordenadora da Secretaria Municipal de Saúde**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em lei.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/04/2017.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2.017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 012/2017, tendo por OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETA-**

RIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADÂNIA; SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER; SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA; SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Mauricio Ferreira de Souza**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG 3.462. 335-0 SSP/PR e CPF 408.557.409-49, residente e domiciliado a Rua Itamar Dias, nº 633, Bairro Centro Novo, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 006/2010 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 012/2017 Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora(s) que incidirá no valor dos PRODUTOS, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alçada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referencia e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento de registrar os preços UNITARIOS obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2017; enquanto o objeto MEDIATO será contratação futura da empresa **AUTO POSTO ZURC LTDA – EPP,** com o **CNPJ N° 20.985.352/0001-50** e a empresa **MAGALHÃES & NUNES LTDA – EPP**, com o **CNPJ N° 00.055.843/0001-95**, visando o fornecimento dos PRODUTOS constantes do aludido do anexo 1 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do anexo 1 que acompanhou o Edital da licitação estimadas, podendo, nos limites do art. 65 da Lei 8666/93, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, MARCA E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço, e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Registro de Preço da empresa **AUTO POSTO ZURC LTDA EPP**, com o CNPJ N° 20.985.352/0001-50, localizada na Av. Interpeninsular, nº 2221, Bairro ZH2-001 – Centro na cidade de Matupá-MT CEP 78525-000 representada pelo seu sócio proprietário Senhor Milton Almeida da Cruz CPF nº 916.816.181-68, RG sob o nº 001051854 SSP/MS residente e domiciliado na Rua 03, 828 Fundos – Jardim das Flores Matupá/MT e a empresa **MAGALHÃES & NUNES LTDA - EPP**, com o CNPJ N° 00.055.843/0001-95, localizada na Av. Brasil, nº 115A, Bairro Centro na cidade de Peixoto de Azevedo-MT CEP 78530-000 representada pelo seu sócio proprietário Senhor Nivaldo Nunes CPF nº 493.071.779-53, RG sob o nº 3.755.040 SSP/PR residente e domiciliado na Av. Brasil, 115 – Centro – Peixoto de Azevedo/MT;

Planilha demonstrativa dos preços:

556930 AUTO POSTO ZURC LTDA EPP

SEQ	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	289959	OLEO DIESEL S10	IPIRANGA	LT	475.500	3,53	1.678.515,00
TOTAL GERAL R$	**1.678.515,00**						

R$ 1.678.515,00 (Hum milhão, seiscentos e setenta e oito mil, quinhentos e quinze reais)

67 MAGALHAES & NUNES LTDA

SEQ	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	256413	ETANOL	PETROBRAS	LT	54.500	2.94	160.230,00
2	279921	GASOLINA COMUM	PETROBRAS	LT	89.500	3,93	351.735,00
3	279920	OLEO DIESEL COMUM	PETROBRAS	LT	554.000	3,42	1.894.680,00
TOTAL GERAL R$	**2.406.645,00**						

R$ 2.406.645,00 (Dois milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais)

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 006/10.

3.2. Regularmente convocado para retirar a solicitação de empenho, o fornecedor cumprirá faze-lo no prazo mínimo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.

3.4. A assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo máximo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação da respectiva Ata. As contratações decorrentes do SRP terão sua vigência estabelecida conforme as disposições contidas nos editais e respectivos instrumentos de contrato, observando o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

4.3. Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir os PRODUTOS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas clausulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerencia da Ata de Registro de Preços ficará cargo da Prefeitura, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas.

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgão e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.

5.3. Os órgão ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação previa ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos PRODUTOS.

6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.

6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, órgão gerenciador Cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços.

6.6. Nos preços unitários registrados esta incluída todas as despesas e taxas de qualquer Espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que Verificará e confrontará qualidade dos PRODUTOS entregue com o especificado no Termo de Referencia.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega dos PRODUTOS.

7.3. Em se verificando vícios ou defeitos nos PRODUTOS, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega dos PRODUTOS será realizada pelo Fiscal do Contrato.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo os órgão adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. Os combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel) deverão ser fornecidos de forma parcelada mediante abastecimento direto nas bombas localizadas nas dependências da(s) empresa(s) vencedora, de forma parcelada, conforme necessidade das Secretarias, mediante requisição de compras emitida pelo Setor de Compras, bem como as hipóteses em que o caminhão da empresa vencedora descarrega o combustível diesel nos tanques de diesel com capacidade máxima de 15.000 litros do Município, sendo que um tanque se encontra instalado no pátio do Distrito União do Norte e pátio Urbano. Ficando o abastecimento nas bombas disponível das 06h00min às 22h00min.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará expedição da solicitação de empenho ou documento similar e notificará empresa para proceder à retirada do mesmo.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.

8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da Solicitação de ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da Solicitação de ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos PRODUTOS, o esgotamento dos PRODUTOS será o limite mínimo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.7. Na hipótese do Item 8.6, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá restante dos PRODUTOS das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item.

8.8. Os PRODUTOS deverão ser entregues pela vencedora no local determinado pelo Órgão requisitante, no horário comercial.

8.9. Os PRODUTOS serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade.

8.10. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referencia.

8.10.1. Em se verificando problemas na entrega dos PRODUTOS, a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.11. Os PRODUTOS, a cada requisição, deverão ser executados de uma só vez no local indicado no Item 8.1 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente á data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos PRODUTOS poderá ser fracionada e/ou prorrogada.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e Previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.

9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

9.3. Responder ás notificações no prazo estabelecido.

9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.

9.5. Efetuar a perfeita execução o do objeto licitado.

9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP - Ata de Registro de Preço.

10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgão aderente. (em casos de adesão).

10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.

10.4. Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.

10.4.1. Caberão órgão aderente a aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das clausulas desta ata, devendo ser encaminhada copias para conhecimento das decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.

10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.

11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

a) O fornecedor não dispuser a substituir os PRODUTOS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

b) O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento;

c) O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente;

d) O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado nos autos;

f) Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência.

12.2. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for ocaso;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancaria emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o numero do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu credito.

14.2. A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar.

14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providencias cabíveis.

14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.

14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e numero do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o numero do fac-símile.

14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderá ser corrigidos pela variação do ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.

15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma.

15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento.

15.3. Todos os tributos incidentes sobre os PRODUTOS fornecidos/licitados deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributaria aplicável á espécie.

15.4. No documento de cobrança deverá constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o deposito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7o da Lei no 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)

16.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos destaAta, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 04 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

16.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **Município de Peixoto de Azevedo-MT,** poderá garantido à prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado,

suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Peixoto de Azevedo, por prazo de até 02 (dois) anos, Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ou ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantendo a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal,ficará impedida de licitar e contratar com o Administração Pública pelo prazo de até 2 (dois) anos, se for o caso, o Município de Peixoto de Azevedo-MT solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei, e terá sua inidoneidade declarada, garantida prévia e ampla defesa;

16.4. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Peixoto de Azevedo, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Peixoto de Azevedo-MT, proceder à cobrança judicial da multa;

16.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Peixoto de Azevedo;

16.6. Se a **CONTRATADA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município de Peixoto de Azevedo/MT, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município;

16.7. Do ato que aplicar penalidade, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ata através de notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1 - Considerando o prazo de validade estabelecido na clausula quarta da ata e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Lei Federal nº 10192/2001 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Presencial nº 012/2017, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

17.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis á espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1 - Esta Ata de Registro de Preços vincula-se ás disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital de Pregão Presencial nº 012/2017 e Termo de Referência;

b) Ata da Sessão Pública;

c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

a) Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação ás finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;

b) Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;

d) Fiscalizar o fornecimento dos PRODUTOS.

e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o numero deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Rua Ministro César Cals nº 226 Centro- Peixoto de Azevedo/MT – CEP 78530-000

Secretaria Municipal de Administração

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, 2º do Código Civil.

21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Clausula ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhando-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação trimestralmente na Imprensa Oficial do Estado e divulgação por meios eletrônicos, os preços registrados para utilização dos órgãos participantes em conformidade com o disposto no art. 4, inciso VII do Decreto Municipal 006/2010.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

22.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em

02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerencia Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 13 de Abril de 2017

EMERSON NUNES FREITAS	MARIA DOS SANTOS LOPES DA SILVA
Pregoeiro	Membro da Equipe

CECILIA PEREIRA DA SILVA	MAURICIO FERREIRA DE SOUZA
Membro da Equipe	Prefeito Municipal

AVISO DE REABERTURA PREGÃO PRESENCIAL - SRP 004 2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 031, de 05 de Janeiro de 2017, faz saber que devido à anulação ex officio do resultado do referido certame foi determinado reabertura com nova data aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas em Edital, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** para "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/ MT NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**Que será realizado às 08hs do dia 28 de Abril de 2017, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço acima ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br, maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 07hs às 11hs e 13hs às 17hs, ou pelo fone (66) 3575-5100. Peixoto de Azevedo 17 de Março de 2017.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 006/ 2017.

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo prorroga do prazo de execução de referente ao contrato **nº 006/2017**. **DO PRAZO**: altera-sea Cláusula III de **17/04/2017**, para mais 30 dias compreendendo com fim de execução em **17/05/2017** do contrato original, data termo 17/04/2017. **CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT - **CONTRATADO**: JOÃO MOREIRA DE SOUZA-ME, inscrita no **CNPJ** sob o nº. 24.307. 952/0001-10.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 008/2017

O Município de Pontal do Araguaia-MT, através de sua Pregoeira Municipal nomeada pela Portaria nº 071/GP/2017, de 06 de abril de 2017, comunica aos interessados que será aberta a licitação MODALIDADE: **Pregão Presencial - SRP** nº. **008/2017**, OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de expediente e pedagógico atendendo as necessidades das Secretarias Municipais da PMPA/MT, pelo prazo de 12 (doze) meses, de acordo com as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência - ANEXO I, REALIZAÇÃO: **04/05/2017**, Horas**: 09:00hs** (horário Local), e será regido pela Lei Federal 10.520/02, Decreto Federal 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 557/2007, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT, no horário da 07:30hs às 13:30hs, e no site: www.pmpontaldoaraguaia.com.br. Demais informações pelo telefone:(66)3401-7450.

Pontal do Araguaia/ MT, 18 de Abril de 2017.

MÁRCIA REGINA S. CAROLO

Pregoeira Municipal.

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 076/GP/2017

PORTARIA N.º 076/GP/2017 Em, 17 de Abril de 2017.

"Dispõe sobre Homologação das Resoluções COMAS-PA Nº 002/2017 até 003/2017 e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) de Pontal do Araguaia, abaixo relacionada:

Resolução COMAS-PA Nº 002 de 13/03/2017, que dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, ano 2016 e dá outras providências; e

Resolução COMAS-PA Nº 003 de 17/04/2017, que dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para Co-financiamento do Governo do Estado de Mato Grosso, ano 2017 e dá outras providências;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 17 de Abril de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 077/GP/2017

PORTARIA Nº 077/GP/2017 De 17 de Abril de 2017.

"Dispõe sobre composição da Comissão Municipal de Habitação e Saneamento e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - A Comissão Municipal de Habitação e Saneamento (CMHS), terá a seguinte composição, conforme Lei Municipal nº 575/2010:

I – Representantes da Administração Direta do Município:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Maria Ely da Costa Silva

Suplente: Darcilene Guerra Libório

Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Cristina Matias dos Santos Sousa

Suplente: Eliza de Alvarenga Naves

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Lusiângela Soares da Silva

Suplente: Elisama Goetz

Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Lindomar Alves de Sousa

Suplente: Dorvalina Rezende Ribeiro

II – Representantes de Entidades Civis do Município:

Representante da Igreja Evangélica Assembléia de Deus:

Titular: Cristino Gomes dos Santos Duarte

Suplente: Idevaldo Firmino Duarte

Representante da Igreja Católica:

Titular: Marleide Alves de Lima Corte

Suplente: Mara Ieda Beckmann Bosaipo

Representante da CDL:

Titular: Creuza Souza Santana

Suplente: Polliana Di Queiroz Carlos

Representante do Assentamento Brilhante:

Titular: Evanio Pereira da Silva

Suplente: Lucieny Aires Lima

Representante das Associações de Bairros:

Titular: Edivá Costa de Sousa

Suplente: Micheline Silva Sai

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia/MT, 17 de Abril de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2017 - CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Considerando a necessidade de modificação do local de realização do Curso de Formação Inicial e Continuada e do horário, TORNA PÚBLICO, que o mesmo ocorrerá na "Biblioteca Municipal Professor José Martins", situada na Rua Gerson Ribeiro Moura, s/nº., Centro, nos dias e horários a seguir listados:

Data Dia da Semana Horário:

18 de Abril de 2017 (Terça-feira) Das 7:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00

19 de Abril de 2017 (Quarta-feira) Das 7:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00

20 de Abril de 2017 (Quinta-feira) Das 7:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00

21 de Abril de 2017 (Sexta-feira) Das 7:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00

Ponte Branca, 17, de Abril de 2017.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES - Prefeito Municipal

MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO MATTOS – Presidente da Comissão de Concurso

EUDES DA SILVA BARROS – Secretário

ADÃO PEREIRA DE OLIVEIRA – Membro

DALVINA CÂNDIDA DE RESENDE – Suplente

SIMONE BENTO DE RESENDE – Suplente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PARA PARTICIPAÇÃO DO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Considerando a desistência formal da candidata **PATRICIA DOMINGOS DE OLIVEIRA,** Inscrição nº. 0083930, no Cargo de **Agente de Combate as Endemias,** classificada na 6ª colocação;

Considerando que ainda restam candidatos classificados que podem obter sucesso no Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada;

Convoca-se para participação da segunda etapa do Concurso Público, o Curso de Introdução de Formação Inicial e Continuada, a candidata abaixo discriminada:

Agente de Combate à Endemias:

Candidato	Inscrição	Classificação
MARCIA MONTEIRO DA SILVA	0097208	13º

A candidata convocada deverá comparecer no local, datas e horários estipulados, munida de documento de identificação com foto.

Ponte Branca, 17, de Abril de 2017.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES - Prefeito Municipal

MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO MATTOS – Presidente da Comissão de Concurso

EUDES DA SILVA BARROS – Secretário

ADÃO PEREIRA DE OLIVEIRA – Membro

DALVINA CÂNDIDA DE RESENDE – Suplente

SIMONE BENTO DE RESENDE – Suplente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO DA LEI 792/2017

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Texto:

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Pelo presente Termo, fica **RETIFICADO os Números dos Artigos** da LEI 792/2017, **DISPÕE SOBRE A ANISTIA DOS JUROS E MULTAS, DA REMISSÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA, DO PARCELAMENTO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS** no dia 11/04/2017.

Onde se lê: Art.4º –

Leia-se Art.3º –

Onde se lê: Art.5º –

Leia-se Art.4º –

Onde se lê: Art.6º –

Leia-se Art.5º –

Onde se lê: Art.7º –

Leia-se Art.6º –

Onde se lê: Art.8º –

Leia-se Art.7º –

Onde se lê: Art.9º –

Leia-se Art.8º –

Gabinete do Prefeito, 17 de Abril de 2017.

_____

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/ 2017-REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2017.

O Município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através do Pregoeiro senhor Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 022/2017, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA LOCACAO DE CAMINHONETE CARROCERIA ABERTA DE MADEIRA, COM CAPACIDADE DE CARGA PARA 1.200KG, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS, na sala de licitações, prevista para abertura no dia 08/05/2017 às 09h00min. O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.portoalegredonortemt.com.br, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, localizada na Rua Tocantins nº 1173, Setor Três Irmãos, Porto Alegre do Norte/MT, no valor de 0,50 (cinquenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável. Porto Alegre do Norte/ MT, 17 de Abril de 2017/ Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira - Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/ 2017-REGISTRO DE PREÇOS.

O Município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através do Pregoeiro senhor Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 021/2017, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, PSF II E POSTO DE SAÚDE NOVA FLORESTA, COM RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR 30350003, PARA ATENDIMENTO DO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE NORTE/MT**, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS, na sala de licitação, prevista para abertura no dia 05/05/2017 às 14h00min. O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.portoalegredonortemt.com.br, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, localizada na Rua Tocantins nº 1173, Setor Três Irmãos, Porto Alegre do Norte/MT, no valor de 0,50 (cinquenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável. Porto Alegre do Norte/MT, 17 de Abril de 2017/ Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO MUNICIPAL Nº 041/2017

"CANCELA O TÍTULO DEFINITIVO QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

O Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, **EUGENIO PELACHIM**, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, o Titulo Definitivo nº 008/2007, expedido em 03 de Janeiro de 2007, trazido ao conhecimento através da nota Devolução nº 3632 do Cartório de 1º da Comarca de Barra do Bugres-MT, de acordo com o Artigo 14 da Lei Municipal nº 040/1995

CONSIDERANDO que o processo administrativo nº 001/2017 foi encaminhado à Departamento de Tributos e Cadastro imobiliário Municipal, para análise e conhecimento sobre a legalidade da matéria, onde a mesma constatou a falta de recolhimento das taxas e impostos da referida área, concluindo pelo Cancelamento do Título Definitivo n.º

CONSIDERANDO, finalmente, que nos termos da Súmula 473 do STF: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial";

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar administrativamente, o Título Definitivo nº008/2007, Lavrado em favor de JOSE ANTONIO DE FARIA FILHO, referente uma área de terras 9.248 m² (Nove Mil, Duzentos e Quarenta e Oito Metros Quadrados).

Art. 2º Cabe a Secretaria Municipal de Administração supramencionado, promovendo-se as comunicações, e demais registros necessários.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições contraria anterior.

Gabinete do Prefeito de Porto Estrela-MT, 10 de Abril de 2017.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

DECRETO Nº. 030/2017.

De: 17 de Abril de 2017.

"*Nomeia os Coordenadores do COMDEC – Comissão Municipal de Defesa Civil de Porto dos Gaúchos MT".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais, e ainda em conformidade com o que preceitua a Lei Municipal nº 039/2003, C.C Art. 4º do Decreto nº 012/2003.

DECRETA:

Art. 1º A Comissão de Defesa Civil de Porto dos Gaúchos MT, será composta pelos seguintes Coordenadores Municipais:

I – Presidente:

Moacir Pinheiro Piovesan

II – Secretario Executivo.

Marcos Antonio De Souza

III – Coordenadoria de Transportes e Combustíveis:

Eder Rafael Boldrin

IV – Coordenadoria de Assistência Social:

Angela Aparecida Piovesan

V – Coordenadoria de Saúde:

Silvia Regina Cremonez Sirena

VI – Coordenadoria de Obras Especiais e Levantamento de danos e Recuperação:

Dirceu Fulber

VII – Coordenadoria de Entidades Não Governamentais e Voluntariado:

Sebastião Lázaro Neto

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 17 de Abril de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 029/2017

De: 17 de Abril de 2017

*"Exonera **Angela Aparecida Piovesan** do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT; no uso de suas prerrogativas legais, em conformidade com inciso I, do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonera **Angela Aparecida Piovesan** inscrita no CPF nº 793. 095.341-68 a partir de 17 de Abril de 2017, do cargo de **Secretária Municipal de Assistência Social,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 17 de Abril de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMATICA
NOTIFICAÇÃO CONTRATUAL

À EMPRESA **R.G DA PAZ EIRELI - EPP**

PROCESSO N°: 002/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N°: 002/2017

CONTRATO N°: 044/2017

Vimos por meio desta notificar a EmpresaR.G DA PAZ EIRELI - EPP, com sede na Avenida Alzira Santana, s/nº, Bairro Ikaray, Qd 17, Lote 05, Cidade de Varzea Grande / Mato Grosso, 78.130-724, inscrita no CNPJ sob o n° 21.058.617/0001-38, na pessoa do representante legal Sr. RODRIGO GARCIA DA PAZ, inscrito no CPF n° 731.341.201-00, do descumprimento da cláusula **6. DA ENTREGA DO PRODUTO**, i**tem 6.1.1** – A entrega será num prazo **MÁXIMO DE SETE DIAS** a contar da requisição e/ou autorização de compra.

Ainda neste sentido, a CONTRATADA descumpre o **item 9.7** - Responder perante o CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes, da cláusula **9. DAS OBRIGAÇÕES**.

Conforme previsto nas cláusulas do Contrato, cabe ao município aplicar a cláusula **10. DAS SANÇÕES**, **item 10.1** - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções (artigo 87 da Lei Federal 8.666/93).

Fica a empresa R.G DA PAZ EIRELI - EPP, **NOTIFICADA e ADVERTIDA** que o Município de Porto dos Gaúchos – MT aplicará as devidas penalidades previstas na Lei Federal 8.666/93, sendo aplicado multa de 5% (cinco por cento) e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o município de Porto dos Gaúchos/MT, por prazo não superior a 2 (dois) anos, terá a CONTRATADA o prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data da publicação desta notificação no Diário Oficial da AMM.

Atendendo também o Comunicado Interno 070/2017 de 11 de Abril de 2017, expedido pelo Fiscal de contrato Sra. Elizabete Marta Krebs Lopes, onde diz: "Venho por meio deste, informar vossa Senhoria, o descumprimento por parte da firma R.G da Paz Eireli – EPP, representada pelo **Sr. Rodrigo Garcia da Paz,** sob o Art. 6.1.1 – Alínea "A" – do Contrato Público nº 044/2017, não cumprimento de prazos de entrega da mercadoria, diante disso peço notificação da mesma."

Notificação esta referente as Requisições Nº 1480; Nº 1481; Nº 1483; Nº 1484; Nº 1601; Nº 1596; Nº 1615; Nº 1606; Nº 1628; Nº 1619; Nº 1621; Nº 1509; Nº 1511.

O não atendimento da presente notificação no prazo assinalado, ou ausência de defesa ou o não acolhimento da mesma, implicará na adoção das medidas judiciais e administrativas cabíveis, o que acarretara a possível inclusão da empresa na dívida ativa do município.

_____

ALLAN VINICIUS DUARTE SCARIOT

Secretário Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2017

EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2017

A **Prefeitura Municipal de POXORÉU**, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.858, de 11 de abril de 2.017, por meio do **CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU – ESCOLA DE GOVERNO**,**RESOLVE** divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização de Processo Seletivo Simplificado **para formação de cadastro reserva** de servidores para atender a natureza emergencial, transitória de natureza temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal/88, que são indispensáveis à prestação de serviços públicos finalísticas e em substituição a servidores afastados de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da Constituição Federal, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital.

1. DA DENOMINAÇÃO – REFERÊNCIA – EXIGÊNCIA MÍNIMA – VAGAS – INSCRIÇÃO – VENCIMENTO INICIAL

QUADRO DE VAGAS GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL					
Cargo/Contratação	**Vagas**	**Vagas PNE**	**Vencimento R$.**	**Carga Horária Semanal**	**Requisitos do Cargo**

Advogado	Cadastro Reserva.	-	1.682,18	20	Ensino Superior em Direito + Registro na OAB/MT – Ordem dos Advogados do Brasil Carga Horária cumprindo em Programa do Creas e Outras atividades
Advogado	Cadastro Reserva.	-	3.364,36	40	Ensino Superior em Direito + Registro na OAB/MT – Ordem dos Advogados do Brasil
Agente Administrativo	Cadastro Reserva	-	1.303,80	40	Ensino Médio
Agente de Saúde- ESF1 – Jardim Poxoréu (Jardim poxoreu – parque rodoviário- vila cruzeiro, lagoa II, jardim das Américas, Cohab velha).	Cadastro Reserva	-	1.014,00	40	Ensino Médio Área
Agente de Saúde _ ESF2 – João Pessoa, (Centro, Alameda Monchão Dourado, Vila Santa Terezinha, Vila Santa Maria).	Cadastro Reserva	-	1.014,00	40	Ensino Médio Área
Agente de Saúde_ ESF3 – Vila Irantinópolis(VilaIrantinópolis I e II, santa Luzia, Jd.Popular, Jd Brilhante, Parte do Jd. Democrático).	Cadastro Reserva	-	1.014,00	40	Ensino Médio Área
Agente de Saúde _ESF4 – Novo Horizonte (Lagoa I, Jd. Tropical, Cohab Xavante, Dom José Selva I e II, Jd. Novo Horizonte, Cohab Bela Vista, Jd Democrático, Distrito Alto Coité. **SEDE**	Cadastro Reserva	-	1.014,00	40	Ensino Médio Área
Agente de Saúde _ESF4 – Novo Horizonte (Lagoa I, Jd. Tropical, Cohab Xavante, Dom José Selva I e II, Jd. Novo Horizonte, Cohab Bela Vista, Jd Democrático, Distrito Alto Coité. **ALTO COITÉ**	Cadastro Reserva	-	1.014,00	40	Ensino Médio Área
Agente de Saúde – ESF5 – ITINERANTE – DISTRITOS APARECIDA DO LESTE, PARAISO DO LESTE, JOANESBURGO, JARUDORE. ASSENTAMENTOS: ALMINHAS, CARLOS MARIGHELA, MARTIRES DOS CARAJÁS, COLINA VERDE, DOM OSCAR ROMERO, SANTO ANTONIO DA ALDEIA.	Cadastro Reserva	-	1.014,00	40	Ensino Médio Área
Agente de Endemias	Cadastro de Reservas	-	1.014,00	40	Ensino Médio
Agente de Serviços Gerais –	Cadastro Reserva	-	937,00	40	Ensino Fundamental Incompleto
Agente de Serviços Gerais – COZINHEIRA(O)	Cadastro Reserva	-	937,00	40	Ensino Fundamental Incompleto
Agente de Serviços Gerais – LAVADEIRA	Cadastro Reserva	-	937,00	40	Ensino Fundamental Incompleto
Assistente Social	Cadastro Reserva		2.532,61	40	Ensino Superior específico, com registro no órgão da classe
Auxiliar de Encanador	Cadastro Reserva		937,00	40	Ensino Fundamental Incompleto
Auxiliar de Laboratório	Cadastro Reserva		1.303,80	40	Ensino Médio
Auxiliar Mecânico	Cadastro Reserva		937,00	40	Ensino Fundamental Incompleto
Bioquímico	Cadastro Reserva		2.532,61	40	Ensino Superior específico, com registro no órgão da classe.
Biólogo	Cadastro Reserva		2.532,61	40	Ensino Superior específico bacharelado, com registro no órgão da classe.
Borracheiro	Cadastro Reserva		937,00	40	Ensino Fundamental Incompleto
Contador	Cadastro Reserva		3.364,36	40	Ensino Superior específico, com registro no órgão da classe.
Coveiro	Cadastro Reserva		937,00	40	Ensino Fundamental Incompleto
Cuidador de Idoso	Cadastro Reserva.	-	937,00	12/36 horas.	Ensino Médio Completo + Experiência de 1 ano na área + Avaliação Psicológica + Entrevista.
Cuidador Infantil	Cadastro Reserva.	-	937,00	12/36 horas.	Ensino Médio Completo + Experiência de 1 ano na área + Avaliação Psicológica + Entrevista.
Desenhista	Cadastro Reserva.		1.303,80	40	Ensino Médio Completo + Autocad
Eletricista	Cadastro Reserva		1.303,80	40	Ensino Médio, mais curso profissionalizante.
Eletricista de Automóveis	Cadastro Reserva.		1.303,80	40	Ensino Médio Completo
Encanador	Cadastro Reserva		1.045,39	40 horas.	Ensino Fundamental Incompleto
Enfermeiro	Cadastro Reserva.	-	2.532,61	40 horas.	Ensino Superior Específico em Enfermagem com registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN/MT.
Enfermeiro	Cadastro Reserva.	-	2.532,61	12/36 horas	Ensino Superior Específico em Enfermagem com registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN/MT.
Engenheiro Agrônomo	Cadastro de Reserva	-	3.364,36	40 horas.	Ensino Superior Específico em Agronomia com registro no Conselho Regional de Agronomia– Crea
Engenheiro Civil	Cadastro de Reserva	-	3.364,36	40 horas.	Ensino Superior Específico em Engenharia Civil com registro no Conselho Regional de Engenharia– Crea
Fiscal de Serviços Urbanos	Cadastro Reserva		1.303,80	40 horas.	Ensino Médio
Fiscal de Tributos	Cadastro Reserva		1.303,80	40 horas.	Ensino Médio
Fiscal Sanitário	Cadastro Reserva		1.303,80	40 horas.	Ensino Médio

Fisioterapeuta	Cadastro Reserva		2.532,61	40 horas.	Ensino Superior específico, com registro no órgão da classe.
Fonoaudiólogo	Cadastro Reserva		2.532,61	40 horas.	Ensino Superior específico, com registro no órgão da classe.
Gari – Braçal	Cadastro Reserva.	-	937,00	40 horas.	Ensino Fundamental incompleto
Gari – Coleta de Lixo	Cadastro Reserva.	-	937,00	40 horas.	Ensino Fundamental incompleto
Gari – limpeza urbana	Cadastro Reserva.		937,00	40 horas.	Ensino Fundamental incompleto
Guarda Municipal	Cadastro Reserva.	-	937,00	40 horas.	Ensino Fundamental incompleto
Instrutor de artesanato	Cadastro Reserva.	-	937,00	40 horas.	Ensino Médio + Experiência de 01 ano
Instrutor de dança	Cadastro Reserva.	-	937,00	40 horas.	Ensino Médio + Experiência de 01 ano
Instrutor de esportes	Cadastro Reserva.	-	937,00	40 horas.	Ensino Médio + Experiência de 01 ano
Instrutor de Informática	Cadastro Reserva.	-	937,00	40 horas.	Ensino Médio + Capacitação na área.
Instrutor de música	Cadastro Reserva.	-	937,00	40 horas.	Ensino Médio + experiência na área.
Mecânico veículos – leves e ônibus	Cadastro Reserva.	-	1.368,98	40 horas.	Ensino Fundamental incompleto + Experiência comprovada em veículos leves, ônibus e caminhões.
Mecânico máquinas pesadas	Cadastro Reserva.	-	1.368,98	40 horas.	Ensino Fundamental incompleto + Experiência comprovada em motores diesel, máquinas pesadas.
Médico	Cadastro Reserva.	-	5.767,50 + Auxílio Moradia	40 horas.	Ensino Superior em Medicina, com registro no CRM/MT – Conselho Regional de Medicina.
Motorista	Cadastro Reserva.	-	1.045,39	40 horas.	Ensino Fundamental Incomp+ CNH na categoria “D”.
Motorista de Caçamba	Cadastro Reserva.		1.045,39	40 horas	Ensino Fundamental Incomp+ CNH na categoria “D”.
Nutricionista	Cadastro Reserva.	-	2.532,61	40 horas.	Ensino Superior em Nutrição
Odontólogo	Cadastro Reserva		2.532,61	40 horas	Ensino Superior específico, com registro no órgão da classe
Operador de Maquinas – I (Operador de trator de pneus e rolos compactadores) + gratificação	Cadastro Reserva.	-	1.368,98	40 horas.	Ensino Fundamental Incompleto + CNH na categoria “D” + Experiência na área.
Operador de Máquinas – II (Pá carregadeira, minicarregadeira e retroescavadeira) + gratificação	Cadastro Reserva.	-	1.368,98	40 horas.	Ensino Fundamental Incompleto + CNH na categoria “D” + Experiência de um ano na área.
Operador de Máquinas – III (Operador de Moto niveladora, patrol, escavadeira de grande porte (PC) + Gratificação	Cadastro Reserva.	-	1.368,98	40 horas.	Ensino FundamentalIncompleto + CNH na categoria “D” + Experiência na área.
Orientador Social	Cadastro Reserva.	-	1.045,39	40 horas.	Ensino Médio completo
Psicólogo	Cadastro Reserva.	-	2.532,61	**40 horas.**	Ensino Superior em Psicologia, com registro no CRP/MT – Conselgo Regional de Psicologia.
Técnico em Administração	Cadastro Reserva		1.368,98	40	Ensino Médio, mais curso técnico na área, profissionalizante de acordo com normas do CEE-MT e MEC
Técnico Agropecuário	Cadastro Reserva		1.772,83	40	Ensino Médio, mais curso técnico na área, profissionalizante de acordo com normas do CEE-MT e MEC
Técnico em Enfermagem	Cadastro Reserva.	-	1.368,98	40 horas.	Ensino Técnico Específico de Técnico em Enfermagem com registro no Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso – Coren/MT.
Técnico de Laboratório	Cadastro Reserva		1.303,80	40 horas	Ensino Médio, profissionalizante de acordo com normas do CEE-MT e MEC
Técnico em Higiene Dental	Cadastro Reserva.	-	1. 303,80	40 horas.	Ensino Médio + Curso Técnico ou Profissionalizante, com registro o CRO/MT – Conselho Regional de Odontologia.
Técnico em Informática	Cadastro Reserva		1.368,98	40 horas	Ensino Médio, mais curso técnico na área, profissionalizante de acordo com normas do CEE-MT e MEC.
Técnico em segurança do trabalho	Cadastro Reserva		1.368,98	40 horas	Ensino Médio, mais curso técnico na área, profissionalizante de acordo com normas do CEE-MT e MEC
Técnico em Topografia	Cadastro Reserva		1.772,83	40 horas	Ensino Médio, mais curso técnico na área, profissionalizante de acordo com normas do CEE-MT e MEC
Veterinário	Cadastro Reserva		3.364,36	40 horas	Ensino Superior – Medico Veterinário com registro no órgão competente. CRNV.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 – O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade do **CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO**, e compreenderá:

1ª etapa – provas objetivas de múltipla escolha, para todos os cargos, de caráter classificatório;

2ª Etapa – prova de títulos apenas para os cargos de nível superior, de caráter apenas classificatório;

3ª Etapa – prova prática, apenas para os cargos de **motorista caçambeiro, Operador de Maquinas – I (rolo compactador e Trator de Pneus), Operador de Máquinas – II (PÁ CARREGADEIRA, MINICARREGADEIRA E RETROESCAVADEIRA), Operador de Máquinas – III (OPERADOR DE MOTO NIVELADORA, PATROL, ESCAVADEIRA DE GRANDE PORTE - PC),** de caráter eliminatório e classificatório;

4ª Etapa – comprovação de requisitos, apresentação de atestado médico e curso específico de formação, de caráter apenas eliminatório, após a homologação do Processo Seletivo.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 – As inscrições para provas e títulos serão pela internet e realizadas no período de **18/04/2017 a 24/04/2017**, pelo site **www.poxoreu.mt.gov.br,** aba **Processo Seletivo 2017**.

3.2 – A entrega de títulos será na sala de aula para o fiscal da mesma, com início às 7h e término às 8h.

3.3 – A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância por parte do candidato de todas as condições, normas e exigências constantes do presente edital.

3.4 - Não será permitido ao candidato fazer mais de uma inscrição no Processo Seletivo Simplificado, previsto neste Edital.

3.5 – Não haverá taxa de inscrição para a realização do Processo Seletivo Simplificado.

3.6 - Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

3.6.1 - Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

3.7 - Não será aceito pedido de alteração referente à opção de cargo após efetivação da inscrição.

3.7.1 - A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

3.8 - A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a admissão do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas.

3.9 - Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.10 - O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

3.11 - O candidato que necessitar de qualquer tipo de condição especial para realização das provas deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição via presencial ou Internet, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários. Não serão aceitas quaisquer solicitações de condições especiais para realização de prova após o ato de inscrição.

3.11.1 - A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar somente um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

3.11.2 - Não será concedido tempo adicional para a execução da prova à candidata devido ao tempo despendido com a amamentação.

3.11.3 - A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4. DAS PROVAS

4.1 - Data e local das provas objetivas:

4.1.1 – As provas objetivas serão realizadas no dia 07/05/2017 (Domingo), das 8:00 h às 12:00 h, na Escola Municipal Profª Guiomar Maria da Silva,localizada na RuaMonteiro Lobato, nº 18 – Jardim Novo Horizonte – Poxoréu - MT.

4.1.1.1 - Caso ocorra fatos supervenientes, a data de realização das provas objetivas poderá ser adiada e tornada pública por meio de editais complementares.

4.1.1.2 – A comprovação de título será no dia 07.05.2017 (Domingo) das 7:00h às 8:00h na sala que o candidato realizará as provas objetivas.

4.1.1.3 – Os portões serão abertos às 7h e fechado às 7:45h

4.1.1.4 – Havendo necessidade, as provas objetivas poderão ser realizadas em mais de um local, mediante indicação por edital complementar.

4.2 – Data e Local das provas práticas

4.2.1 – As provas práticas serão realizadas no dia 07/05/2017 (Domingo) às 13h na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

4.2.2- As provas práticas serão realizadas por uma Comissão Avaliadora composta por cinco membros.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 – O Processo Seletivo Simplificado será realizado e coordenado sob a responsabilidade de uma Comissão Organizadora, que contará com a colaboração da assessoria jurídica e consultoria técnica.

5.2 – É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os Editais e demais publicações referentes a esta seleção através do site do município **www.poxoreu.mt.gov.br** e no saguão da Prefeitura de Poxoréu.

5.3 – O edital completo se encontra publicado no site do município **www.poxoreu.mt.gov.br**.

5.4 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e publicados através de Editais Complementares.

6. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

6.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal – §1° do art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998 – art. 3º).

6.2. Ter na data da contratação, 18 (dezoito) anos completos.

6.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

6.4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

6.5. Possuir aptidão física e mental.

6.6. Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação.

6.7. Os candidatos aprovados, para serem nomeados, deverão possuir o registro do órgão de classe competente, caso existente.

6.8. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

7 . DO PROCESSO SELETIVO

7.1.O Processo Seletivo constará de provas objetivas de múltipla escolha, para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório e prova de títulos apenas para os cargos de nível superior, de caráter apenas classificatório; e prova prática, apenas para os cargos de **motorista caçambeiro, Operador de Maquinas – I (rolo compactador e Trator de Pneus), Operador de Máquinas – II (PÁ CARREGADEIRA, MINICARREGADEIRA E RETROESCAVADEIRA), Operador de Máquinas – III (OPERADOR DE MOTO NIVELADORA, PATROL, ESCAVADEIRA DE GRANDE PORTE - PC)**de caráter eliminatório e classificatório.

7.2 - DAS PROVAS OBJETIVAS (PRIMEIRA ETAPA):

7.2.1. As provas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo I deste Edital, com a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas:

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	Provas	Números de Questões	Pontuação de cada Questão	Total
Português Específica	10 10	04 06	40 60	
Total	20	–	100	

ENSINO MÉDIO	Provas	Números de Questões	Pontuação de cada Questão	Total
Português Específica	20 20	02 03	40 60	
Total	40	–	100	

SUPERIOR	Provas	Números de Questões	Pontuação de cada Questão	Total
Português Específica	20 20	02 03	40 60	
Total	40	–	100	

7.2.2. A prova objetiva de múltipla escolha, de caráter classificatório, será de acordo com a valoração de pontos acima evidenciada, e terá sua pontuação total variando do mínimo de 0 (zero) ponto ao máximo de 100 (cem) pontos.

7.2.3. As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.

7.2.4. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no cartão de respostas. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato.**

7.2.5. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois poderá prejudicar o desempenho do candidato.

7.2.6. O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

7.2.7. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o cartão de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não–preenchido integralmente.

7.2.8. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado.

7.2.9 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos.

7.3 - O caderno de provas contém todas as informações pertinentes ao Processo Seletivo, devendo o candidato ler atentamente as instruções.

7.3.1 - Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra–se devidamente identificado no caderno de provas.

7.3.2. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

7.3.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **60 (sessenta) minutos** do horário fixado para o seu início, **munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa**, de comprovante de inscrição e de **documento de identidade original**, preferencialmente aquele apresentado no ato de sua inscrição.

7.3.4. Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas.

7.3.5. Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas apenas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de provas e o candidato portar protocolo de inscrição que ateste que deveria estar devidamente relacionado naquele local de provas.

7.3.6. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela Comissão de Processo Seletivo.

7.3.7. Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

7.3.8.Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o fechamento dos portões.

7.3.9. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, com mesmo valor legal como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

7.3.9.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

7.3.9.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não–identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

7.3.9.3. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

7.3.9.4. O documento oficial de identidade emitido com prazo de validade, quando apresentado pelo candidato, não poderá estar com data de validade vencida, como, por exemplo, passaporte e carteira de identidade/RG emitida para menor de idade.

7.3.9.5. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 7.3.9. deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Processo Seletivo Simplificado.

7.3.9.6. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

7.3.10. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, em data ou em horário diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

7.3.11. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, etc, o que não acarreta em qualquer responsabilidade da empresa organizadora sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do processo seletivo. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

7.3.12. Não será permitida, durante a realização da prova Objetiva, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.), e, ainda, lápis contendo gravação de qualquer informação privilegiada em relação ao conteúdo programático do certame.

7.3.13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Processo Seletivo Simplificado e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

7.3.14. Não haverá segunda chamada para as provas objetivas de múltipla escolha. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que faltar à prova objetiva ou chegar após o horário estabelecido.

7.3.15. Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo coordenador do local de provas, conforme estabelecido neste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

7.3.16. O candidato somente poderá retirar–se do local de realização das provas objetivas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 90 (noventa) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.

7.3.17. Terá suas provas anuladas, também, e será automaticamente ELIMINADO do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

a) retirar–se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;

b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;

d) utilizar–se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos, gravador, receptor e/ou pagers e/ou que se comunicar com outro candidato;

e) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos;

f) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital;

g) descumprir as instruções contidas no caderno de provas e no cartão de respostas (provas objetivas);

h) recusar–se a entregar o cartão de respostas (provas objetivas);

i) ausentar–se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas (provas objetivas);

j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender ao procedimento descrito no subitem 5.4.6.2, caso se recuse a coletar sua impressão digital;

k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;

m) estiver portando arma, exceto no caso de candidatos que possuam autorização legal para tanto.

7.3.18. O descumprimento de quaisquer das instruções contidas no subitem 7.3.17. implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

7.3.18.1. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

7.3.19. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas objetivas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

7.3.20. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

7.4. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas objetivas e o comparecimento no horário determinado.

7.4.1. O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação especificando os horários e locais/cidades de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

7.5. DA PROVA DE TÍTULOS (SEGUNDA ETAPA):

7.5.1. A avaliação de títulos, somente para os cargos de nível superior de caráter classificatório, **valerá até 20 (vinte) pontos**, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

7.5.2. O candidato deverá, obrigatoriamente, estar de posse dos documentos a serem entregues para a prova de títulos quando do ingresso no local de provas. Não será admitido, no dia de realização das provas, que o candidato se retire do local de provas, mesmo que esta já tenha terminado sua prova, para buscar documentos referentes a títulos ou que receba estes documentos de pessoas estranhas ao certame, mesmo que estas estejam fora do perímetro do local de realização das provas.

7.5.2.1. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas de múltipla escolha.

7.5.3. O candidato, na entrega dos títulos, deverá anexar o Formulário para Entrega de Títulos, conforme modelo no **Anexo II** deste Edital, já devidamente preenchido e assinado, declarando os títulos entregues, seu nome e cargo pretendido, com letra legível ou de forma. O Formulário deve ser entregue dentro do envelope que contiver os títulos.

7.5.4. Não serão recebidos originais de documentos. As cópias dos documentos entregues somente serão analisadas se **autenticadas** em Cartório de Notas e não serão devolvidos em hipótese alguma.

7.5.5. A entrega dos documentos referentes aos títulos não faz, necessariamente, que a pontuação postulada seja concedida. Os documentos serão analisados pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificadode acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

7.5.6. A não apresentação dos títulos importará na atribuição de nota zero ao candidato na fase de avaliação de títulos, que não possui caráter eliminatório, mas somente classificatório.

7.5.7. Os títulos especificados neste Edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo e assinatura do responsável e data.

7.5.8. Cada título será considerado uma única vez.

7.5.9. Os títulos considerados neste Processo Seletivo, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

Títulos Avaliados	Pontos	Comprovação	Pontuação Máxima

Curso de Doutorado exclusivo na área específica* de atuação do cargo pretendido.	10 (dez) pontos.	Fotocópias autenticadas dos Diplomas ou certificados expedidos por instituição oficialmente reconhecida pelo MEC ou Conselho Estadual ou Federal de Educação.	20 (vinte) pontos.
Curso de Mestrado exclusivo na área específica* de atuação do cargo pretendido.	6 (seis) pontos, por curso.	Fotocópias autenticadas dos Diplomas ou certificados expedidos por instituição oficialmente reconhecida pelo MEC ou Conselho Estadual ou Federal de Educação.	20 (vinte) pontos.
Curso de Pós–Graduação exclusivo na área específica* de atuação do cargo pretendido.	3 (três) pontos por curso.	Fotocópias autenticadas dos Diplomas ou Históricos Escolares ou certificados de curso de pós–graduação em nível de especialização lato sensu, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, expedido por instituição oficialmente reconhecida pelo MEC ou Conselho Estadual ou Federal de Educação.	20 (vinte) pontos.

7.5.10. A comprovação de títulos referentes a cursos que ainda não foram expedidos diplomas e históricos escolares, que forem comprovados através de declaração de conclusão de curso terão validade apenas se informarem EXPRESSAMENTE a respectiva portaria do MEC que autoriza o curso de pós-graduação realizado. Ainda, somente será considerado válido se com declaração de término do curso, com conclusão e apresentação de monografia (se houver), e ainda, se declaração com data de expedição de até 180 (cento e oitenta) dias, após conclusão do referido curso, uma vez que após este prazo somente será aceito diploma e/ou histórico escolar, por tratar-se o prazo de 180 dias o prazo máximo para expedição do certificado e/ou histórico escolar pela instituição de ensino.

7.5.10.1. Não serão pontuados como títulos declarações que apenas informem que o candidato está regularmente matriculado em curso de pós-graduação, mesmo que nessa declaração conste a previsão de término do mesmo. A declaração de conclusão de curso somente será considerada válida se informar EXPRESSAMENTE que o referido curso foi integralmente concluído.

7.5.10.2. Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação “lato sensu”, em nível de especialização, deverão atender ao MEC.

7.5.10.3. Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina - tais como declarações, certidões, comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, além dos mencionados no subitem anterior, ou documentos que não estejam em consonância com as Resoluções citadas não serão considerados para efeito de pontuação.

7.5.11. Não será considerado o título de graduação quando o mesmo for requisito exigido para o exercício do respectivo cargo, bem como outros títulos de formação tais como: língua inglesa, língua espanhola, informática, entre outros, não serão considerados.

7.5.12.O candidato poderá apresentar tantos títulos quanto desejar. No entanto, os pontos que excederem o valor máximo estabelecido em cada item e o estipulado no subitem 7.5.1 deste Edital serão desconsiderados, sendo somente avaliados os títulos que tenham correlação direta com o cargo pretendido pelo candidato.

7.5.13. Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não-autenticadas em cartório.

7.5.14. Não serão aceitos títulos encaminhados via fax e/ou via correio eletrônico.

7.6 DA PROVA PRÁTICA (TERCEIRA ETAPA)

7.6.1. Todos os candidatos se submeterão à prova prática inscritos nos cargos de motorista caçambeiro, Operador de Maquinas – I (rolo compactador e Trator de Pneus), Operador de Máquinas – II (PÁ CARREGADEIRA, MINICARREGADEIRA E RETROESCAVADEIRA), Operador de Máquinas – III (OPERADOR DE MOTO NIVELADORA, PATROL, ESCAVADEIRA DE GRANDE PORTE - PC)

7.6.1.1. Para os candidatos ao cargo de **motorista caçambeiro, Operador de Maquinas – I (rolo compactador e Trator de Pneus), Operador de Máquinas – II (PÁ CARREGADEIRA, MINICARREGADEIRA E RETROESCAVADEIRA), Operador de Máquinas – III (OPERADOR DE MOTO NIVELADORA, PATROL, ESCAVADEIRA DE GRANDE PORTE - PC)** deverápossuir habilitação na categoria “D” ou superior. O Candidato **deve estar ciente que somente será autorizado a se submeter à prova prática** se portar a carteira de habilitação original na categoria exigida, com validade na data da realização das mesmas, de conformidade com C.T.B. - Código de Trânsito Brasileiro, nenhum condutor poderá dirigir na via pública sem portar seu respectivo documento de habilitação na via original e da classe correspondente ao veículo dirigido.

7.6.1.2. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

7.6.2. Os candidatos aos cargos descritos realizarão prova prática na área de conhecimento em que irão atuar, a fim de comprovar seu domínio sobre as tarefas determinadas pela comissão de avaliação técnica na área.

7.6.2.1. Para os candidatos ao cargo de **Operador de Maquinas – I (rolo compactador e Trator de Pneus), Operador de Máquinas – II (PÁ CARREGADEIRA, MINICARREGADEIRA E RETROESCAVADEIRA), Operador de Máquinas – III (OPERADOR DE MOTO NIVELADORA, PATROL, ESCAVADEIRA DE GRANDE PORTE – PC** de acordo com as determinações do examinador constará da operação do equipamento, que serão utilizadas para execução de tarefas de abertura, alargamento e pavimentação de estradas, efetuando terraplanagem, retirando lama e/ou carregando caminhões segundo orientações do examinador e de acordo com as características técnicas do equipamento, entre outras atividades correlatas ao cargo.

7.6.2.2. Para os candidatos ao cargo de**MotoristaCAÇAMBEIRO** de acordo com as determinações do examinador constará de: Prática de direção veicular: Condução e operação veicular das diversas espécies compatíveis com a categoria exigida; Manobras internas e externas; Conhecimentos e uso dos instrumentos do painel de comando e outros disponíveis nos veículos da espécie; Manutenção do veículo; Carregamento e descarregamento de materiais, inclusive com basculamento.

7.6.3. A prova prática tem caráter eliminatório e classificatório, totalizando **100 (cem) pontos**, sendo considerados aprovados apenas os candidatos que obtiverem o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento dos pontos nas referidas provas.

7.6.4. As provas práticas serão realizadas na cidade de Poxoréu/MT, na Secretaria de Viação e Obras Públicas no dia 07 de maio às 13h.

7.6.5. A prova prática tem data inicialmente prevista para 13h00min do dia 07/05/2017 (domingo) e, caso haja necessidade devido ao número de candidatos, serão designadas novas datas.

7.6.6. Os resultados da prova prática, para os classificados nesta fase, serão afixados no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone, fax ou e–mail.

7.6.7. Os candidatos convocados para esta fase deverão comparecer no local indicado para realização da prova **30 (trinta) minutos** antes do horário fixado para seu início, munidos do comprovante de inscrição e documento de identidade; caso contrário, não poderão efetuar a referida prova.

7.6.7.1. Não haverá tratamento diferenciado a nenhum candidato, sejam quais forem as circunstâncias alegadas, tais como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, estados menstruais, indisposições, cãibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e/ou orgânica do candidato, sendo que o candidato deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado pela empresa organizadora(turno matutino ou vespertino), o qual será realizado de forma aleatória.

8. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

8.1. Será classificado o candidato que cumprir todos os itens da primeira etapa, e as outras pertinentes ao cargo que concorre.

8.2. A classificação final dos candidatos será feita pela soma dos pontos obtidos nas provas objetivas de múltipla escolha, práticas (se houver) e de títulos (se houver).

8.3. Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos da soma de todas as etapas, serão fatores de desempate os seguintes critérios, na seguinte ordem:

a) Maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;

b) Maior nota na Prova de Língua Portuguesa;

c) Maior idade;

d) Sorteio.

9. DOS RESULTADOS E RECURSOS

9.1. Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados no mural da Prefeitura Municipal de Poxoréu, **a partir 16h00min do dia subsequente ao da realização da prova objetiva.**

9.2. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **01 (um) dia útil**, em requerimento próprio, conforme modelo anexo ao edital, disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Poxoréu.

9.3. A interposição de recursos deverá ser feita junto a Comissão de Processo Seletivo, apenas no prazo recursal.

9.3.1. Caberá recurso à Comissão contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, divulgação do gabarito oficial, divulgação da pontuação provisória nas provas e divulgação do resultado final, incluído o fator de desempate estabelecido, até **01 (um) dia útil** após o dia subsequente da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

9.4. Os recursos julgados serão divulgados no mural da Prefeitura Municipal de Poxoréu, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

9.5. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail, e outros diversos do que determina o subitem 9.3 deste Edital

9.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

9.7. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

9.8. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo **improrrogável** de **01 (um) dia útil**, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fax-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

9.9. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

9.10. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

9.11. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

9.12. Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.13. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A inexatidão das afirmativas essenciais para a participação do candidato no certame, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração. Somente na hipótese de informações passíveis de correção é que será oportunizado ao candidato pleitear a sua regularização, mediante requerimento específico destinado ao órgão executor do Processo Seletivo.

10.2. O candidato será convocado para a realização da **4ª Etapa – Comprovação de Requisitos e Apresentação de Atestado Médico** e submeter-se-á à apreciação em duas fases:

1ª Fase – Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos:

a) Cópia e Original para autenticação:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovante);

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

08. Certidão de Quitação Eleitoral;

09. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

10. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

11. Comprovante de escolaridade exigido para a posse;

12. Comprovante de residência

13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

14. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

15. Declaração de bens;

16. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

17. Número de RG e CPF dos pais ;

18. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

19. Foto 3X4 (atual, colorida);

20. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

21. Declaração para IRPF e salário família;

22. Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso.

23. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

2ª Fase – Apresentação de atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase.

10.3. Considerado apto para o desempenho do cargo, nas duas fases previstas no subitem 10.2 deste Edital, o candidato será nomeado para o cargo por portaria municipal.

10.4. O candidato, após edição do Ato de Convocação, será contratado no prazo de até 15 (quinze) dias, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho do cargo nas duas fases previstas no subitem 10.2 deste Edital, sendo-lhe, ainda, permitido requerer a prorrogação do prazo pelo período improrrogável de mais 15 (quinze) dias.

10.4.1. A contar da data da contratação, o candidato investido no cargo público deverá iniciar o exercício de suas funções no prazo de até 05 (cinco) dias.

10.5. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos na 1ª e 2ª fase de convocação, conforme subitem 10.2, perderá automaticamente o direito à investidura.

10.6. Os candidatos aprovados e classificados de acordo com o estabelecido neste Edital serão chamados para a investidura no cargo, quando necessário, sendo-lhes assegurado o direito subjetivo de nomeação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

10.7. A aprovação no Processo Seletivo fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade e das vagas que necessariamente forem surgindo.

10.7.1. Será constituído Cadastro de Reserva, que no interesse exclusivo da administração, será aproveitado na medida em que forem surgindo novas vagas para contratação, no limite do prazo de validade do Processo Seletivo.

10.8. A Administração Municipal definirá, a seu critério, sobre as áreas para o exercício das funções inerentes aos cargos disponibilizados neste Edital, podendo o candidato nomeado ser lotado tanto na zona urbana quanto rural.

10.9. A validade deste Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Prefeito Municipal.

10.10. A homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por um único cargo, por alguns cargos ou pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital, a critério da Administração Municipal.

10.11. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto a Prefeitura Municipal de Poxoréu, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Simplificado, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos do Órgão. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

10.12. A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

10.13. A organização, aplicação, correção e elaboração das provas ficarão exclusivamente a cargo do CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO e Comissão Organizadora, e os pareceres referentes a recursos serão efetuados em conjunto com a Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

10.14. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado, a ser afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal ou no site www.poxoreu.mt.gov.br

10.15. A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo,se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação de qualquer fase, inclusive de provas**.**

10.16. O candidato aprovado e classificado no Processo Seletivo poderá desistir, definitivamente ou temporariamente.

10.16.1. A desistência deverá ser efetuada mediante requerimento endereçado ao Secretário de Administração, até o dia útil anterior à data da contratação.

10.16.2. No caso de desistência temporária, o candidato renunciará a sua classificação e passará a posicionar-se em último lugar na listagem oficial dos classificados no certame seletivo, aguardando nova convocação, que pode ou não vir a efetivar-se no período de vigência do certame seletivo em tela.

10.16.3. O candidato classificado que for contratado por período inferior a doze meses, ao final do término de seu contrato, será reclassificado como último candidato da lista de classificação de seu cargo, podendo ser novamente contratado após a convocação de todos os classificados anteriores, sendo vedada a reclassificação por mais de uma vez.

10.17. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Processo Seletivo.

10.18. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

10.19. Incorporar-se-á a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, retificações, avisos e convocações, relativo a este Processo Seletivo, que vierem a ser publicado pelo CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO, com aquiescência da Prefeitura Municipal de Poxoréu e Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

10.20. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Processo Seletivo e não se caracterizando óbice administrativo ou legal, é facultada a fragmentação de todos os registros escritos, mantendo–se, entretanto, durante o período de validade, os registros eletrônicos a eles referentes.

10.21. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado constituída por ato do Prefeito, assessorados pelo CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO , organizadora do Processo Seletivo**.**

10.22. Todos os horários fixados no presente edital serão os de Cuiabá.

10.23. Toda a publicação referente ao Processo Seletivo Simplificado estará disponível na Prefeitura Municipal de Poxoréu, (Avenida Brasília, 809 – Bairro Jardim das Américas – Poxoréu/MT)

10.24. O prazo de impugnação deste edital será de 01 (um) dia corridos a partir da sua data de publicação.

10.25. Faz parte deste Edital os anexos:Anexo I – Conteúdo Programático, Anexo II – Formulário Para Envio de Títulos, anexo III – Atribuição dos Cargos, Anexo IV –Modelos de Formulário para Recurso, Anexo V – Cronograma do Processo Seletivo

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS (ALFABETIZADO)

CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

1. AGENTE DE SERVIÇOS gerais. 2. AGENTE DE SERVIÇOS gerais – cozinheiro 3. AGENTE DE SERVIÇOS gerais – lavadeira 4. Auxiliar de encanador. 5. Auxiliar Mecanico 6. borracheiro 7. coveiro 8. encanador 9. Gari - braçal 10. GARI – COLETOR DE LIXO. 11. gari – limpeza urbana 12. guarda municipal 13. Mecânico – veículos leves. 14. Mecânico – máquinas pesadas. 15. MOTORISTA. 16. MOTORISTA DE CAÇAMBA 17. Operador de Maquinas – I (rolo compactador e Trator de Pneus) 18. Operador de Máquinas – II (PÁ CARREGADEIRA, MINICARREGADEIRA E RETROESCAVADEIRA) 19. Operador de Máquinas – III (OPERADOR DE MOTO NIVELADORA, PATROL, ESCAVADEIRA DE GRANDE PORTE - PC)

_LÍNGUA PORTUGUESA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, bulas, provérbios, charges, receitas médicas e culinárias, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas...); Pontuação; Acentuação gráfica; Encontros vocálicos e consonantais; Divisão silábica; Sílaba tônica; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Classes de palavras (artigo, substantivo, adjetivo, advérbio, verbo, pronome, preposição...) suas flexões, classificações e emprego. Frase, oração e período: termos principais da oração (classificações). Novo acordo ortográfico.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS: Organização do local de trabalho e processos de trabalho; boas maneiras; noções básicas de primeiros socorros, higiene pessoal, meio ambiente, primeiros socorros, segurança e acidentes do trabalho suas causas e prevenção; prevenção e combate a princípios de incêndio; ética no trabalho; normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção; condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, coleta e armazenamento do lixo; comportamento no local de trabalho, utilização de equipamentos, ferramentas e materiais utilizados na atividade; estatuto do servidor público; demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - COZINHEIRO: Organização do local de trabalho e processos de trabalho; boas maneiras; noções básicas de primeiros socorros, higiene pessoal, meio ambiente, primeiros socorros, segurança e acidentes do trabalho suas causas e prevenção; prevenção e combate a princípios de incêndio; ética no trabalho; normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção; condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, coleta e armazenamento do lixo; comportamento no local de trabalho, utilização de equipamentos, ferramentas e materiais utilizados na atividade; estatuto do servidor público; demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LAVADEIRA: Organização do local de trabalho e processos de trabalho; boas maneiras; noções básicas de primeiros socorros, higiene pessoal, meio ambiente, primeiros socorros, segurança e acidentes do trabalho suas causas e prevenção; prevenção e combate a princípios de incêndio; ética no trabalho; normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção; condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, coleta e armazenamento do lixo; comportamento no local de trabalho, utilização de equipamentos, ferramentas e materiais utilizados na atividade; estatuto do servidor público; demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO auxiliar de encanador: Organização do local de trabalho e processos de trabalho. Boas maneiras. Noções básicas de primeiros socorros, higiene pessoal, meio ambiente, primeiros socorros, segurança e acidentes do trabalho suas causas e prevenção. Prevenção e combate a princípios de incêndio. Ética no trabalho. Normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção. Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho. Comportamento no local de trabalho, utilização de equipamentos, ferramentas e materiais utilizados na atividade. Estatuto do servidor público. Demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO auxiliar de laboratório: Parasitologia. Relação dos parasitas com os hospedeiros. Protozoários. Cogumelos e Fungos. Métodos de exames. Esterilização. Metazoários – Helmitos. Bactérias. Seres Vivos. Remessas de material para Exames em outros Laboratórios. Preparação do instrumental para a coleta do material a ser analisado. Diluição de material para realização de diversos exames. Métodos de Coloração. Confecção de lâminas. Boas práticas laboratoriais. Lavagem de materiais. Anitização. **Saúde Pública:** Organização dos serviços de saúde no Brasil. Organização e princípios do SUS. Modelo Assistencial e Financiamento. Planejamento e programação local de saúde. Política Nacional de Humanização. Sistema Único de Saúde - Princípios, Diretrizes e Controle Social. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. A Saúde no contexto da Seguridade Social. Saúde Complementar. O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços para segmentos populacionais estratégicos. Educação em saúde. Políticas Nacionais na área da saúde.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO de eletricista de automóveis: Noções básicas de eletricidade: grandezas elétricas, lei de ohm, corrente contínua e alternada, circuitos em série e paralelo, potência elétrica. Noções básicas de condutores, isolantes e semicondutores. Utilização de instrumentos de medição elétrica: amperímetro e voltímetro. Noções básicas de bateria, alternador e motor de partida. Noções básicas do sistema de ignição. Noções básicas de circuitos elétricos de iluminação, lavador, limpador de vidro e desembaçador. Noções básicas de magnetismo e eletromagnetismo. Instalação, reparação de sistemas elétricos em automóveis, motocicletas, caminhões, embarcações, máquinas agrícolas, rodoviárias e portuárias. Bitolas de fios e respectivas capacidades. Acidentes de Trabalho. EPI.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO de encanador: Tipos de tubulação. Tipos de conexão. Materiais utilizados. Equipamentos utilizados. Ligações de água. Ligações de esgoto. Válvulas. Registros. Hidrômetros. Tipos de Poços e Bombas d'água. Noções de motor de bombas. Organização do local de trabalho e processos de trabalho. Boas maneiras. Noções básicas de primeiros socorros, higiene pessoal, meio ambiente, primeiros socorros, segurança e acidentes do trabalho suas causas e prevenção. Prevenção e combate a princípios de incêndio. Ética no trabalho. Normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção. Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho. Comportamento no local de trabalho, utilização de equipamentos, ferramentas e materiais utilizados na atividade. Estatuto do servidor público. Demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO de gari – braçal: Noções básicas de higiene: corporal, da habitação, dos hábitos. Primeiros socorros. Noções básicas do comportamento como servidor público. Noções básicas de segurança no trabalho. Serviços de carga e descarga de materiais e equipamentos. Serviços de capinagem, roçada, jardinagem, aceramento de cercas, podas de árvores. Auxílio nos trabalhos elementares de topografia, almoxarifado, patrimônio e outros. Uso adequado de equipamentos de proteção individual e coletiva.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AUXILIAR MECÂNICO: Princípios de funcionamento do motor a combustão interna. Conhecimentos e procedimentos de manutenção dos sistemas de: alimentação, arrefecimento, ignição, elétrico, suspensão, freios, direção e transmissão. Lubrificantes e sistemas de lubrificação. Tipos e uso de ferramentas e equipamentos de mecânico. Manutenção preventiva e corretiva.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE BORRACHEIRO: Conhecimento e uso de equipamentos e de ferramentas de borracharia. Conhecimento das técnicas de montagem e desmontagem de pneus. Calibragens corretas, erradas e suas consequências. Sistemas de rodízio de pneus. Medidas e equipamentos de segurança. Medidas de pneus e rodas. Interpretação dos números e marcas de um pneu. Combate e prevenção a incêndio.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE COVEIRO: Ferramentas utilizadas; Tipos de sepulturas; A exumação; O enterro; Noções dos Materiais de Construção: aglomerantes: gesso, cal, cimento portland; agregados; argamassa; concreto; dosagem; tecnologia do concreto; aço; madeira; materiais cerâmicos; vidros; tintas e vernizes. Edificações; Preparo de concretos e argamassas; Revestimento: chapisco, emboço e reboco; Equipamentos do uso cotidiano do pedreiro; Noções gerais de primeiros socorros; Uso de EPIs; Prevenção de Acidentes; Organização do local de trabalho.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE GARI – COLETOR DE LIXO: Organização do local de trabalho e processos de trabalho; boas maneiras; noções básicas de primeiros socorros, higiene pessoal, meio ambiente, primeiros socorros, segurança e acidentes do trabalho suas causas e prevenção; prevenção e combate a princípios de incêndio; ética no trabalho; normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção; condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, coleta e armazenamento do lixo; comportamento no local de trabalho, utilização de equipamentos, ferramentas e materiais utilizados na atividade; estatuto do servidor público; demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE GARI – LIMPEZA URBANA: Organização do local de trabalho e processos de trabalho; boas maneiras; noções básicas de primeiros socorros, higiene pessoal, meio ambiente, primeiros socorros, segurança e acidentes do trabalho suas causas e prevenção; prevenção e combate a princípios de incêndio; ética no trabalho; normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção; condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, coleta e armazenamento do lixo; comportamento no local de trabalho, utilização de equipamentos, ferramentas e materiais utilizados na atividade; estatuto do servidor público; demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE GUARDA MUNICIPAL: Organização do local de trabalho e processos de trabalho; boas maneiras; noções básicas de primeiros socorros, higiene pessoal, meio ambiente, primeiros socorros, segurança e acidentes do trabalho suas causas e prevenção; prevenção e combate a princípios de incêndio; ética no trabalho; normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção; condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, coleta e armazenamento do lixo; comportamento no local de trabalho, utilização de equipamentos, ferramentas e materiais utilizados na atividade; estatuto do servidor público; demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE MecânicO – VEÍCULOS LEVES: Manutenção de Veículos: Principais conceitos de manutenção de veículos; Serviços de inspeções, registros e reparos; anotações de ocorrências; principais defeitos automotivos; testes e medidas de defeitos. Principais ferramentas de Oficina Mecânica. Instrumentos de medição. Instrumentos de traço: régua, paquímetro e micrômetro. Lubrificação: Principais propriedades dos lubrificantes automotivos; cuidados e restrições no uso dos lubrificantes; Noções básicas de primeiros socorros; Prevenção e combate a princípios de incêndio; Noções de segurança no trabalho e assuntos relacionados ao desempenho do cargo e ética no trabalho. Outros assuntos relacionados diretamente com a área de atuação do cargo.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Mecânico – MÁQUINAS PESADAS: Manutenção de Veículos: Principais conceitos de manutenção de veículos; Serviços de inspeções, registros e reparos; anotações de ocorrências; principais defeitos automotivos; testes e medidas de defeitos. Principais ferramentas de Oficina Mecânica. Instrumentos de medição. Instrumentos de traço: régua, paquímetro e micrômetro. Lubrificação: Principais propriedades dos lubrificantes automotivos; cuidados e restrições no uso dos lubrificantes; Noções básicas de primeiros socorros; Prevenção e combate a princípios de incêndio; Noções de segurança no trabalho e assuntos relacionados ao desempenho do cargo e ética no trabalho. Outros assuntos relacionados diretamente com a área de atuação do cargo.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE MOTORISTA: Legislação de Trânsito; Sinalização; Direção Defensiva; Primeiros Socorros ou Suporte Básico de Vida; Cidadania e Meio Ambiente; Noções de Mecânica, Operação e Manutenção Preventiva de Máquinas e Equipamentos tipo Escavadeira Hidráulica; Conhecimento de Sistema de Funcionamento dos Componentes dos Equipamentos como: Leitura do Painel, Alavancas, Nível de Óleo, de Água, Condições de Freio, Pneus, etc; Diagnósticos de Falhas de Funcionamento dos Equipamentos.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE MOTORISTA DE CAÇAMBA: Legislação de Trânsito; Sinalização; Direção Defensiva; Primeiros Socorros ou Suporte Básico de Vida; Cidadania e Meio Ambiente; Noções de Mecânica, Operação e Manutenção Preventiva de Máquinas e Equipamentos tipo Escavadeira Hidráulica; Conhecimento de Sistema de Funcionamento dos Componentes dos Equipamentos como: Leitura do Painel, Alavancas, Nível de Óleo, de Água, Condições de Freio, Pneus, etc; Diagnósticos de Falhas de Funcionamento dos Equipamentos

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Operador de Maquinas – I (rolo compactador e Trator de Pneus): Legislação de Trânsito; Sinalização; Direção Defensiva; Primeiros Socorros ou Suporte Básico de Vida; Cidadania e Meio Ambiente; Noções de Mecânica, Operação e Manutenção Preventiva de Máquinas e Equipamentos tipo Escavadeira Hidráulica; Conhecimento de Sistema de Funcionamento dos Componentes dos Equipamentos como: Leitura do Painel, Alavancas, Nível de Óleo, de Água, Condições de Freio, Pneus, etc; Diagnósticos de Falhas de Funcionamento dos Equipamentos.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Operador de Maquinas – Ii (PÁ CARREGADEIRA, MINICARREGADEIRA E RETROESCAVADEIRA): Legislação de Trânsito; Sinalização; Direção Defensiva; Primeiros Socorros ou Suporte Básico de Vida; Cidadania e Meio Ambiente; Noções de Mecânica, Operação e Manutenção Preventiva de Máquinas e Equipamentos tipo Escavadeira Hidráulica; Conhecimento de Sistema de Funcionamento dos Componentes dos Equipamentos como: Leitura do Painel, Alavancas, Nível de Óleo, de Água, Condições de Freio, Pneus, etc; Diagnósticos de Falhas de Funcionamento dos Equipamentos.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Operador de Maquinas – iii (OPERADOR DE MOTO NIVELADORA, PATROL, ESCAVADEIRA DE GRANDE PORTE - PC): Legislação de Trânsito; Sinalização; Direção Defensiva; Primeiros Socorros ou Suporte Básico de Vida; Cidadania e Meio Ambiente; Noções de Mecânica, Operação e Manutenção Preventiva de Máquinas e Equipamentos tipo Escavadeira Hidráulica; Conhecimento de Sistema de Funcionamento dos Componentes dos Equipamentos como: Leitura do Painel, Alavancas, Nível de Óleo, de Água, Condições de Freio, Pneus, etc; Diagnósticos de Falhas de Funcionamento dos Equipamentos.

CARGOS DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. AGENTE ADMINISTRATIVO 2. AGENTE DE SAÚDE 3. AGENTE DE ENDEMIAS 4. AUXILIAR DE LABORATÓRIO 5. CUIDADOR DE IDOSO. 6. CUIDADOR INFANTIL. 7. DESENHISTA 8. ELETRICISTA 9. ELETRICISTA DE AUTOMÓVEIS 10. FISCAL DE SERVIÇOS URBANOS 11. FISCAL DE TRIBUTOS 12. FISCAL SANITÁRIO 13. Instrutor de Artesanato. 14. Instrutor de Dança. 15. Instrutor de EsporteS. 16. Instrutor de InFORMÁTICA. 17. Instrutor de MÚSICA. 18. Orientador Social. 19. TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO 20. TECNICO AGROPECUÁRIO 21. TÉCNICO EM ENFERMAGEM 22. tecnico em laboratório 23. Técnico de Higiene Dental. 24. TÉCNICO EM INFORMÁTICA 25. tÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO 26. TÉCNICO EM TOPOGRAFIA

PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO: Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião...); Classes de palavras (flexões, classificações e emprego); Pontuação (classificação e emprego); Frase (classificações); Período (termos es-

senciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Denotação e conotação; Figuras de linguagem; Vícios de linguagem; Pontuação; Novo acordo ortográfico.

ESPECÍFICA PARA O cargo de agente administrativo: Relações interpessoais. Postura e atendimento ao público. Redação oficial: características e tipos. Serviços públicos: conceitos, elementos de definição, princípios, classificação. Atos e contratos administrativos. Lei 8666/93 e suas alterações e complementações. Lei Complementar Nº 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal. Noções Básicas de Relações Humanas no Trabalho. Código de Ética do Servidor Público (Decreto 1171/94). Noções de atendimento ao público: organização pessoal e agenda. Boas maneiras e apresentação pessoal. Informática: Sistema Operacional Windows XP, 7 (seven) e GNU/LINUX, Conhecimento sobre o pacote Microsoft Office 2003 e 2007 (Word, Excel, PowerPoint), Internet, Anti-vírus.Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas atualizações. (EC nº 19 e 20).

ESPECÍFICA PARA O cargo de agente de saúde:O Sistema Único de Saúde (S.U.S.); História do PACS/ESF; O Agente Comunitário de Saúde um agente de mudanças; Trabalhar em equipe; Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde: (Cadastramento as famílias); Territorialização (área e microárea) e epidemias; O diagnóstico comunitário; Planejamento; Meio Ambiente: (Água, solo e poluição); Doenças mais comuns na comunidade: Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis, (Tuberculose, Hanseníase, DST/AIDS, Hipertensão Arterial, Diabetes, Neoplasias, Saúde Mental); Saúde Bucal; Alimentação e Nutrição; A saúde nas diversas fases da vida: (Transformações do Corpo Humano, Planejamento Familiar, Gestação, Pré-Natal e o ACS, Riscos na Gravidez, Direito da Gestante, cuidados básicos ao recém nascido, imunização, Puerpério: Umtempo para o Resguardo, Direitos da Criança, Amamentação, Critérios de Risco Infantil, Crescimento e Desenvolvimento, Doenças mais Comuns na Infância, Acidentes e Violência à Criança, Puberdade e Adolescência, Direito e saúde do Idoso, Prevenção de Acidentes); Educação em saúde. Dengue.

ESPECÍFICA PARA O cargo de agente de endemias: Endemias e Dengue: Definição, Histórico; Aspectos Biológicos do Vetor: Transmissão, Ciclo de Vida; Biologia do Vetor: Ovo, Larva, Pupa e Habitat; Medidas de Controle: Mecânico e Químico, Área de Risco. Febre Amarela, Zoonoses, Imunização, Leishmaniose, Leptospirose, Visitas Domiciliares, Educação Ambiental, Saúde Pública e Saneamento Básico, Vigilância Sanitária na área de alimentos, Hantavirose, Hepatites, Controle Qualidade da Água, Controle Qualidade da Água, Avaliação de Risco Ambiental e Sanitário

ESPECíFICA PARA O cargo de CUIDADOR DE IDOSO: Direito e saúde do Idoso, Prevenção de Acidentes); ECA; Estatuto do Idoso; Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

ESPECÍFICA PARA O cargo de CUIDADOR INFANTIL: Teoria e Prática da Educação. A educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar. Diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem; conhecimento na escola; a organização do tempo e do espaço e a avaliação escolar. Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade; cotidiano escolar. Lei Federal n° 9.394/96 – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Da educação. Dos princípios e fins da educação nacional. Do direito à educação e do dever de educar. Da organização da educação nacional. Dos níveis e das modalidades de educação e ensino. Da composição dos níveis escolares. Da Educação básica. Das disposições gerais. Da educação infantil. Do ensino fundamental. Do ensino médio. Da educação profissional. Da educação especial. Dos profissionais da educação. Dos Recursos financeiros. Das disposições gerais. Das disposições transitórias. Lei Federal n. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal de 1988, com as alterações introduzidas por suas Emendas Constitucionais: Título II: dos direitos e garantias fundamentais (art. 5° a 17) Título III: da organização do Estado (art. 18 a 43). Demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

ESPECÍFICA PARA O cargo de desenhista: Conhecimentos gerais de Desenho Técnico. Projeções Ortogonais. Conceitos Básicos da Linguagem Gráfica. Escrita e Leitura. Descrição Ortográfica e Perspectiva. Instrumentos Gráficos e seu Uso. Geometria Gráfica. Letras e Algarismos. Vistas Auxiliares. Vistas Seccionais e Convenções. Desenhos Esboços em perspectiva. Cotas, anotações, limites e precisão. Mapas Gráficos e Diagramas. Intersecções de superfícies. Vistas desenvolvidas. Fundamentos de Projeto. Escalas. Software AutoCad. Informática: Sistema Operacional Windows XP, 7 (seven) e GNU/LINUX, Conhecimento sobre o pacote Microsoft Office 2003 e 2007 (Word, Excel, PowerPoint), Internet, Anti-vírus

ESPECÍFICA PARA O cargo de fiscal de serviços urbanos: Relações Interpessoais no Trabalho; Comunicação e Expressão Oral. Código de Postura do Município. Conceitos básicos de operação de microcomputadores. Sistema Operacional Microsoft Windows: Configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle) Organização de pastas e arquivos. Operações de manipulação de pastas e arquivos (copiar, mover, excluir e renomear) Mapeamento de unidades de rede. Editor de Textos Microsoft Word: Criação, edição, formatação e impressão. Criação e manipulação de tabelas. Inserção e formatação de gráficos e figuras. Geração de mala direta. Planilha Eletrônica Microsoft Excel: Criação, edição, formatação e impressão. Utilização de fórmulas. Geração de gráficos. Classificação e organização de dados. Internet: Produção, manipulação e organização de mensagens eletrônicas (email).

ESPECÍFICA PARA O cargo de fiscal de tributos: Taxas, Tributos, Impostos, Emolumentos, Fato Gerador; Isenção dos contribuintes; Responsabilidade tributária; Lei 8.666/93; Contribuição de Melhoria, Hierarquia, Código de Postura Municipal; Código Tributário Nacional; Código Tributário Municipal; Constituição Federal

ESPECÍFICA PARA O cargo de fiscal sanitário: Microbiologia e segurança alimentar conceitos de microbiologia: bactérias, bolores e leveduras. Curva de crescimento microbiano. Coloração de Gram. Microrganismos gram-positivos e gram-negativos. Fatores que afetam o desenvolvimento microbiano. Enfermidades transmitidas por alimentos: Toxiinfecções alimentares. Boas práticas de fabricação. Tecnologia de alimentos métodos de conservação de alimentos. Aspectos nutritivos dos alimentos. Deterioração de alimentos. Código do consumidor. Legislações pertinentes a conservação e prazo de validade de alimentos.

ESPECÍFICA PARA O CARGO de eletricista: Noções básicas de eletricidade: grandezas elétricas, lei de ohm, corrente contínua e alternada, circuitos em série e paralelo, potência elétrica. Noções básicas de condutores, isolantes e semicondutores. Utilização de instrumentos de medição elétrica: amperímetro e voltímetro. Noções básicas de bateria, gerador, alternador e motor de partida. Noções básicas de circuitos elétricos. Noções básicas de magnetismo e eletromagnetismo. Instalação, reparação de sistemas elétricos. Bitolas de fios e respectivas capacidades. Noções de Higiene e Segurança no de Trabalho. EPI. Conhecimento de Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança do trabalho

ESPECÍFICA PARA O cargo de INSTRUTOR DE ARTESANATO: Constituição da República Federativa do Brasil: art. 205 a 214; art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 12.09.96. Lei Nº 9.394, de 20.12.96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 8069 de 13.07.90. Estatuto da Criança e do adolescente: (ECA). Ministrar aulas práticas e teóricas de artesanato. Técnicas de produção e técnicas artesanais. O conhecimento do artesanato. Conhecimentos Pedagógicos: Processo de Construção da Aprendizagem; O Papel do Professor; Currículo Escolar; Conhecimento e Cultura; Diversidade; Educação Inclusiva; Projetos de Trabalho; Interdisciplinaridade; Autoridade e autonomia; A prática educativa; A função social do Ensino; As relações interativas em sala de aula; Avaliação da Aprendizagem; Educação Inclusiva; Cidadania; Ética Pedagógica; Temas Transversais; Bullying. Demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Instrutor de Dança: Constituição da República Federativa do Brasil: art. 205 a 214; art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dada pela Emenda Constitucional no 14, de 12.09.96. Lei Nº 9.394, de 20.12.96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 8069 de 13.07.90. Estatuto da Criança e do adolescente: (ECA). Conhecimentos Específicos: História do Teatro – a história do teatro a partir dos dramaturgos e suas obras, dos gêneros e das formas de representação. Elementos do Teatro – os elementos constitutivos do teatro no ator. O jogo e a representação teatral. O "faz–de–conta" infantil e o teatro. O universo ficcional do teatro e o desenvolvimento do indivíduo. A aprendizagem proporcionada pela experiência com jogos teatrais. Relação indivíduo/grupo no trabalho teatral. Teatro e consciência social. Comunicação entre jogadores e platéia no jogo teatral. Conhecimentos Pedagógico: Processo de Construção da Aprendizagem; O Papel do Professor; Currículo Escolar; Conhecimento e Cultura; Diversidade; Educação Inclusiva; Projetos de Trabalho; Interdisciplinaridade; Autoridade e autonomia; A prática educativa; A função social do Ensino; As relações interativas em sala de aula; Avaliação da Aprendizagem; Educação Inclusiva; Cidadania; Ética Pedagógica; Temas Transversais; Bullying. Demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Instrutor de Esporte: Constituição da República Federativa do Brasil: art. 205 a 214; art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 12.09.96. Lei Nº 9.394, de 20.12.96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 8069 de 13.07.90. Estatuto da Criança e do adolescente: (ECA). Ministrar aulas práticas e teóricas de técnicas esportivas. A cultura popular, o lazer e a Educação Física escolar na escola de ensino fundamental. O jogo Características sócio–afetivas, motoras e cognitivas Jogo cooperativo. História dos esportes. Aprendizagem e desenvolvimento motor; Esportes: Conceitos relacionados à Iniciação Esportiva Universal; Jogos, lutas e brincadeiras; Regulamento dos jogos; Atualidades. Conhecimentos Específicos da Área: Regras e Regulamentos, Competições, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos, Histórico, das seguintes modalidades: Basquetebol, Futebol de Campo, Futebol de Salão, Handebol, Tênis de Mesa e Voleibol. Conhecimentos Pedagógico: Processo de Construção da Aprendizagem; O Papel do Professor; Currículo Escolar; Conhecimento e Cultura; Diversidade; Educação Inclusiva; Projetos de Trabalho; Interdisciplinaridade; Autoridade e autonomia; A prática educativa; A função social do Ensino; As relações interativas em sala de aula; Avaliação da Aprendizagem; Educação Inclusiva; Cidadania; Ética Pedagógica; Temas Transversais; Bullying. **Noções de Informática:** Conhecimentos básicos de Sistemas Operacionais (Ex: Dos, Windows, Linux): Manipulação de arquivos através do Windows Explorer (Encontrar arquivos, copiar, apagar, renomear, recuperar apagados); Funções de Sistema (Painel de Controle e configurações); Editor de texto; Utilização de Mala Direta; Impressão; Planilhas eletrônicas: Elaboração de fórmulas simples; Uso de funções e fórmulas em planilhas eletrônicas, formatação de planilhas e textos; Utilização de gráficos; Impressão; Conhecimentos básicos de Internet e Intranet; Envio e recebimento de E-mails, segurança digital, antivírus, firewall, backup; Conhecimentos básicos de Hardware; Noções gerais do pacote Office; Software Livre; Noções de rede, impressão em rede, dispositivos de armazenamento e transporte de dados.Demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

ESPECÍFICA PARA O cargo de Instrutor de InFORMÁTICA: Hardware – Tipos de Computadores. Estrutura dos Micros Padrão PC: Processador (CPU). Memória: RAM, Cache, ROM. Barramentos: Clock, Reset. Memória de Massa (secundária): Tipos de Meios de Armazenamento. Princípios Básicos de Armazenamento de Dados: Formatação, Sistema FAT, Particionamento, Boot. Dispositivos de Entrada e Saída (inclusive conectores). Softwares – Software Básico: Conceitos Básicos, Funções, Características e Estrutura de um Sistema Operacional. Microsoft Windows 2000 e XP: Instalação e Manutenção do Windows; Instalação de Periféricos no Windows (Plug–and–Play ou não); Instalação de Programas no Windows: Requisitos de Sistema, Programas Comerciais, Shareware e Freeware, Licenças de Software, Versões e Registro de Software. Configuração (Painel de Controle), Gerenciador de Arquivos (Windows Explorer). Utilitários: Softwares para Recuperação de Dados, Compactadores, Antivírus, Desfragmentadores de Disco, Softwares de Backup. Administração de servidores, servidor proxy, servidor de e–mail, gerenciamento de rede distribuída, firewall e mascaramento. Aplicativos (MS Office 2003) – Processadores de Texto: Barra de menu e barra de ferramentas; Edição de texto; Formatação a nível de caractere, parágrafo e documento. Outros Recursos: tabelas, estilos, índices, notas de rodapé e figuras; Planilhas Eletrônicas: Barra de menu e barra de ferramentas, Pasta e Planilhas, Formatos de Células, Fórmulas, Funções e Gráficos; Banco de Dados: Conceitos Básicos e Funcionamento, Barra de menu e barra de ferramentas, Tabelas, Formulários, Consultas e Relatórios. Linguagens de Programação: Linguagem de Baixo Nível; Linguagem de Alto Nível; Interpretadores e Compiladores. Tecnologia de Redes Locais e Redes de Longa Distância: Topologias; Cabeamento (tipos de cabo, utilização dos cabos, cabeamento estruturado); Equipamentos de rede (Placas, Hub, Switch, Roteador e Modem), Padrões e protocolos para Redes de Longa Distância; Padrões IEEE para Redes Locais: Ethernet – IEEE802.3, Fast Ethernet – IEEE802.3u, Gigabit Ethernet – IEEE802.3z; Arquitetura de protocolos TCP/IP: Protocolo de rede IP, Protocolo de Transporte TCP e UDP, Serviços de Aplicação; DNS, SMTP, POP3, FTP, Telnet, HTTP; Conceitos Básicos de Internet e Intranet; Segurança em rede de computadores. Conhecimentos Pedagógico: Processo de Construção da Aprendizagem; O Papel do Professor; Currículo Escolar; Conhecimento e Cultura; Diversidade; Educação Inclusiva; Projetos de Trabalho; Interdisciplinaridade; Autoridade e autonomia; A prática educativa; A função social do Ensino; As relações interativas em sala de aula; Avaliação da Aprendizagem; Educação Inclusiva; Cidadania; Ética Pedagógica; Temas Transversais; Bullying. Demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

ESPECÍFICA PARA O cargo de Instrutor de MÚSICA: Constituição da República Federativa do Brasil: art. 205 a 214; art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dada pela Emenda Constitucional no 14, de 12.09.96. Lei Nº 9.394, de 20.12.96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 8069 de 13.07.90. Estatuto da Criança e do adolescente: (ECA). Conhecimentos Específicos: Teoria musical básica: leitura e escrita musical. Conceitos básicos de técnica vocal. Técnicas básicas de regência. Músicas popular e folclórica: correntes da produção musical popular brasileira; cultura popular e contextos sócio antropológicos que a geraram. Conhecimentos Pedagógico: Processo de Construção da Aprendizagem; O Papel do Professor; Currículo Escolar; Conhecimento e Cultura; Diversidade; Educação Inclusiva; Projetos de Trabalho; Interdisciplinaridade; Autoridade e autonomia; A prática educativa; A função social do Ensino; As relações interativas em sala de aula; Avaliação da Aprendizagem; Educação Inclusiva; Cidadania; Ética Pedagógica; Temas Transversais; Bullying. **Noções de Informática:** Conhecimentos básicos de Sistemas Operacionais (Ex: Dos, Windows, Linux): Manipulação de arquivos através do Windows Explorer (Encontrar arquivos, copiar, apagar, renomear, recuperar apagados); Funções

de Sistema (Painel de Controle e configurações); Editor de texto; Utilização de Mala Direta; Impressão; Planilhas eletrônicas: Elaboração de fórmulas simples; Uso de funções e fórmulas em planilhas eletrônicas, formatação de planilhas e textos; Utilização de gráficos; Impressão; Conhecimentos básicos de Internet e Intranet; Envio e recebimento de E–mails, segurança digital, antivírus, firewall, backup; Conhecimentos básicos de Hardware; Noções gerais do pacote Office; Software Livre; Noções de rede, impressão em rede, dispositivos de armazenamento e transporte de dados. Demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Orientador Social: Serviço Social e família: diversidade e multiplicidade dos arranjos familiares e direitos geracionais. O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais. Estado, políticas sociais públicas cidadania, direitos humanos e sociais no Brasil. O Trabalho em equipes interdisciplinares e multidisciplinares e com redes sociais na atualidade. Estudo de caso, técnicas de entrevistas, elaboração de relatório. Planejamento e Pesquisa. Programas Sociais: conceitos, elaboração, assessoria, coordenação, execução e processo avaliativo. Planejamento Social: tipos de planejamento, monitoramento e avaliação. Gestão Social e Participativa de serviços nas diversas áreas sociais. Legislação Social: Constituição Federal – Título VIII – Da Ordem Social. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; Estatuto do Idoso; Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; Legislação sobre Programas de Aprendizagem – Leis 10.097/2000 e 11.180/2005. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM); Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas – PEAD 2009/2011. Lei Maria da Penha – Lei 11.240/2206. Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/2005. Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistências – Resolução nº 109/2009. Norma Operacional básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social– NOB–RH/2006; Elaboração de Projetos e avaliação de serviços Sócio assistenciais. Administração de RH e gestão de Pessoas, Relações de Trabalho, qualidade de vida e saúde do trabalhador; Articulação Inter setorial e Trabalho em Rede; O novo Reordenamento da Assistência Social; Programa Saúde da Família. A relação empresa/empregado/família/comunidade e desenvolvimento da sociabilidade humana; Ética; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da criança e do Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. **Noções de Informática:** Conhecimentos básicos de Sistemas Operacionais (Ex: Dos, Windows, Linux): Manipulação de arquivos através do Windows Explorer (Encontrar arquivos, copiar, apagar, renomear, recuperar apagados); Funções de Sistema (Painel de Controle e configurações); Editor de texto; Utilização de Mala Direta; Impressão; Planilhas eletrônicas: Elaboração de fórmulas simples; Uso de funções e fórmulas em planilhas eletrônicas, formatação de planilhas e textos; Utilização de gráficos; Impressão; Conhecimentos básicos de Internet e Intranet; Envio e recebimento de E–mails, segurança digital, antivírus, firewall, backup; Conhecimentos básicos de Hardware; Noções gerais do pacote Office; Software Livre; Noções de rede, impressão em rede, dispositivos de armazenamento e transporte de dados. Demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Técnico em administração: Noções básicas de informática; Noções de atendimento ao público com qualidade; Noções em arquivos, ofício, portarias, decretos, edital, comunicação interna, protocolo, arquivos, elaborar e datilografar cartas, atas, circulares, tabelas, gráficos, memorandos; Constituição Federal; Lei Orgânica Municipal; Lei nº 8.666/93 (e suas alterações) – Licitações;Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Técnico agropecuário: Desenho Técnico. Topografia. Administração rural. Construções e instalações rurais. Cultura de cereais. Cultura de oleaginosas. Uso adequado de agrotóxicos. Ecotoxicologia. Uso e conservação dos solos. Adubação em geral. Tipos e classificação de fertilizantes e corretivos. Irrigação e drenagem. Grandes culturas anuais. Grandes culturas perenes.

Olericultura. Fruticultura. Silvicultura. Pastagens. Mecanização agrícola. Máquinas e implementos agrícolas. Regulagem de equipamentos agrícolas. Manutenção de máquinas e implementos agrícolas. Noções de fitossanidade. Identificação das principais pragas agrícolas. Manejo de pragas. Noções gerais sobre: Bovinocultura, Ovinocultura, Caprinocultura, Piscicultura, Apicultura, Avicultura, Suinocultura, Eqüideocultura, Cunicultura. Gerenciamento da Produção. Noções de sanidade animal. Doenças infecto-contagiosas e parasitárias de interesse sanitário. Principais zoonoses de importância em saúde pública. Noções de higiene e de segurança individual, coletiva e de instalações. Noções de Primeiros Socorros. Solos: Características e Fertilidade; Noções de cooperativismo; organização de Produtores; Legislação relacionadas as áreas.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Técnico em laboratório: Conhecimento dos aparelhos e equipamentos de laboratório; Limpeza, desinfecção e esterilização do instrumental; Identificação, conservação e manuseio de materiais biológicos; Descarte de materiais utilizados na coleta e tratamento de amostras contaminadas; Fotometria de chama;. Aplicação dos conhecimentos de preparo de soluções; Introdução à hematologia; Técnicas de coleta; Exame de urina. Exame de líquido céfalo-raquidiano; Exame de sêmen humano;

Preparação de meios de cultura para crescimento bacteriano; Ética no laboratório de Patologia Clínica; Controle de qualidade no laboratório de patologia Clínica; Identificação, manuseio e preparo dos materiais para as análises laboratoriais; orientações e esclarecimentos ao paciente; Conscientização dos cuidados necessários (pessoal e material) no laboratório de Patologia Clínica; Coleta do material para realização do exame; Noções elementares do funcionamento do laboratório.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Técnico de Higiene Dental: Formas anatômicas dos dentes, posições na boca e suas relações recíprocas. Dentições, arcos dentais e maxilas. Dimensão, função e classificação dos dentes. Notação dentária: convencional e FDI. Classificação das cavidades do dente. Etiologia da cárie e cronologia da erupção dentária. Principais patologias da cavidade bucal. Aplicação de métodos de prevenção das doenças bucais, identificando as substâncias utilizadas. Princípios ergonômicos e da segurança do trabalho. Funções e responsabilidades dos membros da equipe de trabalho, dispositivos legais que regem o trabalho do profissional de nível médio na área de saúde bucal. Equipamentos, materiais e instrumental utilizado em uma unidade odontológica. Montagem de bandejas para atendimento odontológico: exames, dentística, endodontia, cirurgia, prótese (moldagem), periodontia e outros. Flúor na odontologia. Saúde Pública: Organização dos serviços de saúde no Brasil. Organização e princípios do SUS. Modelo Assistencial e Financiamento. Planejamento e programação local de saúde. Política Nacional de Humanização. Sistema Único de Saúde – Princípios, Diretrizes e Controle Social. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. A Saúde no contexto da Seguridade Social. Saúde Complementar. O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços para segmentos populacionais estratégicos. Educação em saúde. Políticas Nacionais na área da saúde.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Técnicoem informática: Internet: Conceitos gerais, características, topologia, serviços e protocolos, funcionamento e características de FTP, SMTP, HTTP, POP3; Conceitos básicos de programação: lógica de programação, algoritmos; Conceitos sobre microinformática: hardware, software, sistemas operacionais (Windows 9x, Windows NT, Windows 2000 Server, XP e Linux) e Office; Sistemas de Informação: conceitos, tipos de sistemas de informação e sua aplicação nas organizações; Conceitos básicos de computação: noções gerais de Hardware e Software, softwares aplicativos de uso geral e para aplicações comerciais; Conceitos básicos de sistemas operacionais: sistemas monotarefas, multitarefas, sistemas operacionais de rede e sistemas distribuídos. Arquitetura de sistemas operacionais: programas de sistema, programas aplicativos, shell, núcleo, gerência do processador, gerência de memória, gerência de entrada e saída, sistema de arquivos; Endereçamento na Internet: endereços IP, subredes, máscaras de subrede, Aplicativos de rede: Interação cliente- servidor, Sistema de nomes e de domínios (DNS), compartilhamento de arquivos, ftp, http, telnet, correio eletrônico (protocolos POP, IMAP, SMTP), gerência de redes (SNMP). Conceitos básicos de segurança em redes: firewall, proxies, NAT (Network AddressTranslation), vírus e worms. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Técnico em segurança do trabalho: Acidente do Trabalho (Estatística, Investigação, Análise, Taxa de Freqüência e Taxa de Gravidade). Equipamento de Proteção Individual e Coletivo -EPIs/EPC -(seleção, avaliação). Máquinas e Equipamentos. Atividades e Operações Insalubres/Atividades e Operações Perigosos (reconhecer os riscos, avaliar os riscos e propor medidas de controle e neutralização). Proteção contra incêndio (indicação, solicitação e inspeção dos extintores de incêndio). Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho. Sinalização de Segurança. Comunicação de Acidente do Trabalho (registro).

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Técnico em Enfermagem: Ética Profissional; Conceito de saúde e doença; Assistência de Enfermagem; conceito e objetivo; Equipe de Enfermagem; Tipos de unidade de saúde; Unidade do paciente; Prevenção e controle de infecção hospitalar; Medidas de assepsia; higienização; desinfecção; anti–sepsia e esterilização; preparo de material para esterilização; Segurança do paciente acamado; movimentação, tipos e objetivos; transporte, precauções e conforto; Pesagem e mensuração; Verificação de temperatura, pulso, respiração e tensão arterial; Finalidades e cuidados na aplicação quente e fria no cateterismo; Instilação e irrigação vesical na lavagem vaginal e nos puretivos; Conduta e assistência imediata em casos de asfixia, hemorragia, vômito, fratura, lipotimia, convulsão, insolação, corpo estranho, picada de insetos e envenenamentos; Administração de medicamentos por via oral e parenteral; Preparo de drogas e soluções. **Conhecimentos sobre Saúde Pública**: Doenças mais comuns na comunidade: Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis, (Tuberculose, Hanseníase, DST/AIDS, Hipertensão Arterial, Diabetes, Neoplasias, Saúde Mental); Saúde Bucal; Alimentação e Nutrição; A saúde nas diversas fases da vida: (Transformações do Corpo Humano, Planejamento Familiar, Gestação, Pré–Natal e o ACS, Riscos na Gravidez, Direito da Gestante, cuidados básicos ao recém-nascido, imunização, Puerpério: Direitos da Criança, Amamentação, Critérios de Risco Infantil, Crescimento e Desenvolvimento, Doenças mais Comuns na Infância, Acidentes e Violência à Criança, Puberdade e Adolescência, Direito e saúde do Idoso, Prevenção de Acidentes); Educação em saúde. Noções sobre Malária, febre amarela e dengue; Biologia do vetor. Cuidado higiênico do corpo e alimentos; Cuidados com o meio ambiente e saneamento básico; Epidemias e endemias; Noções de ética; Noções de prevenções e recuperação da saúde. Biossegurança; controle de infecção. Infecções respiratórias agudas/ verminoses/ diarreia / desidratação. Aleitamento materno. Programa Nacional de Imunizações. Doenças Preveníeis por imunização (Rubéola, Sarampo, Poliomielite, Coqueluche, Tuberculose, Difteria, Tétano, hepatites, meningites, caxumba, varicela). SAÚDE DA MULHER: Assistência ao Pré-natal. Planejamento Familiar. Sistema Único de saúde-SUS: Objetivos, atribuições; doutrinas e competências. Aleitamento Materno. Doenças Sexualmente transmissíveis. SAÚDE DO ADULTO: Programa de Assistência Diabetes Mellitus. Programa de Assistência Hipertensão Arterial. DST/AIDS. Doenças mais frequentes na rede de Atenção Primária. Doenças Infecto–contagiosas. EPIDEMIOLÓGIA: Indicadores de Saúde (Indicadores de Morbidade e de Mortalidade). Vigilância Epidemiológica e Doença de Notificação Obrigatória. Campanhas sanitárias. Sistema de Informações em Saúde. PROGRAMAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SAÚDE. Imunização: Princípios Básicos em Imunologia. Calendário nacional de imunização. Objetivos da saúde pública.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Técnico em topografia: Unidades de medidas lineares e angulares. Instrumentos topográficos. Levantamento topográfico: tipos. Distância horizontal e distância de nível. Rumo e azimuk. Coordenadas topográficas. Cálculo de poligonais e áreas. Nivelamento geométrico. Levantamento planialtimétrico. Curva de nível. Desenho técnico topográfico e convencional. Letras e Algarismos. Vistas Auxiliares. Vistas Seccionais e Convenções. Desenhos esboços em perspectiva. Cotas, anotações, limites e precisão.

Mapas Gráficos e Diagramas. Intersecções de superfícies. Vistas desenvolvidas. Material de desenho. Escalas. Sistema de localização GPS. Relações métricas e trigonométricas do triângulo retângulo. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas alterações (arts 184 a 191)

CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

ADVOGADO

ASSISTENTE SOCIAL

BIOQUÍMICO

BIÓLOGO

CONTADOR

ENFERMEIRO

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

ENGENHEIRO CIVIL

FISIOTERAPEUTA

FONOAUDIÓLOGO

MÉDICO

NUTRICIONISTA

ODONTÓLOGO

PSICÓLOGO

MÉDICO VETERINÁRIO

PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR: Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião...); Classes de palavras (flexões, classificações e emprego); Pontuação (classificação e emprego); Frase (classificações); Período (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Denotação e conotação; Figuras de linguagem; Vícios de linguagem; Pontuação; Novo acordo ortográfico.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE ADVOGADO: DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição. Conceito. Classificação e interpretação das Normas Constitucionais. A ordem constitucional vigente. Supremacia constitucional e controle da constitucionalidade das normas. Princípios fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos em espécie, direitos sociais, direitos da nacionalidade e direitos políticos. Organização Político–Administrativa do Estado Brasileiro: União, Estados Federados e Municípios. A Administração Pública na Constituição Federal. Funções essenciais à Justiça. Princípios gerais da atividade econômica. Política urbana. Seguridade social: previdência social, saúde e assistência social. Educação, cultura e desporto. Meio ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração Pública: conceito e características. Administração Direta e Indireta. Regime jurídico-administrativo: princípios da Administração pública, prerrogativas e sujeições. Poder normativo, poder disciplinar, poder hierárquico e poder de polícia. Atos Administrativos: conceito, atributos, elementos, classificações e extinção. Discricionariedade e vinculação, processo administrativo. Contratos Administrativos: conceito, peculiaridades, alteração, interpretação, formalização, execução e inexecução. Modalidade de contratos administrativos. Contrato de gestão, convênios e consórcios. A Teoria da Imprevisão e seus reflexos nos Contratos Administrativos. Licitação: conceito, princípios, modalidade e procedimento (Lei 8.666, de 21.06.93 e suas alterações posteriores) servidores públicos: conceito, classificação, provimento, vacância, responsabilidade e regime previdenciário. Responsabilidade do Estado. Bens públicos. Controle da Administração Pública. DIREITO TRIBUTÁRIO: Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Normas Gerais de Direito Tributário. Norma tributária: vigência, aplicação, interpretação e integração. Tributo: conceito, natureza jurídica e espécies. Obrigações tributárias: conceito, fato gerador, sujeitos ativo e passivo. Obrigação principal e acessória. Crédito tributário: conceito, natureza, lançamento, revisão, suspensão, extinção e exclusão. Responsabilidade tributária. O Sistema Tributário Nacional: tributos federais, estaduais e municipais. Administração tributária. Repartição das receitas tributárias. DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO: Normas gerais de Direito Financeiro. Receita Pública. Despesa Pública. Orçamento. Lei de Responsabilidade Fiscal. DIREITO CIVIL: Pessoas: pessoas naturais e pessoas jurídicas. Personalidade e capacidade jurídica. Domicílio. Bens: Conceito e Classificações. Fatos, Atos e Negócio Jurídicos: Modalidade, Defeitos, Forma e Nulidades. O Direito Adquirido. Posse: Conceito, classificação, aquisição, efeitos e perda. Propriedades: conceito, aquisição e perda. Direitos de vizinhança. Condomínio geral e condomínio edilício. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direitos do promitente comprador. Penhor, hipoteca e anticrese. Obrigações: modalidades, transmissão, adimplemento, extinção e inadimplemento. Contrato: conceito, classificações, disposições gerais e extinção. Espécies de Contrato: compra e venda, troca ou permuta, doação, locação, comodato, mútuo, prestação de serviço, empreitada, mandato e fiança. Atos unilaterais. Responsabilidade Civil: princípios gerais. Casamento. Relações de Parentesco. Alimentos. Bem de família. União estável. Sucessões: sucessão legítima e sucessão testamentária. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Estrutura do Código de Processo Civil. Processos de Conhecimento. Jurisdição e Ação. Partes e Procuradores. Atos Processuais. Formação, suspensão e extinção do Processo. Antecipação e tutela. Procedimento sumário. Procedimento Ordinário. Recursos. Processo de Execução: disposições gerais, espécies, suspensão e extinção. Execução Fiscal. Exceção de pré-executividade. Processo Cautelar: disposições gerais, Arresto, Sequestro, Busca e Apreensão, Exibição, Produção Antecipada de Provas e atentado. Procedimentos especiais: Ações possessórias, Ação de Nunciação de Obra Nova, Ação de Usucapião, Inventários e Partilhas, Embargos de Terceiro e Ação de Desapropriação. Procedimento das ações constitucionais: Ação Popular, Mandado de Segurança e Ação Civil Pública. DIREITO MUNICIPAL: Município: Organização e Regime Jurídico do Município na Constituição Federal de 1988; Da Organização dos Poderes Municipais; impostos Municipais; Tributação e Orçamento do Município; Competências Legislativas Municipais Exclusivas, Concorrentes e Subsidiárias; Da Responsabilidade Civil e Penal dos Prefeitos; Da Responsabilidade Civil e Penal dos Vereadores; Da Inviolabilidade Penal dos Detentores de Cargo Eletivo; Do Meio Ambiente e sua Proteção na Esfera Municipal.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL: Legislação de Serviço Social. Ética profissional. Lei de Regulamentação da profissão. Possibilidades e limites de atuação do assistente social. O Serviço Social no Brasil. História do Serviço Social. Políticas Sociais. Relação Estado/Sociedade. A Propriedade e a Renda no Brasil. Contexto histórico, atualidade e neoliberalismo. Desigualdade social. Políticas de Seguridade e Previdência Social. Constituição Federal de 1988. Políticas de Assistência. Lei Orgânica de Assistência Social

(LOAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS) Políticas de Saúde. Sistema Único de Saúde (SUS). Lei Orgânica da Saúde (LOS). Políticas Educacionais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Política Nacional do Idoso. Estatuto do Idoso. Estatuto da Criança e do Adolescente. Política da Pessoa Portadora de Deficiência. Desenvolvimento de Comunidade.

Evolução Histórica do Desenvolvimento de Comunidade. Possibilidades e limites da prática do serviço social em empresas. Relações de trabalho, Qualidade de Vida e Saúde do Trabalhador. Família e Sociedade.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE BIOQUÍMICO: Química: geral , físico-química, orgânica, inorgânica e nuclear. Causas de variação nas determinações laboratoriais; Etapas envolvidas na colheita, na execução e avaliação dos resultados. Bioquímica: Aplicação de fotometria, eletroforese, cromatografia, espectrofotometria e controle de qualidade em bioquímica clínica. Estudo bioquímico clínico dos carboidratos, dos aminoácidos e proteínas, dos lipídios, de substâncias nitrogenadas protéicas não protéicas e enzimologia em bioquímica Provas de função hepáticas, renais e da tiroidiana. Urinálise: fundamentos, rotina completa, análise física, química e microbiológica, o laboratório de análises clínicas no diagnóstico das doenças renais. Imunologia: conceitos gerais de marcadores celulares; Aplicações da imunoprecipitação, enzimoimunoensaio, aglutinação, hemaglutinação; quimioluminescência, Fixação de complemento; Imunofluorescência; Interpretação das reações sorológicas; Sistema ABO e Rh; Provas de compatibilidade transfusional; Deficiências Imunológicas. Imunologia das infecões bacterianas, virais, fúngicas e das parasitoses,. Doenças

Auto-Imunes. Alergias. Microbiologia: Genética bacteriana. Esterilização e desinfecção. Antibióticos e quimioterápicos. Cocos gram positivos. Bacilos gram positivos não esporulados. Bacilos gram positivos esporulados. Bacilos álcool-ácido resistentes. Espiroquetideos. Cocos gram negativos. Bacilos

gram negativos fermentadores. Bacilos gram negativos não fermentadores e micologia. Coleta do material biológico, Bacterioscopia, culturas antibiograma e autovacinas. Diagnóstico laboratorial das infecções microbianas do trato respiratório, gastrointestinal e urinário e das lesões suporativas da pele; DST; Líquidos de punções; Infecções hospitalares. Parasitologia: Relação hospedeiro -parasita; protozoologia e helmintologia: morfologia, patogenia, epidemiologia, profilaxia e diagnóstico laboratorial dos gêneros: Leishmania, Trypanosoma, Plasmodium, Toxoplasma, Giardia, Entamoeba,

Shistosoma, Taenia, Ascaris, Ancilostomídeos, Strongyiloides, Enterobius, Trichiuris; Métodos para exames parasitológicos; Hematologia: Conceito, coleta de material e técnicas de exames; elementos figurados; morfologia e funções; sangue periférico, órgãos hematopoéticos, hematopoese fetal; hematopoese pós-natal. Técnicas e interpretações dos exames das séries vermelha e branca; Testes básicos para o estudo das anemias; Alterações morfológicas no sangue periférico; Técnicas e exames relacionados ao estudo da coagulação/hemostasia; hemograma nos processos infecciosos, anemias, leucemias. . Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes, Leis (8.080/90 e 8.142/90);

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE BIÓLOGO: Citologia: teoria celular, técnicas usadas na sua observação, composição química, organelas citoplasmáticas, núcleo, fisiologia celular, divisão celular. Vírus: composição química, estrutura, atividades e viroses. Histologia: tipos de tecido -animal e vegetal. Embriologia: desenvolvimento e segmentação. Genética: leis de Mendel, mapa genético, alelos múltiplos, herança ligada ao sexo, determinação do sexo, síntese protéica, código genético, estrutura molecular do gene, a genética e o futuro. Origem da vida: abiogênese, quimiosíntese. Evolução: conceitos, fontes de variabilidades genéticas. As grandes linhas da evolução. A evolução do homem. Anatomia e fisiologia dos seres vivos: nutrição e digestão. fotossíntese e respiração, circulação, excreção, sensibilidade, coordenação nervosa e hormonal, movimentos crescimento e desenvolvimento. Classificação dos seres vivos: regras de nomenclatura, principais grupos de plantas e animais Zoologia: protozoários, espongiários, celenterados, plantelmíntos, anelídeos, moluscos, equinodermos, artrópodos e cordados. Botânica: bactérias, algas, fungos, híquens, briófitas, pteridófitas, gemnospermas e angiospermas. Sitemática vegetal Educação ambiental. Ecologia: conceito, sistema ecológico, comunidade biótica, fatores abióticos, ecossistemas, relações entre os seres vivos, ciclos biogeoquímico, fluxo de energia no ecossistema. Higiene e saúde: Doenças nutricionais, doenças parasitárias, endemias e epidemias.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE CONTADOR: Contabilidade Pública: Conceitos gerais; Campo de aplicação; Regimes contábeis; Técnicas de registro e de lançamentos contábeis; Plano de contas; Balanço orçamentário, financeiro e patrimonial; Demonstração das variações patrimoniais. Orçamento Público: Conceitos gerais; Processo de planejamento; Princípios; Ciclo orçamentário; Orçamento por programas. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração contábil; Dívida ativa. Despesa Pública: Conceito; Classificação; Licitação; Estágios. Restos a Pagar. Dívida Pública. Regime de Adiantamento: Conceito; Finalidades; Controle dos adiantamentos. Patrimônio Público: Conceito; Bens, direitos e obrigações das Entidades Públicas; Variações patrimoniais; Variações ativas e passivas. Créditos Adicionais: Conceito; Classificação; Autorização e abertura; Vigência; Indicação e especificação de recursos. Licitações e Contratos na Administração Pública; Concessões e Permissões de uso; Lei de Responsabilidade Fiscal.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO: Os solos da Região –Classificação, morfologia e gênese. Características e propriedades químicas, físicas e biológicas. Aptidão agrícola dos solos. Planejamento e práticas conservacionistas. Características químicas dos solos. Fertilidade: adubos e adubação. Calagem. Microbiologia dos solos. Natureza e propriedades dos solos. Clima. Variáveis climáticas. Hidrologia. Ciclo Hidrológico. Meteorologia. Bacias Hidrográficas. Produção vegetal. As principais culturas da Região. Tratos Culturais. Pragas e fitossanidade. Hidráulica Agrícola. Princípios Fundamentais. Estruturas hidráulicas e seu dimensionamento. Irrigação e drenagem. A água no solo. Relação solo-água-clima-planta. Evapotranspiração. Os métodos de irrigação. Drenagem: princípios gerais; tipos de drenos. Barragens de terra. Características gerais. Detalhes construtivos. Comportas e vertedores. Bacias hidrográficas e hidráulicas. Produção animal: principais aspectos técnicos das explorações bovina, ovina, suína e avícola. Nutrição animal: princípios fundamentais, macro e micro nutrientes. Alimentos concentrados e volumosos. A Aqüicultura. Agroecologia. Conceitos e princípios.Zoneamento agrícola e regiões agroecológicas da Bahia. Avaliação e perícia agronômica. Princípios gerais, objetivos e metodologias. As pastagens nativas e cultivadas. Manejo e conservação. Agrotóxicos: conceito e características gerais dos produtos.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL: Conhecimentos específicos -Projeto e Execução de Obras Civis: locação de obra; sondagens; instalações provisórias; canteiro de obras; depósito e armazenamento de materiais; fundações profundas; fundações superficiais; escavações; escoramento; elementos estruturais; estruturas especiais; estruturas em concreto armado; alvenaria estrutural; concreto - controle tecnológico; argamassas; formas; armação; instalações prediais; alvenarias; paredes; esquadrias; revestimentos; coberturas; pisos; impermeabilização; equipamentos e ferramentas; segurança e higiene no trabalho; engenharia de custos. Materiais de Construção Civil: aglomerantes: gesso, cal, cimento portland; agregados; argamassa; concreto; dosagem; tecnologia do concreto; aço; madeira; materiais cerâmicos; vidros; tintas e vernizes. Mecânica dos Solos: origem e formação dos solos; índices físicos; caracterização de solos; propriedades dos solos arenosos e argilosos; pressões nos solos; prospecção geotécnica; permeabilidade dos solos; compactação dos solos; compressibilidade dos solos; adensamento nos solos; estimativa de recalques; resistência ao cisalhamento dos solos; empuxos de terra; estrutura de arrimo; estabilidade de taludes; estabilidade das fundações superficiais e estabilidade das fundações profundas.

Resistência dos Materiais: tensões normais e tangenciais: deformações; teoria da elasticidade; análise de tensões; tensões principais; equilíbrio de tensões; compatibilidade de deformações; relações tensão x deformação -Lei de Hooke; Círculo de

Mohr; tração e compressão; flexão simples; flexão composta; torção; cisalhamento e flambagem. Análise Estrutural: esforços seccionais - esforço normal, esforço cortante e momento fletor; relação entre esforços; apoios e vínculos; diagramas de esforços; estudo das estruturas isostáticas (vigas simples, vigas gerber, quadros). Mecânica do Fluidos:

Propriedades dos fluídos. Estática dos fluídos. Superfícies submersas planas e curvas. Tipos e regimes de escoamento dos fluídos. Equações básicas para um volume de controle. Escoamento de fluídos não viscosos. Dimensionamento do Concreto Armado: características mecânicas e reológicas do concreto; tipos de aços para concreto armado; fabricação do aço; características mecânicas do aço; concreto armado -fundamentos; estados limites; aderência; ancoragem e emendas em barras de armação; detalhamento de armação em concreto armado. Instalações Prediais: instalações elétricas; instalações hidráulicas; instalações de esgoto; instalações de telefone e instalações especiais. Estruturas de Aço. Estruturas de Madeira. Noções da Lei 8.666/93 e suas alterações no que se refere a obras e serviços de engenharia.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE ENFERMEIRO: Administração em Enfermagem de Saúde Pública. Técnicas Básicas de Enfermagem. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Mulher no Ciclo Grávido – Puerperal. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Criança. Crescimento

e desenvolvimento. Controle das infecções respiratórias agudas. Controle das doenças diarreicas e prevenção a acidentes e intoxicações. Vacinação. Aspectos imunológicos e operacionais. Vacinas utilizadas. Conservação. Programa e avaliação. Participação do Enfermeiro no Controle das Doenças Infecciosas e Parasitárias Prevalentes em Nosso Meio. Assistência de Enfermagem ao Adulto à Nível Ambulatorial. SUS: Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS. Saúde complementar. Planejamento e programação local de saúde. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde. Epidemiologia e Indicadores de Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. Educação em saúde.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DEFISIOTERAPEUTA: Fundamentos e Técnicas de Atendimento na Fisioterapia; Conceito de Reabilitação. Revisão anatômica e fisiológica do

Sistema Nervoso Central. Sistema respiratório. Sistema cardiovascular.Sistema ósseo e sistema muscular. Tratamento fisioterápico nas deficiências citadas anteriormente. Biomecânica Básica dos sistemas citados. Cinesiologia. Avaliação músculo-esquelética. Avaliação sensorial. Avaliação da coordenação. Avaliação da função motora.Análise da marcha. Avaliação funcional. Paralisia Cerebral e Facial; Acidente Vascular Cerebral; Artrite. Esclerose múltipla. Doença de Parkinson. Traumatismo crânio-encefálico; Síndrome de Down; Hanseníase; Queimaduras. Lesão medular traumática. Afecções de Músculos e Tendões; Escolioses; Doenças Reumáticas; Cardiopatias; Amputações; Pneumopatias;

Cinesioterapia Conceito e Aplicação. Conceito e Aplicação: Mecanoterapia; Conceito e Aplicação: Hidroterapia; Conceito e Aplicação: Termoterapia; Conceito e Aplicação: Crioterapia; Conceito e Aplicação: Massoterapia; Conceito e Aplicação:

Eletroterapia;Reabilitação vestibular. Fisiotertapia na saúde do trabalhador: conceito de ergonomia, doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho, práticas preventivas no ambiente de trabalho.; Fisioterapia Traumato-Ortopédica e Desportiva (lesões mais comuns nos esportes e tratamento). Desenvolvimento motor normal e patológico até o 2º Ano de vida da criança; Fisioterapia do Exercício.; Fisioterapia em neurologia; Fisioterapia em pneumologia; Fisioterapia em reumatologia; Fisioterapia em queimados; Fisioterapia emginecologia e obstetrícia; Fisioterapia em geriatria; Fisioterapia em pediatria; Fisioterapia emcardiologia e angiologia; Fisioterapia em unidade de terapia intensiva (adulto, infantil e neonatal);Fisioterapia em saúde mental e psicossocial.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE FONOAUDIÓLOGO: Atuação clínica e coletiva em saúde pública, áreas de atuação e competências fonoaudiológicas, código de ética profissional, tempo de assistência fonoaudiológica relacionada a problemas de saúde de acordo com orientações balizadoras. Morfofisiologia de funções auditivas periférica e central; patologias auditivas; aplicabilidade, aspectos legais e descrição de resultados de procedimentos em Audiometria Tonal, Logoaudiometria, Medidas de Imitância Acústica, métodos eletrofisiológicos de avaliação da audição (BERA), Emissões Otoacústicas e Triagem Auditiva Neonatal Universal (TANU); reabilitação e terapia audiológica. Avaliação e atuação fonoaudiológica clínica e escolar em linguagem oral e escrita: aquisição, desenvolvimento da linguagem e alterações de linguagem; Atraso de linguagem, Distúrbio Específico de Linguagem, Transtorno Global do Desenvolvimento, Disfluência e Gagueira; Distúrbios de Aprendizagem e Dislexia. Caráter etiológico, classificação e intervenção clínica em Disartria, Apraxia e Afasias. Conceito, classificação e alterações fonoaudiológicas, avaliação, tratamento e atuação interdisciplinar em Fissura Lábio-palatina, Paralisia Cerebral, Síndrome de Down e Síndrome do Respirador Oral. Motricidade orofacial, o desenvolvimento e alterações de funções estomatognáticas, princípios e terapia miofuncional. Classificação e intervenção fonoaudiológica em Distúrbios da Deglutição. Fonação, saúde vocal e distúrbios vocais: etiologia, tratamento e terapia vocal. Atuação fonoaudiológica em câncer de cabeça e pescoço, prevenção, diagnóstico precoce, alterações fonoaudiológicas e intervenção clínica. Fonoaudiologia e Saúde Pública. Áreas de atuação. Código de ética do fonoaudiólogo.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE MÉDICO: Sistema Único de Saúde – SUS. Normas de biossegurança. Atenção à saúde da criança, do adulto da mulher e do idoso. Atenção à vacinação e aos problemas relativos às doenças ocupacionais. Procedimentos cirúrgicos de pequeno porte. Elaboração em equipe do perfil epidemiológico e das estratégias de ação para a promoção, prevenção e recuperação da saúde. Planejamento e programação em saúde. Implementação do sistema de referência e contra-referência. Doenças de notificação compulsória obrigatória. Doenças Infecciosas. Doença Sexualmente Transmissível. Doenças do aparelho digestivo. Reumatologia. Aparelho respiratório. Aparelho circulatório. Sistema hemolinfopoético. Aparelho urinário. Metabolismo e endocrinologia. Doenças infectoparasitárias. Dermatologia na Atenção Básica. Atendimento às urgências de média e baixa complexidade. Política de saúde mental – Reforma Psiquiátrica. Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS. Saúde complementar. Planejamento e programação local de saúde. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde. Outras políticas nacionais na área da saúde. Epidemiologia e Indicadores de Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços para segmentos populacionais estratégicos. Educação em saúde.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE NUTRICIONISTA: Princípios Básicos de Nutrição: digestão, absorção e metabolismo dos macro e micronutrientes. Nutrição nas diferentes fases do ciclo vital: gestação, aleitamento materno, lactação, infância, adolescência, fase adulta e velhice. Prescrição Dietética: Planejamento de cardápios e Adequação Nutricional. Dietoterapia em condições clínicas específicas: doenças carenciais, doenças metabólicas, doenças cardiovasculares, obesidade e magreza, hipertensão, diabetes mellitus, hepatopatias, nefropatias, distúrbios do trato digestório, câncer, AIDS. Atenção ambulatorial e domiciliar. Indicadores e diagnóstico do estado nutricional. Avaliação bioquímica. Avaliação nutricional individualizada. Recomendações e necessidades de nutrientes. Aconselhamento nutricional. Terapia nutricional enteral. Higiene e Segurança Alimentar: APPCC. Microbiologia de Alimentos. Contaminação dos Alimentos. Toxicologia Alimentar. Administração e Gerenciamento em UANs: Compra, Armazenamento e Estoque. Análise de custos. Padronizações e Rotinas. Dimensionamento, Recrutamento, Seleção e Capacitação de RH. Aspectos epidemiológicos em carências nutricionais (desnutrição, hipovitaminose A, anemia ferropriva, Cárie dental) e doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, obesidade, dislipidemia). Indicadores e intervenções. Programas de Assistência à Saúde da Criança e da Mulher. Avaliação nutricional em coletividades. Nutrição na promoção da saúde. Políticas e programas de alimentação e nutrição: Programa Nacional de Alimentação Escolar, Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Nutrição e sua relação com a saúde da Comunidade. Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Educação Nutricional. SUS: Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS. Saúde complementar. Planejamento e programação local de saúde. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde. Epi-

demiologia e Indicadores de Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. Educação em saúde.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE ODONTÓLOGO: Conhecimentos específicos - Odontologia Social e Preventiva: Educação em saúde bucal. Epidemiologia aplicada à odontologia. Níveis de prevenção. Métodos preventivos (Flúor, Selantes). Prevenção das doenças bucais. Anatomia: Anatomia dental e análise funcional. Anatomia e aplicação clínica. Sistema dental. Anestesia: Farmacologia dos anestésicos locais. Anestésicos locais e controle da dor. Complicações das anestesias locais. Técnicas anestésicas em odontologia. Substância anestésica. Toxicologia. Cirurgia: Princípios da cirurgia. Técnica exodônticas. Acidentes e complicações exodônticas. Técnicas cirúrgicas. Instrumental. Medicação pré e pós-operatório. Dentística restauradora: Cárie dentária. Princípios de preparo cavitário. Materiais protetores do complexo dentina polpa. Restaurações de resina em dentes anteriores e posteriores. Adesivos. Amálgama. Cimento ionômero de vidro. Tratamento Restaurador Atraumático (ART). Tratamentos preventivos. Técnicas restauradoras minimamente invasivas. Isolamento absoluto. Radiologia oral. Endodontia: Considerações iniciais. Topografia da cavidade pulpar. Alterações patológicas no periápice. Tratamento conservador da polpa dental. Abertura coronária. Obturação do canal radicular. Apecificação. Reabsorção dentária. Farmacologia e Terapêutica Aplicada à Odontologia: Antibióticos. Analgésicos. Atipiréticos. Antiinflamatórios. Hemostáticos. Drogas Ansiolíticas. Relaxantes musculares de ação central. Vitaminas. Tratamento de paciente grávidas, diabéticos. Problemas cardiovasculares, doenças gastrointestinais e doenças do sangue. Endocardite bacteriana. Odontopediatria: Procedimentos preventivos e restauradores. Prevenção da cárie dentária na criança e no adolescente. Traumatismo na dentição decídua. Tratamento pulpar em dentes decíduos. Restaurações em dentes decíduos. Anatomia dos dentes decíduos. Fluorose dental. Selantes. Técnicas anestésicas em crianças. Técnicas de RX em crianças. Farmacologia para crianças. Patologia Bucal: Distúrbios do desenvolvimento e do crescimento. Doenças de origem microbiana. Distúrbios do metabolismo. Doenças do sistema específico. Anomalias dentárias. Patologia das glândulas salivares. Tumores de tecidos moles. Periodontia: Anatomia periodontal. Classificação das doenças periodontais. Placa e cálculo dental. Doença periodontal necrosante. Raspagem e alisamento radicular. Gengivite. Periodontite. Doenças infecciosas. Materiais dentários: Materiais de moldagem, gessos, ligas para amálgama. Composição das resinas. Ética odontológica: Código de ética odontológica.Saúde Pública: Sistema Único de Saúde (SUS): seus princípios e diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90). Normas e portarias atuais. Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Programa Saúde da Família (PSF).

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE PSICÓLOGO: Avaliação Psicológica: Fundamentos da medida psicológica. Instrumentos de avaliação: critérios de seleção, avaliação e interpretação dos resultados. Utilização das técnicas de avaliação na prática clínica. Técnicas de entrevista. Psicologia do desenvolvimento normal e patológico: desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo da criança, adolescente e adultos. Saúde coletiva: Políticas de saúde mental. Saúde mental e família. Saúde mental e trabalho. Equipes de saúde mental. SUS: Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS. Saúde complementar. Planejamento e programação local de saúde. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde. Epidemiologia e Indicadores de Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. Educação em saúde.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE MÉDICO VETERINÁRIO: Clínica médica: processos gerais de exploração clínica: inspeção, palpação, percussão, termometria clínica. Clínica dos aparelhos: digestivo, respiratório, circulatório, urinário, genital feminino e masculino e pele. Toxicoses. Choque. Queimaduras. Traumatismos. Análises clínicas: interpretação de: hemograma, urinálise, técnicas de exame de fezes, pesquisa de uréia, glicose, creatinina, colesterol, transminases e fosfatases. Microbiologia. Função hepática. Função tireóide. Função renal. Eletrólitos e equilíbrio ácido-básico. Anatomia Patológica: técnica de necropsia dos caninos, felinos e aves; colheita de material;.exames “post-mortem”. Aspectos gerais das lesões produzidas por agentes biológicos: vírus, bactérias, fungos, parasitos e neoplasias. Aparelho respiratório, aparelho urinário, sistema nervoso, aparelho circulatório. Doenças infecto-contagiosas e parasitárias de interesse sanitário: etiologia; sintomatologia. Epidemiologia. Diagnóstico e profilaxia das principais enfermidades dos animais domésticos. Principais zoonoses de importância em saúde pública: etiologia; sintomatologia; epidemiologia; profilaxia. Agentes de toxinfecções alimentares: aspectos microbiológicos das principais intoxicações e infecções veiculadas ou transmitidas por alimentos. Definições: contaminação; taxa de incidência; quarentena; período de incubação; desinfecção; infecção; desinfestação; infestação; endemia; imunidade; fonte de infecção; patogenicidade; hospedeiro; período de transmissibilidade; taxa de mortalidade; zoonoses. Legislação sanitária. Anatomia do Aparelho Reprodutivo da fêmea bovina; Reprodução animal: bovicultura; Sistema de inseminação artificial: Tradicional (I.A.) e por Tempo Fixo (I.A.T.F.). Métodos de detecção das fêmeas em cio. Preparativos e técnicas para coleta do sêmen; Noções sobre as instalações e equipamentos para prática da inseminação em bovinos. Momento favorável para inseminação. Rufião: tipos, preparo e uso. Legislação relacionada a inseminação artificial.

ANEXO II – FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS

À Comissão Examinadora do Processo Seletivo – Edital nº 001/2017

Poxoréu – Mato Grosso.

Referente: Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos

a. Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Processo Seletivo Simplificado, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme subitem 7.5 do Edital.

b. Estou ciente de que os documentos entregues, **TODOS AUTENTICADOS**, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao Processo Seletivo Simplificado.

c. Ainda, **DECLARO**, para efeitos legais, que a falta ou incorreção de qualquer dos documentos que estiverem relacionados nesta ficha é de minha única responsabilidade, pois os documentos serão entregues em envelope lacrado e, portanto, não serão conferidos no ato da entrega.

Candidato		Qte Documentos Entregues			
Inscrição		Cargo			
Avaliação de Títulos	Início do Curso	Término do Curso	Carga Horária	Pontos Solicitados pelo Candidato	Pontuação concedida pela organizadora (NÃO PREENCHER)
Curso de Pós-Graduação na área de Atuação (pós-graduação)					

Curso de Pós-Graduação na área de Atuação (mestrado)						
Curso de Pós-Graduação na área de Atuação (doutorado)						
Curso de Pós-Graduação na área de Atuação (pós-graduação)						

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

Poxoréu, _____de _____ de _____.

_____

ANEXO III – ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

ADVOGADO: Elaborar minutas de projetos de leis, decretos, mensagens, convênios e outros, para aprovação da Câmara Municipal, de acordo com o assunto; Efetuar estudos e pesquisas sobre matérias cuja legislação contém falhas, mediante consulta em bibliografia especifica, para efeito de futura revogação; representar a Prefeitura em Juízo ou fora dele em demanda civis, criminais, trabalhistas ou tributárias, peticionando, contestando e recorrendo; elaborar contratos de locação, empreitadas, prestação de serviços, convênios e termos aditivos; acompanhar processos administrativos de desapropriações, acidentes com veículos e outros; executar outras tarefas correlatas.

AGENTE ADMINISTRATIVO: Exercer atribuições especificas de recepção, atendimento e prestação de informações ao público; Anotar e registrar, em fichas funcionais, rescisões, exonerações, aposentadorias, férias, dispensas, falecimentos e outros dados relativos aos servidores; Auxiliar na elaboração e conferência de folhas de pagamento; Lançar em fichas próprias os empenhos, por ordem de verbas; Fornecer material de consumo quando requisitado por pessoas e órgãos competentes; Receber e arrumar material em prateleiras, ou armários apropriados, de acordo com as normas e os procedimentos estabelecidos; Registrar a entrega de material em livros próprios, fazendo conta do registro à natureza e a quantidade do material entregue, bem como a data e a assinatura dos responsáveis; Efetuar levantamentos periódicos para atualização das fichas de controle do material em estoque no almoxarifado; Classificar, organizar e preparar expedientes, protocolando, distribuindo, fazendo anotações em fichas de controle; Manter arquivos atualizados, dispondo documentos diversos em pastas próprias, com base em codificação pré-estabelecida; Protocolar documentos mediante registro em livros próprios e encaminhá-los aos setores competentes; Operar máquinas xerox, abastecendo-as com material necessário, reproduzindo trabalhos de maior complexidade e orientando servidores menos experientes na execução desses serviços; Recepcionar pessoas em antessalas de gabinete, fornecendo-lhes informações, orientando-as e encaminhando-as aos setores competentes e/ou as pessoas indicadas; Executar e receber ligações telefônicas, registrando os telefonemas atendidos e anotando recados, quando for o caso; Registrar as visitas, anotando dados pessoais de visitante, para possibilitar o controle dos atendimentos diários; Datilografar expedientes simples como, memorandos, formulários, cartas, minutas e outros textos; Executar outras tarefas correlatas.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE: participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; realizar o cuidado em saúde da população adstrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário; realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adstrita a UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade; realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; responsabilizar-se pela população adstrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde; participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da Secretaria Municipal de Saúde; garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica; realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais; trabalhar com adstrição de famílias em base geográfica definida, a "*microárea*"; estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando a promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe; cadastrar todas as pessoas de sua *micro área* e manter os cadastros atualizados; orientar famílias quanto a utilização dos serviços de saúde disponíveis; desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância a saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco; a utilização de instrumentos para diagnostico demográfico e sócio cultural da comunidade; o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos a saúde; o estímulo a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; cumprir com as atribuições definidas para os ACS em relação a prevenção e ao controle da malária, da dengue, da Chikungunya e do Zika Vírus, conforme a Portaria da Saúde; a participação em ações que fortaleçamos elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade devida; promover a imunização de rotina às crianças e gestantes, encaminhando-as ao serviço de referência ou criando alternativas de facilitação de acesso; outras ações e atividades a serem definidas de acordo com prioridades locais.

AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS: Exercer atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações de controle de endemias e seus vetores, abrangendo atividades de execução de programas de saúde desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor local deste; Executar tarefas que visem a erradicação de doenças transmitidas por insetos, ratos e outros vetores/transmissores, de acordo com a necessidade do Município, bem como em casos de convênios firmados com o Estado ou a União; participar de capacitação, treinamento e aprimoramento da função proposto pela administração pública municipal ou Secretaria à qual está afeta; realizar outras atribuições afins.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS: Supervisionar e executar os serviços de limpeza e conservação das instalações do prédio; Organizar pedidos de material necessários ao funcionamento dos serviços sob sua responsabilidade; Executar os serviços de limpeza e conservação; Realizar serviços relacionados com cozinha e copa do órgão; Realizar serviços braçais como recolhimento de lixo, limpeza de bueiros, varrição de ruas, praças, parques e jardins, capinagem, plantação de mudas em geral, poda de árvores e arbustos e etc; Executar outras tarefas correlatas.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (COZINHEIRO): Preparar refeições, cafés, lanches, sucos e sobremesas em pequenas e grandes quantidades; elaborar e executar cardápios; responsabilizar-se pelo balanceamento das refeições; controlar a qualidade, a conservação e o estoque dos alimentos; controlar a quantidade usada na preparação de uma refeição; fazer a higienização e o pré-preparo de frutas e hortaliças de acordo com determinação do cardápio diário; cuidar da higienização, da conservação de utensílios e da dos equipamentos utilizados; zelar pela ordem, pela disciplina, pela higiene e pela segurança do local; reciclar os alimentos evitando perdas dos mesmos; ter comprometimento com o serviço; manter a higiene e o asseio pessoal; utilizar técnicas de cozinha e nutrição; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (LAVADEIRA): Executar tarefas de lavagem de roupas; lavar por completo e passar todas as roupas dos leitos e demais repartições do hospital; manobrar máquinas de lavar para efetuar a lavagem; zelar pela guarda e conservação das ferramentas e materiais peculiares ao trabalho; manter sempre limpo o local de trabalho; executar outras atividades afins.

ASSISTENTE SOCIAL: Planejar e operacionalizar planos, programas e projetos na área do serviço social, realizando ações adequadas à solução dos problemas e dificuldades surgidas em seu campo de atuação; Elaborar, executar e avaliar pesquisas no âmbito do serviço social, visando ao conhecimento e a análise dos problemas e da realidade social e ao encaminhamento de ações relacionadas a questões que emergem na prática do serviço social e que se articulem com os interesses da comunidade; Realizar estudos de casos e emitir parecer sobre os fenômenos sociais que estão a interferir nos mesmos, sugerindo alternativas de encaminhamento para solução da problemática social, através de entrevistas, visitas, contatos pessoais e/ou colaterais; Acompanhar, orientar e encaminhar indivíduos, grupos e populações para análise e solução de problemas sociais, utilizando instrumental técnico adequado às diversas abordagens; Mobilizar indivíduos, grupos e comunidades para participar da elaboração e do controle dos programas de política social nas diversas áreas: saúde, habitação, educação, menor, seguridade social, assistência social, trabalho, movimentos sociais organizados e outros; Realizar, coordenar, e assessorar reuniões com grupos e comunidades, no sentido de prestar orientação social no atendimento das aspirações pessoais, grupais e comunitárias; Prestar apoio a indivíduos e grupos, mediante técnicas de redução de tensões, leitura e análise dos problemas pessoais e coletivos, tendo em vista a supervisão de situações conflitivas do cotidiano, decorrentes de alcoolismo, do desequilíbrio emocional, de problemas financeiros e outros; Discutir com indivíduos, grupos e comunidades os problemas sociais que marcam seu dia a dia, objetivando o conhecimento crítico da realidade, com o fim de descobrir alternativas para enfrentar tais situações; Executar outras tarefas correlatas

AUXILIAR DE ENCANADOR: Estudar o trabalho a ser executado, analisando desenhos, esquemas, especificações e ouras informações, para programar o roteiro de operações; Marcar os pontos de colocação das tubulações, uniões e furos nas paredes, muros e escavações do solo, utilizando instrumentos de traçagem ou marcação para orientar a instalação do sistema projetado; Abrir valetas no solo e rasgos nas paredes, guiando-se pelos pontos-chave e utilizando ferramentas apropriadas, para introduzir os tubos e partes anexas; Executar o corte, rosqueamento curvatura e união dos tubos, utilizando ferramentas apropriadas, pra formar a linha de canalização; Tamponar as juntas, utilizando material apropriado ou soldando-as, para eliminar as possibilidades de vazamentos; Posicionar e fixar os tubos, baseando-se no projeto elaborado e utilizando parafusos, porcas luvas, luvas de junção, solda ou argamassa; Instalar louças sanitárias, condutores, caixas d'água, chuveiros, ferragens e outras partes componentes das instalações, utilizando níveis, prumos, ferramentas, soldas e outros; Montar e instalar registros e outros acessórios de canalização, trechos de tubos, fazendo as conexões necessárias com os aparelhos, para completar a instalação do sistema; Testar as canalizações, utilizando ar comprimido ou água sob pressão e observando manômetros, para assegurar-se da vedação de todo o sistema e repara-lo caso seja localizado vazamento; Efetuar manutenção das instalações, substituindo ou reparando partes componentes, como tubulações, válvulas, junções, aparelhos, revestimentos isolantes e outros, para mantê-los em boas condições de funcionamento; Realizar leitura da medição de consumo e entrega dos cupons para pagamento; Executar outras tarefas correlatas.

AUXILIAR DE LABORATÓRIO: Abastecer recipientes, colocando líquido e outras substâncias necessárias à conservação e análise de amostras; Proceder à rotulação e embalagem de vidros, ampolas e similares; Auxiliar no preparo de meios de cultura, semadura e vacinas; Documentar as análises realizadas, registrando e arquivando as cópias dos resultados dos exames; Fazer assepsia de recipientes, instrumentos, aparelhos, vidrarias, lavando, esterilizando, secando e preparando-os para provas e exames; Coletar materiais para exames; Preparar lâminas; Executar outras tarefas correlatas.

AUXILIAR MECÂNICO: Executar trabalhos de mecânica em máquinas, ferramentas, inclusive os que requeiram habilidade técnica especial; Confeccionar peças complexas à vista de especificações; Executar trabalhos normais em torno-mecânico, torno-revólver, torno-cutileiro, plaina, fresas, retificadoras, máquinas-furadeiras, de atarraxar, de desempenar eixos, laminadoras, prensas metálicas, serras metálicas e outras, bem como trabalho de bancada, pertinentes à profissão; Confeccionar ou colaborar na confecção de parafusos, porcas, cilindros, pistões, bilhas, válvulas, mancais, buchas, eixos, esferas, anéis de sedimento, arruelas, confecções de peças redondas para viaturas e máquinas, calibres dispositivos e ferramentas, bujões, eixos, molas de segmento, cilindro para laminação, para viatura, réguas reprográficas, rasgos para chavetas, aplainamentos e rebaixes de quaisquer peças planas, ferramentas para empregos diversos, engrenagens, estrias, coroas para sem-fim e sem-fim para coroas, fendas com parafusos, peças de formato poligonal, canaletas nos bronze para óleo, furacões, guias de válvulas e pistões, etc; Executar trabalhos normais de montagem, desmontagem, reparo e ajustagem de máquinas operatrizes, máquinas a vapor e hidráulicas, linotipos, máquinas impressores, máquinas escavadeiras, guidastes, pontes e mesas rotativas; Instalar e ajustar máquinas pesadas, grupos de geradores e turbinas elétricas; Confeccionar ferramentas especiais; Identificar defeitos mecânicos e orientar os reparos necessários; Orientar por desenho, croquis ou instruções, executar trabalhos normais de montagem, reparo e ajustagem de motores a combustão de baixa e alta compressão, movidos à gasolina, a óleo diesel ou outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, patrol, rolo compressor, máquinas agrícolas, ceifadeiras, geradores de intensidade, locomotivas, motores de embarcações e outros; Desmontar, reparos, montar, ajustar, retificar e localizar defeitos ocasionais de motores a combustão; Zelar pela limpeza e higiene dos locais de trabalho; Requisitar materiais e ferramentas; Engraxar e lubrificar carros, caminhões e aeronaves; Desempenhar outras tarefas semelhantes.

BIOQUÍMICO: Realizar e interpretar exames de análises clínicas, hematologia, parasitologia, bacteriologia, urinálise, virologia, micologia e outros, valendo-se de técnicas específicas; Realizar determinações laboratoriais no campo da citogenética; Preparar reagentes, soluções, vacinas, meio de cultura e outros para aplicação em análises clínicas, realizando estudos para implantação de novos métodos; Efetuar análise bromatológica de água e alimentos, através de métodos próprios, para garantir a qualidade, pureza, conservação e homogeneidade, com vistas ao resguardo da saúde pública; Efetuar e/ou controlar exames toxicológicos e de peritagem na medicina legal; Responsabilizar-se pela farmácia do Hospital Regional; Estabelecer norma supervisionar e fiscalizar os estoques de penso e medicamentos, observando os critérios quanto à validade e qualidade dos mesmos? Exercer rigorosa supervisão quanto aos medicamentos controlados; Executar outras tarefas correlacionadas.

BIÓLOGO:Controle de Pragas; Assumir atribuições de Agente de Saúde e Sanitarista lidando com epidemias e doenças emergentes. Elaboração de políticas públicas de saúde com o objetivo de prevenir epidemias e conscientizar a população sobre parasitas e doenças; realiza um trabalho de orientação de famílias sobre cuidados domésticos para evitar a contaminação por parasitas e microrganismos. Elaborar e implementar programas de preservação da fauna e flora. Realizar estudos sobre a população de animais e vegetais de determinada região e escrever pareceres e relatórios sobre o impacto que determinada ação de ocupação exerce na biodiversidade existente.

BORRACHEIRO: Executar serviços compreendendo montagem e desmontagem de pneus de veículos, máquinas e caminhões; Reparar câmaras de ar, bem como trocar válvulas e colocação de manchões; Selecionar e preparar as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços; Executar tarefas correlatas as acima descritas, a critério de ordens superiores.

CONTADOR: Planejar os trabalhos inerentes às atividades contábeis, organizando o sistema de registro e operações, para possibilitar o controle e acompanhamento contábil-financeiro; Supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu processamento, para assegurar cumprimento do plano de contas adotado; Proceder ou orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos serviços; Elaborar e organizar balancetes, balaços e demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais de situação patrimonial, econômica e financeira do órgão; Participar da elaboração do orçamento-programa, fornecendo os dados contábeis, para servirem de base à montagem do mesmo; Efetuar, classificar e codificar contabilmente, os documentos recebidos; Planejar e executar auditorias contábeis, efetuando perícias, investigações e exames, apurações e exames, para assegurar cumprimento às exigências legais e administrativas; Elaborar e analisar balancetes e demais documentos contábeis, gerando relatórios e pareceres técnicos; Elaborar anualmente relatório analítico sobre a situação patrimonial, econômica e financeira do órgão, apresentando dados estatísticos comparativos e pareceres técnicos; Acompanhar a execução orçamentária, analisando as projeções de receitas e despesas, emitir notas de empenho e de lançamentos, classificar e orientar as despesas, administrar a liquidação de despesas e acompanhar os custos; Assessorar a direção em problemas financeiros, contábeis e orçamentários, dando pareceres, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação no referido setor; Efetuar estudos e pesquisas aplicáveis em assuntos de interesse da Administração pública na sua área de atuação; Utilizar ferramentas de informática adequadas a sua área de atuação; Executar outras atividades necessárias à consecução dos serviços técnicos contábil, inerentes a sua área de atuação.

COVEIRO: Executar serviços compreendendo abertura de covas, alinhando-as e mantendo a ordem numérica para as demais que serão abertas; Zelar das instalações do cemitério, necrotério e capela; Efetuar sepultamentos em covas subterrâneas e auxiliar os serviços funerários em jazigos; Executar outras tarefas correlatas as acimas descritas, a critério de ordens superiores.

CUIDADOR DE IDOSO: auxiliar e/ou realizar atenção adequada às pessoas idosas que apresentam limitações para as atividades básicas e instrumentais da vida diária, estimulando a independência e respeitando a autonomia destas, dentre as quais constam: higiene pessoal – cuidar da limpeza do corpo e da boca e também do vestuário que os idosos usam no dia-a-dia; higiene do ambiente - responsabilizar-se pelo espaço reservado ao idoso, geralmente o seu quarto de dormir; alimentos – seguir as dietas e recomendações indicadas pelos profissionais, estimular e auxiliar o idoso na alimentação e, se necessário, preparar os alimentos; medicações – dar as medicações que são administradas pela boca e as que devem ser aplicadas à pele, nos horários indicados pelo médico e de acordo com suas instruções, atividades físicas – dar apoio ao idoso em caminhadas, ajudando-o também, em outros exercícios recomendados por profissionais; compras – fazer a compra de alimentos, medicamentos e objetos de uso diário, quando esta tarefa tiver sido combinada com a família; lazer, trabalho e atividades fora de casa – fazer companhia ao idoso, conversar sobre assuntos do seu interesse, ver televisão, ajudar em trabalhos manuais, acompanhá-lo a festas, cerimônias religiosas, consultas médicas, exames, idas ao banco, etc; estimulação – fazer com que o idoso descubra as coisas que gosta de fazer, que tome decisões, que coopere em algum trabalho, que mantenha a prática do autocuidado: deve, além disso, apoiar e estimular sua vida social, de modo a que permaneça ativo e participativo, para sentir-se valorizado, preservando a auto-estima; e incentivar a comunicação, a socialização através do convívio, a recreação e o lazer; executar outras tarefas correlatas.

CUIDADOR INFANTIL: Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança/adolescente; organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente; auxilio á criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano; quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento; apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social).

DESENHISTA: Desempenhar tabelas, diagramas, quadros estatísticos, gráficos, mapas, plantas e outros, utilizando instrumentos manuais e softwares, baseando-se em rascunhos ou orientações fornecidas; Reduzir ou ampliar desenhos, seguindo-se por croquis, esboços ou instruções, seguindo a escala requerida; Efetuar desenho em perspectiva e sob vários ângulos, observando medidas, características e outras anotações técnicas; Desenhar e pintar cartazes informativos, dispondo adequadamente os letreiros e ilustrações, para conseguir os direitos visuais de acordo com o objetivo fixado; Copiar desenhos já estruturados, segundo a forma, dimensões e demais especializações dos originais; Submeter os esboços elaborados a apreciação superior, fornecendo as explicações oportunas, para possibilitar correções e ajustes necessários; Elaborar os desenhos definitivos do projeto, definindo suas características e determinando os estágios de execução e outros elementos técnicos; Realizar reduções de plantas e projetos, baseando-se em originais; Executar outras tarefas correlatas.

ELETRICISTA: Instalar e reparar linhas e cabos de transmissão, inclusive os de alta tensão; Fazer reparos em aparelhos elétricos em geral; Consertos e reparos de elevadores, geradores, motores relógios elétricos, inclusive de controle de pressão, etc; Executar enrolamento de pequenos motores, transformadores, dínamos, magnetos e bobinas; Fazer instalações elétricas de lâmpadas, campainhas, chaves de distribuição, bobinas, automáticos, etc; Consertar e reparar instalações elétricas internas e externas; Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares; Executar outras tarefas semelhantes.

ELETRICISTA DE AUTOMÓVEIS: Montar chicotes de comando elétrico, montar e desmontar motor de partida, alternadores e geradores; Testar em bancada alternadores, geradores, motor de partida antes de colocar no veículo, caminhão e máquina; Verificar bancada antes de testar qualquer aparelho de corrente alternada, para o seu fiel funcionamento; Manter o ferramental de utilização durante o serviço em ordem para uma boa colocação sem

danificar carcaças, suportes ou mesmo bases de assentamentos dos tais aparelhos; Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de ordens superiores.

ENCANADOR: Executar serviços compreendendo as instalações hidráulicas e hidro sanitárias, bem como na montagem de conexões de PVC e metal; Conferir com projeto nível de pavimento para montagem de material hidráulico e sanitário; Realizar leitura da medição de consumo e entrega dos cupons para pagamento; Executar outras tarefas correlatas as acimas descritas, a critério de ordens superiores.

ENFERMEIRO: Executar serviços de enfermagem, empregando processos de rotina específicos, para possibilitar a proteção da saúde individual ou coletiva Identificar as necessidades de enfermagem, realizando entrevista, participando de reuniões e através de observação sistematizada, para preservar e recuperar a saúde; Elaborar planos de enfermagem, baseando-se nas necessidades identificadas, para determinar a assistência a ser prestada; Executar tarefas de enfermagem, como administração de sangue e plasma, controle de pressão venosa, monitorização e aplicação de respiradores artificiais, prestação de cuidados de confortos, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal e outros tratamentos, de acordo com técnicas apropriadas, para proporcionar o maior grau possível de bem estar, físico, mental e social do paciente; Fazer curativos, imobilizações especiais e ministrar medicamentos e tratamentos em situações de emergência, empregando técnicas usuais ou especificas, para atenuar as conseqüências dessas situações; Preparar e ministrar palestras; Participar de campanhas preventivas de saúde; Executar tarefas complementares ao tratamento médico especializado, em caso de cateterismo cardíaco, transplante de órgão, hemodiálise e outros, preparando o paciente, o material e o ambiente, para assegurar maior eficiência na realização dos mesmos.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO: Planejar, organizar, dirigir e executar serviços especializados relativos à adubação, plantio, combate às pragas, colheita e beneficiamento de vegetais: reflorestamento; criação de rebanhos. Mecanização Agrícola e industrialização de produtos alimentícios de origem vegetal e animal; Projetar supervisionar e executar instalações específicas para o armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, sistemas de irrigação e drenagem, para fins agrícolas e construção rurais, tais como fazendas, sítios e granjas; Assessorar e prestar assistências aos agricultores e divulgar resultados de pesquisas e experimentações; Estudar e pesquisar a composição ideal das terras para plantio, a natureza e a adequação dos fertilizantes, os meios de combate às doenças das plantas e animais, formas de aperfeiçoamento e maior produtividade das espécies vegetais e animais; Executar outras tarefas correlatas.

ENGENHEIRO CIVIL: Planejar e elaborar projetos de engenharia civil, estudando traçados e especificações, preparando plantas, orçamentos, técnicas de execução e outros dados, para possibilitar e orientar o traçado, a construção, conservação e remodelação de obras dentro dos padrões técnicos; Proceder a uma avaliação geral das condições requeridas para a obra, estudando o projeto e encaminhando as características do terreno disponível, para determinar o local mais apropriado para a construção; Preparar o programa de trabalho, elaborando plantas, croquis, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários, para possibilitar a orientação e fiscalização do desenvolvimento das obras; Dirigir a execução de projetos, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam as obras, visando assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de qualidade e segurança recomendado; Examinar os projetos e realizar estudos necessários para a determinação do local mais adequado para construção, calculando a natureza e o volume de circulação de ar, da terra e da água, a fim de determinar as suas conseqüências em relação ao projeto; Estudar, projetar, fiscalizar e supervisionar os trabalhos relacionados com a construção de estradas, pontes, pontilhões, bueiros, túneis, viadutos, edifícios e a instalação, o funcionamento e a conservação de redes hidráulicas de distribuição de esgotos e de água, observando plantas e especificações, para assegurar a execução dos serviços de higiene e saneamento dentro dos padrões técnicos exigidos; Calcular os esforços e deformações previstas na obra projetada ou que afetem a mesma, consultando tabela e efetuando comparações, levando em consideração fatores como carga calculada, pressões de águas, resistência aos eventos e mudanças de temperatura, para apurar a natureza dos materiais que deverão ser utilizados na construção; Consultar os outros especialistas, como engenheiros mecânicos, eletricistas e químicos, arquitetos de edifícios e paisagistas trocando informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido, para decidir sobre as exigências técnicas e estética relacionadas à obra a ser executada; Estudar as condições requeridas para o funcionamento das instalações de filtragem e distribuição de águas potáveis sistema de drenagem e outras construções de saneamento, analisando características e resultados a alcançar, para estabelecer as tarefas e etapas de desenvolvimento dos projetos sanitários; Preparar previsões detalhadas das necessidades de fabricação, montagem, funcionamento, manutenção e reparos das instalações e equipamentos sanitários, determinando e calculando materiais, seus custos e mão-de-obra, para estabelecer os recursos indispensáveis a execução do projeto; Realizar projetos de construção de esgotos, sistema de água servidas e demais instalações sanitárias, examinando-os minuciosamente, efetuando cálculos, comparando dados, para assegurar-se de que os mesmos satisfazem os requisitos técnicos e legais; Inspecionar poços, fossos, rios, drenos, águas estagnadas em geral, examinando a existência de focos de contaminação, para estabelecer a necessidade de canais de drenagem e obras de escoamento de esgoto; Analisar bacias hidrográficas, verificando o comportamento do regime de precipitação fluvial, com a finalidade de elaborar projetos de drenagem e rodovias; Desenhar plantas baixas com cadastro, marcação de curvas horizontais e outros elementos necessários à localização, recorrendo à colaboração de outros especialistas, para elaboração de projetos de rodovias e terminais rodoviários; Participar de projetos-pilotos de construção, visitando os trabalhos, promovendo treinamentos e aconselhando quanto a utilização correta das técnicas e processos, para assegurar o cumprimento dos padrões de qualidade e segurança recomendados; Fornecer orientação técnica e revisão teórica e prática à profissionais e auxiliares, no desenvolvimento de projetos e detalhes complementares, acompanhando a sua execução, para possibilitar o atendimento às normas e especificações técnicas; Orientar servidores de classe anterior, quando for o caso, sobre as atividades que deverão ser desenvolvidas; Executar outras tarefas correlatas.

FISCAL DE SERVIÇOS URBANOS: Fiscalizar obras em geral, verificando sua regularidade documental e física de acordo com o código de obras do município e outras leis e posturas municipais, inclusive quanto às condições de segurança dos trabalhadores e de terceiros; Orienta a construção de habitações populares de acordo com os padrões e procedimentos da municipalidade; Lavrar autos de infração, termos de fiscalização, intimações e outros instrumentos que garantam o cumprimento das leis e posturas municipais; Executar tarefas afins, bem como quanto à observância de aspectos estéticos, de ordem e segurança pública; Orientação e emissão de autos de infração e notificações sobre essas matérias; Fiscalização da higiene das vias e logradouros públicos; Fiscalização de diversões públicas, barracas ou aparelhos e dispositivos de diversão em logradouros públicos sem autorização; Fiscalização da poluição sonora provocada em bares, clubes, casas noturnas e igrejas; Manutenção e atualização de cadastro de feirantes; Controle de horário de carga e descarga dos produtos expostos para venda; Acompanhamento dos serviços urbanos municipais; Executar outras atribuições correlatas às acima descritas que lhe forem atribuídas pelo superior imediato, conforme disposição na lei do Plano Diretor; Executar outras tarefas correlatas.

FISCAL DE TRIBUTOS: - Executar serviços compreendendo a Tributação Municipal; Fiscalizar a abertura de firmas em sua legal posição; Solicitar livros fiscais e documentos comprobatórios de assentamentos de documentos para o fisco Municipal; Executar liberação de funcionamento e localização de firmas solicitantes; Apreender mercadorias que sejam de tributação municipal; Fazer levantamentos em livros fiscais, bem como a lavratura de notificações e auto de infração; Efetuar interdição em empresas que sejam sonegadoras de impostos Municipais; Manter-se informado quanto aos dispositivos do Código Tributário do Município; Executar com agilidade e competência os serviços de:Vistorias em lotes urbanos e chácaras para cálculo de IPTU, ITBI, objetivando as transferências; Recadastramento de lotes (vagos) nos setores urbanos e chácaras do Município; Ter conhecimento amplo de mapas de localização do perímetro urbano e chácaras; Executar outras tarefas correlatas.

FISCAL SANITÁRIO: Controle de alimentos chegados a Poxoréu; Inspeção de pescados e mariscos; Reinspeção de carne e peixe nos mercados e frigoríficos de Poxoréu; Coleta de amostra de alimento para exames bromatológicos; Fiscalização dos demais locais de produção, beneficiamento e venda de gêneros alimentícios; Fiscalização periódica em determinados locais que comercializam alimentos e careçam de ação especial; Controle dos vendedores e manipulação de gêneros alimentícios; Intercâmbio com organismos envolvidos no controle de alimentos; Fiscalização a locais de comércio e indústria, no que concerne a segurança e higiene do trabalho; Controlar as drogas e medicamentos em uso no Município; Controlar as farmácias e estabelecimentos congêneres quanto ao prazo de validade dos medicamentos; Controlar a venda e uso de medicamentos psicotrópicos e entorpecentes ; Esclarecer profissionais e comerciantes, sobre os problemas relativos ao uso de medicamentos sem controle e orientação médica; Ação fiscalizadora e constante combate do charlatanismo; Intercâmbio com conselho afins; Executar outras tarefas correlatas.

FISIOTERAPEUTA: Ministrar tratamento fisioterápico, aplicando métodos e técnicas específicas, para desenvolver e recuperar a capacidade física do paciente; Executar tratamento de afecções reumáticas, seqüelas de acidentes vascular-cerebrais, poliomielite, meningite, encefalite de traumatismo raqui-medulares cerebrais motoras, neurógenas e de nervos periféricos, miopatias e outros, utilizando-se de meios físicos especiais, para reduzir ao mínimo as conseqüências dessas doenças; Desenvolver exercícios corretivos de coluna, defeitos dos pés, afecções dos aparelhos respiratórios e cardiovasculares, orientando e treinando o paciente em exercício, ginásticas especiais, para promover correção de desvios-posturas e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea; Acompanhar o desenvolvimento do paciente, aplicando novas técnicas, de acordo com a evolução do seu quadro clínico, para ajudar o desenvolvimento de programas e apressar a reabilitação; Avaliar o paciente, nos aspectos fisioterápicos, com o objetivo de definir o tratamento adequado, levando em consideração a situação do mesmo; Participar de grupos de estudos, analisando os casos em tratamento, para melhorar a qualidade das técnicas utilizadas e a reabilitação do indivíduo; Supervisionar e avaliar atividades do pessoal auxiliar de fisioterapia, orientando-os na execução das tarefas, para possibilitar a realização correia de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos mais simples; Controlar o registro de dados, observando as anotações das aplicações e tratamentos realizados, para elaborar boletins estatísticos; Esclarecer e orientar a família sobre as necessidades da continuidade do tratamento em casa ou em clínica especializada, a fim de garantir e agilizar a reabilitação do paciente; Orientar servidores da classe anterior, quando for o caso, sobre as atividades que deverão ser desenvolvidas; Executar outras tarefas correlatas.

FONOAUDIÓLOGO: Avaliar as definições do paciente, realizando exames fonéticos de linguagens, audiometria, gravação e outras técnicas próprias, para estabelecer o plano de treinamento ou terapêutico; Promover a reabilitação de problemas de voz, realizando exercícios com os pacientes, ensinando-lhes a maneira correta de usar o aparelho fonador, com a importação da voz, dicção e pronúncia; Participar de programas, a fim de detectar e prevenir problemas nos recém-nascidos, efetuando pesquisas sobre a audição de escolares, facilitando o diagnóstico dos problemas e evitando o agravamento de doenças do aparelho auditivo; Aplicar os testes audiológicos necessários para que se faça o diagnósticos de problemas auditivos; Dedicar-se ao estudo específico dos processos de aprendizagem da linguagem escrita pela criança e a orientação do professor sobre seu comportamento verbal, principalmente com relação à voz; Realizar entrevistas com pacientes, obtendo dados específicos, para que possa traçar programa terapêutico que visará a recuperação do indivíduo; Programar, desenvolver e supervisionar o treinamento de voz, fala, linguagem, expressão e compreensão do pensamento verbalizado e outros, orientando e fazendo demonstração de respiração funcional impostação da voz, treinamento fonético, auditivo, de dicção e organização do pensamento em palavras, para reeducar e/ou reabilitar o paciente; Realizar diagnóstico prévio, objetivando detectar as condições fonatorais e auditivas do paciente, através de exames de técnicas de avaliação e específica, para possibilitar a seleção profissional ou escolar; Participar de equipes multiprofissionais, para identificação de distúrbios de linguagem em suas formas de expressão e audição, emitindo parecer, para estabelecer o diagnóstico e tratamento; Preparar informes e documentos em assuntos de fonoaudiologia, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviço, pareceres e outros; Encaminhar o paciente ao especialista, orientando e fornecendo a este as indicações necessárias, para solicitar parecer quanto à possibilidade de melhora ou reabilitação do paciente; Emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou a praticabilidade da reabilitação fonoaudiológica, elaborando relatório, para complementar o diagnóstico; Orientar servidores de classe anterior, quando for o caso, sobre as atividades que deverão se desenvolver; Executar outras tarefas correlatas.

GARI – BRAÇAL: Executar serviços diversos relacionados à manutenção; limpeza e conservação predial; capinagem, recolhimento de lixo; limpeza de rios e córregos; conservação e recuperação de vias; limpeza e desobstrução de galerias e tubulações em geral; auxiliar na realização de alvenarias e pintura; transporte de materiais e executar outras atividades que lhe forem delegadas pelos níveis hierárquicos superiores, relacionados a sua área de atuação.Executar outras tarefas correlatas.

GARI – COLETA DE LIXO: Realizar coleta de lixo residencial, industrial e entulhos; Realizar a coleta seletiva; Acompanhar o lixo até seu destino final; Cuidar da sua deposição de acordo com as leis vigentes; Executar outras tarefas correlatas.

GARI – LIMPEZA URBANA: Varrer ruas, parques, jardins e outros logradouros públicos, utilizando equipamentos apropriados, para mantê-los limpos e apresentáveis; Reunir ou amontoar os detritos varridos, empregando instrumentos apropriados para recolhê-los; Recolher o lixo, despejando-o em depósitos apropriados, para facilitar o transporte; Auxiliar na poda das plantas aparando-as em épocas determinadas, com equipamentos apropriados, para assegurar o desenvolvimento das mesmas; Executar outras tarefas correlatas.

GUARDA MUNICIPAL: Fazer ronda de inspeção em intervalos fixados, adotando providências pendentes e evitar roubos, incêndios e danificações nos edifícios e materiais sob sua guarda; Fiscalizar a entrada e saída de pessoas e veículos, pelos portões ou portas de acesso ao local que estiver sob sua responsabilidade; Verificar as autorizações para o ingresso nos referidos locais e vedar a entrada de pessoas não autorizadas; Verificar se as portas e janelas estão devidamente fechadas; Investigar quaisquer condições anormais que tenha observado; Solicitar quando for o caso, identificação ou autorização de pessoas para ingresso nas repartições públicas; Zelar pela ordem e segurança da área sob sua responsabilidade; Comunicar à autoridade

competente as irregularidades de que tiver conhecimento; Manter vigilância permanente nos locais de acesso ao público,durante o expediente das repartições; Executar outras tarefas semelhantes.

INSTRUTOR ARTESANATO: Ministra aulas de conformidade com sua disciplina, aplicando exercícios para que as crianças desenvolvam as funções específicas necessárias à aprendizagem da leitura, escrita e componente curricular proposto; planeja e executa trabalhos complementares de acordo com o currículo proposto, englobando caráter cívico, cultural, recreativo, organizando jogos, entretenimento e demais atividades, visando desenvolver nas crianças a capacidade de iniciativa, cooperação e relacionamento social; -Elabora boletins de controle e relatórios, apoiando-se na observação do comportamento e desempenho dos alunos, anotando atividades efetuadas, métodos empregados e problemas surgidos, para possibilitar a avaliação do desenvolvimento do curso; desenvolve nas crianças hábitos de limpeza, obediência, tolerância e outros atributos morais e sociais, empregando recursos audiovisuais e outros, para contribuir com a sua educação; -Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

INSTRUTOR DE DANÇA: Participar de todas as atividades da Dança; liderar e orientar técnica e artisticamente os alunos, com vistas ao melhor desempenho individual e do grupo; cuidar continuamente da sua atualização profissional com base em pressupostos artístico-pedagógicos contemporâneos; zelar pela disciplina e pelas relações interpessoais agindo com ética profissional dentro e fora da sala de aula; participar de reuniões pedagógicas, avaliações internas e práticas comentadas; trabalhar de forma articulada à coordenação; executar e participar do processo de orientação, auxiliando os alunos a melhor conduzir suas dificuldades e anseios; planejar e avaliar aulas e atividades artístico-pedagógicas; apresentar à coordenação e aos alunos o planejamento semestral das disciplinas, esclarecendo os tópicos a serem abordados e o período; apresentar critérios e instrumentos do processo avaliativo; exercer outras atividades correlatas: apoio às apresentações, seminários, workshops e suporte eventual nas atividades dos alunos.

INSTRUTOR DE ESPORTES: Reger salas de aula em atividades de educação física, desportivas e de laser; atuar no ensino esportivo e atividade de lazer para criança, adolescentes e adultos; divulgar atividades esportivas e de lazer; reger atividades esportivas e de lazer; atuar na área de ensino e prática esportiva; elaborar programas e plano de trabalho, controle e avaliação de rendimento; organizar e acompanhar turmas de competições e excursões ainda que fora do Município; manter disciplina; organizar e participar de reuniões; colaborar na conservação da ordem do ambiente de trabalho; desempenhar tarefas afins.

Instrutor de InFORMÁTICA: compreende atividades especializadas, de complexidade média, afeitas à execução e à organização das rotinas de suporte e atendimento aos usuários de laboratórios de informática envolvendo utilização de aplicativos e problemas de hardware e software, cujas atribuições são: prestar suporte técnico aos usuários de microcomputadores das escolas públicas do município de Poxoréu, no tocante ao uso de software básico, aplicativos, serviços de informática e de redes em geral; diagnosticar problemas de hardware e software, a partir de solicitações recebidas das escolas e da SEMEC, buscando solução para os mesmos ou solicitando apoio superior; contribuir em treinamentos de professores e/ou servidores públicos, no uso de recursos de informática, incluindo a preparação de ambiente, equipamento e material didático; realizar elaboração de apresentações multimídia; auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimento de documentos, pertinentes a sua área de atuação para assegurar a pronta localização de dados; zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; Ministrar aulas de informática a professores e alunos da Rede Pública do município de Poxoréu; executar outras tarefas correlatas conforme necessidade ou a critério de seu superior imediato.

Instrutor de MÚSICA: Orientar os alunos no manuseio de instrumentos musicais; desenvolver o processo do ensino-aprendizagem, sob a forma de atividades técnico-pedagógicas de planejamento, execução e avaliação; ministração de aulas; produção/organização de processos de aprendizagem; participação no processo de integração de educandos especiais; participação em reuniões administrativas, pedagógicas; executar as demais atribuições dentre sua habilitação profissional.

Mecânico DE VEÍCULOS LEVES: Cujas principais atividades são relacionadas a montagem, reparação e manutenção de veículos da frota da Prefeitura de Poxoreu em veículos leves, ônibus e caminhões e outros pertinentes à função.

Mecânico DE MÁQUINAS PESADAS: Cujas principais atividades são relacionadas a montagem, reparação e manutenção de veículos da frota da Prefeitura de Poxoreu em motores diesel, máquinas pesadas e outros pertinentes à função.

MÉDICO: Realizar consultas médicas, compreendendo análise, exame físico, solicitando exames complementares, quando for necessário; Fazer prescrição terapêutica adequada em clínica, cirurgia, pediatria, ginecologia e obstetrícia, psiquiatria e qualquer outras especialidades médicas conhecidas; Indicar internação e acompanhar pacientes hospitalizados, prescrevendo e/ou executando as ações terapêuticas indicadas em cada caso; Investigar casos de doenças de notificação compulsória, fazendo exame clinico, laboratorial e epidemiológico de paciente, avaliando-o com a equipe, para estabelecer o diagnóstico definitivo da doença; Participar da investigação epidemiológica de agravos inusitados, levando esclarecimento sobre a doença, diagnosticando a sua natureza, a fonte de proliferação e os meios de transmissão, para orientar sobre as medidas de prevenção e controle adequados; Analisar o comportamento das doenças, a partir da observação de dados clínicos, laboratoriais e epidemiológicos, analisando registros, dados complementares, investigações em campo e fazendo relatórios, para adoção de medidas de prevenção e controle; Participar do planejamento, execução e avaliação dos planos, projetos e programas do setor de saúde; Participar dos programas de capacitação e reciclagem do pessoal envolvido nos assuntos ligados à área de saúde; Participar do planejamento, execução e avaliação de campanhas de vacinação, segundo as necessidades e a divisão de trabalho de coordenação local; Desenvolver atividades de educação em saúde no serviço e na comunidade, através de grupos e/ou movimento da sociedade civil organizada, sobre temas e assuntos de interesses da população e considerados importantes para a saúde; Elaborar projetos e participar da execução, análise e avaliação de pesquisa e elaboração de trabalhos científicos, na área de saúde; Orientar servidores da classe anterior, quando for o caso, sobre as atividades que deverão ser desenvolvidas; Supervisionar, avaliar e emitir parecer sobre o credenciamento de clínicas, hospitais e laboratórios; Assessorar o superior para autorização de prorrogação de internações; Realizar visitas hospitalares diariamente, emitindo relatórios pertinentes; Revisar e liberar o ressarcimento de despesas médico-hospitalares, de acordo com as tabelas vigente; Revisar os procedimentos médicos nos processos de internação; Executar outras tarefas correlatas.

motorista: Cujas principais atividades são: conduzir os veículos de acordo com as disposições contidas no Código Nacional de Trânsito, manter os veículos sob sua responsabilidade em condições adequadas de uso e, detectar, registrar e relatar ao superior hierárquico todos os eventos mecânicos, elétricos e de funilaria anormais que ocorram com o veículo durante o uso;

motorista CAÇAMBEIRO: Cujas principais atividades são: conduzir os veículos de acordo com as disposições contidas no Código Nacional de Trânsito, manter os veículos sob sua responsabilidade em condições adequadas de uso e, detectar, registrar e relatar ao superior hierárquico todos os eventos mecânicos, elétricos e de funilaria anormais que ocorram com o veículo durante o uso;

NUTRICIONISTA: Executar atividades profissionais típicas, correspondentes à habilitação em Nutrição cabendo-lhe, especificamente: Elaborar o cardápio da merenda para as escolas públicas municipais; Fornecer lista dos produtos e alimentos a serem utilizados no preparo da merenda escolar; prestar acompanhamento e orientações às merendeiras no preparo da merenda escolar; Ministrar cursos e palestras aos professores, alunos e aos demais servidores das escolas públicas municipais, usuários da saúde e à população em geral; Elaborar e executar projetos em sua área de atuação; Orientar os setores de compra e licitação da Prefeitura de Poxoréu na aquisição de alimentos; Executar outras atividades correlatas.

ODONTÓLOGO: Realizar exame bucal, verificando toda a cavidade oral, a fim de diagnosticar e determinar o tratamento adequado; Efetuar restaurações, extrações, limpeza dentária, aplicação de flúor, pulpectomia e demais procedimentos necessários ao tratamento, devolvendo ao dente a sua vitalidade, função e estética; Atender pacientes de urgência odontológica, prescrevendo medicamentos de acordo com as necessidades e tipo de problema detectado; Realizar pequenas cirurgias de lesões benignas, remoção de focos, extração de dentes e inclusos, semiinclusos, suturas e hemostasias; Efetuar a limpeza profilática dos dentes e gengivas, extraindo tártaro, para eliminar a instalação de focos de infecção; Substituir e restaurar partes de coroa dentária, colocando incrustações ou coroas protéticas, para completar ou substituir o dente, a fim de facilitar a mastigação e restabelecer a estética; Produzir e analisar radiografias dentárias; Tratar de infecções da boca, usando procedimentos clínicos, cirúrgicos e/ou profléticos, para promover a conservação de dentes e gengivas; Retirar material para biopsia, quando houver suspeita de lesões cancerígenas; Realizar sessões educativas, proferindo palestras a comunidade, enfatizando a importância da saúde oral e orientando sobre cuidados necessários com a higiene bucal; Participar de equipes multiprofissional, orientando e treinando pessoal, desenvolvendo programas de saúde, visando contribuir para a melhoria da saúde da população; Relacionar, para fins de pedido ao setor competente, o material odontológico e outros produtos utilizados no serviço, supervisionando-se para que haja racionalização no uso dos mesmos; Supervisionar tratamento odontológico, orientando quanto a execução do serviço; Participar de reuniões com os profissionais da área, analisando e avaliando problemas surgidos no serviço, procurando os meios adequados para solucioná-los; Planejar as ações a serem desenvolvidas, em nível de Município, para promoção da saúde oral; Participar de atividades de capacitação e treinamento de pessoal de nível elementar, médio e superior, na área de sua atuação; Planejar, elaborar e implantar projetos de saúde bucal, acompanhando a sua execução; Orientar servidores da classe anterior, quando for o caso, sobre as atividades que deverão ser desenvolvidas; Executar outras tarefas correlatas.

OPERADORES DE MAQUINAS I (OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS E ROLOS COMPACTADORES): Compreende as atribuições que se destinam a operar trator de pneus e rolos compactadores nos serviços realizados pelo Município, que exijam sua utilização, assim como remover solo e material orgânico; drenar solos; executar a construção de aterros; realizar o acabamento em pavimentos; cravar estacas; inspecionar as condições operacionais dos equipamentos; zelar pela manutenção da máquina; respeitar as normas técnicas e os regulamentos do serviço; planejar o trabalho e realizar manutenção básica da retroescavadeira; executar outras atribuições afins.

OPERADORES DE MAQUINAS II (OPERADOR DE PÁ-CARREGADEIRA, MINICARREGADEIRA, RETROESCAVADEIRA): Compreende as atribuições que se destinam a operar pá carregadeira, mini carregadeira e retroescavadeira nos serviços realizados pelo Município, que exijam sua utilização, assim como operar equipamentos de perfuração e cortes de rochas; operar equipamentos de escavação e carregamento de terra e similares; inspecionar as condições operacionais dos equipamentos; zelar pela manutenção da máquina; respeitar as normas técnicas e os regulamentos do serviço; planejar o trabalho e realizar manutenção básica da pá carregadeira; executar outras atribuições afins.

OPERADOS DE MAQUINAS III (OPERADOR DE MOTO-NIVELADORA, PATROL E ESCAVADEIRA PC): Compreende as atribuições que se destinam a operar motoniveladora, nos serviços realizados que exijam sua utilização, examinando condições do veículo, acionando e manobrando mecanismos, a fim de patrolar vias públicas, terraplanar, limpar e abrir ruas, espalhando saibro, seixo, nivelando terrenos e demais atividades; planejar o trabalho, realizar manutenção básica da motoniveladora; remover solo e material orgânico; respeitar as normas técnicas e os regulamentos do serviço; executar outras atribuições afins. Compreende as atribuições que se destinam a operar escavadeira hidráulica para execução de serviços de escavação, terraplenagem, nivelamento de solo, pavimentação, conservação de vias, destocamento de árvores e demais atividades similares; Planejar o trabalho, realizar manutenção corretiva e preventiva básica da máquina. Remover solo e material orgânico, drenar solos e executar construção de aterros. Realizar acabamento em pavimentos e cravar estacas. Desempenhar outras atividades correlatas.

ORIENTADOR SOCIAL: O exercício das funções deve recair em profissional que tenha conhecimento básico em informática com capacidade de trabalho em equipe e experiência de atuação em Programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, principalmente no que tange as questões da infância e da juventude, cabendo: Mediar os processos grupais de serviços socioeducativos, sob orientação de profissionais de referência do CRAS; Participar de atividades de planejamento, sistematização e avaliação do serviço socioeducativo; Manter atualizado o sistema de informações; Registrar a frequência dos jovens e ações desenvolvidas encaminhando-as mensalmente ao profissional do CRAS; Realizar visitas domiciliares e escolares; executar outras tarefas correlatas conforme necessidade ou a critério de seu superior imediato.

PSICÓLOGO: O Profissional a serviço do CREAS e do CRAS deve apresentar experiência em programas, projetos e serviços e benefícios socioassistenciais, competindo-lhe especificamente:

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO: Orientar e proceder à tramitação de processos, orçamentos, contratos e demais assuntos administrativos, consultando documentos em arquivos e fichários, levantando dados, efetuando cálculos e prestando informações quando necessário; Elaborar, redigir, revisar, encaminhar e digitar cartas, ofícios, circulares, tabelas, gráficos, instruções, normas, memorandos e outros; Elaborar, analisar e atualizar quadros demonstrativos, tabelas, gráficos, efetuando cálculos, concessão de medidas, ajustamento, percentagens e outros efeitos comparativos; Participar de estudos e projetos a serem elaborados e desenvolvidos por técnicos na área administrativa; Elaborar relatórios de atividades com base em informações de arquivos, fichários e outros; Aplicar sob supervisão e orientação, leis, regulamentos e as referentes à administração geral e específica, em assuntos de média ou alta complexidade; Estudar processos de complexidade média relacionados com assuntos de caráter geral ou específico da repartição, preparando expediente que se fizer necessário, sob orientação hieráquica; Acompanhar a legislação geral ou específica e a jurisprudência administrativa ou judiciária, que se relacionem com desempenho das atividades; Chefiar, em nível de orientação, unidade de pequeno porte, como sejam turmas, grupos de trabalho, que envolvam atividade administrativas em geral; Efetuar serviços de controle de pessoal, tais como: preparo de documentação para

contratação e demissão, registro de empregados, registro de promoções, transferências, férias, acidentes de trabalho, etc...; Preparar os informes para a confecção da folha de pagamento, procedendo os cálculos de desconto, e informando ao setor de computação; Efetuar serviços na área de finanças, tais como: redação e emissão de notas de empenho, documento de arrecadação, enviando-se as várias unidades para processamento; Supervisionar , setorialmente, uso do estado do material permanente; Examinar e providenciar o atendimento dos pedidos de material e respectiva documentação; Orientar e prestar informações sobre especificações padronizadas de material; Realizar quaisquer outras atividades que lhe sejam solicitadas e devidamente autorizadas pelo chefe imediato, desde que compatíveis com suas habilidades e conhecimentos. Executar outras tarefas correlatas.

TÉCNICO AGROPECUÁRIO: Executar, quando necessário, esboços e desenhos técnicos de sua especialidade, segundo especificações técnicas e outras indicações; Fazer a coleta e análise de amostras, realizando testes de laboratórios e outros; Estudar as causas que originam os surtos epidêmicos em animais; Dedicar-se ao melhoramento genético das espécies animais e vegetais; Selecionar reprodutores e matrizes e proceder a inseminação artificial e outros processos; Controlar o manejo de distribuição de alimentos de origem animal e vegetal; Participar na execução de projetos e programas de extensão rural; Orientar e treinar produtores rurais, pecuaristas, equipes de campo e outros a respeito de técnicas de agropecuária; Desempenhar tarefas técnicas ligadas à agropecuária, auxiliando em aulas práticas; Estudar os parasitas, doenças e outras pragas que afetam a produção agrícola, realizando testes, análises de laboratório e experiências e indicar os meios mais adequados de combate a essas pragas; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;

TÉCNICO EM ENFERMAGEM: Organizar ambulatório médico ou odontológico, verificando o funcionamento dos equipamentos e colocando em ordem os materiais de uso específico; Auxiliar o médico, acompanhando-o no tratamento dos pacientes e observando a evolução da doença; Controlar o pulso e a respiração do paciente, medindo e registrando a temperatura do mesmo; Aplicar injeções, soro e outros no paciente, de acordo com a prescrição; Manusear instrumentos cirúrgicos, cuidando da esterilização dos mesmos; Efetuar curativos nos pacientes; Lavar e esterilizar instrumentos, preservando a limpeza e a higiene do local; Controlar o fichário de documentos relativos ao histórico dos pacientes, organizando-o e mantendo-o atualizado, para controle.

TÉCNICO EM LABORATÓRIO: Coletar material e amostras para diversos exames de laboratório bromatológicos, sorológicos, urológicos e outros, conforme as especificações contidas nas requisições; Proceder execução e análise de exames de laboratório, tratando as amostras através de aparelhagem e reagentes adequados; Zelar pela assepsia e conservação de equipamentos e instrumento utilizados nos exames de laboratório, enquadrar nos resultados, baseando-se em tabelas, e encaminhá-los para elaboração de laudos; Auxiliar na realização de exames anatomopatológicos, preparando amostras, lâminas microscópicas, meios de cultura, soluções e reativos; Preparar dados para a elaboração de relatórios; Executar outras tarefas correlatas.

TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL: Auxiliar o odontólogo municipal quando da realização de procedimentos cirúrgicos, prevenir e controlar doenças bucais, realizar atividades clínicas voltadas para o restabelecimento da saúde, conforto, estética e função mastigatória do paciente, outras atividades correlatas.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA: Instalar e configurar software e hardware, orientando os usuários; Executar o suporte técnico para o bom funcionamento dos equipamentos; Controlar e zelar pelo bom funcionamento dos equipamentos; Elaborar e manter documentos técnicos de uso e manuseio das máquinas; Executar outras tarefas semelhantes.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO: Informar o Secretário competente, através de parecer técnico, sobre os riscos existentes nos ambientes de trabalho, bem como orientá-lo sobre as medidas de eliminação e neutralização; informar os trabalhadores sobre os riscos da sua atividade, bem como as medidas de eliminação e neutralização; analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho e a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador, propondo sua eliminação ou seu controle; executar os procedimentos de segurança e higiene do trabalho e avaliar os resultados alcançados, adequando-os às estratégias utilizadas de maneira a integrar o processo prevencionista em uma planificação, beneficiando o trabalhador; executar os programas de prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho nos ambientes de trabalho com a participação dos trabalhadores, acompanhando e avaliando seus resultados, bem como sugerindo constante atualização dos mesmos e estabelecendo procedimentos a serem seguidos; promover debates, encontros, campanhas, seminários, palestras, reuniões, treinamentos e utilizar outros recursos de ordem didática e pedagógica com o objetivo de divulgar as normas de segurança e higiene do trabalho, assuntos técnicos, administrativos e prevencionistas, visando evitar acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho; Executar as normas de segurança referentes a projetos de construção, ampliação, reforma, arranjos físicos e de fluxos, com vistas à observância das medidas de segurança e higiene do trabalho, inclusive por terceiros; Orientar as atividades desenvolvidas por empresas contratadas, quanto aos procedimentos de segurança e higiene do trabalho previstos na legislação ou constantes em contratos de prestação de serviço; Executar as atividades ligadas à segurança e higiene do trabalho utilizando métodos e técnicas científicas que objetivem a eliminação, controle ou redução permanente dos riscos de acidentes do trabalho e a melhoria das condições do ambiente, para preservar a integridade física e mental dos trabalhadores.Levantar e estudar os dados estatísticos de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho, doenças profissionais e do trabalho, calcular a frequência e a gravidade destes para ajustes das ações prevencionistas, normas, regulamentos e outros dispositivos de ordem técnica, que permitam a proteção coletiva e individual; articular-se e colaborar com os setores responsáveis pelos recursos humanos, fornecendo-lhes resultados de levantamentos técnicos de riscos da áreas e atividades para subsidiar a adoção de medidas de prevenção a nível de pessoal; Informar os trabalhadores e o empregados sobre as atividades insalubres, perigosas e penosas existentes na empresa, seus riscos específicos, bem como as medidas e alternativas de eliminação ou neutralização dos mesmos; Avaliar as condições ambientais de trabalho e emitir parecer técnico que subsidie o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o trabalhador; Articular-se e colaborar com os órgãos e entidades ligados à prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho;participar de seminários, treinamentos, congressos e cursos visando o intercâmbio e o aperfeiçoamento profissional; outras atividades correlatas.

TÉCNICO EM TOPOGRAFIA: Analisar mapas, plantas, títulos de propriedade, registros e especificações, estudando-os e calculando as medições a serem efetuadas, para preparar esquemas de levantamentos topográficos, planimétricos e altiroétricos; Efetuar nivelamentos geográficos, localizando, na área a ser levantada, o ponto referência, utilizando cartas geográficas e/ou desenhos, instalando a leitura e registrando os dados obtidos em cadernos topográficos; Realizar levantamentos da área demarcada, posicionamento e manejando teodolitos, níveis, trenas, bússolas, telêmetros e outros apare-

lhos de medição, referências de nível e outras características da superfície terrestre da área subterrânea e de edifícios. Determinar e implantar marcos básicos, anotando cotas e coordenadas, de acordo com o projeto de construção; Realizar trabalhos topográficos, determinando o balizamento, a colocação de estacas e indicando referências de nível, marcos de localização de demais elementos, para orientação na .execução dos trabalhos; Elaborar "croquis" de nivelamento e perfis estabelecidos; Descrever o perfil do terreno, com anotações de medições e de cálculos efetuados, transcrevendo as cotasbases, para determinação do perfil desejado; Auxiliar no balizamento, das diferenças entre pontos, altitudes e distâncias, aplicando fórmulas, consultando e efetuando cálculos baseados nos elementos coligidos, para complementar as informações registradas e verificar a sua precisão; Efetuar cálculos trigonométricos, mediante dados verificados, na execução do levantamento; Executar outras tarefas correlatas.

MÉDICO VETERINÁRIO: - Atuar no exercício das práticas veterinárias que envolvem a profilaxia, diagnóstico, tratamento de doenças de animais, criação de animais, assistência técnica e sanitária. Participar do controle de zoonoses, organizar programas de combate e prevenção a doenças e realizar fiscalização e vistorias, elaborando laudos e pareceres técnicos.

ANEXOIV – MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO

_____, ___ de _____ de _____.

À

Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo Público

Prefeitura Municipal de Poxoréu – MT

Ref: Recurso Administrativo – Processo Seletivo Público Edital nº 001/2017.

Recurso objetiva:

Marque abaixo o tipo de recurso:

( ) Inscrições (erro na grafia do nome) Inscrições (omissão do nome)

( ) Inscrições (Erro no nº de inscrição) Inscrições (erro no nº da identidade)

( ) Inscrições (erro na nomenclatura do cargo)

( ) Local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou data; erro na data e/ou horário)

( ) Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada)

( ) Realização da Prova Prática, se houver

( ) Resultado (erro na pontuação e/ou classificação)

( ) Qualquer outra decisão proferida no certame. Especificar _____

O candidato, abaixo qualificado, vem, respeitosamente, apresentar suas razões de recurso, nos termos abaixo:

Nome do candidato: _____

Número de Inscrição: _____ Concorrente ao cargo de: _____

Razões de recurso:

_____

_____

_____

_____

Atenciosamente,

ANEXO V – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Data	Horário	Evento	Local
17. 04. 2017	16h00min	Publicação da íntegra do Edital	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT e **www.poxoreu.mt.gov.br**
18. 04. 2017	–	Publicação de Extrato do Edital	Jornal Ofícial dos Municípios – AMM
18/ 04/ 2017 a 24/ 04/ 2017	Inicio às 00h00min e encerrando–se às 23h00min	Período de Inscrições VIA INTERNET dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado	www.poxoreu.mt.gov.br
26/ 04/ 2017	16h00min	Divulgação da relação de inscrições	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT e diário oficial do Município e site da prefeitura.
28/ 04/ 2017	16h00min	Divulgação da Planilha indicando o local e horário de realização das Provas Objetivas de Múltipla Escolha	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT e diário oficial do Município e site da Prefeitura de Poxoréu.
07. 05. 2017	16h00min	Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Prova Prática.	Local: Escola Municipal Guiomar Maria da Silva – Prova Objetiva(7h)e Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas – Prova Prática (13h)
08. 05. 2017	16h00min	Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT, Diário oficial da AMM e site da prefeitura de Poxoréu.

19. 05. 2017	16h00min	Divulgação do resultado parcial das Provas Objetivas de Múltipla Escolha, Prática e Títulos e Parecer dos Recursos sobre o Gabarito.	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT e diário oficial dos municípios e site da Prefeitura Municipal de Poxoréu.
24. 05. 2017	16h00min	Divulgação do resultado Geral contendo notas das provas objetivas, práticas e títulos.	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT e diário oficial dos Municípios e site da Prefeitura Municipal de Poxoréu
29/ 05/ 2017	16h00min	Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pelo Prefeito e parecer dos recursos sobre o Resultado Geral.	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT e diário oficial dos Municípios e site da Prefeitura Municipal de Poxoréu.

ANEXO VI – AVALIAÇÃO PRÁTICA DE MOTORISTAS CAÇAMBEIROS E OPERADORES DE MÁQUINAS I, II E III

Critérios de Avaliação pela Comissão

I – Verificação do equipamento/máquina/veículo (pneus, água, óleo e bateria)

II – Habilidades ao operar o equipamento/máquina/veículo

III – Aproveitamento do equipamento/máquina/veículo

IV – Produtividade

V – Técnica/aptidão/eficiência

Faltas a serem observadas:

Graves, Médias e Leves

Poxoréu, 17 de abril de 2017.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017 – REFERENTE À ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°024/2016 DO PREGÃO Nº 048/2016, DO MUNICÍPIO DE COMODORO-MT.

Aos quatro dias do mês de Abril, do ano de dois mil e dezessete, o Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, com sede na Prefeitura Municipal localizada na Avenida Mato Grosso, nº. 221, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.367.788/0001-31, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, representado neste ato por seu Prefeito Municipal o Senhor TARCISIO FERRARI, portador da Cédula de Identidade nº. 348.149 SSP/MT e do CPF nº. 567.672.001-82, e de outro lado a doravante denominada **CONTRATADA** a Empresa **S.J.ATS´S GRÁFICA LTDA.-ME,** cadastrada no CNPJ nº 37.485.869/0001-83 E Inscrição Estadual nº 13.142.908-6, com sede na Av. Luiz Barbosa, Bairro Centro, Município de São Jose dos Quatros Marcos-MT, CEP: 78.285-000 neste ato representado pelo seu bastante procurador Sr. **Gilberto Pereira da Silva**, brasileiro, portador do CPF nº 111.505.721-91 e RG nº 055.434 SSP/MT, residente e domiciliado na cidade de Mirassol D`Oeste/MT resolvem, celebrar a presente Ata de Registro de Preços nos termos da lei federal nº. 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA I – DO OBJETO:

A presente ATA tem por objeto o registro de preços para futura e eventual Contratação de Prestação de Serviços Gráficos para atender diversas Secretarias, sendo vencedoras as seguintes empresas.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até 04/04/2018, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado de acordo com a respectiva classificação:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	V.UNT	V.TOTAL
1	500	UN	CARTEIRA TIPAGEM - FORMATO 6/16 - 180GRS	R$0,95	R$475,00
2	800	BLCS	HEMOGRAMA COMPLETO FTO 10 - 50X1 - 63GRS	R$6,12	R$4.896,00
3	200	BL	CONTROLE SAIDA MEDICAMENTO	R$8,93	R$4.896,00
4	100	BLCS	MDDA FTO 09 - 50 X1 - 75GRS	R$7,14	R$1.789,00
6	300	UN	CARTÃO CONTROLE DE PESO (FRENTE E VERSO) FORMATO 2/8 150GRS	R$1,09	R$327,00
7	100	BLCS	BLOQUEIO DE CASOS - FORMATO 12 - 50X1 - 63GR	R$7,21	R$721,00
8	200	BLCS	DENGUE /ENTOMOLOGIA FORMATO 50X1 - 63GRS	R$6,05	R$1.210,00
10	200	BLCS	NOTIFICAÇÃO MALÁRIA FTO 09 - 50X1 - 75GRS	R$8,26	R$1.652,00

11	400	BLCS	RESUMO DIÁRIO FORMATO 9 - 50X1 - 75GRS - F/V	R$8,23	R$3.292,00
15	300	UN	FOLDERS LEISHMANIOSE POLICROMIA - FTO 8 - COUCHÊ	R$1,94	R$582,00
16	300	UN	FOLDERS MALÁRIA - POLICROMIA FTO 8 COUCHÊ 150	R$1,94	R$582,00
17	50	BLCS	APREENSÕES DE MERCADORIAS - 50X1 - FORMATO 9	R$8,28	R$414,00
18	500	UN	PASTA FAMÍLIA - VISA - FORMATO 04	R$1,39	R$695,00
19	200	UN	INTERDITADO - POLICROMIA - FTO 8 - 75GRS	R$2,29	R$458,00
20	300	BLCS	ATESTADO MÉDICO - 50X1 - FORMATO 9	R$6,70	R$2.010,00
23	600	UN	CARTÃO GESTANTE FTO 8 - 150GRS	R$3,27	R$1.962,00
24	800	UN	CARTÃO VACINA ADULTO - FORMATO 6/16 - 180GRS	R$2,51	R$2.008,00
26	100	BLCS	FICHA HANS (F/V) 50X1 - FTO 9	R$9,10	R$910,00
27	300	BLCS	FICHA A - CADASTRAMENTO FORMATO 9 - 50X1 - 63GRS	R$7,66	R$2.298,00
29	200	BLCS	FICHA D - 50X1 - FTO 9 - 75GRS	R$8,19	R$1.638,00
31	5000	UN	PASTA FAMÍLIA - UNID. SAÚDE FTO 4	R$0,79	R$3.950,00
32	100	BLCS	PLANILHA GESTANTE - FORMATO 09 - 63GRS	R$8,32	R$832,00
33	1000	BLCS	PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO VIAS: 100X1 F/V FORMATO: 9	R$8,66	R$8.660,00
35	100	BLCS	RECEITUÁRIO CARBONADO 50 X2 - FORMATO 18	R$14,40	R$1.440,00
37	300	BLCS	ROAS FRENTE E VERSO FORMATO 09	R$7,24	R$2.172,00
39	50	BLCS	CADASTRO DE HIPERTENSO E DIABÉTICO, VIAS 100X1, FTO 10	R$14,56	R$728,00
41	50	BLCS	RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE SAÚDE, VIAS: 100X1 F/V, FTO: 9	R$15,80	R$790,00
43	30	BLCS	ACOMPANHAMENTO HIPERTENSO	R$16.87	R$506,10
45	20	UN	CONTROLE DE TEMPERATURA	R$7,59	R$151,80
47	200	BLCS	FICHA B- DIA 50X1 FTO 9 - 75GRS - (F/V)	R$8,26	R$1.652,00
49	200	UN	FOLDERS ÁGUA POLICROMIA	R$3,40	R$680,00
51	200	BLCS	HIPERDIA - 50X1 - FTO 10 - 63GRS	R$7,42	R$1.484,00
54	500	BLCS	PRONTUÁRIO FORMATO 09 - 50X1 F/V - 63GRS	R$7,65	R$3.825,00
56	100	BLCS	ANEXO 3B - ÓBITOS - FORMATO 9 - 50X1	R$7,65	R$765,00
58	500	BLCS	AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS - FORMATO 50X2	R$5,77	R$2.885,00
59	50	UN	ALMOFADA PRINTER - 30	R$23,30	R$1.165,00
60	50	UN	BORRACHA PARA CARIMBO	R$21,30	R$1.065,00
62	300	UN	CARTAZ GRANDES POLICROMIA 29 X42	R$3,01	R$903,00
63	1000	UN	CARTILHAS COLORIDAS C/ 12 PAG. 12X17	R$3,10	R$3.100,00
64	3000	BLCS	COMUNICAÇÃO INTERNA FORMATO 9 - 50X1 - 75GRS (F/V)	R$4,03	R$12.090,00
67	300	UN	ENVELOPE TIMBRADO 260X360	R$2,25	R$675,00
68	300	UN	ENVELOPE TIMBRADO 242X336	R$2,25	R$675,00
71	20	UN	FAIXAS 3 CORES 7,00MTSX0,80CM	R$263,70	R$5.274,00
73	1000	UN	FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL 15CM X22CM	R$0,69	R$690,00
74	1000	UN	FOLDERS - (F/V) 14X20CM	R$1,02	R$1.020,00
75	2000	UN	FOLDERS - POLICROMIA 15 X 21	R$0,78	R$1.560,00
76	1500	UN	FOLDERS C/ 3 VINCOS - 21X30	R$1,05	R$1.575,00
77	2000	UN	FOLDRES FRENTE E VERSO POLICROMIA - FTO 8 COUCHÊ 150	R$0,99	R$1.980,00
79	300	BLCS	ITINERÁRIO SEMANAL - FTO 12 - 50 X1 F/V 75 GRS	R$7,54	R$2.262,00
80	3500	UN	PANFLETOS COLORIDOS 12,5X19 - 115GRS	R$0,59	R$2.065,00
81	300	UN	PANFLETOS POLICROMIA 44CM X62CM - 115GRS	R$2,92	R$876,00
83	100	BLCS	PRONTUÁRIO DENTISTA FORMATO 16 - 50X1 F/V 75GRS	R$7,74	R$774,00
84	200	BLCS	REGISTRO DIÁRIO SIS - PRE FORMATO 09 - 63GRS	R$7,64	R$1.528,00
86	200	BLCS	RESUMO SEMANAL FORMATO - 9 - 50X1 - 63GRS	R$7,64	R$1, 528,00
87	300	BLCS	SAIDA MEDICAMENTOS 50X1 FORMATO 9 - F/V 75GRS	R$8,19	R$2.457,00
89	50	BLCS	BLOCOS PACINTES HIPERTENSOS II	R$8,91	R$445,50
91	50	BLCS	BLOCOS PACIENTES HIPERTENSOS I	R$8,91	R$445,50
93	100	BLCS	BLOCOS ATENDIMENTOS ENFERMAGEM	R$8,32	R$832,00
97	200	BLCS	PLANILHA REGISTRO MENSAL GESTANTE	R$8,55	R$1.710,00
98	500	BLCS	PRONTUÁRIO (FRENTE/VERSO)	R$7,65	R$3.825,00
101	800	BLCS	RECEITUÁRIO	R$4,76	R$3.808,00
104	200	BLCS	CADASTRO DA FAMÍLIA, VIAS: 100X1 F/V, FORMATO: 9	R$10,89	R$2.178,00
			Valor total:	R$605,07	R$118.313,90

3.3 – Ficando o valor total desta ata de R$ 118.313,90 (cento e dezoito mil e trezentos e treze reais e noventa centavos), Na aquisição decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 048/2016 de Comodoro-Mt que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. A aquisição do item ora licitado somente poderão ser realizados pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços referente à Adesão, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do bem ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para a aquisição do bem, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com o bem as notas fiscais correspondentes ao fornecimento do mesmo, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da Ata de Registro de Preço;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura.

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pela Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 048/2016 e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte do bem, até o local de entrega;

6.5. Aceitar nas mesmas condições previstas na presente ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente estimado, servindo como base de cálculo para as alterações, os preços unitários constantes na proposta vencedora;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, o bem que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, a Administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

c) calamidade publica;

d) escassez falta de materiais no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automática

mente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um)dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada coma antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 048/2016 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

12.3. Com tudo dado por certo e correto, solicita a aposição primeiramente dos representantes legais e segundamente do pregoeiro e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Reserva do Cabaçal – MT, 04 de Abril de 2017.

_____

TARCISO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

_____

S.J.ATS´S GRÁFICA LTDA.-ME

CNPJ nº 37.485.869/0001-83

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:..... NOME:.....

CPF nº:..... CPF nº:.....

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017 – REFERENTE À ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°024/2016 DO PREGÃO Nº 048/2016, DO MUNICÍPIO DE COMODORO-MT.

Aos quatro dias do mês de Abril, do ano de dois mil e dezessete, o Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, com sede na Prefeitura Municipal localizada na Avenida Mato Grosso, nº. 221, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.367.788/0001-31, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, representado neste ato por seu Prefeito Municipal o Senhor TARCISIO FERRARI, portador da Cédula de Identidade nº. 348.149 SSP/MT e do CPF nº. 567.672.001-82, e de outro lado a doravante denominada **CONTRATADA** a Empresa **S.J.ATS´S GRÁFICA LTDA.-ME,** cadastrada no CNPJ nº 37.485.869/0001-83 E Inscrição Estadual nº 13.142.908-6, com sede na Av. Luiz Barbosa, Bairro Centro, Município de São Jose dos Quatros Marcos-MT, CEP: 78.285-000 neste ato representado pelo seu bastante procurador Sr. **Gilberto Pereira da Silva**, brasileiro, portador do CPF nº 111.505.721-91 e RG nº 055.434 SSP/MT, residente e domiciliado na cidade de Mirassol D`Oeste/MT resolvem, celebrar a presente Ata de Registro de Preços nos termos da lei federal nº. 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA I – DO OBJETO:

A presente ATA tem por objeto o registro de preços para futura e eventual Contratação de Prestação de Serviços Gráficos para atender diversas Secretarias, sendo vencedoras as seguintes empresas.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até 04/04/2018, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado de acordo com a respectiva classificação:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	V.UNT	V.TOTAL
1	500	UN	CARTEIRA TIPAGEM - FORMATO 6/16 - 180GRS	R$0,95	R$475,00
2	800	BLCS	HEMOGRAMA COMPLETO FTO 10 - 50X1 - 63GRS	R$6,12	R$4.896,00
3	200	BL	CONTROLE SAIDA MEDICAMENTO	R$8,93	R$4.896,00
4	100	BLCS	MDDA FTO 09 - 50 X1 - 75GRS	R$7,14	R$1.789,00
6	300	UN	CARTÃO CONTROLE DE PESO (FRENTE E VERSO) FORMATO 2/8 150GRS	R$1,09	R$327,00
7	100	BLCS	BLOQUEIO DE CASOS - FORMATO 12 - 50X1 - 63GR	R$7,21	R$721,00
8	200	BLCS	DENGUE /ENTOMOLOGIA FORMATO 50X1 - 63GRS	R$6,05	R$1.210,00
10	200	BLCS	NOTIFICAÇÃO MALÁRIA FTO 09 - 50X1 - 75GRS	R$8,26	R$1.652,00
11	400	BLCS	RESUMO DIÁRIO FORMATO 9 - 50X1 - 75GRS - F/V	R$8,23	R$3.292,00
15	300	UN	FOLDERS LEISHMANIOSE POLICROMIA - FTO 8 - COUCHÊ	R$1,94	R$582,00
16	300	UN	FOLDERS MALÁRIA - POLICROMIA FTO 8 COUCHÊ 150	R$1,94	R$582,00
17	50	BLCS	APREENSÕES DE MERCADORIAS - 50X1 - FORMATO 9	R$8,28	R$414,00
18	500	UN	PASTA FAMÍLIA - VISA - FORMATO 04	R$1,39	R$695,00
19	200	UN	INTERDITADO - POLICROMIA - FTO 8 - 75GRS	R$2,29	R$458,00
20	300	BLCS	ATESTADO MÉDICO - 50X1 - FORMATO 9	R$6,70	R$2.010,00
23	600	UN	CARTÃO GESTANTE FTO 8 - 150GRS	R$3,27	R$1.962,00

24	800	UN	CARTÃO VACINA ADULTO - FORMATO 6/16 - 180GRS	R$2,51	R$2.008,00
26	100	BLCS	FICHA HANS (F/V) 50X1 - FTO 9	R$9,10	R$910,00
27	300	BLCS	FICHA A - CADASTRAMENTO FORMATO 9 - 50X1 - 63GRS	R$7,66	R$2.298,00
29	200	BLCS	FICHA D - 50X1 - FTO 9 - 75GRS	R$8,19	R$1.638,00
31	5000	UN	PASTA FAMÍLIA - UNID. SAÚDE FTO 4	R$0,79	R$3.950,00
32	100	BLCS	PLANILHA GESTANTE - FORMATO 09 - 63GRS	R$8,32	R$832,00
33	1000	BLCS	PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO VIAS: 100X1 F/V FORMATO: 9	R$8,66	R$8.660,00
35	100	BLCS	RECEITUÁRIO CARBONADO 50 X2 - FORMATO 18	R$14,40	R$1.440,00
37	300	BLCS	ROAS FRENTE E VERSO FORMATO 09	R$7,24	R$2.172,00
39	50	BLCS	CADASTRO DE HIPERTENSO E DIABÉTICO, VIAS 100X1, FTO 10	R$14,56	R$728,00
41	50	BLCS	RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE SAÚDE, VIAS: 100X1 F/V, FTO: 9	R$15,80	R$790,00
43	30	BLCS	ACOMPANHAMENTO HIPERTENSO	R$16.87	R$506,10
45	20	UN	CONTROLE DE TEMPERATURA	R$7,59	R$151,80
47	200	BLCS	FICHA B- DIA 50X1 FTO 9 - 75GRS - (F/V)	R$8,26	R$1.652,00
49	200	UN	FOLDERS ÁGUA POLICROMIA	R$3,40	R$680,00
51	200	BLCS	HIPERDIA - 50X1 - FTO 10 - 63GRS	R$7,42	R$1.484,00
54	500	BLCS	PRONTUÁRIO FORMATO 09 - 50X1 F/V - 63GRS	R$7,65	R$3.825,00
56	100	BLCS	ANEXO 3B - ÓBITOS - FORMATO 9 - 50X1	R$7,65	R$765,00
58	500	BLCS	AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS - FORMATO 50X2	R$5,77	R$2.885,00
59	50	UN	ALMOFADA PRINTER - 30	R$23,30	R$1.165,00
60	50	UN	BORRACHA PARA CARIMBO	R$21,30	R$1.065,00
62	300	UN	CARTAZ GRANDES POLICROMIA 29 X42	R$3,01	R$903,00
63	1000	UN	CARTILHAS COLORIDAS C/ 12 PAG. 12X17	R$3,10	R$3.100,00
64	3000	BLCS	COMUNICAÇÃO INTERNA FORMATO 9 - 50X1 - 75GRS (F/V)	R$4,03	R$12.090,00
67	300	UN	ENVELOPE TIMBRADO 260X360	R$2,25	R$675,00
68	300	UN	ENVELOPE TIMBRADO 242X336	R$2,25	R$675,00
71	20	UN	FAIXAS 3 CORES 7,00MTSX0,80CM	R$263,70	R$5.274,00
73	1000	UN	FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL 15CM X22CM	R$0,69	R$690,00
74	1000	UN	FOLDERS - (F/V) 14X20CM	R$1,02	R$1.020,00
75	2000	UN	FOLDERS - POLICROMIA 15 X 21	R$0,78	R$1.560,00
76	1500	UN	FOLDERS C/ 3 VINCOS - 21X30	R$1,05	R$1.575,00
77	2000	UN	FOLDRES FRENTE E VERSO POLICROMIA - FTO 8 COUCHÊ 150	R$0,99	R$1.980,00
79	300	BLCS	ITINERÁRIO SEMANAL - FTO 12 - 50 X1 F/V 75 GRS	R$7,54	R$2.262,00
80	3500	UN	PANFLETOS COLORIDOS 12,5X19 - 115GRS	R$0,59	R$2.065,00
81	300	UN	PANFLETOS POLICROMIA 44CM X62CM - 115GRS	R$2,92	R$876,00
83	100	BLCS	PRONTUÁRIO DENTISTA FORMATO 16 - 50X1 F/V 75GRS	R$7,74	R$774,00
84	200	BLCS	REGISTRO DIÁRIO SIS - PRE FORMATO 09 - 63GRS	R$7,64	R$1.528,00
86	200	BLCS	RESUMO SEMANAL FORMATO - 9 - 50X1 - 63GRS	R$7,64	R$1, 528,00
87	300	BLCS	SAIDA MEDICAMENTOS 50X1 FORMATO 9 - F/V 75GRS	R$8,19	R$2.457,00
89	50	BLCS	BLOCOS PACINTES HIPERTENSOS II	R$8,91	R$445,50
91	50	BLCS	BLOCOS PACIENTES HIPERTENSOS I	R$8,91	R$445,50
93	100	BLCS	BLOCOS ATENDIMENTOS ENFERMAGEM	R$8,32	R$832,00
97	200	BLCS	PLANILHA REGISTRO MENSAL GESTANTE	R$8,55	R$1.710,00
98	500	BLCS	PRONTUÁRIO (FRENTE/VERSO)	R$7,65	R$3.825,00
101	800	BLCS	RECEITUÁRIO	R$4,76	R$3.808,00
104	200	BLCS	CADASTRO DA FAMÍLIA, VIAS: 100X1 F/V, FORMATO: 9	R$10,89	R$2.178,00
			Valor total:	R$605,07	R$118.313,90

3.3 – Ficando o valor total desta ata de R$ 118.313,90 (cento e dezoito mil e trezentos e treze reais e noventa centavos), Na aquisição decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 048/2016 de Comodoro-Mt que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. A aquisição do item ora licitado somente poderão ser realizados pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços referente à Adesão, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do bem ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para a aquisição do bem, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com o bem as notas fiscais correspondentes ao fornecimento do mesmo, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da Ata de Registro de Preço;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura.

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pela Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 048/2016 e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte do bem, até o local de entrega;

6.5. Aceitar nas mesmas condições previstas na presente ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente estimado, servindo como base de cálculo para as alterações, os preços unitários constantes na proposta vencedora;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, o bem que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, a Administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

c) calamidade publica;

d) escassez falta de materiais no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automática

mente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um)dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada coma antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 048/2016 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

12.3. Com tudo dado por certo e correto, solicita a aposição primeiramente dos representantes legais e segundamente do pregoeiro e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Reserva do Cabaçal – MT, 04 de Abril de 2017.

_____

TARCISO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

_____

S.J.ATS´S GRÁFICA LTDA.-ME

CNPJ nº 37.485.869/0001-83

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:..... NOME:.....

CPF nº:..... CPF nº:.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 125/2017 EM, 04 DE ABRIL DE 2017.

Portaria nº 125/2017 Em, 04 de Abril de 2017.

Designa Comissão de avaliação

e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei 8.666/93.

Resolve:

I – Criar a comissão Municipal de Avaliação do I.T.B.I, para atuar nos casos exigidos por Lei formada pelas pessoas abaixo:

Presidente João Batista dos Santos

Secretário Emerson Alcantara Berigo

Membro Carlos Augusto da Rosa Soller

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho aos quatro dias do mês de Março do ano de dois mil e dezessete.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 119/GP/17 RIBEIRÃOZINHO - MT, 17 DE MARÇO DE 2017

Portaria nº 119/GP/17 Ribeirãozinho - MT, 17 de Março de 2017

Institui Conselho Municipal do FETHAB e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, etc...

R E S O L V E:

Art.1º - Instituir o Conselho Municipal do FETHAB, para o exercício de 2017 a 2020, composta por 10 (dez) representantes do Poder Executivo Municipal:

Presidente – Welcy Cocco

Membro – Walter Rubens Figueiredo

Membro – João Batista dos Santos

Membro – Agostinho Carneiro Filho

Membro – Emerson Alcantara Berigo

Membro – Ailton Moura Membro – Gilmar Ferreira Neves

Membro – Vander Ribeiro da Siva

Membro – Alberto Bento

Membro – Ivo Elias do Nascimento

Art. 2º - O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observando os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual n° 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei n° 10.480, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 3º- O mandato dos membros da comissão, encerra-se em 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam –se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
EXTRATO AO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2015

OBJETO: TERCEIRO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 057/2015 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA NA GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, GERENCIAMENTO FINANCEIRO DO BLOCO DE FINANCIAMENTO DO SUS, PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA, VERIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E PROGRAMAS MS NA ATENÇÃO BÁSICA, PROTOCOLOS ASSISTENCIAIS, TREINAMENTO DA UTILIZAÇÃO DOS BLOCOS DE FINANCIAMENTOS, ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE, PADRONIZAÇÃO DE MATERIAIS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPTAÇÃO DE RECURSOS, LICITAÇÕES EM SAÚDE E GESTÃO EM SIOPS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE

PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2015

PRAZO: 31/12/2017

VALOR: R$ 52.500,00 (Cinquenta e dois mil e quinhentos reais)

FACILITA GESTAO PUBLICA BRASIL LTDA-ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2013

OBJETO: SETIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO E DE VALOR AO CONTRATO Nº 021/2013 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 021/2013, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO POR TEMPO DETERMINADO, MANUTENÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA EM PROGRAMAS DE GESTÃO PÚBLICA PARA ATENDER AS NECESSIDADE DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT

VALOR R$ 58.438,64 (CINQÜENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E OITO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS)

ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 02 DE JANEIRO DE 2017

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1479 - 2017

LEI Nº. 1.479/2017

de 17 de Abril de 2.017

Autoria: Vereador Paulo Augusto Cosme de Souza

"Denomina Ruas localizadas no Loteamento Jardim Mariana, Bairro Nossa Senhora Aparecida *e da outras providencias"*

A Câmara Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, Prefeito Municipal, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada como Rua Erna Maria Grade Durks a recém criada rua que liga a Rua 25 de Junho à Rua Mato Grosso no loteamento Jardim Mariana localizado no Bairro Nossa Senhora Aparecida nesta cidade.

Art. 2º - Fica denominada como Rua Carolina Costa Pilger a recém criada rua que liga a Rua 2 de Abril à recém criada Rua Erna Maria Grade Durks no loteamento Jardim Mariana localizado no Bairro Nossa Senhora Aparecida nesta cidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 17 de Abril de 2017.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1480 - 2017

LEI Nº. 1.480/2017

de 17 de Abril 2017

"Dispõe sobre a Política Municipal de Turismo, o Sistema Municipal de Turismo, e dá outras providências".

O Sr. **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DOS ASPECTOS GERAIS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 1º - Esta Lei estabelece a Política Municipal de Turismo, no município de Rosário Oeste, que tem os seguintes objetivos:

I - Regulamentar o planejamento, a execução, a normatização e a fiscalização da atividade turística no município de forma a desenvolvê-la em harmonia com a preservação da biodiversidade, com a conservação dos ecossistemas locais e regionais, o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do patrimônio histórico e cultural local visando melhorar as condições de vida da população local;

II - Identificar e otimizar o potencial turístico do município mediante ações governamentais e apoio às iniciativas privadas e comunitárias;

III - Promover a conservação de áreas representativas dos ecossistemas naturais da região mediante o apoio à criação e manutenção de Unidades de Conservação públicas e privadas de forma a incrementar o potencial turístico do município;

IV - Fortalecer a cooperação interinstitucional entre os órgãos da administração pública municipal e a parceria com o poder público estadual e federal;

V - Possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos interessados na definição de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo na região;

VI - Promover e estimular a capacitação de recursos humanos locais para a atuação no setor de turismo;

VII – Promover, estimular e incentivar a criação e melhoria da infraestrutura para a atividade do turismo respeitando e valorizando os bens culturais e naturais do município;

VIII - Promover a educação ambiental, patrimonial e turística nas escolas municipais e sensibilizar as demais instituições educacionais e organizações da sociedade civil com a finalidade de desenvolver a compreensão do processo turístico e a valorização dos bens culturais e naturais do Município;

IX – Promover a atividade turística de forma a valorizar o patrimônio histórico, cultural, artístico, arqueológico e natural respeitando os costumes e tradições das comunidades locais do município.

X - Assegurar aos visitantes, informações de qualidade sobre o sistema turístico local, incluindo as de cunho educativo;

XI - Fomentar a participação das comunidades locais nas instâncias decisórias em matéria de política para o turismo no município;

XII - Estimular projetos que visem à acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais aos atrativos, atividades e empreendimentos turísticos do município;

XIII – Estimular estudos e pesquisas que visem identificar o número ideal de usuários dos atrativos e das atividades, monitorando o impacto e controlando o crescimento do turismo.

Parágrafo Único - Para consecução destes objetivos, dentre outras atividades, deverá o poder público municipal:

a) Elaborar e manter atualizado o inventário da oferta turística municipal;

b) Incentivar roteiros e produtos turísticos que promovam e envolvam a iniciativa privada e comunitária;

c) Realizar estudos de capacidade de suporte à visitação turística dos atrativos e recursos turísticos administrados apenas e tão somente pelo poder público;

d) Criar e manter atualizado banco de dados relativos ao número de visitantes, perfil, características das viagens, motivação e avaliação do destino, dos equipamentos e dos serviços.

Art. 2º - Para gerir a Política Municipal de Turismo, fica criado o SIMTUR – Sistema Municipal de Turismo, constituído por:

I - Órgão Executivo: Departamento de Cultura;

II - Órgão Consultivo e Deliberativo: Conselho Municipal de Turismo - COMTUR;

III - Órgãos auxiliares: demais órgãos da administração pública municipal com atribuições ligadas direta ou indiretamente ao setor turístico.

Art. 3º - São instrumentos da Política Municipal de Turismo:

I - Plano de Desenvolvimento do Turismo: é o documento técnico e científico que deverá conter o diagnóstico Turístico que é o instrumento por meio do qual o poder público qualifica o potencial turístico da região, inventariando os principais atrativos turísticos do município e os bens e serviços a eles relacionados, avaliando seu estado de conservação e sua capacidade de receber visitação, assim como delimita os principais atores sociais e as políticas e os aspectos políticos locais e regionais que afetam a atividade turística. E as diretrizes e estratégias para o turismo do município em um período de 04 anos de acordo com o Plano Plurianual de Ação Governamental.

II - Zoneamento Turístico: O Zoneamento Turístico é o instrumento técnico e científico de identificação, avaliação e mapeamento das potencialidades e vulnerabilidades do uso do território urbano e rural do município frente ás atividades e instalação de empreendimentos turísticos, e tem por finalidade estabelecer medidas para minimizar potenciais conflitos socioeconômicos, ambientais e culturais e orientar a elaboração das leis de uso e ocupação do solo no município, sob o princípio da proteção dos recursos de interesse ecológico e cultural.

a) O Zoneamento Turístico deverá ser desenvolvido em consonância com macrozoneamento previsto no Plano Diretor do Município;

III - Plano de Marketing Turístico: é o documento técnico que deverá conter o estudo de mercado do turismo, avaliando a demanda real e potencial do turismo, as estratégias de posicionamento e promoção do município.

IV - Órgãos criados por leis ou decretos e legislações afins como o Código de Posturas e Política Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único – A política municipal de turismo deverá orientar o Plano de Desenvolvimento Turismo – PDT, os incentivos fiscais municipais, e o apoio do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR a projeto públicos ou privados e os investimentos públicos relacionados ao turismo.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS PARA O CREDENCIAMENTO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

Art. 4º - Toda atividade ou empreendimento turístico que esteja operando ou venha a operar comercialmente no Município de Rosário Oeste deverá estar credenciado no Departamento de Tributos e no Departamento de Cultura, e estar de acordo com outros requisitos legais, referentes a legislação tributaria, comercial, e ambiental sem prejuízo a demais legislação pertinente exigíveis, e deverá atender aos critérios estabelecidos nesta lei, e nas regulamentações do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

§1º - Entende-se por atividade ou empreendimento turístico, para efeito desta lei:

a) Os atrativos turísticos, assim compreendidos a propriedade ou posse, rural ou urbana, público ou privada, que abriguem locais de beleza cênica expressiva ou de interesse cultural, artístico, arqueológico, histórico e natural considerados como relevantes ao desenvolvimento do turismo, e ainda:

As atividades e ou instalações naturais ou não, destinadas a lazer e/ou entretenimento de uso coletivo ou individual explorados de forma comercial.

Os balneários, locais públicos e/ou privados como: praias fluviais, piscinas e/ou riachos destinados ao lazer explorados de forma comercial.

b) Os serviços de guias e condutores de visitantes de turismo receptivo.

Considera-se guias de turismo o profissional que exerça as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas.

Considera-se condutor de visitantes o profissional que recebe capacitação específica para atuar em determinado atrativo, com a atribuição de conduzir visitantes em espaços naturais e/ou áreas legalmente protegidas, apresentando conhecimentos ecológicos vivenciais, específicos da localidade em que atua, estando permitido conduzir apenas nos limites desta área.

c) Consideram-se meios de hospedagem, os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertado em unidades de freqüência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem assim outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária.

d) Consideram-se transportadoras turísticas as empresas que tenham por objeto social a prestação de serviços de transporte turístico de superfície, caracterizado pelo deslocamento de pessoas em veículos e embarcações por vias terrestres e aquáticas, compreendendo as seguintes modalidades:

d.1) excursão: itinerário realizado em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual ou internacional que incluam, além do transporte, outros serviços turísticos como hospedagem, visita a locais turísticos, alimentação e outros;

d.2) passeio local: itinerário realizado para visitação a locais de interesse turístico do município ou vizinhança, sem incluir pernoite; e

d.3) traslado: percurso realizado entre as estações terminais de embarque e desembarque de passageiros, meios de hospedagem e locais onde se realizem congressos, convenções, feiras, exposições de negócios e respectivas programações sociais.

e) Os serviços de alimentação, entendidos os restaurantes, lanchonetes, bares, quiosques, trailers, barracas ou outros estabelecimentos destinados a oferecer alimentação mediante pagamento.

f) Compreende-se por agência de turismo a pessoa jurídica que exerce a atividade econômica de intermediação remunerada entre fornecedores e consumidores de serviços turísticos ou os fornece diretamente. São considerados serviços de operação de viagens, excursões e passeios turísticos a organização, contratação, execução de programas, roteiros, itinerários, bem como recepção, transferência e a assistência ao turista.

§ 2º - Para a emissão de alvará de funcionamento a atividade ou empreendimento turístico deverá estar credenciado no sistema do Departamento de Tributos e o Departamento de Cultura deverá emitir certificado que comprove o credenciamento das atividades e empreendimentos turísticos.

§3º - Para a emissão de alvará de funcionamento, as atividades ou empreendimentos previstos neste artigo, que impactem o meio ambiente local devem estar licenciados pelo órgão ambiental competente.

CAPITULO III

REGULAMENTA O VOUCHER ÚNICO.

Art. 5º - Ficam regulamentados as atividades turísticas de Rosário Oeste, através de passaportes de visitação, denominados *voucher único*.

Art. 6o - O *Voucher único* é um sistema de controle dos fluxos de turismo aos atrativos, assegurando a preservação do ecossistema e a segurança do visitante, bem como regulamenta a relação entre Agências de Turismo, Atrativos Turísticos, Guias de Turismo, Condutores Locais, Transportadoras Turísticas, Meios de Hospedagem, e Serviços de Alimentação.

I – A Regulamentação acima descrita diz respeito a toda atividade relacionada ao turismo, comercializada pelas agencias de turismo.

§ 1º O *voucher* único será padronizado, com discriminação dos serviços turísticos já definidos nesta lei, para uso obrigatório dos turistas no município.

§ 2º O *voucher* único será fornecido pelo Departamento de Tributos, mediante requisição das agências de turismo receptivo locais, credenciadas no Departamento de Cultura, e/ou disponibilizado acesso eletrônico através de página oficial do município.

§ 3º A emissão do *voucher* único será de exclusiva responsabilidade das agências de turismo, credenciadas no Departamento de Tributos e Departamento de Cultura, sem emendas, rasuras ou ressalvas, e/ou através de meio eletrônico, para mensuração do fluxo de turistas no Município, devendo especificar o valor cobrado por passeio, o valor da taxa do guia, e Serviços da Agência de turismo.

§ 4º O não preenchimento e/ou ausência de informação no *voucher* único de responsabilidade das agências de turismo e a sua não exigência pelos proprietários dos atrativos turísticos, guias e condutores locais, caracteriza-se crime de sonegação fiscal.

a) Caracteriza a ausência de informação o não preenchimento de qualquer das informações solicitadas no voucher único.

§ 5º - O *voucher único* naforma física e/ou eletrônicadeverá ser emitido em 05 (cinco) vias assim destinados:

a) 1ª via para Atrativo turístico;

b) 2ª via para o Condutor de Turismo Local;

c) 3ª via para a Agência de Turismo credenciada e cessionária do *voucher*;

d) 4ª via para o Departamento de Cultura de Rosário Oeste;

e) 5ª via para a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Tributos;

§ 6º Ficam os proprietários dos atrativos, obrigados a exigir o *voucher* único.

§ 7º Nos atrativos públicos, inclusive o Parque Municipal Zezé Balduino, o uso do *voucher* será obrigatório, regulado mediante termo de convênio ou parceria.

§ 8º. O *voucher* único torna-se documento arrecadador de ISSQN do atrativo turístico, do agenciamento receptivo local e do condutor ou guia de turismo local, na razão de 5% em acordo com a Lei Municipal reguladora.

§ 9º No décimo primeiro (10º) dia útil de cada mês, as agências receptivas credenciadas, deverão prestar contas das emissões de *voucher* único junto ao Departamento de Tributos e o recolhimento do ISSQN se dará através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal.

§ 10º. As agências de turismo credenciadas que descumprirem os preceitos do artigo 6º desta lei poderão ter suspensas as emissões de voucher único temporariamente, sendo restabelecida a cessão mediante regularização das pendências.

Art. 7º - As agências de turismo se tornarão credenciadas no Departamento de Tributos e Departamento de Cultura e receberão a cessão para emissão do *voucher* único, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Contrato Social e suas alterações

II – Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Juridicas (CNPJ)

III – Alvará de funcionamento

IV – Certidão Negativa de Débitos Municipais

V – Registro no CADASTUR

VI – Certidão negativa previdenciária (INSS e FGTS)

§ 1º As agências de turismo deverão estar instaladas em imóveis comerciais exclusivo para a atividade fim, no perímetro urbano da cidade de Rosário Oeste e seus Distritos.

§ 2º O credenciamento deverá ser atualizado anualmente sob pena de interrupção da cessão do *voucher* único.

§ 3º A formalização do credenciamento ocorrerá mediante expedição de certificado pelo Departamento de Cultura.

§ 4º As agencias de turismo instaladas fora do Município de Rosário Oeste – MT e que estejam devidamente cadastradas junto ao Departamento de Cultura Municipal na data da promulgação desta lei poderão emitir o voucher único até a data de 31.12.2020, sendo que após está data somente serão permitidas emissão de voucher a agencias devidamente instaladas no Município de Rosário Oeste e seus Distritos.

Art. 8º - São obrigações das agências de turismo credenciadas:

I – Comunicar ao Departamento de Tributos e Departamento de Cultura no prazo de 30 (trinta) dias, as mudanças de informações exigidas no credenciamento e paralisações temporárias ou definitivas de atividades que venham ocorrer.

II – Preencher todos os campos do *voucher*. (manual ou eletrônico)

III – Facilitar o acesso das comissões fiscalizadoras dos Departamento de Fiscalização Tributária e do Departamento de Cultura às instalações e documentos da empresa, não opondo obstáculos ou embaraço à fiscalização.

IV – Respeitar os direitos do consumidor relacionados na Lei Federal nº 8. 078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

V – Fornecer informações operacionais dos passeios incluindo grau de dificuldade dos atrativos, duração e extensão do percurso, tipo de vestuário necessário, preços e serviços incluídos no pacote, restrições ao uso de álcool nas atividades turísticas, instruções sobre as técnicas e o uso de equipamentos.

VI – Elaborar e divulgar em órgãos competentes de socorro emergencial, o Plano de Atendimento Emergencial dos atrativos operados.

Parágrafo Único – A comunicação de paralisação temporária ou definitiva de suas atividades implicará simultaneamente na suspensão da cessão do *voucher* em acordo com o credenciamento.

Art. 9º - Os atrativos locais se tornarão credenciadas no Departamento de Tributos e Departamento de Cultura mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Contrato Social e suas alterações

II - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Juridicas (CNPJ)

III – Alvará de funcionamento

IV – Certidão Negativa de Débitos Municipais

V – Plano de Gestão de Atrativos Turísticos – PGAT, conforme especificado no capítulo IV desta lei.

VI - Indicação do local exato do atrativo;

VII- Análise das condições ambientais e de segurança da área a ser utilizada;

VIII - Croqui com as instalações da infra-estrutura e serviços a serem construídas;

IX – Estudo de capacidade de carga do atrativo;

X – Dias e horários de funcionamento

§ 1º - São obrigações dos atrativos turísticos:

I – Recolher assinatura em Termo de Responsabilidade que deve ser oferecido em no mínimo português e inglês, constando principalmente número do *voucher* correspondente, dados sobre os riscos envolvidos e as medidas de segurança colocadas ao seu dispor, restrições médicas relevantes, contato pessoal para os casos de acidentes.

II – Oferecerestruturas físicas para a colocação e retirada dos equipamentos, planejados e construídas de forma a evitar agressão à vegetação, incluindo acesso de madeira, escadas, passarelas e corrimãos, mediante

termo simplificado de proteção ambiental, com laudo de um responsável técnico;

III – Oferecer estruturas e equipamentos de contenção de erosão do solo, drenagem e canalização de águas pluviais;

IV – Demarcar trilha de acesso aos atrativos, devidamente construída para a atividade, dentro das normas ABNT NBR;

V – Apresentar projeto técnico específico para os sanitários e cozinhas, quando estes estiverem próximos aos locais de operação, todos com tratamento de efluentes, evitando o despejo dos detritos em mananciais, respeitadas as restrições ambientais fixadas às Áreas de Preservação Permanente (APP's);

VI – Disponibilizar kit de primeiros socorros.

VII – Oferecer e/ou exigir das agências de turismo receptivas os serviços de guia ou condutor de turismo local.

Art. 10º - Os Condutores e Guias locais se tornarão credenciadas no Departamento de Tributos e no Departamento de Cultura, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – RG – Registro Civil;

II – CPF – Cadastro de Pessoa Física;

III – Certificado de qualificação ou declaração de atuação na atividade emitido pelo COMTUR ou por entidade de classe;

IV – Documentar maioridade civil;

V – Comprovante de residência;

VI – Ser membro de uma associação de classe da atividade de condução de turistas local, ou em caso de existência e regularidade da entidade de classe, esta deve estar credenciada junto ao Departamento de Cultura.

§1º - Das obrigações dos Guias e Condutores Locais de Turismo:

I – Vestuário adequado para a atividade;

II – Atender o turista, estando ele sozinho ou em grupos, respeitando o limite de segurança para as atividades guiadas;

III – Não portar e não permitir ao turista portar bebidas alcoólicas durante as atividades turísticas nos atrativos;

IV – Portar de maneira visível, a identificação profissional de Guia ou Condutor de Turismo Local;

V – Obedecer à regulamentação da atividade e o código de conduta profissional.

§ 2° - O descumprimento do artigo 12º, sujeitará ao infrator a suspensão, temporária ou permanente da atividade profissional, assegurando-lhe o devido processo legal e ampla defesa.

Art. 11º - Os Meios de Hospedagem se tornarão credenciados no Departamento de Tributos e Departamento de Cultura, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Contrato Social e suas alterações

II – Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

III – Alvará de funcionamento e alvará sanitário

IV – Certidão Negativa de Débitos Municipais

V – Registro no CADASTUR

VI – Certidão negativa previdenciária (INSS e FGTS)

VII – Numero de Unidades Habitacionais e leitos

Art. 12º - Os Serviços de Alimentação se tornarão credenciados no Departamento de Tributos e Departamento de Cultura, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Contrato Social e suas alterações;

II – Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

III – Alvará de funcionamento e alvará sanitário;

IV – Certidão Negativa de Débitos Municipais;

V – Registro no CADASTUR;

VI – Certidão negativa previdenciária (INSS e FGTS);

VII – Capacidade de atendimento e tipo de serviço oferecido;

Art. 13º - As Transportadoras Turísticas se tornarão credenciadas no Departamento de Tributos e Departamento de Cultura, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Contrato Social e suas alterações

II – Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

III – Alvará de funcionamento e alvará sanitário

IV – Certidão Negativa de Débitos Municipais

V – Registro no CADASTUR

VI – Registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre

VI – Certidão negativa previdenciária (INSS e FGTS)

VII – Numero de Veículos e lotação;

VIII – Tipos de veículos disponibilizados.

CAPÍTULO IV

DO PLANO DE GESTÃO DE ATRATIVO TURÍSTICO - PGAT

Art. 14º - Fica criado o Plano de Gestão de Atrativo Turístico - PGAT, instrumento que deverá ser implementado no atrativo turístico devidamente credenciado no Departamento de Cultura e que conterá um plano das atividades turísticas na propriedade, no intuito de aprimorar continuamente a qualidade da infraestrutura e da segurança dos produtos e serviços oferecidos.

§ 1º - O Plano de Gestão de Atrativo Turístico de que trata este artigo tem por objetivo:

I. Regulamentar as atividades nos atrativos turísticos de forma a otimizar o seu potencial socioeconômico em atendimento às aptidões e vulnerabilidades naturais e culturais da área e à função social da propriedade;

II. A regulamentação das atividades nos atrativos naturais inseridos em Unidades de Conservação deverá estar compatível com os respectivos Planos de Manejo;

III. Compatibilizar as atividades turísticas no interior do atrativo com outros usos socioeconômicos possíveis e com as políticas e normas de conservação e recuperação do meio ambiente e dos recursos naturais previstas em legislação federal, estadual ou municipal em vigor;

IV. Promover e incentivar o aproveitamento econômico da propriedade ou posse, rural ou urbana, público ou privado, com o maior envolvimento possível da população local;

IV. Oferecer, em prazo previamente definido, um cronograma de melhoria na qualidade dos serviços e da infraestrutura do atrativo;

V. Monitorar os impactos da visitação;

§ 2º - O Departamento de Cultura estabelecerá, na forma prevista no regulamento da presente lei, os termos de referência e os critérios mínimos para a elaboração do PGAT.

§ 3º - O PGAT deverá ser submetido ao Departamento de Cultura e deverá ser revisto em caso de incremento e/ou alteração das atividades previstas.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 15º - O COMTUR tem por objetivo orientar, promover e fomentar o desenvolvimento ou a criação de condições para o incremento e o desenvolvimento da atividade turística do município.

Art. 16º - O Conselho Municipal de Turismo será constituído por 07 (sete) membros titulares e em igual número de suplentes, com representantes do setor público e de entidades e representantes do setor de turismo, com a seguinte composição:

I – Turismólogo, indicado pelo Prefeito Municipal;

II - Um Representante da Prefeitura Municipal, indicado pelo Prefeito Municipal;

III - Um Representante da Câmara Municipal, indicado pelo Presidente da Câmara Municipal;

IV - Um Representante dos Meios de Hospedagem, eleito entre seus pares;

V – Um representante dos atrativos turísticos locais, eleito entre seus pares;

VI – Um representante das Agências de Viagens receptivas, eleito entre seus pares;

VII – Um representante dos Guias e Condutores Locais, eleito entre seus pares;

§1º O COMTUR poderá ter convidados permanentes quer sejam entidades ou mesmo personalidades, desde que sua indicação seja aprovada em reunião do conselho.

§ 2° Os integrantes serão nomeados por ato do Prefeito Municipal, ao qual se dará publicidade.

Art. 17º O COMTUR terá a seguinte estrutura:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário Executivo;

IV - segundo secretário;

V - Membros.

§ 1º. O Presidente, Vice-presidente, e o Secretário Executivo serão eleitos pelos Membros do COMTUR;

§ 2º. O mandato dos Membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período;

§ 3º. Quando ocorrer vaga, o novo Membro designado para substituição complementará o mandato do substituído.

§ 4º. O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 18º Ao Conselho Municipal de Turismo - COMTUR compete:

I - formular as diretrizes básicas a serem obedecidas no Plano de Desenvolvimento Turístico;

II - propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades do Turismo;

III - opinar na esfera do Poder Executivo e do Poder Legislativo quando solicitado, sobre projetos que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;

IV - desenvolver programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas à cidade de Rosário Oeste/MT, não servindo em hipótese alguma, a algum interesse político partidário ou pessoal seja a que título for, ou mesmo notoriedade política;

V – sugerir formas de integração entre os trabalhos desenvolvidos pelos serviços públicos municipais e da iniciativa privada com o objetivo de promover a infraestrutura adequada ao desenvolvimento da atividade turística;

VII - programar e executar amplos debates sobre tema de interesse turístico;

VIII - promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;

IX - apoiar, em nome da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, a realização de congressos, seminários e convenções de relevante interesse para o desenvolvimento turístico do Município;

X - propor convênios com órgãos, entidades e instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais de turismo como objetivo de proceder ao intercâmbio de interesse turístico;

XI - propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras públicas e privadas;

XII - emitir parecer relativo a financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento que for estabelecida na regulamentação dessa Lei;

XIII - examinar as contas referentes aos planos e programas de trabalho executados com apoio do Fundo Municipal de turismo- FUMTUR;

XIV - fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos que lhe forem destinados;

XV - decidir sobre a destinação e aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Turismo-FUMTUR;

XVI - organizar seu Regimento Interno.

Art. 19º Compete ao Presidente do COMTUR:

I - Representar o COMTUR em toda e qualquer circunstância;

II - Convocar e presidir as reuniões do COMTUR;

III - Convocar as reuniões extraordinárias, dando ciência a seus membros com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência por contato telefônico, correspondência, correio eletrônico ou pessoalmente;

IV - Coordenar as atividades do COMTUR;

V - Cumprir as determinações do Regimento interno;

Parágrafo único: Ao Vice-Presidente do COMTUR compete colaborar com o Presidente, substituindo-o nos impedimentos.

Art. 20º O COMTUR considerar-se-á constituído, quando empossados os seus membros.

Parágrafo único - Na primeira seção após a constituição caberá ao COMTUR elaborar ou reformular e aprovar o seu regimento interno.

Art. 21º A função dos membros do COMTUR, honorífica e não remunerada, é considerada de relevante interesse público.

Parágrafo único – demais atribuições e funções dos membros do conselho é parte integrante do regimento interno.

CAPÍTULO VI

DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR

Art. 22º O Fundo Municipal do turismo –FUMTUR – tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao incremento do turismo no município.

Art. 23º O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR – mecanismo captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo diretrizes e apoio na sua estrutura de execução e/ou controles contábeis, inclusive para efeitos de prestação de contas.

Art. 24º A Gestão do FUMTUR se dará por uma diretoria que terá a seguinte composição:

I – Presidente

II – Tesoureiro

III – Secretário

IV – Três membros titulares e três suplentes para o conselho fiscal

§ 1º Os membros da Diretoria FUMTUR serão escolhidos entre os conselheiros do COMTUR, mediante eleição, salvo a função de Secretario do FUMTUR, que será exercida obrigatoriamente pelo Turismólogo.

§ 2º O presidente do FUMTUR não poderá cumular função de presidente do COMTUR;

Art. 25º Dever-se-á realizar nova eleição da diretoria do COMTUR e do FUMTUR para convalidar e ratificar os atos administrativos, e regularizar as normas preceituadas nesta lei, no prazo mínimo de 30 dias, a contar da entrada em vigor da Presente Lei, sob pena de nomeação de uma junta para coordenar e convocar novas eleições.

Art. 26º São atribuições dos gerenciadores do Fundo Municipal do Turismo:

I – Preparar as demonstrações mensais de receita e despesa;

II – Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos;

III – Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo, referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo.

Art. 27º O Fundo é constituído de recursos provenientes de:

I - Dotações orçamentárias;

II - Multas impostas pelo poder público municipal, estadual ou federal por infração à legislação municipal;

III - Parte do preço público cobrado pela visitação ou utilização de unidades de conservação e/ou atrativos turísticos de domínio do município, a ser definido através de regulamentação da administração municipal através de decreto.

IV - Recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional, de acordos entre entidades governamentais ou não governamentais ou de repasses de tributos municipais, federais e/ou estaduais;

V - Recursos provenientes de convênios, contratos, consórcios e qualquer outro repasse dos governos Federal e Estadual;

VI - Legados e doações;

VII - Rendimentos obtidos com aplicação de seu patrimônio, e;

VIII - Outras receitas eventuais.

§ 1º - Os recursos do FUMTUR serão depositados em conta especial, mantida em instituição financeira idônea, preferencialmente oficial, e será administrado pelo COMTUR, com anuência do Departamento de Cultura.

§ 2º - O FUMTUR prioritariamente apoiará através de seus recursos projetos que estejam de acordo com o Plano de Desenvolvimento Turístico, previstos no artigo 3.º desta lei.

§ 3º - A aprovação de projetos poderá ser precedida de licitação realizado de acordo com o regulamento do FUMTUR, observados os seguintes requisitos:

a) Será aberto edital de credenciamento ao qual se dará ampla publicidade;

b) O edital será publicado pelo prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias;

c) Poderão fazer uso dos recursos do FUMTUR, mediante aprovação do COMTUR e anuência do Departamento de Cultura, os órgãos públicos com competência nas áreas de meio ambiente, patrimônio cultural, turismo e lazer; as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, devidamente constituídas há mais de um ano e que tenham por objetivo institucional o desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO VII

DA FISCALIZAÇÃO, PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 28º O poder público aplicará penalidades pecuniárias, interdição do estabelecimento e outras sanções cabíveis, para o exercício regular das atividades e serviços turísticos, realizado por qualquer pessoa física ou jurídica, que não estiver de acordo com o disposto na legislação turística municipal.

Parágrafo único.A punibilidade prevista neste artigo abrange todas as atividades vinculadas a esta lei.

Art. 29º - O Departamento de Tributos e Departamento de Cultura e/ou outro órgão da administração municipal exercerão a fiscalização das atividades e serviços turísticos, objetivando:

I - proteção ao usuário, exercida prioritariamente pelo atendimento e averiguação de reclamações;

II - orientação às empresas, para o perfeito atendimento das normas que regem suas atividades;

III - verificação do cumprimento da legislação em vigor.

§ 1º As empresas ou entidades ficam obrigadas a prestar aos agentes públicos, todos os esclarecimentos necessários ao desempenho de suas funções e a exibir-lhes quaisquer documentos que digam respeito ao cumprimento das normas legais.

§ 2º As penas vão desde advertência, multa à suspensão das atividades, mediante procedimento que assegure a ampla defesa e o contraditório, iniciado por qualquer cidadão que sejam ou não parte do conflito.

Art. 30º O descumprimento do disposto nesta Lei e nos dispositivos que os regulamentam ensejará penalidades, assim estabelecidas:

I - Advertência formal

II - Multa

III - Suspensão temporária da atividade

IV - Suspensão definitiva da atividade

§ 1º. A classificação e a aplicação das penalidades acima estipuladas se dará a posterior avaliação da Procuradoria do Município, através da análise do procedimento administrativo, assegurado ampla defesa e o devido processo legal.

§ 2º. Para aplicação das penalidades deve-se obedecer aos critérios abaixo definidos:

a) Infração leve

b) Infração Média

c) Infração grave

d) Infração gravíssima

§ 3º Infração leve serão assim consideradas aquelas passíveis de regularização mediante ação própria do infrator, posterior a notificação;

§ 4º Infração média serão assim consideradas aquelas não regularizáveis mediante ação do próprio infrator, posterior a notificação;

§ 5º Infração grave serão assim consideradas aquelas não regularizáveis mediante ação do próprio infrator, posterior notificação, assemelhadas a crime de sonegação fiscal, bem como a reincidência em infrações leve e/ou média;

§ 6º Infração gravíssima serão assim consideradas aquelas não regularizáveis mediante ação do próprio infrator, posterior notificação, bem como a reincidência em infração grave;

§ 7º As penalidades acima definidas serão assim aplicáveis:

a) Leve: advertência formal;

b) Média: multa de 100 a 200 Unidade Fiscal Municipal – UFM;

c) Grave: multa de 201 a 300 Unidade Fiscal Municipal – UFM e/ou suspensão temporária da atividade;

d) Gravíssima: multa de 301 a 400 Unidade Fiscal Municipal – UFM e/ou suspensão definitiva da atividade.

§ 8º - A violação de quaisquer outra legislação, Tributaria, ambiental e ou Comercial, etc.., em tese caracteriza infração gravíssima sujeitando o infrator aos mesmos procedimentos e penalidades contidas no Capitulo VII.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31º As atividades ou empreendimentos turísticos que estiverem operando comercialmente a partir da entrada em vigor desta lei terão prazo de 90 dias para regularizar sua atividade.

Art. 32º O Poder Público Municipal, na aplicação desta Lei e das penalidades nela prevista, deverão considerar a condição econômica dos responsáveis pelas atividades e empreendimentos turísticos de maneira a permitir a todos, igual oportunidade de acesso aos incentivos e benefícios nela previstos.

Art. 33º O responsável pela atividade ou empreendimento turístico responde plenamente por qualquer acidente que tenha relação direta ou indireta com o descumprimento das medidas preventivas de segurança prevista nesta lei e em sua regulamentação.

Art. 34º A emissão de *voucher* único aos munícipes que comprovem através de título de eleitor, atestado de escolaridade ou comprovante de residência, está autorizada com 50% (cinqüenta por cento) de desconto à tabela vigente, para passeios aos atrativos turísticos, exceto feriados nacionais.

Art. 35º O poder executivo poderá editar decreto afim de regulamentar casos omissos nesta lei.

Art. 36º Esta lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Art. 37º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal 925, de 31 de Dezembro de 2002, a Lei Municipal 1.274, de 09 de Abril de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, em 17 de Abril de 2017.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DE PRAZO E VALOR

OBJETO: PRIMEIRO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AI CONTRATO Nº 036/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE SAÚDE PARA A REALIZAÇÃO / CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE – MT.

CARONA Nº 001/2016

PRAZO: 31/12/2017

VALOR: R$ 120.640,00 (CENTO E VINTE MIL SEISCENTOS E QUARENTA REAIS)

I.V CORREA RIBEIRO - ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2014

OBJETO: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 125/2014 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES, SERVIÇO DE PLATAFORMA DE APLICATIVOS MÓVEIS, COMPOSTA POR AMBIENTE DE EXECUÇÃO DE APLICATIVOS MÓVEIS, AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO, AMBIENTE DE OPERAÇÃO E GESTÃO E INFRAESTRUTURA OPERACIONAL NA MODALIDADE DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM; MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO PARA ADAPTAR O SISTEMA ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ROSARIO OESTE, COM CAPACITAÇÃO DAS DIRETORIAS E UNIDADES ASSISTENCIAIS DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS, QUE SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE ATO CONVOCATÓRIO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2014

VALOR: R$ 45.600,00 (QUARENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS REAIS)

PRAZO: 31/12/2017

TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICOS E TURISMO LTDA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 02 DE JANEIRO DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2015

OBJETO: TERCEIRO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 057/2015 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA NA GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, GERENCIAMENTO FINANCEIRO DO BLOCO DE FINANCIAMENTO DO SUS, PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA, VERIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E PROGRAMAS MS NA ATENÇÃO BÁSICA, PROTOCOLOS ASSISTENCIAIS, TREINAMENTO DA UTILIZAÇÃO DOS BLOCOS DE FINANCIAMENTOS, ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE, PADRONIZAÇÃO DE MATERIAIS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPTAÇÃO DE RECURSOS, LICITAÇÕES EM SAÚDE E GESTÃO EM SIOPS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE

PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2015

PRAZO: 31/12/2017

VALOR: R$ 52.500,00 (Cinquenta e dois mil e quinhentos reais)

FACILITA GESTAO PUBLICA BRASIL LTDA-ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2015

OBJETO: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO E DE VALOR AO CONTRATO Nº 022/2015 - REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO À LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA WEB, QUE POSSIBILITE O ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO – IPM INTEGRADO AO SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLE DO SIMPLES NACIONAL, RELATIVO AOS CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2014

PRAZO: 12(DOZE) MESES

VALOR: R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)

GEXTEC GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA-EPP

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 02 DE JANEIRO DE 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO

CONTRATO Nº 017/2017

OBJETO: "Contratação temporária de Professor para ministrar aulas de Geografia, para atendimento na Escola Municipal Simão Bororó, com jornada de 20 (vinte) horas/aulas semanais, em atendimento as atividades aos alunos do 6º ao 9º Ano", em substituição ao professor Dalmi Caciano Pontes, que gozará de Licença Prêmio pelo período de 90 (noventa) dias.

PERÍODO: 03/04/2017 à 03/07/2017.

VALOR: R$ 5.386,86 (cinco mil, trezentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos).

CONTRATADO: LUCAS QUINTINO MENDESCPF: 035.913.158-18

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 003/2017

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Resultado de Licitação

Tomada de Preços n° 003/2017

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, vem á público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada. Objeto: Contratação de prestação de serviços técnicos profissionais de pessoa jurídica de assessoria, consultoria e suporte contábil, administrativa, planejamento, gestão pública, elaboração de justificativas, defesa e recursos junto ao Tribunal de Contas do Estado, assessoria contábil para o setor de licitações e contratos administrativos, apoio técnico na elaboração de projetos de lei, elaboração da LDO, LOA e PPA, audiências públicas, assessoria contábil na organização de dados para envio de informações aos órgãos estaduais e federal (SIOPS, SIOPE, SINCONFI e outros), quando solicitado para reorganização de estruturas, leis e procedimentos administrativos da Prefeitura de Santa Cruz do Xingu - MT, junto à Secretaria Municipal de Administração de Santa Cruz do Xingu. VENCEDOR: E V SOARES ASSESSORIA E INFORMATICA ME, CNPJ Nº 20.162.315/0001-42. Valor Global de R$ 80.116,66.

Admir Lopes Ricardo – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PORTARIA Nº 0109/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR JOSÉ ROBERTO FOGAÇA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 021/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor José Roberto Fogaça**,** CPF sob nº 787.043. 599-68, como Fiscal do Contrato nº 021/2016, cujo objeto é: Contratação de Empresa para execução de Projeto de rede elétrica na ilha do retiro um e dois localizada no assentamento ponte de barro em Santa Rita do Trivelato/MT.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0111/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR JOSÉ ROBERTO FOGAÇA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 001/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor José Roberto Fogaça**,** CPF sob nº 787.043. 599-68, como Fiscal do Contrato nº 001/2016, cujo objeto é: Contratação de Empresa para execução de projeto elétrico de instalação de rede monofásica em tensão nominal de 34,5 kv com 03 postos de transformação de 10 kva e 30 postos de transformação de 05 kva com 19.583m (dezenove mil quinhentos e oitenta e três metros) de rede no assentamento ponte de barro, em Santa Rita do Trivelato/MT.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0110/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR JOSÉ ROBERTO FOGAÇA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 045/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor José Roberto Fogaça**,** CPF sob nº 787.043. 599-68, como Fiscal do Contrato nº 045/2014, cujo objeto é: Contratação de Empresa para realizar a Construção de uma unidade Escolar na Comunidade Pacoval no Município de Santa Rita do Trivelato/MT.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0106/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR JOSÉ ROBERTO FOGAÇA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 029/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor José Roberto Fogaça**,** CPF sob nº 787.043. 599-68, como Fiscal do Contrato nº 029/2016, cujo objeto é: Contratação de Empresa para execução de Reforma no Pórtico de Santa Rita do Trivelato/MT.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 019/2017 17 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO DE CARREIRA DOS SERVIDORES LOTADOS NO QUADRO DE CARGOS EM PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

O Senhor **JOÃO FRANCISCO BATISTELA**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto nos Artigo15, Inciso II, Línea b, da Lei Complementar nº 063/2014,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder Progressão na Carreira aos servidores de carreira efetiva aprovados em concurso público da seguinte forma:

Servidor	Cargo	Referência Salarial	Classe/Grau Atual	Classe/Grau Progressão	Pontos
Diana Martins Cezario	Recepcionista	CE-02	B-VI	B-VII	43
Silvana Terezinha Mirian Dagani Syperreck	Serviços Gerais de Limpeza	CE-01	A-III	A-IV	53
Cleiton Martinelli Taborda	Contador	CE-06		A-I	56

Art. 2º - Os efeitos financeiros desta Portaria são válidos a partir da folha de pagamento do mês de abril de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Aos 17 de abril de 2017.

JOÃO FRANCISCO BATISTELA

Presidente

Registre-se e Publique-se

Afixe no mural da Câmara

Na Data Supra de 17.04.2017.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 020/2017 17 DE ABRIL DE 2017.

"CONCEDE PROGRESSÃO E REENQUADRAMANETO DE CARREIRA DOS SERVIDORES LOTADOS NO QUADRO DE CARGOS EM PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Senhor **JOÃO FRANCISCO BATISTELA**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto nos Artigo15, Inciso II, Línea b, da Lei Complementar nº 063/2014,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder Progressão na Carreira aos servidores de carreira efetiva aprovados em concurso público da seguinte forma:

Servidor	Cargo	Referência Salarial	Classe/Grau Atual	Classe/Grau Progressão	Pontos
Edson Luis Ludwig	Controlador Legislativo	CE-06	D-XVI	D-XX	56

Art. 2º - Os efeitos financeiros desta Portaria são válidos a partir da folha de pagamento do mês de abril de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Aos 17 de abril de 2017.

JOÃO FRANCISCO BATISTELA

Presidente

Registre-se e Publique-se

Afixe no mural da Câmara

Na Data Supra de 17.04.2017.

PORTARIA Nº 0108/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR JOSÉ ROBERTO FOGAÇA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 026/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor José Roberto Fogaça**,** CPF sob nº 787.043. 599-68, como Fiscal do Contrato nº 026/2016, cujo objeto é: Contratação de Empresa para implantação de pavimentação em vias urbanas de Santa Rita do Trivelato/MT.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0114/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR DANIEL REUS SCHNEIDER PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 052/ 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Daniel Reus Schneider**,** CPF sob nº 012.344. 591-40, como Fiscal do Contrato nº 052/2015, cujo objeto é: Prestação de serviço de coleta, transporte, incineração de destinação final de resíduos sólidos dos serviços de Saúde do Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0105/2017 DE 13 DE ABRIL DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR JOSÉ ROBERTO FOGAÇA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 037/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor José Roberto Fogaça**,** CPF sob nº 787.043. 599-68, como Fiscal do Contrato nº 037/2014, cujo objeto é: Contratação de empresa para Construção de uma unidade Básica de Saúde na Pacoval, pertencente ao Município de Santa Rita do Trivelato/MT.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 13 DE ABRIL DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 01072017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR JOSÉ ROBERTO FOGAÇA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 028/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor José Roberto Fogaça**,** CPF sob nº 787.043. 599-68, como Fiscal do Contrato nº 028/2016, cujo objeto é: Contratação de Empresa para execução de Reservatório de água com capacidade para 200(duzentos) mil litros, incluindo a fundação com fornecimento de materiais e mão de obra para atender o departamento de água e esgoto de Santa Rita do Trivelato/MT.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0113/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA TANIA TIBOLLA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 042/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora Tania Tibolla**,** CPF sob nº 646.493.930-00, como Fiscal do Contrato nº 042/2014, cujo objeto é: Registro de preço para contratação de empresa para fornecer licença de uso do sistema informatizado de Gestão de Saúde do Município de Santa Rita do Trivelato – MT.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0112/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA TANIA TIBOLLA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 045/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora Tania Tibolla**,** CPF sob nº 646.493.930-00, como Fiscal do Contrato nº 045/2015, cujo objeto é: Prestação de Serviço Técnicos e Consultoria na gestão da atenção básica em saúde, gerenciamento financeiro do bloco da atenção básica financiamento do SUS, planejamento das ações de atenção básica, verificação dos instrumentos de planejamento projetos e programas ministério de saúde na atenção básica, protocolos assistências, treinamento da utilização de blocos de financiamentos, organização de recursos humanos em saúde, padronização de materiais nas unidades básicas de saúde captação de recursos, assessoria em licitação na área de saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME E EPP PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL EXCLUSIVA ME E EPP N.º 13/2017** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA NOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO/MT, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.**

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

NO Dia 5 de Maio de 2017 às 13:30. HORAS (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO. RUA SALMEM HANZE****,* SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br,OU PELO EMAIL: meirelicitacao@hotmail.com, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 17/04/2017

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 081/2017 - DE 11 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a Instauração de Processo de Sindicância Nº 002/2017, Designa a respectiva Comissão e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Determinar a instauração de Processo de Sindicância Nº002/2017 em relação ao acidente ocorrido no dia 15/03/2017, envolvendo o veículo da Prefeitura Municipal - PLACA OBB 1633, conforme consta a CI. em anexo.

ARTIGO 2º - Ficam designados a compor a comissão processante os servidores:

PRESIDENTE DA COMISSÃO:

Moisés Soares de Carvalho

SECRETÁRIO DA COMISSÃO:

Pedro Júnior de Souza Bom

MEMBRO DA COMISSÃO:

José Maria Flores Farias

ARTIGO 3º - Caberá a Comissão Sindicante, na forma de lei vigente, assegurar o princípio da ampla defesa e do contraditório, apurar os fatos e apresentar, no prazo de 30(trinta) dias, relatório que contenha a apreciação do fato ocorrido.

ARTIGO 4º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação revogando as disposições ao contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 11 de Abril de 2017

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME E EPP PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL EXCLUSIVA ME E EPP N.º 11/2017** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MANILHAS A SEREM UTILIZADAS EM BUEIROS LOCALIZADOS NAS ESTRADAS VICINAIS DE ACESSO E NO INTERIOR DOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL.**

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

NO Dia 3 de Maio de 2017 às 13:30. HORAS (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO. RUA SALMEM HANZE****,* SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br, OU PELO EMAIL: meirelicitacao@hotmail.com, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT 17/04/2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO

FRANCISMEIRE A.R.CHAVES

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2017, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA-CIEE,** inscrita no CNPJ sob o nº 61.600.839/0001-50, situada na Rua Barão de Melgaço, nº 2754, Salas 01 e 703, Centro, em Cuiabá-MT, representado pelo Senhor CLÁUDIO RODRIGO DE OLIVEIRA, portador do CPF sob o nº 588.675.381-87. Objeto do presente contrato: Operacionalização de programas de Estágio de Estudantes. Valor global de R$ 283.800,00 (Duzentos e Oitenta e Três Mil e Oitocentos Reais).

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 38, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a nomeação do **Conselho de Proteção e Defesa do Consumidor-CONDECON**, de São José dos Quatro Marcos-MT, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, Sr. **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas e nos termos da Lei Municipal nº 1.547, de 25 de junho de 2014, institui o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor-CONDECON, e

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho de Proteção e Defesa do Consumidor-CONDECON, de acordo com a Lei Municipal nº 1.547, com mandato de dois anos contados a partir da posse dos membros – na seguinte forma:

I – Coordenador Municipal do PROCON (membro nato)

Titular: Ivanilda Correa Pinto de Arruda

II – Representante da Secretaria de Educação

Titular: Márcia Aparecida Teodoro de Almeida Brambila

Suplente: Irani Rodrigues de Faria Lourenção

III – Representante da Vigilância Sanitária e Endemias

Titular: Carlos Eduardo Penha Carvalho

Suplente: Gabriel Pereira da Souza

IV – Representante da Secretaria de Fazenda

Titular: Douglas Sampaio Pereira

Suplente: Luana Monez Chagas

V – Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Antônio Carlos Mariano Santiago

Suplente: Agnaldo Roque Hudson Borgati Rodrigues

VI – Representante da Secretaria de Agricultura

Titular: Ademir Patrik de Moura

Suplente: Meirivania Alves de Souza

VII – Representante dos Fornecedores – Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL

Titular: Gabriel Moreda Neto

Suplente: Wander José Delforno

VIII – Representante das Associações de Moradores de Bairros

Titular – Otaviano Azambuja

Suplente – Dailson Anunciação Cebalho

IX – Representante da Central das Associações de Pequenos Produtores Rurais

Titular – Lucivaldo Jardim dos Santos

Suplente – Aristídes do Prado Carvalho Neto

X – Representante da OAB

Titular – Anatoly Hodniuk Júnior

Suplente – Gustavo Tostes Cardoso

XI – Ouvidor Geral do Município

Titular – Claudecir Alves Feitosa

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 17 dias do mês de abril de 2017.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

DEPARTAMENTO PESSOAL
ERRATA DO CONTRATO PESSOAL 027/2017

ERRATA DO CONTRATO PESSOAL Nº 027/2017

ERRATA

ERRATA DO CONTRATO Nº 027/2017- 17 DE MARÇO DE 2017, Publicada no DIARIO OFICIAL DA A.M.M Nº. 2.690, DE 17/03/2017.

Onde se lê: Contratado:Silvana Rodrigues dos Santos

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Técnico de Enfermagem.

Valor do Contrato:937,00 mensais

Data da Assinatura: 20/02/2017

Vigência: 20/02/2017 a 31/12/2017

Leia-se: Contratado:Vivian da Silva Gois

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Técnico de Enfermagem.

Valor do Contrato:937,00 mensais

Data da Assinatura: 01/03/2017

Vigência: 01/03/2017 a 31/12/2017

DEPARTAMENTO PESSOAL
ERRATA DO CONTRATO PESSOAL 023/2017

ERRATA DO CONTRATO PESSOAL Nº 023/2017

ERRATA

ERRATA DO CONTRATO Nº 023/2017- 17 DE MARÇO DE 2017, Publicada no DIARIO OFICIAL DA A.M.M Nº. 2.690, DE 17/03/2017.

Onde se lê: Contratado: Cristiana Maria Leite

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Técnico Administrativo.

Valor do Contrato:937,00 mensais

Data da Assinatura: 13/02/2017

Vigência: 13/02/2017 a 31/12/2017

Leia-se: Contratado: Maria Aparecida da Silva

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Atendente de Consultorio Dentário (Programa Saúde Bucal).

Valor do Contrato:937,00 mensais

Data da Assinatura: 13/02/2017

Vigência: 13/02/2017 a 31/12/2017

DEPARTAMENTO PESSOAL
ERRATA DO CONTRATO PESSOAL 022/2017

ERRATA DO CONTRATO PESSOAL Nº 022/2017

ERRATA

ERRATA DO CONTRATO Nº 022/2017- 17 DE MARÇO DE 2017, Publicada no DIARIO OFICIAL DA A.M.M Nº. 2.690, DE 17/03/2017.

Onde se lê: Contratado: Lioslandio Moreira da Silva

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Motorista de Veiculo Leve.

Valor do Contrato:937,00 mensais

Data da Assinatura: 10/02/2017

Vigência: 10/02/2017 a 31/12/2017

Leia-se:**Contratado: Cristiana Maria Leite**

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Técnico Administrativo.

Valor do Contrato:937,00 mensais

Data da Assinatura: 13/02/2017

Vigência: 13/02/2017 a 31/12/2017

DEPARTAMENTO PESSOAL
ERRATA DO CONTRATO PESSOAL 024/2017

ERRATA DO CONTRATO PESSOAL Nº 024/2017

ERRATA

ERRATA DO CONTRATO Nº 024/2017- 17 DE MARÇO DE 2017, Publicada no DIARIO OFICIAL DA A.M.M Nº. 2.690, DE 17/03/2017.

Onde se lê: Contratado: Maria Aparecida da Silva

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Atendente de Consultorio Dentário (Programa Saúde Bucal).

Valor do Contrato:937,00 mensais

Data da Assinatura: 13/02/2017

Vigência: 13/02/2017 a 31/12/2017

Leia-se: Contratado:Mysleiny Carolainy de Souza Menezes

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Agente Comunitário de Saúde(PCS).

Valor do Contrato:1.014,00 mensais

Data da Assinatura: 14/02/2017

Vigência: 14/02/2017 a 31/12/2017

DEPARTAMENTO PESSOAL
ERRATA DO CONTRATO PESSOAL 025/2017

ERRATA DO CONTRATO PESSOAL Nº 025/2017

ERRATA

ERRATA DO CONTRATO Nº 025/2017- 17 DE MARÇO DE 2017, Publicada no DIÁRIO OFICIAL DA A.M.M Nº. 2.690, DE 17/03/2017.

Onde se lê: Contratado:Mysleiny Carolainy de Souza Menezes

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Agente Comunitário de Saúde(PCS).

Valor do Contrato:1.014,00 mensais

Data da Assinatura: 14/02/2017

Vigência: 14/02/2017 a 31/12/2017

Leia-se: Contratado:Selma Bezerra Rocha Xavier

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Recepcionista.

Valor do Contrato:937,00 mensais

Data da Assinatura: 16/02/2017

Vigência: 16/02/2017 a 31/12/2017

DEPARTAMENTO PESSOAL
ERRATA DO CONTRATO PESSOAL 026/2017

ERRATA DO CONTRATO PESSOAL Nº 026/2017

ERRATA

ERRATA DO CONTRATO Nº 026/2017- 17 DE MARÇO DE 2017, Publicada no DIARIO OFICIAL DA A.M.M Nº. 2.690, DE 17/03/2017.

Onde se lê: Contratado:Selma Bezerra Rocha Xavier

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Recepcionista.

Valor do Contrato:937,00 mensais

Data da Assinatura: 16/02/2017

Vigência: 16/02/2017 a 31/12/2017

Leia-se: Contratado:Silvana Rodrigues dos Santos

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Técnico de Enfermagem.

Valor do Contrato:937,00 mensais

Data da Assinatura: 20/02/2017

Vigência: 20/02/2017 a 31/12/2017

DEPARTAMENTO PESSOAL
ERRATA DO CONTRATO PESSOAL 028/2017

ERRATA DO CONTRATO PESSOAL Nº 028/2017

ERRATA

ERRATA DO CONTRATO Nº 028/2017- 17 DE MARÇO DE 2017, Publicada no DIARIO OFICIAL DA A.M.M Nº. 2.690, DE 17/03/2017.

Onde se lê: Contratado:Vivian da Silva Gois

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Técnico de Enfermagem.

Valor do Contrato:937,00 mensais

Data da Assinatura: 01/03/2017

Vigência: 01/03/2017 a 31/12/2017

Leia-se: Contratado:David da Silva

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Técnico Administrativo.

Valor do Contrato:937,00 mensais

Data da Assinatura: 01/03/2017

Vigência: 01/03/2017 a 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL - L E I Nº 1.334/2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

L E I Nº 1.334/2017.

FIXA O ÍNDICE DE CORREÇÃO DA REVISÃO GERAL ANUAL DO SUBSÍDIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO DE SAPEZAL-MT PARA O ANO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da **Câmara Municipal de Sapezal,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei em especial pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Sapezal inciso XV, artigo 30, pela Lei Orgânica de Sapezal § 7º, artigo 36, bem como, pela Constituição do Estado de Mato Grosso § 7º, artigo 196 **PROMULGA** a seguinte:

L E I:

Art. 1º Esta lei fixa o índice de revisão geral anual do subsídio dos servidores públicos municipais do Poder Executivo de Sapezal/MT., no percentual de 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento) nos termos do art. 43 da Lei Municipal nº 1.035/2013.

Art. 2º A presente revisão tem efeito financeiro retroativo à 1º de março de 2017.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sapezal, aos doze dias do mês de abril do ano de 2017.

MÁRCIO JORGE BONIFÁCIO

Presidente - CMS

CAMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL - PORTARIA Nº 021/2017

PORTARIA Nº 021/2017

PRORROGA PRAZO DE CONCLUSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL PARA APURAR OS RESPONSÁVEIS PELAS AVARIAS APRESENTADAS NA ESTRUTURA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL.

MÁRCIO JORGE BONIFÁCIO, Presidente da Câmara Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica e considerando:

A solicitação do Senhor Presidente da Comissão de Tomada de Contas Especial, CTCE nº 005/2017, instaurada pela Portaria nº 008/2017, de 10 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, por mais 30 (trinta) dias, a contar de 17/04/2017, o prazo para conclusão da Tomada de Contas Especial, instaurada pela Portaria nº 008/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpre-se.

Câmara Municipal de Sapezal/MT., aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

MÁRCIO JORGE BONIFÁCIO

Presidente - CMS

CÂMARA MUNICIPAL EDITAL Nº 005/2017

EDITAL Nº 005/2017

CONCURSO PÚBLICO 001/2014

MÁRCIO JORGE BONIFÁCIO, Presidente da Câmara Municipal de Sapezal – MT., no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, convoca a candidata abaixo relacionada, para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresentarem os documentos necessários para nomeação e posse ao primeiro dia do mês de maio de 2017.

CONCURSO 001/2014

Cargo: 008 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO

COLOC.	NOTA	NOME CANDIDATO	INSCR.
3º	80.00	RAQUEL MARLI DA SILVA COSTA	00000000726

O não comparecimento ou a falta de apresentação dos documentos ensejará a desclassificação do candidato.

Sapezal/MT., aos 17 dias do mês de abril do ano de 2017.

Márcio Jorge Bonifácio

Presidente

RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017

EDITAL 015

A Comissão de Seleção de Pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

T O R N A R P Ú B L I C A

A DÉCIMA PRIMEIRA convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2017, conforme relação abaixo:

CARGO: TÉCN. DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (Monitor) 10 vagas

CLASSI.	Nome do Inscrito	NOTA	RESULTADO
39	ERLANDE MARTINS PEREIRA	8	APROVADO

CARGO: MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

Class.	Nome do Inscrito	PROVA TEÓRICA	PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
15	JOSE M. DE OLIVEIRA	5	10	7,5	APROVADO

A DÉCIMA PRIMEIRA Convocação dos candidatos aprovados, para manifestarem-se, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação do edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação da seguinte documentação exigida para sua contratação:

a) 01 foto 3x4 recente.

b) Cópias:

I. CPF, RG, Título de Eleitor e Carteira de Habilitação;

II. Certidão de Nascimento ou Casamento;

III. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

IV. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (autenticado);

V. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos

c) Declaração contendo: Endereço residencial; Telefone; n.º de **conta salário** na Caixa Econômica Federal; n.º do PIS/PASEP (modelo no DRH).

d) Certidão eleitoral, civil e criminal.

e) Declaração de bens (modelo no DRH)..

f) Declaração de não acúmulo de cargo público (modelo no DRH)..

g) Exame Médico Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

h) Certificado em Curso Especializado (motorista de transporte escolar), nos termos de regulamentação do CONTRAN- Conselho Nacional do Trânsito.

A falta de qualquer documento no ato da aceitação do cargo acarretará na desclassificação do candidato.

A relação completa dos candidatos convocados encontra-se no site: www.sapezal.mt.gov.br, por afixação no Paço Municipal João André Maggi e na Secretaria Municipal de Educação.

Sapezal, 17 de Abril de 2017.

Adriana Scopel Zanolla

Presidente da Comissão de Seleção da SEMECE

Portaria nº 025/2017

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

A comissão Permanente de Licitações do Município de Sapezal, instituída pela portaria 174/2017, torna publico para o conhecimento dos interessados o **REVOGAÇÃO** da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2017**, referente a contratação de empresa especializada em fornecimento de peças e mão de obra para realização de serviços de revisão do caminhão Mercedes Atronn Basculante de placa OBL 9122, pertence pertencente à frota de Secretaria de Viação e Obras do Município de Sapezal – MT, em decorrência da constatação de fato superveniente que frustra a justificativa da modalidade de Dispensa de Licitação, nos termos do art. 49 da Lei 8. 666/93.

Pelo exposto, toda esta Comissão, decide pela **REVOGAÇÃO** da Dispensa de Licitação nº 005/2017.

Sapezal, 18 de Abril de 2017.

Ana Elisa Montagner

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SAPEZAL - AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2016 - REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N° 060/2016.

MUNICÍPIO DE SAPEZAL

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2016

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N° 060/2016.

O Município de Sapezal – MT, torna público, para conhecimento dos interessados a **Adesão/Carona da Ata de Registro de Preço nº 050/2016, referente ao Pregão Eletrônico n° 060/2016, da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT,** tendo como objeto: **Prestação de Serviços de Arbitragem nas Competições Municipais, Regionais e Estaduais**, no **Valor total de R$ 25.550,00 (Vinte e Cinco Mil, Quinhentos e Cinquenta Reais),** tendo como detentora da referida Ata a empresa **C.W. SERVIÇOS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ nº **10.744.296/0001/09.**

Sapezal – MT, 18 de Abril de 2017.

Ana Elisa Montagner

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SAPEZAL - AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 111/2016 - REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N° 024/2016.

MUNICÍPIO DE SAPEZAL

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 111/2016

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N° 024/2016.

O Município de Sapezal – MT, torna público, para conhecimento dos interessados a **Adesão/Carona da Ata de Registro de Preço nº 111/2016, referente ao Pregão Presencial n° 024/2016, da Prefeitura Municipal de Sorriso - MT,** tendo como objeto: **Aquisição de Tintas**, no **Valor total de R$ 15.553,00 (Quinze Mil Quinhentos e Cinquenta e Três Reais),** tendo como detentora da referida Ata a empresa **PALMEIRA TINTAS LTDA - ME** inscrita no CNPJ nº **10.711.938/0001-73.**

Sapezal – MT, 18 de Abril de 2017.

Ana Elisa Montagner

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

ATA DE CONSTITUÍÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE SERRA NOVA DOURADA – MT

ATA DE CONSTITUÍÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE

SERRA NOVA DOURADA – MT

Ata de numero um, ás 14 horas e 34 minutos do dia onze de Abril de dois mil e dezessete, nas dependências da Secretária Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Indústria, localizada na Rua/Avenida Principal, Bairro Centro, Município de Serra Nova Dourada - MT, nº S/n , Estado do Mato Grosso, reuniram as pessoas denominadas na lista de presença anexa, para a criação do Presidente e membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Nova Dourada.

Com o propósito de conhecimento, influência e adquirir objetivos e benefícios para Agricultura Familiar no Município, todos os presentes decidiram que por unanimidade que o Conselho será constituído da seguinte forma:

Presidente e representante da Prefeitura Municipal: **John Cleber Coelho Rodrigues** (RG:928380 SSP/MT e CPF:659.052.701-72; Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Indústria)

Representante do Poder Legislativo Municipal: **Sérgio Bezerra de Araújo** (RG: 1461537-1 SSP/TO, CPF: 966.994.18.-49) Vereador

Representante de Associação dos Pequenos Produtores Rurais do P. A Roncador (CNPJ:03.268.003/0001-07) **Maria Alice Pereira Nogueira**.

Representante de Associação dos Pequenos Produtores Rurais do PDS Bordolandia (CNPJ:14.871.684/0001-01) **José Bispo Damasceno**.

Representante de Associação dos Pequenos Produtores Rurais do P. A Macife I (CNPJ:04.505.464/0001-00) **José Gonçalves de Oliveira**.

Representante de Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Serra Nova Figura II (CNPJ:01.364.918/0001-07) **Elson Farias de Sousa**.

O Senhor **John Cleber Coelho Rodrigues**, Presidente do conselho deu abertura aos trabalhos nomeando o **Elson Farias de Sousa**, para ser o secretário do Conselho e fazer as leituras, discussão e aprovação dos tópicos expostos, que depois de lido e discutido por todos os presentes, foi aprovado por unanimidade. E nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados e eu, Elson Farias de Sousa, lavrei esta ata, que lida, vai ser assinada por todos os presentes.

NOME: John Cleber Coelho Rodrigues

NOME: Sérgio Bezerra de Araújo

NOME: Elson Farias de Sousa

NOME: Maria Alice Pereira Nogueira

NOME: José Bispo Damasceno

NOME: José Gonçalves de Oliveira

NOME: Aleandro da Silva Costa

NOME: Karielly Roglin Barbosa

NOME: Hernane Rodrigues Batista

NOME: Maria Firmino Gonçalves

NOME: Núbia Marciano Nogueira

NOME:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 907/2017

DATA: 11 de abril de 2017

SÚMULA: Designa a servidora LUCÉLIA BALDASSO ROMERO para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 104/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora LUCÉLIA BALDASSO ROMERO, matrícula nº 8090 para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 104/2017, oriunda do Pregão Presencial nº 005/2017 – SRP 005/2017, referente à *"Aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde".*

Art. 2º. Fica designado para atuar como suplente, em caso de férias e/ou afastamento do titular, o servidor Luiz Carlos Dilkin, matrícula nº 3079.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 906/2017

DATA: 11 de abril de 2017

SÚMULA: Designa a servidora LUCÉLIA BALDASSO ROMERO para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 103/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora LUCÉLIA BALDASSO ROMERO, matrícula nº 8090 para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 103/2017, oriunda do Pregão Presencial nº 005/2017 – SRP 005/2017, referente à *"Aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde".*

Art. 2º. Fica designado para atuar como suplente, em caso de férias e/ou afastamento do titular, o servidor Luiz Carlos Dilkin, matrícula nº 3079.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 905/2017

DATA: 11 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 060/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 060/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 053/2016 – SRP 129/2016, referente à *"Contratação de empresa especializada em manutenção de aparelhos condicionadores de ar, para atender às necessidades das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Leonir Bazzi de Morais, matrícula nº 12836 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

II – Claudinei Alves dos Santos, matrícula nº 12660 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

III – Daniel Jose Sepi de Lima, matrícula nº 7230 – Secretaria Municipal de Administração;

IV – Fabiano Trindade, matrícula nº 5627 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 904/2017

DATA: 11 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 059/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 059/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 053/2016 – SRP 129/2016, referente à *"Contratação de empresa especializada em manutenção de aparelhos condicionadores de ar, para atender às necessidades das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Leonir Bazzi de Morais, matrícula nº 12836 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

II – Claudinei Alves dos Santos, matrícula nº 12660 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

III – Daniel Jose Sepi de Lima, matrícula nº 7230 – Secretaria Municipal de Administração;

IV – Fabiano Trindade, matrícula nº 5627 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 806/2017

DATA: 03 de abril de 2017

SÚMULA: Revoga a Portaria nº. 604/2017, de 15 de março de 2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Revogar a Portaria nº. 604/2017, de 15 de março de 2017, que "*Instaura Processo Administrativo Sancionador – PAS envolvendo a empresa PISOFORTE CONSTRUTORA LTDA participante da Tomada de Preço nº 03/2016 e detentora do Contrato nº 045/2016*.".

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 03 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 903/2017

DATA: 11 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 058/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 058/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 053/2016 – SRP 129/2016, referente à *"Contratação de empresa especializada em manutenção de aparelhos condicionadores de ar, para atender às necessidades das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Leonir Bazzi de Morais, matrícula nº 12836 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

II – Claudinei Alves dos Santos, matrícula nº 12660 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

III – Daniel Jose Sepi de Lima, matrícula nº 7230 – Secretaria Municipal de Administração;

IV – Fabiano Trindade, matrícula nº 5627 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 902/2017

DATA: 11 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 039/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 039/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 048/2016 – SRP 121/2016, referente à *"Aquisição de Materiais de expediente, para atender às necessidades das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Evandro Jose Heck, matrícula nº 4356 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

II – Leidiane L. Vargas Silva, matrícula nº 8723 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

III – Claudinei Alves dos Santos, matrícula nº 12660 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

IV – Cleudi Marilene Rohden, matrícula nº 8294 – Secretaria Municipal de Administração;

V – Lucimar Gomes de Queiroz Cenedese, matrícula nº 6569 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

IV – Lucélia Baldasso Romero, matrícula nº 8090 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 901/2017

DATA: 11 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 038/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 038/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 048/2016 – SRP 121/2016, referente à *"Aquisição de Materiais de expediente, para atender às necessidades das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Evandro Jose Heck, matrícula nº 4356 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

II – Leidiane L. Vargas Silva, matrícula nº 8723 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

III – Claudinei Alves dos Santos, matrícula nº 12660 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

IV – Cleudi Marilene Rohden, matrícula nº 8294 – Secretaria Municipal de Administração;

V – Lucimar Gomes de Queiroz Cenedese, matrícula nº 6569 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

IV – Lucélia Baldasso Romero, matrícula nº 8090 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 914/2017

DATA: 12 de abril de 2017

SÚMULA: Designa a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 109/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA, matrícula nº 7218, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 109/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2017, referente à *"Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o ano letivo de 2017, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura"*.

Art. 2º. Fica designado para atuar como suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Sônia P. A. Fernandes, matrícula nº 6202.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 063/2017

DATA: 12 de abril de 2017

SÚMULA: Nomeia os membros para comporem a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI, e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e especialmente para atender o que dispõe o Decreto nº 042/2016, de 07 de março de 2016;

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI, que funcionará junto à Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos - STTU, os seguintes membros:

I – Representante com Conhecimento na Área de Trânsito:

a) Cláudio Alves Ramos de Souza – titular;

Suplente: Acir de Lima Pinto

II – Representante da Sociedade Civil Organizada Ligado à Área de Trânsito:

a) Paschoal Gimenes Hidalgo – titular;

Suplente: Manoel Agostinho do Nascimento Júnior

III – Representante da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos

a) Sônia da Silva – ***Presidente***

Suplente: Márcia Cristina Aparecida Tadeu Nunes de Figueiredo

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 038/2017, de 17 de março de 2017.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

MAURO SÉRGIO GARCIA

Secretário Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 912/2017

DATA: 12 de abril de 2017

SÚMULA: Designa a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 107/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA, matrícula nº 7218, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 107/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2017, referente à *"Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o ano letivo de 2017, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura".*

Art. 2º. Fica designado para atuar como suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Sônia P. A. Fernandes, matrícula nº 6202.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 900/2017

DATA: 11 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 037/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 037/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 048/2016 – SRP 121/2016, referente à *"Aquisição de Materiais de expediente, para atender às necessidades das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Evandro Jose Heck, matrícula nº 4356 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

II – Leidiane L. Vargas Silva, matrícula nº 8723 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

III – Claudinei Alves dos Santos, matrícula nº 12660 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

IV – Cleudi Marilene Rohden, matrícula nº 8294 – Secretaria Municipal de Administração;

V – Lucimar Gomes de Queiroz Cenedese, matrícula nº 6569 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

IV – Lucélia Baldasso Romero, matrícula nº 8090 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

GABINETE
ERRATA DO DECRETO N° 058/2017

Publicado no Jornal Oficial AMM de 17/04/2017, Página: 276 – Edição nº. 2.710.

ONDE SE LÊ:

"Art. 1º. Fica autorizada o aumento da carga horária, de **20** para 40 horas semanais, da servidora abaixo especificada, nos termos do artigo 20-B da Lei nº 1604/2011, alterada pela Lei nº. 1705/2012, conforme segue:"

LEIA-SE:

"Art. 1º. Fica autorizada o aumento da carga horária, de **10** para 40 horas semanais, da servidora abaixo especificada, nos termos do artigo 20-B da Lei nº 1604/2011, alterada pela Lei nº. 1705/2012, conforme segue:"

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2017 SRP Nº 14/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT** torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 03 elevadores, sendo (02) hidráulicos e (01) um elétrico, com fornecimento de peças, para tender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**. ENVIO DE PROPOSTAS: 19/04/2017, a partir das 09h00min (horário de Brasília/DF) até às 08h45min (horário de Brasília/DF) do dia 03/05/2017. ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 03/05/2017 às 09h00min (horário de Brasília/DF). REALIZAÇÃO: por meio do site www.**portaldecompraspublicas.com**.br. INTEGRA DO EDITAL: *www.portaldecompraspublicas.com.br* e www.sinop.mt.gov.br/transparencia. Informações: (66) 3517-5298/3520-7272/3520-7523. **Sinop/MT, 17 de abril de 2017.**

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira - Portaria nº 379/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2017 SRP Nº 15/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Aquisição de compressa de gaze hidrófila estéril 7,5X7,5 cm, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**. ENVIO DE PROPOSTAS: 19/04/2017, a partir das 09h00min (horário de Brasília/DF) até às 08h45min (horário de Brasília/DF) do dia 03/05/2017. ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 03/05/2017 às 09h00min (horário de Brasília/DF). REALIZAÇÃO: por meio do site *www.portaldecompraspublicas.com.br*. INTEGRA DO EDITAL: *www.portaldecompraspublicas.com.br* e www.sinop.mt.gov.br/transparencia. Informações: (66) 3517-5298/3520-7272/3520-7523.

Sinop/MT, 17 de abril de 2017.

MARCELLO PAVAN

Pregoeiro - Portaria nº 379/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 921/2017

DATA: 13 de abril de 2017

SÚMULA: Retifica termos da Portaria nº. 977/2016, de 12 de setembro de 2016.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Retificar termos da Portaria nº. 977/2016, de 12 de setembro de 2016:

Onde se lê:

MATRIC.	NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO
8413	CAMILA SOUZA SILVA	COORDENADOR PEDAGÓGICO	**EMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS**

Leia-se:

MATRIC.	NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO
8413	CAMILA SOUZA SILVA	COORDENADOR PEDAGÓGICO	**EMEI ALVORADA**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 13 de abril de 2017

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 899/2017

DATA: 11 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 036/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 036/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 048/2016 – SRP 121/2016, referente à *"Aquisição de Materiais de expediente, para atender às necessidades das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Evandro Jose Heck, matrícula nº 4356 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

II – Leidiane L. Vargas Silva, matrícula nº 8723 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

III – Claudinei Alves dos Santos, matrícula nº 12660 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

IV – Cleudi Marilene Rohden, matrícula nº 8294 – Secretaria Municipal de Administração;

V – Lucimar Gomes de Queiroz Cenedese, matrícula nº 6569 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

IV – Lucélia Baldasso Romero, matrícula nº 8090 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 909/2017

DATA: 11 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 104/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 104/2017, oriunda do Pregão Presencial nº 005/2017 – SRP 005/2017, referente à *"Aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender às necessidades das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Maria Madalena Ferdinando Varea, matrícula nº 7332 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

II – Sonia Sousa Silva, matrícula nº 4902 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

III – Cleudi Marilene Rohden, matrícula nº 8294 – Secretaria Municipal de Administração;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 920/2017

DATA: 12 de abril de 2017

SÚMULA: Designa o servidor EDELSON GOMES PEREIRA para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 105/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor EDELSON GOMES PEREIRA, matrícula nº 4787, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 105/2017, oriunda do Pregão Presencial nº 004/2017 – SRP nº 004/2017, referente à *"Aquisição de pedra e pedrisco, para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos".*

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 908/2017

DATA: 11 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 103/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 103/2017, oriunda do Pregão Presencial nº 005/2017 – SRP 005/2017, referente à *"Aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender às necessidades das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Maria Madalena Ferdinando Varea, matrícula nº 7332 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

II – Sonia Sousa Silva, matrícula nº 4902 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

III – Cleudi Marilene Rohden, matrícula nº 8294 – Secretaria Municipal de Administração;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 894/2017

DATA: 10 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Gestor de Frotas.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Gestor de Frotas.

I. Manoel Agostinho do Nascimento Junior – matrícula: 3764, Secretaria Municipal de Administração

II. Paulo Rogério da Silva – matrícula: 6677, Secretaria Municipal de Saúde

III. Lucimar Gomes de Queiroz Cenedese – matrícula: 6569, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

IV. Camila Rodrigues De Souza – matrícula: 11763, Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

V. Laudete Novelli – matrícula: 12764, Secretaria Municipal de Transito e Transporte Urbano;

VI. Marielle Vargas Simm – matrícula: 12665, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

VII. Mirian Tobaldini Estadulho – matrícula: 12824, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

VIII. Manoel Agostinho do Nascimento Junior – matrícula: 3764, Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento;

IX. Manoel Agostinho do Nascimento Junior – matrícula: 3764, Secretaria de Governo e Projetos Estratégicos e Gabinete;

X. Alcides Board - matrícula: 1479, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

Art. 2º. Compete aos servidores no desempenho de suas funções a responsabilidade de coletar os seguintes dados:

I – Controlar a frota a partir da Planilha de Bordo, saída/chegada/local para o qual pretende se deslocar/km saída/km chegada/verificação de itens obrigatórios, etc;

II – Manter identificado todos os Veículos Oficiais;

III – Acompanhar e solicitar os empenhos de Combustível, junto ao Setor De Compras;

IV – Fornecer estimativo para demanda de licitação para o Setor de Planejamento;

V – Gerenciar e controlar os saldos de combustível para os veículos;

VI – Receber, conferir e atestar *NFs* do Combustível;

VII – Enviar Notas Fiscais para Pagamento;

VIII - Fazer recebimento das *NFs* No Sistema *ESTOQUENET*;

IX - Efetuar o processamento (Saída) do combustível no Sistema Estoquenet;

X - Enviar mensalmente ao Setor de Contabilidade relatório com as movimentações do estoque (Entrada e Saída)

XI - Realizar a gestão da manutenção da frota preventiva e corretiva;

XII - Efetuar lançamento das Manutenções no Sistema *ESTOQUENET*;

XIII - Realizar o controle das obrigações do veículo (licenciamento e seguro anual);

XIV - Solicitar pagamento das Taxas dos Veículos (licenciamento e seguro anual, etc.);

XV - Indicar motorista que comete infração de trânsito;

XVI - Realizar o controle do vencimento das CNH's dos motoristas pertencentes à secretaria;

XVII - Solicitar inclusão de motoristas no sistema para poder abastecer;

XVIII - Manter arquivo dos documentos comprobatórios do consumo de combustível e da manutenção da frota;

XIX - Encaminhar veículo para destinação final após verificação, situação do bem, (Inservível, Desusos);

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 03 de abril de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 10 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 895/2017

DATA: 10 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Gestor de Patrimônio.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Gestor de Patrimônio.

I. Silvia Regina Dos Santos – matrícula: 2946, Secretaria Municipal de Administração

II. Everaldo Da Silva Xavier – matrícula: 2484, Secretaria Municipal de Saúde

III. Lucimar Gomes de Queiroz Cenedese – matrícula: 6569, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

IV. Patrícia Karina Comiran – matrícula: 9825, Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

V. Laudete Novelli – matrícula: 12764, Secretaria Municipal de Transito e Transporte Urbano;

VI. Marielle Vargas Simm – matrícula: 12665, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

VII. Edson Borges de Aguiar – matrícula: 7188, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

VIII. Silvia Regina dos Santos – matrícula: 2946, Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento;

IX. Silvia Regina dos Santos – matrícula: 2946, Secretaria de Governo e Projetos Estratégicos e Gabinete;

X. Ademis da Silva Fernandes - matrícula: 7557, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

Art. 2º. Compete aos servidores no desempenho de suas funções a responsabilidade de coletar os seguintes dados:

I – Receber e enviar as requisições de Material Permanente para os fornecedores, com dados para entrega, solicitação de certidões e demais exigências;

II – Fazer gerenciamento dos pedidos, acompanhado o cumprimento dos prazos de entrega, e notificando o Setor competente em caso de descumprimento (Contratos);

III – Receber e conferir os Bens, observando as clausula da Ata e/ou Contrato;

IV – Atestar e Encaminhar as NFs para pagamento;

V – Acompanhar e auxiliar na identificação Patrimonial dos Bens;

VI – Elaborar Termo de Entrega dos Bens Novos e encaminhar ao Patrimônio Central (Sec. De Administração);

VII – Elaborar termo de Transferência de Bens e encaminhar ao Patrimônio Central (Sec. De Administração);

VIII - Comunicar ao Patrimônio Central em caso de roubo, furto de bens;

IX - Encaminhar os Bens Inservíveis, Obsoletos, etc. ao Patrimônio Central.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 03 de abril de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 10 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 896/2017

DATA: 11 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 033/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 033/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 048/2016 – SRP 121/2016, referente à *"Aquisição de Materiais de expediente, para atender às necessidades das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Evandro Jose Heck, matrícula nº 4356 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

II – Leidiane L. Vargas Silva, matrícula nº 8723 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

III – Claudinei Alves dos Santos, matrícula nº 12660 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

IV – Cleudi Marilene Rohden, matrícula nº 8294 – Secretaria Municipal de Administração;

V – Lucimar Gomes de Queiroz Cenedese, matrícula nº 6569 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

IV – Lucélia Baldasso Romero, matrícula nº 8090 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 897/2017

DATA: 11 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 034/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 034/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 048/2016 – SRP 121/2016, referente à *"Aquisição de Materiais de expediente, para atender às necessidades das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Evandro Jose Heck, matrícula nº 4356 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

II – Leidiane L. Vargas Silva, matrícula nº 8723 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

III – Claudinei Alves dos Santos, matrícula nº 12660 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

IV – Cleudi Marilene Rohden, matrícula nº 8294 – Secretaria Municipal de Administração;

V – Lucimar Gomes de Queiroz Cenedese, matrícula nº 6569 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

IV – Lucélia Baldasso Romero, matrícula nº 8090 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 898/2017

DATA: 11 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 035/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 035/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 048/2016 – SRP 121/2016, referente à *"Aquisição de Materiais de expediente, para atender às necessidades das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Evandro Jose Heck, matrícula nº 4356 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

II – Leidiane L. Vargas Silva, matrícula nº 8723 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

III – Claudinei Alves dos Santos, matrícula nº 12660 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

IV – Cleudi Marilene Rohden, matrícula nº 8294 – Secretaria Municipal de Administração;

V – Lucimar Gomes de Queiroz Cenedese, matrícula nº 6569 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

IV – Lucélia Baldasso Romero, matrícula nº 8090 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
RESOLUÇÃO Nº 037/2017/CMS

Sinop-MT, 17 de abril de 2017.

O Conselho Municipal de Saúde de Sinop, **Mato Gr**osso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica da Saúde nº. 8080/1990 e a Lei Municipal n º 2268/15, de 21 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a criação, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Sinop/MT – CMSS/MT; e

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar Resolução nº. 037/2017, *Ad Referendum* conforme Regimento Interno, Artigo 3°, Inciso 3º, Alínea b, substituindo o Clube de Mães

conforme oficio recebido em 13 de abril de 2017, solicitando desligamento de representatividade no Conselho Municipal de Saúde de Sinop/MT, por Associação de Senhoras de Rotarianos – Casa da Amizade, em conformidade com a composição paritária.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Cumpra-se e Publique-se.

Sinop–MT, 17 de abril de 2017.

Marcos Antonio Saltareli

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2414/2017

DATA: 13 de abril de 2017

SÚMULA: Institui o pagamento de "Gratificação por Produtividade" aos servidores públicos efetivos que menciona e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica instituído aos servidores públicos efetivos, ocupantes dos cargos públicos abaixo relacionados, o pagamento de Gratificação por Produtividade:

I – Fiscal Tributário;

II – Fiscal de Obra;

III – Fiscal Sanitário.

Art. 2º. O pagamento da Gratificação por Produtividade será realizado mensalmente aos servidores públicos previstos no art. 1º, em atividade e exercício na função correspondente ao seu cargo, conforme parâmetros previstos nesta Lei.

§1º. Receberá pagamento de Gratificação por Produtividade o servidor público que atingir o mínimo de 100 (cem) cotas mensais.

§2º. O percentual de 100% (cem por cento) será pago em função do atingimento de 750 (setecentos e cinquenta) cotas mensais.

§3º. Caso não sejam atingidos os 100% (cem por cento), os fiscais receberão o valor correspondente ao percentual de cotas atingido.

§4º. Para obtenção do valor a ser pago, será calculado o percentual descrito no parágrafo anterior multiplicado pelo vencimento padrão.

Art. 3º. Quando houver excedente do limite de 750 (setecentos e cinquenta) cotas mensais, as mesmas serão creditadas em conta especial, para utilização, quando o servidor entrar em gozo de férias, não podendo exceder o limite de 100% (cem por cento) sobre o vencimento padrão.

Parágrafo único. O excedente obtido durante o ano expirará ao final do período aquisitivo das férias.

Art. 4º. A gratificação de produtividade de que trata a presente Lei, integra a remuneração para fins de concessão de férias e 1/3 (um terço) das férias, do 13º (décimo terceiro) salário, ou qualquer outro adicional ou gratificação.

§1º. É vedado qualquer desconto sobre a parcela referente à Gratificação por Produtividade, exceto para fins de cálculo e desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF e incidência de teto remuneratório.

§2º. É facultado ao servidor solicitar por escrito à Administração que efetue os descontos previdenciários sobre o valor da produtividade, conforme os predicamentos estabelecidos pela Lei nº 2295/2016, de 13 de abril de 2016, que trata da Previdência Municipal.

§3º. Quando o servidor investido no cargo de fiscal for, por iniciativa da Administração, requisitado para exercer outras funções administrativas, o mesmo fará jus de, no mínimo, o valor do último repasse mensal recebido referente à produtividade atingida, independentemente do período de afastamento, sem prejuízo ao corpo de fiscalização.

§4º. O disposto no parágrafo anterior será aplicado inclusive em casos de afastamentos por motivos inerentes ao desejo do quadro de fiscais ou da Administração, tais como períodos de resguardo para tratamento de saúde, cursos de aprimoramento na área fiscal e outros eventos não previstos que serão enquadrados neste parágrafo, segundo julgamento do Chefe imediato da Fiscalização.

Art. 5º. Serão considerados para fins da presente Lei, somente as atividades que se iniciem com Ordem de Serviço, devidamente assinada pelo chefe imediato do servidor, ou as que, obedecida a legislação pertinente, forem desenvolvidas sem autorização do chefe imediato, mas que forem devidamente comprovadas mediante documentação.

§1º. As atividades exercidas fora do horário de expediente terão o controle do superior imediato dos servidores.

§2º. As ordens de serviços serão distribuídas proporcionalmente entre os servidores de que trata a presente Lei, sendo vedados quaisquer outros procedimentos que venham resultar em disparidade de distribuição dos serviços.

Art. 6º. A idoneidade ou falsidade de dados constantes de relatórios, documentos, notificações, autos de infração e intimações, que venham proporcionar vantagem ao autor do procedimento, implicará em responsabilidade funcional, punível nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e ainda, o desconto em dobro da vantagem auferida, sobre seu vencimento padrão, após certeza de autoria apurada mediante processo administrativo disciplinar, que assegure ao acusado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 7º. O adicional de produtividade será creditado em folha de pagamento no mês subsequente ao da geração do respectivo direito, mediante planilha quantificada e assinada pelo servidor, em conjunto com o seu chefe imediato, devendo a mesma ser encaminhada à Secretaria Municipal de Administração até no máximo o 10º (décimo) dia útil de cada mês.

Art. 8º. A Administração Pública Municipal poderá adotar aos servidores previstos no art. 1º o regime de escala e plantão, inclusive para finais de semana, feriados e recessos administrativos.

Parágrafo único. A tabela de escala ou plantão será organizada pelo chefe imediato, de acordo com a proporcionalidade dos servidores públicos efetivos disponíveis.

Art. 9º. Em caso de reformulação ou alteração desta Lei será criada uma comissão com 05 (cinco) integrantes, tendo obrigatoriamente 03 (três) representantes eleitos pelos servidores constantes do art. 1º, e 02 (dois) indicados pela Administração Pública Municipal, para definir os novos critérios a serem adotados, sem prejuízo dos ora em vigor.

Art. 10. O descritivo das atividades e as respectivas cotas para cálculo da Gratificação por Produtividade serão definidos de acordo com os Anexos I, II e III da presente Lei.

Art. 11. A Gratificação por Produtividade não incorporará no vencimento do servidor efetivo para fins de aposentadoria, servindo apenas para a média contributiva conforme Art. 73 e seus parágrafos da Lei nº 2295/2016, de 13 de abril de 2016.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 661/2001, de 18 de dezembro de 2001, a Lei nº 902/2006, de 30 de março de 2006, e o Capítulo LIV – DO PROGRAMA DE PRODUTIVIDADE, compreendido dos artigos 390 ao 399 da Lei Complementar nº 096/2013, de 18 de dezembro de 2013.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 13 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

ANEXOS I

FISCAIS TRIBUTÁRIOS

Item	Roteiro de Atividade	Número De Pontos
I	Apreensão por Auto lavrado	15
II	Auto por Infração por Termo Lavrado	20
III	Central de ISSQN – Aprovação de Cadastro	15
IV	Central de ISSQN – Aprovação de Nota Fiscal	15
V	Central de ISSQN – Cancelamento/Exclusão	15
VI	Lacre de Portaria	25
VII	Lançamento no Simples Nacional – inclusão e exclusão	10
VIII	Levantamento de logradouro com Notificação – Sem alvará de localização e funcionamento	50
IX	Levantamento Fiscal Baixa Complexidade	30
X	Levantamento Fiscal Média Complexidade	60
XI	Levantamento Fiscal Alta Complexidade	120
XII	Notificação referente ISSQN com aumento de receita	30
XIII	Notificação referente ISSQN com aumento de receita e atualização cadastral	20
XIV	Notificação referente à tributos com aumento de receita	15
XV	Notificação Simples	10
XVI	Parecer Fiscal de Impugnação Baixa Complexidade	15
XVII	Parecer Fiscal de Impugnação Média Complexidade	25
XVIII	Parecer Fiscal de Impugnação Alta Complexidade	50
XIX	Parecer Fiscal Diverso	15
XX	Parecer para paralisação, suspensão e baixa de empresa/baixa complexidade	15
XXI	Parecer para paralisação, suspensão e baixa de empresa/média complexidade	25
XXII	Parecer para paralisação, suspensão e baixa de empresa/alta complexidade	50
XXIII	Plantões Semanais	250
XXIV	Serviço Interno / Fiscalização e Central do ISSQN	10
XXV	Taxa de Vistoria e Fiscalização/ Urbana	15
XXVI	Taxa de Vistoria e Fiscalização/ Rural	25
XXVII	Vistoria para verificação do ISSQN para liberar o “Habite-se”	30
XXVIII	Vistoria de Alvará de Localização e Funcionamento - urbana	15
XXIX	Vistoria de Alvará de Localização e Funcionamento - rural	25
XXX	Vistoria de Avaliação do IPTU	15
XXXI	Vistoria de Avaliação do ITBI	25
XXXII	Vistoria ITR	25
XXXIII	Vistoria SEBRAE – MEI/Análise da localização e Funcionamento	10

ANEXOS II

FISCAIS DE OBRAS

Item	Roteiro de Atividade	Número De Pontos
I	Vistoria de Construção e ISSQN com assunto de Receita	05
II	Vistoria de Construção	05
III	Vistoria de Habite-se	10
IV	Plantão Interno	40
V	Notificação de Obra	05
VI	Vistoria de Embargo	10

VII	Auto de Infração	10
VIII	Plantão	40
IX	Levantamento de área construída para IPTU sequencial	01
X	Levantamento de área construída para IPTU esporádico	03
XI	Atividades extraordinárias que ocorram por 08 (oito) horas fora da função de fiscal por convocação da chefia imediata em dias úteis	40

ANEXOS III

FISCAIS SANITÁRIOS

Item	Roteiro de Atividade	Número De Pontos
I	Inspeção Sanitária / Reinspeção Sanitária	30
II	Termo de Compromisso	15
III	Laudo Técnico (Levantamento Sanitário Escolar)	20
IV	Termo de Apreensão	10
V	Termo de Notificação	15
VI	Auto de Infração (Multa)	25
VII	Termo de Interdição Cautelar	30
VIII	Inspeção de veículos para transportes e/ou atendimento de doentes	25
IX	Cadastramento de estabelecimentos	15
X	Monitoramento de piscinas e pontos de rede	05
XI	Coleta de Amostra de produtos/substâncias	30
XII	Análise de projeto em serviço de saúde	35
XIII	Palestras Educativas em escolas, grupos de serviços, associações	25
XIV	Treinamento de manipuladores de alimentos	28
XV	Emissão de relatório técnico	25

ANEXO VI - GERAÇÃO DE DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO					
DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (Artigo 16 da Lei Complementar 101/2000)					
DESCRIÇAO DO EVENTO: Integração de produtividade ao 13º Salário dos Fiscais de Obras.					
CRIAÇÃO:	EXPANSÃO	APERFEIÇOAMENTO X			
Art. 169, § 1º, I da CF1					
Ato que aumenta a despesa:					
( ) criação de cargos ou funções;					
( ) admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título;					
(X) concessão de qualquer vantagem;					
( ) aumento de remuneração;					
( ) alteração de estrutura de carreiras					
Descrição do ato: Integração de produtividade ao 13º Salário dos Fiscais de Obras					
1 Art. 169					
§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:					
I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender ás projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;					
A) DESPESA COM PESSOAL DO ÓRGÃO, PROJETADA ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO, SEM CONSIDERAR O AUMENTO PRETENDIDO					
Descrição por Elemento de Despesa	**Valor Total da Despesa Atualizada R$**				
3190.	5.312.489,74				
3191.	270.494,16				
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL	5.582.983,90				
MEMÓRIA DE CÁLCULO: Base valor da folha de pagamento do Gabinete do Prefeito no mês de janeiro de 2017 (R$ 430.858,86) vezes 12,33 (folha de fevereiro a dezembro + 13º salário e 1/3 de férias para as obrigações patronais RPPS também a base é fevereiro de 2017 (R$ 22.541,18) multiplicado por doze folhas (fevereiro a dezembro e 13º salário) que resultou em uma folha projetada para o Gabinete do Prefeito de R$ 5.582.983,90					
I. ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO					
Art. 16, I e § 2º da LRF					
B) DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM PESSOAL EXPANDIDAS					
Descrição das despesas expandidas por modalidade de aplicação	**2017**	**2018**	**2019**	**Total da Despesa Aumentada no Período**	
3190.	11.679,02	12.226,77	12.800,20	36.705,99	
3191.	-	-	-	-	
Total das Despesas	**11.679,02**	**12.226,77**	**12.800,20**	**36.705,99**	
MEMÓRIA DE CÁLCULO:					

Para o ano de 2017: Base valor da Folha do mês de janeiro 2017 (R$ 11.679,02) dos Fiscais de Obras, sendo a proposta do Presente Projeto de Lei a Integração da Produtividade de 100% no 13º salário.				
Para o ano de 2018: Base valor da Folha do mês de janeiro de 2017 (R$ 11.679,02) dos Fiscais de Obras mais (547,75) referente ao acréscimo do INPC acumulado dos últimos 12 meses - fevereiro de 2017 (4,69%).				
Para o ano de 2018: Base valor da projetado da integração da Produtividade no 13º salário para 2018 dos Fiscais de Obras (R$ 12.226,77) mais (573,43) referente ao acréscimo do INPC acumulado no mês de fevereiro de 2017 (4,69%).				
C) DEMONSTRATIVO DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL APÓS A NOMEÇÃO PARA AS VAGAS OFERTADAS, ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (A + B)				
Descrição por Modalidade de Aplicação:	**Valor**			
3190.	5.324.168,76			
3191.	270.494,16			
TOTAL	**5.594.662,92**			
Observação: Quando as despesas oriundas das contratações provenientes de concurso público não representarem aumento de despesas, e sim, substituição dos servidores contratados, o gestor deve demonstrar quais são os cargos a serem substituídos pela nova contratação, com as seguintes informações: relacionar os cargos, com o número de ocupações e o valor da despesa total com esses contratados.				
Da mesma forma, evidenciar o valor das nomeações.				
Art. 169, §1º, I da CF1				
Art. 17, § 1º da LRF				
D) DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O CUSTEIO DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL				
Descrição do evento: Integração de produtividade ao 13º salário dos Fiscais de Obras.	**2017** (Exercício que entra em vigor)	**Total**		
D) Valor Existente na Dotação para despesa com pessoal do órgão 2 (valor aprovado/atualizado no orçamento)	6.251.504,98	6.251.504,98		
Nota Explicativa: Orçamento atualizado do Gabinete do Prefeito para 2017 destinado a despesas de pessoal no montante de R$ 6.251.504,98 sendo o orçamento inicial, deduzidos a folha de janeiro (R$ 6.834.892 - R$ 583.387,02)				
Art. 17, § 2º e § 4º da LRF				
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O CUSTEIO DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL				
Descrição do evento: Integração de produtividade ao 13º salário dos Fiscais de Obras.	**2017 (**exercício que entra em vigor)	**2018** (1º Exercício subsequente)	**2019** (2º Exercício subsequente)	**Total**
Previsão de Aumento da Arrecadação Municipal (Receita Corrente Líquida)		12.226,77	12.800,20	25.026,97
Redução de Despesas de Caráter Continuado órgão 3				
Nota Explicativa 1: Exercício de 2017: Orçamento ATUALIZADO até Janeiro 2017 do Gabinete do Prefeito destinado a despesas com pessoal e encargos sociais R$ 6.251.504,98 (seis milhões duzentos e cinquenta e um mil quinhentos e quatro reais e noventa e oito centavos).Conforme metodologia de cálculo apresentada no presente anexo a projeção das despesas com pessoal, foi considerada a folha mensal de janeiro/2017 de R$ 5.582.983,90 (cinco milhões quinhentos e oitenta e dois mil novecentos e oitenta e três reais e noventa centavos). Também foi utilizado como base de cálculo a Folha do mês de janeiro, pois a Folha do mês de fevereiro não apresenta o quadro completo do Funcionalismo Municipal uma vez que estava aguardando alteração na estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Sinop, Lei nº 2407 de 27/02/17. A Integração da Produtividade ao 13º Salário dos Fiscais de obras ira gerar um impacto de 11.679,02 (onze mil seiscentos e setenta e nove reais e dois centavos), portanto a Previsão orçamentária ATUALIZADA para o exercício de 2017 cobre o impacto gerado pela presente proposta.				
Nota Explicativa 2: Exercícios de 2018 e 2019: As Receitas Correntes têm uma margem de crescimento ano a ano em função da expansão da economia, da taxa inflacionária e do crescimento vegetativo do Município. Nas projeções de receitas deve ser observado o disposto no art. 12 da LRF. E ainda nas previsões de despesas para os exercícios de 2018 e 2019 havendo a necessidade serão reduzidas as previsões com investimentos para atender a nova despesa gerada.				
Sinop-MT, 13 de abril de 2017	**Assinatura Solicitante da Despesa Rosana Martinelli**	**Assinatura Secretária Munic. de Planejamento, Finanças e Orçamento**	**Assinatura Ordenador de Despesas Rosana Martinelli**	
2 Para possibilitar no exercício corrente o aumento da despesa com pessoal disposto no item B, o valor do item D tem que ser igual ou maior que o item C.				
3 A coluna que trata do exercício que entra em vigor a despesa somente será preenchida caso o orçamento não seja suficiente para sua cobertura				
Declaro para todos os fins, em conformidade com o exposto acima, que para o orçamento fiscal vigente há previsão de recursos suficientes para atender as despesas geradas, objeto deste Projeto de Lei e que para os 02 (dois) anos subsequentes estaremos alocando os recursos necessários para atendê-las. Declaramos também que as mesmas são compatíveis com o PPA e com a LDO.				
Sinop-MT, 13 de abril de 2017				
Rosana Martinelli				
Prefeita Municipal				

ANEXO VI - GERAÇÃO DE DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO
DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (Artigo 16 da Lei Complementar 101/2000)

DESCRIÇAO DO EVENTO: Integração de produtividade ao 13º Salário dos Fiscais Tributários.				
CRIAÇÃO:	EXPANSÃO	APERFEIÇOAMENTO X		
Art. 169, § 1º, I da CF1				
Ato que aumenta a despesa:				
( ) criação de cargos ou funções;				
( ) admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título;				
(X) concessão de qualquer vantagem;				
( ) aumento de remuneração;				
( ) alteração de estrutura de carreiras				
Descrição do ato: Integração de produtividade ao 13º salário dos Fiscais Tributários				
1 Art. 169				
§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:				
I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender ás projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;				
A) DESPESA COM PESSOAL DO ÓRGÃO, PROJETADA ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO, SEM CONSIDERAR O AUMENTO PRETENDIDO				
Descrição por Elemento de Despesa	**Valor Total da Despesa Atualizada R$**			
3190.	4.634.455,15			
3191.	333.877,80			
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL	4.968.332,95			
MEMÓRIA DE CÁLCULO: Base valor da folha de pagamento da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento no mês de Janeiro de 2017 (R$ 375.868,22) vezes 12,33 (folha de fevereiro a dezembro + 13º salário e 1/3 de ferias para as obrigações patronais RPPS também a base é janeiro de 2017 (R$ 27.823,15) multiplicado por doze folhas (fevereiro a dezembro e 13º salário) que resultou em uma folha projetada para a Secretaria de Planejamento Finanças e Orçamento de R$ 4.968.332,95.				
I. ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO				
Art. 16, I e § 2º da LRF				
B) DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM PESSOAL EXPANDIDAS				
Descrição das despesas expandidas por modalidade de aplicação	**2017**	**2018**	**2019**	**Total da Despesa Aumentada no Período**
3190.	57.875,83	60.590,21	63.431,89	181.897,92
3191.	-	-	-	-
Total das Despesas	**57.875,83**	**60.590,21**	**63.431,89**	**181.897,92**
MEMÓRIA DE CÁLCULO:				
Para o ano de 2017: Base valor da Folha do mês de janeiro 2017 (R$ 57.875,83) dos Fiscais de Tributários, sendo a proposta do Presente projeto de Lei a integração da produtividade de 100% no 13º salário.				
Para o ano de 2018: Base valor da Folha do mês de janeiro 2017 (R$ 57.875,83) dos Fiscais de Tributários mais (2.714,38) referente ao acréscimo do INPC acumulado dos últimos 12 meses - fevereiro de 2017 (4,69%).				
Para o ano de 2018: Base valor projetado da integração da produtividade no 13º para 2018 dos Fiscais Tributários (R$ 60.590,21) mais (R$ 2.841,68) referente acréscimo do INPC acumulado no mês de fevereiro de 2017 (4,69%).				
C) DEMONSTRATIVO DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL APÓS A NOMEÇÃO PARA AS VAGAS OFERTADAS, ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (A + B)				
Descrição por modalidade de aplicação:	**Valor**			
3190.	4.692.330,98			
3191.	333.877,80			
TOTAL	**5.026.208,78**			
Observação: Quando as despesas oriundas das contratações provenientes de concurso público não representarem aumento de despesas, e sim, substituição dos servidores contratados, o gestor deve demonstrar quais são os cargos a serem substituídos pela nova contratação, com as seguintes informações: relacionar os cargos, com o número de ocupações e o valor da despesa total com esses contratados				
Da mesma forma, evidenciar o valor das nomeações.				
Art. 169, §1º, I da CF1				
Art. 17, § 1º da LRF				
D) DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O CUSTEIO DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL				
Descrição do evento: Integração de produtividade ao 13º salário dos Fiscais Tributários.	**2017** (Exercício que entra em vigor)	**Total**		
D) Valor Existente na Dotação para despesa com pessoal do órgão 2 (valor aprovado/atualizado no orçamento)	5.573.638,23	5.573.638,23		
Nota Explicativa: Orçamento atualizado da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento para 2017 destinado a despesas de pessoal no montante de R$ 5.573.				

638,23 sendo o orçamento inicial deduzidos a folha de janeiro (R$ 5.988.052,00 - R$ 414.413,47)				
Art. 17, § 2º e § 4º da LRF				
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O CUSTEIO DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL				
Descrição do evento: Integração de produtividade ao 13º salário dos Fiscais de Obras.	**2017** (exercício que entra em vigor)	**2018** (1º Exercício subsequente)	**2019** (2º Exercício subsequente)	**Total**
Previsão de Aumento da Arrecadação Municipal (Receita Corrente Líquida)		60.590,21	63.431,89	124.022,09
Redução de Despesas de Caráter Continuado órgão 3				
Nota Explicativa 1: Exercício de 2017: Orçamento ATUALIZADO até janeiro 2017 da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento destinado a despesas com pessoal e encargos sociais R$ 5.573.638,23 (cinco milhões quinhentos e setenta e três mil seiscentos e trinta e oito reais e vinte e três centavos). Conforme metodologia de cálculo apresentada no presente anexo a projeção das despesas com pessoal, foi considerado conta a folha mensal de janeiro/2017 de R$ 4.968.332,95 (quatro milhões novecentos e sessenta e oito mil trezentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos). Também foi utilizado como base de cálculo a Folha do mês de janeiro, pois a Folha do mês de Fevereiro não apresenta o quadro completo do Funcionalismo Municipal uma vez que estava aguardando alteração na estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Sinop, Lei nº 2407 de 27/02/17. A Integração da Produtividade ao 13º Salário dos Fiscais Tributários ira gerar um impacto de 57.875,83 (cinquenta e sete mil oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos), portanto a Previsão orçamentária ATUALIZADA para o exercício de 2017 cobre o impacto gerado pela presente proposta.				
Nota Explicativa 2: Exercícios de 2018 e 2019: As Receitas Correntes tem uma margem de crescimento ano a ano em função da expansão da economia, da taxa inflacionária e do crescimento vegetativo do Município. Nas projeções de receitas deve ser observado o disposto no art. 12 da LRF. E ainda nas previsões de despesas para os exercícios de 2018 e 2019 havendo a necessidade serão reduzidas as previsões com investimentos para atender a nova despesa gerada.				
Sinop-MT., 13 de abril de 2017	**Assinatura Solicitante da Despesa Rosana Martinelli**	**Assinatura Secretária Munic. de Planejamento, Finanças e Orçamento**	**Assinatura Ordenador de Despesas Rosana Martinelli**	
2 Para possibilitar no exercício corrente o aumento da despesa com pessoal disposto no item B, o valor do item D tem que ser igual ou maior que o item C.				
3 A coluna que trata do exercício que entra em vigor a despesa somente será preenchida caso o orçamento não seja suficiente para sua cobertura				
Declaro para todos os fins, em conformidade com o exposto acima, que para o orçamento fiscal vigente há previsão de recursos suficientes para atender as despesas geradas, objeto deste Projeto de Lei e que para os 02 (dois) anos subsequentes estaremos alocando os recursos necessários para atendê-las. Declaramos também que as mesmas são compatíveis com o PPA e com a LDO.				
Sinop-MT, 13 de abril de 2017				
Rosana Martinelli				
Prefeita Municipal				

ANEXO VI - GERAÇÃO DE DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO		
DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (Artigo 16 da Lei Complementar 101/2000)		
DESCRIÇAO DO EVENTO: **Integração de produtividade ao 13º Salário dos Fiscais Sanitários**		
CRIAÇÃO:	EXPANSÃO	APERFEIÇOAMENTO X
Art. 169, § 1º, I da CF1		
Ato que aumenta a despesa:		
( ) criação de cargos ou funções;		
( ) admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título;		
(X) concessão de qualquer vantagem;		
( ) aumento de remuneração;		
( ) alteração de estrutura de carreiras		
Descrição do ato: Integração de produtividade ao 13º Salário dos Fiscais Sanitários		
1 Art. 169		
§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:		
I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender ás projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;		
A) DESPESA COM PESSOAL DO ÓRGÃO, PROJETADA ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO, SEM CONSIDERAR O AUMENTO PRETENDIDO		
Descrição por elemento de despesa	**Valor total da despesa atualizada R$**	
3190.	43.335.893,59	
3191.	5.222.636,76	

TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL	48.558.530,35			
MEMÓRIA DE CÁLCULO: Base valor da folha de pagamento da Secretaria de Saúde no mês de janeiro de 2017 (R$ 4.421.966,69 - 7.554,84 ref. a indenizações trabalhistas) vezes 11 (folha de fevereiro a dezembro) + Obrigações patronais RPPS base de janeiro/2017 (R$ 474.785,16) multiplicado por onze folhas (fevereiro a dezembro) que resultou em uma folha projetada para a Secretaria de Saúde R$ 48.558.530,35. Foi considerado apenas 11 folhas, visto que, da base de cálculo já consta o valor mensal de férias e 13º salário.)				
I. ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO				
B) DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM PESSOAL EXPANDIDAS				
Descrição das despesas expandidas por modalidade de aplicação	**2017**	**2018**	**2019**	**Total da Despesa Aumentada no Período**
3190.	96.721,99	101.258,25	106.007,26	303.987,50
3191.	-	-	-	-
Total das Despesas	**96.721,99**	**101.258,25**	**106.007,26**	**303.987,50**
MEMÓRIA DE CÁLCULO:				
Para o ano de 2017: Base valor da Folha do 13º 2017 dos Fiscais Sanitários (R$ 96.721,99) vezes 100%.				
Para o ano de 2018: Base valor da projeção da Folha do 13º 2017 dos Fiscais Sanitários (R$ 96.721,99) vezes 100% + correção pelo índice do INPC acumulado dos últimos 12 meses - fevereiro de 2017 (4,69%).				
Para o ano de 2019: Base valor da Projeção da Folha do 13º 2018 dos Fiscais Sanitários (R$ 101.258,25) vezes 100% + correção pelo índice do INPC acumulado no mês de fevereiro de 2017 (4,69%).				
C) DEMONSTRATIVO DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL APÓS INTEGRAÇÃO DA PRODUTIVIDADE AO 13º SALÁRIO DOS FISCAIS SANITÁRIOS, ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (A + B)				
Descrição por modalidade de aplicação:	**Valor**			
3190.	43.432.615,58			
3191.	5.222.636,76			
TOTAL	**48.655.252,34**			
Observação: Quando as despesas oriundas das contratações provenientes de concurso público não representarem aumento de despesas, e sim, substituição dos servidores contratados, o gestor deve demonstrar quais são os cargos a serem substituídos pela nova contratação, com as seguintes informações: relacionar os cargos, com o número de ocupações e o valor da despesa total com esses contratados.				
Da mesma forma, evidenciar o valor das nomeações.				
Art. 169, §1º, I da CF1				
Art. 17, § 1º da LRF				
D) DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O CUSTEIO DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL				
Descrição do evento: Integração de produtividade ao 13º salário dos Fiscais Sanitários.	**2017** (Orçamento Atualizado)	**Total**		
D) Valor Existente na Dotação para despesa com pessoal do órgão 14 (valor aprovado/atualizado no orçamento)	50.096.695,66	50.096.695,66		
Nota Explicativa: Orçamento atualizado da Secretaria de Saúde para 2017 destinado a despesas de pessoal no montante de R$ 54.518.662,35, deduzidos a folha de janeiro (R$ 54.518.662,35-4.421.966,69)				
Art. 17, § 2º e § 4º da LRF				
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O CUSTEIO DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL				
Descrição do evento: Integração de produtividade ao 13º salário dos Fiscais Sanitários.	**2017** (exercício que entra em vigor)	**2018** (1º Exercício subsequente)	**2019** (2º Exercício subsequente)	**Total**
Previsão de Aumento da Arrecadação Municipal (Receita Corrente Líquida)		101.258,25	106.007,26	207.265,51
Redução de Despesas de Caráter Continuado órgão 3				
Nota Explicativa 1: Exercício de 2017: Orçamento ATUALIZADO até fevereiro 2017 da Secretaria de Saúde destinado a despesas com pessoal e encargos sociais R$ 54.518.662,35 (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e dezoito mil, seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos). Conforme metodologia de cálculo apresentada no presente anexo a projeção das despesas com pessoal, levando em conta a folha mensal de janeiro de 2017 é de R$ 48.655.252,34 (quarenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e quatro centavos), a Incorporação da Produtividade ao 13º Salário dos Sanitários, gerará um impacto de R$ 96.721,99 (noventa e seis mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e nove centavos), portanto a Previsão orçamentária ATUALIZADA para o exercício de 2017 cobre o impacto gerado por esta Incorporação.				
Nota Explicativa 2: Exercícios de 2018 e 2019: As Receitas Correntes tem uma margem de crescimento ano a ano em função da expansão da economia, da taxa inflacionária e do crescimento vegetativo do Município. Nas projeções de receitas deve ser observado o disposto no art. 12 da LRF. E ainda nas previsões de despesas para os exercícios de 2018 e 2019 havendo a necessidade serão reduzidas as previsões com investimentos para atender a nova despesa gerada.				
Sinop-MT., de 2017	**Assinatura Solicitante da Despesa**	**Assinatura Secretário Municipal de Saúde**	**Assinatura Ordenador de Despesas Secretário Muni-**	

	Secretário Municipal de Saúde		**cipal de Saúde**	
2 Para possibilitar no exercício corrente o aumento da despesa com pessoal disposto no item B, o valor do item D tem que ser igual ou maior que o item C.				
3 A coluna que trata do exercício que entra em vigor a despesa somente será preenchida caso o orçamento não seja suficiente para sua cobertura				
Declaro para todos os fins, em conformidade com o exposto acima, que para o orçamento fiscal vigente há previsão de recursos suficientes para atender as despesas geradas, objeto deste Projeto de Lei e que para os 02 (dois) anos subsequentes estaremos alocando os recursos necessários para atendê-las. Declaramos também que as mesmas são compatíveis com o PPA e com a LDO.				
Sinop-MT, 13 de abril de 2017.				
ROSANA MARTINELLI				
Prefeita Municipal				

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 890/2017

DATA: 10 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Gestor de Protocolo.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Gestor de Protocolo.

I. Marilene Port – matrícula: 8914, Secretaria Municipal de Administração

II. Jéssica Nayara Ribeiro de Sousa Alves – matrícula: 11875, Secretaria Municipal de Saúde

III. Lucimar Gomes de Queiroz Cenedese – matrícula: 6569, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

IV. Daniele Fernanda Trindade Dias – matrícula: 12478, Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

V. Laudete Novelli – matrícula: 12764, Secretaria Municipal de Transito e Transporte Urbano;

VI. Leidiane L. Viegas Silva – matrícula: 8723, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

VII. Mirian Renata Da Veiga Bessani – matrícula: 8355, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

VIII. Wiviane Lautert da Cruz Deconto – matrícula: 4117, Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento;

IX. Silvia Cristina Villar Borges de Oliveira - matrícula: 12450, Secretaria de Governo e Projetos Estratégicos e Gabinete;

X. Zenir Rodrigues Maciel Costa - matrícula: 6604, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

Art. 2º. Compete aos servidores no desempenho de suas funções a responsabilidade de coletar os seguintes dados:

I – Receber os Documentos do Protocolo Central fisicamente e efetuar Registro no Sistema Protocolo;

II – Fazer anotações necessárias relativas ao Documento no Sistema Protocolo;

III – Tramitar o documento para Setor de Destino no Sistema Protocolo;

IV – Entregar documento Físico no Setor Destino, mantendo registro da entrega.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 03 de abril de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 10 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DESPACHO Nº 004/2017

Analisando os autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR – PAS, instaurado pela Portaria nº 1188/2016, para avaliação das infrações praticadas por fornecedores e/ou prestadores de serviços na Administração Pública Municipal, contratados por meio de Pregão Eletrônico ou Presencial, destinado a apurar os fatos e responsabilidades envolvendo a empresa ROBSON VICENTE GREGÓRIO, detentora da Ata de Registro de Preços nº 039/2016, oriunda do Pregão Presencial nº 11/2016 – SRP 16/2016, para *"Aquisição de refeições acondicionadas em embalagem de isopor, tipo marmitex, para atender as necessidades das Secretarias Municipais.";*

Examinando os documentos acostados ao Processo Administrativo nº 15/2016, em especial o Parecer Jurídico nº 184/2017 - AJU, que destaca a regularidade processual da Comissão retro, especificamente quanto à observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como em atenção ao devido processo legal e a verificação se as conclusões da mesma estão arrazoadas dentro dos limites a que se propôs a abertura do Processo Administrativo e a extensão das provas que o instruíram;

E, finalmente, considerando que o Parecer retro coaduna com o Relatório Final da referida Comissão de Processo Administrativo Sancionador;

ACOLHO a decisão expressa no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Sancionador, ante as irregularidades praticadas pela empresa **ROBSON VICENTE GREGÓRIO**, e **DEFIRO** pela aplicação da sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR e CONTRATAR COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO**, prevista no item 7.3.4 da Ata de Registro de Preços nº 039/2016.

Dê-se ciência.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão de Processo Administrativo Sancionador - PAS, para as providências necessárias.

Sinop/MT, 13 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 922/2017

DATA: 13 de abril de 2017

SÚMULA: Destitui os servidores que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Destituir os servidores que menciona, conforme Lei Complementar n° 062/2011, a partir de 03 de abril de 2017:

MATRIC.	NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO
6323	OGELIA ALVES MIGUEL DE SOUZA	949 – COORDENAÇÃO PEDAGOGICA	EMEI GENTE FELIZ
12863	CAMILA RODRIGUES VIANA	956 – SECRETÁRIO ESCOLAR ELETIVO	EMEI SÃO CRISTOVÃO
7358	LECI APARECIDA MARIA	949 - COORDENADOR PEDAGOGICA	EMEI DE TODA GENTE

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 13 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 176/2017

DATA: 12/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) LUCIA FLORIANA LUCAS."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). LUCIA FLORIANA LUCAS, efetivo(a) no cargo de ZELADOR(A), referência "A", nível "06", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 01/04/2017 e término em 30/05/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.00229R3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 177/2017

DATA: 12/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) JUCELA BENEDETTI."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). JUCELA BENEDETTI, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 38HS, referência "C", nível "11", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 02/04/2017 e término em 08/10/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23548R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 178/2017

DATA: 12/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) LIA GLAUCIA XIMENES ."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). LIA GLAUCIA XIMENES , efetivo(a) no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE SAÚDE, referência "C", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 27/03/2017 e término em 05/04/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.22515R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 891/2017

DATA: 10 de abril de 2017.

SÚMULA: Interrupção, a pedido, da licença anteriormente concedida pela Portaria nº 595/2015, de 06 de outubro de 2015, e integração no cargo de Assistente Administrativo, da servidora JULIANA MEZOMO.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e atendendo principalmente o que dispõe o inciso III do art. 137 da Lei nº 254/93, com redação modificada pela Lei nº 1704/2012, de 03 de julho de 2012;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica interrompida, a pedido, a licença anteriormente concedida pela Portaria nº 595/2015, de 06 de outubro de 2015, e, consequentemente a integração no cargo de Assistente Administrativo, da servidora JULIANA MEZOMO, matrícula 10374, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 10 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 802/2017

DATA: 03 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal do Contrato nº. 023/2016.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal do Contrato nº. 023/2016, oriundo da Dispensa de Licitação nº 007/2016, referente à *"Locação de um Imóvel Comercial em Alvenaria situado na Rua das Avencas nº. 1541, (Sala A) – (Salas B e C) – (Sala D) Centro, destinado ao Funcionamento do: (Sala A INCRA), (Salas B e C SINE), (Sala D OUVIDORIA), para atender as Secretarias Municipais de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Planejamento, Finanças e Orçamento e Gabinete Executivo"*, conforme segue:

I – Rosangela Maria Bohnenberger, matrícula nº 12752 – Gabinete Executivo;

II – Débora Cristina Malagutti Oliveira, matrícula nº 12675 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

III – Claudomir José Carradore, matrícula nº 12659 – Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 631/2017, de 27 de março de 2017.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 03 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
RESOLUÇÃO Nº 039/2017/CMS

Sinop-MT, 17 de abril de 2017.

O Conselho Municipal de Saúde de Sinop, **Mato Gr**osso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica da Saúde nº. 8080/1990 e a Lei Municipal n º 2268/15, de 21 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a criação, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Sinop/MT – CMSS/MT; e

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar Resolução nº. 039/2017, *Ad Referendum* conforme Regimento Interno, Artigo 3°, Inciso 3º, Alínea b, a substituição da Conselheira Maria Lucia Firmo da Costa pelo Conselheiro Marlon Pavanello para integrar a Comissão de Analise de Contas, devido o desligamento da mesma, conforme oficio recebido em 13 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Cumpra-se e Publique-se.

Sinop–MT, 17 de abril de 2017.

Marcos Antonio Saltareli

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 917/2017

DATA: 12 de abril de 2017

SÚMULA: Designa a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 112/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA, matrícula nº 7218, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 112/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2017, referente à *"Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o ano letivo de 2017, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura".*

Art. 2º. Fica designado para atuar como suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Sônia P. A. Fernandes, matrícula nº 6202.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 916/2017

DATA: 12 de abril de 2017

SÚMULA: Designa a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 111/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA, matrícula nº 7218, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 111/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2017, referente à *"Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o ano letivo de 2017, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura".*

Art. 2º. Fica designado para atuar como suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Sônia P. A. Fernandes, matrícula nº 6202.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 913/2017

DATA: 12 de abril de 2017

SÚMULA: Designa a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 108/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA, matrícula nº 7218, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 108/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2017, referente à *"Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o ano letivo de 2017, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura".*

Art. 2º. Fica designado para atuar como suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Sônia P. A. Fernandes, matrícula nº 6202.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 180/2017

DATA: 12/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) CRISTIANE RODRIGUES DE SOUSA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). CRISTIANE RODRIGUES DE SOUSA, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, referência "A", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 29/04/2017 e término em 13/05/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23620P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 181/2017

DATA: 12/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) TEREZINHA RAMOS DE LIMA SOARES."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). TEREZINHA RAMOS DE LIMA SOARES, efetivo(a) no cargo de ZELADOR, referência "D", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 26/04/2017 e término em 25/05/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23623P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 182/2017

DATA: 12/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) PATRICIA CINTRA VASCONCELOS ROSSINI."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). PATRICIA CINTRA VASCONCELOS ROSSINI, efetivo(a) no cargo de FONOAUDIOLOGO, referência "D", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 26/04/2017 e término em 30/05/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23625P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 892/2017

DATA: 10 de abril de 2017.

SÚMULA: Interrupção, a pedido, da licença anteriormente concedida pela Portaria nº 806/2016, de 07 de julho de 2016, e integração no cargo de Agente Comunitário de Saúde – PSF União, da servidora ANA PAULA MAXIMIANO.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e atendendo principalmente o que dispõe o inciso III do art. 137 da Lei nº 254/93, com redação modificada pela Lei nº 1704/2012, de 03 de julho de 2012;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica interrompida, a pedido, a licença anteriormente concedida pela Portaria nº 806/2016, de 07 de julho de 2016, e, consequentemente a integração no cargo de Agente Comunitário de Saúde – PSF União, da servidora ANA PAULA MAXIMIANO, matrícula 10454, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 10 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 183/2017

DATA: 12/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) CLAUDIA RENATA SANTOS DA SILVA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). CLAUDIA RENATA SANTOS DA SILVA, efetivo(a) no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE , referência "A", nível "02", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 01/04/2017 e término em 27/09/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.22032R5.

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 184/2017

DATA: 12/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ANA REGINA AFONSO ARAUJO."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ANA REGINA AFONSO ARAUJO, efetivo(a) no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE SAÚDE, referência "A", nível "01", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 01/04/2017 e término em 30/04/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2017.05.22463R1**.

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 179/2017

DATA: 12/04/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) IVONES RECK DE MENDONCA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). IVONES RECK DE MENDONCA, efetivo(a) no cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL 40HS, referência "D", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 01/04/2017 e término em 30/04/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23576R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12/04/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 911/2017

DATA: 12 de abril de 2017

SÚMULA: Designa a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 106/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA, matrícula nº 7218, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 106/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2017, referente à *"Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o ano letivo de 2017, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura"*.

Art. 2º. Fica designado para atuar como suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Sônia P. A. Fernandes, matrícula nº 6202.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 893/2017

DATA: 10 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Gestor de Estoque.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Gestor de Estoque.

I. Cleudi Marilene Rohden – matrícula: 8294, Secretaria Municipal de Administração

II. Luiz Carlos Dilkin – matrícula: 3079, Secretaria Municipal de Saúde

III. Aline Magioni – matrícula: 12417, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

IV. Claudinei Alves dos Santos – matrícula: 12427, Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

V. Laudete Novelli – matrícula: 12764, Secretaria Municipal de Transito e Transporte Urbano;

VI. Marielle Vargas Simm – matrícula: 12665, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

VII. José Maria Mielnik – matrícula: 11812, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

VIII. Cleudi Marilene Rohden – matrícula: 8294, Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento;

IX. Cleudi Marilene Rohden – matrícula: 8294, Secretaria de Governo e Projetos Estratégicos e Gabinete;

X. Fabio Junhior Dias - matrícula: 6510, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

Art. 2º. Compete aos servidores no desempenho de suas funções a responsabilidade de coletar os seguintes dados:

I – Receber e enviar as requisições e/ou solicitações para os fornecedores, com dados para entrega, solicitação de certidões e demais exigências;

II – Fazer gerenciamento dos pedidos, acompanhando o cumprimento dos prazos de entrega, e notificando o Setor competente em caso de descumprimento (Contratos);

III – Receber e conferir os materiais, observando as cláusulas da Ata e/ou Contrato;

IV – Fazer recebimento das *NFs* no Sistema *ESTOQUENET*;

V – Atestar e encaminhar as *NFs* para pagamento;

VI – Receber as solicitações de retirada de material dos setores, e efetuar registro da Saída no Sistema *ESTOQUENET*;

VII – Enviar mensalmente ao Setor de Contabilidade relatório com as movimentações do estoque e saldo estocado;

VIII - Fazer estimativo (para um ano) da demanda para licitação dos materiais estocáveis (consumo, expediente, copa e cozinha, etc.);

IX - Comunicar ao Setor de Planejamento da Pasta a necessidade de aquisição dos materiais estocáveis, analisando estoque Maximo, mínimo e o quantitativo a ser adquirido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 03 de abril de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 10 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREVISINOP
PORTARIA N.º 185/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. LUCIANE TEGANHE."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 28, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. LUCIANE TEGANHE, efetiva no cargo de ENFERMEIRO(A) 40HS, referência "D", nível "02", lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a partir de 01/04/2017 e término em 29/07/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.08.23644P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12/04/2017

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 186/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. DEBORA CRISTINA SIMAO DOS SANTOS."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 28, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. DEBORA CRISTINA SIMAO DOS SANTOS, efetiva no cargo de MEDICO GINECOL. OBSTRETA 20 HS, referência "B", nível "03", lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a partir de 10/04/2017 e término em 07/08/2017 conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.08.23657P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12/04/2017

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 910/2017

DATA: 12 de março de 2017

SÚMULA: Designa a servidora MARINET APARECIDA MARIANO DA SILVA para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 115/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora MARINET APARECIDA MARIANO DA SILVA, matrícula nº 11923, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 115/2017, oriunda do Pregão Presencial nº 006/2017 – SRP 007/2017, referente à *"Contratação de Empresa Especializada em prestação de serviços de fornecimento de passagens terrestres intermunicipais, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação".*

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12 de março de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 915/2017

DATA: 12 de abril de 2017

SÚMULA: Designa a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 110/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA, matrícula nº 7218, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 110/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2017, referente à *"Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o ano letivo de 2017, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura".*

Art. 2º. Fica designado para atuar como suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Sônia P. A. Fernandes, matrícula nº 6202.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 918/2017

DATA: 12 de abril de 2017

SÚMULA: Designa a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 113/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA, matrícula nº 7218, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 113/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2017, referente à *"Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o ano letivo de 2017, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura".*

Art. 2º. Fica designado para atuar como suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Sônia P. A. Fernandes, matrícula nº 6202.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
RESOLUÇÃO Nº 038/2017/CMS

Sinop-MT, 03 de abril de 2017.

O Conselho Municipal de Saúde de Sinop, **Mato Gr**osso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica da Saúde nº. 8080/1990 e a Lei Municipal n º 2268/15, de 21 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a criação, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Sinop/MT – CMSS/MT; e

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar Resolução nº. 038/2017, *Ad Referendum* dos Representantes da ASR - Associação de Senhoras de Rotarianos – Casa da Amizade, conforme Regimento Interno, Artigo 3°, Inciso 3º, Alínea b. Para compor o Conselho Municipal de Saúde de Sinop-MT, conforme abaixo:

a) Titular: Neide Fatima Mantovani, CPF: 162.272.981-15 Endereço: Rua das Avencas, nº 1919, Setor Comercial, CEP: 78.550-282 – Sinop/MT.

b) 1º Suplente: Dirce Alves Moura, CPF: 856.433.781-93 Endereço: Avenida das Embaúbas nº 640 CEP: 78.550-236 – Centro – Sinop/MT.

c) 2º Suplente: Odila Brancher, CPF: 423.742.609-25 Endereço: Rua dos Papiros nº 181 – CEP: 78.550-041 - Centro – Sinop/MT.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Cumpra-se e Publique-se.

Sinop–MT, 17 de abril de 2017.

Marcos Antonio Saltareli

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 919/2017

DATA: 12 de abril de 2017

SÚMULA: Designa a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 114/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora ROSEMARIA APARECIDA MARTINS DE ALIANÇA, matrícula nº 7218, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 114/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2017, referente à *"Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o ano letivo de 2017, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura".*

Art. 2º. Fica designado para atuar como suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Sônia P. A. Fernandes, matrícula nº 6202.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 12 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N° 004-2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Associação Dos Produtores Do Assentamento Pai Herói, Projeto Nossa Terra Nossa Gente – CNPJ n° 07.509.331/0001-09

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto o repasse de ajuda de custo com a finalidade para auxiliar na manutenção da limpeza da Feira Municipal "**Gildo Peron**", para o exercício de 2017, neste Município de Tabaporã/MT.

VALOR GLOBAL: R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

PRAZO: 31/03/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e Divair de Paula – Presidente da Associação Dos Produtores Do Assentamento Pai Herói, Projeto Nossa Terra Nossa Gente de Tabaporã-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 001/2017

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público 001/2017 da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, especialmente nomeada pela Portaria nº 086/2017, publicada em 15/02/2017, usando de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO, nos termos do Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2017, que:

Artigo 1º - Em virtude a erros técnicos na publicação do Edital de Abertura, do Processo Seletivo Pulico nº 001/2017, publicado na Edição do dia 16/03/17, fica retificado o item 7.2.1**,** que passa a ter a seguinte redação:

7.2.1 – Data e local das provas Objetivas: As provas objetivas serão realizadas no dia 23 de Abril de 2017, às **08:30h.**, na Escola Estadual Elmar Justen, sito a rua Elaine Cristina, nº 74 E, bairro Centro, de Tabaporã-MT.

Artigo 2º - Fica alterado o Anexo II, do Edital de Abertura, do Processo Seletivo Pulico nº 001/2017, publicado na Edição do dia 16/03/17, devendo onde se Lê: "Escola Municipal Menino Jesus", leia-se "Escola Estadual Elmar Justen".

E para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente Edital, o qual será devidamente publicado na forma da Lei.

Tabaporã, MT, em 18 de Abril de 2017.

KATIA APARECIDA DE PAULA GOMES

Presidente da Comissão Organizadora

SILVANA APARECIDA AUGUSTO VANESSA CHICONI SEGATTI

SECRETÁRIA MEMBRO TITULAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 015/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **ADEMAR NUNES DE ARAUJO** / É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ 12.286,48, (Dose mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos).** Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 032/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **ROBERTO PEREIRA GIMENEZ** / É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ 13.282,56 (Treze mil duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).** Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 035/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **SAMUEL ALVES DA SILVA /** É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ 11.373,97 (Onze mil trezentos setenta e três reais e noventa e sete centavos)**Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 034/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **SANDRA MARIA PRESTES DA SILVA /** É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ 4.278,40 (Quatro mil duzentos setenta e oito reais e quarenta centavos).** Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 022/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **EDGAR REINALDO ROHLING EHLE /** É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ 16.630,54 (dezesseis mil e seiscentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos).**Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 025/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **JAIR CORREIA /** É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ 13.529,60 (Treze mil quinhentos vinte e nove reais e sessenta e centavos).** Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 016/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **ARVITOR AMARO DE MEDEIROS /** É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ 3.528,32 (Três mil quinhentos e vinte e oito reais e trinta e dois centavos).** Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 026/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **JOSÉ APARECIDO CUSTÓDIO /** É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ R$ 17.292,27 (Dezessete mil e duzentos e noventa e dois reais e vinte e sete centavos).** Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 020/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **CÍCERA ALVES PEÇANHA /** É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ 6.031,21 (Seis mil e trinta e um reais e vinte e um centavos).**Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 030/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **NILVO ILDEFONSO BULEGON ROCHA /** É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ R$ 19.984,32 (Dezenove mil novecentos oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos).**Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 019/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **APARECIDO VALDOMIRO MASSAROTTO /** É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ 19.998,48 (dezenove mil novecentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos).** Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 023/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **GILBERTO ANTONIO DAVOLLI LADEIA /** É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ 19.998,74 (dezenove mil e novecentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos).** Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 017/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **CAMILO MOREIRA DA SILVA /** É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ 14.757,33 (Quatorze mil setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e três centavos).** Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2017/ SAMAE

RATIFICO, o Procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2017/ SAMAE**, cujo teor e objeto é a **AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE 90. 000 (NOVENTA MIL) SACOLAS PLÁSTICAS PERSONALIZADAS (RECICLA TANGARÁ) COM CAPACIDADE DE 100 (CEM) LITROS CADA, PRODUZIDA COM MATERIAL RECICLADO,** pelo valor de **R$ 42.300,00 (quarenta e dois mil e trezentos reais)** para o SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará Da Serra - MT. Signatário do Procedimento: **LED 21 IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA,** inscrita no **CNPJ: 14.631.753/0001-00.** Conforme consta dos pareceres da Comissão Permanente de Licitação e Assessoria Jurídica, para que produza os desejados efeitos legais.

Tangará da Serra - MT, 17 de Abril de 2017.

WESLEY LOPES TORRES

Diretor Geral do SAMAE

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 036/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **WALDECY BARROS DE SOUZA /** É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ 19.984,32 (Dezenove mil novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos).** Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 031/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **REINALDO GIMENEZ PEREIRA /** É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ 13.282,56 (Treze mil duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).**Data de Assinatura: 27/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 033/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **SANDRA ROCHA /** É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 / **R$ 19.984,32**

(Dezenove mil novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos).
Data de Assinatura: 27/03/2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 010/2017 - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 010/2017 - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO dos candidatos para a realização da Prova Prática do Processo Seletivo nº 001/2017** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Saúde.

1. Convocação dos candidatos classificados até a **40º colocação** obedecendo à ordem de classificação preliminar do Edital Complementar 009/2017 para a realização da Prova Prática de caráter eliminatório dos cargos de Cargo de Motorista – SINFRA e Operador de Máquinas - SINFRA, que será realizada no dia **18/04/2017** no Pátio Secretaria Municipal de Infraestrutura, Setor Operacional, que se encontra no endereço: Estrada 5 nº. 250-E Bairro Jardim Paulista em Tangará da Serra –MT, no respectivo horário abaixo relacionado:

1.1 Os candidatos deverão comparecer ao local de provas identificado com a Carteira Nacional de Habilitação.

1.2 A prova prática para o Cargo de Motorista – SINFRA e Operador de Máquinas-SINFRA será realizada no **dia 18/04/2017, no horário abaixo relacionado de cada candidato:**

Cargo.:1074-MOTORISTA-SINFRA								
Ordem	**Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Pontos Obtidos**	**Notas**	**Classificação**	**Horário**
1	1376	LEANDRO FAGUNDES COSTA	09/11/1987	16306511 SSP/MT	19	76	Classificado	**08h00**
2	694	TATIANE NASCIMENTO BARBOSA	14/02/1991	22141294 SSP MT	19	76	Classificado	**08h00**
3	139	RICARDO FERREIRA DO NASCIMENTO	22/12/1973	101665750 IFP	18	72	Classificado	**08h00**
4	703	RICARDO JUNIO DE SOUZA	21/04/1979	28976088 SSP/MT	18	72	Classificado	**08h00**
5	9	MILTON JUNIOR DE OLIVEIRA	06/10/1981	14138484 SSP MT	18	72	Classificado	**08h00**
6	146	OSCREI APARECIDO LUZ	12/10/1984	14598558 SSPMT	18	72	Classificado	**08h00**
7	819	JOSE NILDO ALVES DA SILVA	04/03/1985	2118456 SSPAL	18	72	Classificado	**08h00**
8	440	MARCELO DA SILVA MOURA	15/03/1988	20663030 SSP	18	72	Classificado	**08h00**
9	731	ALAN GUILHERME FRANCO	02/07/1988	16540522 SSP-MT	18	72	Classificado	**08h00**
10	749	NILDO SOARES COELHO	18/03/1961	3246264 SSP/MT	17	68	Classificado	**08h00**
11	1702	MANUEL MESSIAS DE OLIVEIRA	18/03/1963	396215 SSP MT	17	68	Classificado	**08h00**
12	319	JOÃO MARCOS ANGELO	31/05/1964	16829864 SSPSP	17	68	Classificado	**08h00**
13	422	GENIVALDO FERREIRA DA CRUZ	30/01/1974	635178 SSP-MT	17	68	Classificado	**08h00**
14	186	ROVANIDO PINTO RAMOS	18/12/1982	12556432 SSPMT	17	68	Classificado	**08h00**
15	385	SABINO LEAL DE LIMA	19/04/1985	14684365 SSP/MT	17	68	Classificado	**08h00**
16	793	WILLIAN MARQUES DA SILVA ALECHINOVIC	27/10/1987	17831881 SSPMT	17	68	Classificado	**08h00**
17	212	AMADOR LOPES DOS SANTOS	25/02/1969	537297 SSP/MT	16	64	Classificado	**08h00**
18	925	PAULO SERGIO DE TOLEDO RIBAS JUNIOR	24/03/1973	103433785 SSPC	16	64	Classificado	**08h00**
19	1789	FABIO SOARES DE CAMPOS	17/11/1979	12885789 SSP	16	64	Classificado	**08h00**
20	1807	ANDERSON MACHADO	20/03/1981	20323271 SSP MT	16	64	Classificado	**10h00**
21	91	ROSEVELT GOMES DE SOUZA	23/09/1981	11334746 SSP/MT	16	64	Classificado	**10h00**
22	97	CLAUDINEI SOBRINHO DE SOUZA	10/10/1985	15094740 SSP MT	16	64	Classificado	**10h00**
23	734	ENIVALDO SILVA CAMARGO	11/02/1986	17129176 SSP-MT	16	64	Classificado	**10h00**
24	1420	ÉDISON ROQUE CORREIA	20/09/1987	17807280 SSP/MT	16	64	Classificado	**10h00**
25	1304	ROBERTO RODRIGUES NEVES	14/12/1989	18593771 SSP\MT	16	64	Classificado	**10h00**
26	1430	NILZETE GONÇALVES MARQUES	23/09/1965	13169963 SSP-MT	15	60	Classificado	**10h00**
27	41	IVALDO CASAGRANDE	21/05/1971	000624992 SSPMS	15	60	Classificado	**10h00**
28	1221	RONALDO RICARDO DOS REIS	04/07/1972	0-900226-0 SSP/MT	15	60	Classificado	**10h00**

29	1188	DAMIAO GOMES FURTADO	22/05/1973	204560890 SSP/CE	15	60	Classificado	**10h00**
30	919	ALEX SILVA RUIZ	22/09/1975	09175601 SSP/MT	15	60	Classificado	**10h00**
31	1686	WAGNER CRISPIM MENDES	04/02/1984	17494257 SSP	15	60	Classificado	**10h00**
32	1467	ISMAEL GONÇALVES DO ESPIRITO	16/03/1985	21624126 SSP-MT	15	60	Classificado	**10h00**
33	1291	ILDEMAR COSTA FERREIRA	16/11/1985	17822122 SSP/MT	15	60	Classificado	**10h00**
34	714	ANDERSON DA SILVA XAVIER	04/08/1992	23410663 SSP	15	60	Classificado	**10h00**
35	111	SILVIO SANTOS	28/10/1992	23617179 MT	15	60	Classificado	**10h00**
36	957	VALDENIR DOS SANTOS	19/05/1961	225965 SSP/MT	14	56	Classificado	**10h00**
37	1152	CLAUDIO MALDONADO MORENO	14/02/1966	479913 SSP/MT	14	56	Classificado	**10h00**
38	559	JOSIMAR DA LUZ	31/07/1967	44757346 SSPPR	14	56	Classificado	**10h00**
39	381	MARIO DE JESUS OSTETI	09/10/1968	679761 SSP	14	56	Classificado	**10h00**
40	1105	EUCLIDES DA CRUZ BARBOSA	19/05/1973	730845 SSP-MT	14	56	Classificado	**10h00**

Cargo.: 1075-OPERADOR DE MAQUINAS-SINFRA

Ordem	Nº	Nome	Data Nasc.	RG / Órgão	Pontos Obtidos	Notas	Classificação	Horário
1	497	LENILSON RODRIGUES CHAVES	17/06/1988	21181691 SINFRA	18	72	Classificado	**08h00**
2	931	WEGSLEI SIMAO ALVES	08/04/1982	15938190 SSP MT	14	56	Classificado	**08h00**
3	511	JOSE IONIAS SILVA	27/06/1984	30231477 SSP MT	13	52	Classificado	**08h00**

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 17 de Abril de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Wellington Rossiter Bezerra

Secretário Municipal de Esportes

Selton Jose Vieira

Secretário Municipal de Infraestrutura

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2.017.

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO DE REFERENCIA A SERVIDORA LUCIANA VIEIRA MARTINS

O Vereador **HELIO DA NAZARÉ,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43 inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal e combinado com o Art. 17 § 1º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE:

Art.1º – Conceder a progressão de duas referencias a Servidora **LUCIANA VIEIRA MARTINS**, cargo efetivo **Telefonista**, **classe B-05**, para **Classe B-07**, conforme estabelece **o Art. 17, §1º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2.009, referente ao anuênio de 01/03/2016 a 01/03/2017.**

Art.2º – Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente portaria que entra em vigor nesta data retroagindo seus efeitos ao dia primeiro do mês de março do ano em curso.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos treze dias do mês de Março 2017

HÉLIO DA NAZARÉ

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

NILTINHO DO LANCHE

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 17, DE 17 DE ABRIL DE 2.017.

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO DE REFERÊNCIA AO SERVIDOR ADRIANO SERBATE

O Vereador **HÉLIO DA NAZARÉ,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43 inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal e com-

binado com o Art. 17 §1 Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE:

Art.1º – Conceder a progressão do Servidor **ADRIANO SERBATE**, Grupo ocupacional Gesto Legislativo cargo efetivo, **de ANALISTA DE SISTEMAS classe B-03**, para **Classe B-05**, conforme estabelece **o Art. 17, §1º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2.009,** referente ao anuênio de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Art. 2ºRegistre-se, publique-se e cumpra-se a presente portaria que entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos 17 (dezessete) dias do mês de Abril de 2.017.

HÉLIO DA NAZARÉ

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

NILTINHO DO LANCHE

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 18, DE 17 DE ABRIL DE 2.017.

DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO DE CLASSE DO SERVIDOR CAIO GARCIA DA SILVEIRA.

O Vereador **HÉLIO DA NAZARÉ,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43 inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal e combinado com o Art. 17 §3 Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder promoção funcional ao Servidor **CAIO GARCIA DA SILVEIRA**, cargo efetivo de **ADMINISTRADOR LEGISLATIVO**, da **classe B-07**, para **Classe C-01** conforme estabelece **o Art. 17, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009.**

Art. 2º - Conceder ainda 10% (dez por cento) de adicional conforme estabelece o anexo X, da lei acima citada.

Art. 3º -Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente portaria que entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos 17 (dezessete) dias do mês de Abril de 2.017.

HÉLIO DA NAZARÉ

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

NILTINHO DO LANCHE

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 843 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA DO SERVIDOR ADRIANO SERBATE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 150/2010.

O Senhor **HELIO JOSE SCHWAAB**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º - Fica reconhecido o direito à estabilidade financeira do servidor **ADRIANO SERBATE**, nos termos da lei complementar 150/2010, referente ao adicional de responsabilidade.

Art. 2º - O Departamento de Gestão Pessoal e Operacional deverá providenciar a estabilidade descrita no artigo 1º deste decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de Abril de 2017.

HELIO JOSÉ SCHWAAB

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

NILTON DALLA PRIA

1º Secretário

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/RECURSOS HUMANOS
LISTA DE DECISÃO DE RECURSO INTERPOSTO CONTRA AS NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PUBLICADA ATRAVÉS DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 008/2017 DO DIA 10/04/2017

LISTA DE DECISÃO DE RECURSO INTERPOSTO CONTRA AS NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PUBLICADA ATRAVÉS DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 008/2017 DO DIA 10/04/2017

1 DECISÃO DE RECURSO

1.1 A prefeitura municipal de Tangará da Serra torna pública a **lista de decisão de recurso interposto contra as notas obtidas na prova objetiva e classificação, publicada no edital complementar nº. 008/2017 do dia 10/04/2017.**

2 LISTA DE DECISÃO

2.1 Abaixo segue a lista de decisão, contendo nome do candidato, a data de interposição do recurso, número do protocolo, nome do cargo, parecer e motivo do parecer.

Data do Recurso: 11/04/2017	**Nº. Protocolo: 10045/2017**
Nome	CLAUDINEIA SANTOS LEMES PASSOS
Cargo	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PSF
Recurso	Solicita cópia do gabarito e recontagem dos pontos.
Parecer	Cópia do Cartão resposta, disponível ao RH/Saúde Prefeitura Municipal de Tangará da Serra. Realizada a recontagem dos pontos, permanecendo a mesma pontuação.
Decisão	Cópia do Cartão resposta, disponível ao RH/Saúde. Realizada a recontagem dos pontos, permanecendo a mesma pontuação.

Data do Recurso: 10/04/2017	**Nº. Protocolo: 9957/2017**
Nome	GABRIELA BORGES OLIVEIRA
Cargo	RECEPCIONISTA
Recurso	Solicita cópia do gabarito e recontagem dos pontos.
Parecer	Cópia do Cartão resposta, disponível ao RH/Saúde Prefeitura Municipal de Tangará da Serra. Realizada a recontagem dos pontos, permanecendo a mesma pontuação.
Decisão	Cópia do Cartão resposta, disponível ao RH/Saúde. Realizada a recontagem dos pontos, permanecendo a mesma pontuação.

Data do Recurso: 10/04/2017	**Nº. Protocolo: 9893/2017**
Nome	ELIZABETE BARBOSA MOREIRA DOS SANTOS
Cargo	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PSF
Recurso	Solicita revisão da classificação, visando o desempate por idade.

Parecer	Acata – se o parecer, realizando a classificação utilizando o critério de desempate conforme item 9 do Edital de Abertura.
Decisão	Deferido a classificação

Data do Recurso: 11/04/2017	**Nº. Protocolo: 10073/2017**
Nome	MÁRCIA REGINA DA SILVA
Cargo	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PSF
Recurso	Solicita revisão da classificação, visando o desempate por idade.
Parecer	Acata – se o parecer, realizando a classificação utilizando o critério de desempate conforme item 9 do Edital de Abertura.
Decisão	Deferido a classificação

Data do Recurso: 10/04/2017	**Nº. Protocolo: 10050/2017**
Nome	ELIZABETE BARBOSA MOREIRA DOS SANTOS
Cargo	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PSF
Recurso	Solicita revisão da classificação, visando o desempate por idade.
Parecer	Acata – se o parecer, realizando a classificação utilizando o critério de desempate conforme item 9 do Edital de Abertura.
Decisão	Deferido a classificação

Data do Recurso: 11/04/2017	**Nº. Protocolo: 10056/2017**
Nome	ALNA BORBA DE OLIVEIRA
Cargo	INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS JUDÔ
Recurso	Apresenta a decisão do Gabarito, publicado dia 07/04/2017, onde apresentava "**DEFERIDO: Acata-se o recurso anulando-se a questões 03 e 05 do caderno de prova de todos os Instrutores de Artes Marciais.** **Questão:** 03 e 05, a questão deveria estar grifada e no enunciado da questão não estava grifado"
Parecer	Mantém o Gabarito através do Edital Complementar n. 07/2017 publicado dia 07/04/2017, onde a questão nº. 5, cancelada apenas para o caderno de prova de Instrutor de Artes Marciais Karatê, onde o enunciado da questão não estava grifada. As demais cadernos de provas com a questão 05 estava corretas.
Decisão	Indeferido.

Tangará da Serra – MT, 17 de Abril de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto Wellington Rossiter Bezerra

Secretária Municipal de Administração Secretário Municipal de Esportes

Selton Jose Vieira Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Infraestrutura Secretário Municipal de Saúde

SEPLAN/COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTOS
CONVITE - OFICINA PARA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PPA 2018/2021.

CONVITE

Oficina para construção de Políticas Públicas para o PPA 2018/2021.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra **, Fábio Martins Junqueira**, vem convidar a todos os Membros dos Conselhos Municipais, para participar de **Oficina para construção de Políticas Públicas para o PPA – Plano Plurianual 2018/2021**, a ser realizada nas dependências do Auditório da OAB – 10ª Subseção Tangará da Serra, localizada na Avenida Brasil, n º 1600 – E – Jardim Europa, **no dia 19 de Abril do corrente ano, com início às 19h00.**

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal de Tangará da Serra

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 027/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **ADEMAR NUNES DE ARAUJO** / É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2017 /**R$ 4.389,32 (Quatro mil trezentos oitenta e nove reais e trinte e dois centavos).** Data de Assinatura: 27/03/2017.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2016- PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2016

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2016- PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2016- REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA (MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS PERMANENTES), A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo II e Anexo III, parte Integrante deste Edital. Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, RESOLVE ALTERAR MARCA DO ITEM da Empresa **DATA MANAGER PREST SERV INF LTDA ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 19. 707.627/0001-05. Fica ALTERADA a Ata DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2016, no sub item Seção 5.2.1, conforme a seguir:

Item	**Quant.**	**Unid.**	**Descrição**	**Marca**	**Valor Unit.**
063	72	UN	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTIC A, DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DE UM CARTUCHO DE TO NER COM CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 12.000 P ÁGINAS E O CARTUCHO DE FOTORRECEPTOR COM CAPA CIDADE DE APROXIMADAMENTE 80.000 PÁGINAS NO MOD O PADRÃO DE IMRESSÃO. DEVERÁ PERMITIR IMPRESSÃ O FRENTE E VERSO AUTOMÁTICAMENTE, DEVERÁ PERMI TIR CÓPIA, IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO, FAX NO EQUIPA MENTO COM LAN FAX. DEVERÁ PERMITIR ATIVAÇÃO DE S ERVIDOR DE FAX DE REDE. DEVERÁ PERMITIR IMPRESSÃ O DE ATÉ 55 PPM COM O TEMPO DE SAÍDA DA PRIMEIRA PÁGINA EM APENAS 6 SEGUNDOS E PARA A CÓPIA APEN AS 5 SEGUNDOS. DEVERÁ VIR COM CONECTIVIDADE DE REDE 10/100 E USB 2.0. DEVERÁ POSSUIR ALIMENTADOR DE DOCUMENTOS AUTOMÁTICO DUPLEX DE 100 FOLHAS. DEVERÁ POSSUIR BANDEJA MANUAL (BYPASS) DE 100 F OLHAS. DEVERÁ POSSUIR BANDEJA 1 COM CAPACIDADE DE 500 FOLHAS. DEVERÁ POSSUIR BANDEJA2 COM CAPA CIDADE DE 500 FOLHAS E MAIS UM ALIMENTADOR DE AL TA CAPACIDADE PARA 2000 FOLHAS E COM ISSO, AUMEN TANDO A CAPACIDADE TOTAL PARA ATÉ 3100 FOLHAS. A BANDEJA DE SAÍDA DEVERÁ COMPORTAR 500 FOLHAS. D EVERÁ VIR ACOMPANHADA DE UM MÓDULO DE ACABAME NTO QUE POSSIBILITE O GRAMPEAMENTO DE ATÉ 50 FOL HAS. DEVERÁ POSSUIR MEMÓRIA DE 512 MB E MAIS UM DISCO RÍGIDO DE 80 GB. DEVERÁ POSSIBILITAR UM CICL O DE TRABALHO DE ATÉ 250.000 PÁGINAS POR MÊS. DEV ERÁ POSSUIR RESOLUÇÃO DE ATÉ 1200X1200. DEVERÁ S ER TOTALMENTE COMPATÍVEL COM MICROSOFT WINDO WS XP, WINDOWS VISTA, WINDOWS 7, WINDOWS 8.1, WI NDOWS SERVER 2008R2 E WINDOWS SERVER 2012 NAS VERSÕES 32 E 64 BITS. DEVERÁ POSSUIR PROCESSADO R DPL, PERMITINDO EMULAÇÕES PCL 6/5E, COMPATIBILI DADE ADOBE E POSTSRIPT 3, DEVERÁ PERMITIR RESOL UÇÕES DE CÓPIA DE 600X600DPI. DEVERÁ PERMITIR ALC EAMENTO, REDUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE 25% A 400%, CÓPIA DE LIVRO, ORIGINAIS DE VÁRIOS TAMANHOS, APAGAMEN TO DE BORDAS, GIRO DE IMAGEM, CRIAÇÃO DE FOLHET OS, CAPAS, CLAREAR/ESCURECER, SEPARADORES DE T RANSPARÊNCIAS, MULTIUP, DOCUMENTO DE IDENTIDAD E, CÓPIA AO DISCO RÍGIDO, SUPRESSÃO DE PLANO DE F UNDO E PÔSTER. DEVERÁ PERMITIR DIGITALIZAÇÃO PAR A EMAIL, DIGITALIZAÇÃO DE REDE, DIGITALIZAÇÃO PARA APLICATIVOS TWAIN/WIA, DIGITALIZAÇÃO PARA DISPOSI TIVO DE MEMÓRIA USB. DEVERÁ POSSUIR OS SEGUINTE S RECURSOS DE DIGITALIZAÇÃO:	RICOH MP501	4. 950,00

			FORMATOS DE ARQUIV OS: PDF, JPEG, TIFF, TIFF DE MÚLTIPLAS PÁGINAS; EDIÇ ÃO PESSOAL DA DIGITALIZAÇÃO PARA PC DESKTOP® (IN CLUI 1LICENÇA DE PAPERPORT®, OMNIPAGE®, IMAGE RE TRIEVER), DIGITALIZAÇÃO COLORIDA. DEVERÁ OBRIGAT ORIAMENTE APRESENTAR CATÁLOGO, FOLDER OU LINK VÁLIDO DE INTERNET DO SITE DO FABRICANTE OU REVE NDA OFICIAL DO ITEM ONDE POSSAMOS COMPROVAR A MARCA E MODELO DO PRODUTO OFERTADO SOB PENA D E DESCLASSIFICAÇÃO. DEVERÁ APRESENTAR GARANTIA DE UM ANO DIRETAMENTE COM A LICITANTE.		

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. Tangará da Serra- MT, 17 de Abril de 2017. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
ATA 01 SUBCOMISSÃO TÉCNICA TP 001/2017

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE AVALIAÇÃO PELA SUBCOMISSÃO TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS NO PROCESSO LICITATÓRIO – TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017.

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, no Plenário Vereador Daniel Lopes da Silva, na Câmara Municipal de Tangará da Serra, sito a Rua Júlio Martinez Benevides, 195-S, em Tangará da Serra-MT, reuniram-se a partir das oito horas, em sessão pública, a Comissão Permanente de Licitação, integrada pelos servidores Adriano Serbate (presidente), Marcos Antonio Figueiró (secretário), Roseval Pereira Santos, Avelina Antonia Visitação, designados pela Portaria nº 001, de 02 de Janeiro de 2017. Iniciado os trabalhados o Presidente da CPL informou a subcomissão técnica, integrada por: **Maria Elenice de Vasconcelos, Humberto da Costa Ferreira e Claudinei Eduardo Pereira, sorteados e nomeados pela Portaria nº 16/2017 de 13/03/207, que receberiam envelopes sem identificação com o plano de comunicação publicitária das agencias participantes e deveriam avaliar o plano quanto aos seguintes quesitos: Raciocínio básico, estratégica de comunicação publicitária, ideia criativa e estratégia de mídia e não mídia. Após a exposição, a CPL deixou o plenário ficando apenas a comissão avaliadora para a realização dos trabalhos. Foi então entregue a eles o envelope sem identificação para que avaliem o conteúdo, bem como, foi entregue as fichas avaliativas para análise e julgamento das propostas técnicas, quanto aos mencionados requisitos, sendo somada a nota dos quatros quesitos para formação da nota. Os membros da subcomissão observaram a presença de um DVD e de um CD junto ao material recebido. Após assistirem ao vídeo, escutar o áudio e analisar o restante do conteúdo do envelope, os membros justificaram que: a peça atendeu ao briefing, porém ainda faltou uma maior exposição do número 0800 da Ouvidoria da Câmara que, no entender desta comissão, deveria ter sido apontado como foco principal da campanha que visa divulgar justamente a Ouvidoria, e atribuíram as seguinte notas para o plano de comunicação publicitária: Maria Elenice de Vasconcelos, 45 pontos, Humberto da Costa Ferreira, 43 pontos e Claudinei Eduardo Pereira, 48 pontos. Ato continuo passou-se a avaliação do segundo envelope sem identificação. Concluída as análises e cessadas as discussões acerca da segunda proposta, os membros justificaram que: faltou maior exposição do número 0800 da Ouvidoria da Câmara que, no entender desta comissão, deveria ter sido foco principal da campanha que visava a divulgação justamente da Ouvidoria e a peça apresentou erro de português. Também entenderam que a peça não atendeu ao briefing ao optar por pontos turísticos como cenário para a divulgação de campanha do Poder Legislativo, uma vez que – no entendimento desta comissão – uma campanha voltada a atender qualquer órgão público deveria resguardar o máximo de** circunspecção, evitando qualquer imagem que remeta a diversão como é o caso de pontos turísticos como a Cachoeira Salto das Nuvens, usado na campanha (local conhecido por ser ponto de encontro para lazer e diversão) e atribuíram as notas ao plano de comunicação publicitária da seguinte forma: Maria Elenice de Vasconcelos, 28 pontos, Humberto da Costa Ferreira, 30 pontos e Claudinei Eduardo Pereira, 29 pontos. Em seguida o presidente da CPL passou a fazer a média das avaliações dadas por cada avaliador, sendo que o primeiro envelope, no qual havia CD e DVD, apurou-se média de 44,33 (quarenta e quatro, vírgula trinta e três pontos). Quanto ao envelope 02, também não identificado, apurou-se a média de 29,0 (vinte e nove pontos). Nada mais requerido nem a tratar, a sessão de julgamento foi encerrada às 09h40min, lavrada a presente ata que, lida e aprovada, passa a ser assinada pelos presentes.

Maria Elenice de Vasconcelos

CPF: 531.265.211-34

Humberto da Costa Ferreira

CPF: 047.225.233-04

Claudinei Eduardo Pereira

CPF: 005.249.471-39

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
ATA 02 SUBCOMISSÃO TÉCNICA TP 001/2017

ATA DA SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA DE AVALAIÇÃO PELA SUBCOMISSÃO TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS NO PROCESSO LICITATÓRIO – TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017.

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, no Plenário Vereador Daniel Lopes da Silva, na Câmara Municipal de Tangará da Serra, sito a Rua Júlio Martinez Benevides, 195-S, em Tangará da Serra-MT, reuniram-se a partir das nove horas e cinquenta minutos, em sessão pública, a subcomissão técnica, integrada por: Maria Elenice de Vasconcelos, Humberto da Costa Ferreira e Claudinei Eduardo Pereira, sorteados e nomeados pela Portaria nº 16/2017 de 13/03/207. Iniciado os trabalhados o Presidente da CPL informou que receberiam naquele momento os envelopes identificados dos licitantes para avaliação do conteúdo, sendo analisados os seguintes quesitos: Capacidade de atendimento, repertório e relatos de solução de problemas de comunicação. A primeira a ser avaliada foi a empresa Dois Pontos Soluções em Marketing Ltda, inscrita no CNPJ 10.757.389/0001-78. Sendo que Maria Elenice de Vasconcelos, atribuiu ao material analisado avaliação de 26 pontos, o Sr. Humberto da Costa Ferreira, 23 pontos e Claudinei Eduardo Pereira, 27 pontos. Em seguida a comissão passou a avaliação da empresa Agencia de Publicidade e Propaganda GC LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 23.718.215/0001-48. Sendo que a Comissão atribuiu a seguinte nota: **Maria Elenice de Vasconcelos, 21 pontos, Humberto da Costa Ferreira, 20 pontos e Claudinei Eduardo Pereira, 23,5 pontos. Concluídas as avaliações o Presidente da CPL realizou a média das avaliações, sendo que à empresa** Dois Pontos Soluções em Marketing Ltda, foi atribuída média de 25,3 (vinte e cinco vírgula três pontos), enquanto que a empresa Agencia de Publicidade e Propaganda GC LTDA EPP, recebeu como avaliação 21,50 (vinte e um virgula cinquenta pontos). Nada mais requerido nem a tratar, a sessão de julgamento foi encerrada às 11h20min, lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pela comissão avaliadora.

Maria Elenice de Vasconcelos

CPF: 531.265.211-34

Humberto da Costa Ferreira

CPF: 047.225.233-04

Claudinei Eduardo Pereira

CPF: 005.249.471-39

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
ATA CPL TP 001/2017 - ABERTURA DE ENVELOPES 17/04/2017

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – 17/04/2017

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, no Plenário Vereador Daniel Lopes da Silva, na Câmara Municipal de Tangará da Serra, sito a Rua Júlio Martinez Benevides, 195-S, em Tangará da Serra-MT, reuniram-se a partir das nove horas, a Comissão Permanente de Licitação, integrada pelos servidores Adriano Serbate (presidente), Marcos Antonio Figueiró (secretário), Avelina Antonia Visitação, Roseval Pereira Santos e Ruy Ferreira Júnior (membros), designados pela Portaria nº 01 de 02 de janeiro de 2017. Iniciada a reunião o Presidente da CPL constatou a presença da representante da empresa Dois Pontos Solução em Marketing Ltda, CNPJ 10.757.389/0001-78, Sra. Ilioniza Lima, CPF 874.866.878-87. Ato contínuo a CPL passou à abertura do receptáculo contendo os invólucros nºs 02 e 04, sob os lacres nº1589254 e 1589253. Os invólucros foram verificados quanto a inviolabilidade. Em seguida o Presidente da CPL procedeu a leitura das atas das sessões de avaliação dos planos de comunicação publicitária e técnica. Seqüencialmente passou-se a análise do conteúdo dos invólucros nº 1 e 02, para identificação da autoria do conteúdo do invólucro 1, não identificado. O primeiro invólucro nº 01 identificado, foi da empresa Dois Pontos Solução em Marketing Ltda, campanha “A sua voz na Câmara de Tangará.”, consta a existência de CD e DVD. Em seguida foi identificado o envelope da Agencia de Publicidade e Propaganda GC Ltda EPP, Campanha “Fala cidadão sua voz tem poder.”, contendo campanha e storyboard. Após conferido o conteúdo dos invólucros 1 e 2 por todos os presentes e rubricadas todas as vias contendo os mencionados invólucros, constatou-se quanto ao Plano de Comunicação Publicitária a pontuação que segue: Dois Pontos Solução em Marketing Ltda – média de 44,33 (quarenta e quatro pontos virgula trinta e três décimos). Em seguida a empresa Agencia de Publicidade e Propaganda GC Ltda EPP – média de 29,00 (vinte e nove pontos). Quanto à pontuação atribuída pela Sub-Comissão Técnica aos demais itens da Proposta Técnica, foi constatada a seguinte pontuação: Empresa Dois Pontos Solução em Marketing Ltda – média de 25,30 (vinte e cinco pontos virgula trinta décimos) e empresa Agencia de Publicidade e Propaganda GC Ltda EPP – Média de 21,50 (vinte e um pontos virgula cinqüenta décimos). Ato continuo a CPL procedeu o somatório das pontuações atribuídas ao Plano de Comunicação Publicitária e aos demais quesitos de cada Proposta Técnica, constatando a seguinte pontuação: Empresa Dois Pontos Solução em Marketing Ltda – média de 69,63 (Sessenta e nove pontos virgula sessenta e três décimos); enquanto que a Empresa Agencia de Publicidade e Propaganda GC Ltda EPP média de R$50,50 (Cinquenta pontos virgula cinqüenta décimos). Sendo o resultado geral da Proposta Técnica a seguinte ordem decrescente: Empresa Dois Pontos Solução em Marketing Ltda, em seguida, Agencia de Publicidade e Propaganda GC Ltda EPP. Observou-se ainda que não houve qualquer empresa desclassificada. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação informou que o resultado do julgamento das Propostas Técnicas será divulgado na forma da lei, com a indicação dos licitantes classificados em ordem decrescente de pontuação, sendo que as publicações serão realizadas amanhã, dia 18/04/2017. Ato contínuo o Presidente da Comissão Permanente de Licitação conforme artigo 109 da Lei 8.666 de 21/06/1993 declarou aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias uteis a partir da redação desta ata. Neste momento foi informado aos presentes que, em não havendo interposição de recurso, a reunião seguinte será realizada dia 25/04/2017, próxima terça-feira, às 9:00h. Em havendo interposição recursal será agendada e publicada nova data. Nada mais a tratar, a sessão foi encerrada às 10h e 25min e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, é assinada pelos presentes.

Adriano Serbate

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Marcos Antonio Figueiró

Secretário

Avelina A. Visitação

Membro

Ruy Ferreira Júnior

Membro

Roseval Pereira Santos

Membro

Ilioniza Lima

Dois Pontos Solução em Marketing Ltda

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.311/2017

SÚMULA: ***“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS COM A UNIÃO DAS FACULDADES DE GUARANTÃ DO NORTE – MT - UTÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”***.

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio para a **UNIÃO DAS FACULDADES DE GUARANTÃ DO NORTE – UTÃ** , inscrita no CNPJ sob o n.º 16.967.316/0001-97 do Município de Guarantã do Norte/MT.

Artigo 2º - O valor do Convênio a ser celebrado entre as partes para o repasse dos recursos financeiros é de até R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), divididos em 08 (oito) parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor de R$6.000,00 (seis mil reais) cada uma.

Parágrafo único - Os recursos financeiros de que dispõe este artigo serão destinados ao pagamento de despesas com a manutenção e custeio para o atendimento parcial aos serviços de transporte escolar dos universitários.

Artigo 3º - O Orçamento anual do município disporá a dotação específica visando atender a despesa autorizada no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único: As despesas de que trata esta lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 – SEC MUN DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		
Unidade: 015 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR		
Função: 12 – EDUCAÇÃO		
Sub-Função: 364 – ENSINO SUPERIOR		
Programa: 0019 – TRANSPORTE ESCOLAR		
Projeto: 2155 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR		
Natureza da Despesa:		
0161 – 335041000000 – CONTRIBUIÇÕES	**R$**	**48.000,00**
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**48.000,00**

Artigo 4º - A **UNIÃO DE FACULDADES DE GUARANTÃ DO NORTE - UTÃ** deverá prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela.

§1º - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, nos prazos previstos, instruídas com os seguintes documentos:

a) - Ofício encaminhando a Prestação de Contas;

b) - Documentos originais suportes da despesa;

c) - Devolução de saldo, se houver.

§2º - A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Artigo 5º - Caberá ao Município e ao Controle Interno Municipal a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar as prestações de contas mensais.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 034/2017.

Súmula: "Posterga o Dia do Aniversário do Município de Terra Nova do Norte – MT, e dá outras providências.".

VALTER KUHN, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica postergado para o dia 15 de maio de 2017 (segunda-feira) o feriado relativo ao Aniversário do Município de Terra Nova do Norte - MT, comemorado em 13 de maio.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte/MT, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.312/2017

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar convênio de auxilio financeiro para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Terra Nova do Norte - APAE e dá outras providências.

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênio de auxílio financeiro com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Terra Nova do Norte – APAE, que vigorará até 30 de Novembro de 2017.

§ 1º - O Convênio será para atender despesas com custeio da entidade citada no Caput deste artigo, referentes aos meses de Abril à Novembro de 2017.

Artigo 2º - Será repassado o valor total de R$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais), em 08 (oito) parcelas iguais e consecutivas de R$ 4. 562,50 (quatro mil e quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) cada, com vencimento sempre no último dia de cada mês.

Artigo. 3º - As prestações de contas da aplicação dos recursos deverão ocorrer no mês subsequente à concessão do auxílio, junto à Administração Municipal.

§ 1º - A prestação de contas citada no parágrafo anterior deverá ser nos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa STN 001/97 e suas alterações.

§ 2º - Na hipótese de não ser efetuada a prestação de contas, o caso será encaminhado ao órgão competente a fim de serem tomadas as medidas legais cabíveis.

§ 3º -Na prestação de contas só serão admitidos comprovantes originais de despesa, emitidos apenas em nome do partícipe, em data igual ou posterior à data do empenho do Termo de Cooperação.

§ 4º -Somente serão aceitos comprovantes de despesa emitidos com clareza e contendo quantidades e discriminação dos materiais e serviços, além da perfeita identificação do emitente e seu domicílio.

Artigo 4º - O Orçamento anual do município disporá a dotação específica visando atender a despesa autorizada no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único: As despesas de que trata esta lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: 04.006.12.367.0015.2018 Manutenção e Encargos com o Ensino Especial/Código da dotação 33504100 - Contribuições.

Artigo 5º - Caberá ao Município e ao Controle Interno Municipal a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar as prestações de contas mensais.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2017

Termo de Convênio firmado entre o Município de Terra Nova do Norte/MT, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Terra Nova do Norte/MT, autorizado pela Lei Municipal n.º 1.156/2014.

Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Clóves Felício Vettorato, 101, Centro, CEP 78505-000, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.978.212/0001-00, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **VALTER KUHN,** de ora em diante denominado simplesmente **CONVENIENTE,** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA NOVA DO NORTE - APAE,** pessoa jurídica de direito público, situada no Município e Comarca de Terra Nova do Norte-MT, devidamente inscrito no sob n.º 00. 650.858/0001-00, neste ato representado pela Sr. **LUIZ HENRIQUE ANTUNES,** inscrita no CPF sob o N.º 822.914.031-68, domiciliado nesta Comarca, têm entre si, firme e acertado, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Termo de Convênio tem por objetivo a manutenção e desenvolvimento dos serviços de Educação Especial aos alunos que delem necessitarem, moradores no Município de Terra Nova do Norte, definidos por equipe multidisciplinar, respeitando o que dispõe o Artigo 70 e 71 da 9.394/96.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Parágrafo primeiro: DO MUNICÍPIO

I - A Prefeitura repassará os recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, mensalmente conforme REPASSES DA UNIÃO, de acordo com o cronograma de desembolso abaixo:

Abril/2017	**R$14.720,75**
Maio/2017	**R$14.720,75**
Junho/2017	**R$14.720,75**
Julho/2017	**R$14.720,75**
Agosto/2017	**R$14.720,75**
Setembro/2017	**R$14.720,75**
Outubro/2017	**R$14.720,75**

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do Convênio, examinar e deliberar quanto a aprovação da prestação de contas.

Parágrafo Segundo: DA APAE

I – Utilizar o repasse exclusivamente para o fim contratado na cláusula primeira;

II – Prestar contas dos valores recebidos 60 (sessenta) dias após a data do repasse, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura que apresentará ao FUNDEB.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

Os valores a serem repassados a APAE correspondem à quota-aluno validada no Censo Escolar da APAE nº 51057964 referentes ao ano anterior ao repasse e deverá estar em conformidade com a Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.278, de 29 de novembro de 2007 e seus valores de acordo com a Portaria Ministerial.

Parágrafo único – É vedada a utilização dos recursos com finalidade diversa às estabelecidas na Lei Federal, ainda que em caráter de emergência.

CLÁUSULA QUARTA

A entidade conveniada (APAE) deverá ter a mesma, credenciada junto ao órgão competente do Sistema de Ensino, conforme disciplina a lei vigente, apresentar anualmente toda a documentação exigida pelas normas do FUNDEB, com seu projeto pedagógico aprovado (Autorização CEB nº 362/2010-CEE/MT anexo).

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O prazo da vigência do presente Convênio será até a data de 31/12/2017, a contar da assinatura, renovável mediante novo Convênio.

CLÁUSULA SEXTA

No caso de extinção do Programa objeto deste Convênio, o mesmo será ajustado e adaptado dentro das normas vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FÓRUM

Fica eleito o Foro da Comarca de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, para dirimir qualquer controvérsia que se fundar neste instrumento que não puder ser solucionada pelas partes signatárias.

E, por estarem justas e avençadas, firma-se o presente Convênio, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentais que a tudo participam.

Gabinete do Prefeito do Município de Terra Nova do Norte/MT, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte/MT

LUIZ HENRIQUE ANTUNES

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Terra Nova do Norte/MT - APAE

Testemunhas

01 _____

CPF: _____

02 _____

CPF: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/2017

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA NOVA DO NORTE - APAE.

Pelo presente Termo de Convênio **O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Clóves Felício Vettorato, 101, Centro, CEP 78505-000, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.978.212/0001-00, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Sr. VALTER KUHN**, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO,** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA NOVA DO NORTE - APAE,** pessoa jurídica de direito público, situada no Município e Comarca de Terra Nova do Norte-MT, devidamente inscrito no sob n.º 00.650.858/0001-00, neste ato representado pela Sra. **LUIZ HENRIQUE ANTUNES**, inscrita no CPF sob o N.º 822.914.031-68, domiciliado nesta Comarca, neste ato chamado simplesmente de **CONVENIADO,** resolvem desenvolver Termo de Convênio a fim de**REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS**, objetivando prestar auxilio financeiro a instituição,e observadas às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Custear despesas para atender a Manutenção e Apoio a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA NOVA DO NORTE - APAE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

O valor do presente Termo de Convênio é de R$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais), divididos em 08 (oito) parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor de R$ 4.562,50 (quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) cada uma.

§ 1º – Para a consecução do objeto deste Termo de Convênio, a PREFEITURA transferirá os recursos obedecendo ao seguinte Cronograma de Desembolso:

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS	META	VALOR
Abril	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50
Maio	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50
Junho	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50
Julho	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50
Agosto	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50
Setembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50

Outubro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50
Novembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 4.562,50

§ 2º - A liberação dos valores referidos no presente artigo será feita na ordem de 08 (oito) parcelas mensais no valor de R$ 4.562,50 (quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) pagas até o último dia útil de cada mês, encerrando-se no dia 30 de novembro de 2017, para apoio e custeio das despesas destinadas ao pagamento da manutenção e complementar despesas com gêneros alimentícios, de limpeza e de material de expediente, serviços, apoio e outros custeios.

§ 3º - Os recursos serão liberados pelo Município até o último dia útil de cada mês, e depositados na **Conta Bancária da Associação, Banco do Brasil, Agência 3863-6, Conta Corrente nº 14.603-X**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes deste ato, correrá à conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício, em Dotação Orçamentária própria, de acordo com a autorização legislativa contida na Lei Municipal nº 1237/2015, cuja previsão é a seguinte: 04.006.12.367.0015.2018 Manutenção e Encargos com o Ensino Especial/Código da dotação 33504100 - Contribuições.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA – A vigência deste Termo de Convênio será a partir da data de sua assinatura até 30 de Novembro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS SALDOS – O valor fornecido pelo Município em favor da conveniado decorrente do presente Termo, será destinado exclusivamente para atender objeto deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Prestação de Contas dos Recursos constantes neste Termo de Convênio deverá ser apresentada à PREFEITURA **até o 10º (décimo) dia** do mês subsequente ao repasse, financeiro, contendo as seguintes peças:

a) Relatório de Execução Físico-Financeiro;

b) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferido da aplicação dos recursos do mercado, quando for o caso e os saldos;

c) Extrato da Conta Bancária específica do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;

d) Cópias das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas emitidos em nome do CONVENIADO, devidamente atestados, recebidos e identificados com o número do Termo de Convênio;

e) Devolução do saldo do recurso, no final da vigência do convênio, quando for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS E DESPESAS – Os documentos de despesas tais como, nota fiscal, fatura, ordens bancárias ou recibos deverão ser emitidos em favor do **CONVENIADO.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS SALDOS NÃO UTILIZADOS NO MÊS – Caso não seja utilizado os recursos liberados no mês em sua totalidade, o CONVENIADO poderá utilizá-lo no mês seguinte desde que seja para o mesmo fim, objeto deste Termo de Convênio.

CLAÚSULA OITAVA –DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DO CONVENIADO

I - Compete ao Município:

a) Acompanhar a realização deste convênio através da Prefeitura/ Diretoria de Convênios e Prestações de Contas, com objetivos de fiscalização e avaliação para cumprimento do objeto deste convênio;

b) Liberar os recursos após a apresentação da prestação de contas da parcela anteriormente recebida;

c) Não alterar a autorização de débito, cancelar ou interromper unilateralmente sem aquiescência expressa do CONVENIADO;

d) Não atrasar ou deixar de repassar os recursos estipulados na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio sem notificar o CONVENIADO previamente.

e) Receber as prestações de contas que serão submetidas ao Tribunal de Contas do Estado

II - Compete ao CONVENIADO:

a) Aplicar os recursos financeiros dentro do objetivo proposto a que se refere à Cláusula Primeira;

b) Apresentar à Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT, a prestação de contas dos recursos recebidos **até o 10º (décimo) dia** do mês subsequente ao repasse;

c) Devolver ao **MUNICÍPIO** a parcela ou saldo de parcelas recebidas que por ventura não foram utilizados no objetivo proposto, devidamente atualizado.

d) Facilitar a supervisão e a fiscalização do **MUNICÍPIO**, permitindo-lhe efetuar acompanhamento dos serviços, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação e aos contratos.

e) Manter sob sua guarda os documentos de despesas.

PARÁGRAFO ÚNICO - As faturas, recibos, notas fiscais, e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENIADO, devidamente identificados com número do documento e mantidos em arquivos, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, a disposição dos órgãos de controle interno e externo, no prazo de 5 (cinco) anos contados da aprovação da prestação ou tomada de contas da PREFEITURA, relativos ao exercício da concessão.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO - Objetivando garantir o permanente e contínuo acompanhamento das ações originárias dos objetivos deste Termo de Convênio, a fiscalização por parte do MUNICÍPIO ocorrerá pelo Setor de Convênios e Prestação de Contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO - O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos participes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante a:

I - Utilização, pelo CONVENIADO, dos recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO em desacordo com os objetivos e condições estabelecidos neste instrumento de Termo de Convênio;

II - Falta de apresentação, pelo CONVENIADO, da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES – Será objeto de termo aditivo qualquer alteração necessária pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO – Fica eleito o foro da Comarca de Terra Nova do Norte - MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Convênio.

E assim, por estarem de acordo e contratados assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas (02) testemunhas.

Terra Nova do Norte - MT, 11 de Abril de 2017.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte/MT

LUIZ HENRIQUE ANTUNES

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Terra Nova do Norte/MT - APAE

TESTEMUNHAS:

Nome:_____ CPF: _____	Nome: _____ CPF: _____

PREVITER
PORTARIA N.º 028/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Idade*** *a servidora* Sra. **Nilse Terezinha Capelari.*"***

O Prefeito do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal nº 876/2009 de 31 de março de 2009, que rege a previdência municipal de Terra Nova do Norte, art. 73 da Lei Municipal n.º 079/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos do município, Lei Complementar nº 30 de 31 de dezembro de 2013 que altera em seu inteiro teor a Lei Complementar nº 26 de 06 de dezembro de 2011, que dispõem sobre o Plano de Cargos e Salários da Carreira Instrumental dos servidores pertencentes à área meio da Administração do Poder Executivo do Município de Terra Nova do Norte, e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **APOSENTADORIA POR IDADE**, a Sra. **Nilse Terezinha Capelari**, brasileira, casada portadora do RG n.º 4017690308 SSP- Policia Civil/RS e CPF n.º 627.009.871-87, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva, no cargo de Auxiliar de Nutrição, Limpeza e Manutenção, Classe "A", Nível ''06'', devidamente matriculada sob n. 132, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do PREVITER, n. º **2017.02.00029P**, a partir de **12.04.2017** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Terra Nova do Norte /MT, 12 de abril de 2017.

_____

JOELÇO RIBAS DE MORAIS

Diretor Executivo PREVITER

Homologo:

_____

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

EDITAL DE RESULTADO

PREFEITURA **MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 14/2017 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 20/2017 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 19/2017, TEVE COMO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE – MT, TENDO COMO VENCEDORAS AS EMPRESAS:

REMATEC MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP
CASANOVA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 17 DE ABRIL DE 2017.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.313/2017

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização legislativa para desafetação e posterior alienação via leilão de móveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte/MT, e dá outras providências.

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, à titulo de relevante interesse público, os bens móveis diversos, veículos, máquinas,

sucateados e sucatas, de propriedade do município, em função dos mesmos se encontrarem no estado e em condições anti-econômicos para manutenção e utilização, inservíveis ou irrecuperáveis.

Parágrafo Único - A relação dos bens loteados e autorizados para alienação consta do Anexo I da presente Lei.

Art. 2º - Fica estipulado como preço mínimo de venda aquele definido no Laudo de Avaliação emitido por leiloeiro/avaliador nomeado, conforme Anexo **II** a presente Lei.

Art. 3º - O edital contendo as regras do leilão será publicado ao menos por 02 (duas) vezes em jornal de circulação local.

Art. 4º - Os adquirentes poderão pagar o valor do lanço da seguinte maneira:

I. Soma de arrematações, por adquirente, até o importe de R$3.000,00 (três mil reais), pagamento à vista; II. Soma de arrematações, por adquirente, de R$3.000,01 (três mil reais e um centavo) até o importe de R$10.000,00 (dez mil reais), pagamento em até 03 (três) parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo a primeira no momento da arrematação, e os demais vencimentos ocorrerão no mesmo dia dos meses subsequentes à arrematação; III. Soma de arrematações, por adquirente, acima de R$10.000,01 (dez mil reais e um centavo), pagamento em até 05 (cinco) parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo a primeira no momento da arrematação, e os demais vencimentos ocorrerão no mesmo dia dos meses subsequentes à arrematação

Art. 5º - Os adquirentes ficarão responsáveis pelos tributos que incidirem sobre o bem móvel a partir da arrematação.

Art. 6º - Os recursos oriundos da alienação dos imóveis, serão aplicados apenas para o financiamento de despesas de capital, especificamente na construção de prédio para a **Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINFRA)** barracão de obras em consonância com o disposto no artigo 44 da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 7º - A alienação de que trata esta Lei será feita através da modalidade de público leilão, e será conduzido, obrigatoriamente, por Leiloeiro Público Oficial devidamente habilitado e matriculado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Único – O Leiloeiro receberá somente do arrematante do leilão a comissão que for arbitrada, devendo ficar a Administração Pública Municipal isenta desse pagamento ou de fazer reembolso de despesas, salvo no caso de eventual prejuízo ao mesmo por culpa da Administração.

Art. 8º - Os procedimentos inerentes ao leilão e que competem a administração publica municipal, deverão ser gerenciados pela Comissão Permanente de Licitação, ou por uma Comissão especifica criada para o objetivo fim.

Art. 9º - Está Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte MT, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 05/2017

TERMO DE CONVÊNIO E OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, E UNIÃO DE FACULDADES DE GUARANTÃ DO NORTE - UTÃ ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.

Pelo presente Termo de Convênio **O MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Clóves Felício Vettorato,101, Centro, CEP 78505-000, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.978.212/0001-00, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Sr. VALTER KUHN**, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO,** e a **UNIÃO DAS FACULDADES DE GUARANTÃ DO NORTE - UTÃ,** constitui-se sob a forma de Instituição de Direito Privado, com sede administrativa situada no Município e Comarca de Guarantã do Norte - MT, devidamente inscrito no sob n.º 16.967.316/0001-97, neste ato representado pelo seu Presidente, **Sr. CÁSSIO BRIZZI TRIZZI** brasileiro, casado, portador do RG nº 65773716 SSP/PR, e inscrito no CPF sob o n.º 018.167.259-60, residente e domiciliado na Rua das Flamboyant, nº 629, em Guarantã do Norte - MT, neste ato chamado simplesmente de **INSTITUIÇÃO,** resolvem desenvolver cooperação técnica aprovada pela Lei Municipal nº 1.311/2017, a fim de**REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS para a UNIÃO DE FACULDADES DE GUARANTÃ DO NORTE - UTÃ,** a fim de custear despesas destinadas ao pagamento da manutenção dos serviços de transporte escolar dos universitários**,** objetivando atender as previsões contidas na Cláusula Primeira do referido Termo de Cooperação, e observadas às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Custear despesas para atender a Manutenção e Apoio aos Serviços do transporte escolar dos universitários.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

O valor do presente Termo de Convênio é de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

§ 1º – Para a consecução do objeto deste Termo de Convênio, a COOPERANTE transferirá os recursos obedecendo ao seguinte Cronograma de Desembolso:

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS	META	VALOR
Abril	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Maio	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Junho	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Julho	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Agosto	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Setembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Outubro	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Novembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000

§ 2º - A liberação dos valores referidos no presente artigo será feita na ordem de 08 (oito) parcelas mensais no valor de R$6.000 (seis mil reais) pagas até o último dia útil de cada mês, encerrando-se no dia 30 de novembro de 2017, para apoio e custeio das despesas destinadas ao pagamento da manutenção e o atendimento parcial aos serviços de transporte escolar dos universitários.

§ 3º - Os recursos serão liberados pelo Município até o último dia útil de cada mês, para a **UNIÃO DAS FACULDADES DE GUARANTÃ DO NORTE - UTÃ**, através de depósito bancário diretamente na conta corrente da instituição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes deste ato, correrá à conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício, em Dotação Orçamentária própria, de acordo com a autorização legislativa contida na Lei Municipal nº __/2017 de __ de _____de 2017, cuja previsão é a seguinte:

Órgão: 04 – SEC MUN DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		
Unidade: 015 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR		
Função: 12 – EDUCAÇÃO		
Sub-Função: 364 – ENSINO SUPERIOR		
Programa: 0019 – TRANSPORTE ESCOLAR		
Projeto: 2155 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR		
Natureza da Despesa:		
0161 – 335041000000 – CONTRIBUIÇÕES	**R$**	**48.000,00**
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**48.000,00**

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA – A vigência deste Termo de Convênio será a partir da data de sua assinatura até 30 de novembro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS SALDOS – O valor fornecido pelo Município em favor da proponente decorrente deste presente Termo, será destinado exclusivamente para atender objeto deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Prestação de Contas dos Recursos constantes neste Termo de Cooperação deverá ser apresentada à CONCEDENTE até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao repasse, financeiro, contendo as seguintes peças:

a) Relatório de Execução Físico-Financeiro;

b) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferido da aplicação dos recursos do mercado, quando for o caso e os saldos;

c) Extrato da Conta Bancária específica do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;

d) Cópias das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas emitidos em nome da Instituição, devidamente atestados, recebidos e identificados com o número do Termo de Convênio;

e) Devolução do saldo do recurso, no final da vigência do convênio, quando for o caso.

f) Laudo de vistoria sobre as avarias e danos causados no ônibus fornecido pelo município.

CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS E DESPESAS – Os documentos de despesas tais como, nota fiscal, fatura, ordens bancárias ou recibos deverão ser emitidos em favor da **INSTITUIÇÃO.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS SALDOS NÃO UTILIZADOS NO MÊS – Caso não seja utilizado os recursos liberados no mês em sua totalidade, a Secretaria Executiva da Instituição poderá utilizá-lo no mês seguinte desde que seja para o mesmo fim, objeto deste Termo de Cooperação.

CLAÚSULA OITAVA –DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E INSTITUIUÇÃO

1º Compete ao Município:

a) Acompanhar a realização deste convênio através da Prefeitura/ Diretoria de Convênios e Prestações de Contas, com objetivos de fiscalização e avaliação para cumprimento do objeto deste convênio;

b) Liberar os recursos após a apresentação da prestação de contas da parcela anteriormente recebida;

c) Não alterar a autorização de débito, cancelar ou interromper unilateralmente sem aquiescência expressa da INSTITUIÇÃO;

d) Não atrasar ou deixar de repassar os recursos estipulados na Cláusula Segunda deste Termo de Contrato de Cooperação Técnica sem notificar a Instituição previamente.

e) Receber as prestações de contas que serão submetidas ao Tribunal de Contas do Estado.

2º Compete a UNIÃO DAS FACULDADES DE GUARANTÃ DO NORTE - UTÃ :

a) Aplicar os recursos financeiros dentro do objetivo proposto a que se refere à Cláusula Primeira;

b) Apresentar à Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT, a prestação de contas dos recursos recebidos até o último dia útil de cada mês;

c) Movimentar conta específica em Instituição Financeira Oficial.

d) Devolver ao **MUNICIPIO** a parcela ou saldo de parcelas recebidas que por ventura não foram utilizados no objetivo proposto, devidamente atualizado.

e) Facilitar a supervisão e a fiscalização do **MUNICIPIO**, permitindo-lhe efetuar acompanhamento dos serviços, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação e aos contratos.

f) Manter sob sua guarda os documentos de despesas.

g) Responsabiliza-se por todos os danos e avarias causados no veículo fornecido pela prefeitura.

h) Custear as despesas de manutenção e mecânica no veículo fornecido pelo município

PARÁGRAFO ÚNICO - As faturas, recibos, notas fiscais, e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da INSTITUIÇÃO, devidamente identificados com número do documento e mantidos em arquivos, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, a disposição dos órgãos de controle interno e externo, no prazo de 5 (cinco) anos contados da aprovação da prestação ou tomada de contas da CONCEDENTE, relativos ao exercício da concessão.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO - Objetivando garantir o permanente e contínuo acompanhamento das ações originárias dos objetivos deste Termo de Termo de Convênio, a fiscalização por parte do MUNICÍPIO ocorrerá pela Diretora de Convênios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO - O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos participes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante a:

Utilização, pela INSTITUIÇÃO, dos recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO em desacordo com os objetivos e condições estabelecidos neste instrumento de Termo de Convênio;

Falta de apresentação, pela instituição, da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES - Em caso de inadimplência ou não custeio das avarias e danos causados no veiculo por parte da INSTITUIÇÃO, o MUNICÍPIO determinará o bloqueio dos recursos transferidos, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis, ressalvadas as exceções decorrentes de previsões legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES – Será objeto de termo aditivo qualquer alteração necessária pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FÓRUM – Fica eleita o foro da Comarca de Terra Nova do Norte - MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Cooperação.

E assim, por estarem de acordo e contratados assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas (02) testemunhas.

Terra Nova do Norte - MT, 11 de Abril de 2017.

Valter Kuhn Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte/MT	**Cássio Brizzi Trizzi** Presidente da União das Faculdades De Guarantã do Norte - UTA

TESTEMUNHAS:

Nome:_____ CPF: _____	Nome: _____ CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

AVISO DE LICITAÇÃO 005/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017

O Município de Tesouro - MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.543.303/0001-49, com sede à Rua Humberto Marcílio, nº 158, Centro, nesta cidade de Tesouro – MT, através da sua Comissão Permanente de Licitação nomeado pela portaria nº 43 e 44/2017 de 01 de Fevereiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, **que às 09:00hs, do dia 28/04/2017,** realizará LICITAÇÃO na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e lei complementar 123/06, com a abertura dos envelopes nº. 01 e 02, contendo a Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, respectivamente para o seguinte objeto**: Contratação de profissionais na área da saúde, para atendimento no município de Tesouro - MT, conforme Termo de Referência, Anexo I, parte integrante do Edital;** os interessados poderão retirar o Edital completo, no site http://www.pmtesouro.com.br/, ou solicitando através do E-mail: prefeitura.tesouro@gmail.com telefone para contato (66) 3435-1118- Departamento de Licitação.

Tesouro – MT 17 de Abril de 2017.

ARTHUR JOSÉ REGO LACERDA

PREGOEIRO

PROJETOS EM ANDAMENTO

RELATÓRIOS DE PROJETOS EM ANDAMENTOS

EXERCICIO DE 2017

PROJETOS	EXECUTADOS EM 2016	A EXECUTAR R$ 0,00
01 – Construção de uma ponte no Areado	**Contrato Nº 10/ 2016 –**	Obra inacabada
Asfalto de ruas urbanas no Bairro Vila Leite	**Contrato Nº 68/ 2015 –**	Obra inacabada
Reforma da Escola Mun. Sagrado Coração de Jesus	**Contrato n° 36/ 2016**	Obra inacabada
Reforma da Unidade de Saúde Maria José de Sá Araújo.	**Contrato n° 42/ 2014**	Obra inacabada

Antônio Leite Barbosa

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 007/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 007/2017

O MUNICÍPIO DE TESOURO - MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.543.303/0001-49, com sede à Rua Humberto Marcílio, nº 158, Centro, nesta cidade de Tesouro – através da sua Comissão Permanente de Licitação nomeado através da portaria nº 43 e 44/2017 de 01 de Fevereiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que às 10:00 hs do dia 05/05/2017, realizará LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL RP, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e 123/06, , com a abertura dos envelopes nº. 01 e 02, contendo a Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, respectivamente para o seguinte objeto: **"Aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores, conforme detalhado no Anexo III - Termo de Referência e demais Anexos''**, os interessados po-

derão retirar o Edital completo, no site http://www.pmtesouro.com.br/, ou solicitando através do E-mail: prefeitura.tesouro@gmail.com telefone para contato (66) 3435-1118- Departamento de Licitação.

Tesouro – MT 17 de Abril de 2017.

ARTHUR JOSÉ REGO LACERDA

PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO 006/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017

O MUNICÍPIO DE TESOURO - MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.543.303/0001-49, com sede à Rua Humberto Marcílio, nº 158, Centro, nesta cidade de Tesouro – através da sua Comissão Permanente de Licitação nomeado através da portaria nº 43 e 44/2017 de 01 de Fevereiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que às 14h00min do dia 28/04/2017, realizará LICITAÇÃO na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e 123/06, com a abertura dos envelopes nº. 01 e 02, contendo a Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, respectivamente para o seguinte objeto: **"Aquisição de Veículos, conforme detalhado no Anexo I - Termo de Referência e demais Anexos"**, os interessados poderão retirar o Edital completo, no site http://www.pmtesouro.com.br/, ou solicitando através do E-mail: prefeitura.tesouro@gmail.com telefone para contato (66) 3435-1118- Departamento de Licitação.

Tesouro MT 17 de Abril de 2017.

ARTHUR JOSÉ REGO LACERDA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

CÂMARA MUNICIPAL DE TORIXORÉU
RESOLUÇÃO ESPECIAL 01/2017

RESOLUÇÃO ESPECIAL 01/2017

"***DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO DE DENÚNCIA POR INFRAÇÃO ÉTICO-DISCIPLINAR DE VEREADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

A Presidente Interina da Câmara Municipal de Torixoreu- Estado de Mato Grosso, Senhora Maria Lucia Rocha da Silva,no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica recebido pelo Soberano Plenário desta Augusta Casa de Leis por maioria absoluta a denuncia que requer a **CASSAÇÃO DE MANDATO ELETIVO DO VEREADOR Valdemar de Oliveira Alves,** Presidentedeste Poder Legislativo.

Art. 2º. Fica estabelecido, o prazo de 90 dias para a conclusão da presente comissão processante.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Torixoreu- MT., 13 de abril de 2017.

Maria Lucia Rocha da Silva

Presidente Interina da Câmara Municipal de Torixoreu

CÂMARA MUNICIPAL DE TORIXORÉU
RESOLUÇÃO ESPECIAL 02/2017

RESOLUÇÃO ESPECIAL 02/2017

"***DISPÕE SOBRE AFASTAMENTO DE VEREADOR POR INFRAÇÃO ÉTICO-DISCIPLINAR DE VEREADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

A Presidente Interina da Câmara Municipal de Torixoreu- Estado de Mato Grosso, Senhora Maria Lucia Rocha da Silva,no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º.Fica o vereador valdemar de oliveira alves, AFASTADO DO CARGO de Vereador e consequentemente de presidente da mesa diretora por 90 dias, EM FUNÇÃO DO RECEBIMENTO por este Soberano Plenário, por maioria absoluta de denuncia, por descumprir ordem judicial.

Art. 2º. Fica estabelecido, o prazo de 90 dias para a conclusão da presente comissão processante.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Torixoreu- MT., 13 de abril de 2017.

Maria Lucia Rocha da Silva

Presidente Interina da Câmara Municipal de Torixoreu

CÂMARA MUNICIPAL DE TORIXORÉU
RESOLUÇÃO ESPECIAL 03/2017

RESOLUÇÃO ESPECIAL 03/2017

"***DISPÕE SOBRE composição da Comissão processante para investigar VEREADOR POR INFRAÇÃO ÉTICO-DISCIPLINAR DE VEREADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

A Presidente Interina da Câmara Municipal de Torixoreu- Estado de Mato Grosso, Senhora Maria Lucia Rocha da Silva,no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º.Fica composta a comissÃo processante para investigar o vereador valdemar de oliveira alves, da seguinte forma:

Presidente: Jonathas dos Santos Soares.

Relator: Jose Inácio de Carvalho.

Membro: Maria Lucia Rocha silva.

Art. 2º. Fica estabelecido, o prazo de 90 dias para a conclusão da presente comissão processante.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Torixoréu- MT., 13 de abril de 2017.

Maria Lucia Rocha da Silva

Presidente Interina da Câmara Municipal de Torixoreu

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 30/2017

Aos **17 (dezessete)** dias do mês abril de 2017, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDELIS, autoriza a Empresa **Empresa Schuring e Schuring Ltda, inscrita no CNPJ n°. 329571690001-20**, representado por seu sócio administrador Sr. Benedito Eliseu Schuring a executar os serviços de elaboração dos projetos de demolição e construção da EMEB "Pe. Luíz Maria Ghisoni" sita a ruaC, Qd 31, bairro: Vila Várzea Grande – MT, conforme contrato n°. 080.2014, considerando o 3° Aditivo ao contrato publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios em 07/04/2017.

Prof° Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

PORTARIA GAB/PREF/PMVG 14/2017

Dispõe sobre a Designação de Servidor Público para a Controladoria Geral do Município de Várzea Grande, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **Edson Roberto Silva**, Secretário Municipal – DNS 1, da Secretaria Municipal de Planejamento, para responder pela Controladoria Geral do Município, sem prejuízo de suas respectivas funções e sem ônus para a Administração Pública Municipal.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir de 18 de abril de 2017, revogadas as disposições contrárias.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17 de abril de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

EDITAL DE ARRECADAÇÃO DE IMÓVEL

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande torna público que instaurou processo para arrecadação de uma área de 400 m2, localizada no bairro Jardim das Oliveira/Parque São João, assim descrita:

Partindo do M.1 situado a 46,50 m da Rua Bélgica e a 15,00 mts do córrego, com coordenada de UTM E= 597.018,53, e N= 8.266.466,23, deste seguindo com a distância de 20,00 m no azimute de 149º37'20", divisando com a Rua Sabiá até o M.2; deste segue com a distância de 20,00 m no azimute de 239º37'20" divisando com área de Quem de Direito até o M.3; deste segue com a distância de 20,00 m no azimute de 329º37'20" divisando com Quem de Direito até o M.4; deste segue com a distância de 20,00 m no azimute de 59º37'20" divisando com Quem de Direito até o M.1; ponto inicial da descrição desse perímetro.

Os interessados deverão manifestar-se dentro do prazo de 45 dias a contar da data de publicação deste Edital.

Várzea Grande, 13 de Abril de 2017

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 331/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta dos Processos nº 413162/2016,

RESOLVE:

Reconhecer em favor da servidora ***SEBASTIANA BARBOSA DOS SANTOS*****,** matrícula 42652, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, o Tempo de Serviço prestado ao Município de Várzea Grande-MT, constante na Certidão de Tempo de Serviço SAD/VG, no cargo de Contínua – Símbolo A-01, no período compreendido entre **01.02.1989 a 14.12.1993,** no total de **1.778 (Um mil setecentos e setenta e oito) dias líquidos, ou ainda, 04 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 18 (dezoito) dias, para todos os Efeitos legais.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea G1rande-MT, 13 de abril 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 330/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta dos Processos nº 377977/2016 e 420134/2017,

RESOLVE:

Reconhecer em favor da servidora ***ELANA CATARINA MONTEIRO MAYER*****,** matrícula 84454, exercendo o cargo de Técnico de Desenvolvimento Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, o Tempo de Serviço prestado ao Município de Várzea Grande-MT, constante na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS nº 10001100.1.00228/16-1, no cargo de Conselheiro Tutelar, no período compreendido entre **25.08.2009 a 23.05.2012,** no total de **1.002 (Um mil e dois) dias líquidos, ou ainda, 02 (dois) anos, 08 (oito) meses e 29 (vinte e nove) dias, para todos os Efeitos legais.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea G1rande-MT, 13 de abril 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 334/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 411626/2016,

RESOLVE:

Averbar em favor da servidora, ***ERLY GONÇALVES DE CAMPOS***, Matrícula 14960, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor I a IV, o Tempo de Contribuição, constante na Certidão de Tempo de Contribuição do MTPREV nº 023583/2016, referente aos serviços prestados na SEDUC/MT, no cargo de Agente Administrativo, **nos períodos de 30.04.1980 a 31.07.1980; 01.04.1981 a 30.06.1981; e 21.02.1983 a 17.07.1987, respectivamente, correspondendo a 1.793 (Um mil, setecentos e noventa e três) dias líquidos,** no total de **04 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 03 (três) dias líquidos, para efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 13 de abril de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 333/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 432790/2017,

RESOLVE:

Averbar em favor da servidora, ***JULIETA COELHO BATISTA***, Matrícula 25495, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de merendeira, o Tempo de Contribuição, constante na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS nº 10001030.1.00037/

17-0, referente aos serviços prestados na iniciativa privada, (Empresas: Banco Financial S.A; Comercial Ponta Porã S.A; e Banco Real S.A), **nos períodos de 16.02.1978 a 16.11.1978; 09.04.1980 a 14.05.1980; e 02.07. 1980 a 01.09.1982, respectivamente, correspondendo a 1.102 (Um mil, cento e dois) dias líquidos,** no total de **03 (três) anos, 00 (zero) meses e 07 (sete) dias líquidos, para efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 13 de abril de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 332/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 434563/2017,

RESOLVE:

Averbar em favor do servidor, ***OSMAR DE OLIVEIRA***, Matrícula 37988, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor V a VIII, o Tempo de Contribuição, constante na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS nº 10001100.1.00082/ 16-7, referente aos serviços prestados na iniciativa privada, (Empresas: Lucia Helena Poletti-ME; Iódice Indústria e Comércio de Moda Limitada; Iódice Indústria e Comércio de Moda Limitada; Gráfica Elite Ltda; Centro Educacional Dom Orlando Chaves; Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso; CPF.: 111.250.559-81.), **nos períodos de 01.09.1977 a 12.06.1978; 01.09.1978 a 30.09.1981; 01.11.1981 a 30.11.1982; 01.11. 1983 a 31.03.1988; 03.05.1988 a 12.02.1996, respectivamente, correspondendo a 6.257 (Seis mil, duzentos e cinqüenta e sete) dias líquidos,** no total de **17 (dezessete) anos, 01 (um) mês e 22 (vinte e dois) dias líquidos, para efeitos de Aposentadoria E Disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 13 de abril de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 329/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 434357/2017,

RESOLVE:

Revogar a Portaria n° 787/2016, que averbou em favor do servidor ***PAULO CEZAR SIQUEIRA***, Matrícula 38607, lotado na Secretaria Municipal de Viações, Obras e Urbanismo, exercendo o cargo de Agente de Desenvolvimento Econômico e Social, o tempo de serviço prestado à iniciativa privada, correspondendo a **10 (dez) anos, 03 (três) meses e 13 (treze) dias, totalizando 3.753 (três mil setecentos e cinqüenta e três) dias líquidos, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 13 de abril de 2017.

.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2017

PARTES: DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – MT - DAE/VG e a empresa MULTUS COMERCIAL LTDA - ME

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 008/2017

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MATERIAL DE CONSUMO, CLASSIFICADO COMO EPI – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA ATENDER OS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – MT.

VALOR: O valor do presente Contrato é de R$ **73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais).**

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

FORO: Várzea Grande-MT

ASSINATURA: 12/04/2017

Várzea Grande, 12 de abril de 2017

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE DO DAE-VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2017

PARTES: DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE - MT – DAE/VG e a empresa S.M. GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 006/2017

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – MT.

VALOR: O valor do presente Contrato é de R$ **106.500,00** (cento e seis mil e quinhentos reais)**.**

VIGÊNCIA: 12(doze) meses

FORO: Várzea Grande-MT

ASSINATURA: 11/04/2017

Várzea Grande, 11 de abril de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE DO DAE-VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2017

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG.

CONTRATADA: **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - FUFMT.**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 010/2017 – Dispensa de Licitação

OBJETO: Contratação de instituição brasileira incumbida estatutariamente da pesquisa, do ensino e/ou do desenvolvimento institucional, com inquestionável reputação ético-profissional para planejar, elaborar, organizar e realizar o concurso público de provas para o provimento de cargos do quadro de servidores do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, além de formação de cadastro de reserva.

VALOR: Custo fixo no valor de **R$ 191.366,00 (cento e noventa e um mil e trezentos e sessenta e seis reais)**.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato

FORO: Várzea Grande-MT

ASSINATURA: 13/04/2017.

Várzea Grande, 13 de abril de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE DO DAE-VG

PORTARIA Nº 050/2017/GAB/SMECEL/VG

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor **GONÇALO JOSÉ CORREA**, portador da Cédula de Identidade RG n. 153759-8 SSP/MT, CPF: N. 241.335.311-91, como fiscal do contrato em substituição do Servidor **JUZELITO GONÇALO GALVÃO**, conforme a Clausula 11.3 em Relação à **Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer** no convênio72/2016 firmado entre o Município e a empresa M de LP Almeida, CNPJ n. 15.337.202/0001-09.

Artigo 2°- Os demais termos do contrato permanecem inalterados.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2017.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 17 de abril de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº. 024 /SEGEFAZ/2017

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato firmado pelo Município de Várzea Grande.

JOÃO BENEDITO GONÇALVES NETO, Secretário Municipal de Gestão Fazendária, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015, expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Fica designado o Senhor **RUBENS GALDINO PAIVA**, Servidor Público, no Cargo de Coordenador de Fiscalização, portadora da Cédula de Identidade RG nº 0017736-9 SSP/MT, CPF nº 111.398.031-15, residente na Rua Comandante Costa, 1915, Bairro Centro Sul, Cuiabá-MT, Matrícula nº 96322, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 040/2014, firmado com a Empresa **ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA LOPES-EPP,** inscrita sob o **CNPJ nº 08.878.857/0001-10**, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos de apoio na apuração do Valor Adicionado do Município de Várzea Grande, bem como treinamento e acompanhamento da equipe de trabalho municipal, com vistas ao cálculo do IPM – Índice de Participação do Município na arrecadação do ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, de competência do Governo do Estado de Mato Grosso e demais serviços especificados no referido contrato, e, Termos Aditivos e apostilamentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revoga no que couber a Portaria nº. 002 /2015 de 14/12/0215.

Paço Municipal “Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 31 de março de 2017.

João Benedito Gonçalves Neto

Secretário Municipal de Gestão Fazendária

AVISO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO N. 004/2017

Processo: 439211/2017. O Município de Várzea Grande, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna publico aos interessados que, fará realizar licitação na modalidade de **CHAMADA PÚBLICA**, para **CREDENCIAMENTO**, cujo objeto é **Credenciamento de Pessoa (s) Jurídica (s) devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS para atuar como Administradora(s) de Benefícios objetivando disponibilizar plano (s) coletivo (s) empresarial (is) de assistência à saúde suplementar de, no mínimo, 1 (uma) operadora de planos de assistência médica, visando a prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar, fisioterápica, psicológica e internação, compreendendo partos e tratamentos realizados no País, com padrão de enfermaria e apartamento individual, centro de terapia intensiva, ou similar, para tratamento das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial e assistência odontológica de, no mínimo, 1 (uma) operadora de assistência odontológica aos servidores efetivos ativos e inativos, Prefeito, Vice-Prefeito, ocupantes de cargos comissionados sem vínculo efetivo com a Administração Pública Municipal, servidores requisitados para a Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, seus dependentes e pensionistas.** Os interessados deverão entregar a documentação e proposta exigida, na Superintendência de Licitação no endereço abaixo. A abertura dos envelopes se dará em sessão pública do **dia 12 de Maio de 2017, às 08h30min** (fuso horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados,

na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento dos custos de R$ 0,13 não restituível, e gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande - MT, 17 de Abril de 2017. **Pablo Gustavo Moraes Pereira,** Secretário Municipal de Administração.

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2016

Processo n.432851/2017. Visto. Observou-se a necessidade apresentada pela Superintendente de Atenção Básica, para adesão a Ata de Registro de Preços nº. 028/2016, oriunda do Ministério da Saúde, a referida adesão justifica-se pela celeridade do processo, bem como a importância da aquisição do material, conforme Termo de Referência nº. 027/2017. Formalizada todo o cumprimento dos requisitos legais necessária da referida adesão, uma vez que a ARP se encontra vigente, o Órgão Gerenciador autorizou a adesão e o fornecedor também concorda com a pretendida adesão, conforme consta nos autos.Desse modo AUTORIZO a ADESÃO à Ata de Registro de Preços nº. 028/2016 do Pregão Eletrônico SRP nº. 025/2016, da empresa PMH – Produtos Hospitalares Ltda**, inscrita no CNPJ nº. 00.740.696/0001-92,** para atender as necessidades da Superintendência de Atenção Básica, conforme Termo de Referência nº. 027/2017, no valor global de R$ 8.208,48 (Oito mil duzentos e oito reais, quarenta e oito centavos). Nos termos do artigo 22 do Decreto Federal nº. 7.892/2013. Publique-se e cumpra-se. Empenhem-se os recursos necessários. Várzea Grande-MT, 17 de abril de 2017. **Diógenes Marcondes, Secretário deSaúde/SMSVG.**

PORTARIA Nº 338/2017

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ELISABETE MARCONCINI DE MORAES COSTA**
MATRICULA	13657
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	4914/2005
LICENÇA PRÊMIO	67 (sessenta e sete) dias
QUINQUÊNIO	**15.02.1997/2002**
PERÍODO DE GOZO	02.02.2017 à 09.04.2017

SERVIDOR	**FÁTIMA ROSÂNGELA DE ARRUDA**
MATRÍCULA	16267
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	406524/2016
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**20.02.2010/2015**
PERÍODO DE GOZO	02.03.2017 à 01.06.2017

SERVIDOR	**GERALDA GALDINA DE MELO**
MATRICULA	17379
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	1799/2004
LICENÇA PRÊMIO	02 (dois) meses
QUINQUÊNIO	**01.04.1999/2004**
PERÍODO DE GOZO	02.04.2017 à 02.06.2017

SERVIDOR	**HILZA MARTINS DE SOUZA**
MATRICULA	19310
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	376904/2016
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**30.04.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	08.03.2017 à 08.06.2017

SERVIDOR	**ISABEL CRISTINA PEREIRA BORGES**
MATRICULA	20023
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	3867/2005
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**25.05.2000/2005**
PERÍODO DE GOZO	01.04.2017 à 01.07.2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 17 de Abril de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 337/2017

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ANTONIL DE FÁTIMA CARVALHO BORGES**
MATRICULA	3988
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	1335/2008
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**30.08.2002/2007**
PERÍODO DE GOZO	03.04.2017 à 01.07.2017

SERVIDOR	**APARECIDO AMARAL RIBEIRO**
MATRÍCULA	4693
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	253576/2014
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**05.07.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	01.05.2017 à 01.08.2017

SERVIDOR	**CLARICE EUGENIA DE CAMPOS**
MATRICULA	7950
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	283876/2015
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**28.02.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	01.04.2017 à 29.06.2017

SERVIDOR	**DALUZA BENEDITA DE ARRUDA**
MATRICULA	9563
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	357299/2016
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**15.02.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	23.02.2017 à 23.05.2017

SERVIDOR	**DANIELLY JENEZERLAU SILVA SANTOS**
MATRICULA	9888
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	371495/2016
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**01.03.2011/2016**
PERÍODO DE GOZO	28.03.2017 à 28.06.2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 17 de Abril de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 336/2017

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**SILVANA OLIVEIRA AGUIAR SANTOS**
MATRICULA	43463
CARGO	Guarda Municipal
PROCESSO N°	72897/2012
LICENÇA PRÊMIO	45 (quarenta e cinco) dias
QUINQUÊNIO	**01.06.2005/2010**
PERÍODO DE GOZO	22.04.2017 à 05.06.2017

SERVIDOR	**VANDA DE CAMPOS**
MATRÍCULA	46063
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	431478/2017
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**15.02.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	03.04.2017 à 03.07.2017

SERVIDOR	**VERA LÚCIA BERNARDES PIONEDO**
MATRICULA	46518
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	302093/2015
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**28.02.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	06.02.2017 à 06.05.2017

SERVIDOR	**ANAMARIA GERALDO**
MATRICULA	3237
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	86212/2012
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**15.02.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	10.04.2017 à 10.07.2017

SERVIDOR	**ANA VICÊNCIA DE BARROS FIGUEIREDO**
MATRICULA	3215
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	426278/2017
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**15.02.2011/2016**
PERÍODO DE GOZO	20.03.2017 à 19.06.2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 17 de Abril de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 335/2017

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** à servidora abaixo:

SERVIDOR	**DORACY MARIA DE FIGUEIREDO CUNHA**
MATRICULA	95456
CARGO	Agente Administrativo
PROCESSO N°	266794/2014
LICENÇA PRÊMIO	01 (um) mês
QUINQUÊNIO	**28.06.2005/2010**
PERÍODO DE GOZO	24.04.2017 à 24.05.2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 13 de Abril de 2017.

‘ ‘/

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 339/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Abril de 2017**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
32535	MARIA DO CARMO OLIVEIRA ARRUDA	Efetivo/Comissionado	2014/2015	17.04.17 A 21.04.17 (05 dias)
47040	VOLNEY DAVID DE OLIVEIRA	Efetivo	2014/2015	17.04.17 a 16.05.17 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 340/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Abril de 2017**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONOMICO E TURISMO.				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
110165	JOSE ANTONIO DA SILVA	Comissionado	2015/2016	17.04.17 A 01.05.17 (15 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17 de abril de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 341/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Abril de 2017**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
19398	HUMBERTO MACEDO ZORZETTI	Efetivo	2014/2015	15.04.17 A 14.05.17 (30 dias)
22451	JOÃO MESSIAS SANTOS BARROS	Efetivo	2014/2015	17.04.17 A 16.05.17 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17 de abril de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 342/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Abril 2017**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
13147	ELIANA MUNIZ AGUIAR	Efetivo	2014/2015	03.04.17 A 02.05.17 (30 dias)
20151 **1ª** Cad.	ISIS KATIA NOVAES HAUER	Efetivo	2015/2016	04.04.17 A 03.05.17 (30 dias)
20151 **2ª** Cad.	ISIS KATIA NOVAES HAUER	Efetivo	2015/2016	04.04.17 A 03.05.17 (30 dias)
111373	LUCIENE TOBIAS DE MIRANDA	Comissionado	2016/2017	04.04.17 A 03.05.17 (30 dias)
111184	MARIO DE FATIMA DA SILVA	Comissionado	2016/2017	10.04.17 A 09.05.17 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17 de abril de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 343/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Abril de 2017**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
84701	EDNIL LIBANIO DA COSTA– 2º Vinculo	Efetivo	2013/2014	01.04.17 A 30.04.17 (30 dias)
23524	JOSE APARECIDO DA SILVA	Efetivo	2014/2015	03.04.17 A 02.05.17
84696	MARCELO COLOGNESE	Efetivo	2015/2016	01.04.17 A 30.04.17 (30 dias)
30783	MARCELO NEVES LOTUFO – 1º Vinculo	Efetivo	2012/2013	01.04.17 A 30.04.17 (30 dias)
84700	MARCELO NEVES LOTUFO – 2º Vinculo	Efetivo	2011/2012	01.04.17 A 30.04.17 (30 dias)
110482	MARCILENE DE OLIVEIRA	Efetivo	2015/2016	01.04.17 A 30.04.17 (30 dias)
31504	MARIA ALEIXA DA SILVA PRADO	Efetivo	2015/2016	01.04.17 A 30.04.17 (30 dias)
34056	MARILEY FERREIRA DO ESPIRITO SANTO	Efetivo	2015/2016	01.04.17 A 30.04.17 (30 dias)
35844	MIRIAM DE FATIMA NASCHENVERNG PINHEIRO	Efetivo	2012/2013	24.03.17 A 22.04.17 (30 dias)
41801	ROSINEL BERTASSO FERNANDES	Efetivo	2015/2016	01.04.17 A 30.04.17 (30 dias)
43605	SILVIO NEVES DOS SANTOS	Efetivo	2015/2016	01.04.17 A 30.04.17
84962	ZIAD HAMAQUI	Efetivo	2014/2015	01.04.17 A 30.04.17 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17 de abril de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

DECISÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): CCL SILVA & CIA LTDA – ME (REMÉDIO POPULAR DO BRASIL)

Data da Notificação: 04/11/2016

Data da Decisão: 06/03/2017

CPF/CNPJ nº: 19.066.740/0001-59

Processo nº: 417819/16

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

DECISÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): CLÍNICA ODONTO SOLUÇÕESLTDA – ME (CLÍNICA SOLUÇÕES ODONTOLÓGICAS)

Data da Notificação: 19/10/2016

Data da Decisão: 06/04/2017

CPF nº: 20.292.357/0001-06

Processo nº: 417840/16

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação da pena de **ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

DECISÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): DROGARIA ALZIRA LTDA – ME (DROGARIA BRASIL)

Data da Notificação: 26/09/2016

Data da Decisão: 06/03/2017

CPF/CNPJ nº: 02.761.194/0001-73

Processo nº: 405876/16

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

DECISÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): DROGARIA SM OLIVEIRA LTDA – ME (DROGARIA MAIS SAÚDE)

Data da Notificação: 13/10/2016

Data da Decisão: 03/03/2017

CPF/CNPJ nº: 12.327.964/0001-28

Processo nº: 417740/16

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

DECISÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): ERNANI RODRIGUES PEREIRA & CIA LTDA – ME (DROGARIA CENTRAL)

Data da Notificação: 29/07/2016

Data da Decisão: 28/02/2017

CPF/CNPJ nº: 07.306.304/0001-20

Processo nº: 417770/16

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, II da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de MULTA DE 50 UPF.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

DECISÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): FÁBIO PEREZ LOCATELLI 7 CIA LTDA – ME (DROGA SUPER)

Data da Notificação: 01/07/2016

Data da Decisão: 28/02/2017

CPF/CNPJ nº: 10.404.780/0001-99

Processo nº: 417736/16

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, II da Lei nº 3863/12, pela aplicação **DE ANULAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 040154/2016.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

DECISÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): HELOÍSA PEREIRA DE SOUZA (ESPLANADA MOTEL)

Data da Notificação: 01/02/2017

Data da Decisão: 06/04/2017

CPF/CNPJ nº: 03.507.217/0002-61

Processo nº: 432297/17

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, II da Lei nº 3863/12, pela aplicação da pena de **MULTA DE 50 UPF.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

DECISÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): JESUS ROPBERTO ROCHA (DROGA MASTER VÁRZEA GRANDE)

Data da Notificação: 29/08/2016

Data da Decisão: 28/02/2017

CPF/CNPJ nº: 36.885.044/0001-93

Processo nº: 405868/16

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

DECISÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): LIBINDO PIRES BRAMDOLFF

Data da Notificação: 10/05/2016

Data da Decisão: 02/09/2016

CPF/CNPJ nº: 681.777.048-14

Processo nº: 438560/2017

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, II da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de MULTA DE 50 UPF.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

DECISÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): LIMA IND E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME (SHOCOPAM ALIMENTOS)

Data da Notificação: 14/09/2016

Data da Decisão: 06/04/2017

CPF/CNPJ nº: 15.373.109/0001-41

Processo nº: 417838/16

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação da pena de **ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

DECISÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): NILTON JOSÉ ANTÔNIO MATEUS – ME (RESTAURANTE SHOPPING)

Data da Notificação: 23/08/2016

Data da Decisão: 06/04/2017

CPF/CNPJ nº: 12.648.492/0001-05

Processo nº: 417820/16

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, I da Lei nº 3863/12, pela aplicação da pena de **ADVERTÊNCIA.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

DECISÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): RJ ARAÚJO PIMENTEL EIRELI – ME (DROGARIA SUPER POPULAR)

Data da Notificação: 18/10/2016

Data da Decisão: 28/02/2017

CPF/CNPJ nº: 21.374.314/0001-24

Processo nº: 417731/16

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, II da Lei nº 3863/12, pela aplicação da pena de **MULTA DE 50 UPF.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

DECISÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, a Vigilância Sanitária do Município de Várzea Grande, torna pública a seguinte DECISÃO em 1ª instância no Processo Administrativo Sanitário.

Autuado(s): SÉRGIO GOMES DA SILVA

Data da Notificação: 10/05/2016

Data da Decisão: 02/09/2016

CPF/CNPJ nº: 490.691.879-49

Processo nº: 377847/16

Localidade: Várzea-Grande-MT

Decisão: Ante o exposto e, com base nas provas inclusas nos autos, DECIDO conforme preceitua o artigo 32, II da Lei nº 3863/12, pela aplicação **de pena de MULTA DE 50 UPF.**

Vale ressaltar que no caso de penas futuras a Autuada poderá ser enquadrada como reincidente.

Publique-se, Intime-se a Autuada para, querendo, apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias na sede da Vigilância Sanitária no endereço abaixo descrito, devendo juntar-se aos autos os documentos necessários para a comprovação do que alegar.

Várzea Grande-MT, 17 de Abril de 2017.

WALDINETE ALMEIDA DANTAS

Gerente de Vigilância Sanitária

EXTRATO CONTRATO N. 040/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa FÁBIO ALBUQUERQUE DA SILVA ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 18.894.302/0001-16. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666/93, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo pregão Eletrônico nº. 09/2017, bem como na proposta da contratada, , no Processo Administrativo nº. 25/2017, no Termo de Referência nº. 12/2016 da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 428604/2017. OBJETO: Tem por objeto contratação de empresa capacitada em Elaboração de Projeto de Trabalho Social de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas na Portaria nº. 21 de 22 de janeiro de 2014 e a Sistemática 2012 manual para apresentação de propostas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, ambos do MCidades, e ainda quaisquer legislação que couber, conforme edital e anexos. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO DO: 37.02.15. 451.0022. P/A: 1.310. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST - PJ. FONTE: 0303. VIGÊNCIA: Terá vigência de 08 (oito) meses, contados a partir da data de assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Viação, Obras e Turismo para este ato, a servidora WANIA CAMPOS OLIVEIRA, portadora da cédula de identidade RG n°. 1027204-6 SJ/MT, inscrita no CPF sob n°. 805.396.101-00 e a servidora ANDRELINA NUNES DA SILVA, portadora da cédula de identidade RG n°. 666556 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 460.681.121-87.

DATA DE ASSINATURA: 12.04.2017.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras – PMVG/MT

FÁBIO ALBUQUERQUE DA SILVA - ME

Contratada

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
EDITAL DE ARRECADAÇÃO DE IMÓVEL

EDITAL DE ARRECADAÇÃO DE IMÓVEL

O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE, torna público que instaurou processo de arrecadação de uma área de 807,13 m² localizada na Rua Gil João da Silva – Localidade denominada “Bonsucesso” assim descrita:

Partindo do marco M-01 com coordenada UTM. (SAD -69), MC de 57ºWgr N= 8.261.547,185 metros e E= 595.773,520 metros, localizada no alinhamento da calçada da Rua Gil João de Silva, divisa com área remanescente, segue-se com azimute plano de 227º20´21´´ e com distância de 40,64 metros, confrontando com a Rua Gil João de Silva até encontrar o M-02.

Do marco M-02 com coordenada UTM. N= 8.261.552,377 metros e E= 595.733,209 metros, segue-se com azimute plano de 111º38´50´´ e com distância de 22,05 metros, confrontando com área remanescente, até encontrar o marco M-03.

Do marco M-03 com coordenada UTM. N= 8.261.552,377 metros e E= 595.737,660 metros, segue-se com azimute plano de 103º35´35´´ e com uma distância de 40,94 metros confrontando com área de propriedade de Quem de Direito, até encontrar o marco M-04.

Do marco M-04 com coordenada UTM. N= 8.261.564,345 metros e E= 595.777,457 metros, segue-se com azimute plano de 192º55´17´´ e com uma distância de 17,61 metros, confrontando com área remanescente, até encontrar o marco M-01, fechando assim o perímetro.

Os interessados deverão manifestar-se dentro do prazo de 60(sessenta) dias a contar da data de publicação deste edital.

Várzea Grande/MT, 07 de abril de 2017

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

Diretor Presidente – DAE/VG

EXTRATO CONTRATO N. 041/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa FÁBIO ALBUQUERQUE DA SILVA ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 18.894.302/0001-16. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666/93, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo pregão Eletrônico nº. 08/2017, bem como na proposta da contratada, , no Processo Administrativo nº. 24/2017, no Termo de Referência nº. 11/2016 da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 428602/2017. OBJETO: Tem por objeto contratação de empresa capacitada em Elaboração de Projeto de Trabalho Social de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas na Portaria nº. 21 de 22 de janeiro de 2014 e a Sistemática 2012 manual para apresentação de propostas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, ambos do MCidades, e ainda quaisquer legislação que couber, conforme edital e anexos. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO DO: 37.02.15. 451.0022. P/A: 1.310. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST - PJ. FONTE: 0303. VIGÊNCIA: Terá vigência de 08 (oito) meses, contados a partir da data de assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Viação, Obras e Turismo para este ato, a servidora WANIA CAMPOS OLIVEIRA, portadora da cédula de identidade RG n°. 1027204-6 SJ/MT, inscrita no CPF sob n°. 805.396.101-00 e a servidora ANDRELINA NUNES DA SILVA, portadora da cédula de identidade RG n°. 666556 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 460.681.121-87.

DATA DE ASSINATURA: 12.04.2017.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras – PMVG/MT

FÁBIO ALBUQUERQUE DA SILVA - ME

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 042/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa WN CONSTRUÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ n°. 19.699. 306/0001-06. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado na Lei nº. 8.666/93, vinculados ao edital e anexos do Processo de Licitatório do Tipo Tomada de Preços nº. 02/2017, bem como no Processo Administrativo nº. 05/2017, no Projeto Básico nº. 55/2016 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 417744/2016. OBJETO: Tem por objeto a Contratação de Empresa Capacitada em serviços na área de Engenharia/Arquitetura, com base nos projetos elaborados, para execução do saldo remanescente da obra de construção da escola de seis salas padrão FNDE com urbanização, paisagismo e para construção de Rede Elétrica em Tensão Primária 13.8KV e implantação do Posto de Transformação de 75KVA, localizada na Rua Chile, sem nº. esquina com Avenida Santa Terezinha no Bairro Cabo Michel na cidade de Várzea Grande – Mato Grosso, incluindo fornecimento e materiais e mão de obra, em atendimento, conforme especificações contidas neste Projeto e seus anexos. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global de R$ 50.630,97 (cinquenta mil, seiscentos e trinta e noventa e sete centavos). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361. 0103. P/A: 1.469. ND: 4.4.90.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0301. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 1.469. ND: 4.4.90.51.00.00. 00 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0001. VIGÊNCIA: Terá vigência de 06 (seis) meses, contado da data da sua assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para este ato, no LOTE 01 a servidora KARINA CRISTINA DE ARRUDA, Arquiteta, portadora da cédula de identidade RG n°. 879523 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 615.720.391-91e no LOTE 02, o senhor CAREOLANO BENEDITO MORAIS DE MIRANDA, Engenheiro Eletricista, inscrito no CREA 1200294181, Matricula nº. 6583

DATA DE ASSINATURA: 13.04.2017.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

WN CONSTRUÇÕES LTDA ME

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 043/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa CAG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ n°. 09.488.002/0001-46. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado na Lei nº. 8.666/93, vinculados ao edital e anexos do Processo de Licitatório do Tipo Tomada de Preços nº. 02/2017, bem como no Processo Administrativo nº. 05/2017, no Projeto Básico nº. 55/2016 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 417744/2016. OBJETO: Tem por objeto a Contratação de Empresa Capacitada em serviços na área de Engenharia/Arquitetura, com base nos projetos elaborados, para execução do saldo remanescente da obra de construção da escola de seis salas padrão FNDE com urbanização, paisagismo e para construção de Rede Elétrica em Tensão Primária 13.8KV e implantação do Posto de Transformação de 75KVA, localizada na Rua Chile, sem nº. esquina com Avenida Santa Terezinha no Bairro Cabo Michel na cidade de Várzea Grande – Mato Grosso, incluindo fornecimento e materiais e mão de obra, em atendimento, conforme especificações contidas neste Projeto e seus anexo. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global de R$ 755.926,92 (setecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 1.469. ND: 4. 4.90.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0301. DO: 35.03. 12.361.0103. P/A: 1.469. ND: 4.4.90.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0001. VIGÊNCIA: Terá vigência de 06 (seis) meses, contado da data da sua assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para este ato, no LOTE 01 a servidora KARINA CRISTINA DE ARRUDA, Arquiteta, portadora da cédula de identidade RG n°. 879523 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 615.720.391-91e no LOTE 02, o senhor CAREOLANO BENEDITO MORAIS DE MIRANDA, Engenheiro Eletricista, inscrito no CREA 1200294181, Matricula nº. 6583

DATA DE ASSINATURA: 13.04.2017.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

CAG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

Contratada

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 112/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa REVITALIZAR COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 08.355.658/0001-28. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentado no art. 65, II, Aline d), da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666/93 e suas alterações, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 425910/2017. OBJETO: Tem por objeto, incluir a Secretaria de Viação e Obras como unidade participante do instrumento contratual, bem como aditar o item 3.2 da "CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA" a "CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO" e o item 13.3 da "CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO", que tem por objeto a contratação de empresa para manutenção corretiva e preventiva de mecânica em geral, (elétrica, funilaria, alinhamento, cambagem, troca de óleo, filtro, pintura em geral e sistema de injeção eletrônica em geral), e fornecimento de peças genuínas ou originais de fábrica/primeira linha serviços de guincho e reboque para veículos, e motocicletas, independente de marca para atender a demanda da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15.451.0022. P/A: 2.242. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO. FONTE: 0030. DO: 37.02.15.451.0022. P/A: 2.242. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO. FONTE: 0999. DO: 37.02.15.451.0022. P/A: 2.242. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST - PJ. FONTE: 0999. VIGÊNCIA: Este instrumento tem vigência durante todo o período do contrato principal. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Viação e Obras para este ato, o servidor SEBASTIÃO MÁRIO DE ALMEIDA SILVA, portador da cédula de identidade RG n°. 207.240 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 229.898.891-91.

DATA DE ASSINATURA: 28.03.2017.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração – PMVG/MT

KATHE MARIA KOHLHASE MARTINS

Secretário Municipal de Assistência Social – PMVG/MT

DIOGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde – PMVG/MT

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras – PMVG/MT

REVITALIZAR COMÉRCIO DE PEÇAS SERVIÇOS LTDA - ME

Contratada

ATO Nº. 298/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 442804/17;

R E S O L V E:

EXONERAR Silvia Leiza Cristina Rodrigues Lemes do cargo em Comissão de Superintendente de Modernização Administrativa e Prestação de Contas - DNS 3, da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, a partir de 05 de abril de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 12 de abril de 2017.

João Benedito Gonçalves Neto

Secretário Municipal de Gestão Fazendária

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 299/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 442806/17;

R E S O L V E:

NOMEAR Silvia Leiza Cristina Rodrigues Lemes, no cargo em Comissão de Assessora de Gestão - DNS 2, na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, a partir de 05 de abril de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 12 de abril de 2017.

João Benedito Gonçaves Neto

Secretário Municipal de Gestão Fazendária

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 305/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Denize Rosa de Morais do cargo em Comissão de Controladora Geral - DNS 01, da Controladoria Geral do Município, a partir de 18 de abril de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de abril de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 28/2017

Aos **17 (dezessete)** dias do mês abril de 2017, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDELIS, autoriza a Empresa **Empresa Schuring e Schuring Ltda, inscrita no CNPJ n°. 329571690001-20**, representado por seu sócio administrador Sr. Benedito Eliseu Schuring a executar os serviços de elaboração dos projetos de demolição e construção da EMEB "Alino Ferreira de Magalhães", sita a Av.Verdão, s/n, bairro Alto da Boa Vista - Cristo Rei, Várzea Grande – MT, conforme contrato n°. 080.2014, considerando o 3° Aditivo ao contrato publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios em 07/04/2017.

Prof° Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 29/2017

Aos **17 (dezessete)** dias do mês abril de 2017, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDELIS, autoriza a Empresa **Empresa Schuring e Schuring Ltda, inscrita no CNPJ n°. 329571690001-20**, representado por seu sócio administrador Sr. Benedito Eliseu Schuring a executar os serviços de elaboração dos projetos de demolição e construção da EMEB "Julio Domingos de Campos", sita a rua Luís Pedro de Lima, s/n, bairro Capão Grande Várzea Grande – MT, conforme contrato n°. 080.2014, considerando o 3° Aditivo ao contrato publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios em 07/04/2017.

Prof° Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

EXTRATO CONTRATO N. 034/2017

PARTES INTERESSADAS: Fundo Municipal de Saúde Várzea Grande-MT e a Empresa BERMAD BRASIL INDÚSTRIA DE VÁLVULAS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 01.000.334/0004-70. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666/93, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico nº. 64/2016, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº. 118/2016, no Termo de Referência Retificado nº. 06/2016 da Secretaria de Viação e Obras, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 377348/2016. OBJETO: Tem por objeto fornecimento de material que serão utilizados na execução da obras sendo: tubos, peças e conexões (ferro fundido), válvula de retenção, válvula de gaveta corpo curto com flanges e volante, tubos de PVC para rede de esgoto e acessórios, tubos PVC DEFOFO e demais materiais conforme termo de referência, para utilização nas obras dos Sistemas de Esgotamento Sanitário da Sub-bacia 02. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado de R$ 19.700,00 (dezenove mil e setecentos reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15.451.0022. P/A: 1.310. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIP. MATERIAL PERMANENTE. FONTE: 0303. VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria Municipal de Viação e Obras para este ato, a servidora BERNADETE DA SILVA SIQUEIRA, Engenheira Sanitarista, portadora da cédula de RG Nº. 468199-1 SSP/MT e inscrita no CPF sob n°. 393.817.061-15.

DATA DE ASSINATURA: 04.04.2017.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras – PMVG/MT

BERMAD BRASIL INDÚSTRIA DE VÁLVULAS LTDA

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 036/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 07.797.967/0001-95. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições do art. 21, I da Lei nº. 8.666/93, ao Ato de Inexigibilidade nº. 04/2017, bem como na proposta da contratada e no Termo de Referência nº. 11/2017 da Secretaria Municipal de Administração, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 433388/2017. OBJETO: Tem por objeto contratação de empresa capacitada para a disponibilização de acesso a banco de dados específico com informações atualizadas de preços praticados pela Administração Pública, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$ 31.690,00 (trinta e um mil, seiscentos e noventa reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.01.08.122.0002. P/A: 2.214. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST - PJ. FONTE: 0999. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.269. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0203. DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.269. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0204. DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.269. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0205. DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.269. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0304. DO: 09.02.10.301.0003. P/A: 2.275. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0203. DO: 09.02.10.301.0003. P/A: 2.275. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0304. DO: 09.02.10.301.0004. P/A: 2.274. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0304. DO: 09.02.10.301.0004. P/A: 2.274. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0204. DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.277. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST - PJ FONTE: 0204. DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.277. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0304. DO: 09.02.10.304.0021. P/A: 2.276. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0205. DO: 09.02.10.301.0003. P/A: 2.278. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0204. DO: 09.02.10.301.0003. P/A: 2.278. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0304. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.367.0102. P/A: 2.165. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0001. VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria Municipal de Assistência Social para este ato, a servidora DULCELINA SOCORRO FIRMINO DE LIMA SILVA, portadora da cédula de identidade RG n°. 503087 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 362.092.101-63; Secretaria Municipal de Saúde para este ato, a servidora LEIDIANE OLIVIERA ALVES, portadora da cédula de identidade RG n°. 1990336-7 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 031.739.211-51. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para este ato, a servidora MEYRE EVALDETH ALVES RONDON, portadora da cédula de identidade RG n°. 09867830 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 362.502.791-72.

DATA DE ASSINATURA: 05.04.2017.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração – PMVG/MT

KATHE MARIA KOHLHASE MARTINS

Secretário Municipal de Assistência Social – PMVG/MT

DIOGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde – PMVG/MT

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer– PMVG/MT

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras – PMVG/MT

NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 037/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa A F DA COSTA ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 10.607.150/0001-11. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, alterada pela Lei nº. 8.883/94, Art. nº 24, inciso X. Ressaltando a sua compatibilidade com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei nº. 8.245/91 alterada pela Lei nº 12.112/2009, pelo Ato de Dispensa de Licitação nº. 05/2017, bem como nos demais documen-

tos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 426830/2017. OBJETO: Tem por objeto a locação de um imóvel localizado na Rua 13 e a Rua 05, lotes 09,10,11,12 e 13, Quadra 32, Loteamento Parque Sabia, Bairro São Matheus, no Município de Várzea Grande-MT, destino único e exclusivo para funcionamento do Almoxarifado Central da SMECEL. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor mensal de R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), sendo o valor total de R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.367.0102. P/A: 2.165. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST - PJ. FONTE: 0001. DO: 37.02.15.451.0022. P/A: 1.312. ND: 3.3.90.35.00.00.00 – SERV. DE CONSULTORIA. FONTE: 0303. VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para este ato, a servidora MEYRE EVALDETH ALVES RONDONA portadora da cédula de identidade RG n°. 0986.7830 SSP/MT, inscrito no CPF n°. 362.502.791-72,.

DATA DE ASSINATURA: 07.02.2017.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

A F DA COSTA ME

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 038/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa EVA TUR TRANSPORTES LTDA ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 05.511.956/0001-71. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666/93, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo pregão Eletrônico nº. 92/2016, bem como na proposta da contratada, , no Processo Administrativo nº. 155/2016, no Termo de Referência nº. 40/2016 da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 440714/2017. OBJETO: Tem por objeto contratação de Pessoa Jurídica capacitada para prestação de serviço de locação de veículos: Van Teto Alto e Ônibus, para atender o transporte escolar dos alunos da Rede de Ensino do Município de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$ 2.004.600,00 (dois milhões, quatro mil, seiscentos reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.209. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST - PJ. FONTE: 0107. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.209. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST - PJ. FONTE: 0303. VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para este ato, o servidor JOSÉ AUGUSTO DE CAMPOS, portador da cédula de identidade RG n°. 879523 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 615.720.391-91.

DATA DE ASSINATURA: 07.04.2017.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

EVA TUR TRANSPORTES LTDA - ME

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

AVISO DO PREGÃO N. 018/2017PMVB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PROCESSO N. 25/2017-PMVB)

PREGÃO N. 018/2017 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006,Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO ADMINISTRATIVO, NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT.**

CREDENCIAMENTO: **14:00 do dia 03/05/2017.**

INICIO DA SESSÃO: 14:00 do dia **03/05/2017.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação – Pregão presencial)– Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.**

PORTARIA N.160/2017

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **MIGUEL JUNIOR DOS SANTOS MELO**, brasileiro, residente e domiciliado a Rua Aureliano, 11, Jd. Aeroporto, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade n. 2536351-4 SSP/MT e CPF n. 044.132.511-48, do cargo de provimento em comissão de **GERENTE EM ATENÇÃO BÁSICA E CONTROLE EXTERNO DE SAÚDE**, a contar do dia 03 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia **03 de abril de 2017**, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PORTARIA N.º 130/2017. DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal De Vila Rica, Estado De Mato Grosso, No Uso De Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder gozo de 10 (dez) dias da **LICENÇA PREMIO**, a servidora ***JANAINA BORGES GOMES MORAIS MIGNOLI***, matrícula nº 1279, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de Odontólogo, referente ao período aquisitivo ***07/07/2008 a 05/07/2013,*** *no período de* ***17/04/2017 a 26/04/2017.***

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 131/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Vila Rica, Abmael Borges Da Silveira, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída e nomeada a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho e do estágio probatório.

Art. 2º - Ficam nomeados para integrar a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho e do estágio probatório dos servidores do quadro Geral, Educação e Saúde do Município os seguintes servidores:

Presidente: Thiago Custodio Batista - Representante do Recursos Humanos.

1º Membro: - Elisabete Rosalia Herrmann Brito - Representante do Órgão Municipal de Educação.

2º Membro: - Sandra Elizabeth Stein Freitas - Representante do quadro Geral.

3º Membro: - Fernanda Richard Da Silva - Representante dos Profissionais da Saúde.

4º Membro: - Valdemar Meotti De Oliveira – Representante do Sindicato de Servidores Públicos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 087/2017.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 123/2017 11 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a PERMUTA da Servidora Pública Municipal VÂNIA HORNER DE ALMEIDA.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas.

CONSIDERANDO o interesse do Município e de acordo com os termos da Lei Municipal N° 1.406/2016, de 26/07/2016;

Considerando o Termo de convenio celebrado entre o Município de Vila Rica e a Secretaria de Estado de Educação;

R E S O L V E:

Art. 1.º - PERMUTAR a Servidora Pública Municipal, **VÂNIA HORNER DE ALMEIDA,** Lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo efetivo de Professora, matricula nº 0276, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com o Servidor Público do Estado de Mato Grosso, **SOADEGAR PIZZATTO** – ocupante do cargo efetivo de Professor, matricula nº 5614100054, com carga horaria de 30(trinta) horas semanais.

§1º - A permuta será sem ônus, cabendo ao servidor perceber seus vencimentos do órgão de origem.

§ 2º - O pagamento de verbas remuneratórias decorrentes do exercício no órgão cessionário, caso venha a existir, tais como: horas extras, gratificações, diárias, FG e adicional de deslocamento, ficarão de responsabilidade deste.

§ 3º - A presente permuta terá vigência indeterminada, podendo ser revogada levando em conta o interesse público, o bem coletivo e o bom funcionamento do serviço público.

Art. 2.º - O Servidor Soadegar Pizzato exercerá o Cargo de Coordenador do Polo da UAB – Universidade Aberta do Brasil.

Art. 3.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

PORTARIA Nº 132/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA Prefeito do Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública;*

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **LIDIANE HEIMERDINGER DA SILVA,** CPF nº 021.210.741-04 e portadora do RG sob o nº 19634714 SSP/MT, lotada na **Secretaria Municipal de Educação** a qual exerce o cargo de **Diretora de Departamento de Ensino**, para atuar como fiscal de contrato administrativo celebrados pelo Município de Vila Rica - com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais realizados.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial a Portaria de nº 280/2013.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 036/2017. 17 DE ABRIL DE 2017.

FIXA PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DATA DE VENCIMENTO, DESCONTO EM COTA ÚNICA CONFORME LEI COMPLEMENTAR N 2 1. 273/2014 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E O VALOR DE TARIFA DE EXPEDIENTE PARA LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO- BAIRROS SÃO PEDRO E TIRADENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições estabelecidas em Lei, e de acordo com dispositivo no Art.152 da Lei Complementar N. 2 1.273 de 17 de Dezembro de 2014 - Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Os lançamentos e a arrecadação dos Impostos, Predial e Territorial Urbano, serão efetuados através do Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no qual estarão indicados, entre outros elementos necessários à perfeita identificação do imóvel do contribuinte e dos tributos e seus elementos constitutivos.

Art. 2º - Os Impostos, Predial e Territorial Urbano, serão lançados e arrecadados em um DAM - Documento de Arrecadação Municipal especifico.

Paragrafo Único - O Contribuinte que optar pelo pagamento em cota única terá o beneficio, como citado abaixo;

a) 5% (cinco por cento), com pagamento em cota única até a data do vencimento;

b) 15% (quinze por cento), como abono de adimplência com os tributos municipais, conforme estabelecido no § 2º do Art. 172 da Lei Complementar nº 1.273 de 17 de Dezembro de 2014 - Código Tributário Municipal, ou em 3 (três) parcelas do valor integral, conforme datas abaixo:

BAIRROS SÃO PEDRO E TIRADENTES

1 - Cota Única em 26/05/2017.

II - Primeira parcela em 26/05/2017.

III - Segunda parcela em 26/06/2017.

IV - terceira parcela em 26/07/2017.

Art. 3º - Os tributos não pagos na data do vencimento, terão seus valores atualizados e acrescido de multas e juros de mora, de conformidade com o Art. 88 estabelecido na Lei Complementar n 1.273/2014 - Código Tributário Municipal.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Vila Rica-MT, 17 de abril de 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 129/2017. DE 12 DE ABRIL DE 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE VILA RICA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder Licença Maternidade à servidora TIANA BONFADA matricula nº 831 no cargo de BIOQUIMICA no período de 12/04/2017 a 09/08/2017 com base no que dispõe o Capitulo I Seção IV Art. 73 Subseção IV da Lei Municipal nº 747//2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 128/2017. DE 11 DE ABRIL DE 2017

.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora GIRLENE DOS SANTOS CRUZ, matrícula nº 367 lotada na Secretaria de Educação cargo de PROFESSORA I A IV, conforme processo de solicitação a partir de 07/04/2017 a 05/07/2017, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 07/04/2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

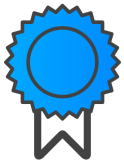
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Apr 17 22:49:05 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)